PREFEITURA DE
ITAPECURU MIRIM

Prefeitura Municipal de Itapecuru-Mirim

PÇA. GOMES DE SOUSA, 01 - CENTRO - CEP: 65485-000 - ITAPECURU MIRIM\MA

CNPJ: 05.648.696/0001-80 - Site: www.itapecurumirim.ma.gov.br

CAPA DO PROCESSO

2025.01.14.0005

Data/Hora: 14/01/2025 14:48:59

Assunto/Tipo: LICITAÇÃO - PREGÃO

2025.01.14.0005

Descrição do protocolo

Registro de preço para aquisição de recargas de gases medicinais gás oxigênio e ar comprimido e acessórios umidificador e regulador com fluxômetro – para uso na assistência ventilatória para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Itapecuru Mirim/MA

Consulte o andamento do seu protocolo no nosso site

1 – Para acesso a tramitação processual do documento acima, deverá ser informado na tela de consulta o CPF, em se tratando de pessoa física, ou CNPJ, para pessoa jurídica, acompanhado no número do protocolo acima indicado.

2 – O QR CODE, deste comprovante, pode ser usado para acompanhamento do andamento do protocolo.

PROTOCOLO: 2025.01.14.0005 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU-MIRIM

Setor: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS
Descrição: Registro de preço para aquisição de recargas de gases medicinais gás oxigênio e ar comprimido e acessórios umidificador e regulador com fluxômetro – para uso na assistência ventilatória para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Itapecuru Mirim/MA
Link: https://www.aprotocolo.com.br/itapecurumirim/protocolo/11772

DATA/HORA: 14/01/2025 14:48:59

2025.01.14.0005

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM
CNPJ: 05.648.696/0001-80

PMIM 02

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA – DFD

Órgão: Secretaria Municipal de Saúde

Setor Requisitante (Unidade/Setor/Depto): Superintendência da Atenção Básica da Secretaria Municipal de Saúde

Responsável Pela Demanda: Kleiciane Alanna Teixeira Abreu

E-mail: saude@itapecurumirim.ma.gov.br

1. Objeto da Contratação:

1.1. Aquisição de recargas de gases medicinais gás oxigênio e ar comprimido e acessórios umidificador e regulador com fluxômetro – para uso na assistência ventilatória para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Itapecuru Mirim/MA.

2. Justificativa da necessidade da contratação/aquisição do serviço/produto:

2.1. A presente aquisição justifica-se pela necessidade crítica de suprir unidades de saúde municipais com insumos essenciais para ventilação mecânica e terapia respiratória, garantindo o atendimento emergencial e continuo a pacientes em situações de risco, como casos de insuficiência respiratória, pós-operatórios e doenças crônicas. Trata-se de insumos vitais para a manutenção da saúde pública, especialmente em cenários de alta demanda..

2.2. As quantidades previstas foram definidas com base na análise da capacidade instalada dos equipamentos médicos, histórico de consumo das unidades de saúde e projeções de demanda, considerando a necessidade de estoque de segurança para evitar interrupções no atendimento.

2.3. Ressalta-se que a disponibilidade continua de gases medicinais é indispensavel para a preservação de vidas, garantindo o funcionamento adequado de ventiladores pulmonares, nebulizadores e outros dispositivos médicos. Sua ausência comprometeria diretamente a qualidade do serviço de saúde, podendo resultar em complicações clinicas irreversíveis ou óbitos.

2.4. A aquisição estratégica desses insumos reflete o compromisso da Administração Pública com a eficácia das políticas de saúde, alinhando-se aos princípios de economicidade e transparência na gestão de recursos públicos

3. Plano de Contratações Anual – PCA:

3.1. Sobre o PCA, a Lei 14.133/2021 dispõe:

Art. 12. No processo licitatório, observar-se-á o seguinte:

VII - a partir de documentos de formalização de demandas, os órgãos responsáveis pelo planejamento de cada ente federativo poderão, na forma de regulamento, elaborar plano de contratações anual, com o objetivo de racionalizar as contratações dos órgãos e entidades sob sua competência, garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias.

3.2. Esta contratação está prevista no Plano de Contratações anual anteriormente publicado para o ano de 2024. O novo Plano de contratações está em fase de elaboração, neste momento, realizando as adequações necessárias para o cumprimento de forma integral da Lei 14.133/21.

3.3. Tão logo esteja finalizado e implantado, todas as contratações estarão devidamente alinhadas e atualizadas com o novo plano de contratações.

4. Quantidade do serviço/produto a ser contratada:

4.1. A estimativa dos valores unitários e globais desta contratação, baseou-se em pesquisa simplificada de preços, com base no consumo histórico dos últimos anos a fim de realizar o levantamento do eventual gasto com a solução escolhida, de modo a avaliar a viabilidade econômica, conforme Planilha abaixo segundo levantamento da ARP N° 026/2023 e Painel de Preços do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (Itens 8, 9 e 10).

Item	Descrição	Unidade	Quantid. M³	Quant. Cilindro	Estimativa Preliminar do Valor (ARP ITAPECURU-MIRIM/MA 026/2023)
1	RECARGA DE AR MEDICINAL (COMPRIMIDO) – CILINDRO DE 1 M³	M³	30	30	R$ 6.120,00
2	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 1/2 M³	M³	25	50	R$ 4.000,00
3	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 1 M³	M³	40	40	R$ 7.080,00
4	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 3,5M³	M³	140	40	R$ 30.800,00
5	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 2 M³	M³	200	100	R$ 31.200,00
6	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 7 M³	M³	1.050	150	R$ 47.250,00
7	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 10 M³	M³	1.200	120	R$ 54.000,00
8	VÁLVULA REGULADORA PARA CILINDRO	UNIDADE	15	-	R$ 4.120,50

	DE OXIGÊNIO COM FLUXOMETRO				
9	UMIDIFICADOR PARA OXIGÊNIO 250ML	UNIDADE	30	-	R$ 687,60
10	EXTENSOR PARA CATETER DE OXIGÊNIO, TUBO EM SILICONE COM DIÂMETRO INTERNO 6MM : 50METROS	UNIDADE	50	-	R$ 198,50

5. Previsão de data em que deve ser iniciada a prestação dos serviços/entrega dos produtos:

5.1. A previsão para início dos serviços será de fevereiro de 2025.

6. Indicação de fiscais de contrato:

Função/ cargo	Nome completo	Mat.	Setor de lotação
A DEFINIR	A DEFINIR	A DEFINIR	SEMUS

7. Grau de Prioridade: Alto

8. Responsabilidade pela Formalização da Demanda e Conteúdo do Documento:

8.1. Certifico que a formalização da demanda acima identificada se faz necessária pelos motivos expostos no presente documento.

8.2. Diante do exposto, submeto-lhe o presente documento para apreciação e autorização para que se dê os demais encaminhamentos, vindoa aprová-lo queira encaminhá-lo para autoridade competente.

Itapecuru Mirim/MA, 14 de janeiro de 2025.

Kleiciane Alanna Teixeira Abreu
Coordenadora da Assistência Farmacêutica
Matrícula nº 28296

Kleiciane Alanna Teixeira Abreu
Coordenadora da Assistência Farmacêutica
Portaria 036/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU-MIRIM
FLS. 04

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

1.1. O objeto do presente Estudo Técnico Preliminar, elaborado pela Secretaria Municipal de Saúde do Município de Itapecuru Mirim/MA, é a escolha da melhor solução para atender à necessidade de aquisição de recargas de gases medicinais (oxigênio e ar comprimido) e acessórios (umidificador, regulador com fluxômetro) para uso na assistência ventilatória, destinados à Secretaria Municipal de Saúde de Itapecuru Mirim/MA.

1.2. A presente aquisição justifica-se pela necessidade crítica de suprir unidades de saúde municipais com insumos essenciais para ventilação mecânica e terapia respiratória, garantindo o atendimento emergencial e contínuo a pacientes em situações de risco, como casos de insuficiência respiratória, pós-operatórios e doenças crônicas. Trata-se de insumos vitais para a manutenção da saúde pública, especialmente em cenários de alta demanda hospitalar ou epidemiológica.

1.3. As quantidades previstas foram definidas com base na análise da capacidade instalada dos equipamentos médicos, histórico de consumo das unidades de saúde e projeções de demanda, considerando a necessidade de estoque de segurança para evitar interrupções no atendimento.

1.4. Ressalta-se que a disponibilidade contínua de gases medicinais é indispensável para a preservação de vidas, garantindo o funcionamento adequado de ventiladores pulmonares, nebulizadores e outros dispositivos médicos. Sua ausência comprometeria diretamente a qualidade do serviço de saúde, podendo resultar em complicações clínicas irreversíveis ou óbitos.

1.5. A aquisição estratégica desses insumos reflete o compromisso da Administração Pública com a eficácia das políticas de saúde, alinhando-se aos princípios de economicidade e transparência na gestão de recursos públicos.

2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

2.1. Sobre o PCA, a Lei 14.133/2021 dispõe:

Art. 12. No processo licitatório, observar-se-á o seguinte:

> VII - a partir de documentos de formalização de demandas, os órgãos responsáveis pelo planejamento de cada ente federativo poderão, na forma de regulamento, elaborar plano de contratações anual, com o objetivo de racionalizar as contratações dos órgãos e entidades sob sua competência, garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias.

2.2. Esta contratação está prevista no Plano de Contratações anual anteriormente publicado para o ano de 2024. O novo Plano de contratações está em fase de elaboração, neste momento, realizando as adequações necessárias para o cumprimento de forma integral da Lei 14.133/21.

2.3. Tão logo esteja finalizado e implantado, todas as contratações estarão devidamente alinhadas e atualizadas com o novo plano de contratações.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Qualidade e Segurança

a) Os gases medicinais devem atender às especificações da Farmacopeia Brasileira e às normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), incluindo certificações de pureza e ausência de contaminantes.

b) Os cilindros de oxigênio e ar comprimido devem ser recarregáveis e homologados conforme a ABNT NBR ISO 9809 (requisitos para cilindros de gás).

c) Acessórios (umidificadores, reguladores com fluxômetro) devem possuir certificação INMETRO e compatibilidade com equipamentos médicos padrão.

3.2. Logística e Armazenamento

a) O fornecedor deve garantir entrega imediata em caso de emergência (prazo máximo de 12 horas após solicitação).

b) Os cilindros devem ser armazenados em áreas ventiladas, longe de fontes de calor, e inspecionados periodicamente para evitar vazamentos.

3.3. Sustentabilidade

a) Reutilização de cilindros, com sistema de logística reversa para recargas e descarte seguro de unidades danificadas.

b) Priorizar fornecedores com práticas ambientais certificadas (ex.: ISO 14001).

3.4. Documentação e Regularidade Sanitária

a) Comprovante de Regularidade das Instalações:

A licitante deve apresentar Alvará Sanitário válido, emitido pela autoridade sanitária local, que comprove a regularidade das instalações de sua sede e/ou unidades de armazenamento de gases medicinais.

b) Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE):

Para empresas fabricantes/envaseiras de gases medicinais, é obrigatória a apresentação da AFE específica para gases medicinais, expedida pela ANVISA, conforme Resoluções RDC nº 16, de 01 de abril de 2014 e RDC nº 671/2022.

Para empresas distribuidoras ou varejistas, é necessário:

- AFE da fabricante/envaseira com a qual possui contrato vigente;
- Contrato de fornecimento atualizado com a fabricante/envaseira, com vigência mínima de 12 meses.

4. SOLUÇÕES

A. LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE FORNECEDORES ESPECIALIZADOS

Vantagens:

1. Conformidade Técnica e Segurança:
   - A licitação permite selecionar fornecedores especializados em gases medicinais, garantindo o cumprimento rigoroso das normas da ANVISA, ABNT e Farmacopeia Brasileira. Isso assegura que os cilindros, acessórios e processos de recarga atendam aos padrões de pureza, pressão e segurança exigidos para uso em ambientes médicos.

- A exigência de certificações específicas (AFE, ISO 9001) durante o processo licitatório reduz riscos de falhas técnicas, como vazamentos ou contaminação, críticos em situações de saúde pública.

2. Preços Competitivos e Economicidade:
   - A concorrência entre fornecedores estimula a oferta de preços mais vantajosos, alinhando-se ao princípio da economicidade da Lei nº 14.133/2021.
   - A aquisição centralizada via licitação possibilita a negociação de condições comerciais favoráveis (ex.: descontos por volume, prazos de pagamento estendidos).
3. Transparência e Redução de Riscos Jurídicos:
   - O processo licitatório é auditável e público, garantindo isenção e igualdade de condições entre os participantes, conforme determinações legais.
   - A documentação obrigatória (Alvará Sanitário, AFE, CNDs) minimiza riscos de contratar empresas irregulares.

Desvantagens:

1. Burocracia e Prazo Prolongado:
   - O processo exige etapas formais como publicação de edital, habilitação, julgamento e recursos, o que pode levar até 90 dias para conclusão.
   - Em cenários de urgência (ex.: surtos de doenças respiratórias), o tempo de licitação pode ser incompatível com a demanda imediata.

B. CONTRATAÇÃO DIRETA DE EMPRESAS COM REGISTRO NA ANVISA

Vantagens:

1. Agilidade em Emergências:
   - Permite suprir unidades de saúde em situações críticas (ex.: desabastecimento repentino, pandemias) sem a necessidade de etapas licitatórias, conforme autorizado pelo Art. 74 da Lei nº 14.133/2021.
   - Ideal para reposição de estoques em prazo reduzido (24 a 48 horas).
2. Simplificação Processual:
   - Dispensa a elaboração de edital e análise competitiva, reduzindo a carga administrativa para a equipe técnica.

Desvantagens:

1. Risco de Preços Elevados:
   - A ausência de concorrência pode resultar em sobrepreço, especialmente se houver poucos fornecedores qualificados no mercado local.
   - Estudos do TCU apontam que contratações diretas sem justificativa robusta têm 20% a 35% de probabilidade de custos acima do mercado.
2. Falta de Transparência:
   - A seleção sem competição dificulta a fiscalização por órgãos de controle (ex.: TCE, CGU), aumentando riscos de favoritismo ou irregularidades.
3. Fragilidade Técnica:
   - Empresas sem experiência comprovada em larga escala podem falhar em aspectos logísticos (ex.: transporte seguro de cilindros) ou cumprimento de prazos.

SOLUÇÃO ESCOLHIDA:

"A" - LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE FORNECEDORES ESPECIALIZADO

A opção pela licitação justifica-se pela natureza estratégica e crítica do objeto, que envolve:

- Risco à vida humana: A falta de gases medicinais ou falhas técnicas pode comprometer ventilação mecânica, colocando pacientes em risco.
- Volume financeiro significativo: O montante estimado (R$ 185.456,00) exige garantia de melhor

aplicação dos recursos públicos.

- Exigências técnicas complexas: A necessidade de cilindros recarregáveis, certificações sanitárias e logística reversa demanda fornecedores com expertise comprovada.

Mitigação das Desvantagens:

- Redução de prazos: Utilização de pregão eletrônico (previsto no Art. 22 da Lei nº 14.133/2021), que agiliza fases de lances e julgamento.
- Cláusulas de emergência: Inclusão de penalidades por atraso e exigência de estoque regulador do fornecedor para situações críticas.

Conclusão:

A licitação equilibra segurança jurídica, qualidade técnica e economicidade, sendo o método mais adequado para garantir abastecimento contínuo, conformidade legal e proteção aos cofres públicos. A contratação direta será reservada para casos excepcionais, devidamente justificados e documentados.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

5.1. A Prefeitura Municipal de Itapecuru Mirim/MA optou pela contratação via licitação como estratégia central para garantir o fornecimento contínuo de gases medicinais (oxigênio e ar comprimido) e acessórios (umidificadores, reguladores com fluxômetro), alinhando-se às demandas críticas da Secretaria Municipal de Saúde. Essa decisão estrutura-se em três pilares fundamentais, que convergem para assegurar excelência operacional, segurança sanitária e otimização de recursos públicos:

A. QUALIDADE TÉCNICA E CONFORMIDADE REGULATÓRIA

- Certificação e Padronização:

  Os cilindros e acessórios serão fornecidos por empresas especializadas e homologadas pela ANVISA, garantindo conformidade com:

  - Resolução RDC nº 69/2008 (boas práticas para transporte e armazenamento de gases medicinais);
  - NBR ISO 9809 (requisitos técnicos para cilindros de alta pressão);
  - Farmacopeia Brasileira (padrões de pureza e composição química).
  - Certificação INMETRO para acessórios, assegurando compatibilidade com equipamentos médicos e precisão no fluxo de gases.

- Controle de Qualidade Contínuo:

  A licitação exigirá laudos técnicos atualizados e inspeções periódicas por órgãos independentes, mitigando riscos de contaminação ou falhas em equipamentos essenciais à ventilação mecânica.

B. REDUÇÃO DE RISCOS OPERACIONAIS E EMERGENCIAIS

- Estoque Estratégico para Cenários Críticos:

  O contrato incluirá cláusulas para a manutenção de um estoque mínimo regulador, capaz de suprir as unidades de saúde por até 24H.

- Plano de Contingência Integrado:

Os fornecedores selecionados deverão apresentar um plano de resposta a emergências, com:

- Frota dedicada para entregas prioritárias (prazo máximo de 4 horas);
- Sistema de rastreamento em tempo real dos cilindros;
- Capacidade de ampliar a produção em até 30% em situações excepcionais.

C. EFICIÊNCIA ECONÔMICA E TRANSPARÊNCIA

- Concorrência e Redução de Custos:

A modalidade de Pregão Eletrônico, prevista na Lei nº 14.133/2021, permite:

- Competição entre fornecedores de todo o território nacional, ampliando a base de participantes e reduzindo preços em até 25% (com base em dados do TCU);
- Comparação objetiva de propostas, com critérios claros de julgamento (ex.: menor preço por item, qualidade técnica).

- Transparência e Fiscalização:

Todas as etapas do processo serão auditáveis por órgãos de controle (TCE, CGU), com:

- Publicação integral de editais e resultados no portal de licitações;

- Sustentabilidade Financeira:

A licitação prevê parcelamento inteligente das entregas, alinhando desembolsos às disponibilidades orçamentárias e evitando gastos excessivos em períodos de restrição fiscal.

D. IMPACTO SOCIAL E SAÚDE PÚBLICA

A solução adotada não apenas atende a requisitos técnicos, mas salvaguarda vidas e fortalece a capacidade de resposta do sistema de saúde municipal. Ao garantir:

- Equipamentos de alta precisão para terapia respiratória;
- Redução de internações prolongadas por complicações evitáveis.

A Prefeitura reforça seu compromisso com a equidade no acesso à saúde e o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 3 – Saúde e Bem-Estar).

Conclusão:

A escolha pela licitação não é apenas uma decisão administrativa, mas uma estratégia de governança que integra qualidade, segurança e responsabilidade fiscal. Ao priorizar fornecedores especializados, o município assegura que recursos públicos sejam aplicados com eficácia, garantindo serviços essenciais à população e resiliência diante de crises.

6. ESTIMATIVA DO QUANTITATIVO

6.1. Foi estimado o quantitativo abaixo descrito, com base no consumo res histórico dos últimos anos:

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNID. DE MEDIDA	QUANT.	QUANT. CILINDRO
1	429464	RECARGA DE AR MEDICINAL (COMPRIMIDO) – CILINDRO DE 1 M³	M³	30	30
2	483539	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 1/2 M³	M³	25	50
3	483539	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 1 M³	M³	40	40
4	483539	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 3,5M³	M³	140	40
5	483539	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 2 M³	M³	200	100
6	483539	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 7 M³	M³	1.050	150
7	483539	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 10 M³	M³	1.200	120
8	389770	VÁLVULA REGULADORA PARA CILINDRO DE OXIGÊNIO COM FLUXOMETRO	UNIDADE	15	-
9	435413	UMIDIFICADOR PARA OXIGÊNIO 250ML	UNIDADE	30	-
10	437179	EXTENSOR PARA CATETER DE OXIGÊNIO, TUBO EM SILICONE COM DIÂMETRO INTERNO 6MM E 50METROS	UNIDADE	50	-

7. ESTIMATIVA DE PREÇO

7.1. A estimativa dos valores unitários e globais desta contratação, baseou-se em pesquisa simplificada de preços, com base no consumo histórico dos últimos anos a fim de realizar o levantamento do eventual gasto com a solução escolhida, de modo a avaliar a viabilidade econômica, conforme Planilha abaixo segundo levantamento da ARP Nº 026/2023 e Painel de Preços do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (Itens 8, 9 e 10).

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNID. DE MEDIDA	QUANT.	QUANT. CILINDRO	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	429464	RECARGA DE AR MEDICINAL (COMPRIMIDO) – CILINDRO DE 1 M³	M³	30	30	204,00	6.120,00
2	483539	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 1/2 M³	M³	25	50	160,00	4.000,00
3	483539	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 1 M³	M³	40	40	177,00	7.080,00
4	483539	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 3,5M³	M³	140	40	220,00	30.800,00
5	483539	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 2 M³	M³	200	100	156,00	31.200,00
6	483539	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 7 M³	M³	1.050	150	45,00	47.250,00
7	483539	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 10 M³	M³	1.200	120	45,00	54.000,00

8	389770	VÁLVULA REGULADORA PARA CILINDRO DE OXIGÊNIO COM FLUXOMETRO	UNIDADE	15	-	274,70	4.120,50
9	435413	UMIDIFICADOR PARA OXIGÊNIO 250ML	UNIDADE	30	-	22,92	687,60
10	437179	EXTENSOR PARA CATETER DE OXIGÊNIO, TUBO EM SILICONE COM DIÂMETRO INTERNO 6MM : 50METROS	UNIDADE	50	-	3,97	198,50
TOTAL							185.456,00

***O valor acima é uma estimativa de custo para levantamento de mercado. O valor a ser licitado é o valor presente no Termo de Referência.**

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

8.1. A justificativa para o parcelamento da aquisição de recargas de gases medicinais (oxigênio e ar comprimido) e acessórios (umidificadores, reguladores com fluxômetro) para a Prefeitura Municipal de Itapecuru Mirim/MA fundamenta-se na necessidade de garantir o fornecimento contínuo e seguro desses insumos críticos às unidades de saúde municipais, que dependem deles para:

- Suporte a pacientes crônicos e em situações de surtos epidemiológicos (ex.: COVID-19, pneumonia grave).

8.2. O parcelamento da contratação permite adequar o abastecimento às demandas dinâmicas do sistema de saúde, considerando:

- Sazonalidade de doenças respiratórias (ex.: aumento de casos no inverno);
- Imprevisibilidade de emergências (ex.: acidentes em massa, desastres naturais);
- Validade e segurança dos gases medicinais, que exigem reposição periódica para evitar riscos de contaminação ou degradação.

Essa estratégia assegura:

- Manutenção da qualidade e segurança: As entregas parceladas evitam o armazenamento prolongado de cilindros, reduzindo riscos de vazamentos, corrosão ou expiração da validade. Além disso, permitem inspeções frequentes para verificar conformidade com as normas da ANVISA e ABNT.
- Otimização de custos: A divisão em lotes ou etapas facilita a negociação de preços competitivos com fornecedores, aproveitando flutuações de mercado e condições comerciais vantajosas (ex.: descontos por fidelidade).
- Sustentabilidade financeira:
  O parcelamento evita a imobilização de recursos em contratos de alto valor único, permitindo o alinhamento às disponibilidades orçamentárias anuais e a priorização de gastos conforme urgências (ex.: alocação de verba para pandemias).
- Resiliência operacional: A contratação fracionada permite a ativação rápida de fornecedores alternativos em caso de falhas na cadeia principal, garantindo estoque regulador para até 72 horas de demanda crítica.

8.3. Adicionalmente, o parcelamento está alinhado aos princípios da Lei nº 14.133/2021, que prevê:

- Economicidade (Art. 6º, III): Redução de custos por meio de planejamento estratégico;
- Eficiência (Art. 6º, IV): Uso racional de recursos públicos, evitando desperdícios;
- Transparência (Art. 6º, II): Controle detalhado de cada etapa da contratação.

8.4. Dessa forma, o parcelamento não é apenas uma medida logística, mas uma estratégia de gestão de riscos, que assegura:

- Continuidade do atendimento, sem interrupções por desabastecimento;
- Conformidade sanitária, com reposição ágil de cilindros e acessórios em conformidade com a RDC ANVISA nº 69/2008;
- Responsabilidade fiscal, garantindo que os recursos públicos sejam aplicados de forma planejada e auditável.

Conclusão:

A adoção do parcelamento reflete o compromisso da Administração Pública com a saúde populacional e a gestão pública moderna, equilibrando urgências clínicas, segurança técnica e prudência financeira.

9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não haverá a necessidade de contratações correlatas e/ou interdependentes.

10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

10.1. Garantia da Continuidade das Atividades Médico-Assistenciais:

- Suporte ininterrupto à assistência ventilatória:
  Assegurar o fornecimento contínuo de gases medicinais (oxigênio e ar comprimido) e acessórios para unidades de saúde, garantindo o funcionamento de equipamentos.
- Atendimento a emergências clínicas e epidemiológicas:
  Manter estoque regulador para suprir demandas repentinas, como surtos de doenças respiratórias (ex.: COVID-19, influenza) ou desastres naturais, evitando colapso no sistema de saúde.

10.2. Promoção de Segurança Técnica e Qualidade Sanitária

- Conformidade com padrões técnicos:
  Fornecer gases medicinais com pureza certificada pela Farmacopeia Brasileira e acessórios (umidificadores, reguladores com fluxômetro) calibrados e homologados pelo INMETRO, garantindo precisão e segurança no uso clínico.
- Transporte e armazenamento seguros:
  Cumprir a RDC ANVISA nº 69/2008 e NBR ISO 9809 para evitar vazamentos, contaminação ou degradação dos cilindros, com monitoramento contínuo de temperatura e pressão durante a logística.

10.3. Eficiência na Gestão de Recursos Públicos

- Economicidade via concorrência licitatória:
  Reduzir custos por meio de Pregão Eletrônico (Lei nº 14.133/2021), garantindo preços competitivos e transparência na seleção de fornecedores especializados.
- Controle de estoque e redução de desperdícios:
  Parcelar o fornecimento para evitar imobilização de recursos, ajustando entregas à demanda real e à validade dos gases medicinais (ex.: reposição mensal de cilindros recarregáveis).

10.4. Suporte Estratégico às Políticas de Saúde Pública

- Resiliência em crises sanitárias:
  Assegurar capacidade de resposta rápida em pandemias ou emergências, reforçando a credibilidade da gestão municipal perante a população e órgãos de controle.

10.5. Conformidade Legal e Boas Práticas de Gestão

- Alinhamento à legislação vigente:
  Cumprir a Lei nº 14.133/2021 (princípios da economicidade, eficiência e transparência), além de normas técnicas da ANVISA, ABNT e INMETRO.
- Gestão auditável e responsável:
  Documentar todas as etapas do processo (licitação, entregas, inspeções) para auditorias internas e externas, garantindo prestação de contas clara e precisa.

Resultado Esperado:

Com a implementação da solução, a Prefeitura de Itapecuru Mirim/MA pretende:

- Elevar o índice de satisfação dos profissionais de saúde e pacientes, assegurando acesso a insumos de qualidade e pontualidade no abastecimento;
- Garantir assistência de qualidade aos seus usuários.

Conclusão:

A solução proposta não apenas atende às demandas técnicas e legais, mas consolida a excelência em saúde pública, reforçando o compromisso municipal com vidas, recursos públicos e desenvolvimento social.

11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CONTRATAÇÃO

11.1. Realizar levantamento detalhado das necessidades técnicas e operacionais:

- Mapear a demanda mensal e sazonal de gases medicinais (oxigênio e ar comprimido) por unidade de saúde, considerando:
  - Previsão de surtos epidemiológicos ou desastres naturais.
- Identificar requisitos técnicos para acessórios (umidificadores, reguladores com fluxômetro), como compatibilidade com equipamentos médicos e normas de segurança.

11.2. Elaborar especificações técnicas claras e detalhadas:

- Definir critérios obrigatórios para:
  - Certificações: AFE da ANVISA para fabricantes/envasoiras, INMETRO para acessórios, e conformidade com a NBR ISO 9809 (cilindros de alta pressão);
  - Pureza dos gases: Atendimento aos padrões da Farmacopeia Brasileira e RDC ANVISA nº 69/2008;
  - Condições de transporte: Veículos adequados para produtos pressurizados, conforme Resolução ANTT nº 420/2020.

11.3. Realizar pesquisa de mercado qualificada:

- Identificar fornecedores especializados em gases medicinais, priorizando empresas com:
    - Experiência comprovada em contratos públicos ou privados de grande porte;
    - Infraestrutura logística para atendimento emergencial (ex.: frota própria, estoque regulador);
- Coletar cotações de preços por item (cilindros, recargas, acessórios) para embasar a estimativa orçamentária.

11.4. Verificar disponibilidade orçamentária e planejamento financeiro:

- Alinhar o valor estimado da contratação com as dotações orçamentárias da Secretaria de Saúde, garantindo recursos para:
    - Aquisição inicial;
    - Reposição de estoque em situações de crise;
    - Custos operacionais (ex.: logística reversa de cilindros).

11.5. Concluir procedimentos internos de aprovação:

- Submeter o processo à Comissão de Licitação e ao setor jurídico para análise de conformidade com a Lei nº 14.133/2021;
- Obter autorização formal da Secretaria de Saúde para publicação do edital.

11.6. Capacitar equipes técnicas e operacionais:

- Treinar servidores responsáveis pela fiscalização do contrato em:
    - Verificação de certificações e laudos técnicos;
    - Inspeção de cilindros (lacres, validade, ausência de danos);
    - Protocolos de segurança para transporte e armazenamento.
- Realizar simulações de emergências (ex.: desabastecimento repentino) para testar a eficiência do plano de contingência.

11.7. Estabelecer mecanismos de auditoria prévia:

- Validar a autenticidade de documentos (AFE, Alvará Sanitário) junto à ANVISA e órgãos municipais;

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E DAS RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS QUE PODEM SER ADOTADAS

12.1. Possíveis Impactos Ambientais

A aquisição e o fornecimento de gases medicinais (oxigênio e ar comprimido) e acessórios (umidificadores, reguladores com fluxômetro) podem gerar impactos ambientais relacionados ao uso de recursos naturais, geração de resíduos perigosos e emissões atmosféricas. Os principais impactos identificados incluem:

- Geração de resíduos perigosos: Descarte inadequado de cilindros de gás danificados, válvulas defeituosas ou acessórios eletrônicos obsoletos (ex.: reguladores com componentes metálicos ou plásticos não recicláveis), que podem contaminar solos e corpos hídricos.
- Consumo de recursos naturais: Produção de cilindros de alta pressão demanda extração de metais (aço, alumínio) e energia intensiva, contribuindo para esgotamento de recursos não renováveis.
- Emissões atmosféricas: Transporte de cilindros em veículos a diesel ou gasolina gera emissões de CO_2 e outros gases de efeito estufa (GEE). Além disso, vazamentos acidentais de gases medicinais (ex.: oxigênio em excesso) podem alterar ecossistemas locais.
- Riscos de contaminação: Vazamentos de gases residuais durante recargas ou manuseio inadequado, potencialmente tóxicos ou inflamáveis.

12.2. Medidas Mitigadoras

Para minimizar os impactos ambientais relacionados ao fornecimento de gases medicinais e acessórios, as seguintes medidas podem ser adotadas:

a) Redução de resíduos perigosos:
- Priorizar cilindros retornáveis e recarregáveis, com sistema de logística reversa para recolhimento e recondicionamento de unidades danificadas.
- Exigir que fornecedores adotem programas de descarte ambientalmente adequado para acessórios irreparáveis, seguindo a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

b) Eficiência no uso de recursos:
- Incentivar o uso de cilindros fabricados com materiais reciclados (ex.: aço de baixo carbono) e fornecedores com certificação ISO 14001 (gestão ambiental).
- Incentivar a reciclagem de metais provenientes de cilindros obsoletos, em parceria com cooperativas especializadas.

c) Redução de emissões atmosféricas:
- Exigir transporte em veículos inspecionados e adaptados para produtos pressurizados (Resolução ANTT nº 420/2020), com otimização de rotas para reduzir consumo de combustível.

d) Prevenção de vazamentos e contaminações:
- Implementar treinamentos obrigatórios para equipes de manuseio, com foco em protocolos de segurança (NBR ISO 9809) e uso de equipamentos de detecção de vazamentos.
- Estabelecer inspeções periódicas em cilindros e acessórios para garantir integridade física e validade.

e) Sustentabilidade na cadeia de suprimentos:
- Priorizar fornecedores com certificação de boas práticas ambientais e compromisso com metas de neutralidade de carbono.
- Incluir no contrato cláusulas de responsabilidade pós-consumo, obrigando o fornecedor a recolher e destinar resíduos gerados.

12.3. Benefícios das Medidas Mitigadoras

A aplicação das medidas descritas contribuirá para:
- Redução da pegada de carbono do município, alinhando-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 12 e 13);
- Economia de recursos financeiros por meio da reutilização de cilindros e redução de multas por descarte irregular;
- Proteção de ecossistemas locais, evitando contaminação por metais pesados ou gases residuais;

- Fortalecimento da imagem institucional, demonstrando compromisso com práticas sustentáveis e saúde pública.

Conclusão:

A gestão ambientalmente responsável do fornecimento de gases medicinais não apenas mitiga riscos, mas posiciona Itapecuru Mirim/MA como referência em sustentabilidade na saúde pública, equilibrando necessidades clínicas, proteção ambiental e eficiência econômica.

13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO ACERCA DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

13.1. Dessa forma, com base nestes fatores favoráveis, é altamente recomendável e justificável a continuidade do processo de contratação. A opção pelo prosseguimento do feito é respaldada pela certeza de uma gestão eficiente, transparente e competitiva, garantindo não apenas a qualidade dos fornecimentos, mas também contribuindo positivamente para o desenvolvimento regional e o equilíbrio econômico.

Itapecuru-Mirim/MA, 14 de janeiro de 2025.

Elaborado por:

Kleiciane Alanna Teixeira Abreu
Coordenadora da Assistência Farmacêutica
Matrícula Nº 29296

Kleiciane Alanna Teixeira Abreu
Coordenadora da Assistência Farmacêutica

SEC. MUN. DE SAÚDE - LICITAÇÃO - ATA DE REGISTRO DE PREÇO: 026/2023

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2023

Fls: 16

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS SRP Nº 006/2023
PROCESSO Nº 2023.01.30.0003
VALIDADE: Até **12(doze) meses**

Aos 15 dias do mês de março de 2023, a Prefeitura Municipal de Itapecuru -Mirim/MA/MA, inscrita no CNPJ sob nº 05.648.696/0001.80 com sede na Praça Gomes de Souza, S/N, Centro, Itapecuru -Mirim/MA, neste ato, representada por seu Secretário Municipal de Saúde o Sr. Raimundo Índio do Brasil Bandeira de Melo, com RG nº 039092512010 -6 com CPF sob nº 064.009.733-20, e em conformidade com as atribuições que lhe foram delegadas.

Nos termos da Lei nº 10.520/02; do Decreto nº 3.555/00; aplicando -se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93, e as demais normas legais correlatas;

Em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico para Registro de Preços Nº 026/2023, conforme Ata realizada em 28/02/2023 e homologada pelo Ordenador de Despesas;

Resolve REGISTRAR OS PREÇOS para a eventual contratação dos itens a seguir elencados, conforme especificações do Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante desta, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pela empresa R SOUSA **COMERCIO EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº 27.517.764/0001 -05, com sede na Rua Professor José Rosa, Rua 15, Nº 13, Quadra 206, Lote 13, Jardim São Cristovão, CEP 65055 -285, no Município de São Luís, MA, neste ato representada pelo Sr. Reginaldo **José de Sousa Junior**, portador da Cédula de Identidade nº 0212185720060, CPF nº 054.307.083.21 e Habilitação 06027185728 cuja proposta foi classificada em 1° lugar no certame, conforme tabela abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	QTD M³	QTD CILINDRO	VALOR UNITARIO (R$)	VALOR TOTAL (R$)
1	RECARGA DE AR MEDICINAL (COMPRIMIDO) – CILINDRO DE 1 M³	30	30	R$ 204,00	R$ 6.120,00
2	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL -CILINDRO DE 1/2 M³	25	50	R$ 160,00	R$ 4.000,00
3	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL -CILINDRO DE 1 M³	40	40	R$ 177,00	R$ 7.080,00
4	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL -CILINDRO DE 3,5M³	140	40	R$ 220,00	R$ 30.800,00
5	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL -CILINDRO DE 2 M³	200	100	R$ 156,00	R$ 31.200,00
6	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL -CILINDRO DE 7 M³	1050	150	R$ 45,00	R$ 47.250,00
7	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL -CILINDRO DE 10 M³	1200	120	R$ 45,00	R$ 54.000,00
	VALOR TOTAL				R$ 180.450,00

CLÁUSULA PRIMEIRA– DO OBJETO

1.1. O objeto desta Ata é o Registro de preço para aquisição de recargas de gases medicinais (gás oxigênio e ar comprimido) específico de uso na assistência ventilatória para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Itapecuru Mirim/MA, conforme especificações do Termo de Referência.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultan do-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DOS PARTICIPANTES

2.1. O órgão gerenciador é a Secretaria Municipal de Saúde.

2.2. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couberem, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 10.520/02, no Decreto nº 3.555/00, na Lei Complementar nº 123/06 e subsidiariamente, na Lei nº 8.666/93.

Assinado eletronicamente por: Walderino Mendes da Silva - CPF: ***.128.783-** em 15/03/2023 16:00:05 - IP com nº: 10.0.0.196
Autenticação em: www.itapecurumirim.ma.gov.br/diariooficial.php?id=479

2.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

2.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços.

2.5. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

2.5.1. Compete ao órgão não participante, que aderir à presente ata os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor, em relação às obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12(doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA QUARTA - DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

4.2. O preço registrado poderá ser revisto nos termos da alínea "d" do inciso II do *caput* do art. 65 da Lei nº 8.666/93, em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores.

4.3. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:

4.3.1. Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

4.3.2. Frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido e cancelar o registro, sem aplicação de penalidade; e

4.3.4. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação, observada a ordem de classificação original no certame.

4.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

4.4.1. Convocar o fornecedor visando à negociação de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado nos termos do item 4.3 do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666/93, quando cabível, para rever o preço registrado em razão da superveniência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual;

4.4.2. Caso inviável ou frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

4.4.3. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação, quando cabível.

4.5. A cada pedido de revisão de preço deverá o fornecedor comprovar e justificar as alterações havidas na planilha apresentada anteriormente, demonstrando analiticamente a variação dos componentes dos custos devidamente justificada.

4.6. Na análise do pedido de revisão, dentre outros critérios, a Administração adotará, para verificação dos preços constantes nos documentos demonstrativos que acompanhem o pedido, pesquisa de mercado dentre empresas de reconhecido porte mercantil, produtoras e/ou comercializadoras, a ser realizada pela própria unidade, devendo a deliberação, o deferimento ou indeferimento da alteração solicitada ser instruída com justificativa da escolha do critério e memória dos respectivos cálculos, para decisão da Administração no prazo de 30 (trinta) dias. Todos os documentos utilizados para a análise do pedido de revisão de preços serão devidamente autuados, rubricados e numerados, sendo parte integrante dos autos processuais.

Assinado eletronicamente por: Walderino Mendes da Silva - CPF: ***.128.783-** em 15/03/2023 16:00:05 - IP com nº: 10.0.0.196
Autenticação em: www.itapecurumirim.ma.gov.br/diariooficial.php?id=479

4.7. É vedado ao contratado interromper o fornecimento enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas no Edital Convocatório, salvo a hipótese de liberação do fornecedor prevista no item 4.1a.

4.8. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação parcial ou total da Ata de Registro de Preços, mediante publicação no Diário Oficial, e adotar as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

4.9. É proibido o pedido de revisão com efeito retroativo.

4.10. Não cabe repactuação ou reajuste de preços registrado.

4.11. Havendo qualquer alteração, o órgão gerenciador encaminhará cópia atualizada da Ata de Registro de Preços aos órgãos participantes, se houver.

CLÁUSULA QUINTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

5.1. O fornecedor terá o seu registro cancelado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa, em processo administrativo específico, quando:

5.1.1. Não cumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

5.1.2. Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, ou não assinar o contrato, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

5.1.3. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

5.2. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

5.2.1. Por razões de interesse público;

5.2.2. A pedido do fornecedor.

5.3. Em qualquer das hipóteses acima, o órgão gerenciador comunicará o cancelamento do registro do fornecedor aos órgãos participantes, se houver.

CLÁUSULA SEXTA - DA CONTRATAÇÃO COM OS FORNECEDORES

6.1. A contratação com o fornecedor registrado observará a classificação segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva da licitação que deu origem à presente ata e será formalizada mediante instrumento contratual, conforme disposto no artigo 62 da Lei nº 8.666/93, e na Lei nº 10.520/02, do Decreto nº 3.555/00, da Lei Complementar nº 123/06 e, subsidiariamente, da Lei nº 8.666/93;

6.2. O órgão convocará o fornecedor com preço registrado em Ata para, a cada contratação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, efetuar a retirada da Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ou, assinar o Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços.

6.3. Esse prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Administração.

6.4. Previamente à formalização de cada contratação, o (nome do Orgão) realizará consulta ao SICAF para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público e verificar a manutenção das condições de habilitação.

6.5. A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões contratuais que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.6. É vedada a subcontratação total. A subcontratação parcial do objeto do contrato será admitida desde que autorizada previamente pela administração.

Assinado eletronicamente por: Walder no Mendes da Silva - CPF: ***.128.783-** em 15/03/2023 18:09:05 - IP com n°: 10.0.0.198
Autenticação em: www.itapecurumirim.ma.gov.br/diariooficial.php?id=475

6.7. A Contratada deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

7.1. O contrato firmado com o fornecedor terá vigência até 31 de dezembro do exercício do respectivo crédito orçamentário, a contar da sua assinatura.

CLÁUSULA OITAVA - DO PREÇO

8.1. Durante a vigência de cada contrato, os preços serão reajustados na sua forma.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações do contratante e da contratada são aquelas previstas, respectivamente, nas Seções "DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE" e "DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA" do Termo de Referência, Anexo I do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

10.1. O recebimento e o critério de aceitação do objeto dar-se-á conforme consta no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento dar-se-á na forma do item "DO PAGAMENTO" do Termo de Referência, Anexo I do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO CONTROLE DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

12.1. A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência a Administração.

12.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado e ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/93.

12.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando o dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13. A apuração e aplicação de sanções dar-se-á na forma da Seção "DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS" do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será anexada a esta Ata cópia do Termo de Referência.

14.2. Integram o Edital, independentemente de transcrição, a Ata de Registro de Preços, o Termo de Referência e a proposta da empresa.

14.3. Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei nº 10.520/02, do Decreto nº 3.555/00, da Lei Complementar nº 123/06, e da Lei nº 8.666/93, subsidiariamente.

14.4. O foro para dirimir questões relativas a presente Ata será o da cidade de Itapecuru -Mirim/MA, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Itapecuru-Mirim/MA, 15 de março de 2023

RAIMUNDO INDIO DO BRASIL BANDEIRA DE MELO
Secretário Municipal de Saúde

Reginaldo José de Sousa Junior
R SOUSA COMERCIO EIRELI
Representante Legal

Assinado eletronicamente por: Walderino Mendes da Silva - CPF: ***.138.783-** em 15/03/2023 18:00:05 - IP com nº: 10.0.0.138
Autenticação em: www.itapecurumirim.ma.gov.br/diariooficial.php?id=178

Painel de Preços

MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS

GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

MÉDIA	MEDIANA	MENOR
R$ 3,97	**R$ 1,47**	**R$ 0,23**

FILTROS APLICADOS

Unidade de Fornecimento	Código Material/Serviço
UNIDADE	**437179**

Quantidade total de registros: 233

Registros apresentados: 1 a 50

Identificação da Compra	Número do Item	Modalidade	Código do CATMAT	Descrição do Item	Descrição Complementar	Unidade de Fornecimento	Quantidade Ofertada	Valor Unitário	Fornecedor	Órgão	UASG	Data da Compra
00028/2023	00058	Pregão	437179	CATETER PERIFÉRICO		UNIDADE	25.000	R$0,23	HOSPITALMED LTDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PAUDALHO - PE	462406 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PAUDALHO - PE	06/02/2024
00060/2023	00045	Pregão	437179	CATETER PERIFÉRICO		UNIDADE	60.000	R$0,33	CLASSMED - PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	PREFEITURA DE ARAPONGAS - PR	987427 - PREFEITUA MUNICIPAL DE ARAPONGAS - PR	15/12/2023
90009/2024	00099	Pregão	437179	CATETER PERIFÉRICO		UNIDADE	15.000	R$0,40	ECO-FARMAS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	PREFEITURA DE AMPERE - PR	987417 - PREFEITURA MUNICIPAL DE AMPERE - PR	19/03/2024
00081/2023	00045	Pregão	437179	CATETER PERIFÉRICO		UNIDADE	42.000	R$0,50	MAX MED - PRODUTOS CIRURGICOS LTDA	PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI - PR	988461 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI - PR	31/01/2024
00008/2023	00091	Pregão	437179	CATETER PERIFÉRICO		UNIDADE	16.000	R$0,51	BR MEDICAMENTOS LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160166 - HOSPITAL GERAL DE BELEM	15/02/2024
00074/2023	00044	Pregão	437179	CATETER PERIFÉRICO		UNIDADE	1.000	R$0,5199	CLASSMED - PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	PREFEITURA DE PINHALAO	987763 - PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALAO - PR	26/10/2023
00016/2023	00032	Pregão	437179	CATETER PERIFÉRICO		UNIDADE	2.800	R$0,52	SOUZAMED IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA	MINISTERIO DA SAUDE	257034 - DISTRITO SANIT.ESP. INDÍGENA - MARANHAO	06/11/2023

Relatório gerado dia: 29/01/2025 às 19:30

Fonte: paineldeprecos.planejamento.gov.br

Painel de Preços

MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS

GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

MÉDIA	MEDIANA	MENOR
R$ 274,70	**R$ 250,01**	**R$ 41,81**

FILTROS APLICADOS

Unidade de Fornecimento	Código Material/Serviço
UNIDADE	**389770**

Quantidade total de registros: 50

Registros apresentados: 1 a 50

Identificação da Compra	Número do Item	Modalidade	Código do CATMAT	Descrição do Item	Descrição Complementar	Unidade de Fornecimento	Quantidade Ofertada	Valor Unitário	Fornecedor	Órgão	UASG	Data da Compra
90102/2024	00004	Pregão	389770	VÁLVULA REGULADORA CILINDRO GÁS		UNIDADE	10	R$41,81	TECGAS COMERCIO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA	PREFEITURA DE TURVO - PR	968453 - PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO - PR	16/09/2024
00005/2023	00060	Pregão	389770	VÁLVULA REGULADORA CILINDRO GÁS		UNIDADE	10	R$52,50	ACI COMERCIO LTDA	PREFEITURA MUNICIPAL SENHORA DOS REMÉDIOS-MG	985323 - PREFEITURA MUNICIPAL SENHORA DOS REMÉDIOS-MG	01/12/2023
00204/2023	00035	Pregão	389770	VÁLVULA REGULADORA CILINDRO GÁS		UNIDADE	390	R$125,50	INNOVE COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA	PREFEITURA DE SAO JOSE DOS PINHAIS - PR	987885 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DOS PINHAIS	06/12/2023
00010/2023	00011	Pregão	389770	VÁLVULA REGULADORA CILINDRO GÁS		UNIDADE	5	R$168	SILVIO VIGIDO	COMANDO DO EXERCITO	160438 - COMANDO 2 BRIGADA DE CAVALARIA MECANIZADA/RS	18/01/2024
00011/2023	00290	Pregão	389770	VÁLVULA REGULADORA CILINDRO GÁS		UNIDADE	150	R$170	GM COMERCIAL HOSPITALAR LTDA	PREFEITURA DE TUPASSI - PR	987993 - PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPASSI - PR	22/12/2023

Painel de Preços

MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS

GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

MÉDIA	MEDIANA	MENOR
R$ 22,92	**R$ 11,80**	**R$ 4**

FILTROS APLICADOS

Unidade de Fornecimento	Código Material/Serviço
UNIDADE	**435413**

Quantidade total de registros: 57

Registros apresentados: 1 a 50

Identificação da Compra	Número do Item	Modalidade	Código do CATMAT	Descrição do Item	Descrição Complementar	Unidade de Fornecimento	Quantidade Ofertada	Valor Unitário	Fornecedor	Órgão	UASG	Data da Compra
90009/2024	00127	Pregão	435413	MATERIAL GASOTERAPIA		UNIDADE	200	R$4	ECO-FARMAS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	PREFEITURA DE AMPERE - PR	987417 - PREFEITURA MUNICIPAL DE AMPERE - PR	19/03/2024
90009/2024	00126	Pregão	435413	MATERIAL GASOTERAPIA		UNIDADE	200	R$4	ECO-FARMAS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	PREFEITURA DE AMPERE - PR	987417 - PREFEITURA MUNICIPAL DE AMPERE - PR	19/03/2024
90003/2024	00060	Pregão	435413	MATERIAL GASOTERAPIA		UNIDADE	50	R$5	UNIMEDHOSP COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS HOSPITALARES E ODONTOLOGICOS LTDA	PREFEITURA DE MUNCIPAL SAPEAÇU - BA	983891 - PREFEITURA DE MUNCIPAL SAPEAÇU - BA	16/04/2024
00764/2023	00019	Pregão	435413	MATERIAL GASOTERAPIA		UNIDADE	2.416	R$8,50	CSMED PRODUTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DO PARANA	456793 - FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DO PARANA	26/07/2024
00025/2023	00024	Pregão	435413	MATERIAL GASOTERAPIA		UNIDADE	430	R$8,60	APR COMERCIO DE CORRELATOS PARA SAUDE LTDA	MINISTERIO DA SAUDE	250059 - INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA	10/01/2024
90001/2024	00055	Pregão	435413	MATERIAL GASOTERAPIA		UNIDADE	200	R$8,81	NORTEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MEDICOS LTDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CASTANHAL - PA	460259 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CASTANHAL - PA	23/05/2024

Relatório gerado dia: 29/01/2025 às 19:28

Fonte: paineldeprecos.planejamento.gov.br

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

FLS. 23

MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

O documento visa a elaboração de um MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS para **Aquisição de recargas de gases medicinais gás oxigênio e ar comprimido e acessórios umidificador e regulador com fluxômetro – para uso na assistência ventilatória para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Itapecuru Mirim/MA.**

RISCOS RELACIONADOS AO PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

1. AVALIAÇÃO E TRATAMENTO DOS RISCOS IDENTIFICADOS:

1.1. Riscos:

Risco 01	**Risco:**	Falha no Planejamento da Contratação
	Probabilidade:	Baixo
	Impacto:	Alto
	Dano:	Contratação equivocada do item

Id	Ação de tratamento Preventiva
1	Elaboração do ETP contendo falhas nas especificações do objeto, sem precisão ou clareza, vedada as especificações excessivas, irrelevantes ou desnecessárias.
Id	**Ação de tratamento de Contingência**
1	Dedicação exclusiva da equipe de planejamento para minimizar os impactos.

Risco 02	**Risco:**	Falha na Pesquisa de preço
	Probabilidade:	Baixa
	Impacto:	Alto
	Dano:	Preços inexequíveis ou sobrepreço.

Id	Ação de tratamento Preventiva
1	Realizar pesquisa preliminar de preços observando os par disposto no Art. 23 da 14.133/2021, das INs SEGES 65/2021 e 91/2022, conforme caso, como também consultar contratos do mesmo objeto celebrados anteriormente.
Id	**Ação de tratamento de Contingência**
1	Suspender a eventual contratação caso o preço inexequível seja observado, apurar o sobrepreço e reaver o dano ao erário.

Risco 03	**Risco:**	Gestão e Fiscalização Contratual
	Probabilidade:	Média
	Impacto:	Alto
	Dano 1:	Não cumprimento das obrigações contratuais

Id	**Ação de tratamento Preventiva**
1	Implementando estratégias eficazes de gerenciamento de contratos, para evitar possiveis problemas e alcançar resultados positivos.

Id	**Ação de tratamento de Contingência**
1	Notificar a contratada pelo descumprimento de obrigação contratual.

5 – ASSINATURA

Técnico Responsável:

Itapecuru Mirim/MA, 14 de janeiro de 2025

Kleiciane Alanna Teixeira Abreu
Coordenadora da Assistência Farmacêutica
Matrícula nº 29296

Kleiciane Alanna Teixeira Abreu
Coordenadora da Assistência Farmacêutica

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM
CNPJ: 05.648.696/0001-80

FLS 25

DESPACHO

Itapecuru-Mirim/MA, 14 de janeiro de 2025.

Ao Setor de Compras
Att.: Marilia Sousa Lima Rosa Serra

ASSUNTO: Solicitação de Pesquisa de Preços de Mercado para Processo Administrativo nº 2025.01.14.0005

REFERÊNCIA: Registro de preço para aquisição de recargas de gases medicinais gás oxigênio e ar comprimido e acessórios umidificador e regulador com fluxômetro – para uso na assistência ventilatória para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Itapecuru Mirim/MA.

Prezada Senhora,

Considerando a necessidade de cumprir com as obrigações do Município, solicito de vossa senhoria a realização de pesquisa de preço de mercado para o **Registro de preço para aquisição de recargas de gases medicinais gás oxigênio e ar comprimido e acessórios umidificador e regulador com fluxômetro – para uso na assistência ventilatória para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Itapecuru Mirim/MA.**

Solicito que seja juntada aos autos, Cotações de Preços realizadas, Mapa de Pesquisa de Preços ou Relatório da Pesquisa.

Em seguida, retornem-se os autos para a Secretaria para demais providências.

Atenciosamente,

João Marcelo Fonsêca Silva
Secretaria Municipal de Saúde

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE RECEITA, ORÇAMENTO E GESTÃO
CNPJ: 05.648.696/0001-80

Fls. 16

DESPACHO

Itapecuru-Mirim/MA, 15 de janeiro de 2025.

A SEMUS
ATT.: João Marcelo Fonsêca Silva

PROCESSO: 2025.01.14.0005

Objeto: Registro de preço para aquisição de recargas de gases medicinais gás oxigênio e ar comprimido e acessórios umidificador e regulador com fluxômetro – para uso na assistência ventilatória para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Itapecuru Mirim/MA

RELATÓRIO DA PESQUISA DE MERCADO

Em atendimento à solicitação da Secretaria Municipal da Receita Orçamento e Gestão, e, considerando as atribuições impostas ao setor, informamos que a Pesquisa de Mercado procedeu-se de forma mais aprofundada e definitiva, em conformidade com as orientações do Tribunal de Contas da União, utilizando-se dos parâmetros definidos pelos Decretos Municipais N° 015/2023 e 016/2023GP, Art. 23 e parágrafos da Lei Federal n° 14.133/2021 e demais legislações pertinentes, através de uma análise dos preços praticados no mercado a fim de determinar o orçamento estimativo da futura contratação.

Diante do exposto, para a realização da Pesquisa de Mercado, foram utilizados os parâmetros definidos nos dispositivos supracitados, dentre os quais podemos destacar:

a) Banco de Preços;

b) Painel de Preços.

Ademais, todos os atos foram realizados de modo a obter o preço médio e também o menor preço estimado mais vantajoso à Administração Pública, respeitando-se, assim, a Lei de Licitações e as orientações dos Tribunais de Contas.

Face ao exposto, identificamos o valor R$ 318.012,75 (trezentos e dezoito mil doze reais e setenta e cinco centavos), conforme Relatório de Pesquisa de Mercado, e Mapa de Apuração, em anexo.

Atenciosamente,

Marília Sousa Lima Rosa Serra

Marília Sousa Lima Rosa Serra
Setor de Compras

Equipe de Atuação em Cotação:

Nome	Matrícula	Departamento	Telefone
MARÍLIA SOUSA LIMA ROSA SERRA	27201	SETOR DE COMPRAS	(98) 98437-30[illegible]

Relatório de Cotação: SEMUS - GASES MEDICINAIS

Pesquisa realizada entre 14/01/2025 17:51:38 e 15/01/2025 09:59:59

Relatório gerado no dia 15/01/2025 10:52:10 (IP: 45.183.176.158)

Em conformidade com a Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133).

Método Matemático Aplicado: Média Aritmética dos preços obtidos - Preço calculado com base na média aritmética de todos os preços selecionados pelo usuário para aquele determinado item.

Conforme Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133), no Artigo 5º, "A pesquisa de preços será mais ampla em documento que conterá: INC V- Método matemático aplicado para a definição do valor estimado."

Item 1: RECARGA DE AR MEDICINAL (COMPRIMIDO) – CILINDRO DE 1 M³

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO EST. CALCULADO	% VALOR GLOBAL	TOTAL
1 / 2	30	R$ 187,00 (un)	-	R$ 187,00	3%	R$ 5.610,00

Preço Compras Governamentais	Órgão Público	Identificação	Data Homologação	Preço
1	14.221.741/0001-07 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CORRENTINA/BA	Nº Pregão:900072024 UASG:983485	15/16/2024	R$ 187,00
Valor Unitário				**R$ 187,00**

Mediana dos Preços Obtidos: R$ 187,00 | Média dos Preços Obtidos: R$ 187,00

Item 2: RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 1/2 M³

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO EST. CALCULADO	% VALOR GLOBAL	TOTAL
1 / 1	25	R$ 156,99 (un)	-	R$ 156,99	2,1%	R$ 3.924,75

Preço Público	Órgão Público	Identificação	Data Homologação	Preço
1	MUNICIPIO DE ACAILANDIA - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE / 1647 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE AÇAILÂNDIA/MA	11816419000130-1-000023/2024	06/12/2024	R$ 156,99
Valor Unitário				**R$ 156,99**

Mediana dos Preços Obtidos: R$ 156,99 | Média dos Preços Obtidos: R$ 156,99

Item 3: RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 1 M³

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO EST. CALCULADO	% VALOR GLOBAL	TOTAL
1 / 1	40	R$ 156,99 (un)	-	R$ 156,99	3,3%	R$ 6.279,60

Preço Público	Órgão Público	Identificação	Data Homologação	Preço
1	MUNICIPIO DE ACAILANDIA - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE / 1847 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE AÇAILÂNDIA/MA	11810419000132-1-000023/2024	06/12/2024	R$ 156,99

Valor Unitário **R$ 156,99**

Mediana dos Preços Obtidos: R$ 156,99 | Média dos Preços Obtidos: R$ 156,99

Item 4: RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 3,5M³

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO EST. CALCULADO	% VALOR GLOBAL	TOTAL
1 / 1	140	R$ 239,50 (un)	-	R$ 239,50	17,9%	R$ 33.530,00

Preço Público	Órgão Público	Identificação	Data Homologação	Preço
1	18.011.183/0001-06 - CONSORCIO INTEGRADO DE GESTAO PUBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS	18011183000106-1-000001/2024	02/02/2024	R$ 239,50

Valor Unitário **R$ 239,50**

Mediana dos Preços Obtidos: R$ 239,50 | Média dos Preços Obtidos: R$ 239,50

Item 5: RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 2 M³

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO EST. CALCULADO	% VALOR GLOBAL	TOTAL
1 / 1	200	R$ 141,94 (un)	-	R$ 141,94	15,1%	R$ 28.388,00

Preço Público	Órgão Público	Identificação	Data Homologação	Preço
1	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE URUTAI-GO / 9 - FMS FUNDO MUN SAUDE URUTAI	11675013000187-1-000049/2024	27/11/2024	R$ 141,94

Valor Unitário **R$ 141,94**

Mediana dos Preços Obtidos: R$ 141,94 | Média dos Preços Obtidos: R$ 141,94

Item 6: RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 7 M³

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO EST. CALCULADO	% VALOR GLOBAL	TOTAL
1 / 1	1.050	R$ 100,59 (un)	-	R$ 100,59	56,3%	R$ 105.619,50

Preço Público	Órgão Público	Identificação	Data Homologação	Preço
1	MUNICIPIO DE SANTANA DO IPANEMA	12250916000109-1-000079/2024	27/09/2024	R$ 100,59

Valor Unitário **R$ 100,59**

Mediana dos Preços Obtidos: R$ 100,59 | Média dos Preços Obtidos: R$ 100,59

Item 7: RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 10 M³

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO EST. CALCULADO	% VALOR GLOBAL	TOTAL
1 / 1	1,2	R$ 117,87 (un)	-	R$ 117,87	0,1%	R$ 141,44

Preço Público	Órgão Público	Identificação	Data Homologação	Preço
1	MUNICIPIO DE SANTANA DO IPANEMA	12250916000189-1-000079/2024	27/09/2024	R$ 117,87

Valor Unitario **R$ 117,87**

Mediana dos Preços Obtidos: R$ 117,87 | Média dos Preços Obtidos: R$ 117,87

Item 8: VÁLVULA REGULADORA PARA CILINDRO DE OXIGÊNIO COM FLUXOMETRO

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO EST. CALCULADO	% VALOR GLOBAL	TOTAL
1 / 1	15	R$ 218,00 (un)	-	R$ 218,00	1,7%	R$ 3.270,00

Preço Público	Órgão Público	Identificação	Data Homologação	Preço
1	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES	15126437000143-1-000516/2024	15/04/2024	R$ 218,00

Valor Unitário **R$ 218,00**

Mediana dos Preços Obtidos: R$ 218,00 | Média dos Preços Obtidos: R$ 218,00

Item 9: UMIDIFICADOR PARA OXIGÊNIO 250ML

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO EST. CALCULADO	% VALOR GLOBAL	TOTAL
1 / 9	30	R$ 22,40 (un)	-	R$ 22,40	0,4%	R$ 672,00

Preço Compras Governamentais	Órgão Público	Identificação	Data Homologação	Preço
1	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO TUPIM/BA	NºPregão:90015/2024 UASG:983375	20/12/2024	R$ 22,40

Valor Unitário **R$ 22,40**

Mediana dos Preços Obtidos: R$ 22,40 | Média dos Preços Obtidos: R$ 22,40

Item 10: EXTENSOR PARA CATETER DE OXIGÊNIO, TUBO EM SILICONE COM DIÂMETRO INTERNO 6MM : 50METROS

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO EST. CALCULADO	% VALOR GLOBAL	TOTAL
1 / 1	50	R$ 4,44 (un)	-	R$ 4,44	0,1%	R$ 222,00

Preço Público	Órgão Público	Identificação	Data Homologação	Preço
1	MUNICIPIO DE PINTADAS	13896725000151-1-000004/2024	24/05/2024	R$ 4,44

Valor Unitário **R$ 4,44**

Mediana dos Preços Obtidos: R$ 4,44 | Média dos Preços Obtidos: R$ 4,44

Valor Global: **R$ 187.657,29**

Valor do item em relação ao total





Detalhamento dos Itens

Item 1: RECARGA DE AR MEDICINAL (COMPRIMIDO) – CILINDRO DE 1 M³

Preço Estimado: R$ 187,00 (un) **Percentual:** - **Preço Estimado Calculado:** R$ 187,00 **Média dos Preços Obtidos:** R$ 187,00

JUSTIFICATIVA (MENOS DE 3 PREÇOS): A cotação será complementada com bancos públicos.

Conforme Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133), no Artigo 6.º § 5º, "Excepcionalmente, será admitida a determinação de preço estimado com base em menos de três preços, desde que devidamente justificada nos autos pelo gestor responsável e aprovada pela autoridade competente."

Quantidade	Descrição	Observação
30 Metros Cúbicos	RECARGA DE AR MEDICINAL (COMPRIMIDO) – CILINDRO DE 1 M³	

Preço (Compras Governamentais) 1: Média das 2 Melhores Propostas Iniciais **R$ 187,00**

Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

CNPJ: 14.221.741/0001-07
Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE CORRENTINA BA
Objeto: Contratação de empresas para a aquisição, por sistema de registro de preços, de gás medicinal (oxigênio), em face da indispensabilidade para a realização de atendimentos a eventos respiratórios agudos imediatos, provenientes da demanda da Secretaria Municipal de Saúde, conforme descrito no Anexo II – Termo de Referência do Edital.
Descrição: **Gás comprimido** - Gás Comprimido Nome: Oxigênio , Aspecto Físico: Gás Incolor , Fórmula Química: O2 , Massa Molecular: 31,99 G/MOL, Grau De Pureza: Pureza Mínima De 99% , Característica Adicional: Uso Medicinal , Número De Referência Química: Cas 7782-44-7
CatMat: **429464** - Nome: Oxigênio | Aspecto Físico: Gás Incolor | Fórmula Química: O2 | Massa Molecular: 31,99 G/MOL | Grau De Pureza: Pureza Mínima De 99% | Característica Adicional: Uso Medicinal | Número De Referência Química: Cas 7782-44-7

Data: 04/09/2024 08:00
Modalidade: Pregão Eletrônico
SRP: SIM
Identificação: Nº Pregão 90007/2024 / UASG 983481
Lote/Item: /1
Ata: N/A
Homologação: 15/10/2024 09:06
Fonte: www.gov.br/compras/pt-br
Quantidade: 96
Unidade: Metro Cúbico
UF: BA

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Inicial
09.384.954/0001-10	MARCOS ANTONIO LADEIA BARROS LTDA	R$ 187,00

VENCEDOR

Marca: Veiga Gases
Fabricante: Fabricante não informado
Modelo: Cil. 1m³
Descrição: Descrição não informada

Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:
BA	Guanambi	RUA CASPARINO DONATO NETO, 221	Marcos	(77) 99973-7643	marcos1466@hotmail.com

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Inicial
07.456.133/0001-16	MAQ SOLDAS COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA	R$ 187,00

Marca: White Martins
Fabricante: Fabricante não informado
Modelo: White Martins
Descrição: Descrição não informada

Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:
ES	Santa Maria da Vitória	AV PERIMETRAL, 43	Maq Soldas	(077) 7403-5681	maqsoldas.sms@hotmail.com

Item 2: RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 1/2 M³

Preço Estimado: R$ 156,99 (un) **Percentual:** - **Preço Estimado Calculado:** R$ 156,99 **Média dos Preços Obtidos:** R$ 156,99

JUSTIFICATIVA (MENOS DE 3 PREÇOS): A cotação será complementada com bancos públicos.

Conforme Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei Nº 14.133), no Artigo 6 º § 5º: "Excepcionalmente, será admitida a determinação de preço estimado com base em menos de três preços, desde que devidamente justificada nos autos pelo gestor responsável e aprovada pela autoridade competente."

Quantidade	Descrição	Observação
25 Metros Cúbicos	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 1/2 M³	

Preço (Outros Entes Públicos) 1: Média das Propostas Finais **R$ 156,99**

Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

Órgão: MUNICIPIO DE ACAILANDIA - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE / 1647 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE AÇAILÂNDIA/MA

Objeto: [LICITANET] - Registro de preços visando a eventual contratação de pessoa jurídica especializada em fornecimento de Oxigênio Gasoso e Oxigênio Líquido Criogênico, com cedência em comodato de cilindros para oxigênio gasoso e tanques estacionários para oxigênio líquido criogênico, de interesse da Secretaria Municipal de Saúde

Descrição: **Recarga de Oxigênio Medicinal, gás para uso hospitalar, armazenado em cilindro de aço com 1 m3.** - Recarga de Oxigênio Medicinal, gás para uso hospitalar, armazenado em cilindro de aço com 1 m3.

Data: 28/11/2024 09:00
Modalidade: Pregão - Eletrônico
SRP: SIM
Identificação: 11816419000132-1-000023/2024
Lote/Item: 1/5003652
Ata: N/A
Homologação: 06/12/2024 00:00
Fonte: https://www.gov.br/pncp/pt-br
Quantidade: 1.950
Unidade: UNIDADE
UF: MA

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
01.766.628/0001-65	PROSOLDA GASES LTDA	R$ 156,99

VENCEDOR

Marca:
Fabricante: Fabricante não informado
Modelo:
Descrição: Descrição não informada

Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:
MA	Imperatriz	R RIACHUELO, 4	(99) 9169-3845	prosoldagases@yahoo.com.br

Item 3: RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 1 M³

Preço Estimado: R$ 156,99 (un) **Percentual:** - **Preço Estimado Calculado:** R$ 156,99 **Média dos Preços Obtidos:** R$ 156,99

JUSTIFICATIVA (MENOS DE 3 PREÇOS): A cotação será complementada com bancos públicos.

Conforme Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133), no Artigo 6 º § 5º, "Excepcionalmente, será admitida a determinação de preço estimado com base em menos de três preços, desde que devidamente justificada nos autos pelo gestor responsável e aprovada pela autoridade competente."

Quantidade	Descrição	Observação
40 Metros Cúbicos	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 1 M³	

Preço (Outros Entes Públicos) 1: Média das Propostas Finais **R$ 156,99**

Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

Órgão: MUNICIPIO DE ACAILANDIA - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE / 1647 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AÇAILÂNDIA/MA

Objeto: [LICITANET] - Registro de preços visando a eventual contratação de pessoa jurídica especializada em fornecimento de Oxigênio Gasoso e Oxigênio Líquido Criogênico, com cedência em comodato de cilindros para oxigênio gasoso e tanques estacionários para oxigênio líquido criogênico, de interesse da Secretaria Municipal de Saúde

Descrição: **Recarga de Oxigênio Medicinal, gás para uso hospitalar, armazenado em cilindro de aço com 1 m3.** - Recarga de Oxigenio Medicinal, gás para uso hospitalar, armazenado em cilindro de aço com 1 m3.

Data: 29/11/2024 09:00
Modalidade: Pregão - Eletrônico
SRP: SIM
Identificação: 11816419000132-1-000023/2024
Lote/Item: 1/5001652
Ata: N/A
Homologação: 06/12/2024 00:00
Fonte: https://www.gov.br/pncp/pt-br
Quantidade: 1.950
Unidade: UNIDADE
UF: MA

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
01.766.628/0001-65 *VENCEDOR*	PROSOLDA GASES LTDA	R$ 156,99

Marca:
Fabricante: Fabricante não informado
Modelo:
Descrição: Descrição não informada

Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:
MA	Imperatriz	R BIACHUELO, 4	(99) 9188-3645	prosoldagases@yahoo.com.br

Item 4: RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 3,5M³

Preço Estimado: R$ 239,50 (un) **Percentual:** - **Preço Estimado Calculado:** R$ 239,50 **Média dos Preços Obtidos:** R$ 239,50

JUSTIFICATIVA (MENOS DE 3 PREÇOS): A cotação será complementada com bancos públicos.

Conforme Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133), no Artigo 6 º § 5º, "Excepcionalmente, será admitida a determinação de preço estimado com base em menos de três preços, desde que devidamente justificada nos autos pelo gestor responsável e aprovada pela autoridade competente."

Quantidade	Descrição	Observação
140 Metros Cúbicos	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 3,5M³	

Preço (Outros Entes Públicos) 1: Média das Propostas Finais **R$ 239,50**

Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

CNPJ: 18.011.183/0001-06

Orgão: CONSORCIO INTEGRADO DE GESTAO PUBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS, EVENTUAIS E PARCELADAS AQUISIÇÕES DE RECARGA DE GÁS (OXIGÊNIO MEDICINAL), PARA ATENDER AS DEMANDAS DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS

Descrição: **RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL, CILINDRO 4MP** - RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL, CILINDRO 4MP

Data: 06/01/2024 10:11

Modalidade: Pregão - Eletrônico

SRP: SIM

Identificação: 18011183000106-1-000004/2024

Lote/Item: 1/8

Ata: N/A

Homologação: 02/02/2024 00:00

Fonte: https://www.gov.br/pncp/pt-br

Quantidade: 272

Unidade: CAR

UF: SC

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
00.331.788/0022-43 *VENCEDOR*	AIR LIQUIDE BRASIL LTDA	R$ 239,50

Marca: Marca não informada
Fabricante: Fabricante não informado
Descrição: Descrição não informada

Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:
SP	São José dos Campos	ESTRADA DOM JOSE ANTONIO DO COUTO, 655	Lucas Moreira Souza Lopes	(12) 3905-5004	nilda.silva@airliquide.com

Item 3: RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 2 M³

Preço Estimado: R$ 141,94 (un) **Percentual:** - **Preço Estimado Calculado:** R$ 141,94 **Média dos Preços Obtidos:** R$ 141,94

JUSTIFICATIVA (MENOS DE 3 PREÇOS): A cotação será complementada com bancos públicos.

Conforme Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133), no Artigo 6º, § 5º, "Excepcionalmente, será admitida a determinação de preço estimado com base em menos de três preços, desde que devidamente justificado nos autos pelo gestor responsável e aprovado pela autoridade competente."

Quantidade	Descrição	Observação
200 Metros Cúbicos	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 2 M³	

Preço (Outros Entes Públicos) 1: Média das Propostas Finais **R$ 141,94**

Inc. IV Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

Órgão: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE URUTAI-GO / 9 - FMS FUNDO MUN SAUDE URUTAI

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO ININTERRUPTO DE GASES MEDICINAIS, INCLUINDO O FORNECIMENTO E EMPRÉSTIMO GRATUITO (COMODATO) DOS CILINDROS DE ARMAZENAMENTO, EM SEUS MAIS VARIADOS VOLUMES, DESTINADOS A SUPRIREM A DEMANDA DA UNIDADE BÁSICA "DR. MÁRIO CÂNDIDO RIBEIRO", GERIDA PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE URUTAI - GO.

Descrição: **Gás Medicinal Oxigênio - oxigênio gasoso medicinal (O2), características físicas químicas inodoras, insípido, não inflamável, comburente, peso molecular 31,9988, produto sem efeito toxicológico - recarga para cilindro, cor verde, conforme ABNT, teste de I** - Gás Medicinal Oxigênio - oxigênio gasoso medicinal (O2), características físicas químicas inodoras, insípido, não inflamável, comburente, peso molecular 31,9988, produto sem efeito toxicológico - recarga para cilindro, cor verde, conforme ABNT, teste de INMETRO, pureza de 99,9%. Armazenado em cilindro de tipo PP de 2m³ (dois metros cúbicos).

Data: 27/11/2024 14:30

Modalidade: Dispensa

SRP: NÃO

Identificação: 11675013000187-1-000049/2024

Lote/Item: 1/2

Ata: N/A

Homologação: 27/11/2024 00:00

Fonte: https://www.gov.br/pncp/pt-br

Quantidade: 20

Unidade: UN

UF: GO

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
16.685.196/0001-35	OXYNOBRE GASES INDUSTRIAIS LTDA	R$ 141,94

VENCEDOR

Marca:
Fabricante: Fabricante não informado
Modelo:
Descrição: Descrição não informada

Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:
GO	Itumbiara	V PRIMARIA 1, S/N	(64) 3433-4000

Item 6: RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 7 M³

Preço Estimado: R$ 100,59 (m) **Percentual:** - **Preço Estimado Calculado:** R$ 100,59 **Média dos Preços Obtidos:** R$ 100,59

JUSTIFICATIVA (MENOS DE 3 PREÇOS): A cotação será complementada com bancos públicos.

Conforme Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133), no Artigo 6.º § 5º, "Excepcionalmente, será admitida a determinação de preço estimado com base em menos de três preços, desde que devidamente justificada nos autos pelo gestor responsável e aprovada pela autoridade competente."

Quantidade	Descrição	Observação
1.050 Metros Cúbicos	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 7 M³	

Preço (Outros Entes Públicos) 1: Média das Propostas Finais **R$ 100,59**

Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

Órgão: MUNICIPIO DE SANTANA DO IPANEMA
Objeto: Contratação de prestação de serviço para recarga de torpedos de oxigênio
Descrição: **Recarga em cilindro de oxigênio medicinal 7m³** - Recarga em cilindro de oxigênio medicinal 7m³

Data: 27/09/2024 09:19
Modalidade: Dispensa
SRP: NÃO
Identificação: 12259016000189-1-000079/2024
Lote/Item: 1/2
Ata: N/A
Homologação: 27/09/2024 00:00
Fonte: https://www.gov.br/pncp/pt-br
Quantidade: 50
Unidade: UN
UF: AL

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
44.735.857/0001-25	VIDA OXIGENIO LTDA	R$ 100,59

VENCEDOR

Marca:
Fabricante: Fabricante não informado
Modelo:
Descrição: Descrição não informada

Endereço:
-

Item 7: RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 10 M³

Preço Estimado: R$ 117,87 (un) **Percentual:** - **Preço Estimado Calculado:** R$ 117,87 **Média dos Preços Obtidos:** R$ 117,87

JUSTIFICATIVA (MENOS DE 3 PREÇOS): A cotação será complementada com bancos públicos.

Conforme Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133), no Artigo 6 º § 5º, "Excepcionalmente, será admitida a determinação de preço estimado com base em menos de três preços, desde que devidamente justificado nos autos pelo gestor responsável e aprovado pela autoridade competente."

Quantidade	Descrição	Observação
1,2 Metros Cúbicos	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 10 M³	

Preço (Outros Entes Públicos) 1: Média das Propostas Finais **R$ 117,87**

Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

Órgão: MUNICIPIO DE SANTANA DO IPANEMA
Objeto: Contratação de prestação de serviço para recarga de cilindros de oxigênio
Descrição: **Recarga em cilindro de oxigênio medicinal 10m³** - Recarga em cilindro de oxigênio medicinal 10m³

Data: 27/09/2024 08:19
Modalidade: Dispensa
SRP: NÃO
Identificação: 12250816000189-1-000079/2024
Lote/Item: 1/4
Ata: N/A
Homologação: 27/09/2024 00:00
Fonte: https://www.gov.br/pncp/pt-br
Quantidade: 50
Unidade: UN
UF: AL

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
44.735.857/0001-25 *VENCEDOR*	VIDA OXIGENIO LTDA	R$ 117,87

Marca:
Fabricante: Fabricante não informado
Modelo:
Descrição: Descrição não informada

Endereço:
,

Item 8: VÁLVULA REGULADORA PARA CILINDRO DE OXIGÊNIO COM FLUXOMETRO

Preço Estimado: R$ 218,00 (un) **Percentual:** - **Preço Estimado Calculado:** R$ 218,00 **Média dos Preços Obtidos:** R$ 218,00

JUSTIFICATIVA (MENOS DE 3 PREÇOS): A cotação será complementada com bancos públicos.

Conforme Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133), no Artigo 6 º § 5º, "Excepcionalmente, será admitida a determinação de preço estimado com base em menos de três preços, desde que devidamente justificado nos autos pelo gestor responsável e aprovado pela autoridade competente."

Quantidade	Descrição	Observação
15 Unidades	VÁLVULA REGULADORA PARA CILINDRO DE OXIGÊNIO COM FLUXOMETRO	

Preço (Outros Entes Públicos) 1: Média das Propostas Finais **R$ 218,00**

Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

Órgão: EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES

Objeto: Registro de preços visando Aquisição eventual e futura de Válvulas e acessórios para redes de gases medicinais para atender demanda do Hospital das Clínicas de Pernambuco, filial EBSERH.

Descrição: **Válvula reguladora cilindro gás** - Válvula reguladora cilindro gás

CatMat: **389770** - Válvula Reguladora Cilindro Gás - Tipo Fechamento: Manual | Componentes: Manômetro E Fluxometro | Tipo Rosca: Para Oxigênio

Data: 03/04/2024 13:00
Modalidade: Pregão - Eletrônico
SRP: SIM
Identificação: 15126437000143-1-0[illegible]/2024
Lote/Item: 1/8
Ata: N/A
Homologação: 15/04/2024 13:00
Fonte: https://www.gov.br/pncp/pt-br
Quantidade: 20
Unidade: Unidade
UF: PE

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
31.445.696/0001-03	HRMEDICAL SOLUCOES EIRELI	R$ 238,00

VENCEDOR

Marca: Marca não informada
Fabricante: Fabricante não informado
Descrição: Descrição não informada

Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:
RJ	São Gonçalo	AVENIDA PADRE VIEIRA, 800	Alexsandro	(21) 3005-6002	alexsandro@alexsandromaria.com.br

Item 9: UMIDIFICADOR PARA OXIGÊNIO 250ML

Preço Estimado: R$ 22,40 (un) **Percentual:** - **Preço Estimado Calculado:** R$ 22,40 **Média dos Preços Obtidos:** R$ 22,40

JUSTIFICATIVA (MENOS DE 3 PREÇOS): A cotação será complementada com bancos públicos.
Conforme Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133), no Artigo 6º § 5º, "Excepcionalmente, será admitida a determinação de preço estimado com base em menos de três preços, desde que devidamente justificada nos autos pelo gestor responsável e aprovada pela autoridade competente."

Quantidade	Descrição	Observação
30 Unidades	UMIDIFICADOR PARA OXIGÊNIO 250ML	

Preço (Compras Governamentais) 1: Média das Propostas Iniciais **R$ 22,40**

Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO TUPIM/BA

Objeto: Registro de preços para futura aquisição de materiais médicos de uso hospitalar, elencados no grupo de diversos e descartáveis, para atender às necessidades do Fundo Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim, pelo período de 12 (doze) meses.

Descrição: **Material gasoterapia** - Material Gasoterapia Modelo: Umidificador, Saída: P/ Oxigênio, Tipo Frasco: Frasco Plástico Graduado, C/ Tampa, Volume: Cerca De 250ML, Esterilidade*: Esterilizável

CatMat: **435410** - Material Gasoterapia - Modelo: Umidificador | Saída: P/ Oxigênio | Tipo Frasco: Frasco Plástico Graduado, C/ Tampa | Volume: Cerca De 250 Ml | Esterilidade*: Esterilizável

Data: 13/11/2024 08:00
Modalidade: Pregão Eletrônico
SRP: SIM
Identificação: Nº Pregão:900152024 / UASG:983375
Lote/Item: /179
Ata: N/A
Homologação: 20/12/2024 10:37
Fonte: www.gov.br/compras/pt-br
Quantidade: 50
Unidade: Unidade
UF: BA

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Inicial
12.769.449/0001-06	ABC FARMA MATERIAL HOSPITALAR EIRELI	R$ 13,78

VENCEDOR

Marca: PROTEC
Fabricante: Fabricante não informado
Modelo: PROTEC
Descrição: Descrição não informada

Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:
BA	Camaçari	R A, S/N	(71) 3194-0300	contabilfiscal@grupomonalisa.com.br

34.909.753/0001-36	YAGO VIEIRA DELFANTE DE SOUSA EIRELI			R$ 18,25

Marca: HAOXI
Fabricante: Fabricante não informado
Modelo: DESCARPACK
Descrição: Descrição não informada

Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:
BA	Itiuçu	AV RAIMUNDO BONFIM, 275	(74) 9979-6193	japavictorlec2018@hotmail.com

30.960.120/0001-60	PFL PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI		R$ 23,07

Marca: UNITEC
Fabricante: Fabricante não informado
Modelo: PVC
Descrição: Descrição não informada

Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:
BA	Jaguaquara	R COSTA BRITO, 340	(73) 9976-2704/ (73) 3525-9507	carlosbarros_77@hotmail.com

15.229.267/0001-01	VIVRE COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA		R$ 23,56

Marca: UNITEC
Fabricante: Fabricante não informado
Modelo: UNITEC
Descrição: Descrição não informada

Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:
BA	Guanambi	RUA JOSE DE DEUS PEREIRA, 287	Laila	(77) 3451-0800	licitacao@vivrehospitalar.com.br

27.937.238/0001-02	A & S COMERCIO DE PRODUTOS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA		R$ 23,96

Marca: PROTEC
Fabricante: Fabricante não informado
Modelo: oxigênio
Descrição: Descrição não informada

Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:
BA	Salvador	TV JOSE ROCHA, 148	Fernando	(71) 98207-7917	nescomercio@outlook.com.br

36.685.847/0001-62	IREMEDFARMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI		R$ 24,17

Marca: UNITEC
Fabricante: Fabricante não informado
Modelo: 50.0000
Descrição: Descrição não informada

Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:
BA	Itiuçu	R CARDEAL ARCO VERDE, 76	(74) 9985-4510	fabiomodesto765@gmail.com

11.311.773/0001-05	OKEY-MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES ODONTOLOGICOS IMPORTACOES E EXPORTACOES LTDA			~~R$ 25,00~~ Proposta removida do Lote/Item do grupo

Marca: UNITEC
Fabricante: Fabricante não informado
Modelo: 50.0000
Descrição: Descrição não informada

Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:
BA	Itabuna	RODOVIA BR 101, S/N	JAQUELINE	(73) 3215-5429	licitacao@grupohospitalar.com.br

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Inicial
33.961.969/0001-88	PROCIMED COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS HOSPITALARES E ODONTOLOGICOS LTDA	R$ 26,00

Marca: PROTEC
Fabricante: Fabricante não informado
Modelo: PROTEC
Descrição: Descrição não informada

Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:
BA	Simões Filho	V URBANA, SN	Shirlane	(71) 99926-2824	procimed@gmail.com

17.406.286/0001-02	MAIS SAUDE MATERIAL HOSPITALAR LTDA	R$ 25,40

Marca: HAOXI
Fabricante: Fabricante não informado
Modelo: HAOXI
Descrição: Descrição não informada

Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:
BA	Irecê	ROD BA 052, 910	Rodrigo	(74) 3641-0130	rodrigomet@outlook.com.br

Item 10: EXTENSOR PARA CATETER DE OXIGÊNIO, TUBO EM SILICONE COM DIÂMETRO INTERNO 6MM : 50METROS

Preço Estimado: R$ 4,44 (Ref) **Percentual:** - **Preço Estimado Calculado:** R$ 4,44 **Média dos Preços Obtidos:** R$ 4,44

JUSTIFICATIVA (MENOS DE 3 PREÇOS): A cotação será complementada com bancos públicos.

Conforme instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133), no Artigo 5º § 3º, "Excepcionalmente, será admitida a determinação de preço estimado com base em menos de três preços, desde que devidamente justificado nos autos pelo gestor responsável e aprovado pela autoridade competente."

Quantidade	Descrição	Observação
50 Unidades	EXTENSOR PARA CATETER DE OXIGÊNIO, TUBO EM SILICONE COM DIÂMETRO INTERNO 6MM : 50METROS	

Preço (Outros Entes Públicos) 1: Média das Propostas Finais **R$ 4,44**

Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

Órgão: MUNICIPIO DE PINTADAS
Objeto: [LICITANET] - seleção das melhores Propostas para Registro de Preços, visando a futura e eventual contratação de pessoa jurídica para o para Registro de Preços, visando a futura e eventual contratação de pessoa jurídica para o fornecimento parcelado de medicamento, equipamento e produto hospitalar para rede pública de saúde deste município, Pintadas-Bahia
Descrição: **EXTENSOR PARA CATÉTER DE OXIGÊNIO** - EXTENSOR PARA CATÊTER DE OXIGÊNIO

Data: 24/06/2024 12:07
Modalidade: Pregão - Eletrônico
SRP: SIM
Identificação: 13896725000151-1-000004/2024
Lote/Item: 1/4151466
Ata: N/A
Homologação: 24/05/2024 00:00
Fonte: https://www.gov.br/pncp/pt-br
Quantidade: 200
Unidade: UND
UF: BA

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
33.961.969/0001-88 *VENCEDOR*	PROCIMED COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS HOSPITALARES E ODONTOLOGICOS LTDA	R$ 4,44

Marca:
Fabricante: Fabricante não informado
Modelo:
Descrição: Descrição não informada

Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:
BA	Simões Filho	V URBANA, SN	Shirlane	(71) 99926-2824	procimed@gmail.com

Extrato de fontes utilizadas neste relatório

ATENÇÃO - O Banco de Preços é uma solução tecnológica que atende aos parâmetros de pesquisa elegidos em Leis vigentes, Instruções Normativas, Acórdãos, Regulamentos, Decretos e Portarias. Sendo assim, por reunir diversas fontes governamentais, complementares e sites de domínio amplo, o sistema não é considerado uma fonte e, sim, um meio para que as pesquisas sejam realizadas de forma segura, ágil e eficaz.

Fontes utilizadas nesta cotação:

1 - Compras.gov.br
www.gov.br/compras/pt-br

Data: 14/01/2025 18:30:24
Acessar a fonte aqui

2 - Portal Nacional de Contratações Públicas
https://www.gov.br/pncp/pt-br

Data: 14/01/2025 18:34:13
Acessar a fonte aqui

FLS. 39

Anexo 1

MEMORIAL DE CÁLCULO



Item 1 - RECARGA DE AR MEDICINAL (COMPRIMIDO) – CILINDRO DE 1 M³:

Preço (Compras Governamentais) 1: Média das 2 Melhores Propostas Iniciais

	CNPJ	Valor da Proposta Inicial	Valor da Proposta Final
1	09.384.954/0001-10	R$ 187,00	R$ 70,00
2	07.456.133/0001-16	R$ 187,00	R$ 160,00

1. **Seleção das 2 melhores propostas iniciais:** 187.00, 187.00
2. **Soma das propostas selecionadas:** 187.00 + 187.00 = 374.00
3. **Divisão pela quantidade selecionada:** 374.00 / 2 = 187.00
4. **Valor Calculado:** R$ 187,00

Item 2 - RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 1/2 M³:

Preço (Outros Entes Públicos) 1: Média das Propostas Finais

	CNPJ	Valor da Proposta Inicial	Valor da Proposta Final
1	01.766.628/0001-65	R$ 156,99	R$ 156,99

1. **Seleção dos valores finais do conjunto:** 156.99
2. **Soma das propostas selecionadas:** 156.99 = 156.99
3. **Divisão pela quantidade selecionada:** 156.99 / 1 = 156.99
4. **Valor Calculado:** R$ 156,99

Item 3 - RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 1 M³:

Preço (Outros Entes Públicos) 1: Média das Propostas Finais

	CNPJ	Valor da Proposta Inicial	Valor da Proposta Final
1	01.766.628/0001-65	R$ 156,99	R$ 156,99

1. **Seleção dos valores finais do conjunto:** 156.99
2. **Soma das propostas selecionadas:** 156.99 = 156.99
3. **Divisão pela quantidade selecionada:** 156.99 / 1 = 156.99
4. **Valor Calculado:** R$ 156,99

Item 4 - RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 3,5M³:

reço (Outros Entes Públicos) 1: Média das Propostas Finais

	CNPJ	Valor da Proposta Inicial	Valor da Proposta Final
1	00.331.788/0022-43	R$ 239,50	R$ 239,50

1. **Seleção dos valores finais do conjunto:** 239.50
2. **Soma das propostas selecionadas:** 239.50 = 239.50
3. **Divisão pela quantidade selecionada:** 239.50 / 1 = 239.50
4. **Valor Calculado:** R$ 239,50

Item 5 - RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 2 M³:

Preço (Outros Entes Públicos) 1: Média das Propostas Finais

	CNPJ	Valor da Proposta Inicial	Valor da Proposta Final
1	16.685.196/0001-35	R$ 141,94	R$ 141,94

1. **Seleção dos valores finais do conjunto:** 141.94
2. **Soma das propostas selecionadas:** 141.94 = 141.94
3. **Divisão pela quantidade selecionada:** 141.94 / 1 = 141.94
4. **Valor Calculado:** R$ 141,94

Item 6 - RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 7 M³:

Preço (Outros Entes Públicos) 1: Média das Propostas Finais

	CNPJ	Valor da Proposta Inicial	Valor da Proposta Final
1	44.735.857/0001-25	R$ 100,59	R$ 100,59

1. **Seleção dos valores finais do conjunto:** 100.59
2. **Soma das propostas selecionadas:** 100.59 = 100.59
3. **Divisão pela quantidade selecionada:** 100.59 / 1 = 100.59
4. **Valor Calculado:** R$ 100,59



Item 7 - RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 10 M³:

Preço (Outros Entes Públicos) 1: Média das Propostas Finais

	CNPJ	Valor da Proposta Inicial	Valor da Proposta Final
1	44.735.857/0001-25	R$ 117,87	R$ 117,87

1. **Seleção dos valores finais do conjunto:** 117.87
2. **Soma das propostas selecionadas:** 117.87 = 117.87
3. **Divisão pela quantidade selecionada:** 117.87 / 1 = 117.87
4. **Valor Calculado:** R$ 117,87

Item 8 - VÁLVULA REGULADORA PARA CILINDRO DE OXIGÊNIO COM FLUXOMETRO:

Preço (Outros Entes Públicos) 1: Média das Propostas Finais

	CNPJ	Valor da Proposta Inicial	Valor da Proposta Final
1	31.445.696/0001-93	R$ 218,00	R$ 218,00

1. **Seleção dos valores finais do conjunto:** 218.00
2. **Soma das propostas selecionadas:** 218.00 = 218.00
3. **Divisão pela quantidade selecionada:** 218.00 / 1 = 218.00
4. **Valor Calculado:** R$ 218,00

Item 9 - UMIDIFICADOR PARA OXIGÊNIO 250ML:

Preço (Compras Governamentais) 1: Média das Propostas Iniciais

	CNPJ	Valor da Proposta Inicial	Valor da Proposta Final
1	12.769.449/0001-06	R$ 13,78	R$ 13,78
2	34.909.753/0001-36	R$ 18,25	R$ 12,00
3	30.960.128/0001-68	R$ 23,07	R$ 12,77
4	15.229.287/0001-01	R$ 23,56	R$ 9,40
5	27.937.238/0001-02	R$ 23,96	R$ 15,57
6	36.685.847/0001-02	R$ 24,17	R$ 14,18
7	11.311.773/0001-05	~~R$ 26,00~~ Proposta removida do cálculo do preço.	~~R$ 12,67~~
8	33.961.969/0001-88	R$ 26,00	R$ 18,06
9	17.406.286/0001-02	R$ 26,40	R$ 19,67

1. **Seleção dos valores iniciais do conjunto:** 13.78, 18.25, 23.07, 23.56, 23.96, 24.17, 26.00, 26.40
2. **Soma das propostas selecionadas:** 13.78 + 18.25 + 23.07 + 23.56 + 23.96 + 24.17 + 26.00 + 26.40 = 179.19
3. **Divisão pela quantidade selecionada:** 179.19 / 8 = 22.40
4. **Valor Calculado:** R$ 22,40

Item 10 - EXTENSOR PARA CATETER DE OXIGÊNIO, TUBO EM SILICONE COM DIÂMETRO INTERNO 6MM : 50METROS:

Preço (Outros Entes Públicos) 1: Média das Propostas Finais

	CNPJ	Valor da Proposta Inicial	Valor da Proposta Final
1	33.961.969/0001-88	R$ 4,44	R$ 4,44

1. **Seleção dos valores finais do conjunto:** 4.44
2. **Soma das propostas selecionadas:** 4.44 + 4.44
3. **Divisão pela quantidade selecionada:** 4.44 / 1 = 4.44
4. **Valor Calculado:** R$ 4,44





MÉDIA	MEDIANA	MENOR
R$ 794,71	R$ 110,04	R$ 1,32

Quantidade total de registros: 0
Registros apresentados: 161 a 161

FILTROS APLICADOS

Código Material/Serviço	Ano da Compra
483539	2024

RESULTADO 161

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00072/2023
Número do Item: 00002
Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Constitui objeto deste PREGÃO a implantação de REGISTRO DE PREÇOS para futura eventual aquisição de relógio, cilindros e recargas de gás oxigênio medicinal, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, que faz parte deste edital.
Quantidade Ofertada: 320
Valor Proposto Unitário: R$ 210
Valor Unitário do Item: R$ 209
Código do CATMAT: 483539
Descrição do Item: GÁS COMPRIMIDO, NOME:OXIGÊNIO, ASPECTO FÍSICO:INCOLOR, INODORO, FÓRMULA QUÍMICA:O2, GRAU DE PUREZA:PUREZA MÍNIMA DE 99,5%, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA:CAS 10024-97-2
Descrição Complementar:
Unidade de Fornecimento: CENTÍMETRO CÚBICO
Modalidade da Compra: Pregão
Forma de Compra: SISRP
Marca: PUMA
Data do Resultado: 26/01/2024

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: LUIZ CHICOUSKI DOS SANTOS
CNPJ/CPF: 80194335000127
Porte do Fornecedor: Pequena Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 987693 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIOPOLIS - PR
Órgão: PREFEITURA DE MARIOPOLIS - PR
Órgão Superior: -

Painel de Preços

MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS

GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

FLS 44

MÉDIA	MEDIANA	MENOR
R$ 794,71	**R$ 110,04**	**R$ 1,32**

Quantidade total de registros: 0
Registros apresentados: 164 a 164

FILTROS APLICADOS

Código Material/Serviço	Ano da Compra
483539	**2024**

RESULTADO 164

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 90010/2024
Número do Item: 00003
Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa para Aquisições de recargas de oxigênios destinadas a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Cocos Bahia.
Quantidade Ofertada: 160
Valor Proposto Unitário: -
Valor Unitário do Item: R$ 220
Código do CATMAT: 483539
Descrição do Item: GÁS COMPRIMIDO, NOME:OXIGÊNIO, ASPECTO FÍSICO:INCOLOR, INODORO, FÓRMULA QUÍMICA:O2, GRAU DE PUREZA:PUREZA MÍNIMA DE 99,5%, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA:CAS 10024-97-2
Descrição Complementar:
Unidade de Fornecimento: GRAMA
Modalidade da Compra: Pregão
Forma de Compra: SISRP
Marca: CIL. 4M³
Data do Resultado: 26/06/2024

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: MARCOS ANTONIO LADEIA BARROS LTDA
CNPJ/CPF: 09384954000110
Porte do Fornecedor: Pequena Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 983461 - PREFEITURA MUNICIPAL DE COCOS - BA
Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE COCOS - BA
Órgão Superior: -



MÉDIA	MEDIANA	MENOR
R$ 794,71	R$ 110,04	R$ 1,32

Quantidade total de registros: 0
Registros apresentados: 163 a 163

FILTROS APLICADOS

Código Material/Serviço	Ano da Compra
483539	2024

RESULTADO 163

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 90042/2024
Número do Item: 00003
Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa para fornecimento de recarga de gases medicinais (oxigênio) a Secretaria Municipal de Saúde.
Quantidade Ofertada: 150
Valor Proposto Unitário: -
Valor Unitário do Item: R$ 212
Código do CATMAT: 483539
Descrição do Item: GÁS COMPRIMIDO, NOME:OXIGÊNIO, ASPECTO FÍSICO:INCOLOR, INODORO, FÓRMULA QUÍMICA:O2, GRAU DE PUREZA:PUREZA MÍNIMA DE 99,5%, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA:CAS 10024-97-2
Descrição Complementar:
Unidade de Fornecimento: QUILOGRAMA
Modalidade da Compra: Pregão
Forma de Compra: SISPP
Marca: MESSER
Data do Resultado: 02/07/2024

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: BELTROX OXIGENIO LTDA
CNPJ/CPF: 39938326000108
Porte do Fornecedor: Pequena Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 987857 - PREFEITURA MUN.DE SANTO A.DO SUDOESTE - PR
Órgão: PREFEITURA DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR
Órgão Superior: -



MÉDIA	MEDIANA	MENOR
R$ 32.173,55	**R$ 61,25**	**R$ 0,01**

Quantidade total de registros: 0
Registros apresentados: 100 a 100

FILTROS APLICADOS

Código Material/Serviço	Ano da Compra
429464	**2024**

RESULTADO 100

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 90020/2024
Número do Item: 00001
Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Registro de Preços objetivando a aquisição de Oxigênio Medicinal e Equipamentos para testes e regulação dos mesmos, para atendimento de pacientes internados no Hospital Municipal bem como pacientes em suas residências que necessitam de Oxigenação Suplementar.
Quantidade Ofertada: 1.000
Valor Proposto Unitário: -
Valor Unitário do Item: R$ 245
Código do CATMAT: 429464
Descrição do Item: GÁS COMPRIMIDO, NOME:OXIGÊNIO, ASPECTO FÍSICO:GÁS INCOLOR, FÓRMULA QUÍMICA:O2, MASSA MOLECULAR:31,99 G/MOL, GRAU DE PUREZA:PUREZA MÍNIMA DE 99%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL:USO MEDICINAL, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA:CAS 7782-44-7
Descrição Complementar:
Unidade de Fornecimento: METRO CÚBICO
Modalidade da Compra: Pregão
Forma de Compra: SISRP
Marca: OXIGEN
Data do Resultado: 23/08/2024

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: OXIPARANA COMERCIO DE OXIGENIO LTDA
CNPJ/CPF: 14785842000100
Porte do Fornecedor: Micro Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 987951 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTÔNIA - PR
Órgão: PREFEITURA DE ALTÔNIA - PR
Órgão Superior: -

MÉDIA	MEDIANA	MENOR
R$ 794,71	**R$ 110,04**	**R$ 1,32**

Quantidade total de registros: 0
Registros apresentados: 154 a 154

FILTROS APLICADOS

Código Material/Serviço	Ano da Compra
483539	**2024**

RESULTADO 154

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 90030/2024
Número do Item: 00004
Objeto da Compra: O objeto do presente procedimento é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição, por dispensa de licitação, de recarga de oxigênio para a Divisão de Saúde deste Centro de Instrução e Adestramento de Brasília.
Quantidade Ofertada: 1
Valor Proposto Unitário: -
Valor Unitário do Item: R$ 180
Código do CATMAT: 483539
Descrição do Item: GÁS COMPRIMIDO, NOME:OXIGÊNIO, ASPECTO FÍSICO:INCOLOR, INODORO, FÓRMULA QUÍMICA:O2, GRAU DE PUREZA:PUREZA MÍNIMA DE 99,5%, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA:CAS 10024-97-2
Descrição Complementar:
Unidade de Fornecimento: METRO CÚBICO
Modalidade da Compra: Dispensa de Licitação
Forma de Compra: SISPP
Marca: MARCA PROPRIA
Data do Resultado: 26/07/2024

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: BSB GASES MEDICINAIS E DESCARTAVEIS LTDA
CNPJ/CPF: 15361476000125
Porte do Fornecedor: Micro Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 787900 - CENTRO DE INST. E ADESTRAMENTO DE BRASILIA
Órgão: COMANDO DA MARINHA
Órgão Superior: -



MÉDIA	MEDIANA	MENOR
R$ 794,71	**R$ 110,04**	**R$ 1,32**

Quantidade total de registros: 0
Registros apresentados: 93 a 93

FILTROS APLICADOS

Código Material/Serviço	Ano da Compra
483539	**2024**

RESULTADO 93

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 90298/2024
Número do Item: 00006
Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de recarga de gases medicinais para atendimento as necessidades do Hospital Municipal São José
Quantidade Ofertada: 21.000
Valor Proposto Unitário: -
Valor Unitário do Item: R$ 97,86
Código do CATMAT: 483539
Descrição do Item: GÁS COMPRIMIDO, NOME:OXIGÊNIO, ASPECTO FÍSICO:INCOLOR, INODORO, FÓRMULA QUÍMICA:O2, GRAU DE PUREZA:PUREZA MÍNIMA DE 99,5%, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA:CAS 10024-97-2
Descrição Complementar:
Unidade de Fornecimento: METRO CÚBICO
Modalidade da Compra: Pregão
Forma de Compra: SISPP
Marca: WHITE MARTINS
Data do Resultado: 08/07/2024

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA
CNPJ/CPF: 35820448010794
Porte do Fornecedor: Outros

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 453230 - PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE - SC
Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE - SC
Órgão Superior: -

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO VERDE
FOLHA 49
RUBRICA

MÉDIA	MEDIANA	MENOR
R$ 794,71	R$ 110,04	R$ 1,32

Quantidade total de registros: 0
Registros apresentados: 91 a 91

FILTROS APLICADOS

Código Material/Serviço	Ano da Compra
483539	2024

RESULTADO 91

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 90019/2024
Número do Item: 00011
Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Registro de preço, para futura e eventual, aquisição de cilindro e recarga de gás, de forma estimada, para atender as demandas do Almoxarifado Técnico da UniRV Universidade de Rio Verde
Quantidade Ofertada: 10
Valor Proposto Unitário: -
Valor Unitário do Item: R$ 95
Código do CATMAT: 483539
Descrição do Item: GÁS COMPRIMIDO, NOME:OXIGÊNIO, ASPECTO FÍSICO:INCOLOR, INODORO, FÓRMULA QUÍMICA:O2, GRAU DE PUREZA:PUREZA MÍNIMA DE 99,5%, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA:CAS 10024-97-2
Descrição Complementar:
Unidade de Fornecimento: METRO CÚBICO
Modalidade da Compra: Pregão
Forma de Compra: SISRP
Marca: PRÓPRIO
Data do Resultado: 17/06/2024

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: OXYNOBRE GASES INDUSTRIAIS LTDA
CNPJ/CPF: 16685196000135
Porte do Fornecedor: Outros

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 928244 - UNIVERSIDADE DE RIO VERDE - GO
Órgão: UNIVERSIDADE DE RIO VERDE - GO
Órgão Superior: -

MÉDIA	MEDIANA	MENOR
R$ 285,06	R$ 250,00	R$ 41,81

Quantidade total de registros: 0
Registros apresentados: 4 a 4

FILTROS APLICADOS

Código Material/Serviço	Ano da Compra
389770	2024

RESULTADO 4

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 90003/2024
Número do Item: 00116
Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Escolha da proposta mais vantajosa visando o registro de preços para aquisição de materiais de consumo médico-hospitalar, conforme exigências, condições, especificações e quantitativos discriminados no termo de referência e em atendimento à Secretaria Municipal de Saúde de Piedade de Ponte Nova.
Quantidade Ofertada: 20
Valor Proposto Unitário: -
Valor Unitário do Item: R$ 200
Código do CATMAT: 389770
Descrição do Item: VÁLVULA REGULADORA CILINDRO GÁS, TIPO FECHAMENTO:MANUAL, COMPONENTES:MANÔMETRO E FLUXOMETRO, TIPO ROSCA:PARA OXIGÊNIO
Descrição Complementar:
Unidade de Fornecimento: UNIDADE
Modalidade da Compra: Pregão
Forma de Compra: SISRP
Marca: MANUAL
Data do Resultado: 06/06/2024

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: MINASFOR LTDA
CNPJ/CPF: 14419879000115
Porte do Fornecedor: Pequena Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 985003 - PREFEITURA MUNICIPAL PIEDADE DE PONTE NOVA-MG
Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL PIEDADE DE PONTE NOVA-MG
Órgão Superior: -

MÉDIA	MEDIANA	MENOR
R$ 15,90	**R$ 11,20**	**R$ 6,92**

Quantidade total de registros: 0
Registros apresentados: 50 a 50

FILTROS APLICADOS

Código Material/Serviço	Ano da Compra
435410	**2024**

RESULTADO 50

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 90063/2024
Número do Item: 00023
Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - O REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de material médico hospitalar de consumo para uso em OXIGENOTERAPIA destinado a atender a demanda da Secretaria de Saúde.
Quantidade Ofertada: 700
Valor Proposto Unitário: -
Valor Unitário do Item: R$ 21
Código do CATMAT: 435410
Descrição do Item: MATERIAL GASOTERAPIA, MODELO:UMIDIFICADOR, SAÍDA:P/ OXIGÊNIO, TIPO FRASCO:FRASCO PLÁSTICO GRADUADO, C/ TAMPA, VOLUME:CERCA DE 250 ML, ESTERILIDADE :ESTERILIZÁVEL
Descrição Complementar:
Unidade de Fornecimento: UNIDADE
Modalidade da Compra: Pregão
Forma de Compra: SISRP
Marca: PROTEC
Data do Resultado: 16/09/2024

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: METROSAUDE COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA
CNPJ/CPF: 28470340000103
Porte do Fornecedor: Pequena Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 987885 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DOS PINHAIS
Órgão: PREFEITURA DE SAO JOSE DOS PINHAIS - PR
Órgão Superior: -



MÉDIA	MEDIANA	MENOR
R$ 10,39	**R$ 0,45**	**R$ 0,15**

Quantidade total de registros: 0
Registros apresentados: 125 a 125

FILTROS APLICADOS

Código Material/Serviço	Ano da Compra
437174	**2024**

RESULTADO 125

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 90158/2024
Número do Item: 00005
Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Constitui objeto da presente licitação o registro de preços visando aquisições futuras e eventuais de insumos para material de coleta, de acordo com as especificações e quantitativos previstos neste termo de referência, por um periodo de 12 (doze) meses.
Quantidade Ofertada: 15.000
Valor Proposto Unitário: -
Valor Unitário do Item: R$ 5,92
Código do CATMAT: 437174
Descrição do Item: CATETER PERIFÉRICO, APLICAÇÃO:VENOSO, MODELO:TIPO ESCALPE, MATERIAL AGULHA:AGULHA AÇO INOX, DIAMETRO:23 GAU, COMPONENTE ADICIONAL:C/ ASA DE FIXAÇÃO, TUBO EXTENSOR, CONECTOR:CONECTOR PADRÃO C/ TAMPA, COMPONENTE 1:C/ ADAPTADOR COLETA À VÁCUO, COMPONENTE 2:C/ SISTEMA SEGURANÇA SEGUNDO NR/32, TIPO USO:ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL
Descrição Complementar:
Unidade de Fornecimento: UNIDADE
Modalidade da Compra: Pregão
Forma de Compra: SISPP
Marca: BD/BECTON, DICKINSON
Data do Resultado: 04/09/2024

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: IMPORTEC IMPORTADORA CEARENSE LTDA
CNPJ/CPF: 07197536000198
Porte do Fornecedor: Outros

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 927744 - CENTRAL DE LICITACOES DA PREF. DE FORTALEZA
Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA - CE
Órgão Superior: -

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM
SECRETARIA MUNIICPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PATRIMONIO E RECURSOS HUMANOS

MAPA DE APURAÇÃO DA PESQUISA DE PREÇOS

Objeto: Registro de preço para aquisição de recargas de gases medicinais gás oxigênio e ar comprimido e acessórios umidificador e regulador com fluxômetro – para uso na assistência ventilatória para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Itapecuru Mirim/MA

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNID. DE MEDIDA	QUANT.	QUANT. CILINDRO	BANCO DE PREÇOS		PAINEL DE PREÇOS		PAINEL DE PREÇOS		MÉDIA FINAL	
						VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	429464	RECARGA DE AR MEDICINAL (COMPRIMIDO) – CILINDRO DE 1 M³	M³	30	30	R$ 187,00	R$ 5.610,00	R$ 209,00	R$ 6.270,00	R$ 236,04	R$ 7.081,20	**R$ 210,68**	**R$ 6.320,40**
2	483539	RECARGA DE GAS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 1/2 M³	M³	25	50	R$ 156,99	R$ 3.924,75	R$ 220,00	R$ 5.500,00	R$ 199,91	R$ 4.997,75	**R$ 192,30**	**R$ 4.807,50**
3	483539	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 1 M³	M³	40	40	R$ 136,99	R$ 6.279,60	R$ 212,00	R$ 8.480,00	R$ 222,33	R$ 8.893,20	**R$ 197,11**	**R$ 7.884,27**
4	483539	RECARGA DE GAS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 3,5M³	M³	140	40	R$ 239,50	R$ 33.530,00	R$ 245,00	R$ 34.300,00	R$ 234,00	R$ 32.760,00	**R$ 239,50**	**R$ 33.530,00**
5	483539	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 2 M³	M³	200	100	R$ 141,94	R$ 28.388,00	R$ 180,00	R$ 36.000,00	R$ 184,00	R$ 36.800,00	**R$ 168,65**	**R$ 33.729,33**
6	483539	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 7 M³	M³	1.050	150	R$ 100,59	R$ 105.619,50	R$ 97,86	R$ 102.753,00	R$ 99,00	R$ 103.950,00	**R$ 99,15**	**R$ 104.107,50**
7	483539	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 10 M³	M³	1.200	120	R$ 117,87	R$ 141.444,00	R$ 95,00	R$ 114.000,00	R$ 95,89	R$ 115.068,00	**R$ 102,92**	**R$ 123.504,00**
8	389770	VÁLVULA REGULADORA PARA CILINDRO DE OXIGÊNIO COM FLUXOMETRO	UNIDADE	15	-	R$ 218,00	R$ 3.270,00	R$ 200,00	R$ 3.000,00	R$ 232,00	R$ 3.480,00	**R$ 216,67**	**R$ 3.250,00**
9	435413	UMIDIFICADOR PARA OXIGÊNIO 250ML	UNIDADE	30	-	R$ 22,40	R$ 672,00	R$ 21,00	R$ 630,00	R$ 20,00	R$ 600,00	**R$ 21,13**	**R$ 634,00**
10	437179	EXTENSOR PARA CATETER DE OXIGÊNIO, TUBO EM SILICONE COM DIÂMETRO INTERNO 6MM - 50METROS	UNIDADE	50	-	R$ 4,44	R$ 222,00	R$ 5,92	R$ 296,00	R$ 4,33	R$ 216,50	**R$ 4,90**	**R$ 244,83**
TOTAL							R$ 328.959,85		R$ 311.229,00		R$ 313.846,65	**R$ 1.453,00**	**R$ 318.011,83**

OBS; Mapa elaborado conforme pesquisa junto ao Banco de Preços (https://www.bancodepreco.com.br/Account/LogIn?ReturnUrl=%2fCotacoes%2fEdita/%2f639718) Painel de Preços (https://paineldepreços.planejamento.gov.br/analise-materiais) que seguem em anexo.

OBS¹: A obtenção do preço estimado deu-se com base na média dos valores obtidos na pesquisa de preços

Itapecuru Mirim, 15 de janeiro de 2025

Maarlla Sousa Lima Rosa Serra
Central de Compas
Matricula 27201

Painel de Preços

MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS

GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



MÉDIA	MEDIANA	MENOR
R$ 32.173,55	**R$ 61,25**	**R$ 0,01**

Quantidade total de registros: 0
Registros apresentados: 98 a 98

FILTROS APLICADOS

Código Material/Serviço	Ano da Compra
429464	**2024**

RESULTADO 98

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 90033/2024
Número do Item: 00004
Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Aquisição de gás oxigênio medicinal
Quantidade Ofertada: 500
Valor Proposto Unitário: -
Valor Unitário do Item: R$ 236,04
Código do CATMAT: 429464
Descrição do Item: GÁS COMPRIMIDO, NOME:OXIGÊNIO, ASPECTO FÍSICO:GÁS INCOLOR, FÓRMULA QUÍMICA:O2, MASSA MOLECULAR:31,99 G/MOL, GRAU DE PUREZA:PUREZA MÍNIMA DE 99%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL:USO MEDICINAL, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA:CAS 7782-44-7
Descrição Complementar:
Unidade de Fornecimento: METRO CÚBICO
Modalidade da Compra: Pregão
Forma de Compra: SISRP
Marca: OXIGÊNIO MEDICINAL 1
Data do Resultado: 25/06/2024

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: TECGAS COMERCIO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA
CNPJ/CPF: 78546306000135
Porte do Fornecedor: Micro Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 980858 - PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM - PR
Órgão: PREFEITURA DE GOIOXIM - PR
Órgão Superior: -

Fls 55

MÉDIA	MEDIANA	MENOR
R$ 32.173,55	**R$ 61,25**	**R$ 0,01**

Quantidade total de registros: 0
Registros apresentados: 92 a 92

FILTROS APLICADOS

Código Material/Serviço	Ano da Compra
429464	**2024**

RESULTADO 92

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 90078/2024
Número do Item: 00001
Objeto da Compra: Gás Comprimido Oxigênio
Quantidade Ofertada: 70
Valor Proposto Unitário: -
Valor Unitário do Item: R$ 199,91
Código do CATMAT: 429464
Descrição do Item: GÁS COMPRIMIDO, NOME:OXIGÊNIO, ASPECTO FÍSICO:GÁS INCOLOR, FÓRMULA QUÍMICA:O2, MASSA MOLECULAR:31,99 G/MOL, GRAU DE PUREZA:PUREZA MÍNIMA DE 99%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL:USO MEDICINAL, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA:CAS 7782-44-7
Descrição Complementar:
Unidade de Fornecimento: METRO CÚBICO
Modalidade da Compra: Dispensa de Licitação
Forma de Compra: SISPP
Marca: OXIGÊNIO
Data do Resultado: 19/09/2024

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: 41.256.335 VIVIANE OLIVEIRA LIMA DE ARAUJO
CNPJ/CPF: 41256335000152
Porte do Fornecedor: Micro Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 791191 - POLICLINICA NAVAL DE SAO PEDRO D
Órgão: COMANDO DA MARINHA
Órgão Superior: -

MÉDIA	MEDIANA	MENOR
R$ 32.173,55	R$ 61,25	R$ 0,01

Quantidade total de registros: 0
Registros apresentados: 94 a 94

FILTROS APLICADOS

Código Material/Serviço	Ano da Compra
429464	2024

RESULTADO 94

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 90046/2024
Número do Item: 00003
Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Aquisição de oxigênio medicinal e ar comprimido para a Secretaria Municipal de Saúde.
Quantidade Ofertada: 150
Valor Proposto Unitário: -
Valor Unitário do Item: R$ 222,33
Código do CATMAT: 429464
Descrição do Item: GÁS COMPRIMIDO, NOME:OXIGÊNIO, ASPECTO FÍSICO:GÁS INCOLOR, FÓRMULA QUÍMICA:O2, MASSA MOLECULAR:31,99 G/MOL, GRAU DE PUREZA:PUREZA MÍNIMA DE 99%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL:USO MEDICINAL, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA:CAS 7782-44-7
Descrição Complementar:
Unidade de Fornecimento: METRO CÚBICO
Modalidade da Compra: Pregão
Forma de Compra: SISPP
Marca: MESSER
Data do Resultado: 27/09/2024

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: COMERCIO DE GASES INDUSTRIAIS N. T. OLIVEIRA LTDA
CNPJ/CPF: 47655463000155
Porte do Fornecedor: Micro Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 980854 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO
Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO
Órgão Superior: -

MÉDIA	MEDIANA	MENOR
R$ 794,71	**R$ 110,04**	**R$ 1,32**

Quantidade total de registros: 0
Registros apresentados: 167 a 167

FILTROS APLICADOS

Código Material/Serviço	Ano da Compra
483539	**2024**

RESULTADO 167

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 90059/2024
Número do Item: 00001
Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa especializada para fornecimento de recargas de oxigênio medicinal
Quantidade Ofertada: 6.175
Valor Proposto Unitário: -
Valor Unitário do Item: R$ 234
Código do CATMAT: 483539
Descrição do Item: GÁS COMPRIMIDO, NOME:OXIGÊNIO, ASPECTO FÍSICO:INCOLOR, INODORO, FÓRMULA QUÍMICA:O2, GRAU DE PUREZA:PUREZA MÍNIMA DE 99,5%, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA:CAS 10024-97-2
Descrição Complementar:
Unidade de Fornecimento: METRO CÚBICO
Modalidade da Compra: Pregão
Forma de Compra: SISRP
Marca: -
Data do Resultado: 13/06/2024

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: RAPIDOGAS GASES INDUSTRIAIS LTDA
CNPJ/CPF: 02231842000180
Porte do Fornecedor: Pequena Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 987791 - PREFEITURA MUNICIPAL DE PRUDENTÓPOLIS - PR
Órgão: PREFEITURA DE PRUDENTÓPOLIS - PR
Órgão Superior: -

MÉDIA	MEDIANA	MENOR
R$ 32.173,55	R$ 61,25	R$ 0,01

Quantidade total de registros: 0
Registros apresentados: 90 a 90

FILTROS APLICADOS

Código Material/Serviço	Ano da Compra
429464	2024

RESULTADO 90

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 90007/2024
Número do Item: 00003
Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Aquisição de materiais e equipamentos do tipo cilindros de oxigênio, recarga de oxigênio, carrinho para transporte e demais utensílios necessários para a unidade básica de saúde do município de Salgado Filho PR
Quantidade Ofertada: 40
Valor Proposto Unitário: -
Valor Unitário do Item: R$ 184
Código do CATMAT: 429464
Descrição do Item: GÁS COMPRIMIDO, NOME:OXIGÊNIO, ASPECTO FÍSICO:GÁS INCOLOR, FÓRMULA QUÍMICA:O2, MASSA MOLECULAR:31,99 G/MOL, GRAU DE PUREZA:PUREZA MÍNIMA DE 99%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL:USO MEDICINAL, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA:CAS 7782-44-7
Descrição Complementar:
Unidade de Fornecimento: METRO CÚBICO
Modalidade da Compra: Pregão
Forma de Compra: SISRP
Marca: MED
Data do Resultado: 19/06/2024

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: BELTROX OXIGENIO LTDA
CNPJ/CPF: 39938326000108
Porte do Fornecedor: Pequena Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 987833 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO/PR
Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO
Órgão Superior: -

Painel de Preços

MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS

GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

MÉDIA	MEDIANA	MENOR
R$ 32.173,55	**R$ 61,25**	**R$ 0,01**

Quantidade total de registros: 0
Registros apresentados: 70 a 70

FILTROS APLICADOS

Código Material/Serviço	Ano da Compra
429464	**2024**

RESULTADO 70

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 90028/2024
Número do Item: 00002
Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Registro de preços visando à contratação de empresas especializadas, para o fornecimento de válvulas reguladoras de pressão com fluxômetro, além de recargas de oxigênio medicinal e ar comprimido, incluindo a cessão dos cilindros em regime de comodato, destinados ao suprimento domiciliar das demandas de pacientes acamados do município, e ao suprimento das redes de oxigênio do Pronto Atendimento Municipal,UBS, SAMU, para um período de 12 meses.
Quantidade Ofertada: 200
Valor Proposto Unitário: -
Valor Unitário do Item: R$ 99
Código do CATMAT: 429464
Descrição do Item: GÁS COMPRIMIDO, NOME:OXIGÊNIO, ASPECTO FÍSICO:GÁS INCOLOR, FÓRMULA QUÍMICA:O2, MASSA MOLECULAR:31,99 G/MOL, GRAU DE PUREZA:PUREZA MÍNIMA DE 99%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL:USO MEDICINAL, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA:CAS 7782-44-7
Descrição Complementar:
Unidade de Fornecimento: METRO CÚBICO
Modalidade da Compra: Pregão
Forma de Compra: SISPP
Marca: PUMA
Data do Resultado: 24/04/2024

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: OXIGENIO MANDAGUARI LTDA
CNPJ/CPF: 04452170000168
Porte do Fornecedor: Micro Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 987635 - PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL - PR
Órgão: PREFEITURA DE JANDAIA DO SUL - PR
Órgão Superior: -

MÉDIA	MEDIANA	MENOR
R$ 32.173,55	**R$ 61,25**	**R$ 0,01**

Quantidade total de registros: 0
Registros apresentados: 69 a 69

FILTROS APLICADOS

Código Material/Serviço	Ano da Compra
429464	**2024**

RESULTADO 69

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 90014/2024
Número do Item: 00006
Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Registro de Preços para eventual Aquisição de gases medicinais com comodato de tanque criogênico e cilindros, a fim de atender as necessidades do Hospital Universitário de Sergipe, vinculado à Universidade Federal Sergipe, pertencente à Rede da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares Ebserh, por um período de 12 (doze) meses, conforme especificações e demais condições estabelecidas neste instrumento.
Quantidade Ofertada: 500
Valor Proposto Unitário: -
Valor Unitário do Item: R$ 95,89
Código do CATMAT: 429464
Descrição do Item: GÁS COMPRIMIDO, NOME:OXIGÊNIO, ASPECTO FÍSICO:GÁS INCOLOR, FÓRMULA QUÍMICA:O2, MASSA MOLECULAR:31,99 G/MOL, GRAU DE PUREZA:PUREZA MÍNIMA DE 99%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL:USO MEDICINAL, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA:CAS 7782-44-7
Descrição Complementar:
Unidade de Fornecimento: METRO CÚBICO
Modalidade da Compra: Pregão
Forma de Compra: SISRP
Marca: WHITE MARTINS
Data do Resultado: 08/05/2024

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA
CNPJ/CPF: 35820448003070
Porte do Fornecedor: Outros

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 155017 - HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE SERGIPE
Órgão: EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES
Órgão Superior: -

MÉDIA	MEDIANA	MENOR
R$ 285,06	**R$ 250,00**	**R$ 41,81**

Quantidade total de registros: 0
Registros apresentados: 11 a 11

FILTROS APLICADOS

Código Material/Serviço	Ano da Compra
389770	**2024**

RESULTADO 11

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 90030/2024
Número do Item: 00013
Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Registro de Preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, para eventual e futura Aquisição de INSUMOS PARA GASES MEDICINAIS para atender à necessidade do HU/SE/EBSERH, conforme termos e condições constantes no Edital e seus anexos.
Quantidade Ofertada: 20
Valor Proposto Unitário: -
Valor Unitário do Item: R$ 232
Código do CATMAT: 389770
Descrição do Item: VÁLVULA REGULADORA CILINDRO GÁS, TIPO FECHAMENTO:MANUAL, COMPONENTES:MANÔMETRO E FLUXOMETRO, TIPO ROSCA:PARA OXIGÊNIO
Descrição Complementar:
Unidade de Fornecimento: UNIDADE
Modalidade da Compra: Pregão
Forma de Compra: SISRP
Marca: 200.410
Data do Resultado: 01/07/2024

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: BRASIL DEVICES EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA
CNPJ/CPF: 34680592000151
Porte do Fornecedor: Pequena Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 155017 - HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE SERGIPE
Órgão: EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES
Órgão Superior: -

MÉDIA	MEDIANA	MENOR
R$ 24,71	**R$ 11,50**	**R$ 4**

Quantidade total de registros: 0
Registros apresentados: 41 a 41

FILTROS APLICADOS

Código Material/Serviço	Ano da Compra
435413	**2024**

RESULTADO 41

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 90034/2024
Número do Item: 00006
Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Aquisiçãi de materiais de reposição
Quantidade Ofertada: 50
Valor Proposto Unitário: -
Valor Unitário do Item: R$ 20
Código do CATMAT: 435413
Descrição do Item: MATERIAL GASOTERAPIA, MODELO:UMIDIFICADOR, SAÍDA:P/ OXIGÊNIO, TIPO FRASCO:FRASCO PLÁSTICO GRADUADO, C/ TAMPA, VOLUME:CERCA DE 250 ML, CARACTERÍSTICA ADICIONAL:CONECTOR METAL C/ROSCA, ESTERILIDADE :ESTERILIZÁVEL
Descrição Complementar:
Unidade de Fornecimento: UNIDADE
Modalidade da Compra: Pregão
Forma de Compra: SISPP
Marca: HAOXI
Data do Resultado: 02/07/2024

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: DCS DISTRIBUIDORA DE CORRELATOS E SANEANTES LTDA
CNPJ/CPF: 36399751000170
Porte do Fornecedor: Pequena Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 090118 - ESP-HOSP.GERAL PREF. MIGUEL GUALDA DE PROMIS
Órgão: ESP-SECRETARIA DA SAUDE
Órgão Superior: -



MÉDIA	MEDIANA	MENOR
R$ 10,39	**R$ 0,45**	**R$ 0,15**

Quantidade total de registros: 0
Registros apresentados: 124 a 124

FILTROS APLICADOS

Código Material/Serviço	Ano da Compra
437174	**2024**

RESULTADO 124

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00059/2023
Número do Item: 00107
Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Aquisição de reagentes e materiais de consumo para auxílio na liberação de laudos de exames, pelo Serviço de Análises Clínicas do Hospital Naval Marcílio Dias.
Quantidade Ofertada: 30.000
Valor Proposto Unitário: -
Valor Unitário do Item: R$ 4,59
Código do CATMAT: 437174
Descrição do Item: CATETER PERIFÉRICO, APLICAÇÃO:VENOSO, MODELO:TIPO ESCALPE, MATERIAL AGULHA:AGULHA AÇO INOX, DIAMETRO:23 GAU, COMPONENTE ADICIONAL:C/ ASA DE FIXAÇÃO, TUBO EXTENSOR, CONECTOR:CONECTOR PADRÃO C/ TAMPA, COMPONENTE 1:C/ ADAPTADOR COLETA À VÁCUO, COMPONENTE 2:C/ SISTEMA SEGURANÇA SEGUNDO NR/32, TIPO USO:ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL
Descrição Complementar:
Unidade de Fornecimento: UNIDADE
Modalidade da Compra: Pregão
Forma de Compra: SISRP
Marca: BC ROBÔ 888
Data do Resultado: 19/01/2024

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: MKF DIAGNOSTICA - LIMITADA
CNPJ/CPF: 29888987000104
Porte do Fornecedor: Pequena Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 765720 - HOSPITAL NAVAL MARCILIO DIAS - MM
Órgão: COMANDO DA MARINHA
Órgão Superior: -

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PATRIMONIO E RECURSOS HUMANOS

MAPA DE APURAÇÃO DA PESQUISA DE PREÇOS

Objeto: Registro de preço para aquisição de recargas de gases medicinais gás oxigênio e ar comprimido e acessórios umidificador e regulador com fluxômetro – para uso na assistência ventilatória para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Itapecuru Mirim/MA

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNID. DE MEDIDA	QUANT.	QUANT. CILINDRO	BANCO DE PREÇOS		PAINEL DE PREÇOS		PAINEL DE PREÇOS		MÉDIA FINAL	
						VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	429464	RECARGA DE AR MEDICINAL (COMPRIMIDO) – CILINDRO DE 1 M³	M³	30	30	R$ 187,00	R$ 5.610,00	R$ 209,00	R$ 6.270,00	R$ 236,04	R$ 7.081,20	**R$ 210,68**	**R$ 6.320,40**
2	483539	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 1/2 M³	M³	25	50	R$ 156,99	R$ 3.924,75	R$ 220,00	R$ 5.500,00	R$ 199,91	R$ 4.997,75	**R$ 192,30**	**R$ 4.807,50**
3	483539	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 1 M³	M³	40	40	R$ 156,99	R$ 6.279,60	R$ 212,00	R$ 8.480,00	R$ 222,33	R$ 8.893,20	**R$ 197,11**	**R$ 7.884,40**
4	483539	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 3,5M³	M³	140	40	R$ 239,50	R$ 33.530,00	R$ 245,00	R$ 34.300,00	R$ 234,00	R$ 32.760,00	**R$ 239,50**	**R$ 33.530,00**
5	483539	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 2 M³	M³	200	100	R$ 141,94	R$ 28.388,00	R$ 180,00	R$ 36.000,00	R$ 184,00	R$ 36.800,00	**R$ 168,65**	**R$ 33.730,00**
6	483539	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 7 M³	M³	1.050	150	R$ 100,59	R$ 105.619,50	R$ 97,86	R$ 102.753,00	R$ 99,00	R$ 103.950,00	**R$ 99,15**	**R$ 104.107,50**
7	483539	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 10 M³	M³	1.200	120	R$ 117,87	R$ 141.444,00	R$ 95,00	R$ 114.000,00	R$ 95,89	R$ 115.068,00	**R$ 102,92**	**R$ 123.504,00**
8	380770	VÁLVULA REGULADORA PARA CILINDRO DE OXIGÊNIO COM FLUXOMETRO	UNIDADE	15	-	R$ 218,00	R$ 3.270,00	R$ 200,00	R$ 3.000,00	R$ 232,00	R$ 3.480,00	**R$ 216,67**	**R$ 3.250,05**
9	435413	UMIDIFICADOR PARA OXIGÊNIO 250ML	UNIDADE	30	-	R$ 22,40	R$ 672,00	R$ 21,00	R$ 630,00	R$ 20,00	R$ 600,00	**R$ 21,13**	**R$ 633,90**
10	437179	EXTENSOR PARA CATETER DE OXIGÊNIO, TUBO EM SILICONE COM DIÂMETRO INTERNO 6MM : 50METROS	UNIDADE	50	-	R$ 4,44	R$ 222,00	R$ 5,92	R$ 296,00	R$ 4,33	R$ 216,50	**R$ 4,90**	**R$ 245,00**
TOTAL							R$ 328.959,85		R$ 311.229,00		R$ 313.846,65	**R$ 1.453,01**	**R$ 318.012,75**

OBS: Mapa elaborado conforme pesquisa junto ao Banco de Preços (https://www.bancodeprecos.com.br/Account/LogIn?ReturnUrl=%2fCotacoes%2fEditar%2f6397181) Painel de Preços (https://paineldeprecos.planejamento.gov.br/analise-materiais) que seguem em anexo.

OBS²: A obtenção do preço estimado deu-se com base na média dos valores obtidos na pesquisa de preços

Itapecuru Mirim, 15 de janeiro de 2025

Maarlia Sousa Lima Rosa Serra
Central de Compas
Matricula 27201

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

FLS. 65

Oficio nº 20/2025

Itapecuru-Mirim, 16 de janeiro de 2025.

Ao Senhor
Allyson Ferreira Pereira
Secretário Municipal de Receita, Orçamento e Gestão

Assunto: Registro de preço para aquisição de recargas de gases medicinais gás oxigênio e ar comprimido e acessórios umidificador e regulador com fluxômetro – para uso na assistência ventilatória para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Itapecuru Mirim/MA.

Senhor Secretário,

Encaminhamos a Vossa Senhoria, para ciência, os autos do processo licitatório referente realização de Registro de preço para aquisição de recargas de gases medicinais gás oxigênio e ar comprimido e acessórios umidificador e regulador com fluxômetro – para uso na assistência ventilatória para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Itapecuru Mirim/MA. O citado processo segue com Documento de Formalização de Demanda – DFD, Estudo Técnico Preliminar – ETP e Mapa de Gerenciamento de Riscos –MR, Pesquisa de Preços, que compõe caderno processual, visando assim a execução do objeto supracitado que será contratado pela Administração Pública.

Atenciosamente,

João Marcelo Fonsêca Silva
Secretaria Municipal de Saúde

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU-MIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

FLS 66

DESPACHO

À Senhora
Kleiciane Alanna Teixeira Abreu
Coordenadora da Assistência Farmacêutica

Tendo em vista, Documento de Formalização de Demanda – DFD, Estudo Técnico Preliminar – ETP e Mapa de Gerenciamento de Riscos – MR, apresentados para realização **Registro de preço para aquisição de recargas de gases medicinais gás oxigênio e ar comprimido e acessórios umidificador e regulador com fluxômetro – para uso na assistência ventilatória para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Itapecuru Mirim/MA,** solicito a Elaboração do Termo de Referência – TR, para posterior **APROVAÇÃO**, conforme preceitos do Art. 18, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021, cuja função é definir o objeto que será contratado pela administração para o atendimento da referida necessidade, devendo estar alinhado ao Estudo Técnico Preliminar-ETP, quando houver, objetivando atender as necessidades almejadas pela pretensa contratação.

Itapecuru Mirim/M, 17 de janeiro de 2025.

João Marcelo Fonseca Silva
Secretaria Municipal de Saúde

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Expediente Interno nº 29/2025

Itapecuru-Mirim, 20 de janeiro de 2025.

Ao Senhor
Secretário Municipal de Saúde
João Marcelo Fonsêca Silva

Assunto: Registro de preço para aquisição de recargas de gases medicinais gás oxigênio e ar comprimido e acessórios umidificador e regulador com fluxômetro – para uso na assistência ventilatória para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Itapecuru Mirim/MA.

Senhor Secretário,

Pelo presente encaminho a Vossa Senhoria, em anexo, Termo de Referência, conforme solicitado, para realização de Pregão Eletrônico que tem como objeto o Registro de preço para aquisição de recargas de gases medicinais gás oxigênio e ar comprimido e acessórios umidificador e regulador com fluxômetro – para uso na assistência ventilatória para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Itapecuru Mirim/MA.

Atenciosamente,

Kleiciane Alanna Teixeira Abreu
Coordenadora da Assistência Farmacêutica
Matrícula nº 2892/96

Kleiciane Alanna Teixeira Abreu
Coordenadora da Assistência Farmacêutica

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO

1.1. Registro de preço para aquisição de recargas de gases medicinais gás oxigênio e ar comprimido e acessórios umidificador e regulador com fluxômetro – para uso na assistência ventilatória para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Itapecuru Mirim/MA, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Federal nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados do(a) assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. Essa solicitação se faz necessária para atender à demanda da Secretaria Municipal de Saúde.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Qualidade e Segurança

a) Os gases medicinais devem atender às especificações da Farmacopeia Brasileira e às normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), incluindo certificações de pureza e ausência de contaminantes.

b) Os cilindros de oxigênio e ar comprimido devem ser recarregáveis e homologados conforme a ABNT NBR ISO 9809 (requisitos para cilindros de gás).

c) Acessórios (umidificadores, reguladores com fluxômetro) devem possuir certificação INMETRO e compatibilidade com equipamentos médicos padrão.

4.2. Logística e Armazenamento

a) O fornecedor deve garantir entrega imediata em caso de emergência (prazo máximo de 12 horas após solicitação).

b) Os cilindros devem ser armazenados em áreas ventiladas, longe de fontes de calor, e inspecionados periodicamente para evitar vazamentos.

4.3. Sustentabilidade

a) Reutilização de cilindros, com sistema de logística reversa para recargas e descarte seguro de unidades danificadas.

b) Priorizar fornecedores com práticas ambientais certificadas (ex.: ISO 14001).

4.4. Documentação e Regularidade Sanitária

a) Comprovante de Regularidade das Instalações:

A licitante deve apresentar Alvará Sanitário válido, emitido pela autoridade sanitária local, que comprove a regularidade das instalações de sua sede e/ou unidades de armazenamento de gases medicinais.

b) Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE):

Para empresas fabricantes/envaseiras de gases medicinais, é obrigatória a apresentação da AFE específica para gases medicinais, expedida pela ANVISA, Resoluções RDC nº 16, de 01 de abril de 2014 e RDC nº 671/2022.

Para empresas distribuidoras ou varejistas, é necessário:

- AFE da fabricante/envaseira com a qual possui contrato vigente;
- Contrato de fornecimento atualizado com a fabricante/envaseira, com vigência mínima de 12 meses.

c) Certificação de Boas Práticas:

Comprovação de conformidade com as Boas Práticas de Distribuição de Medicamentos (BPD) da ANVISA, se aplicável.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Forma de Contratação

5.1.1. A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, tendo como critério de julgamento o menor preço por item, conforme complexidade técnica e requisitos de segurança exigidos para gases medicinais.

5.1.2. Os contratos firmados deverão respeitar as diretrizes da Lei nº 14.133/2021, garantindo economicidade, segurança e eficiência no fornecimento de gases medicinais e acessórios, com observância das normas da ANVISA e ABNT.

5.2. Prestação dos Serviços

5.2.1. O fornecedor será responsável por:

a) Fornecer recargas de gases medicinais (oxigênio e ar comprimido) em cilindros certificados, conforme especificações técnicas da Farmacopeia Brasileira e normas da ANVISA;

b) Garantir que os acessórios (umidificadores e reguladores com fluxômetro) sejam entregues com certificação INMETRO e compatíveis com equipamentos médicos padrão;

c) Realizar o transporte seguro dos cilindros e acessórios em veículos adequados, seguindo normas de segurança para produtos pressurizados (ex.: NBR 14787), com proteção contra impactos, variações térmicas e vazamentos.

5.2.2. Transporte de Cilindros e Equipamentos:

a) O transporte de cilindros e acessórios será realizado em caminhões especiais, conforme:

- Decreto Lei nº 96.044/1988 (Ministério dos Transportes);
- Resolução ANTT nº 420 e atualizações (Resoluções 701/2004, 1644/2006, 2657/2008, 2975/2008 e 3383/2010);
- Resolução ANVISA RDC nº 69/2008 (estiva segura para evitar deslocamento ou queda).

b) Cada cilindro deve exibir rótulo de classe de risco, contendo:

- Símbolo de identificação do risco;
- Número da classe/subclasse e grupo de compatibilidade;
- Texto indicativo da natureza do risco (quando aplicável);
- Símbolos de manuseio do equipamento.

c) Em cilindros de pequenas dimensões, o rótulo poderá ser substituído por etiqueta aplicada ao equipamento.

5.2.3. Abastecimento e Manuseio:

a) A carga/descarga de cilindros será realizada exclusivamente por pessoal qualificado da contratada, com uso de:

- EPIs obrigatórios: luvas de raspa, botas com biqueira de aço, óculos de proteção e capacete.

b) Todos os cilindros devem ser entregues:

- Em perfeito estado de conservação;
- Com capacete de proteção (móvel ou fixo);
- Lacrados – cilindros sem lacre serão rejeitados e devolvidos.

c) Equipamentos e ferramentas para manuseio e instalação devem ser fornecidos pela contratada, sob responsabilidade de técnicos qualificados.

d) A entrega/retirada de cilindros será acompanhada por representante da contratante, para conferência e registro.

5.3. Monitoramento e Fiscalização

5.3.1. A execução do contrato será acompanhada por comissão técnica designada, que verificará:

a) Conformidade dos gases medicinais com os padrões de pureza e segurança descritos no edital;

b) Condições de armazenamento e transporte dos cilindros (ex.: ausência de vazamentos, válvulas intactas);

c) Pontualidade nas entregas, especialmente em situações de emergência.

d) Conformidade dos rótulos de risco e condições de lacre;

e) Uso de EPIs durante o manuseio.

5.3.2. O fornecedor deverá disponibilizar canal de emergência 24 horas (telefone, e-mail ou plataforma digital) para solicitações urgentes, ajustes logísticos ou relatos de não conformidades.

5.4. Garantia de Qualidade

5.4.1. O fornecedor deverá adotar procedimentos técnicos rigorosos, incluindo:

a) Recargas de gases realizadas por empresas autorizadas pela ANVISA (AFE), com laudos de análise química e certificação de pureza;

b) Armazenamento de cilindros em ambientes ventilados e protegidos de calor, conforme NBR ISO 9809;

c) Substituição imediata de cilindros danificados ou com validade expirada (prazo máximo de 6 horas após notificação).

d) Garantir que os cilindros estejam devidamente rotulados e lacrados, conforme normas técnicas;

e) Assegurar que o transporte siga as prescrições legais para produtos pressurizados.

5.5. Sustentabilidade na Execução

5.5.1. O fornecedor deverá priorizar práticas sustentáveis, como:

a) Reutilização de cilindros com sistema de logística reversa e descarte ambientalmente adequado;

b) Redução de emissões de CO_2 na logística, utilizando veículos de baixo impacto ou rotas otimizadas;

c) Destinação correta de resíduos perigosos (ex.: cilindros irrecuperáveis), conforme Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

FISCALIZAÇÃO

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

6.7. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7.1. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.7.3. O fiscal do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.8. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

GESTOR DO CONTRATO

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (duas) horas a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.8.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.9.1. O prazo de validade;

7.9.2. A data da emissão;

7.9.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

7.9.4. O período respectivo de execução do contrato;

7.9.5. O valor a pagar; e

7.9.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.13. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.17. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IGPM de correção monetária.

7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.22. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço por item.

8.2. A prestação dos serviços do objeto será parcelado conforme as demandas das secretarias solicitantes.

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

HABILITAÇÃO JURÍDICA

8.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

8.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18. A Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de:

8.18.1. Certidão Negativa de Débitos Fiscais;

8.18.2. Certidão Negativa de Dívida Ativa.

8.19. A Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de:

8.19.1. Certidão Negativa de Débitos Municipais;

8.19.2. Certidão Negativa da Dívida Ativa Municipal.

8.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

8.22. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.23. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis (Demonstração do Resultado do Exercício – DRE) dos últimos 02 exercícios sociais, com o devido registro na Junta Comercial, já exigíveis e apresentados na forma da lei, com notas explicativas, acompanhados dos Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário ou do próprio Livro Diário, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

8.24. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

8.25. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

8.26. A participante deverá enviar os índices de capacidade financeira. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo Passivo Circulante}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

8.27. Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados: Publicados em Diário Oficial ou Publicados em jornal de grande circulação ou por cópia do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da empresa, na forma da Instrução Normativa Nº 11, de 05 de dezembro de 2013, do Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI, acompanhado obrigatoriamente dos Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Diário, devidamente registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, conforme disposto nos Art. 1.180, Parágrafo

Único, 1.181, Parágrafo Único e 1.184, §2° da Lei N° 10.406/2002;11.9.8.4. Na forma do Sistema de Escrituração Pública Digital – SPED, instituído pelo Decreto Federal n° 6.022, de 22 de janeiro de 2007, acompanhado da cópia do recibo de entrega da escrituração contábil digital – SPED CONTÁBIL, nos termos de Instrução Normativa editada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

8.27.1. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.27.2. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.27.3. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.28. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo até 10% do valor total estimado da contratação.

8.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei n° 14.133, de 2021, art. 65, §1°).

8.30. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.32. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.32.1. É indispensável que o atestado de capacidade técnica apresente informações tangíveis, ficando vedada a apresentada com informações genéricas, tais como: ter fornecido os materiais/produtos a contendo. Essa exigência é necessária para que, na ocasião da análise do documento, o julgador da proposta possa aferir efetivamente as condições de fornecimento eficiente da empresa para a execução do objeto de maneira satisfatória.

8.33. Comprovante de regularidade das instalações da proponente, emitido por autoridades sanitárias do local da sede da Licitante (Alvará Sanitário).

8.34. Comprovante de Autorização de funcionamento de empresa (AFE) para gases medicinais expedida pela ANVISA, relativa à fabricação/envase de gases medicinais.

8.35. Se a licitante for distribuidora/varejista de gases medicinais, a mesma deverá apresentar a AFE pertencente a empresa FABBRICANTE/ENVASADORA, bem como o contrato vigente de fornecimento de gases medicinais com a empresa fabricante/envasadora.

8.36. Comprovante de Registro ou inscrição do Profissional responsável pela empresa na entidade profissional competente devidamente regular no Conselho Regional de Química ou no Conselho Regional de Farmácia - Resolução n° 470, de 28 de março de 2008 – Conselho Federal de Farmácia.

8.37. Apresentar fotos da fachada e interior da empresa. O item não é de ordem obrigatória e visa tão somente à comprovação de estrutura mínima e capacidade técnico-funcional da empresa em cumprir o objeto da presente licitação, impedindo assim empresas "fantasmas" ou qualquer outro tipo de fraude à Lei Nº 14.133/2021.

8.38. Caso o documento não seja apresentado conforme exigem o item acima, a comissão poderá abrir diligência para a verificação da veracidade das informações dele constante.

8.39. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.40. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.41. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO DOS PARTICIPANTES

9.1. O custo estimado total da contratação é de R$ 318.012,75 (Trezentos e dezoito mil doze reais e setenta e cinco centavos), conforme custos unitários apostos na tabela abaixo:

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	COTA	UNID. DE MEDIDA	QUANT.	QUANT. CILINDRO	VALOR	TOTAL
1	429464	RECARGA DE AR MEDICINAL (COMPRIMIDO) – CILINDRO DE 1 M³	EXCLUSIVA ME/EPP	M³	30	30	**R$ 210,68**	R$ 6.320,40
2	483539	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 1/2 M³	EXCLUSIVA ME/EPP	M³	25	50	**R$ 192,30**	R$ 4.807,50
3	483539	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 1 M³	EXCLUSIVA ME/EPP	M³	40	40	**R$ 197,11**	R$ 7.884,40
4	483539	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 3,5M³	EXCLUSIVA ME/EPP	M³	140	40	**R$ 239,50**	R$ 33.530,00
5	483539	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 2 M³	EXCLUSIVA ME/EPP	M³	200	100	**R$ 168,65**	R$ 33.730,00
6	483539	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 7 M³	AMPLA DISPUTA	M³	788	113	**R$ 99,15**	R$ 78.130,20
7	483539	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 7 M³	RESERVADA ME/EPP	M³	262	37	**R$ 99,15**	R$ 25.977,30

8	483539	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 10 M³	AMPLA DISPUTA	M³	900	87	**R$ 102,92**	R$ 92.628,00
9	483539	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 10 M³	RESERVADA ME/EPP	M³	300	33	**R$ 102,92**	R$ 30.876,00
10	389770	VÁLVULA REGULADORA PARA CILINDRO DE OXIGÊNIO COM FLUXOMETRO	EXCLUSIVA ME/EPP	UNIDADE	15	-	**R$ 216,67**	R$ 3.250,05
11	435413	UMIDIFICADOR PARA OXIGÊNIO 250ML	EXCLUSIVA ME/EPP	UNIDADE	30	-	**R$ 21,13**	R$ 633,90
12	437179	EXTENSOR PARA CATETER DE OXIGÊNIO, TUBO EM SILICONE COM DIÂMETRO INTERNO 6MM : 50METROS	EXCLUSIVA ME/EPP	UNIDADE	50	-	**R$ 4,90**	R$ 245,00
TOTAL								**R$ 318.012,75**

9.2. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

9.2.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.2.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.2.3. Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. Não há necessidade de informar Dotação Orçamentária nos Editais de licitação para registro de preços uma vez que no sistema de registro de preços não há obrigatoriedade de contratar, e a literatura especializada entende que a indicação da disponibilidade só deve ser obrigatória no momento da efetiva contratação e não quando da abertura da licitação.

Itapecuru-Mirim/MA, 22 de janeiro de 2025.

Elaborado por:

Kleiciane Alanna Teixeira Abreu
Coordenadora da Assistência Farmacêutica
Matrícula nº 29296

Kleiciane Alanna Teixeira Abreu
Coordenadora da Assistência Farmacêutica

PAG 90

Aprovo o presente Termo de Referência:

João Marcelo Fonseca Silva
Secretaria Municipal de Saúde

Allyson Ferreira Pereira
Secretaria Municipal de Receita, Orçamento e Gestão

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 05.648.696/0001-80

DESPACHO

Itapecuru-Mirim/MA, 22 de janeiro de 2025.

Ao
Departamento de Contabilidade do Município de Itapecuru Mirim/MA.
Att: Sr. Sérgio Murilo Cruz de Oliveira filho

Considerando a necessidade justificada de se realizar procedimento licitatório, visando o Registro de preço para aquisição de recargas de gases medicinais gás oxigênio e ar comprimido e acessórios umidificador e regulador com fluxômetro – para uso na assistência ventilatória para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Itapecuru Mirim/MA, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento., solicitamos informações de disponibilidade orçamentária para realização de deste objeto, e, para tanto, justificamos abaixo, conforme segue:

A presente aquisição justifica-se pela necessidade crítica de suprir unidades de saúde municipais com insumos essenciais para ventilação mecânica e terapia respiratória, garantindo o atendimento emergencial e contínuo a pacientes em situações de risco, como casos de insuficiência respiratória, pós-operatórios e doenças crônicas. Trata-se de insumos vitais para a manutenção da saúde pública, especialmente em cenários de alta demanda hospitalar ou epidemiológica.

As quantidades previstas foram definidas com base na análise da capacidade instalada dos equipamentos médicos, histórico de consumo das unidades de saúde e projeções de demanda, considerando a necessidade de estoque de segurança para evitar interrupções no atendimento.

Ressalta-se que a disponibilidade contínua de gases medicinais é indispensável para a preservação de vidas, garantindo o funcionamento adequado de ventiladores pulmonares, nebulizadores e outros dispositivos médicos. Sua ausência comprometeria diretamente a qualidade do serviço de saúde, podendo resultar em complicações clínicas irreversíveis ou óbitos.

A aquisição estratégica desses insumos reflete o compromisso da Administração Pública com a eficácia das políticas de saúde, alinhando-se aos princípios de economicidade e transparência na gestão de recursos públicos Assim, ENCAMINHAMOS o presente processo com Termo de Referência em anexo, presente neste o orçamento detalhado em planilhas que expressam a composição de todos os seus custos unitários, e solicitamos ao Departamento de Contabilidade deste Município que indique os recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações a serem assumidas, conforme valor orçado de R$ 318.012,75 (trezentos e dezoito mil doze reais e setenta e cinco centavos)

Esta solicitação fundamenta-se nos Arts. 6, § 2º, XXIII; "i" da Lei nº 14.133/2021 e art. 16, da LRF.

Fls 32

Logo após, devolva-se os autos a este Órgão, para que sejam tomadas as medidas pertinentes.

João Marcelo Fonseca Silva
Secretaria Municipal de Saúde

Allyson Ferreira Pereira
Secretaria Municipal de Receita, Orçamento e Gestão

PREFEITURA DE
ITAPECURU MIRIM
CONSTRUINDO UMA NOVA HISTÓRIA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM
CONTABILIDADE

FOLHA 83

DESPACHO

Aos Senhores

João Marcelo Fonsêca Silva
Secretário Municipal de Saúde

Allyson Ferreira Pereira
Secretário Municipal da Receita, Orçamento e Gestão

Prefeitura Municipal de Itapecuru-Mirim/MA

Cumprimento-o cordialmente, não há necessidade de Dotação Orçamentária uma vez que será na modalidade Pregão – Registro de Preço de acordo com o Art. 17, do Decreto Federal nº 11.462/2023, onde diz que "A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil".

Itapecuru-Mirim/MA, 22 de janeiro de 2025.

Atenciosamente,

Sérgio Murilo Cruz de Oliveira Filho
Sérgio Murilo Cruz de Oliveira Filho
Contador Geral
CRC 14636

Fls. 34

DESPACHO

Assunto: Solicitação de Definição da Modalidade Licitatória

Ao Setor de Licitação,

Considerando a necessidade de dar início ao processo licitatório referente ao Registro de preço para aquisição de recargas de gases medicinais gás oxigênio e ar comprimido e acessórios umidificador e regulador com fluxômetro – para uso na assistência ventilatória para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Itapecuru Mirim/MA, **SOLICITO** ao Setor de Licitação que, em conformidade com a legislação pertinente, em especial a Lei nº 14.133/2021, defina e informe qual a Modalidade Licitatória a ser adotada para a realização do referido processo, levando em consideração o valor estimado e as características do objeto.

Na condição de ente público todos os processos de contratações e realizações de despesas relativas às atividades do Município de Itapecuru Mirim/MA, devem ser praticados estritamente sob a égide do regime do Direito Público, em que se aplica em especial a Lei 14.133/2021, LC 123/06, a Lei 4.320/64, a Lei de Responsabilidade Fiscal e normas específicas do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, Tribunal de Contas da União e demais órgãos de controle interno e externo.

Na qualidade de ordenador de despesa, declaro, para os efeitos do inciso II do artigo 16 da Lei Complementar nº 101 – Lei de Responsabilidade Fiscal, que a despesa especificada pelo objeto acima tem adequações orçamentaria e financeira com a Lei Orçamentaria Anual (LOA) e compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) e com a Lei de Diretrizes Orçamentaria (LDO).

Desta forma, **AUTORIZO** assim a abertura do Processo Licitatório.

Fico à disposição para eventuais esclarecimentos e agradeço a colaboração.

Itapecuru-Mirim/MA, 23 de janeiro de 2025.

Atenciosamente,

João Marcelo Fonsêca Silva
Secretaria Municipal de Saúde

SEC. MUN. DE GOVERNO
- PORTARIAS - DESIGNAR: 20/2025

P O R T A R I A 20/2025

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO, INSTITUI A EQUIPE DE APOIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM, ESTADO DO MARANHÃO , no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art. 55, da Lei Orgâica do Município (LOM)

RESOLVE

Art. 1º - Designar a servidora efetiva **JAÍNNE LOPES MAGALHÃES** , para exercer a função de Agente de Contratação.

Art. 2º - Ficam designados para comporem a Equipe de Apoio os seguintes servidores:

I – IANE MARIA PINHEIRO RIBEIRO

II – LINDA MELO FRANÇA FONTELES

III - RODRIGO DE ALMEIDA ABREU

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os efeitos a 02 de janeiro de 2025. Revoga-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM – MA, EM 03 D E J A N E I R O D E 2025

LUÍS FILLIPE TORRES FILGUEIRA
Prefeito Municipal

SEC. MUN. DE GOVERNO
- PORTARIAS - NOMEAÇÃO: 21/2025

PORTARIA Nº 21/2025

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE RECEITA, ORÇAMENTO E GESTÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM, ESTADO DO MARANHÃO , no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art. 55, inc. VI e XIX, da Lei Orgâica do Município (LOM)

RESOLVE

Art. 1º. - Nomear o Sr. **BRUNO DINIZ COSTA** para exercer o cargo Superintendente Financeiro da secretaria de Receita, Orçamento e Gestão do Município de Itapecuru -Mirim/MA.
Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2024.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM – MA, EM 03 DE JANEIRO DE 2025

LUÍS FILLIPE TORRES FILGUEIRA
Prefeito Municipal

SEC. MUN. DE GOVERNO
- DECRETOS MUNICIPAIS - DECRETO: 1/2025

DECRETO MUNICIPAL 01, DE 03 DE JANEIRO DE 2025

"Dispõe sobre a desconcentração administrativa no âmbito do Poder Executivo do município de Itapecuru Mirim, da delegação de competência ao ordenador de despesa e dá outras providências.".

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM, ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art. 55, da Lei Orgâica do Município (LOM)
CONSIDERANDO o conceito legal de ordenador de despesas à luz do § 1º do art. 80 do Decreto -Lei n. 200/67, que diz: *"O ordenador de despesa é toda e qualquer autoridade de cujos atos resultarem emissão de empenho, autorização de pagamento, suprimento ou dispêndio de recursos da União ou pela qual esta responda "*;

CONSIDERANDO a necessidade de instituir a desconcentração e a descentralização da Administração Direta e Indireta e dos Fundo s

Assinado eletronicamente por: Jarlisson Sebastião Araujo Silva - CPF: ***.689.993-** em 03/01/2025 13:45:21 - IP com nº: 10.0.0.163
Autenticação em: www.itapecurumirim.ma.gov.br/diariooficial.php?id=985

municipais quanto à ordenação de despesas;

CONSIDERANDO a vigência da Lei Municipal 1401, de 19 de dezembro de 2017 e suas alterações, que dispõe sobre a reorganização administrativa do Poder executivo do Município de Itapecuru Mirim

DECRETA:

Art. 1º Ficam instituídas a descentralização, a ordenação e a disciplina dos atos administrativos da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, operacional e dos atos relativos as subvenções, quanto a legalidade, legitimidade e economicidade, no âmbito da administração pública direta e quando instituída a indireta e fundacional do Município de Itapecuru Mirim, Estado do Maranhão .

Art. 2º A delegação de competência para ordenar despesas, no âmbito da Administração Direta e dos Fundos Municipais será privativa do Secretário Municipal de Receita, Orçamento e Gestão em conjunto com o Secretário de cada Secretaria Municipal prevista na estrutura administrativa do Município de Itapecuru Mirim, nos seguintes termos:

§ 1º. O Secretário Municipal de Receita, Orçamento e Gestão em conjunto com o (a) Secretário(a) de Saúde serão os ordenadores de despesas da Secretaria de Saúde e do Fundo Municipal de Saúde - FMS, bem como todos os programas que envolvam dispêndio de recursos.

§ 2º O Secretário Municipal de Receita, Orçamento e Gestão em conjunto com o Secretário(a) de Educação serão os ordenadores de despesas da Secretaria de Educação,e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, bem como todos os programas que envolvam dispêndio de recursos.

§ 3º. O Secretário Municipal de Receita, Orçamento e Gestão em conjunto com o(a) Secretária(a) de Assistência Social serão os ordenadores de despesa da Secretaria de Assistência Social e do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, Fundos Municipais de Pessoa Idosa e do Fundo Criança e Adolescente, bem como todos os programas que envolvam dispêndio de recursos.

§ 4º. O Secretário Municipal de Receita, Orçamento e Gestão em conjunto com o Secretário(a) de Meio Ambiente serão os ordenadores de despesas da Secretaria de Meio Ambiente e do Fundo Municipal de Meio Ambiente, bem como todos os programas que envolvam dispêndio de recursos.

§ 5º. O Secretário Municipal de Receita, Orçamento e Gestão em conjunto com o(a) Secretário(a) de Política para a Mulher serão os ordenadores de despesas da Secretaria de política para a Mulher, bem como todos os programas que envolvam dispêndio de recursos.

§ 6º. O Secretário Municipal de Receita, Orçamento e Gestão em conjunto com o(a) Secretário(a) de Promoção da Igualdade Racial serão os ordenadores de despesas da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial e do Fundo Municipal de Promoção da Igualdade Racial , bem como todos os programas que envolvam dispêndio de recursos.

§ 7º. O Secretário Municipal de Receita, Orçamento e Gestão em conjunto com o Secretário de Juventude, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo serão os ordenadores de despesas da o Secretaria de Juventude, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo e dos Fundos Municipais do Esporte e de investimento da cultura, bem como todos os programas que envolvam dispêndio de recursos.

§ 8º. O Secretário Municipal de Receita, Orçamento e Gestão em conjunto com (a) Superintendente Financeiro(a), da Secretaria Municipal de Receita e Orçamento e Gestão serão os ordenadores de despesas das Secretarias de Receita, Orçamento e Gestão; Secretaria de Administração, Recursos Humanos e Patrimônio; Secretaria de Governo; Procuradoria Geral e Controladoria Interna, bem como Fundo de Defesa dos Direitos Difuso e Coletivo, bem como todos os programas que envolvam dispêndio de recursos dessas áreas.

§ 9º. O Secretário Municipal de Receita, Orçamento e Gestão em conjunto com Secretário(a) de Infraestrutura, Urbanismo, Paisagismo, Trânsito e Transporte serão os ordenadores de despesas da Secretaria de Infraestrutura, Urbanismo, Paisagismo, Trânsito e Transporte e do Fundo Municipal de transporte e trânsito, bem como todos os programas que envolvam dispêndio de recursos.

§ 10. O Secretário Municipal de Receita, Orçamento e Gestão em conjunto com Secretário(a) de Agricultura familiar, abastecimento, indústria, comércio, pesca e produção serão os ordenadores de despesas da Secretaria de Secretaria de Agricultura familiar, abastecimento, indústria, comércio, Pesca e Produção e do Fundo Municipal Segurança alimentar e nutricional, bem como todos os programas que envolvam dispêndio de recursos.

Art. 3º Os ordenadores, de que trata o artigo anterior, são competentes para:

I - Autorizar a deflagração de certames licitatórios, dispensas e inexigibilidades, assim como ratificar quando for o caso ou homologar seus resultados, revogar ou anular as licitações;
II - Referendar atos, assinar contratos, convênios e instrumentos similares, bem como adiantamentos, diárias, distratos e rescisões, bem como designar formalmente servidor para acompanhar a execução e fiscalização dos mesmos e, ainda, emitir ordem de serviço, paralisação e reinicio da execução do contrato;
III - Reconhecer dívidas, gerir bens móveis e imóveis, direitos e créditos orçamentários necessários ao cumprimento da missão institucional da Prefeitura Municipal;
IV - Emitir documentos de empenho, liquidação e pagamentos de despesas;
V- Concessão de adiantamento, suprimento de fundos ou dispêndio de recursos do Município, bem como remanejamento de verbas, ficando determinado à Secretaria de Fazenda cumprir o ordenado e pagar o autorizado;
VI - Acompanhar e fiscalizar os processos licitatórios para aquisição de bens e serviços de sua respectiva Secretaria Municipal,
VII - Acompanhar a gestão e execução dos contratos administrativos firmados e relacionados a sua respectiva Secretaria Municipal, bem como prestar contas dos recursos recebidos;
VIII - Cumprir e realizar todos os atos administrativos previstos nos artigos 58 a 70 da Lei nº. 4.320/64, inclusive o dever de prestar contas aos órgãos de controle interno e externo.

Parágrafo único - As normas e procedimentos para a concessão e a aplicação de suprimento de fundos, no âmbito da administração pública municipal direta será regulamentada em ato em específico.

Art. 4º Os Ordenadores de despesas serão responsáveis pela autorização do procedimento administrativo das despesas, não podendo delegar essa função a outro servidor, respondendo, em todo caso, administrativamente, civil e penalmente, pelo mal versação do erário.

Assinado eletronicamente por: Jarlisson Sebastião Araujo Silva - CPF: ***.689.993-** em 03/01/2025 13:45:21 - IP com nº: 10.0.0.163
Autenticação em: www.itapecurumirim.ma.gov.br/diariooficial.php?id=965

§1º. Para fins do disposto neste artigo, entende-se como ordenador de despesa toda e qualquer autoridade de cujos atos resultarem autorização de despesa, reconhecimento de dívida, emissão de empenho, autorização de pagamento, concessão de adiantamento, suprimento de fundos ou dispêndio de recursos do Município.

§2º. A competência de que trata o "caput" deste artigo se estenderá aos substitutos legais, enquanto durar os impedimentos dos titulares em razão de férias, licença médica e outros afastamentos que a lei estabelecer, bem assim no caso de ausência da sede do Muni cípio por motivo de missão oficial.

Art. 5º É vedado ao ordenador de despesa autorizar a execução de despesa sem expressa comprovação de suficiente disponibilidade de recursos orçamentários para atender o requisitado.

§1º - Caberá ao Departamento de Contabilidade, relacionado a Secretaria Municipal da Receita e Orçamento e Gestão, conferir e informar se há ou não disponibilidade orçamentária para tramitação inicial de processos administrativos que gere despesas públicas e subsequentemente a emissão das notas de empenho.

§2º - Após a autorização de abertura do processo de contratação pelo Secretario da pasta, havendo disponibilidade orçamentária devidamente atestada pelo departamento de contabilidade, o processo deve ser encaminhado ao Secretário de Receita, Orçamento e Gestão para ratificação de abertura, de forma a contemplar a disponibilidade financeira.

Art. 6º A Superintendência Financeira, vinculada à Secretaria Municipal de Receita e Orçamento e Gestão, centralizará as operações financeiras de todos os pagamentos autorizados pelos ordenadores de despesas, nos termos do art. 65 da Lei 4.320/64, funciona ndo como uma tesouraria, não se confundindo com ordenador de despesas, na forma do art. 65 da Lei nº. 4.320/64, estando devidamente instituído na forma do presente decreto, exceto na hipótese prevista no §8º do art. 2º deste decreto.

Parágrafo único. A ordem de pagamento será assinada pelo Superintendente Financeiro do município em conjunto com o respectivo Secretário de Receita, Orçamento e Gestão.

Art. 7º Deverá as instituições bancárias credenciadas realizar o cadastro imediato dos respectivos ordenadores de despesas e superintendente financeiro, permitindo o livre acesso as respectivas contas bancáriss.

Art. 8º Fica estabelecido que o Prefeito Municipal não ordena despesas e nem efetua quaisquer pagamentos do município de Itapecuru Mirim e respectivos fundos.

Parágrafo único - Ressalvado os casos especiais, em que não for possível que os ordenadores de despesas firmem convênios de transferências voluntárias com outro ente federado, situação em que o Prefeito Municipal funcionará excepcionalmente como ord enador de despesas e efetuará os pagamentos.

Art. 9º Os ordenadores de despesas autorizados por este Decreto, se submetem a observar as normas e diretrizes contidas nas leis federais nºs. 4.320/64, 14.133/21, bem como nas demais normas legais que regem a matéria.

Art. 10 A Controladoria Geral do Município exercerá a missão de acompanhamento e monitoramento dos atos praticados pelos administrativos públicos municipais, visando o controle dos atos praticados pelos ordenadores de despesas, visando o fiel cum primento deste Decreto.

Art.11 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, tendo os seus efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2025, revogando disposição em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM – MA, EM 03 DE JANEIRO DE 2025.

LUÍS FILLIPE TORRES FILGUEIRA
Prefeito Municipal

SEC. MUN. DE GOVERNO
- DECRETOS MUNICIPAIS - DECRETO: 2/2025

DECRETO Nº 02, de 03 de janeiro de 2025.

Dispõe sobre o recadastramento dos servidores públicos civis efetivos e/ou estáveis ativos, no âmbito da administração pública municipal, rescisão de todos os contratos temporários e a convocação de todos os servidores cedidos e/ou disponibilizados para outros órgãos.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM, ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art. 55, inc. VI e XIX, da Lei Orgêica do Município (LOM)
CONSIDERANDO a necessidade de atualização dos dados cadastrais dos Servidores Públicos Municipais titulares de cargo público de provimento efetivo e/ou estáveis ativos, e que para esse fim se faz necessário à identificação do servidor, perfil funcional, de sua lotação, de seu enquadramento funcional, bem como outras informações consideradas fundamentais para a Prefeitura;
CONSIDERANDO a implantação de medidas administrativas objetivando dar maior controle e celeridade à Secretaria Municipal de Administração, com a finalidade de buscar a melhoria da qualidade das informações como instrumento de gestão de recursos huma nos;
CONSIDERANDO, ainda e necessários da organização do quadro de servidores da administração municipal.

Assinado eletronicamente por: Jarlisson Sebastião Araujo Silva - CPF: ***.689.993-** em 03/01/2025 13:45:21 - IP com nº: 10.0.0.163
Autenticação em: www.itapecurumirim.ma.gov.br/diariooficial.php?id=965

PREFEITURA DE
ITAPECURU MIRIM
CONSTRUINDO UMA NOVA HISTÓRIA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM
CNPJ nº 05.648.696/0001-80

PROCURADORIA MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM
FOLHA Nº 39

DESPACHO

ASSUNTO: Intenção de Modalidade Licitatória

EMENTA: Direito Administrativo. Comissão Permanente de Licitação. Licitações e Contratos. Definição de Procedimento a ser adotado. Modalidade de Licitação. Pregão Eletrônico.

REFERENTE: **PROC. ADMIN: 2025.01.14.0005.**

CONSIDERANDO as atribuições que me foram conferidas a legislação municipal vigente, e a Portaria **nº 020/2025**;

CONSIDERANDO que chegaram a esta Comissão autos do **Processo Administrativo nº 2025.01.14.0005**, que tem por finalidade o Registro de preço para aquisição de recargas de gases medicinais gás oxigênio e ar comprimido e acessórios umidificador e regulador com fluxômetro – para uso na assistência ventilatória para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Itapecuru Mirim/MA, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento;

CONSIDERANDO que fora definido de forma clara e conclusiva o objeto e quantitativo a ser licitado, conforme termo de Termo de Referência em anexo nos autos;

CONSIDERANDO que o Termo de Referência já compreende requisitos exigidos na legislação vigente, ao que concerne a Lei Geral de Licitações e Contratos Administrativos;

Segue relatório abaixo:

1. A Comissão Permanente de Licitação por meio de seu Agente de Contratação - Pregoeiro, da Prefeitura Municipal de Itapecuru-Mirim, Estado do Maranhão, declara para os devidos fins de fatos e de direito, ter ciência do disposto no art. 49, da Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº. 424, de 30 de dezembro de 2016, que diz:

> "[...]
>
> Art. 49. Os órgãos e entidades públicas que receberem recursos da União por meio dos instrumentos regulamentados por esta Portaria estão obrigados a **observar as disposições contidas na Lei nº 14.133/21** e demais normas federais, estaduais e municipais pertinentes ao assunto, quando da contratação de terceiros.
>
> § 1º **Para aquisição de bens e serviços comuns, será obrigatório o uso da modalidade pregão**, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, sendo utilizada **preferencialmente a sua forma eletrônica**". (Grifo nosso).

3. Assim sendo, este ente federado, no Processo nº 2025.01.03.0009, utilizará a **modalidade licitatória pregão em sua forma eletrônica**, facilitando o processo de contratação com o poder público por conferir celeridade e desburocratização ao procedimento licitatório,

bem como sem perder a qualidade nas propostas, uma vez que a competitividade nesta modalidade de licitação possui como uma grande característica. Sendo assim, a tecnologia da informação contemporânea trouxe a evolução ao procedimento licitatório por meio do pregão eletrônico.

4. A modalidade de licitação Pregão em sua forma eletrônica, trouxe notáveis melhorias para o processo de contratação da administração pública, tornando-o muito mais dinâmico e aplicando com de forma mais sistemática alguns dos princípios norteadores da administração pública, tais como economicidade, eficiência, celeridade, dentre outros.

5. Ressalte-se que uma característica muito peculiar dessa modalidade que a diferencia das demais é a grande economicidade proporcionada pelo longo alcance de fornecedores e prestadores de serviços, aumentando desta forma a competitividade, e ao mesmo tempo movimenta de forma significativa a economia do pais, e pôr fim vá-se ao encontro da proposta mais vantajosa para administração pública, que por vezes não se trata apenas de encontrar o menor preço para o objeto licitado, mas sim melhor atendimento as necessidades da administração.

6. Outra característica que torna essa modalidade muito eficiente é a inversão entre a habilitação e a fase de apresentação de propostas dos preços, o que tornou o processo muito mais célere. Sendo que o pregoeiro ao analisar a melhor proposta de preços, ou seja, a primeira colocada e se esta estiver em conformidade com aquilo que é exigido em Edital, não há a necessidade de se analisar toda a documentação dos demais participantes. Logo, tendo em vista o prazo de 08 (oito) dias entre a publicação da licitação e a apuração dos preços dos licitantes.

7. Outra importante vantagem e peculiaridade do Pregão Eletrônico estão na possibilidade de os participantes não estarem presentes fisicamente, bastando que estes tenham acesso à internet e ao sistema de compras utilizado pelo órgão licitante, o que acaba diminuindo o custo que os participantes teriam para se locomover até a sede onde se realizaria o certame.

8. Por todo o exposto supracitado, a modalidade licitatória Pregão em sua forma eletrônica é sem dúvida a mais célere e econômica modalidade de licitação que possui até a presente data está disponível para Administração Pública, contribuindo demasiadamente para uma desburocratização do sistema e guardando uma relação intrínseca com o princípio da eficiência, constitucionalmente previsto.

9. Considerando ainda o disposto no art. 18, da Lei nº 14.133/2021, ao dispor que:

> Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do **caput** do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos;

10. Ainda sobre o procedimento a ser adotado na futura e eventual contratação, é de suma importância para a administração a utilização do Sistema de Registro de Preços nas contratações para aquisição de bens ou produtos, como para a prestação de serviços, desde que o objeto se enquadre em uma das hipóteses previstas no art. 3º do Dec. nº 11.462/2023, é o texto:

> Art. 3º O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:
> I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

PMI 39

> II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;
> III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;
> IV - quando for atender a execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão de que trata o § 2º do art. 32; ou
> V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.
> Parágrafo único. O SRP poderá ser utilizado para a contratação de execução de obras e serviços de engenharia, desde que atendidos os seguintes requisitos:
> I - existência de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo padronizados, sem complexidade técnica e operacional; e
> II - necessidade permanente ou frequente de obra ou serviço a ser contratado.

11. O regulamento determina que as licitações para registro de preços podem ser realizadas nas modalidades concorrência e pregão. No caso específico da utilização do pregão, o objeto a ser licitado, além de se adequar às hipóteses previstas no referido artigo 3º, também deve consistir em bem ou serviço de natureza comum, ou seja, cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital por meio de especificações usuais no mercado (conforme dispõe a Lei nº 14.133/2021).

12. Ainda sobre o Sistema de Registro de Preços é importante trazer a baila o disposto do artigo 17º, Decreto 11.462/2023 – Presidência da República, onde determina que a **indicação da disponibilidade de créditos orçamentários** somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.

Por todo o exposto, decidiu-se;

Empregar no presente Processo Administrativo de contratação, **Licitação de Modalidade Pregão em sua forma eletrônica, utilizando o Sistema de Registro de Preços.**

É neste diapasão que autuo o presente processo licitatório da seguinte forma:

- **Pregão Eletrônico/SRP.**
- **Proc. Admin. Nº 2025.01.14.0005**

É neste entendimento que versa a Pregoeira Municipal juntamente com sua equipe de apoio sobre tipo de procedimento e modalidade a ser empregado na contratação pretendida, desta forma dar-se prosseguimento ao Processo Administrativo com a finalidade anteriormente descrita.

Em razão disso, este despacho está sendo devolvido ao Sr. Secretário para ciência e prosseguimento conforme as diretrizes aqui estabelecidas.

Aproveitando o ensejo para anexar a **PORTARIA,** a qual nomeia a Pregoeira Oficial das Licitações na sua modalidade Pregão Eletrônico do Município de Itapecuru-Mirim/MA.

PREFEITURA DE
ITAPECURU MIRIM
CONSTRUINDO UMA NOVA HISTÓRIA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM
CNPJ nº 05.648.696/0001-80

fls 90

Itapecuru-Mirim/MA, em 24 de janeiro de 2025.

Jainne Lopes Magalhães

Jainne Lopes Magalhães
Pregoeira
Matricula: 7529-1

SEC. MUN. DE GOVERNO
- PORTARIAS - NOMEAÇÃO: 20/2025

P O R T A R I A 20/2025

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO, INSTITUI A EQUIPE DE APOIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM, ESTADO DO MARANHÃO , no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art. 55, da Lei Orgãica do Município (LOM)

RESOLVE

Art. 1º - Designar a servidora efetiva **JAÍNNE LOPES MAGALHÃES** , para exercer a função de Agente de Contratação.

Art. 2º - Ficam designados para comporem a Equipe de Apoio os seguintes servidores:

I – **IANE MARIA PINHEIRO RIBEIRO**

II – **LINDA MELO FRANÇA FONTELES**

III - **RODRIGO DE ALMEIDA ABREU**

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os efeitos a 02 de janeiro de 2025. Revoga-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIAPAL DE ITAPECURU MIRIM – MA, EM 03 D E J A N E I R O D E 2025

LUÍS FILLIPE TORRES FILGUEIRA
Prefeito Municipal

Assinado eletronicamente por: Jarlisson Sebastião Araujo Silva - CPF: ***.689.993-** em 03/01/2025 10:14:02 - IP com nº: 10.0.0.163
Autenticação em: www.itapecurumirim.ma.gov.br/diariooficial.php?id=965

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM
CNPJ: 05.648.696/0001-80

FLS. 92

À
Procuradoria Geral do Município.
Dr. LUÍS FERNANDO XAVIER GUILHON FILHO
Procurador Geral do Município

Assunto: Parecer Jurídico referente ao presente Processo de Pregão Eletrônico, Processo admnistrativo n° 2025.01.14.0005.

Senhor Procurador,

CONSIDERANDO a necessidade justificada de se realizar procedimento licitatório, visando o Registro de preço para aquisição de recargas de gases medicinais gás oxigênio e ar comprimido e acessórios umidificador e regulador com fluxômetro – para uso na assistência ventilatória para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Itapecuru Mirim/MA, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento;

CONSIDERANDO que a Minuta do Edital e Contrato referente ao PREGÃO ELETRÔNICO foi elaborada de acordo com condições, especificações e quantidades constantes no Termo de Referência, Estudo Técnico Preliminar, análise de riscos e com os preceitos legais;

ENCAMINHA-SE a presente Minuta para a devida apreciação, ao ensejo, dessa Procuradoria, apresentar PARECER a respeito da regularidade processual apresentada e da Minuta de Edital do processo de PREGÃO ELETRÔNICO e seus ANEXOS.

Logo após, se houver a necessidade de alterações e/ou adaptações devolva-se os autos a este Órgão, para que sejam tomadas as medidas pertinentes, e caso parecer seja aprovando o procedimento, peço que tal processo seja encaminhado para a Controladoria Interna do Município para emissão do parecer deste órgão.

Cumprimentando, agradecemos antecipadamente.

Itapecuru Mirim/MA, 24 de janeiro de 2025.

Atenciosamente,

João Marcelo Fonseca Silva
Secretaria Municipal de Saúde

MINUTA DO EDITAL DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM/MA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025.01.14.0005

LICITAÇÃO COM ITENS PARA AMPLA DISPUTA E COTAS RESERVADAS PARA ME/EPP.

MODALIDADE	PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº XXX/2025
BASE LEGAL	Lei Nº 14.133/2021, Lei Complementar Nº. 123/2006, da Lei Federal Nº 12.846/13 e do Decreto Municipal Nº 016/2023.
OBJETO	Registro de preço para aquisição de recargas de gases medicinais gás oxigênio e ar comprimido e acessórios umidificador e regulador com fluxômetro – para uso na assistência ventilatória para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Itapecuru Mirim/MA.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	menor preço por item
LOCAL DA SESSÃO PUBLICA	http://licitaitapecurumirimma.com.br/
DATA E HORÁRIO DE ABERTURA DAS PROPOSTAS – SESSÃO PÚBLICA:	XX de XXX de XXX. XXhXX
MODO DE DISPUTA	Aberto
VALOR ESTIMADO	R$ 318.012,75 (trezentos e dezoito mil doze reais e setenta e cinco centavos)

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: www.licitaitapecurumirimma.com.br, no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP) e também poderão ser lidos e/ou obtidos no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Itapecuru Mirim/MA, localizado na Rua Senador Benedito Leite, 328, Centro – Itapecuru Mirim/MA, no horário das 08h00min (oito horas) às 12h00min (doze horas) ou através do e-mail: licitacaoitapecurumirim@gmail.com, no Portal da Transparência do Município e também através do Sistema de Informações para Controle de Contratações Públicas do Estado do Maranhão (SINC-CONTRATA/MA).

ATENÇÃO. Recomendamos a atenta leitura do instrumento convocatório e seus anexos, a fim de evitar a prática das condutas previstas no CAPÍTULO II-B, DOS CRIMES EM LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, além do TÍTULO IV, DAS IRREGULARIDADES, CAPÍTULO I DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ambas previstas na lei 14.133/21, que poderão acarretar na aplicação das penalidades previstas nos referidos regramentos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

MINUTA DO EDITAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025.01.14.0005

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº XXX/2025

O Município de Itapecuru Mirim/MA, através da Secretaria Municipal de Saúde, por intermédio da Pregoeira, designada pela Portaria nº 020/2025, levam ao conhecimento dos interessados que, na forma da Lei nº 14.133/2021, Lei Complementar Nº. 123/2006, da Lei Federal Nº 12.846/13, do Decreto Municipal Nº 016/2023, e de outras normas aplicáveis ao objeto deste Certame, fará realização de licitação na modalidade Pregão Eletrônico para Registro de Preços, do tipo menor preço por item, sob regime de Fornecimento, objetivando o Registro de preço para aquisição de recargas de gases medicinais gás oxigênio e ar comprimido e acessórios umidificador e regulador com fluxômetro – para uso na assistência ventilatória para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Itapecuru Mirim/MA.

Os trabalhos serão conduzidos por servidor designado, denominada Pregoeira, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos diretamente para a página eletrônica www.licitaitapecurumirimma.com.br. O servidor terá, dentre outras, as seguintes atribuições: verificar a regularidade formal e material do edital e seus anexos, representando à autoridade superior a presença de qualquer indício de irregularidade; analisar solicitações de esclarecimentos; julgar as propostas apresentadas e verificar os documentos de habilitação; corrigir possíveis irregularidades por meio de decisão devidamente fundamentada; declarar o vencedor do certame; decidir pedido de reconsideração e recurso; orientar as atividades da equipe de apoio, dando todo suporte gerencial aos seus integrantes e encaminhar o processo devidamente instruído a autoridade responsável para propor a homologação.

1. DO OBJETO

1.1. O presente pregão tem por objeto o Registro de preço para aquisição de recargas de gases medicinais gás oxigênio e ar comprimido e acessórios umidificador e regulador com fluxômetro – para uso na assistência ventilatória para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Itapecuru Mirim/MA, em conformidade com as especificações e quantidades constantes no Termo de Referência (ANEXO I), parte integrante deste Edital.

1.2. O quantitativo indicado no Termo de Referência (ANEXO I) é apenas estimativa da aquisição e será solicitada de acordo com as necessidades do Órgão Participante, podendo ser utilizada no todo ou em parte.

1.3. O valor máximo total objeto desta licitação é de R$ 318.012,75 (Trezentos e dezoito mil doze reais e setenta e cinco centavos).

1.4. O critério de julgamento adotado será o menor preço por item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.5. Havendo divergências entre o descritivo do objeto constante no sistema PORTAL DE COMPRAS DO MUNICÍPIO DE ITAPECURU MIRIM www.licitaitapecurumirimma.com.br e o descritivo do objeto do Termo de Referência deste Edital, prevalecerá as especificações constantes no Termo de Referência.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Compras do município de Itapecuru Mirim (www.licitaitapecurumirimma.com.br).

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. Para os itens indicados na planilha orçamentária presente no Termo de Referência, parte integrante deste edital, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.3.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.4. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.5. Não poderão disputar esta licitação:

3.5.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.5.2. Sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.5.3. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.5.4. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.5.5. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.5.6. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.5.7. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.5.8. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.5.9. Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.5.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.5.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. O impedimento de que trata o item 3.5.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.5.3 e 3.5.4 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.9. O disposto nos itens 3.5.3 e 3.5.4 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.11. A vedação de que trata o item 3.5.9 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de

habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no campo específico deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

4.4.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1° e no inciso III do art. 5° da Constituição Federal;

4.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.7.1. De cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.7.2. Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.7.3. De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.4. Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.5. Cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.6. Constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.7.7. Que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.7.8. Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.7.9. Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.7.10. Constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.7.11. Cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.12.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.12.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.13.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.13.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário ou desconto do item;

5.1.2. Marca; (Se houver)

5.1.3. Fabricante; (Se houver)

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a Pregoeira e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R$ 1,00.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a pregoeira, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei 14133/21.

6.20.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

6.20.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

6.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.21.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto n.º 8538, de 2015).

6.21.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

6.21.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.21.4. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.21.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.21.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.21.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.22. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.22.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.22.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.22.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.22.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.23. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.23.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize,

6.23.2. Empresas brasileiras;

6.23.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.23.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.24. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.25. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.25.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.25.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.25.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.25.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.25.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.26. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.5 do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

7.5.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

I. Contiver vícios insanáveis;

II. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

III. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

IV. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

V. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas com valores inferiores a 70% (setenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

I. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

II. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.12. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.13. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.14. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.15. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.16. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados de forma digital quando solicitada após a fase de proposta.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.11. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas.

8.12.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.13. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.14. Após a conclusão da fase de avaliação das propostas, somente a licitante vencedora será notificada no prazo já citado sobre sua condição e será solicitado o envio dos documentos de habilitação para a devida verificação e comprovação de sua capacidade técnica, jurídica, fiscal e financeira.

8.15. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.15.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.15.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.16. Na análise dos documentos de habilitação, a pregoeira auxiliada pela equipe de apoio poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a pregoeira examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.

8.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8.20. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

HABILITAÇÃO JURÍDICA

8.21. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.22. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.23. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

8.24. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.25. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.26. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.27. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.28. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.29. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

8.30. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.31. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.32. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.33. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.34. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.35. A Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de:

8.35.1. Certidão Negativa de Débitos Fiscais;

8.35.2. Certidão Negativa de Dívida Ativa.

8.36. A Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de:

8.36.1. Certidão Negativa de Débitos Municipais;

8.36.2. Certidão Negativa da Dívida Ativa municipal.

8.37. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.38. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

8.40. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.41. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis (Demonstração do Resultado do Exercício – DRE) dos últimos 02 exercícios sociais, com o devido registro na Junta Comercial, já exigíveis e apresentados na forma da lei, com notas explicativas, acompanhados dos Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário ou do próprio Livro Diário, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

8.42. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

8.43. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

8.44. A participante deverá enviar os índices de capacidade financeira. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo Passivo Circulante}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

8.45. Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados: Publicados em Diário Oficial ou Publicados em jornal de grande circulação ou por cópia do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da empresa, na forma da Instrução Normativa Nº 11, de 05 de dezembro de 2013, do Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI, acompanhado obrigatoriamente dos Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Diário, devidamente registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, conforme disposto nos Art. 1.180, Parágrafo Único, 1.181, Parágrafo Único e 1.184, §2º da Lei Nº 10.406/2002;11.9.8.4. Na forma do Sistema de Escrituração Pública Digital – SPED, instituído pelo Decreto Federal nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, acompanhado da cópia do recibo de entrega da escrituração contábil digital – SPED CONTÁBIL, nos termos de Instrução Normativa editada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

8.45.1. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.45.2. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.45.3. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.46. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo até 10% do valor total estimado da contratação.

8.47. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.48. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.49. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.49.1. É indispensável que o atestado de capacidade técnica apresente informações tangíveis, ficando vedada a apresentada com informações genéricas, tais como: ter fornecido os materiais/produtos a contendo. Essa exigência é necessária para que, na ocasião da análise do documento, o julgador da proposta possa aferir efetivamente as condições de fornecimento eficiente da empresa para a execução do objeto de maneira satisfatória.

8.50. Comprovante de regularidade das instalações da proponente, emitido por autoridades sanitárias do local da sede da Licitante (Alvará Sanitário).

8.51. Comprovante de Autorização de funcionamento de empresa (AFE) para gases medicinais expedida pela ANVISA, relativa à fabricação/envase de gases medicinais.

8.52. Se a licitante for distribuidora/varejista de gases medicinais, a mesma deverá apresentar a AFE pertencente a empresa FABRICANTE/ENVASADORA, bem como o contrato vigente de fornecimento de gases medicinais com a empresa fabricante/envasadora.

8.53. Apresentar fotos da fachada e interior da empresa. O item não é de ordem obrigatória e visa tão somente à comprovação de estrutura mínima e capacidade técnico-funcional da empresa em cumprir o objeto da presente licitação, impedindo assim empresas "fantasmas" ou qualquer outro tipo de fraude à Lei Nº 14.133/21.

8.54. Caso o documento não seja apresentado conforme exigem o item acima, a comissão poderá abrir diligência para a verificação da veracidade das informações dele constante.

8.55. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.56. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.57. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.58. Comprovante de Registro ou inscrição do Profissional responsável pela empresa na entidade profissional competente devidamente regular no Conselho Regional de Química ou no Conselho Regional de Farmácia - Resolução nº 470, de 28 de março de 2008 – Conselho Federal de Farmácia.

8.59. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.60. Será inabilitado a licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

8.61. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

8.62. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es), cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação da licitante nos remanescentes.

8.63. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, a licitante será declarada vencedora.

8.64. Comprovante de Registro ou inscrição do Profissional responsável pela empresa na entidade profissional competente devidamente regular no Conselho Regional de Química ou no Conselho Regional de Farmácia - Resolução nº 470, de 28 de março de 2008 – Conselho Federal de Farmácia.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

a) A solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

b) A justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação especifica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

a) Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

b) Os licitantes que mantiverem sua proposta original.

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

b) Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

a) Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

b) Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. A prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.itapecurumirim.ma.gov.br.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) pregoeiro(a) durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

a) Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

b) Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

c) Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

d) Deixar de apresentar amostra;

e) Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

12.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.5. Fraudar a licitação

12.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

a) Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
b) Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
c) Apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

12.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativa, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

a) advertência;

b) multa;

c) impedimento de licitar e contratar e

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) A natureza e a gravidade da infração cometida.

b) As peculiaridades do caso concreto

c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes

d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública

e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da

garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4° da IN SEGES/ME n.° 73, de 2022.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

12.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

12.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: www.licitaitapecurumirimma.com.br ou no email licitacaoitapecurumirim@gmail.com.

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.itapecurumirim.ma.gov.br.

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.11.1. ANEXO I - Termo de Referência

14.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

14.11.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

14.11.3. ANEXO III – Minuta de Ata de Registro de Preços

Itapecuru Mirim/MA, XX de XXXXX de XXXXX.

João Marcelo Fonsêca Silva
Secretaria Municipal de Saúde

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO

1.1. Registro de preço para aquisição de recargas de gases medicinais gás oxigênio e ar comprimido e acessórios umidificador e regulador com fluxômetro – para uso na assistência ventilatória para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Itapecuru Mirim/MA, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Federal nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados do(a) assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. Essa solicitação se faz necessária para atender à demanda da Secretaria Municipal de Saúde.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Qualidade e Segurança

a) Os gases medicinais devem atender às especificações da Farmacopeia Brasileira e às normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), incluindo certificações de pureza e ausência de contaminantes.

b) Os cilindros de oxigênio e ar comprimido devem ser recarregáveis e homologados conforme a ABNT NBR ISO 9809 (requisitos para cilindros de gás).

c) Acessórios (umidificadores, reguladores com fluxômetro) devem possuir certificação INMETRO e compatibilidade com equipamentos médicos padrão.

4.2. Logística e Armazenamento

a) O fornecedor deve garantir entrega imediata em caso de emergência (prazo máximo de 12 horas após solicitação).

b) Os cilindros devem ser armazenados em áreas ventiladas, longe de fontes de calor, e inspecionados periodicamente para evitar vazamentos.

4.3. Sustentabilidade

a) Reutilização de cilindros, com sistema de logística reversa para recargas e descarte seguro de unidades danificadas.

b) Priorizar fornecedores com práticas ambientais certificadas (ex.: ISO 14001).

4.4. Documentação e Regularidade Sanitária

a) Comprovante de Regularidade das Instalações:

A licitante deve apresentar Alvará Sanitário válido, emitido pela autoridade sanitária local, que comprove a regularidade das instalações de sua sede e/ou unidades de armazenamento de gases medicinais.

b) Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE):

Para empresas fabricantes/envaseiras de gases medicinais, é obrigatória a apresentação da AFE específica para gases medicinais, expedida pela ANVISA, Resoluções RDC nº 16, de 01 de abril de 2014 e RDC nº 671/2022.

Para empresas distribuidoras ou varejistas, é necessário:

- AFE da fabricante/envaseira com a qual possui contrato vigente;
- Contrato de fornecimento atualizado com a fabricante/envaseira, com vigência mínima de 12 meses.

c) Certificação de Boas Práticas:

Comprovação de conformidade com as Boas Práticas de Distribuição de Medicamentos (BPD) da ANVISA, se aplicável.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Forma de Contratação

5.1.1. A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, tendo como critério de julgamento o menor preço por item, conforme complexidade técnica e requisitos de segurança exigidos para gases medicinais.

5.1.2. Os contratos firmados deverão respeitar as diretrizes da Lei nº 14.133/2021, garantindo economicidade, segurança e eficiência no fornecimento de gases medicinais e acessórios, com observância das normas da ANVISA e ABNT.

5.2. Prestação dos Serviços

5.2.1. O fornecedor será responsável por:

a) Fornecer recargas de gases medicinais (oxigênio e ar comprimido) em cilindros certificados, conforme especificações técnicas da Farmacopeia Brasileira e normas da ANVISA;

b) Garantir que os acessórios (umidificadores e reguladores com fluxômetro) sejam entregues com certificação INMETRO e compatíveis com equipamentos médicos padrão;

c) Realizar o transporte seguro dos cilindros e acessórios em veículos adequados, seguindo normas de segurança para produtos pressurizados (ex.: NBR 14787), com proteção contra impactos, variações térmicas e vazamentos.

5.2.2. Transporte de Cilindros e Equipamentos:

a) O transporte de cilindros e acessórios será realizado em caminhões especiais, conforme:

- Decreto Lei nº 96.044/1988 (Ministério dos Transportes);
- Resolução ANTT nº 420 e atualizações (Resoluções 701/2004, 1644/2006, 2657/2008, 2975/2008 e 3383/2010);
- Resolução ANVISA RDC nº 69/2008 (estiva segura para evitar deslocamento ou queda).

b) Cada cilindro deve exibir rótulo de classe de risco, contendo:

- Símbolo de identificação do risco;
- Número da classe/subclasse e grupo de compatibilidade;
- Texto indicativo da natureza do risco (quando aplicável);
- Símbolos de manuseio do equipamento.

c) Em cilindros de pequenas dimensões, o rótulo poderá ser substituído por etiqueta aplicada ao equipamento.

5.2.3. Abastecimento e Manuseio:

a) A carga/descarga de cilindros será realizada exclusivamente por pessoal qualificado da contratada, com uso de:

- EPIs obrigatórios: luvas de raspa, botas com biqueira de aço, óculos de proteção e capacete.

b) Todos os cilindros devem ser entregues:

- Em perfeito estado de conservação;
- Com capacete de proteção (móvel ou fixo);
- Lacrados – cilindros sem lacre serão rejeitados e devolvidos.

c) Equipamentos e ferramentas para manuseio e instalação devem ser fornecidos pela contratada, sob responsabilidade de técnicos qualificados.

d) A entrega/retirada de cilindros será acompanhada por representante da contratante, para conferência e registro.

5.3. Monitoramento e Fiscalização

5.3.1. A execução do contrato será acompanhada por comissão técnica designada, que verificará:

a) Conformidade dos gases medicinais com os padrões de pureza e segurança descritos no edital;

b) Condições de armazenamento e transporte dos cilindros (ex.: ausência de vazamentos, válvulas intactas);

c) Pontualidade nas entregas, especialmente em situações de emergência.

d) Conformidade dos rótulos de risco e condições de lacre;

e) Uso de EPIs durante o manuseio.

5.3.2. O fornecedor deverá disponibilizar canal de emergência 24 horas (telefone, e-mail ou plataforma digital) para solicitações urgentes, ajustes logísticos ou relatos de não conformidades.

5.4. Garantia de Qualidade

5.4.1. O fornecedor deverá adotar procedimentos técnicos rigorosos, incluindo:

a) Recargas de gases realizadas por empresas autorizadas pela ANVISA (AFE), com laudos de análise química e certificação de pureza;

b) Armazenamento de cilindros em ambientes ventilados e protegidos de calor, conforme NBR ISO 9809;

c) Substituição imediata de cilindros danificados ou com validade expirada (prazo máximo de 6 horas após notificação).

d) Garantir que os cilindros estejam devidamente rotulados e lacrados, conforme normas técnicas;

e) Assegurar que o transporte siga as prescrições legais para produtos pressurizados.

5.5. Sustentabilidade na Execução

5.5.1. O fornecedor deverá priorizar práticas sustentáveis, como:

a) Reutilização de cilindros com sistema de logística reversa e descarte ambientalmente adequado;

b) Redução de emissões de CO_2 na logística, utilizando veículos de baixo impacto ou rotas otimizadas;

c) Destinação correta de resíduos perigosos (ex.: cilindros irrecuperáveis), conforme Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

FISCALIZAÇÃO

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

6.7. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7.1. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.7.3. O fiscal do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.8. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

GESTOR DO CONTRATO

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (duas) horas a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.8.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.9.1. O prazo de validade;

7.9.2. A data da emissão;

7.9.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

7.9.4. O período respectivo de execução do contrato;

7.9.5. O valor a pagar; e

7.9.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.13. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.17. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IGPM de correção monetária.

7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.22. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço por item.

8.2. A prestação dos serviços do objeto será parcelado conforme as demandas das secretarias solicitantes.

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

HABILITAÇÃO JURÍDICA

8.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

8.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18. A Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de:

8.18.1. Certidão Negativa de Débitos Fiscais;

8.18.2. Certidão Negativa de Dívida Ativa.

8.19. A Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de:

8.19.1. Certidão Negativa de Débitos Municipais;

8.19.2. Certidão Negativa da Dívida Ativa Municipal.

8.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

8.22. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.23. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis (Demonstração do Resultado do Exercício – DRE) dos últimos 02 exercícios sociais, com o devido registro na Junta Comercial, já exigíveis e apresentados na forma da lei, com notas explicativas, acompanhados dos Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário ou do próprio Livro Diário, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

8.24. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

8.25. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

8.26. A participante deverá enviar os índices de capacidade financeira. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo Passivo Circulante}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

8.27. Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados: Publicados em Diário Oficial ou Publicados em jornal de grande circulação ou por cópia do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da empresa, na forma da Instrução Normativa Nº 11, de 05 de dezembro de 2013, do Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI, acompanhado obrigatoriamente dos Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Diário, devidamente registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, conforme disposto nos Art. 1.180, Parágrafo

Único, 1.181, Parágrafo Único e 1.184, §2º da Lei Nº 10.406/2002;11.9.8.4. Na forma do Sistema de Escrituração Pública Digital – SPED, instituído pelo Decreto Federal nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, acompanhado da cópia do recibo de entrega da escrituração contábil digital – SPED CONTÁBIL, nos termos de Instrução Normativa editada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

8.27.1. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.27.2. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.27.3. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.28. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo até 10% do valor total estimado da contratação.

8.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.30. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.32. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.32.1. É indispensável que o atestado de capacidade técnica apresente informações tangíveis, ficando vedada a apresentada com informações genéricas, tais como: ter fornecido os materiais/produtos a contendo. Essa exigência é necessária para que, na ocasião da análise do documento, o julgador da proposta possa aferir efetivamente as condições de fornecimento eficiente da empresa para a execução do objeto de maneira satisfatória.

8.33. Comprovante de regularidade das instalações da proponente, emitido por autoridades sanitárias do local da sede da Licitante (Alvará Sanitário).

8.34. Comprovante de Autorização de funcionamento de empresa (AFE) para gases medicinais expedida pela ANVISA, relativa à fabricação/envase de gases medicinais.

8.35. Se a licitante for distribuidora/varejista de gases medicinais, a mesma deverá apresentar a AFE pertencente a empresa FABBRICANTE/ENVASADORA, bem como o contrato vigente de fornecimento de gases medicinais com a empresa fabricante/envasadora.

8.36. Comprovante de Registro ou inscrição do Profissional responsável pela empresa na entidade profissional competente devidamente regular no Conselho Regional de Química ou no Conselho Regional de Farmácia - Resolução nº 470, de 28 de março de 2008 – Conselho Federal de Farmácia.

8.37. Apresentar fotos da fachada e interior da empresa. O item não é de ordem obrigatória e visa tão somente à comprovação de estrutura mínima e capacidade técnico-funcional da empresa em cumprir o objeto da presente licitação, impedindo assim empresas "fantasmas" ou qualquer outro tipo de fraude à Lei Nº 14.133/2021.

8.38. Caso o documento não seja apresentado conforme exigem o item acima, a comissão poderá abrir diligência para a verificação da veracidade das informações dele constante.

8.39. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.40. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.41. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO DOS PARTICIPANTES

9.1. O custo estimado total da contratação é de R$ 318.012,75 (Trezentos e dezoito mil doze reais e setenta e cinco centavos), conforme custos unitários apostos na tabela abaixo:

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	COTA	UNID. DE MEDIDA	QUANT.	QUANT. CILINDRO	VALOR	TOTAL
1	429464	RECARGA DE AR MEDICINAL (COMPRIMIDO) – CILINDRO DE 1 M³	EXCLUSIVA ME/EPP	M³	30	30	**R$ 210,68**	R$ 6.320,40
2	483539	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 1/2 M³	EXCLUSIVA ME/EPP	M³	25	50	**R$ 192,30**	R$ 4.807,50
3	483539	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 1 M³	EXCLUSIVA ME/EPP	M³	40	40	**R$ 197,11**	R$ 7.884,40
4	483539	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 3,5M³	EXCLUSIVA ME/EPP	M³	140	40	**R$ 239,50**	R$ 33.530,00
5	483539	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 2 M³	EXCLUSIVA ME/EPP	M³	200	100	**R$ 168,65**	R$ 33.730,00
6	483539	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 7 M³	AMPLA DISPUTA	M³	788	113	**R$ 99,15**	R$ 78.130,20
7	483539	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 7 M³	RESERVADA ME/EPP	M³	262	37	**R$ 99,15**	R$ 25.977,30

8	483539	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 10 M³	AMPLA DISPUTA	M³	900	87	**R$ 102,92**	R$ 92.628,00
9	483539	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 10 M³	RESERVADA ME/EPP	M³	300	33	**R$ 102,92**	R$ 30.876,00
10	389770	VÁLVULA REGULADORA PARA CILINDRO DE OXIGÊNIO COM FLUXOMETRO	EXCLUSIVA ME/EPP	UNIDADE	15	-	**R$ 216,67**	R$ 3.250,05
11	435413	UMIDIFICADOR PARA OXIGÊNIO 250ML	EXCLUSIVA ME/EPP	UNIDADE	30	-	**R$ 21,13**	R$ 633,90
12	437179	EXTENSOR PARA CATETER DE OXIGÊNIO, TUBO EM SILICONE COM DIÂMETRO INTERNO 6MM : 50METROS	EXCLUSIVA ME/EPP	UNIDADE	50	-	**R$ 4,90**	R$ 245,00
TOTAL								**R$ 318.012,75**

9.2. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

9.2.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.2.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.2.3. Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. Não há necessidade de informar Dotação Orçamentária nos Editais de licitação para registro de preços uma vez que no sistema de registro de preços não há obrigatoriedade de contratar, e a literatura especializada entende que a indicação da disponibilidade só deve ser obrigatória no momento da efetiva contratação e não quando da abertura da licitação.

Elaborado por:

Kleiciane Alanna Teixeira Abreu
Coordenadora da Assistência Farmacêutica

Aprovo o presente Termo de Referência:

João Marcelo Fonsêca Silva
Secretaria Municipal de Saúde

Allyson Ferreira Pereira
Secretaria Municipal de Receita, Orçamento e Gestão

MINUTA

APÊNDICE DO ANEXO I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

1.1. O objeto do presente Estudo Técnico Preliminar, elaborado pela Secretaria Municipal de Saúde do Município de Itapecuru Mirim/MA, é a escolha da melhor solução para atender à necessidade de aquisição de recargas de gases medicinais (oxigênio e ar comprimido) e acessórios (umidificador, regulador com fluxômetro) para uso na assistência ventilatória, destinados à Secretaria Municipal de Saúde de Itapecuru Mirim/MA.

1.2. A presente aquisição justifica-se pela necessidade crítica de suprir unidades de saúde municipais com insumos essenciais para ventilação mecânica e terapia respiratória, garantindo o atendimento emergencial e contínuo a pacientes em situações de risco, como casos de insuficiência respiratória, pós-operatórios e doenças crônicas. Trata-se de insumos vitais para a manutenção da saúde pública, especialmente em cenários de alta demanda hospitalar ou epidemiológica.

1.3. As quantidades previstas foram definidas com base na análise da capacidade instalada dos equipamentos médicos, histórico de consumo das unidades de saúde e projeções de demanda, considerando a necessidade de estoque de segurança para evitar interrupções no atendimento.

1.4. Ressalta-se que a disponibilidade contínua de gases medicinais é indispensável para a preservação de vidas, garantindo o funcionamento adequado de ventiladores pulmonares, nebulizadores e outros dispositivos médicos. Sua ausência comprometeria diretamente a qualidade do serviço de saúde, podendo resultar em complicações clínicas irreversíveis ou óbitos.

1.5. A aquisição estratégica desses insumos reflete o compromisso da Administração Pública com a eficácia das políticas de saúde, alinhando-se aos princípios de economicidade e transparência na gestão de recursos públicos.

2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

2.1. Sobre o PCA, a Lei 14.133/2021 dispõe:

Art. 12. No processo licitatório, observar-se-á o seguinte:

> VII - a partir de documentos de formalização de demandas, os órgãos responsáveis pelo planejamento de cada ente federativo poderão, na forma de regulamento, elaborar plano de contratações anual, com o objetivo de racionalizar as contratações dos órgãos e entidades sob sua competência, garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias.

2.2. Esta contratação está prevista no Plano de Contratações anual anteriormente publicado para o ano de 2024. O novo Plano de contratações está em fase de elaboração, neste momento, realizando as adequações necessárias para o cumprimento de forma integral da Lei 14.133/21.

2.3. Tão logo esteja finalizado e implantado, todas as contratações estarão devidamente alinhadas e atualizadas com o novo plano de contratações.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Qualidade e Segurança

a) Os gases medicinais devem atender às especificações da Farmacopeia Brasileira e às normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), incluindo certificações de pureza e ausência de contaminantes.

b) Os cilindros de oxigênio e ar comprimido devem ser recarregáveis e homologados conforme a ABNT NBR ISO 9809 (requisitos para cilindros de gás).

c) Acessórios (umidificadores, reguladores com fluxômetro) devem possuir certificação INMETRO e compatibilidade com equipamentos médicos padrão.

3.2. Logística e Armazenamento

a) O fornecedor deve garantir entrega imediata em caso de emergência (prazo máximo de 12 horas após solicitação).

b) Os cilindros devem ser armazenados em áreas ventiladas, longe de fontes de calor, e inspecionados periodicamente para evitar vazamentos.

3.3. Sustentabilidade

a) Reutilização de cilindros, com sistema de logística reversa para recargas e descarte seguro de unidades danificadas.

b) Priorizar fornecedores com práticas ambientais certificadas (ex.: ISO 14001).

3.4. Documentação e Regularidade Sanitária

a) Comprovante de Regularidade das Instalações:

A licitante deve apresentar Alvará Sanitário válido, emitido pela autoridade sanitária local, que comprove a regularidade das instalações de sua sede e/ou unidades de armazenamento de gases medicinais.

b) Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE):

Para empresas fabricantes/envaseiras de gases medicinais, é obrigatória a apresentação da AFE específica para gases medicinais, expedida pela ANVISA, conforme Resoluções RDC nº 16, de 01 de abril de 2014 e RDC nº 671/2022.

Para empresas distribuidoras ou varejistas, é necessário:

- AFE da fabricante/envaseira com a qual possui contrato vigente;
- Contrato de fornecimento atualizado com a fabricante/envaseira, com vigência mínima de 12 meses.

4. SOLUÇÕES

A. LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE FORNECEDORES ESPECIALIZADOS

Vantagens:

1. Conformidade Técnica e Segurança:
   - A licitação permite selecionar fornecedores especializados em gases medicinais, garantindo o cumprimento rigoroso das normas da ANVISA, ABNT e Farmacopeia Brasileira. Isso assegura que os cilindros, acessórios e processos de recarga atendam aos padrões de pureza, pressão e segurança exigidos para uso em ambientes médicos.
   - A exigência de certificações específicas (AFE, ISO 9001) durante o processo licitatório reduz riscos de falhas técnicas, como vazamentos ou contaminação, críticos em situações de saúde pública.
2. Preços Competitivos e Economicidade:
   - A concorrência entre fornecedores estimula a oferta de preços mais vantajosos, alinhando-se ao princípio da economicidade da Lei nº 14.133/2021.
   - A aquisição centralizada via licitação possibilita a negociação de condições comerciais favoráveis (ex.: descontos por volume, prazos de pagamento estendidos).
3. Transparência e Redução de Riscos Jurídicos:
   - O processo licitatório é auditável e público, garantindo isenção e igualdade de condições entre os participantes, conforme determinações legais.
   - A documentação obrigatória (Alvará Sanitário, AFE, CNDs) minimiza riscos de contratar empresas irregulares.

Desvantagens:

1. Burocracia e Prazo Prolongado:
   - O processo exige etapas formais como publicação de edital, habilitação, julgamento e recursos, o que pode levar até 90 dias para conclusão.
   - Em cenários de urgência (ex.: surtos de doenças respiratórias), o tempo de licitação pode ser incompatível com a demanda imediata.

B. CONTRATAÇÃO DIRETA DE EMPRESAS COM REGISTRO NA ANVISA

Vantagens:

1. Agilidade em Emergências:
   - Permite suprir unidades de saúde em situações críticas (ex.: desabastecimento repentino, pandemias) sem a necessidade de etapas licitatórias, conforme autorizado pelo Art. 74 da Lei nº 14.133/2021.
   - Ideal para reposição de estoques em prazo reduzido (24 a 48 horas).
2. Simplificação Processual:
   - Dispensa a elaboração de edital e análise competitiva, reduzindo a carga administrativa para a equipe técnica.

Desvantagens:

1. Risco de Preços Elevados:
   - A ausência de concorrência pode resultar em sobrepreço, especialmente se houver poucos fornecedores qualificados no mercado local.
   - Estudos do TCU apontam que contratações diretas sem justificativa robusta têm 20% a 35% de probabilidade de custos acima do mercado.
2. Falta de Transparência:
   - A seleção sem competição dificulta a fiscalização por órgãos de controle (ex.: TCE, CGU), aumentando riscos de favoritismo ou irregularidades.
3. Fragilidade Técnica:
   - Empresas sem experiência comprovada em larga escala podem falhar em aspectos logísticos (ex.: transporte seguro de cilindros) ou cumprimento de prazos.

SOLUÇÃO ESCOLHIDA:

"A" - LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE FORNECEDORES ESPECIALIZADO

A opção pela licitação justifica-se pela natureza estratégica e crítica do objeto, que envolve:

- Risco à vida humana: A falta de gases medicinais ou falhas técnicas pode comprometer ventilação mecânica, colocando pacientes em risco.
- Volume financeiro significativo: O montante estimado (R$ 185.456,00) exige garantia de melhor aplicação dos recursos públicos.
- Exigências técnicas complexas: A necessidade de cilindros recarregáveis, certificações sanitárias e logística reversa demanda fornecedores com expertise comprovada.

Mitigação das Desvantagens:

- Redução de prazos: Utilização de pregão eletrônico (previsto no Art. 22 da Lei nº 14.133/2021), que agiliza fases de lances e julgamento.
- Cláusulas de emergência: Inclusão de penalidades por atraso e exigência de estoque regulador do fornecedor para situações críticas.

Conclusão:

A licitação equilibra segurança jurídica, qualidade técnica e economicidade, sendo o método mais adequado para garantir abastecimento contínuo, conformidade legal e proteção aos cofres públicos. A contratação direta será reservada para casos excepcionais, devidamente justificados e documentados.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

5.1. A Prefeitura Municipal de Itapecuru Mirim/MA optou pela contratação via licitação como estratégia central para garantir o fornecimento contínuo de gases medicinais (oxigênio e ar comprimido) e acessórios (umidificadores, reguladores com fluxômetro), alinhando-se às demandas críticas da Secretaria Municipal de Saúde. Essa decisão estrutura-se em três pilares fundamentais, que convergem para assegurar excelência operacional, segurança sanitária e otimização de recursos públicos:

A. QUALIDADE TÉCNICA E CONFORMIDADE REGULATÓRIA

- Certificação e Padronização:

  Os cilindros e acessórios serão fornecidos por empresas especializadas e homologadas pela ANVISA, garantindo conformidade com:

  - Resolução RDC nº 69/2008 (boas práticas para transporte e armazenamento de gases medicinais);
  - NBR ISO 9809 (requisitos técnicos para cilindros de alta pressão);
  - Farmacopeia Brasileira (padrões de pureza e composição química).
  - Certificação INMETRO para acessórios, assegurando compatibilidade com equipamentos médicos e precisão no fluxo de gases.

- Controle de Qualidade Contínuo:

  A licitação exigirá laudos técnicos atualizados e inspeções periódicas por órgãos independentes, mitigando riscos de contaminação ou falhas em equipamentos essenciais à ventilação mecânica.

C. REDUÇÃO DE RISCOS OPERACIONAIS E EMERGENCIAIS

- Estoque Estratégico para Cenários Críticos:

  O contrato incluirá cláusulas para a manutenção de um estoque mínimo regulador, capaz de suprir as unidades de saúde por até 24H.

- Plano de Contingência Integrado:

  Os fornecedores selecionados deverão apresentar um plano de resposta a emergências, com:

  - Frota dedicada para entregas prioritárias (prazo máximo de 4 horas);
  - Sistema de rastreamento em tempo real dos cilindros;
  - Capacidade de ampliar a produção em até 30% em situações excepcionais.

D. EFICIÊNCIA ECONÔMICA E TRANSPARÊNCIA

- Concorrência e Redução de Custos:

  A modalidade de Pregão Eletrônico, prevista na Lei nº 14.133/2021, permite:

  - Competição entre fornecedores de todo o território nacional, ampliando a base de participantes e reduzindo preços em até 25% (com base em dados do TCU);
  - Comparação objetiva de propostas, com critérios claros de julgamento (ex.: menor preço por item, qualidade técnica).

- Transparência e Fiscalização:

  Todas as etapas do processo serão auditáveis por órgãos de controle (TCE, CGU), com:

  - Publicação integral de editais e resultados no portal de licitações;

- Sustentabilidade Financeira:

  A licitação prevê parcelamento inteligente das entregas, alinhando desembolsos às disponibilidades orçamentárias e evitando gastos excessivos em períodos de restrição fiscal.

D. IMPACTO SOCIAL E SAÚDE PÚBLICA

A solução adotada não apenas atende a requisitos técnicos, mas salvaguarda vidas e fortalece a capacidade de resposta do sistema de saúde municipal. Ao garantir:

- Equipamentos de alta precisão para terapia respiratória;
- Redução de internações prolongadas por complicações evitáveis,

a Prefeitura reforça seu compromisso com a equidade no acesso à saúde e o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 3 – Saúde e Bem-Estar).

Conclusão:
A escolha pela licitação não é apenas uma decisão administrativa, mas uma estratégia de governança que integra qualidade, segurança e responsabilidade fiscal. Ao priorizar fornecedores especializados, o município assegura que recursos públicos sejam aplicados com eficácia, garantindo serviços essenciais à população e resilência diante de crises.

6. ESTIMATIVA DO QUANTITATIVO

6.1. Foi estimado o quantitativo abaixo descrito, com base no consumo res histórico dos últimos anos:

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNID. DE MEDIDA	QUANT.	QUANT. CILINDRO
1	429464	RECARGA DE AR MEDICINAL (COMPRIMIDO) – CILINDRO DE 1 M³	M³	30	30
2	483539	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 1/2 M³	M³	25	50
3	483539	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 1 M³	M³	40	40
4	483539	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 3,5M³	M³	140	40
5	483539	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 2 M³	M³	200	100
6	483539	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 7 M³	M³	1.050	150
7	483539	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 10 M³	M³	1.200	120
8	389770	VÁLVULA REGULADORA PARA CILINDRO DE OXIGÊNIO COM FLUXOMETRO	UNIDADE	15	-
9	435413	UMIDIFICADOR PARA OXIGÊNIO 250ML	UNIDADE	30	-
10	437179	EXTENSOR PARA CATETER DE OXIGÊNIO, TUBO EM SILICONE COM DIÂMETRO INTERNO 6MM : 50METROS	UNIDADE	50	-

7. ESTIMATIVA DE PREÇO

7.1. A estimativa dos valores unitários e globais desta contratação, baseou-se em pesquisa simplificada de preços, com base no consumo histórico dos últimos anos a fim de realizar o levantamento do eventual gasto com a solução escolhida, de modo a avaliar a viabilidade econômica, conforme Planilha abaixo segundo levantamento da ARP Nº 026/2023 e Painel de Preços do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (Itens 8, 9 e 10).

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNID. DE MEDIDA	QUANT.	QUANT. CILINDRO	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	429464	RECARGA DE AR MEDICINAL (COMPRIMIDO) – CILINDRO DE 1 M³	M³	30	30	204,00	6.120,00

2	483539	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 1/2 M³	M³	25	50	160,00	4.000,00
3	483539	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 1 M³	M³	40	40	177,00	7.080,00
4	483539	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 3,5M³	M³	140	40	220,00	30.800,00
5	483539	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 2 M³	M³	200	100	156,00	31.200,00
6	483539	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 7 M³	M³	1.050	150	45,00	47.250,00
7	483539	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 10 M³	M³	1.200	120	45,00	54.000,00
8	389770	VÁLVULA REGULADORA PARA CILINDRO DE OXIGÊNIO COM FLUXOMETRO	UNIDADE	15	-	274,70	4.120,50
9	435413	UMIDIFICADOR PARA OXIGÊNIO 250ML	UNIDADE	30	-	22,92	687,60
10	437179	EXTENSOR PARA CATETER DE OXIGÊNIO, TUBO EM SILICONE COM DIÂMETRO INTERNO 6MM : 50METROS	UNIDADE	50	-	3,97	198,50
TOTAL							**185.456,00**

***O valor acima é uma estimativa de custo para levantamento de mercado. O valor a ser licitado é o valor presente no Termo de Referência.**

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

8.1. A justificativa para o parcelamento da aquisição de recargas de gases medicinais (oxigênio e ar comprimido) e acessórios (umidificadores, reguladores com fluxômetro) para a Prefeitura Municipal de Itapecuru Mirim/MA fundamenta-se na necessidade de garantir o fornecimento contínuo e seguro desses insumos críticos às unidades de saúde municipais, que dependem deles para:

- Suporte a pacientes crônicos e em situações de surtos epidemiológicos (ex.: COVID-19, pneumonia grave).

8.2. O parcelamento da contratação permite adequar o abastecimento às demandas dinâmicas do sistema de saúde, considerando:

- Sazonalidade de doenças respiratórias (ex.: aumento de casos no inverno);
- Imprevisibilidade de emergências (ex.: acidentes em massa, desastres naturais);
- Validade e segurança dos gases medicinais, que exigem reposição periódica para evitar riscos de contaminação ou degradação.

Essa estratégia assegura:

- Manutenção da qualidade e segurança: As entregas parceladas evitam o armazenamento prolongado de cilindros, reduzindo riscos de vazamentos, corrosão ou expiração da validade. Além disso, permitem inspeções frequentes para verificar conformidade com as normas da ANVISA e ABNT.
- Otimização de custos: A divisão em lotes ou etapas facilita a negociação de preços competitivos com fornecedores, aproveitando flutuações de mercado e condições comerciais vantajosas (ex.: descontos por fidelidade).
- Sustentabilidade financeira:
  O parcelamento evita a imobilização de recursos em contratos de alto valor único, permitindo o alinhamento às disponibilidades orçamentárias anuais e a priorização de gastos conforme urgências (ex.: alocação de verba para pandemias).
- Resiliência operacional: A contratação fracionada permite a ativação rápida de fornecedores alternativos em caso de falhas na cadeia principal, garantindo estoque regulador para até 72 horas de demanda crítica.

8.3. Adicionalmente, o parcelamento está alinhado aos princípios da Lei nº 14.133/2021, que prevê:

- Economicidade (Art. 6º, III): Redução de custos por meio de planejamento estratégico;
- Eficiência (Art. 6º, IV): Uso racional de recursos públicos, evitando desperdícios;
- Transparência (Art. 6º, II): Controle detalhado de cada etapa da contratação.

8.4. Dessa forma, o parcelamento não é apenas uma medida logística, mas uma estratégia de gestão de riscos, que assegura:

- Continuidade do atendimento, sem interrupções por desabastecimento;
- Conformidade sanitária, com reposição ágil de cilindros e acessórios em conformidade com a RDC ANVISA nº 69/2008;
- Responsabilidade fiscal, garantindo que os recursos públicos sejam aplicados de forma planejada e auditável.

Conclusão:

A adoção do parcelamento reflete o compromisso da Administração Pública com a saúde populacional e a gestão pública moderna, equilibrando urgências clínicas, segurança técnica e prudência financeira.

9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não haverá a necessidade de contratações correlatas e/ou interdependentes.

10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

10.1. Garantia da Continuidade das Atividades Médico-Assistenciais

- Suporte ininterrupto à assistência ventilatória:
  Assegurar o fornecimento contínuo de gases medicinais (oxigênio e ar comprimido) e acessórios para unidades de saúde, garantindo o funcionamento de equipamentos.
- Atendimento a emergências clínicas e epidemiológicas:
  Manter estoque regulador para suprir demandas repentinas, como surtos de doenças respiratórias (ex.: COVID-19, influenza) ou desastres naturais, evitando colapso no sistema de saúde.

10.2. Promoção de Segurança Técnica e Qualidade Sanitária

- Conformidade com padrões técnicos:
  Fornecer gases medicinais com pureza certificada pela Farmacopeia Brasileira e acessórios (umidificadores, reguladores com fluxômetro) calibrados e homologados pelo INMETRO, garantindo precisão e segurança no uso clínico.
- Transporte e armazenamento seguros:
  Cumprir a RDC ANVISA nº 69/2008 e NBR ISO 9809 para evitar vazamentos, contaminação ou degradação dos cilindros, com monitoramento contínuo de temperatura e pressão durante a logística.

10.3. Eficiência na Gestão de Recursos Públicos

- Economicidade via concorrência licitatória:
  Reduzir custos por meio de Pregão Eletrônico (Lei nº 14.133/2021), garantindo preços competitivos e transparência na seleção de fornecedores especializados.
- Controle de estoque e redução de desperdícios:
  Parcelar o fornecimento para evitar imobilização de recursos, ajustando entregas à demanda real e à validade dos gases medicinais (ex.: reposição mensal de cilindros recarregáveis).

10.4. Suporte Estratégico às Políticas de Saúde Pública

- Resiliência em crises sanitárias:
  Assegurar capacidade de resposta rápida em pandemias ou emergências, reforçando a credibilidade da gestão municipal perante a população e órgãos de controle.

10.5. Conformidade Legal e Boas Práticas de Gestão

- Alinhamento à legislação vigente:
  Cumprir a Lei nº 14.133/2021 (princípios da economicidade, eficiência e transparência), além de normas técnicas da ANVISA, ABNT e INMETRO.
- Gestão auditável e responsável:
  Documentar todas as etapas do processo (licitação, entregas, inspeções) para auditorias internas e externas, garantindo prestação de contas clara e precisa.

Resultado Esperado:

Com a implementação da solução, a Prefeitura de Itapecuru Mirim/MA pretende:

- Elevar o índice de satisfação dos profissionais de saúde e pacientes, assegurando acesso a insumos de qualidade e pontualidade no abastecimento;
- Garantir assistência de qualidade aos seus usuários.

Conclusão:

A solução proposta não apenas atende às demandas técnicas e legais, mas consolida a excelência em saúde pública, reforçando o compromisso municipal com vidas, recursos públicos e desenvolvimento social.

11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CONTRATAÇÃO

11.1. Realizar levantamento detalhado das necessidades técnicas e operacionais:

- Mapear a demanda mensal e sazonal de gases medicinais (oxigênio e ar comprimido) por unidade de saúde, considerando:
    - Previsão de surtos epidemiológicos ou desastres naturais.
- Identificar requisitos técnicos para acessórios (umidificadores, reguladores com fluxômetro), como compatibilidade com equipamentos médicos e normas de segurança.

11.2. Elaborar especificações técnicas claras e detalhadas:

- Definir critérios obrigatórios para:
    - Certificações: AFE da ANVISA para fabricantes/envaseiras, INMETRO para acessórios, e conformidade com a NBR ISO 9809 (cilindros de alta pressão);
    - Pureza dos gases: Atendimento aos padrões da Farmacopeia Brasileira e RDC ANVISA nº 69/2008;
    - Condições de transporte: Veículos adequados para produtos pressurizados, conforme Resolução ANTT nº 420/2020.

11.3. Realizar pesquisa de mercado qualificada:

- Identificar fornecedores especializados em gases medicinais, priorizando empresas com:
    - Experiência comprovada em contratos públicos ou privados de grande porte;
    - Infraestrutura logística para atendimento emergencial (ex.: frota própria, estoque regulador);
- Coletar cotações de preços por item (cilindros, recargas, acessórios) para embasar a estimativa orçamentária.

11.4. Verificar disponibilidade orçamentária e planejamento financeiro:

- Alinhar o valor estimado da contratação com as dotações orçamentárias da Secretaria de Saúde, garantindo recursos para:
    - Aquisição inicial;
    - Reposição de estoque em situações de crise;
    - Custos operacionais (ex.: logística reversa de cilindros).

11.5. Concluir procedimentos internos de aprovação:

- Submeter o processo à Comissão de Licitação e ao setor jurídico para análise de conformidade com a Lei nº 14.133/2021;

- Obter autorização formal da Secretaria de Saúde para publicação do edital.

11.6. Capacitar equipes técnicas e operacionais:

- Treinar servidores responsáveis pela fiscalização do contrato em:
    - Verificação de certificações e laudos técnicos;
    - Inspeção de cilindros (lacres, validade, ausência de danos);
    - Protocolos de segurança para transporte e armazenamento.
- Realizar simulações de emergências (ex.: desabastecimento repentino) para testar a eficiência do plano de contingência.

11.7. Estabelecer mecanismos de auditoria prévia:

- Validar a autenticidade de documentos (AFE, Alvará Sanitário) junto à ANVISA e órgãos municipais;

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E DAS RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS QUE PODEM SER ADOTADAS

12.1. Possíveis Impactos Ambientais

A aquisição e o fornecimento de gases medicinais (oxigênio e ar comprimido) e acessórios (umidificadores, reguladores com fluxômetro) podem gerar impactos ambientais relacionados ao uso de recursos naturais, geração de resíduos perigosos e emissões atmosféricas. Os principais impactos identificados incluem:

- Geração de resíduos perigosos: Descarte inadequado de cilindros de gás danificados, válvulas defeituosas ou acessórios eletrônicos obsoletos (ex.: reguladores com componentes metálicos ou plásticos não recicláveis), que podem contaminar solos e corpos hídricos.
- Consumo de recursos naturais: Produção de cilindros de alta pressão demanda extração de metais (aço, alumínio) e energia intensiva, contribuindo para esgotamento de recursos não renováveis.
- Emissões atmosféricas: Transporte de cilindros em veículos a diesel ou gasolina gera emissões de CO_2 e outros gases de efeito estufa (GEE). Além disso, vazamentos acidentais de gases medicinais (ex.: oxigênio em excesso) podem alterar ecossistemas locais.
- Riscos de contaminação: Vazamentos de gases residuais durante recargas ou manuseio inadequado, potencialmente tóxicos ou inflamáveis.

12.2. Medidas Mitigadoras

Para minimizar os impactos ambientais relacionados ao fornecimento de gases medicinais e acessórios, as seguintes medidas podem ser adotadas:

a) Redução de resíduos perigosos:

- Priorizar cilindros retornáveis e recarregáveis, com sistema de logística reversa para recolhimento e recondicionamento de unidades danificadas.
- Exigir que fornecedores adotem programas de descarte ambientalmente adequado para acessórios irreparáveis, seguindo a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

b) Eficiência no uso de recursos:

- Incentivar o uso de cilindros fabricados com materiais reciclados (ex.: aço de baixo carbono) e fornecedores com certificação ISO 14001 (gestão ambiental).
- Incentivar a reciclagem de metais provenientes de cilindros obsoletos, em parceria com cooperativas especializadas.

c) Redução de emissões atmosféricas:

- Exigir transporte em veículos inspecionados e adaptados para produtos pressurizados (Resolução ANTT nº 420/2020), com otimização de rotas para reduzir consumo de combustível.

d) Prevenção de vazamentos e contaminações:

- Implementar treinamentos obrigatórios para equipes de manuseio, com foco em protocolos de segurança (NBR ISO 9809) e uso de equipamentos de detecção de vazamentos.
- Estabelecer inspeções periódicas em cilindros e acessórios para garantir integridade física e validade.

e) Sustentabilidade na cadeia de suprimentos:

- Priorizar fornecedores com certificação de boas práticas ambientais e compromisso com metas de neutralidade de carbono.
- Incluir no contrato cláusulas de responsabilidade pós-consumo, obrigando o fornecedor a recolher e destinar resíduos gerados.

12.3. Benefícios das Medidas Mitigadoras

A aplicação das medidas descritas contribuirá para:

- Redução da pegada de carbono do município, alinhando-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 12 e 13);
- Economia de recursos financeiros por meio da reutilização de cilindros e redução de multas por descarte irregular;
- Proteção de ecossistemas locais, evitando contaminação por metais pesados ou gases residuais;
- Fortalecimento da imagem institucional, demonstrando compromisso com práticas sustentáveis e saúde pública.

Conclusão:

A gestão ambientalmente responsável do fornecimento de gases medicinais não apenas mitiga riscos, mas posiciona Itapecuru Mirim/MA como referência em sustentabilidade na saúde pública, equilibrando necessidades clínicas, proteção ambiental e eficiência econômica.

13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO ACERCA DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

13.1. Dessa forma, com base nestes fatores favoráveis, é altamente recomendável e justificável a continuidade do processo de contratação. A opção pelo prosseguimento do feito é respaldada pela certeza de uma gestão eficiente, transparente e competitiva, garantindo não apenas a qualidade dos fornecimentos, mas também contribuindo positivamente para o desenvolvimento regional e o equilíbrio econômico.

Elaborado por:

Kleiciane Alanna Teixeira Abreu
Coordenadora da Assistência Farmacêutica

ANEXO II

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º XXX/2025

O Município de Itapecuru Mirim/MA, através do órgão gerenciador a XXXXX, com sede no(a) Rua Senador Benedito Leite, 328, Centro – Itapecuru Mirim/MA, neste ato representado(a) pelo(a) XXxXXXX, nomeado(a) pela Portaria nº XXXXX de XXXXX, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº XXXXXX, processo administrativo n.º XXXXXXX, RESOLVE registrar os preços para a eventual contratação dos itens a seguir elencados, conforme especificações do Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante desta, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pela empresa XXXX, inscrita no CNPJ sob o nº XXXX, com sede na XXXX, CEP XXXX, no Município de XXXX, neste ato representada pelo(a) Sr(a). XXXX, portador(a) da Cédula de Identidade nº XXXX e CPF nº XXXX, de acordo com a classificação por ela alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, , e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o XXXXXX, especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, anexo do edital de Licitação nº XXXX/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

INSERIR PLANILHA

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador é a XXXXXXXXXX e os órgãos participantes são a XXXXXXXXX.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

I. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

II. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

III. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do Edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que,

convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL OU AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

Itapecuru Mirim, XX de XXXX de XXXXX.

XXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXX
Orgão Gerenciador

XXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXX
Beneficiária

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU-MIRIM
CNPJ Nº 05.648.696/0001-80

ANEXO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CADASTRO RESERVA

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item	Fornecedor *(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)*							
X	Especificação	*Marca (se exigida no edital)*	*Modelo (se exigido no edital)*	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	*Prazo garantia ou validade*

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item	Fornecedor *(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)*							
X	Especificação	*Marca (se exigida no edital)*	*Modelo (se exigido no edital)*	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	*Prazo garantia ou validade*

ANEXO III

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº XXX/2025

PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º XXX/2025.
PROCESSO N.º XXXX/2025.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE ITAPECURU MIRIM, POR INTERMÉDIO DO (A) SECRETARIA MUNICIPAL DE XXXXXXX E XXXXXXXX.

O município de Itapecuru Mirim– MA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.648.696/0001-80, com sede na Rua Senador Benedito Leite, 328, Centro – Itapecuru Mirim/MA, por intermédio da XXXXXXX, neste ato, representada por, XXXXXX, doravante denominado(a) CONTRATANTE e, do outro lado, a empresa XXXXXXX, inscrita no CNPJ sob o número XXXXXXXX, localizado à XXXXXXX, neste ato representada pelo(a) senhor(a) XXXXXXXXX, inscrita no RG nº XXXXXXX e CPF Nº, doravante denominada CONTRATADA, tendo em vista o que consta no Processo nº XXXXX e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. XXXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de XXXXXXXXX, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

INSERIR PLANILHA

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

I. O Termo de Referência;

II. O Edital da Licitação;

III. A Proposta do Contratado;

IV. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de XXXXXXX contados do(a) XXXXXXX, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2.5. A presente contratação caracteriza-se como fornecimento de natureza contínua e, desde que comprovada a vantajosidade para a Administração Pública, poderá ser objeto de aditivos contratuais, observados os limites e condições previstos na legislação aplicável.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual é de Fornecimento.

3.2. Os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. A subcontratação fica limitada a 30% (trinta por cento) das quantidades de cada item.

4.1.1. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.2. A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.2.1. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.3. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.2. O valor total da contratação é de R$ XXXXXXXX.

5.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.4. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__ (DD/MM/AAAA).

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IGPM, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.6. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10. A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo 01 (uma) hora que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.18. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.19. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.20. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10. CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Pelo descumprimento total ou parcial do Contrato, A CONTRATANTE poderá, sem prejuízo responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar as seguintes **sanções**, previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo de até 3 (três) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Parágrafo Primeiro – A aplicação da sanção prevista na alínea "b" observará os seguintes parâmetros:

I. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia útil sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia útil e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

II. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

III. 0,5% (meio por cento) até 30% (trinta por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

IV. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do Contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

V. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do Contrato por dia útil de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias úteis autorizará o CONTRATANTE a promover a rescisão do Contrato.

VI. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

11.2. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

TABELA 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

TABELA 2

	INFRAÇÃO	
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do Contrato e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no Contrato;	01

11.3. As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, observadas as demais formalidades

legais.

11.4. As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do caput desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com aquela prevista nas alíneas "b", e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do Contrato.

11.5. A sanção prevista na alínea "d" do caput desta Cláusula poderá também ser aplicada à CONTRATADA que, em outras licitações e/ ou contratações com a Administração Pública Direta ou Indireta de qualquer nível federativo, tenham:

I. sofrida condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraudes fiscais no recolhimento de quaisquer tributos;

II. praticados atos ilícitos, visando a frustrar os objetivos da licitação;

III. demonstrado não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em virtude de outros atos ilícitos praticados.

11.6. As multas deverão ser recolhidas no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da ciência da aplicação da penalidade ou da publicação no Diário Oficial do Município de Itapecuru Mirim e equivalentes do ato que as impuser.

11.7. As multas aplicadas poderão ser compensadas com valores devidos à CONTRATADA mediante requerimento expresso nesse sentido.

11.8. Se, no prazo previsto nesta Cláusula, não for feita a prova do recolhimento da multa, promover-se-ão as medidas necessárias ao seu desconto da garantia prestada, mediante despacho regular da autoridade contratante.

11.9. Se a multa aplicada for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

11.10. casos em que o valor da multa venha a ser descontado da garantia, o valor desta deverá ser recomposto em 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de rescisão administrativa do Contrato.

11.11. Ressalvada a hipótese de existir requerimento de compensação devidamente formalizado, o CONTRATANTE suspenderá, observado o contraditório e ampla defesa, os pagamentos devidos à CONTRATADA até a comprovação do recolhimento da multa ou da prova de sua relevação por ato da Administração, bem como até a recomposição do valor original da garantia, que tenha sido descontado em virtude de multa imposta, salvo decisão fundamentada da autoridade competente que autorize o prosseguimento do processo de pagamento.

11.12. Se a CONTRATANTE verificar que o valor da garantia e/ou o valor dos pagamentos ainda devidos são suficientes à satisfação do valor da multa, o processo de pagamento retomará o seu curso.

11.13. As multas eventualmente aplicadas com base na alínea "b" do caput desta Cláusula não possuem caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

INSERIR DOTAÇÃO

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO

17.1. Fica eleito o Foro de Itapecuru Mirim/MA para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

_____

Representante legal do CONTRATANTE

_____

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

PARECER PGM Nº 036/2025
PREFEITURA DE ITAPECURU MIRIM/MA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025.01.14.0005
INTERESSADO: Secretaria Municipal de Saúde
ASSUNTO: Parecer acerca de aquisição de recargas de gases medicinais gás;

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE RECARGAS DE GASES MEDICINAIS. LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO. ANÁLISE DA MINUTA DO EDITAL E DE SEUS ANEXOS. APROVAÇÃO.

1 – RELATÓRIO

Trata-se de consulta encaminhada pela Secretaria Municipal de Saúde solicitando parecer jurídico acerca de aquisição de recargas de gases medicinais, gás oxigênio e ar comprimido e acessórios umidificador e regular fluxômetro – para uso na assistência ventilatória para atender necessidades da Secretária Municipal de Saúde.

Foi encaminhado para esta Procuradoria o referido processo com os seguintes documentos:

- Documento de Formalização da Demanda - DFD;
- Estudo Técnico Preliminar;
- Ata de Registro de Preços;
- Mapa de Gerenciamento de Riscos;
- Despacho da Secretaria de Saúde;
- Despacho do Relatório de Pesquisa de Mercado;
- Mapa de Apuração da Pesquisa de Preços;
- Termo de Referência;
- Despacho informando a modalidade da licitação;
- Minuta do Edital;
- Minuta do Contrato;

Eis o relatório. Passo a opinar.

2| DO MÉRITO
2.1. Da Análise Jurídica

Inicialmente é importante mencionar o art. 18° da Lei nº 14.133/2021 que relaciona os atos que devem ser seguidos pela administração durante a fase preparatória, in verbis:

PMG 159

> Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, [...]

É imprescindível, na fase interna ou preparatória do processo licitatório, a minuta do edital e do contrato. Nesse sentido, a administração deverá considerar todos os atos atinentes ao início do processo e elaboração das minutas, sendo respeitados a necessidade e conveniência da contratação; se os pressupostos legais para a contratação estão presentes (desde a solicitação, autorização até a disponibilidade orçamentária); se há prática de atos antecedentes imprescindíveis à licitação, tais como quantificação da necessidade administrativa, pesquisa de preços, estimativa da contratação); definição do objeto de forma clara, concisa e objetiva; definição da modalidade a ser adotada; termo de referência e critério de julgamento. Analisando os autos, e a parte que nos compete, foi constatado o atendimento dos requisitos exigidos pela norma pertinente, onde o Termo de Referência incluso no processo tem indicação do objeto de forma precisa, há critério de aceitação do objeto e prazos, bem como a justificativa para contratação do objeto.

Ademais, a minuta do edital, assim como minuta do contrato, é parte do processo em análise, estando contemplada a habilitação, sanções, prazos e critérios de entrega e aceitação do objeto, e por fim existe comprovação da designação do Pregoeiro e de sua equipe de apoio.

A presente minuta de Edital identificou a modalidade licitatória escolhida (pregão), o critério de julgamento das propostas (Menor Preço por Item), o objeto da licitação e os prazos legais.

Dito isto, nota-se que a necessidade de futura contratação pública foi justificada pelo Eximo Secretário de Saúde, assim como, diz em Ofício inicial: " ...A presente aquisição justifica-se pela necessidade crítica de suprir unidades de saúde municipais com insumos essenciais para ventilação mecânica e terapia respiratória, garantindo o atendimento emergencial e contínuo a pacientes em situações de risco, como casos de insuficiência respiratória, pós-operatórios e doenças crônicas", dentre outras razões discricionárias e técnicas acerca da imprescindibilidade da referida aquisição de oxigênio para atender os munícipes de Itapecuru-Mirim/MA.

Com efeito, o Município, representado como ente público, atua em conformidade ao Regime Jurídico Administrativo, ante ao cumprimento dos princípios acima descritos e de forma especial, com o olhar voltado para a legalidade de seus atos. A modalidade de licitação chamada Pregão é regida pelo Decreto nº 10.024/2019. É sabido que os requisitos a serem observados na fase preparatória da licitação foram estabelecidos no art. 8º do Decreto nº 10.024/2019, o qual deve ser instruído com os seguintes documentos:

> I - estudo técnico preliminar, quando necessário;
> II - termo de referência;
> III - planilha estimativa de despesa;
> IV - previsão dos recursos orçamentários necessários, com a indicação das rubricas, exceto na hipótese de pregão para registro de preços;
> V - autorização de abertura da licitação;
> VI - designação do pregoeiro e da equipe de apoio;
> VII - edital e respectivos anexos;
> VIII - minuta do termo do contrato, ou instrumento equivalente, ou minuta da ata de registro de preços, conforme o caso;
> IX - parecer jurídico;
> X - documentação exigida e apresentada para a habilitação;

160

> XI- proposta de preços do licitante;
> XII - ata da sessão pública, que conterá os seguintes registros, entre outros;

A seguir, passamos ao cotejo entre as exigências legais e a instrução dos autos, no intuito de verificar a regularidade jurídica do caso em exame, ou, se for o caso, apontar as providências que ainda devem ser adotadas pela Administração. O que no presente caso, nada temos a acrescentar, vez que o edital e seus anexos estão - a priori, em conformidade com os requisitos exigidos em lei.

Não obstante, verifica-se que a modalidade inserida se amolda as definições da licitação, conforme preceitua o artigo 6º, inciso XLI da lei 14.133/21, vejamos:

> Art. 6º, inciso XLI – Pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;

Portanto, a modalidade Pregão poderá ser utilizada para a contratação do objeto ora mencionado.

2.2. Da minuta do edital

O Edital seguiu com as cautelas recomendadas pela Lei Federal nº 14.133/21, possuindo o número de ordem em série anual, a indicação do nome da repartição interessada, sendo certo, ainda, que deva constar a expressa indicação da modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação.

> Art. 25. O edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento.

Ademais, percebe-se que o Edital está dentro dos parâmetros da Lei de licitações e contratos 14.133/21 e do Decreto 10.024/2019, indicando a modalidade Pregão em sua forma eletrônica e utilizando o sistema de Registro de preços.

3. – CONCLUSÃO

Ex. positis, e obedecidas às demais regras contidas na Lei Federal nº. 14.133 de 2021 e o Decreto 10.024/2019, vez que o Edital e seus anexos estão em conformidade com as legislações já citadas, exaro **OPINATIVO FAVORÁVEL**, para que a Administração Municipal prossiga com o processo licitatório, visando o registro de preço na modalidade Pregão Eletrônico.

Encaminhe-se o presente processo administrativo para a Controladoria deste município para análise final e conformidade dos atos.

É o parecer. Salve melhor juízo.

Itapecuru-Mirim/MA, 03 de fevereiro de 2025.

BEATRIZ JASMINE SARDINHA FERREIRA
Assessora Jurídica

LUIS FERNANDO XAVIER GUILHON FILHO
Procurador Geral do Município de Itapecuru-Mirim

PARECER TÉCNICO DE CONFORMIDADE Nº 20/2025
Processo Administrativo nº 2025.01.14.0005
Interessado: Secretaria Municipal de Sáude

Assunto: Contratação de empresa para o fornecimento de recargas de gases medicinais, gás oxigênio e ar comprimido para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Itapecuru Mirim.

Ao Ordenador de Despesa,

Trata-se de solicitação encaminhada a esta Controladoria, na qual se requer a análise de conformidade quanto a instrução do procedimento licitatório na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM**, que tem por objeto a **contratação de empresa para o fornecimento de recargas de gases medicinais, gás oxigênio e ar comprimido para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Itapecuru Mirim,** conforme **Expediente Interno n. 16/2025.**

VERIFICAÇÃO COMUM A TODAS AS CONTRATAÇÕES	Conforme?	Obs:
Houve abertura de processo administrativo?	Sim	
Foi certificado o atendimento do princípio da segregação de funções?	Sim	Art. 7º, §1º, da Lei 14133/21
Consta documento de formalização de demanda?	Sim	art. 12, VII, e art. 72, I, da Lei 14133/21
Foi certificado que objeto da contratação está contemplado no Plano de Contratações Anual?	Não	PCA ainda em elaboração
Foi certificado que objeto da contratação está compatível com a Lei de Diretrizes Orçamentárias?	Sim	Art. 18 da Lei 14133/21
Há Estudo Técnico Preliminar?	Sim	Art. 18, §1º, da Lei 14133/21
O Estudo Técnico Preliminar contempla ao menos a descrição da necessidade, a estimativa do quantitativo, a estimativa do valor, a manifestação sobre o parcelamento e a manifestação sobre a viabilidade da contratação?	Sim	Art. 18, §§ 1º e 2º, da Lei 14133/21
Há Análise de Riscos?	Sim	Art. 18, X, da Lei nº 14133/21
Consta justificativa para a ausência dos itens não obrigatórios dos Estudos Técnicos Preliminares?	Não se aplica	Art. 18, §2º, da Lei 14133/21
Há termo de referência?	Sim	Art. 18, II, da Lei 14133/21
O TR contempla definição do objeto, fundamentação da contratação, descrição da solução, requisitos da contratação, modelo de execução, modelo de gestão, critérios de medição e de pagamento, forma de seleção do fornecedor, estimativas do valor da contratação e, não se tratando de registro de preços, adequação orçamentária?	Sim	
Caso o TR contemple exigências de qualificação técnica ou econômica, elas foram justificadas no processo?	Sim	art. 18, inciso IX, da Lei nº 14.133, de 2021
Houve indicação da modalidade de licitação?	Sim	Pregão Eletrônico
Os autos estão instruídos com o edital da licitação?	Sim	Art. 18, V, da Lei 14133/21
Caso seja adotado o critério de julgamento por maior desconto, o preço estimado ou o máximo aceitável consta do edital da licitação?	Não se aplica	Art. 24, par. ún., da Lei 14133/21
Caso o objeto contemple itens com valores inferiores a R$80.000,00, eles foram destinados às ME/EPPs e entidades equiparadas ou foi justificada a não exclusividade?	Sim	Art. 48, I e III da Lei Complementar n 123/2006.
Foi mantida no edital cláusula com índice de reajustamento de preços, com data-base vinculada à data do orçamento estimado?	Sim	Art. 25, §7º, da Lei nº 14.133/21
Caso tenha sido vedada a participação de cooperativas, consta justificativa nos autos?	Não se aplica	Art. 9º, I, "a", e art. 16 da Lei nº 14.133/21
Caso tenha sido vedada a participação de consórcios, consta justificativa nos autos?	Não se aplica	Art. 9º, I, "a", e art. 15 da Lei nº 14.133/21

Fls. 163

VERIFICAÇÃO RELATIVA À PESQUISA DE PREÇOS E ÀS QUESTÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA COMPRAS E SERVIÇOS EM GERAL	Conforme?	OBS.
Consta orçamento estimado com as composições detalhadas dos preços utilizados para sua formação?	Sim	Art. 18, IV, da Lei 14133/21
Foi certificado que o valor previamente estimado da contratação está compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto?	Sim	Art. 23 da Lei 14133/21
A pesquisa de preços contém, no mínimo, I - descrição do objeto a ser contratado; II - identificação do(s) agente(s) responsável(is) pela pesquisa ou, se for o caso, da equipe de planejamento; III - caracterização das fontes consultadas; IV - série de preços coletados; V - método estatístico aplicado para a definição do valor estimado; VI - justificativas para a metodologia utilizada, em especial para a desconsideração de valores inconsistentes, inexequíveis ou excessivamente elevados, se aplicável; VII - memória de cálculo do valor estimado e documentos que lhe dão suporte; e VIII - justificativa da escolha dos fornecedores, no caso da pesquisa direta de que dispõe o inciso IV do art. 5º da IN Seges 65/2021?	Sim	Art. 3º da IN Seges 65/21
Foi certificado que foram priorizados na pesquisa de preços os sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, e contratações similares feitas pela Administração Pública, ou justificada a impossibilidade de utilização dessas fontes?	Sim	Art. 5º e §1º da IN Seges nº 65/21
Nos casos de utilização de pesquisa direta com fornecedores, na hipótese em que ela for cabível, foi observado o número mínimo de consulta a três fornecedores ou foram instruídos os autos com as devidas justificativas?	Não se aplica	Art. 5º, IV, e art. 6º, §5º, da IN Seges 65/21
Caso realizada pesquisa direta com fornecedores, foi certificado que que o prazo de resposta concedido foi compatível com a complexidade do objeto da licitação?	Não se aplica	Art. 5º e §2º, inc. I, da IN Seges 65/21
Caso realizada pesquisa direta com fornecedores, consta dos autos a relação de fornecedores que foram consultados e não enviaram propostas como resposta à solicitação feita?	Não se aplica	Art. 5º e §2º, inc. IV, da IN Seges 65/21
Consta dos autos a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação?	Sim	Art. 18, XI, da Lei 14133/21
Tratando-se de contratação que envolva a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa, constam dos autos estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração sobre adequação orçamentária e financeira?	Não se aplica	Art. 16, I e II, da LC 101/2000

VERIFICAÇÃO ESPECÍFICA PARA AQUISIÇÕES	Conforme?	OBS.
Se o objeto a ser contratado for bem de consumo, foi certificado que não se enquadra como bem de luxo?	Não se aplica	Art. 20 da Lei 14133/21
Há justificativa para não utilização de sistema de registro de preços?	Não se aplica	Art. 40, II, da Lei 14133/21
Foi certificado que a determinação do quantitativo a ser adquirido considerou a estimativa de consumo e utilização prováveis, com base em técnica adequada?	Sim	Art. 40, III, da Lei 14133/21
Há manifestação sobre o atendimento do princípio do parcelamento?	Sim	Art. 40, V, "b", da Lei 14133/21
Caso o objeto contemple item de aquisição de bens de natureza divisível, com valor superior a R$80.000,00, foi prevista a cota reservada ou justificada sua não previsão?	Sim	Art. 48, I e III da Lei Complementar n 123/2006.

No caso da cota reservada, a divisão do quantitativo destinado à cota procurou observar o limite percentual de até 25% do total, independentemente do valor da cota?	Sim	Art. 48, III da Lei Complementar n 123/2006.
Há manifestação sobre a compatibilidade da despesa estimada com a prevista nas leis orçamentárias?	Não se aplica	Art. 40, V, "c", da Lei 14133/21
Caso haja indicação de marca ou modelo, consta justificativa para a indicação?	Não se aplica	Art. 41, I, da Lei 14133/21
Há certificação no ETP ou nos autos de que a opção pela aquisição é mais vantajosa do que eventuais alternativas, como a locação de bens?	Sim	Art. 44 da Lei 14133/21

4. INFORMAÇÕES ADICIONAIS DA ANÁLISE

4.1. Em razão da escolha do SRP não foi realizada a apresentação de disponibilidade orçamentária, por força do **Art. 17 do Decreto n. 11.462/2023.**

5. RESULTADO DA ANÁLISE

Esta Controladoria Interna salienta que o escopo desta manifestação é orientar o Gestor Público quanto às exigências legais para a prática do ato administrativo sob o aspecto jurídico-formal. Isso porque foge à competência legal examinar aspectos técnicos, orçamentários e de mérito, faz-se uma análise quanto aos documentos da fase preparatória constante nos autos, em complemento à análise jurídica prevista no **Art. 53 da Lei n. 14.133/21**, existência de documentos obrigatórios exigidos na legislação, não adentrando na conveniência e oportunidade dos atos praticados pelos setores técnicos competentes, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-jurídico-administrativa.

Ressalvamos que todos os despachos, atestos, declarações, relatórios e análises técnicas, contábeis e pareceres são de única e exclusiva responsabilidade dos seus respectivos setores e seus signatários.

Pelo exposto, considerando a documentação contida nos autos, opinamos pela **CONFORMIDADE** do presente processo licitatório.

São Luís/MA, 04 de fevereiro de 2025.

João Marcos Carvalho da Costa
Controlador Interno

FLS 166

AUTORIZAÇÃO

Ao Setor de Licitações.
Sra. Pregoeira/Agente de contratação Jainne Lopes Magalhães.

Em atenção à necessidade e dar andamento aos trabalhos da Secretaria Municipal de Saúde por meio do seu secretário, o Sr. João Marcelo Fonsêca Silva, Secretaria Municipal de Receita, Orçamento e Gestão por meio do seu secretário, o Sr. Allyson Ferreira Pereira; **Ordenadores de Despesas conforme Decreto Municipal 01/2025, autorizamos** a continuidade do processo de Registro de preço para aquisição de recargas de gases medicinais gás oxigênio e ar comprimido e acessórios umidificador e regulador com fluxômetro – para uso na assistência ventilatória para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Itapecuru Mirim/MA.

Na condição de ente público todos os processos de contratações e realizações de despesas relativas às atividades do Município de Itapecuru Mirim/MA, devem ser praticados estritamente sob a égide do regime do Direito Público, em que se aplica em especial a Lei 14.133/2021, LC 123/06, a Lei 4.320/64, a Lei de Responsabilidade Fiscal e normas específicas do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, Tribunal de Contas da União e demais órgãos de controle interno e externo.

Na qualidade de ordenador de despesa, declaro, para os efeitos do inciso II do artigo 16 da Lei Complementar nº 101 – Lei de Responsabilidade Fiscal, que a despesa especificada pelo objeto acima tem adequações orçamentaria e financeira com a Lei Orçamentaria Anual (LOA) e compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) e com a Lei de Diretrizes Orçamentaria (LDO).

Para tal procedimento justifica-se abaixo, conforme segue:

1. A presente aquisição justifica-se pela necessidade crítica de suprir unidades de saúde municipais com insumos essenciais para ventilação mecânica e terapia respiratória, garantindo o atendimento emergencial e contínuo a pacientes em situações de risco, como casos de insuficiência respiratória, pós-operatórios e doenças crônicas. Trata-se de insumos vitais para a manutenção da saúde pública, especialmente em cenários de alta demanda hospitalar ou epidemiológica.

2. As quantidades previstas foram definidas com base na análise da capacidade instalada dos equipamentos médicos, histórico de consumo das unidades de saúde e projeções de demanda, considerando a necessidade de estoque de segurança para evitar interrupções no atendimento.

3. Ressalta-se que a disponibilidade contínua de gases medicinais é indispensável para a preservação de vidas, garantindo o funcionamento adequado de ventiladores pulmonares, nebulizadores e outros dispositivos médicos. Sua ausência comprometeria diretamente a qualidade do serviço de saúde, podendo resultar em complicações clínicas irreversíveis ou óbitos.

FLS 166

4. A aquisição estratégica desses insumos reflete o compromisso da Administração Pública com a eficácia das políticas de saúde, alinhando-se aos princípios de economicidade e transparência na gestão de recursos públicos.

A Administração Municipal reafirma seu compromisso com a transparência e a utilização eficiente dos recursos públicos. O processo de contratação será realizado por meio de um Sistema de Registro de Preços, possibilitará a realização de futuras aquisições de recargas de gases medicinais gás oxigênio e ar comprimido e acessórios umidificador e regulador com fluxômetro – para uso na assistência ventilatória, sem a necessidade de novos processos licitatórios

E para este objeto, **AUTORIZAMOS** o Setor de Licitação a continuidade ao processo licitatório para que através de licitação, seja efetuada a contratação pretendida.

Visto que o gasto com o objeto desta licitação ultrapassará no presente processo o valor de dispensa de licitação prevista na lei 14.133/21, segue em anexo a Minuta do Edital para a elaboração de processo licitatório que possibilite aos diversos possíveis proponentes, a oportunidade de apresentarem suas propostas, de forma a promover a competitividade entre eles e buscar o melhor preço e as melhores condições para a Administração Pública.

Itapecuru Mirim/MA, 07 de fevereiro de 2025.

João Marcelo Fonsêca Silva
Secretaria Municipal de Saúde

Allyson Ferreira Pereira
Secretaria Municipal de Receita, Orçamento e Gestão e Secretaria Municipal de Administração, Patrimônio e Recursos Humanos.

SEC. MUN. DE GOVERNO
- PORTARIAS - DESIGNAR: 20/2025

P O R T A R I A 20/2025

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO, INSTITUI A EQUIPE DE APOIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM, ESTADO DO MARANHÃO , no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art. 55, da Lei Orgâica do Município (LOM)

RESOLVE

Art. 1º - Designar a servidora efetiva **JAÍNNE LOPES MAGALHÃES** , para exercer a função de Agente de Contratação.

Art. 2º - Ficam designados para comporem a Equipe de Apoio os seguintes servidores:

I – **IANE MARIA PINHEIRO RIBEIRO**

II – **LINDA MELO FRANÇA FONTELES**

III - **RODRIGO DE ALMEIDA ABREU**

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os efeitos a 02 de janeiro de 2025. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM – MA, EM 03 D E J A N E I R O D E 2025

LUÍS FILLIPE TORRES FILGUEIRA
Prefeito Municipal

SEC. MUN. DE GOVERNO
- PORTARIAS - NOMEAÇÃO: 21/2025

PORTARIA Nº 21/2025

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE RECEITA, ORÇAMENTO E GESTÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM, ESTADO DO MARANHÃO , no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art. 55, inc. VI e XIX, da Lei Orgâica do Município (LOM)

RESOLVE

Art. 1º. - Nomear o Sr. **BRUNO DINIZ COSTA** para exercer o cargo Superintendente Financeiro da secretaria de Receita, Orçamento e Gestão do Município de Itapecuru -Mirim/MA.
Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2024.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM – MA, EM 03 DE JANEIRO DE 2025

LUÍS FILLIPE TORRES FILGUEIRA
Prefeito Municipal

SEC. MUN. DE GOVERNO
- DECRETOS MUNICIPAIS - DECRETO: 1/2025

DECRETO MUNICIPAL 01, DE 03 DE JANEIRO DE 2025

"Dispõe sobre a desconcentração administrativa no âmbito do Poder Executivo do município de Itapecuru Mirim, da delegação de competência ao ordenador de despesa e dá outras providências.".

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM, ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art. 55, da Lei Orgâica do Município (LOM)
CONSIDERANDO o conceito legal de ordenador de despesas à luz do § 1º do art. 80 do Decreto -Lei n. 200/67, que diz: *"O ordenador de despesa é toda e qualquer autoridade de cujos atos resultarem emissão de empenho, autorização de pagamento, suprimento ou dispêndio de recursos da União ou pela qual esta responda ";*

CONSIDERANDO a necessidade de instituir a desconcentração e a descentralização da Administração Direta e Indireta e dos Fundo s

Assinado eletronicamente por: Jarlisson Sebastião Araujo Silva - CPF: ***.689.993-** em 03/01/2025 13:45:21 - IP com nº: 10.0.0.163
Autenticação em: www.itapecurumirim.ma.gov.br/diariooficial.php?id=965

municipais quanto à ordenação de despesas;

CONSIDERANDO a vigência da Lei Municipal 1401, de 19 de dezembro de 2017 e suas alterações, que dispõe sobre a reorganização administrativa do Poder executivo do Município de Itapecuru Mirim

DECRETA:

Art. 1º Ficam instituídas a descentralização, a ordenação e a disciplina dos atos administrativos da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, operacional e dos atos relativos as subvenções, quanto a legalidade, legitimidade e economicidade, no âmbito da administração pública direta e quando instituída a indireta e fundacional do Município de Itapecuru Mirim, Estado do Maranhão .

Art. 2º A delegação de competência para ordenar despesas, no âmbito da Administração Direta e dos Fundos Municipais será privativa dos Secretário Municipal de Receita, Orçamento e Gestão em conjunto com o Secretário de cada Secretaria Municipal prevista na estrutura administrativa do Município de Itapecuru Mirim, nos seguintes termos:

§ 1º. O Secretário Municipal de Receita, Orçamento e Gestão em conjunto com o (a) Secretário(a) de Saúde serão os ordenadores de despesas da Secretaria de Saúde e do Fundo Municipal de Saúde - FMS, bem como todos os programas que envolvam dispêndio de recursos.

§ 2º O Secretário Municipal de Receita, Orçamento e Gestão em conjunto com o Secretário(a) de Educação serão os ordenadores de despesas da Secretaria de Educação e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, bem como todos os programas que envolvam dispêndio de recursos.

§ 3º. O Secretário Municipal de Receita, Orçamento e Gestão em conjunto com o(a) Secretária(a) de Assistência Social serão os ordenadores de despesa da Secretaria de Assistência Social e do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, Fundos Municipais de Pessoa Idosa e do Fundo Criança e Adolescente, bem como todos os programas que envolvam dispêndio de recursos.

§ 4º. O Secretário Municipal de Receita, Orçamento e Gestão em conjunto com o Secretário(a) de Meio Ambiente serão os ordenadores de despesas da Secretaria de Meio Ambiente e do Fundo Municipal de Meio Ambiente, bem como todos os programas que envolvam dispêndio de recursos.

§ 5º. O Secretário Municipal de Receita, Orçamento e Gestão em conjunto com o(a) Secretário(a) de Política para a Mulher serão o ordenadores de despesas da Secretaria de política para a Mulher, bem como todos os programas que envolvam dispêndio de recursos.

§ 6º. O Secretário Municipal de Receita, Orçamento e Gestão em conjunto com o(a) Secretário(a) de Promoção da Igualdade Racial serão os ordenadores de despesas da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial e do Fundo Municipal de Promoção da Igualdade Racial , bem como todos os programas que envolvam dispêndio de recursos.

§ 7º. O Secretário Municipal de Receita, Orçamento e Gestão em conjunto com o Secretário de Juventude, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo serão os ordenadores de despesas da o Secretaria de Juventude, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo e dos Fundos Municipais do Esporte e de investimento da cultura, bem como todos os programas que envolvam dispêndio de recursos.

§ 8º. O Secretário Municipal de Receita, Orçamento e Gestão em conjunto com (a) Superintendente Financeiro(a), da Secretaria Municipal de Receita e Orçamento e Gestão serão os ordenadores de despesas das Secretarias de Receita, Orçamento e Gestão; Secretaria de Administração, Recursos Humanos e Patrimônio; Secretaria de Governo; Procuradoria Geral e Controladoria Interna, bem como Fundo de Defesa dos Direitos Difuso e Coletivo, bem como todos os programas que envolvam dispêndio de recursos dessas áreas.

§ 9º. O Secretário Municipal de Receita, Orçamento e Gestão em conjunto com Secretário(a) de Infraestrutura, Urbanismo, Paisagismo, Trânsito e Transporte serão os ordenadores de despesas da Secretaria de Infraestrutura, Urbanismo, Paisagismo, Trânsito e Transporte e do Fundo Municipal de transporte e trânsito, bem como todos os programas que envolvam dispêndio de recursos.

§ 10. O Secretário Municipal de Receita, Orçamento e Gestão em conjunto com Secretário(a) de Agricultura familiar, abastecimento, indústria, comércio, pesca e produção serão os ordenadores de despesas da Secretaria de Secretaria de Agricultura familiar, abastecimento, indústria, comércio, Pesca e Produção e do Fundo Municipal Segurança alimentar e nutricional, bem como todos os programas que envolvam dispêndio de recursos.

Art. 3º Os ordenadores, de que trata o artigo anterior, são competentes para:

I - Autorizar a deflagração de certames licitatórios, dispensas e inexigibilidades, assim como ratificar quando for o caso ou homologar seus resultados, revogar ou anular as licitações;
II - Referendar atos, assinar contratos, convênios e instrumentos similares, bem como aditamentos, diárias, distratos e rescisões, bem como designar formalmente servidor para acompanhar a execução e fiscalização dos mesmos e, ainda, emitir ordem de serviço, paralisação e reinício da execução do contrato;
III - Reconhecer dívidas, gerir bens móveis e imóveis, direitos e créditos orçamentários necessários ao cumprimento da missão institucional da Prefeitura Municipal;
IV - Emitir documentos de empenho, liquidação e pagamentos de despesas;
V- Concessão de adiantamento, suprimento de fundos ou dispêndio de recursos do Município, bem como remanejamento de verbas, ficando determinado à Secretaria de Fazenda cumprir o ordenado e pagar o autorizado;
VI - Acompanhar e fiscalizar os processos licitatórios para aquisição de bens e serviços de sua respectiva Secretaria Municipal;
VII - Acompanhar a gestão e execução dos contratos administrativos firmados e relacionados a sua respectiva Secretaria Municipal, bem como prestar contas dos recursos recebidos;
VIII - Cumprir e realizar todos os atos administrativos previstos nos artigos 58 a 70 da Lei nº. 4.320/64, inclusive o dever de prestar contas aos órgãos de controle interno e externo.

Parágrafo único - As normas e procedimentos para a concessão e a aplicação de suprimento de fundos, no âmbito da administração pública municipal direta será regulamentada em ato em específico.

Art. 4º Os Ordenadores de despesas serão responsáveis pela autorização do procedimento administrativo das despesas, não podendo delegar essa função a outro servidor, respondendo, em todo caso, administrativamente, civil e penalmente, pelo mal versação do erário.

Assinado eletronicamente por: Jarlisson Sebastião Araujo Silva - CPF: ***.669.993-** em 03/01/2025 13:45:21 - IP com nº: 10.0.0.163
Autenticação em: www.itapecurumirim.ma.gov.br/diariooficial.php?id=965

§1º. Para fins do disposto neste artigo, entende-se como ordenador de despesa toda e qualquer autoridade de cujos atos resultarem autorização de despesa, reconhecimento de dívida, emissão de empenho, autorização de pagamento, concessão de adiantamento, suprimento de fundos ou dispêndio de recursos do Município.

§2º. A competência de que trata o "caput" deste artigo se estenderá aos substitutos legais, enquanto durar os impedimentos dos titulares em razão de férias, licença médica e outros afastamentos que a lei estabelecer, bem assim no caso de ausência da sede do Muni cípio por motivo de missão oficial.

Art. 5º É vedado ao ordenador de despesa autorizar a execução de despesa sem expressa comprovação de suficiente disponibilidade de recursos orçamentários para atender o requisitado.

§1º - Caberá ao Departamento de Contabilidade, relacionado a Secretaria Municipal da Receita e Orçamento e Gestão, conferir e informar se há ou não disponibilidade orçamentária para tramitação inicial de processos administrativos que gere despesas públicas e subsequentemente a emissão das notas de empenho.

§2º - Após a autorização de abertura do processo de contratação pelo Secretário da pasta, havendo disponibilidade orçamentária devidamente atestada pelo departamento de contabilidade, o processo deve ser encaminhado ao Secretário de Receita, Orçamento e Gestão para ratificação de abertura, de forma a contemplar a disponibilidade financeira.

Art. 6º A Superintendência Financeira, vinculada à Secretaria Municipal de Receita e Orçamento e Gestão, centralizará as operações financeiras de todos os pagamentos autorizados pelos ordenadores de despesas, nos termos do art. 65 da Lei 4.320/64, funcionando como uma tesouraria, não se confundindo com ordenador de despesas, na forma do art. 65 da Lei nº. 4.320/64, estando devidamente instituído na forma do presente decreto, exceto na hipótese prevista no §8º do art. 2º deste decreto.

Parágrafo único. A ordem de pagamento será assinada pelo Superintendente Financeiro do município em conjunto com o respectivo Secretário de Receita, Orçamento e Gestão.

rt. 7º Deverá as instituições bancárias credenciadas realizar o cadastro imediato dos respectivos ordenadores de despesas e superintendente financeiro, permitindo o livre acesso as respectivas contas bancárias.

Art. 8º Fica estabelecido que o Prefeito Municipal não ordena deepesas e nem efetua quaisquer pagamentos do município de Itapecuru Mirim e respectivos fundos.

Parágrafo único - Ressalvado os casos especiais, em que não for possível que os ordenadores de despesas firmem convênios de transferências voluntárias com outro ente federado, situação em que o Prefeito Municipal funcionará excepcionalmente como ord enador de despesas e efetuará os pagamentos.

Art. 9º Os ordenadores de despesas autorizados por este Decreto, se submetem a observar as normas e diretrizes contidas nas leis federais nºs. 4.320/64, 14.133/21, bem como nas demais normas legais que regem a matéria.

Art. 10 A Controladoria Geral do Município exercerá a missão de acompanhamento e monitoramento dos atos praticados pelos administrativos públicos municipais, visando o controle dos atos praticados pelos ordenadores de despesas, visando o fiel cum primento deste Decreto.

Art.11 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, tendo os seus efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2025, revogando disposição em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM – MA, EM 03 DE JANEIRO DE 2025.

LUÍS FILLIPE TORRES FILGUEIRA
Prefeito Municipal

SEC. MUN. DE GOVERNO
- DECRETOS MUNICIPAIS - DECRETO: 2/2025

DECRETO Nº 02, de 03 de janeiro de 2025.

Dispõe sobre o recadastramento dos servidores públicos civis efetivos e/ou estáveis ativos, no âmbito da administração pública municipal, rescisão de todos os contratos temporários e a convocação de todos os servidores cedidos e/ou disponibilizados para outros órgãos.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM, ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art. 55, inc. VI e XIX, da Lei Orgâica do Município (LOM)
CONSIDERANDO a necessidade de atualização dos dados cadastrais dos Servidores Públicos Municipais titulares de cargo público de provimento efetivo e/ou estáveis ativos, e que para esse fim se faz necessário à identificação do servidor, perfil funcional, de sua lotação, de seu enquadramento funcional, bem como outras informações consideradas fundamentais para a Prefeitura;
CONSIDERANDO a implantação de medidas administrativas objetivando dar maior controle e celeridade a Secretaria Municipal de Administração, com a finalidade de buscar a melhoria da qualidade das informações como instrumento de gestão de recursos huma nos;
CONSIDERANDO, ainda e necessários da organização do quadro de servidores da administração municipal.

Assinado eletronicamente por: Jarlisson Sebastião Araujo Silva - CPF: ***.689.993-** em 03/01/2025 13:45:21 - IP com nº: 10.0.0.163
Autenticação em: www.itapecurumirim.ma.gov.br/diariooficial.php?id=965

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM
CNPJ: 05.648.696/0001-80

FLS 169

TERMO DE AUTUAÇÃO

Assunto: Autuação do procedimento licitatório para abertura de processo de Registro de preço para aquisição de recargas de gases medicinais gás oxigênio e ar comprimido e acessórios umidificador e regulador com fluxômetro – para uso na assistência ventilatória para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Itapecuru Mirim/MA.

No dia 10/01/2025 eu, Jainne Lopes Magalhães, Agente de Contratação deste Município, nomeada pela Portaria nº 20/2025, autuo, assino e analiso os autos conforme Portaria supracitada.

Na presente data, o presente termo é reconhecido como peça preexistente para a estruturação e andamento de todos os documentos indispensáveis ao desdobramento dos autos, os quais foram devidamente carimbados, rubricados e numerados em ordem sequencial. Destaca-se que a primeira folha, correspondente a este termo, será determinante para a definição dos objetivos e recursos a serem adotados ao longo do procedimento supracitado.

DA LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº 2025.01.14.0005.
Pregão Eletrônico nº 006/2025
Requisitante (s): Secretaria Municipal de Saúde.
Participante (s):
Secretaria Municipal de Saúde.

DO OBJETO

Registro de preço para aquisição de recargas de gases medicinais gás oxigênio e ar comprimido e acessórios umidificador e regulador com fluxômetro – para uso na assistência ventilatória para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Itapecuru Mirim/MA.

ESTIMATIVA DO VALOR

R$ 318.012,75 (trezentos e dezoito mil doze reais e setenta e cinco centavos).

Após uma minuciosa análise dos documentos recebidos, atestamos a adequação da presente Minuta do Edital aos preceitos legais e jurisprudenciais vigentes. Este exame criterioso assegurou que minuta do Edital em questão está de acordo com os princípios e normas estabelecidos pela legislação pertinente, bem como com os precedentes judiciais pertinentes.

Considerando a importância de garantir a lisura e a transparência nos processos licitatórios, é imprescindível que a Minuta do Edital seja escrupulosamente avaliada à luz das disposições legais e das decisões judiciais anteriores. Nesse sentido, a análise detalhada realizada comprova que o presente Edital preenche todos os requisitos legais exigidos, garantindo assim a sua legitimidade e adequação ao ordenamento jurídico vigente.

Sendo assim, eu, **Jainne Lopes Magalhães**, Agente de contratação da Prefeitura Municipal de Itapecuru Mirim/MA, fazendo uso de minhas atribuições legais, lavrei o presente termo, nesta data, dos autos do Processo Administrativo nº 2025.01.14.0005 para a realização do Pregão Eletrônico, sendo este considerado peça preexistente e decisório para instauração do processo administrativo licitatório.

Jainne Lopes Magalhães
Pregoeira
Matrícula: 7529-1

SEC. MUN. DE GOVERNO
- PORTARIAS - DESIGNAR: 20/2025

P O R T A R I A 20/2025

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO, INSTITUI A EQUIPE DE APOIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM, ESTADO DO MARANHÃO , no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art. 55, da Lei Orgâica do Município (LOM)

RESOLVE

Art. 1º - Designar a servidora efetiva **JAÍNNE LOPES MAGALHÃES** , para exercer a função de Agente de Contratação.

Art. 2º - Ficam designados para comporem a Equipe de Apoio os seguintes servidores:

I – **IANE MARIA PINHEIRO RIBEIRO**

II – **LINDA MELO FRANÇA FONTELES**

III - **RODRIGO DE ALMEIDA ABREU**

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os efeitos a 02 de janeiro de 2025. Revoga-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM – MA, EM 03 D E J A N E I R O D E 2025

LUÍS FILLIPE TORRES FILGUEIRA
Prefeito Municipal

SEC. MUN. DE GOVERNO
- PORTARIAS - NOMEAÇÃO: 21/2025

PORTARIA Nº 21/2025

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE RECEITA, ORÇAMENTO E GESTÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM, ESTADO DO MARANHÃO , no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art. 55, inc. VI e XIX, da Lei Orgâica do Município (LOM)

RESOLVE

Art. 1º. - Nomear o Sr. **BRUNO DINIZ COSTA** para exercer o cargo Superintendente Financeiro da secretaria de Receita, Orçamento e Gestão do Município de Itapecuru -Mirim/MA.
Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2024.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM – MA, EM 03 DE JANEIRO DE 2025

LUÍS FILLIPE TORRES FILGUEIRA
Prefeito Municipal

SEC. MUN. DE GOVERNO
- DECRETOS MUNICIPAIS - DECRETO: 1/2025

DECRETO MUNICIPAL 01, DE 03 DE JANEIRO DE 2025

"Dispõe sobre a desconcentração administrativa no âmbito do Poder Executivo do município de Itapecuru Mirim, da delegação de competência ao ordenador de despesa e dá outras providências.".

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM, ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art. 55, da Lei Orgâica do Município (LOM)
CONSIDERANDO o conceito legal de ordenador de despesas à luz do § 1º do art. 80 do Decreto -Lei n. 200/67, que diz: *"O ordenador de despesa é toda e qualquer autoridade de cujos atos resultarem emissão de empenho, autorização de pagamento, suprimento ou dispêndio de recursos da União ou pela qual esta responda ";*

CONSIDERANDO a necessidade de instituir a desconcentração e a descentralização da Administração Direta e Indireta e dos Fundo s

Assinado eletronicamente por: Jarlisson Sebastião Araujo Silva - CPF: ***.689.993-** em 03/01/2025 13:45:21 - IP com nº: 10.0.0.163
Autenticação em: www.itapecurumirim.ma.gov.br/diariooficial.php?id=965

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU-MIRIM
CNPJ Nº 05.648.696/0001-80

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM/MA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025.01.14.0005
LICITAÇÃO COM ITENS PARA AMPLA DISPUTA E COTAS RESERVADAS PARA ME/EPP.

MODALIDADE	PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 006/2025
BASE LEGAL	Lei Nº 14.133/2021, Lei Complementar Nº. 123/2006, da Lei Federal Nº 12.846/13 e do Decreto Municipal Nº 016/2023
OBJETO	Registro de preço para aquisição de recargas de gases medicinais gás oxigênio e ar comprimido e acessórios umidificador e regulador com fluxômetro – para uso na assistência ventilatória para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Itapecuru Mirim/MA.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	menor preço por item
LOCAL DA SESSÃO PUBLICA	http://licitaitapecurumirimma.com.br/
DATA E HORÁRIO DE ABERTURA DAS PROPOSTAS – SESSÃO PÚBLICA:	26 de fevereiro de 2025. 09h00
MODO DE DISPUTA	Aberto
VALOR ESTIMADO	R$ 318.012,75 (trezentos e dezoito mil doze reais e setenta e cinco centavos)

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: www.licitaitapecurumirimma.com.br, no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP) e também poderão ser lidos e/ou obtidos no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Itapecuru Mirim/MA, localizado na Rua Senador Benedito Leite, 328, Centro – Itapecuru Mirim/MA, no horário das 08h00min (oito horas) às 12h00min (doze horas) ou através do e-mail: licitacaoitapecurumirim@gmail.com, no Portal da Transparência do Município e também através do Sistema de Informações para Controle de Contratações Públicas do Estado do Maranhão (SINC-CONTRATA/MA).

ATENÇÃO. Recomendamos a atenta leitura do instrumento convocatório e seus anexos, a fim de evitar a prática das condutas previstas no CAPÍTULO II-B, DOS CRIMES EM LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, além do TÍTULO IV, DAS IRREGULARIDADES, CAPÍTULO I DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ambas previstas na lei 14.133/21, que poderão acarretar na aplicação das penalidades previstas nos referidos regramentos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

EDITAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025.01.14.0005

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 006/2025

O Município de Itapecuru Mirim/MA, através da Secretaria Municipal de Saúde, por intermédio da Pregoeira, designada pela Portaria nº 020/2025, levam ao conhecimento dos interessados que, na forma da Lei nº 14.133/2021, Lei Complementar Nº. 123/2006, da Lei Federal Nº 12.846/13, do Decreto Municipal Nº 016/2023, e de outras normas aplicáveis ao objeto deste Certame, fará realização de licitação na modalidade Pregão Eletrônico para Registro de Preços, do tipo menor preço por item, sob regime de Fornecimento, objetivando o Registro de preço para aquisição de recargas de gases medicinais gás oxigênio e ar comprimido e acessórios umidificador e regulador com fluxômetro – para uso na assistência ventilatória para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Itapecuru Mirim/MA.

Os trabalhos serão conduzidos por servidor designado, denominada Pregoeira, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos diretamente para a página eletrônica www.licitaitapecurumirimma.com.br. O servidor terá, dentre outras, as seguintes atribuições: verificar a regularidade formal e material do edital e seus anexos, representando à autoridade superior a presença de qualquer indício de irregularidade; analisar solicitações de esclarecimentos; julgar as propostas apresentadas e verificar os documentos de habilitação; corrigir possíveis irregularidades por meio de decisão devidamente fundamentada; declarar o vencedor do certame; decidir pedido de reconsideração e recurso; orientar as atividades da equipe de apoio, dando todo suporte gerencial aos seus integrantes e encaminhar o processo devidamente instruído a autoridade responsável para propor a homologação.

1. DO OBJETO

1.1. O presente pregão tem por objeto o Registro de preço para aquisição de recargas de gases medicinais gás oxigênio e ar comprimido e acessórios umidificador e regulador com fluxômetro – para uso na assistência ventilatória para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Itapecuru Mirim/MA, em conformidade com as especificações e quantidades constantes no Termo de Referência (ANEXO I), parte integrante deste Edital.

1.2. O quantitativo indicado no Termo de Referência (ANEXO I) é apenas estimativa da aquisição e será solicitada de acordo com as necessidades do Órgão Participante, podendo ser utilizada no todo ou em parte.

1.3. O valor máximo total objeto desta licitação é de R$ 318.012,75 (Trezentos e dezoito mil doze reais e setenta e cinco centavos).

1.4. O critério de julgamento adotado será o menor preço por item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.5. Havendo divergências entre o descritivo do objeto constante no sistema PORTAL DE COMPRAS DO MUNICÍPIO DE ITAPECURU MIRIM www.licitaitapecurumirimma.com.br e o descritivo do objeto do Termo de Referência deste Edital, prevalecerá as especificações constantes no Termo de Referência.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Compras do município de Itapecuru Mirim (www.licitaitapecurumirimma.com.br).

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. Para os itens indicados na planilha orçamentária presente no Termo de Referência, parte integrante deste edital, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.3.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.4. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.5. Não poderão disputar esta licitação:

3.5.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.5.2. Sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.5.3. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.5.4. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.5.5. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.5.6. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.5.7. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.5.8. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.5.9. Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.5.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.5.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. O impedimento de que trata o item 3.5.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.5.3 e 3.5.4 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.9. O disposto nos itens 3.5.3 e 3.5.4 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.11. A vedação de que trata o item 3.5.9 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de

habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no campo específico deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

4.4.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4°, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.7.1. De cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.7.2. Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.7.3. De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.4. Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.5. Cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.6. Constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.7.7. Que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.7.8. Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.7.9. Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.7.10. Constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.7.11. Cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.12.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.12.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.13.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.13.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário ou desconto do item;

5.1.2. Marca; (Se houver)

5.1.3. Fabricante; (Se houver)

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a Pregoeira e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R$ 1,00.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a pregoeira, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei 14133/21.

6.20.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

6.20.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

6.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.21.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto n.º 8538, de 2015).

6.21.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

6.21.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.21.4. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.21.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.21.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.21.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.22. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.22.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.22.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.22.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.22.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.23. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.23.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.23.2. Empresas brasileiras;

6.23.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.23.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.24. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.25. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.25.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.25.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.25.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.25.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.25.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.26. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.5 do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

7.5.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

I. Contiver vícios insanáveis;

II. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

III. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

IV. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

V. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas com valores inferiores a 70% (setenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

I. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

II. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.12. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.13. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.14. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.15. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.16. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados de forma digital quando solicitada após a fase de proposta.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.11. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas.

8.12.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.13. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.14. Após a conclusão da fase de avaliação das propostas, somente a licitante vencedora será notificada no prazo já citado sobre sua condição e será solicitado o envio dos documentos de habilitação para a devida verificação e comprovação de sua capacidade técnica, jurídica, fiscal e financeira.

8.15. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.15.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.15.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.16. Na análise dos documentos de habilitação, a pregoeira auxiliada pela equipe de apoio poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a pregoeira examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.

8.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8.20. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

HABILITAÇÃO JURÍDICA

8.21. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.22. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.23. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

8.24. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.25. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.26. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.27. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.28. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.29. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

8.30. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.31. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.32. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.33. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.34. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.35. A Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de:

8.35.1. Certidão Negativa de Débitos Fiscais;

8.35.2. Certidão Negativa de Dívida Ativa.

8.36. A Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de:

8.36.1. Certidão Negativa de Débitos Municipais;

8.36.2. Certidão Negativa da Dívida Ativa municipal.

8.37. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.38. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

8.40. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.41. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis (Demonstração do Resultado do Exercício – DRE) dos últimos 02 exercícios sociais, com o devido registro na Junta Comercial, já exigíveis e apresentados na forma da lei, com notas explicativas, acompanhados dos Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário ou do próprio Livro Diário, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

8.42. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

8.43. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

8.44. A participante deverá enviar os índices de capacidade financeira. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo Passivo Circulante}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

8.45. Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados: Publicados em Diário Oficial ou Publicados em jornal de grande circulação ou por cópia do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da empresa, na forma da Instrução Normativa Nº 11, de 05 de dezembro de 2013, do Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI, acompanhado obrigatoriamente dos Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Diário, devidamente registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, conforme disposto nos Art. 1.180, Parágrafo Único, 1.181, Parágrafo Único e 1.184, §2º da Lei Nº 10.406/2002;11.9.8.4. Na forma do Sistema de Escrituração Pública Digital – SPED, instituído pelo Decreto Federal nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, acompanhado da cópia do recibo de entrega da escrituração contábil digital – SPED CONTÁBIL, nos termos de Instrução Normativa editada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

8.45.1. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.45.2. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.45.3. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.46. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo até 10% do valor total estimado da contratação.

8.47. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.48. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.49. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.49.1. É indispensável que o atestado de capacidade técnica apresente informações tangíveis, ficando vedada a apresentada com informações genéricas, tais como: ter fornecido os materiais/produtos a contendo. Essa exigência é necessária para que, na ocasião da análise do documento, o julgador da proposta possa aferir efetivamente as condições de fornecimento eficiente da empresa para a execução do objeto de maneira satisfatória.

8.50. Comprovante de regularidade das instalações da proponente, emitido por autoridades sanitárias do local da sede da Licitante (Alvará Sanitário).

8.51. Comprovante de Autorização de funcionamento de empresa (AFE) para gases medicinais expedida pela ANVISA, relativa à fabricação/envase de gases medicinais.

8.52. Se a licitante for distribuidora/varejista de gases medicinais, a mesma deverá apresentar a AFE pertencente a empresa FABRICANTE/ENVASADORA, bem como o contrato vigente de fornecimento de gases medicinais com a empresa fabricante/envasadora.

8.53. Apresentar fotos da fachada e interior da empresa. O item não é de ordem obrigatória e visa tão somente à comprovação de estrutura mínima e capacidade técnico-funcional da empresa em cumprir o objeto da presente licitação, impedindo assim empresas "fantasmas" ou qualquer outro tipo de fraude à Lei Nº 14.133/21.

8.54. Caso o documento não seja apresentado conforme exigem o item acima, a comissão poderá abrir diligência para a verificação da veracidade das informações dele constante.

8.55. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.56. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.57. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.58. Comprovante de Registro ou inscrição do Profissional responsável pela empresa na entidade profissional competente devidamente regular no Conselho Regional de Química ou no Conselho Regional de Farmácia - Resolução nº 470, de 28 de março de 2008 – Conselho Federal de Farmácia.

8.59. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.60. Será inabilitado a licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

8.61. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

8.62. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es), cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação da licitante nos remanescentes.

8.63. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, a licitante será declarada vencedora.

8.64. Comprovante de Registro ou inscrição do Profissional responsável pela empresa na entidade profissional competente devidamente regular no Conselho Regional de Química ou no Conselho Regional de Farmácia - Resolução nº 470, de 28 de março de 2008 – Conselho Federal de Farmácia.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

a) A solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo: e

b) A justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

a) Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

b) Os licitantes que mantiverem sua proposta original.

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

b) Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

a) Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

b) Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. A prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.itapecurumirim.ma.gov.br.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) pregoeiro(a) durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

a) Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

b) Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

c) Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

d) Deixar de apresentar amostra;

e) Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

12.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.5. Fraudar a licitação

12.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

a) Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
b) Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
c) Apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

12.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativa, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

a) advertência;

b) multa;

c) impedimento de licitar e contratar e

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) A natureza e a gravidade da infração cometida.

b) As peculiaridades do caso concreto

c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes

d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública

e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da

garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

12.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

12.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: www.licitaitapecurumirimma.com.br ou no email licitacaoitapecurumirim@gmail.com.

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.itapecurumirim.ma.gov.br.

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.11.1. ANEXO I - Termo de Referência

14.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

14.11.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

14.11.3. ANEXO III – Minuta de Ata de Registro de Preços

Itapecuru Mirim/MA, 10 de fevereiro de 2025.

João Marcelo Fonseca Silva
Secretaria Municipal de Saúde

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO

1.1. Registro de preço para aquisição de recargas de gases medicinais gás oxigênio e ar comprimido e acessórios umidificador e regulador com fluxômetro – para uso na assistência ventilatória para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Itapecuru Mirim/MA, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Federal nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados do(a) assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. Essa solicitação se faz necessária para atender à demanda da Secretaria Municipal de Saúde.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Qualidade e Segurança

a) Os gases medicinais devem atender às especificações da Farmacopeia Brasileira e às normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), incluindo certificações de pureza e ausência de contaminantes.

b) Os cilindros de oxigênio e ar comprimido devem ser recarregáveis e homologados conforme a ABNT NBR ISO 9809 (requisitos para cilindros de gás).

c) Acessórios (umidificadores, reguladores com fluxômetro) devem possuir certificação INMETRO e compatibilidade com equipamentos médicos padrão.

4.2. Logística e Armazenamento

a) O fornecedor deve garantir entrega imediata em caso de emergência (prazo máximo de 12 horas após solicitação).

b) Os cilindros devem ser armazenados em áreas ventiladas, longe de fontes de calor, e inspecionados periodicamente para evitar vazamentos.

4.3. Sustentabilidade

a) Reutilização de cilindros, com sistema de logística reversa para recargas e descarte seguro de unidades danificadas.

b) Priorizar fornecedores com práticas ambientais certificadas (ex.: ISO 14001).

4.4. Documentação e Regularidade Sanitária

a) Comprovante de Regularidade das Instalações:

A licitante deve apresentar Alvará Sanitário válido, emitido pela autoridade sanitária local, que comprove a regularidade das instalações de sua sede e/ou unidades de armazenamento de gases medicinais.

b) Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE):

Para empresas fabricantes/envaseiras de gases medicinais, é obrigatória a apresentação da AFE específica para gases medicinais, expedida pela ANVISA, Resoluções RDC nº 16, de 01 de abril de 2014 e RDC nº 671/2022.

Para empresas distribuidoras ou varejistas, é necessário:

- AFE da fabricante/envaseira com a qual possui contrato vigente;
- Contrato de fornecimento atualizado com a fabricante/envaseira, com vigência mínima de 12 meses.

c) Certificação de Boas Práticas:

Comprovação de conformidade com as Boas Práticas de Distribuição de Medicamentos (BPD) da ANVISA, se aplicável.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Forma de Contratação

5.1.1. A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, tendo como critério de julgamento o menor preço por item, conforme complexidade técnica e requisitos de segurança exigidos para gases medicinais.

5.1.2. Os contratos firmados deverão respeitar as diretrizes da Lei nº 14.133/2021, garantindo economicidade, segurança e eficiência no fornecimento de gases medicinais e acessórios, com observância das normas da ANVISA e ABNT.

5.2. Prestação dos Serviços

5.2.1. O fornecedor será responsável por:

a) Fornecer recargas de gases medicinais (oxigênio e ar comprimido) em cilindros certificados, conforme especificações técnicas da Farmacopeia Brasileira e normas da ANVISA;

b) Garantir que os acessórios (umidificadores e reguladores com fluxômetro) sejam entregues com certificação INMETRO e compatíveis com equipamentos médicos padrão;

c) Realizar o transporte seguro dos cilindros e acessórios em veículos adequados, seguindo normas de segurança para produtos pressurizados (ex.: NBR 14787), com proteção contra impactos, variações térmicas e vazamentos.

5.2.2. Transporte de Cilindros e Equipamentos:

a) O transporte de cilindros e acessórios será realizado em caminhões especiais, conforme:

- Decreto Lei nº 96.044/1988 (Ministério dos Transportes);
- Resolução ANTT nº 420 e atualizações (Resoluções 701/2004, 1644/2006, 2657/2008, 2975/2008 e 3383/2010);
- Resolução ANVISA RDC nº 69/2008 (estiva segura para evitar deslocamento ou queda).

b) Cada cilindro deve exibir rótulo de classe de risco, contendo:

- Símbolo de identificação do risco;
- Número da classe/subclasse e grupo de compatibilidade;
- Texto indicativo da natureza do risco (quando aplicável);
- Símbolos de manuseio do equipamento.

c) Em cilindros de pequenas dimensões, o rótulo poderá ser substituído por etiqueta aplicada ao equipamento.

5.2.3. Abastecimento e Manuseio:

a) A carga/descarga de cilindros será realizada exclusivamente por pessoal qualificado da contratada, com uso de:

- EPIs obrigatórios: luvas de raspa, botas com biqueira de aço, óculos de proteção e capacete.

b) Todos os cilindros devem ser entregues:

- Em perfeito estado de conservação;
- Com capacete de proteção (móvel ou fixo);
- Lacrados – cilindros sem lacre serão rejeitados e devolvidos.

c) Equipamentos e ferramentas para manuseio e instalação devem ser fornecidos pela contratada, sob responsabilidade de técnicos qualificados.

d) A entrega/retirada de cilindros será acompanhada por representante da contratante, para conferência e registro.

5.3. Monitoramento e Fiscalização

5.3.1. A execução do contrato será acompanhada por comissão técnica designada, que verificará:

a) Conformidade dos gases medicinais com os padrões de pureza e segurança descritos no edital;

b) Condições de armazenamento e transporte dos cilindros (ex.: ausência de vazamentos, válvulas intactas);

c) Pontualidade nas entregas, especialmente em situações de emergência.

d) Conformidade dos rótulos de risco e condições de lacre;

e) Uso de EPIs durante o manuseio.

5.3.2. O fornecedor deverá disponibilizar canal de emergência 24 horas (telefone, e-mail ou plataforma digital) para solicitações urgentes, ajustes logísticos ou relatos de não conformidades.

5.4. Garantia de Qualidade

5.4.1. O fornecedor deverá adotar procedimentos técnicos rigorosos, incluindo:

a) Recargas de gases realizadas por empresas autorizadas pela ANVISA (AFE), com laudos de análise química e certificação de pureza;

b) Armazenamento de cilindros em ambientes ventilados e protegidos de calor, conforme NBR ISO 9809;

c) Substituição imediata de cilindros danificados ou com validade expirada (prazo máximo de 6 horas após notificação).

d) Garantir que os cilindros estejam devidamente rotulados e lacrados, conforme normas técnicas;

e) Assegurar que o transporte siga as prescrições legais para produtos pressurizados.

5.5. Sustentabilidade na Execução

5.5.1. O fornecedor deverá priorizar práticas sustentáveis, como:

a) Reutilização de cilindros com sistema de logística reversa e descarte ambientalmente adequado;

b) Redução de emissões de CO_2 na logística, utilizando veículos de baixo impacto ou rotas otimizadas;

c) Destinação correta de resíduos perigosos (ex.: cilindros irrecuperáveis), conforme Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

FISCALIZAÇÃO

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

6.7. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7.1. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.7.3. O fiscal do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.8. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

GESTOR DO CONTRATO

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (duas) horas a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.8.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.9.1. O prazo de validade;

7.9.2. A data da emissão;

7.9.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

7.9.4. O período respectivo de execução do contrato;

7.9.5. O valor a pagar; e

7.9.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.13. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.17. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IGPM de correção monetária.

7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.22. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço por item.

8.2. A prestação dos serviços do objeto será parcelado conforme as demandas das secretarias solicitantes.

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

HABILITAÇÃO JURÍDICA

8.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

8.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18. A Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de:

8.18.1. Certidão Negativa de Débitos Fiscais;

8.18.2. Certidão Negativa de Dívida Ativa.

8.19. A Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de:

8.19.1. Certidão Negativa de Débitos Municipais;

8.19.2. Certidão Negativa da Dívida Ativa Municipal.

8.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

8.22. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.23. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis (Demonstração do Resultado do Exercício – DRE) dos últimos 02 exercícios sociais, com o devido registro na Junta Comercial, já exigíveis e apresentados na forma da lei, com notas explicativas, acompanhados dos Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário ou do próprio Livro Diário, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

8.24. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

8.25. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

8.26. A participante deverá enviar os índices de capacidade financeira. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo Passivo Circulante}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

8.27. Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados: Publicados em Diário Oficial ou Publicados em jornal de grande circulação ou por cópia do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da empresa, na forma da Instrução Normativa Nº 11, de 05 de dezembro de 2013, do Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI, acompanhado obrigatoriamente dos Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Diário, devidamente registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, conforme disposto nos Art. 1.180, Parágrafo

Único, 1.181, Parágrafo Único e 1.184, §2º da Lei Nº 10.406/2002;11.9.8.4. Na forma do Sistema de Escrituração Pública Digital – SPED, instituído pelo Decreto Federal nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, acompanhado da cópia do recibo de entrega da escrituração contábil digital – SPED CONTÁBIL, nos termos de Instrução Normativa editada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

8.27.1. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.27.2. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.27.3. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.28. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo até 10% do valor total estimado da contratação.

8.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.30. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.32. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.32.1. É indispensável que o atestado de capacidade técnica apresente informações tangíveis, ficando vedada a apresentada com informações genéricas, tais como: ter fornecido os materiais/produtos a contendo. Essa exigência é necessária para que, na ocasião da análise do documento, o julgador da proposta possa aferir efetivamente as condições de fornecimento eficiente da empresa para a execução do objeto de maneira satisfatória.

8.33. Comprovante de regularidade das instalações da proponente, emitido por autoridades sanitárias do local da sede da Licitante (Alvará Sanitário).

8.34. Comprovante de Autorização de funcionamento de empresa (AFE) para gases medicinais expedida pela ANVISA, relativa à fabricação/envase de gases medicinais.

8.35. Se a licitante for distribuidora/varejista de gases medicinais, a mesma deverá apresentar a AFE pertencente a empresa FABBRICANTE/ENVASADORA, bem como o contrato vigente de fornecimento de gases medicinais com a empresa fabricante/envasadora.

8.36. Comprovante de Registro ou inscrição do Profissional responsável pela empresa na entidade profissional competente devidamente regular no Conselho Regional de Química ou no Conselho Regional de Farmácia - Resolução nº 470, de 28 de março de 2008 – Conselho Federal de Farmácia.

8.37. Apresentar fotos da fachada e interior da empresa. O item não é de ordem obrigatória e visa tão somente à comprovação de estrutura mínima e capacidade técnico-funcional da empresa em cumprir o objeto da presente licitação, impedindo assim empresas "fantasmas" ou qualquer outro tipo de fraude à Lei Nº 14.133/2021.

8.38. Caso o documento não seja apresentado conforme exigem o item acima, a comissão poderá abrir diligência para a verificação da veracidade das informações dele constante.

8.39. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.40. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.41. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO DOS PARTICIPANTES

9.1. O custo estimado total da contratação é de R$ 318.012,75 (Trezentos e dezoito mil doze reais e setenta e cinco centavos), conforme custos unitários apostos na tabela abaixo:

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	COTA	UNID. DE MEDIDA	QUANT.	QUANT. CILINDRO	VALOR	TOTAL
1	429464	RECARGA DE AR MEDICINAL (COMPRIMIDO) – CILINDRO DE 1 M³	EXCLUSIVA ME/EPP	M³	30	30	**R$ 210,68**	R$ 6.320,40
2	483539	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 1/2 M³	EXCLUSIVA ME/EPP	M³	25	50	**R$ 192,30**	R$ 4.807,50
3	483539	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 1 M³	EXCLUSIVA ME/EPP	M³	40	40	**R$ 197,11**	R$ 7.884,40
4	483539	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 3,5M³	EXCLUSIVA ME/EPP	M³	140	40	**R$ 239,50**	R$ 33.530,00
5	483539	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 2 M³	EXCLUSIVA ME/EPP	M³	200	100	**R$ 168,65**	R$ 33.730,00
6	483539	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 7 M³	AMPLA DISPUTA	M³	788	113	**R$ 99,15**	R$ 78.130,20
7	483539	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 7 M³	RESERVADA ME/EPP	M³	262	37	**R$ 99,15**	R$ 25.977,30

8	483539	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 10 M³	AMPLA DISPUTA	M³	900	87	**R$ 102,92**	R$ 92.628,00
9	483539	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 10 M³	RESERVADA ME/EPP	M³	300	33	**R$ 102,92**	R$ 30.876,00
10	389770	VÁLVULA REGULADORA PARA CILINDRO DE OXIGÊNIO COM FLUXOMETRO	EXCLUSIVA ME/EPP	UNIDADE	15	-	**R$ 216,67**	R$ 3.250,05
11	435413	UMIDIFICADOR PARA OXIGÊNIO 250ML	EXCLUSIVA ME/EPP	UNIDADE	30	-	**R$ 21,13**	R$ 633,90
12	437179	EXTENSOR PARA CATETER DE OXIGÊNIO, TUBO EM SILICONE COM DIÂMETRO INTERNO 6MM : 50METROS	EXCLUSIVA ME/EPP	UNIDADE	50	-	**R$ 4,90**	R$ 245,00
TOTAL								**R$ 318.012,75**

9.2. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

9.2.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.2.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.2.3. Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. Não há necessidade de informar Dotação Orçamentária nos Editais de licitação para registro de preços uma vez que no sistema de registro de preços não há obrigatoriedade de contratar, e a literatura especializada entende que a indicação da disponibilidade só deve ser obrigatória no momento da efetiva contratação e não quando da abertura da licitação.

Elaborado por:

Kleiciane Alanna Teixeira Abreu
Coordenadora da Assistência Farmacêutica
Matrícula nº 29296
Kleiciane Alanna Teixeira Abreu
Coordenadora da Assistência Farmacêutica

Aprovo o presente Termo de Referência:

João Marcelo Fonsêca Silva
Secretaria Municipal de Saúde

Allyson Ferreira Pereira
Secretaria Municipal de Receita, Orçamento e Gestão

APÊNDICE DO ANEXO I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

1.1. O objeto do presente Estudo Técnico Preliminar, elaborado pela Secretaria Municipal de Saúde do Município de Itapecuru Mirim/MA, é a escolha da melhor solução para atender à necessidade de aquisição de recargas de gases medicinais (oxigênio e ar comprimido) e acessórios (umidificador, regulador com fluxômetro) para uso na assistência ventilatória, destinados à Secretaria Municipal de Saúde de Itapecuru Mirim/MA.

1.2. A presente aquisição justifica-se pela necessidade crítica de suprir unidades de saúde municipais com insumos essenciais para ventilação mecânica e terapia respiratória, garantindo o atendimento emergencial e contínuo a pacientes em situações de risco, como casos de insuficiência respiratória, pós-operatórios e doenças crônicas. Trata-se de insumos vitais para a manutenção da saúde pública, especialmente em cenários de alta demanda hospitalar ou epidemiológica.

1.3. As quantidades previstas foram definidas com base na análise da capacidade instalada dos equipamentos médicos, histórico de consumo das unidades de saúde e projeções de demanda, considerando a necessidade de estoque de segurança para evitar interrupções no atendimento.

1.4. Ressalta-se que a disponibilidade contínua de gases medicinais é indispensável para a preservação de vidas, garantindo o funcionamento adequado de ventiladores pulmonares, nebulizadores e outros dispositivos médicos. Sua ausência comprometeria diretamente a qualidade do serviço de saúde, podendo resultar em complicações clínicas irreversíveis ou óbitos.

1.5. A aquisição estratégica desses insumos reflete o compromisso da Administração Pública com a eficácia das políticas de saúde, alinhando-se aos princípios de economicidade e transparência na gestão de recursos públicos.

2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

2.1. Sobre o PCA, a Lei 14.133/2021 dispõe:

Art. 12. No processo licitatório, observar-se-á o seguinte:

> VII - a partir de documentos de formalização de demandas, os órgãos responsáveis pelo planejamento de cada ente federativo poderão, na forma de regulamento, elaborar plano de contratações anual, com o objetivo de racionalizar as contratações dos órgãos e entidades sob sua competência, garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias.

2.2. Esta contratação está prevista no Plano de Contratações anual anteriormente publicado para o ano de 2024. O novo Plano de contratações está em fase de elaboração, neste momento, realizando as adequações necessárias para o cumprimento de forma integral da Lei 14.133/21.

2.3. Tão logo esteja finalizado e implantado, todas as contratações estarão devidamente alinhadas e atualizadas com o novo plano de contratações.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Qualidade e Segurança

a) Os gases medicinais devem atender às especificações da Farmacopeia Brasileira e às normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), incluindo certificações de pureza e ausência de contaminantes.

b) Os cilindros de oxigênio e ar comprimido devem ser recarregáveis e homologados conforme a ABNT NBR ISO 9809 (requisitos para cilindros de gás).

c) Acessórios (umidificadores, reguladores com fluxômetro) devem possuir certificação INMETRO e compatibilidade com equipamentos médicos padrão.

3.2. Logística e Armazenamento

a) O fornecedor deve garantir entrega imediata em caso de emergência (prazo máximo de 12 horas após solicitação).

b) Os cilindros devem ser armazenados em áreas ventiladas, longe de fontes de calor, e inspecionados periodicamente para evitar vazamentos.

3.3. Sustentabilidade

a) Reutilização de cilindros, com sistema de logística reversa para recargas e descarte seguro de unidades danificadas.

b) Priorizar fornecedores com práticas ambientais certificadas (ex.: ISO 14001).

3.4. Documentação e Regularidade Sanitária

a) Comprovante de Regularidade das Instalações:

A licitante deve apresentar Alvará Sanitário válido, emitido pela autoridade sanitária local, que comprove a regularidade das instalações de sua sede e/ou unidades de armazenamento de gases medicinais.

b) Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE):

Para empresas fabricantes/envaseiras de gases medicinais, é obrigatória a apresentação da AFE específica para gases medicinais, expedida pela ANVISA, conforme Resoluções RDC nº 16, de 01 de abril de 2014 e RDC nº 671/2022.

Para empresas distribuidoras ou varejistas, é necessário:

- AFE da fabricante/envaseira com a qual possui contrato vigente;
- Contrato de fornecimento atualizado com a fabricante/envaseira, com vigência mínima de 12 meses.

4. SOLUÇÕES

A. LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE FORNECEDORES ESPECIALIZADOS

Vantagens:

1. Conformidade Técnica e Segurança:
   - A licitação permite selecionar fornecedores especializados em gases medicinais, garantindo o cumprimento rigoroso das normas da ANVISA, ABNT e Farmacopeia Brasileira. Isso assegura que os cilindros, acessórios e processos de recarga atendam aos padrões de pureza, pressão e segurança exigidos para uso em ambientes médicos.
   - A exigência de certificações específicas (AFE, ISO 9001) durante o processo licitatório reduz riscos de falhas técnicas, como vazamentos ou contaminação, críticos em situações de saúde pública.
2. Preços Competitivos e Economicidade:
   - A concorrência entre fornecedores estimula a oferta de preços mais vantajosos, alinhando-se ao princípio da economicidade da Lei nº 14.133/2021.
   - A aquisição centralizada via licitação possibilita a negociação de condições comerciais favoráveis (ex.: descontos por volume, prazos de pagamento estendidos).
3. Transparência e Redução de Riscos Jurídicos:
   - O processo licitatório é auditável e público, garantindo isenção e igualdade de condições entre os participantes, conforme determinações legais.
   - A documentação obrigatória (Alvará Sanitário, AFE, CNDs) minimiza riscos de contratar empresas irregulares.

Desvantagens:

1. Burocracia e Prazo Prolongado:
   - O processo exige etapas formais como publicação de edital, habilitação, julgamento e recursos, o que pode levar até 90 dias para conclusão.
   - Em cenários de urgência (ex.: surtos de doenças respiratórias), o tempo de licitação pode ser incompatível com a demanda imediata.

B. CONTRATAÇÃO DIRETA DE EMPRESAS COM REGISTRO NA ANVISA

Vantagens:

1. Agilidade em Emergências:
   - Permite suprir unidades de saúde em situações críticas (ex.: desabastecimento repentino, pandemias) sem a necessidade de etapas licitatórias, conforme autorizado pelo Art. 74 da Lei nº 14.133/2021.
   - Ideal para reposição de estoques em prazo reduzido (24 a 48 horas).
2. Simplificação Processual:
   - Dispensa a elaboração de edital e análise competitiva, reduzindo a carga administrativa para a equipe técnica.

Desvantagens:

1. Risco de Preços Elevados:
   - A ausência de concorrência pode resultar em sobrepreço, especialmente se houver poucos fornecedores qualificados no mercado local.
   - Estudos do TCU apontam que contratações diretas sem justificativa robusta têm 20% a 35% de probabilidade de custos acima do mercado.
2. Falta de Transparência:
   - A seleção sem competição dificulta a fiscalização por órgãos de controle (ex.: TCE, CGU), aumentando riscos de favoritismo ou irregularidades.
3. Fragilidade Técnica:
   - Empresas sem experiência comprovada em larga escala podem falhar em aspectos logísticos (ex.: transporte seguro de cilindros) ou cumprimento de prazos.

SOLUÇÃO ESCOLHIDA:

"A" - LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE FORNECEDORES ESPECIALIZADO

A opção pela licitação justifica-se pela natureza estratégica e crítica do objeto, que envolve:

- Risco à vida humana: A falta de gases medicinais ou falhas técnicas pode comprometer ventilação mecânica, colocando pacientes em risco.
- Volume financeiro significativo: O montante estimado (R$ 185.456,00) exige garantia de melhor aplicação dos recursos públicos.
- Exigências técnicas complexas: A necessidade de cilindros recarregáveis, certificações sanitárias e logística reversa demanda fornecedores com expertise comprovada.

Mitigação das Desvantagens:

- Redução de prazos: Utilização de pregão eletrônico (previsto no Art. 22 da Lei nº 14.133/2021), que agiliza fases de lances e julgamento.
- Cláusulas de emergência: Inclusão de penalidades por atraso e exigência de estoque regulador do fornecedor para situações críticas.

Conclusão:

A licitação equilibra segurança jurídica, qualidade técnica e economicidade, sendo o método mais adequado para garantir abastecimento contínuo, conformidade legal e proteção aos cofres públicos. A contratação direta será reservada para casos excepcionais, devidamente justificados e documentados.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

5.1. A Prefeitura Municipal de Itapecuru Mirim/MA optou pela contratação via licitação como estratégia central para garantir o fornecimento contínuo de gases medicinais (oxigênio e ar comprimido) e acessórios (umidificadores, reguladores com fluxômetro), alinhando-se às demandas críticas da Secretaria Municipal de Saúde. Essa decisão estrutura-se em três pilares fundamentais, que convergem para assegurar excelência operacional, segurança sanitária e otimização de recursos públicos:

A. QUALIDADE TÉCNICA E CONFORMIDADE REGULATÓRIA

- Certificação e Padronização:

  Os cilindros e acessórios serão fornecidos por empresas especializadas e homologadas pela ANVISA, garantindo conformidade com:

  - Resolução RDC nº 69/2008 (boas práticas para transporte e armazenamento de gases medicinais);
  - NBR ISO 9809 (requisitos técnicos para cilindros de alta pressão);
  - Farmacopeia Brasileira (padrões de pureza e composição química).
  - Certificação INMETRO para acessórios, assegurando compatibilidade com equipamentos médicos e precisão no fluxo de gases.

- Controle de Qualidade Contínuo:

  A licitação exigirá laudos técnicos atualizados e inspeções periódicas por órgãos independentes, mitigando riscos de contaminação ou falhas em equipamentos essenciais à ventilação mecânica.

C. REDUÇÃO DE RISCOS OPERACIONAIS E EMERGENCIAIS

- Estoque Estratégico para Cenários Críticos:

  O contrato incluirá cláusulas para a manutenção de um estoque mínimo regulador, capaz de suprir as unidades de saúde por até 24H.

- Plano de Contingência Integrado:

  Os fornecedores selecionados deverão apresentar um plano de resposta a emergências, com:

  - Frota dedicada para entregas prioritárias (prazo máximo de 4 horas);
  - Sistema de rastreamento em tempo real dos cilindros;
  - Capacidade de ampliar a produção em até 30% em situações excepcionais.

D. EFICIÊNCIA ECONÔMICA E TRANSPARÊNCIA

- Concorrência e Redução de Custos:

  A modalidade de Pregão Eletrônico, prevista na Lei nº 14.133/2021, permite:

  - Competição entre fornecedores de todo o território nacional, ampliando a base de participantes e reduzindo preços em até 25% (com base em dados do TCU);
  - Comparação objetiva de propostas, com critérios claros de julgamento (ex.: menor preço por item, qualidade técnica).

- Transparência e Fiscalização:

  Todas as etapas do processo serão auditáveis por órgãos de controle (TCE, CGU), com:

  - Publicação integral de editais e resultados no portal de licitações;

- Sustentabilidade Financeira:

  A licitação prevê parcelamento inteligente das entregas, alinhando desembolsos às disponibilidades orçamentárias e evitando gastos excessivos em períodos de restrição fiscal.

D. IMPACTO SOCIAL E SAÚDE PÚBLICA

A solução adotada não apenas atende a requisitos técnicos, mas salvaguarda vidas e fortalece a capacidade de resposta do sistema de saúde municipal. Ao garantir:

- Equipamentos de alta precisão para terapia respiratória;
- Redução de internações prolongadas por complicações evitáveis,

a Prefeitura reforça seu compromisso com a equidade no acesso à saúde e o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 3 – Saúde e Bem-Estar).

Conclusão:
A escolha pela licitação não é apenas uma decisão administrativa, mas uma estratégia de governança que integra qualidade, segurança e responsabilidade fiscal. Ao priorizar fornecedores especializados, o município assegura que recursos públicos sejam aplicados com eficácia, garantindo serviços essenciais à população e resiliência diante de crises.

6. ESTIMATIVA DO QUANTITATIVO

6.1. Foi estimado o quantitativo abaixo descrito, com base no consumo res histórico dos últimos anos:

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNID. DE MEDIDA	QUANT.	QUANT. CILINDRO
1	429464	RECARGA DE AR MEDICINAL (COMPRIMIDO) – CILINDRO DE 1 M³	M³	30	30
2	483539	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 1/2 M³	M³	25	50
3	483539	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 1 M³	M³	40	40
4	483539	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 3,5M³	M³	140	40
5	483539	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 2 M³	M³	200	100
6	483539	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 7 M³	M³	1.050	150
7	483539	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 10 M³	M³	1.200	120
8	389770	VÁLVULA REGULADORA PARA CILINDRO DE OXIGÊNIO COM FLUXOMETRO	UNIDADE	15	-
9	435413	UMIDIFICADOR PARA OXIGÊNIO 250ML	UNIDADE	30	-
10	437179	EXTENSOR PARA CATETER DE OXIGÊNIO, TUBO EM SILICONE COM DIÂMETRO INTERNO 6MM : 50METROS	UNIDADE	50	-

7. ESTIMATIVA DE PREÇO

7.1. A estimativa dos valores unitários e globais desta contratação, baseou-se em pesquisa simplificada de preços, com base no consumo histórico dos últimos anos a fim de realizar o levantamento do eventual gasto com a solução escolhida, de modo a avaliar a viabilidade econômica, conforme Planilha abaixo segundo levantamento da ARP Nº 026/2023 e Painel de Preços do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (Itens 8, 9 e 10).

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNID. DE MEDIDA	QUANT.	QUANT. CILINDRO	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	429464	RECARGA DE AR MEDICINAL (COMPRIMIDO) – CILINDRO DE 1 M³	M³	30	30	204,00	6.120,00

2	483539	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 1/2 M³	M³	25	50	160,00	4.000,00
3	483539	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 1 M³	M³	40	40	177,00	7.080,00
4	483539	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 3,5M³	M³	140	40	220,00	30.800,00
5	483539	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 2 M³	M³	200	100	156,00	31.200,00
6	483539	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 7 M³	M³	1.050	150	45,00	47.250,00
7	483539	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 10 M³	M³	1.200	120	45,00	54.000,00
8	389770	VÁLVULA REGULADORA PARA CILINDRO DE OXIGÊNIO COM FLUXOMETRO	UNIDADE	15	-	274,70	4.120,50
9	435413	UMIDIFICADOR PARA OXIGÊNIO 250ML	UNIDADE	30	-	22,92	687,60
10	437179	EXTENSOR PARA CATETER DE OXIGÊNIO, TUBO EM SILICONE COM DIÂMETRO INTERNO 6MM : 50METROS	UNIDADE	50	-	3,97	198,50
TOTAL							**185.456,00**

***O valor acima é uma estimativa de custo para levantamento de mercado. O valor a ser licitado é o valor presente no Termo de Referência.**

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

8.1. A justificativa para o parcelamento da aquisição de recargas de gases medicinais (oxigênio e ar comprimido) e acessórios (umidificadores, reguladores com fluxômetro) para a Prefeitura Municipal de Itapecuru Mirim/MA fundamenta-se na necessidade de garantir o fornecimento contínuo e seguro desses insumos críticos às unidades de saúde municipais, que dependem deles para:

- Suporte a pacientes crônicos e em situações de surtos epidemiológicos (ex.: COVID-19, pneumonia grave).

8.2. O parcelamento da contratação permite adequar o abastecimento às demandas dinâmicas do sistema de saúde, considerando:

- Sazonalidade de doenças respiratórias (ex.: aumento de casos no inverno);
- Imprevisibilidade de emergências (ex.: acidentes em massa, desastres naturais);
- Validade e segurança dos gases medicinais, que exigem reposição periódica para evitar riscos de contaminação ou degradação.

Essa estratégia assegura:

- Manutenção da qualidade e segurança: As entregas parceladas evitam o armazenamento prolongado de cilindros, reduzindo riscos de vazamentos, corrosão ou expiração da validade. Além disso, permitem inspeções frequentes para verificar conformidade com as normas da ANVISA e ABNT.
- Otimização de custos: A divisão em lotes ou etapas facilita a negociação de preços competitivos com fornecedores, aproveitando flutuações de mercado e condições comerciais vantajosas (ex.: descontos por fidelidade).
- Sustentabilidade financeira:
  O parcelamento evita a imobilização de recursos em contratos de alto valor único, permitindo o alinhamento às disponibilidades orçamentárias anuais e a priorização de gastos conforme urgências (ex.: alocação de verba para pandemias).
- Resiliência operacional: A contratação fracionada permite a ativação rápida de fornecedores alternativos em caso de falhas na cadeia principal, garantindo estoque regulador para até 72 horas de demanda crítica.

8.3. Adicionalmente, o parcelamento está alinhado aos princípios da Lei nº 14.133/2021, que prevê:

- Economicidade (Art. 6º, III): Redução de custos por meio de planejamento estratégico;
- Eficiência (Art. 6º, IV): Uso racional de recursos públicos, evitando desperdícios;
- Transparência (Art. 6º, II): Controle detalhado de cada etapa da contratação.

8.4. Dessa forma, o parcelamento não é apenas uma medida logística, mas uma estratégia de gestão de riscos, que assegura:

- Continuidade do atendimento, sem interrupções por desabastecimento;
- Conformidade sanitária, com reposição ágil de cilindros e acessórios em conformidade com a RDC ANVISA nº 69/2008;
- Responsabilidade fiscal, garantindo que os recursos públicos sejam aplicados de forma planejada e auditável.

Conclusão:

A adoção do parcelamento reflete o compromisso da Administração Pública com a saúde populacional e a gestão pública moderna, equilibrando urgências clínicas, segurança técnica e prudência financeira.

9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não haverá a necessidade de contratações correlatas e/ou interdependentes.

10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

10.1. Garantia da Continuidade das Atividades Médico-Assistenciais

- Suporte ininterrupto à assistência ventilatória:
  Assegurar o fornecimento contínuo de gases medicinais (oxigênio e ar comprimido) e acessórios para unidades de saúde, garantindo o funcionamento de equipamentos.
- Atendimento a emergências clínicas e epidemiológicas:
  Manter estoque regulador para suprir demandas repentinas, como surtos de doenças respiratórias (ex.: COVID-19, influenza) ou desastres naturais, evitando colapso no sistema de saúde.

10.2. Promoção de Segurança Técnica e Qualidade Sanitária

- Conformidade com padrões técnicos:
  Fornecer gases medicinais com pureza certificada pela Farmacopeia Brasileira e acessórios (umidificadores, reguladores com fluxômetro) calibrados e homologados pelo INMETRO, garantindo precisão e segurança no uso clínico.
- Transporte e armazenamento seguros:
  Cumprir a RDC ANVISA nº 69/2008 e NBR ISO 9809 para evitar vazamentos, contaminação ou degradação dos cilindros, com monitoramento contínuo de temperatura e pressão durante a logística.

10.3. Eficiência na Gestão de Recursos Públicos

- Economicidade via concorrência licitatória:
  Reduzir custos por meio de Pregão Eletrônico (Lei nº 14.133/2021), garantindo preços competitivos e transparência na seleção de fornecedores especializados.
- Controle de estoque e redução de desperdícios:
  Parcelar o fornecimento para evitar imobilização de recursos, ajustando entregas à demanda real e à validade dos gases medicinais (ex.: reposição mensal de cilindros recarregáveis).

10.4. Suporte Estratégico às Políticas de Saúde Pública

- Resiliência em crises sanitárias:
  Assegurar capacidade de resposta rápida em pandemias ou emergências, reforçando a credibilidade da gestão municipal perante a população e órgãos de controle.

10.5. Conformidade Legal e Boas Práticas de Gestão

- Alinhamento à legislação vigente:
  Cumprir a Lei nº 14.133/2021 (princípios da economicidade, eficiência e transparência), além de normas técnicas da ANVISA, ABNT e INMETRO.
- Gestão auditável e responsável:
  Documentar todas as etapas do processo (licitação, entregas, inspeções) para auditorias internas e externas, garantindo prestação de contas clara e precisa.

Resultado Esperado:

Com a implementação da solução, a Prefeitura de Itapecuru Mirim/MA pretende:

- Elevar o índice de satisfação dos profissionais de saúde e pacientes, assegurando acesso a insumos de qualidade e pontualidade no abastecimento;
- Garantir assistência de qualidade aos seus usuários.

Conclusão:

A solução proposta não apenas atende às demandas técnicas e legais, mas consolida a excelência em saúde pública, reforçando o compromisso municipal com vidas, recursos públicos e desenvolvimento social.

11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CONTRATAÇÃO

11.1. Realizar levantamento detalhado das necessidades técnicas e operacionais:

- Mapear a demanda mensal e sazonal de gases medicinais (oxigênio e ar comprimido) por unidade de saúde, considerando:
    - Previsão de surtos epidemiológicos ou desastres naturais.
- Identificar requisitos técnicos para acessórios (umidificadores, reguladores com fluxômetro), como compatibilidade com equipamentos médicos e normas de segurança.

11.2. Elaborar especificações técnicas claras e detalhadas:

- Definir critérios obrigatórios para:
    - Certificações: AFE da ANVISA para fabricantes/envasadoras, INMETRO para acessórios, e conformidade com a NBR ISO 9809 (cilindros de alta pressão);
    - Pureza dos gases: Atendimento aos padrões da Farmacopeia Brasileira e RDC ANVISA nº 69/2008;
    - Condições de transporte: Veículos adequados para produtos pressurizados, conforme Resolução ANTT nº 420/2020.

11.3. Realizar pesquisa de mercado qualificada:

- Identificar fornecedores especializados em gases medicinais, priorizando empresas com:
    - Experiência comprovada em contratos públicos ou privados de grande porte;
    - Infraestrutura logística para atendimento emergencial (ex.: frota própria, estoque regulador);
- Coletar cotações de preços por item (cilindros, recargas, acessórios) para embasar a estimativa orçamentária.

11.4. Verificar disponibilidade orçamentária e planejamento financeiro:

- Alinhar o valor estimado da contratação com as dotações orçamentárias da Secretaria de Saúde, garantindo recursos para:
    - Aquisição inicial;
    - Reposição de estoque em situações de crise;
    - Custos operacionais (ex.: logística reversa de cilindros).

11.5. Concluir procedimentos internos de aprovação:

- Submeter o processo à Comissão de Licitação e ao setor jurídico para análise de conformidade com a Lei nº 14.133/2021;

- Obter autorização formal da Secretaria de Saúde para publicação do edital.

11.6. Capacitar equipes técnicas e operacionais:

- Treinar servidores responsáveis pela fiscalização do contrato em:
  - Verificação de certificações e laudos técnicos;
  - Inspeção de cilindros (lacres, validade, ausência de danos);
  - Protocolos de segurança para transporte e armazenamento.
- Realizar simulações de emergências (ex.: desabastecimento repentino) para testar a eficiência do plano de contingência.

11.7. Estabelecer mecanismos de auditoria prévia:

- Validar a autenticidade de documentos (AFE, Alvará Sanitário) junto à ANVISA e órgãos municipais;

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E DAS RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS QUE PODEM SER ADOTADAS

12.1. Possíveis Impactos Ambientais

A aquisição e o fornecimento de gases medicinais (oxigênio e ar comprimido) e acessórios (umidificadores, reguladores com fluxômetro) podem gerar impactos ambientais relacionados ao uso de recursos naturais, geração de resíduos perigosos e emissões atmosféricas. Os principais impactos identificados incluem:

- Geração de resíduos perigosos: Descarte inadequado de cilindros de gás danificados, válvulas defeituosas ou acessórios eletrônicos obsoletos (ex.: reguladores com componentes metálicos ou plásticos não recicláveis), que podem contaminar solos e corpos hídricos.
- Consumo de recursos naturais: Produção de cilindros de alta pressão demanda extração de metais (aço, alumínio) e energia intensiva, contribuindo para esgotamento de recursos não renováveis.
- Emissões atmosféricas: Transporte de cilindros em veículos a diesel ou gasolina gera emissões de CO_2 e outros gases de efeito estufa (GEE). Além disso, vazamentos acidentais de gases medicinais (ex.: oxigênio em excesso) podem alterar ecossistemas locais.
- Riscos de contaminação: Vazamentos de gases residuais durante recargas ou manuseio inadequado, potencialmente tóxicos ou inflamáveis.

12.2. Medidas Mitigadoras

Para minimizar os impactos ambientais relacionados ao fornecimento de gases medicinais e acessórios, as seguintes medidas podem ser adotadas:

a) Redução de resíduos perigosos:
- Priorizar cilindros retornáveis e recarregáveis, com sistema de logística reversa para recolhimento e recondicionamento de unidades danificadas.
- Exigir que fornecedores adotem programas de descarte ambientalmente adequado para acessórios irreparáveis, seguindo a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

b) Eficiência no uso de recursos:

- Incentivar o uso de cilindros fabricados com materiais reciclados (ex.: aço de baixo carbono) e fornecedores com certificação ISO 14001 (gestão ambiental).
- Incentivar a reciclagem de metais provenientes de cilindros obsoletos, em parceria com cooperativas especializadas.

c) Redução de emissões atmosféricas:

- Exigir transporte em veículos inspecionados e adaptados para produtos pressurizados (Resolução ANTT nº 420/2020), com otimização de rotas para reduzir consumo de combustível.

d) Prevenção de vazamentos e contaminações:

- Implementar treinamentos obrigatórios para equipes de manuseio, com foco em protocolos de segurança (NBR ISO 9809) e uso de equipamentos de detecção de vazamentos.
- Estabelecer inspeções periódicas em cilindros e acessórios para garantir integridade física e validade.

e) Sustentabilidade na cadeia de suprimentos:

- Priorizar fornecedores com certificação de boas práticas ambientais e compromisso com metas de neutralidade de carbono.
- Incluir no contrato cláusulas de responsabilidade pós-consumo, obrigando o fornecedor a recolher e destinar resíduos gerados.

12.3. Benefícios das Medidas Mitigadoras

A aplicação das medidas descritas contribuirá para:

- Redução da pegada de carbono do município, alinhando-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 12 e 13);
- Economia de recursos financeiros por meio da reutilização de cilindros e redução de multas por descarte irregular;
- Proteção de ecossistemas locais, evitando contaminação por metais pesados ou gases residuais;
- Fortalecimento da imagem institucional, demonstrando compromisso com práticas sustentáveis e saúde pública.

Conclusão:

A gestão ambientalmente responsável do fornecimento de gases medicinais não apenas mitiga riscos, mas posiciona Itapecuru Mirim/MA como referência em sustentabilidade na saúde pública, equilibrando necessidades clínicas, proteção ambiental e eficiência econômica.

13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO ACERCA DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

13.1. Dessa forma, com base nestes fatores favoráveis, é altamente recomendável e justificável a continuidade do processo de contratação. A opção pelo prosseguimento do feito é respaldada pela certeza de uma gestão eficiente, transparente e competitiva, garantindo não apenas a qualidade dos fornecimentos, mas também contribuindo positivamente para o desenvolvimento regional e o equilíbrio econômico.

Elaborado por:

Kleiciane Alanna Teixeira Abreu
Coordenadora da Assistência Farmacêutica
Matrícula nº 34296

Kleiciane Alanna Teixeira Abreu
Coordenadora da Assistência Farmacêutica

ANEXO II

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º XXX/2025

O Município de Itapecuru Mirim/MA, através do órgão gerenciador a XXXXX, com sede no(a) Rua Senador Benedito Leite, 328, Centro – Itapecuru Mirim/MA, neste ato representado(a) pelo(a) XXxXXXX, nomeado(a) pela Portaria nº XXXXX de XXXXX, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº XXXXXX, processo administrativo n.º XXXXXXX, RESOLVE registrar os preços para a eventual contratação dos itens a seguir elencados, conforme especificações do Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante desta, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pela empresa XXXX, inscrita no CNPJ sob o nº XXXX, com sede na XXXX, CEP XXXX, no Município de XXXX, neste ato representada pelo(a) Sr(a). XXXX, portador(a) da Cédula de Identidade nº XXXX e CPF nº XXXX, de acordo com a classificação por ela alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, , e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o XXXXXX, especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, anexo do edital de Licitação nº XXXX/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

INSERIR PLANILHA

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador é a XXXXXXXXXX e os órgãos participantes são a XXXXXXXXX.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

I. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

II. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

III. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do Edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que,

convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL OU AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

Itapecuru Mirim, XX de XXXX de XXXXX.

XXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXX
Orgão Gerenciador

XXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXX
Beneficiária

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU-MIRIM
CNPJ Nº 05.648.696/0001-80

ANEXO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CADASTRO RESERVA

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item	Fornecedor *(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)*							
X	Especificação	*Marca (se exigida no edital)*	*Modelo (se exigido no edital)*	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	*Prazo garantia ou validade*

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item	Fornecedor *(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)*							
X	Especificação	*Marca (se exigida no edital)*	*Modelo (se exigido no edital)*	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	*Prazo garantia ou validade*

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU-MIRIM
CNPJ Nº 05.648.696/0001-80

ANEXO III

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº XXX/2025

PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º XXX/2025.
PROCESSO N.º XXXX/2025.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE ITAPECURU MIRIM, POR INTERMÉDIO DO (A) SECRETARIA MUNICIPAL DE XXXXXXX E XXXXXXXX.

O município de Itapecuru Mirim– MA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.648.696/0001-80, com sede na Rua Senador Benedito Leite, 328, Centro – Itapecuru Mirim/MA, por intermédio da XXXXXXX, neste ato, representada por, XXXXXX, doravante denominado(a) CONTRATANTE e, do outro lado, a empresa XXXXXXX, inscrita no CNPJ sob o número XXXXXXXX, localizado à XXXXXXX, neste ato representada pelo(a) senhor(a) XXXXXXXXX, inscrita no RG nº XXXXXXX e CPF Nº, doravante denominada CONTRATADA, tendo em vista o que consta no Processo nº XXXXX e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. XXXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de XXXXXXXXX, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

INSERIR PLANILHA

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

I. O Termo de Referência;

II. O Edital da Licitação;

III. A Proposta do Contratado;

IV. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de XXXXXXX contados do(a) XXXXXXX, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2.5. A presente contratação caracteriza-se como fornecimento de natureza contínua e, desde que comprovada a vantajosidade para a Administração Pública, poderá ser objeto de aditivos contratuais, observados os limites e condições previstos na legislação aplicável.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual é de Fornecimento.

3.2. Os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. A subcontratação fica limitada a 30% (trinta por cento) das quantidades de cada item.

4.1.1. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.2. A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.2.1. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.3. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.2. O valor total da contratação é de R$ XXXXXXXX.

5.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.4. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__ (DD/MM/AAAA).

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IGPM, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.6. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10. A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo 01 (uma) hora que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.18. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.19. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.20. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10. CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Pelo descumprimento total ou parcial do Contrato, A CONTRATANTE poderá, sem prejuízo responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar as seguintes **sanções**, previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo de até 3 (três) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Parágrafo Primeiro – A aplicação da sanção prevista na alínea "b" observará os seguintes parâmetros:

I. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia útil sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia útil e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

II. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

III. 0,5% (meio por cento) até 30% (trinta por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

IV. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do Contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

V. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do Contrato por dia útil de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias úteis autorizará o CONTRATANTE a promover a rescisão do Contrato.

VI. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

11.2. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

TABELA 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

TABELA 2

	INFRAÇÃO	
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do Contrato e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no Contrato;	01

11.3. As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, observadas as demais formalidades

legais.

11.4. As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do caput desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com aquela prevista nas alíneas "b", e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do Contrato.

11.5. A sanção prevista na alínea "d" do caput desta Cláusula poderá também ser aplicada à CONTRATADA que, em outras licitações e/ ou contratações com a Administração Pública Direta ou Indireta de qualquer nível federativo, tenham:

I. sofrida condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraudes fiscais no recolhimento de quaisquer tributos;

II. praticados atos ilícitos, visando a frustrar os objetivos da licitação;

III. demonstrado não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em virtude de outros atos ilícitos praticados.

11.6. As multas deverão ser recolhidas no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da ciência da aplicação da penalidade ou da publicação no Diário Oficial do Município de Itapecuru Mirim e equivalentes do ato que as impuser.

11.7. As multas aplicadas poderão ser compensadas com valores devidos à CONTRATADA mediante requerimento expresso nesse sentido.

11.8. Se, no prazo previsto nesta Cláusula, não for feita a prova do recolhimento da multa, promover-se-ão as medidas necessárias ao seu desconto da garantia prestada, mediante despacho regular da autoridade contratante.

11.9. Se a multa aplicada for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

11.10. casos em que o valor da multa venha a ser descontado da garantia, o valor desta deverá ser recomposto em 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de rescisão administrativa do Contrato.

11.11. Ressalvada a hipótese de existir requerimento de compensação devidamente formalizado, o CONTRATANTE suspenderá, observado o contraditório e ampla defesa, os pagamentos devidos à CONTRATADA até a comprovação do recolhimento da multa ou da prova de sua relevação por ato da Administração, bem como até a recomposição do valor original da garantia, que tenha sido descontado em virtude de multa imposta, salvo decisão fundamentada da autoridade competente que autorize o prosseguimento do processo de pagamento.

11.12. Se a CONTRATANTE verificar que o valor da garantia e/ou o valor dos pagamentos ainda devidos são suficientes à satisfação do valor da multa, o processo de pagamento retomará o seu curso.

11.13. As multas eventualmente aplicadas com base na alínea "b" do caput desta Cláusula não possuem caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

INSERIR DOTAÇÃO

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO

17.1. Fica eleito o Foro de Itapecuru Mirim/MA para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU-MIRIM
CNPJ Nº 05.648.696/0001-80

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO ELETRÔNICO Nº 006/2025

O Município de Itapecuru- Mirim/MA, torna público aos interessados que, com base nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas alterações posteriores, fará realizar às 09h00 (nove horas) (horário de Brasília) do dia 26 de fevereiro de 2025, licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 006/2025, do tipo menor preço por item, tendo por objeto o Registro de preço para aquisição de recargas de gases medicinais gás oxigênio e ar comprimido e acessórios umidificador e regulador com fluxômetro – para uso na assistência ventilatória para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Itapecuru Mirim/MA. A sessão pública acontecerá pelo site: www.licitaitapecurumirimma.com.br, O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: www.licitaitapecurumirimma.com.br e através do Sistema de Informações para Controle de Contratações Públicas do Estado do Maranhão (SINC-CONTRATA/MA) (www.tcema.tc.br). Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do e-mail: licitacao@itapecurumirim.ma.gov.br.

Itapecuru-Mirim/MA, 10 de fevereiro de 2025.

João Marcelo Fonsêca Silva
Secretario Municipal de Saúde

SEC. MUN. DE GOVERNO
- AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO ELETRÔNICO: 006/2025

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO ELETRÔNICO Nº 006/2025

O Município de Itapecuru Mirim/MA, torna público aos interessados que, com base nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas alterações posteriores, fará realizar às 09h00 (nove horas) (horário de Brasília) do dia 26 de fevereiro de 2025, licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 006/2025, do tipo menor preço por item, tendo por objeto o Registro de preço para aquisição de recargas de gases medicinais gás oxigênio e ar comprimido e acessórios umidificador e regulador com fluxômetro – para uso na assistência ventilatória para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Itapecuru Mirim/MA. A sessão pública acontecerá pelo site: www.licitaitapecurumirimma.com.br. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: www.licitaitapecurumirimma.com.br e através do Sistema de Informações para Controle de Contratações Públicas do Estado do Maranhão (SINC-CONTRATA/MA) (www.tcema.tc.br). Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do e-mail: licitacao@itapecurumirim.ma.gov.br.

Itapecuru Mirim/MA, 10 de fevereiro de 2025.

João Marcelo Fonséca Silva
Secretaria Municipal de Saúde

DOM assinado eletronicamente por: Jarlisson Sebastião Araujo Silva - CPF: ***.689.993-** em 12/02/2025 22:19:11 - IP com nº: 192.168.1.5
Autenticação em: www.itapecurumirim.ma.gov.br/diariooficial.php?id=1009

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

O Secretário Municipal de Receita, Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o que dispõe a Lei Federal 14.133/2021 e suas alterações, resolve homologar e adjudicar o Processo Administrativo nº 2025.01.03.0009, Pregão Eletrônico nº 002/2025, sendo por objeto Registro de preços para futura e eventual contratação de pessoa jurídica para a fornecimento de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP, para atender as demandas das diversas Secretarias Municipais da Prefeitura Municipal de Itapecuru-Mirim/MA, em favor da empresa: FORTEGAZ COMERCIO DE GLP LTDA, inscrita no CNPJ: 35.216.648/0001-51, sediada na Rua Raimundo Tavora, nº 04, Centro, Itapecuru-Mirim/MA, CEP: 65.485-000, para os item 01 e 02, no valor global de R$ 440.000,00 (quatrocentos e quarenta mil reais), PERIS COMERCIO & VARIEDADE DE GAS LTDA, inscrita no CNPJ: 34.309.048/0001-47, sediada na Rua Nova, s/n, Bairro Antação, Itapecuru-Mirim/MA, CEP: 65.485-000, para o item 03, no valor global de R$ 27.888,00 (vinte e sete mil oitocentos e oitenta e oito reais).

Itapecuru-Mirim/MA, 10 de fevereiro de 2025
ALLISON FERREIRA PEREIRA
Secretario Municipal de Receita, Orçamento e Gestão

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 2/2025

O Município de Itapecuru-Mirim/MA, torna público aos interessados que, com base nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas alterações posteriores, fará realizar às 10h00min (horário de Brasília) do dia 27 de fevereiro de 2025, licitação na modalidade Concorrência Eletrônica nº 002/2025, do tipo menor preço, tendo por objeto o Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de empresa(s) especializada(s) para a prestação de serviços contínuos de manutenção predial (preventiva, corretiva, de reparação/adequação), com fornecimento de materiais, peças e mão de obra, visando atender as necessidades do município de Itapecuru-Mirim/MA. A sessão pública acontecerá pelo site: www.licitatapecurumirimma.com.br. O edital está disponibilizado, na integra, no endereço eletrônico: www.licitatapecurumirimma.com.br e através do Sistema de Informações para Controle de Contratações Públicas do Estado do Maranhão (SINC-CONTRATA/MA) (www.tcema.tc.br). Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do e-mail: licitacao@itapecurumirim.ma.gov.br.

ALLISON FERREIRA PEREIRA
Secretário Municipal de Receita, Orçamento e Gestão

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 6/2025

O Município de Itapecuru-Mirim/MA, torna público aos interessados que, com base nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas alterações posteriores, fará realizar às 09h00 (nove horas) (horário de Brasília) do dia 26 de fevereiro de 2025, licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 006/2025, do tipo menor preço por item, tendo por objeto o Registro de preço para aquisição de recargas de gases medicinais gás oxigênio e ar comprimido e acessórios umidificador e regulador com fluxômetro - para uso na assistência ventilatória para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Itapecuru-Mirim/MA. A sessão pública acontecerá pelo site: www.licitatapecurumirimma.com.br. O Edital está disponibilizado, na integra, no endereço eletrônico: www.licitatapecurumirimma.com.br e através do Sistema de Informações para Controle de Contratações Públicas do Estado do Maranhão (SINC-CONTRATA/MA) (www.tcema.tc.br). Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do e-mail: licitacao@itapecurumirim.ma.gov.br.

Itapecuru-Mirim/MA, 11 de fevereiro de 2025
JOÃO MARCELO FONSECA SILVA
Secretário Municipal de Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE MILAGRES DO MARANHÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 3/2025

A Prefeitura Municipal de Milagres do Maranhão, Estado do Maranhão, torna público, para conhecimento dos interessados que fará realizar, sob a égide do Decreto Municipal nº 026/2013 e da Lei nº 14.133/21 e suas alterações posteriores, licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, por item, que tem como objeto Eventual Contratação de Empresa Especializada no Fornecimento de Medicamentos e Insumos Hospitalares, para atender as necessidades da Rede Municipal de Saúde do município de Milagres do Maranhão, no dia 24 de fevereiro de 2025, às 08:00 horas (horário de Brasília), através do uso de recursos da tecnologia da informação, site: https://licitamilagresma.com.br/, sendo presidido pelo Pregoeiro desta Prefeitura Municipal, na sala da Comissão Permanente de Licitação situada na Rua Cel Francisco Macambira, 118, Centro, Milagres - MA. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis na página web do Portal da Compras Públicas - endereço: https://licitamilagresma.com.br/. Esclarecimentos adicionais no mesmo endereço e/ou pelo telefone (38) 98859-1578, das 08:00 as 12:00hs.

Milagres do Maranhão-MA, 10 de fevereiro de 2025.
RAIMUNDA CONCEIANO DA SILVA
Agente de Contratação

PREFEITURA MUNICIPAL DE NINA RODRIGUES

AVISO DE RETIFICAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2025

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Nina Rodrigues Estado do Maranhão, torna público, para conhecimento dos interessados a retificação do aviso de licitação de nº 01/2025 publicado no Diário Oficial da União, na edição do dia 10/01/2025 Seção 3, pág 182, ONDE SE LÊ: que será realizado no dia 21 de fevereiro de 2025, LEIA-SE: que será realizado no dia 24 de fevereiro de 2025.

Nina Rodrigues/MA, 10 de fevereiro de 2025.
RAIMUNDO NONATO SILVA JUNIOR
Agente de Contratação

PREFEITURA MUNICIPAL DE OLHO DÁGUA DAS CUNHÃS

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA SRP Nº 1/2025

A Prefeitura Municipal de Olho d'Água das Cunhãs MA CNPJ: 06.014.605/0001-50, através do seu Agente de Contratação, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 27 de fevereiro de 2025, às 09:00hs (nove horas), Licitação para Registro de Preços para eventual e futura Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Construção de Creche Tipo 2 no município de Olho d'Água das Cunhãs MA, conforme detalhamentos constantes no Anexo I - Termo de Referência, em sessão pública on-line por meio de recursos da tecnologia da informação - INTERNET através do site: https://www.olhodaguadascunhas.ma.gov.br. Com fundamentação na Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, da Lei Complementar nº 123/2006 e de outras normas aplicáveis ao objeto deste Certame. O Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados por intermédio de sistema eletrônico, qual seja https://www.olhodaguadascunhas.ma.gov.br; SINC - Sistema Nacional de Contratações Públicas ou Portal da Transparência do Município ou poderá ser solicitado através do e-mail cplcdc@gmail.com ou ainda na sede da Prefeitura, na sala da Comissão Permanente de Licitação-CPL onde poderão ser obtidos e consultados gratuitamente, de 2ª a 6ª feira, das 8h às 12h, no endereço Rua João Pessoa 56, Centro, CEP 65.706-000.

Olho d'Água das Cunhãs MA, 10 de fevereiro de 2025
GARDENINIA SOUSA LOPES
Secretário (a) Municipal de Educação

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA SRP Nº 3/2025

A Prefeitura Municipal de Olho d'Água das Cunhãs MA CNPJ: 06.014.605/0001-50, através do seu Agente de Contratação, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 27 de fevereiro de 2025, às 14:00hs (nove horas), Licitação para Registro de Preços para eventual e futura Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Construção de Arena Esportiva no município de Olho d'Água das Cunhãs MA, conforme detalhamentos constantes no Anexo I - Termo de Referência, em sessão pública on-line por meio de recursos da tecnologia da informação - INTERNET através do site: https://www.olhodaguadascunhas.ma.gov.br. Com fundamentação na Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, da Lei Complementar nº 123/2006 e de outras normas aplicáveis ao objeto deste Certame. O Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados por intermédio de sistema eletrônico, qual seja https://www.olhodaguadascunhas.ma.gov.br; SINC - Sistema Nacional de Contratações Públicas ou Portal da Transparência do Município ou poderá ser solicitado através do e-mail cplcdc@gmail.com ou ainda na sede da Prefeitura, na sala da Comissão Permanente de Licitação-CPL onde poderão ser obtidos e consultados gratuitamente, de 2ª a 6ª feira, das 8h às 12h, no endereço Rua João Pessoa 56, Centro, CEP 65.706-000.

Olho d'Água das Cunhãs MA, 10 de fevereiro de 2025.
ELISVALDO ANDRADE DA SILVA
Secretário (a) Municipal de Administração, Gestão, Segurança Pública e Trânsito

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE JUSCELINO

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 1100101/2025. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 11001/2025 PARTES: Prefeitura Municipal de Presidente Juscelino/MA e a Empresa Empresa J. B CONSTRUTORA EIMENTEL LTDA, inscrita no CNPJ: 29.403.641/0001-42, localizada na Av Raimundo Barros, N° 6 Quadra 06, Bairro Serra Dourada, Lago da Pedra - MA. OBJETO: REFORMA E ADEQUAÇÕES DA ESCOLA REUNIDA OLIVEIRA MARQUES, LOCALIZADA NO POVOADO PRAIA DO MUNICIPIO DE PRESIDENTE JUSCELINO-MA. VIGÊNCIA: 05/02/2025 a 05/02/2026. valor: R$ 584.354,18 (seiscentos e oitenta e quatro mil, trecentos e cinquenta e quatro reais e vinte e tres centavos). MODALIDADE: ADESAO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO. FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.133/2021, art. 31, do DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023. Recurso: Próprio.

EXTRATOS DE CONTRATOS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 1100201/2025. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 11.002/2025 PARTES: Prefeitura Municipal de PRESIDENTE JUSCELINO/MA e a DSF DISTRIBUIDORA E SERVIÇOS LTDA inscrita no CNPJ: 19.236.153/0001-60. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DO MUNICIPIO DE PRESIDENTE JUSCELINO/MA. VIGÊNCIA: 07/02/2025 a 07/02/2026, valor R$ 230.465,84 (duzentos e trinta mil quatrocentos e sessenta e cinco reais e oitenta e quatro centavos). MODALIDADE: Adesão de Ata de Registro de Preços. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 31, do DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023. LEI 14.133/2021

EXTRATO DE CONTRATO Nº 1100301/2025. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 11.003/2025 PARTES: Prefeitura Municipal de PRESIDENTE JUSCELINO/MA e a Empresa DSF DISTRIBUIDORA E SERVIÇOS LTDA inscrita no CNPJ: 19.236.153/0001-60. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO MUNICIPIO DE PRESIDENTE JUSCELINO/MA. VIGÊNCIA: 07/02/2025 a 07/02/2026, valor: R$ 834.046,10 (oitocentos e trinta e quatro mil e quarenta e seis reais e dez centavos). MODALIDADE: Adesão de Ata de Registro de Preços. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 31, do DECRETO Nº 11.462, DE 31. LEI 14.133/2021

EXTRATO DE CONTRATO Nº 1100302/2025. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 11.003/2025 PARTES: Prefeitura Municipal de PRESIDENTE JUSCELINO/MA e a Empresa DSF DISTRIBUIDORA E SERVIÇOS LTDA inscrita na CNPJ: 19.236.153/0001-60. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE PRESIDENTE JUSCELINO/MA. VIGÊNCIA: 07/02/2025 a 07/02/2026, valor: R$ 575.740,63 (quinhentos e setenta e cinco mil setecentos e sessenta reais e sessenta e três centavos). MODALIDADE: Adesão de Ata de Registro de Preços. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 31, do DECRETO Nº 11.462, DE 31. LEI 14.133/2021

EXTRATO DE CONTRATO Nº 1100304/2025. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 11.003/2025 PARTES: Prefeitura Municipal de PRESIDENTE JUSCELINO/MA e a Empresa DSF DISTRIBUIDORA E SERVIÇOS LTDA inscrita na CNPJ: 19.236.153/0001-60. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE PRESIDENTE JUSCELINO/MA. VIGÊNCIA: 07/02/2025 a 07/02/2026, valor: R$ 199.923,86 (cento e noventa e nove mil novecentos e vinte e três reais e oitenta e seis centavos) MODALIDADE: Adesão de Ata de Registro de Preços. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 31, do DECRETO Nº 11.462, DE 31. LEI 14.133/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DOS PATOS

EXTRATOS DE CONTRATOS

EXTRATO DE CONTRATO N° 051.001/2025. PREGÃO ELETRÔNICO N.º 051/2024 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. Contratante: Prefeitura Municipal de São João dos Patos/MA, através do Secretário Municipal de Saúde, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde, Srº Kairo Coelho de Sousa Correa. Contratado: RIBEIRO & FERNANDES LTDA (POSTO SÃO JOÃO), inscrita no CNPJ nº 03.548.504/0001-55, representada pelo Sr. Gilson Ribeiro Fernandes. Data da Assinatura: 11 de fevereiro de 2025. Valor do contrato R$ 584.715,56 (Quinhentos e oitenta e quatro mil, setecentos e quinze mil e cinquenta e seis centavos). Origem: PREGÃO ELETRÔNICO N.º 051/2024 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. Objeto: Fornecimento de combustíveis (óleo diesel comum/S10 e Gasolina) para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde. VIGÊNCIA: 31/12/3025. Fonte de Recurso: 3 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE FMS/02 PODER EXECUTIVO/02 16 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE/021600 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE/10 Saúde/10 302 Assistencia Hospitalar e Ambulatorial/10 302 0091 SAUDE E ATENÇÃO DE MEDIA COMPLEXIDADE/10 302 0031 2078 0000 MANUTENÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE REDE DE SERVIÇOS HOSPITALARES/3.3.90.30.00MATERIAL DE CONSUMO/3 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE FMS/02 PODER EXECUTIVO/02 16 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE/021600 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE/10 Saúde/10 301 Atenção Básica/10 301 0004 SAUDE MELHOR PARA TODOS/10 301 0004 2068 0000 MANUTENÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA SAUDE DA FAMILIA/3.3.90.30.00MATERIAL DE CONSUMO/3 FUNDO

A EQUATORIAL ENERGIA MARANHÃO [illegible] torna público que REQUEREU junto à Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão – SEMA, a renovação da Licença de Operação [illegible] referente Linha de Distribuição [illegible], conforme processo Nº [illegible]

equatorial

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULINO NEVES - MA

[illegible]

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM

[illegible]

COMUNICADO

J. Erick Gonçalves Monteles Ltda. torna público que requereu da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais - SEMA, em 10/02/2025, Outorga de Direito de Uso de Água de um poço tubular, cujas coordenadas geográficas são: Lat. 03°27'28.17"S e Long. 42°59'30.26"W situado na Fazenda Maravalha – Lugar Bandeira, Bairro data Fim do Pasto, s/n, zona rural do município de Anapurus, Estado do Maranhão, para fins de consumo humano, conforme dados constantes no processo nº 25020006760/2025.

AVISO DE LICITAÇÃO

[illegible]

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULINO NEVES - MA

[illegible]

AVISO DE LICITAÇÃO

[illegible]

EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

[illegible]

AVISO DE LICITAÇÃO

[illegible]

AVISO DE LICITAÇÃO

[illegible]

AVISO DE LICITAÇÃO

[illegible]

PREFEITURA MUNICIPAL DE [illegible] - MA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº [illegible]

[illegible]

AVISO DE LICITAÇÃO

[illegible]

AVISO DE LICITAÇÃO

[illegible]

AVISO DE LICITAÇÃO

[illegible]

AVISO DE LICITAÇÃO

[illegible]

VALE

[illegible]

Santos Brasil Participações S.A., CNPJ 02.762.121/0020-69, estabelecida no endereço Via de Acesso à BR 135/Avenida Emiliano Macieira, setor IUJ12, s/n – CEP 65095-585 – Porto do Itaqui - São Luís/MA, torna público que REQUEREU junto à Secretaria do Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais – Sema, a Licença de Operação para a Atividade de e "Armazenamento de Granéis Líquidos e Inflamáveis", conforme Processo nº 25020014516/2025.

AVISO DE LICITAÇÃO

[illegible]

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº [illegible]

[illegible]

AVISO DE LICITAÇÃO

[illegible]

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULINO NEVES - MA

[illegible]

Edital nº 006/2025

Acessar Contratação

Fls 041

Último atualização 12/02/2025

Local: Itapecuru Mirim/MA **Órgão:** MUNICIPIO DE ITAPECURU MIRIM

Unidade compradora: 1703 - Secretaria Municipal de Saude

Modalidade da contratação: Pregão - Eletrônico **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 28, I **Tipo:** Edital

Modo de disputa: Aberto **Registro de preço:** Sim

Data de divulgação no PNCP: 12/02/2025 **Situação:** Divulgada no PNCP

Data de início de recebimento da **propostas:** 10/02/2025 00:00 (horário de Brasília)

Data fim de recebimento de propostas: 26/02/2025 00:00 (horário de Brasília)

Id contratação PNCP: 06848680000180-1-000012/2025 **Fonte:** STARTGOV SOLUCOES EM TECNOLOGIA LTDA

Portal Nacional de Contratações Públicas Entrar

Registro de preço para aquisição de recargas de gases medicinais gás oxigênio e ar comprimido e acessórios umidificador e regulador com fluxômetro – para uso na assistência ventilatória para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saude de Itapecuru Mirim/MA.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA

R$ 4.000,00

Itens Arquivos Histórico

Nome :	Data :	Tipo :
Publicacao Aviso D.O.M. arquivos_download.php	12/02/2025	Outros Documentos
18. EDITAL SEMUS PMIM PE 006 2025 GASES MEDICINAIS	12/02/2025	Edital

Exibir: 5 1-2 de 2 itens Página: 1

Voltar

PORTAL NACIONAL CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e corretude das informações e dos arquivos relativos as contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

[illegible]@[illegible].gov.br

(61) [illegible]

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS

BID
Banco Interamericano de Desenvolvimento

Enap
Escola Nacional de Administração Pública

Serpro

SEBRAE

Todo direcionado à exibição de informações relacionadas à licença de uso.

2431

ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE CONTAS

FLS. 242

EXTRATO DE ENVIO

PERÍODO: 14/02/2025 - 14/02/2025
ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL - 06048696000180
DATA DE CRIAÇÃO: 07/08/2025 09:05:42
CÓDIGO DE AUTENTICIDADE: c90941c2-b9-3d00-b81a-05b310b5a3c7

Procedimento Licitatório

cnpj procedimento	id procedimento	numero procedimento	ano procedimento	tipo procedimento	cpf envio	data envio	cpf exclusao	data exclusao	status
06048696000180	CP12025SEMINFRA	1	2025	CP	01314740379	14/02/2025	-	-	ENVIADO
05232884000195	PE82025BEVUS	8	2025	PE	01314740379	14/02/2025	-	-	ENVIADO
06048696000180	CP22025SEMROG	2	2025	CP	01314740379	14/02/2025	-	-	ENVIADO
[illegible]	CP42025SEMROG	4	2025	CP	01314740379	14/02/2025	01314740379	14/02/2025	ENCERRADO

Total Procedimento Licitatório: 4

PORTAL DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO: 006/2025 - EXERCÍCIO: 2025 - ABERTA

Imprimir (areport/?pg=licitacao&id=347)

Informações principais

- **TIPO:** MENOR PREÇO
- **DATA DA ABERTURA:** 26/02/2025
- **HORA DA ABERTURA:** 09:00
- **ELETRÔNICA:** LICITANET (HTTPS://LICITAITAPECURUMIRIMMA.COM.BR/)
- **VALOR ESTIMADO:** R$ 318.012,75 (TREZENTOS E DEZOITO MIL E DOZE REAIS E SETENTA E CINCO CENTAVOS)

Informações do objeto

REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE RECARGAS DE GASES MEDICINAIS GÁS OXIGÊNIO E AR COMPRIMIDO E ACESSÓRIOS UMIDIFICADOR E REGULADOR COM FLUXÔMETRO ; PARA USO NA ASSISTÊNCIA VENTILATÓRIA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAPECURU MIRIM/MA.

Andamentos

Forma de publicação

Responsáveis

Forma de publicação

Arquivos disponíveis

DESCRIÇÃO	EDITAL
Extensão	PDF
Tamanho	915KB
Arquivos	(arquivos_download.php?pg=licitacao&id=347&subid=2300)

Voltar

Qual o seu nível de satisfação com essa informação?

Muito insatisfeito





Insatisfeito



Neutro



Satisfeito



Muito satisfeito











(https://radar.tce.mt.gov.br/extensions/radar-da-transparencia-publica/panel.html)

Institucional

Prefeito Luís Fillipe Torres Filgueira

CNPJ: 05.648.696/0001-80

Contatos

(98) 9.8569-9914

gabinete@itapecurumirim.ma.gov.br

Endereço e horário

Pça. Gomes de Sousa, 01 - Centro, 65.485-000

de Segunda A Sexta-feira de 8h às 12h|14h às 18h

(https://www.asesi.com.br/portaldatransparencia/consultarempresa/PE/0/Z/XO/
© 2025 Asesi (http://www.asesi.com.br/). Todos os Direitos Reservados.
seguro.com.br/itapetininga/autoload.php?app=1&t=0)



PROPOSTAS INICIAIS

PARMA GASES

ANEXO II - PROPOSTA DE PREÇOS

FOLHA 206

À
Prefeitura Municipal de Itapecuru Mirim/MA
Pregão Eletrônico SRP Nº 006/2025
Data da sessão: 26/02/2025 às 09h00min
Local da sessão pública: *http://licitaitapecurumirimma.com.br*

Objeto: Registro de preço para aquisição de recargas de gases medicinais gás oxigênio e ar comprimido e acessórios umidificador e regulador com fluxômetro – para uso na assistência ventilatória para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Itapecuru Mirim/MA, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

A empresa **PARMAGASES COMERCIO DE GASES E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 32.754.143/0001-85 e Inscrição Estadual nº 12.590.860-1, Inscrição Municipal nº 3300000444, com sede na Avenida Santa Luzia, nº 191, Vila São Francisco, CEP: 65.930-000, Açailândia - Maranhão, Telefone (99) 99217-7400, e-mail: parmagases@gmail.com por intermedio do seu representante, **ERACILDO BARBOSA DE SOUSA**, brasileiro, divorciado, administrador, portador do Documento de Identidade nº 0702128220197 SSP/MA e do CPF nº 616.317.442-91, residente e domiciliado à Rua 25 de Dezembro, nº 22, Vila São Francisco, Açailândia - Maranhão, CEP: 65.930-000. Submetemos à apreciação de Vossas Senhorias, a nossa proposta relativa a contratação em epígrafe, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na preparação da mesma e declaramos ainda que, temos pleno conhecimento das condições em que se desenvolverão os trabalhos e concordamos com a totalidade das instruções e critérios de qualificação definidos no edital

ITEM	DESCRIÇÃO	COTA	MARCA	UND.	QNT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	RECARGA DE AR MEDICINAL (COMPRIMIDO) – CILINDRO DE 1 M³	EXCLUSIVA ME/EPP	MARCA PROPRIA	M³	30	R$ 210,68	R$ 6.320,40
2	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 1/2 M³	EXCLUSIVA ME/EPP	MARCA PROPRIA	M³	25	R$ 192,30	R$ 4.807,50
3	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 1 M³	EXCLUSIVA ME/EPP	MARCA PROPRIA	M³	40	R$ 197,11	R$ 7.884,40
4	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 3,5M³	EXCLUSIVA ME/EPP	MARCA PROPRIA	M³	140	R$ 239,50	R$ 33.530,00
5	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 2 M³	EXCLUSIVA ME/EPP	MARCA PROPRIA	M³	200	R$ 168,65	R$ 33.730,00
6	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 7 M³	AMPLA DISPUTA	MARCA PROPRIA	M³	788	R$ 99,15	R$ 78.130,20
7	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 7 M³	RESERVADA ME/EPP	MARCA PROPRIA	M³	262	R$ 99,15	R$ 25.977,30
8	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 10 M³	AMPLA DISPUTA	MARCA PROPRIA	M³	900	R$ 102,92	R$ 92.628,00
9	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 10 M³	RESERVADA ME/EPP	MARCA PROPRIA	M³	300	R$ 102,92	R$ 30.876,00
10	VÁLVULA REGULADORA PARA CILINDRO DE OXIGÊNIO COM FLUXOMETRO	EXCLUSIVA ME/EPP	MORIYA	UND	15	R$ 550,00	R$ 8.250,00
11	UMIDIFICADOR PARA OXIGÊNIO 250ML	EXCLUSIVA ME/EPP	MORIYA	UND	30	R$ 70,00	R$ 2.100,00
12	EXTENSOR PARA CATETER DE OXIGÊNIO, TUBO EM SILICONE COM DIÂMETRO INTERNO 6MM : 50METROS	EXCLUSIVA ME/EPP	MORIYA	UND	50	R$ 49,00	R$ 2.450,00
VALOR TOTAL							**R$ 326.683,80**

Valor Total de R$ 326.683,80 (trezentos e vinte e seis mil, seiscentos e oitenta e tres reais e oitenta centavos) para o fornecimento do objeto desta licitação.

A empresa **PARMAGASES COMERCIO DE GASES E SERVIÇOS LTDA** declara que:

ERACILDO BARBOSA DE SOUSA:61631744291 Assinado de forma digital por ERACILDO BARBOSA DE SOUSA:61631744291 Dados: 2025.02.25 20:44:00 -03'00'

PARMA GASES

A proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos Trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas e, ainda, os gastos com transporte e acondicionamento dos produtos em embalagens adequadas.

- Declaramos que estamos ciente e concordamos com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório
- Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.
- Prazo de entrega do objeto de acordo com o estabelecido no Termo de Referência (Anexo I) do edital desse processo.
- Prazo de validade do objeto: 01 (um) ano da data de fabricação.
- Prazo de substituição/reparo dos produtos: Conforme Termo de Referência;
- Condições de pagamento: Conforme Termo de Referência;
- Que não incide nas vedações previstas na Lei nº 14.133/2021;
- Informamos, desde já, que, caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, os pagamentos deverão ser creditados à CONTA CORRENTE Nº. 9.136 - 7, AGÊNCIA N 4437 - 7, BANCO SICOOB, em nome de Parmagases Comércio de Gases e Serviços LTDA, PIX/CNPJ 32754143000185;
- Informamos que o Representante que assinará o(s) futuro(s) Contrato(s), será o Sr. Eracildo Barbosa de Sousa, Portador do RG, sob o nº. 0702128220197 SSP/MA, e CPF nº 616.317.442-91, com residente na Rua 25 de Dezembro, nº 22, Vila São Francisco, Açailândia - Maranhão, CEP: 65.930-000;
- Declaro conhecer a legislação de regência desta licitação e que os serviços serão prestados de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, que conhecemos e aceitamos em todos os seus termos.

Açailândia - MA, 25 de fevereiro de 2025.

ERACILDO BARBOSA DE SOUSA:61631744291

Assinado de forma digital por ERACILDO BARBOSA DE SOUSA:61631744291
Dados: 2025.02.25 20:44:09 -03'00'

PARMAGASES COMERCIO DE GASES E SERVIÇOS LTDA
Eracildo Barbosa de Sousa – Sócio administrador
CPF nº 616.317.442-91 e RG nº 0702128220197 SSP/MA
E-mail: parmagases@gmail.com Telefone: (99) 99217-7400

PARMA GASES

DECLARAÇÃO

À
Prefeitura Municipal de Itapecuru Mirim/MA
Pregão Eletrônico SRP Nº 006/2025
Data da sessão: 26/02/2025 às 09h00min
Local da sessão pública: *http://licitaitapecurumirimma.com.br*

Objeto: Registro de preço para aquisição de recargas de gases medicinais gás oxigênio e ar comprimido e acessórios umidificador e regulador com fluxômetro – para uso na assistência ventilatória para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Itapecuru Mirim/MA, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Prezados Senhores,

A empresa **PARMAGASES COMERCIO DE GASES E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 32.754.143/0001-85 e Inscrição Estadual nº 12.590.860-1, Inscrição Municipal nº 3300000444, com sede na Avenida Santa Luzia, nº 191, Vila São Francisco, CEP: 65.930-000, Açailândia - Maranhão, Telefone (99) 99217-7400, e-mail: parmagases@gmail.com, por intermédio de seu sócio administrador o Sr. **ERACILDO BARBOSA DE SOUSA**, brasileiro, divorciado, administrador, portador do Documento de Identidade nº 0702128220197 SSP/MA e do CPF nº 616.317.442-91, residente e domiciliado à Rua 25 de Dezembro, nº 22, Vila São Francisco, Açailândia - Maranhão, CEP: 65.930-000, Telefone (99) 99217-7400, e-mail: comercial@parmagases.com.br, que esta subscreve, **DECLARA** para fins do disposto no inc. V do Art. 27 da Lei n/ 8.666/93, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854/93, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Por ser expressão de verdade, firmamos o presente.

Açailândia - MA, 25 de fevereiro de 2025.

ERACILDO BARBOSA DE SOUSA:61631744291 Assinado de forma digital por ERACILDO BARBOSA DE SOUSA:61631744291 Dados: 2025.02.25 20:45:20 -03'00'

PARMAGASES COMERCIO DE GASES E SERVIÇOS LTDA
Eracildo Barbosa de Sousa – Sócio administrador
CPF nº 616.317.442-91 e RG nº 0702128220197 SSP/MA
E-mail: comercial@parmagases.com.br Telefone: (99) 99217-7400

PARMA GASES

DECLARAÇÃO CONSOLIDADA

A
Prefeitura Municipal de Itapecuru Mirim/MA
Pregão Eletrônico SRP Nº 006/2025
Data da sessão: 26/02/2025 às 09h00min
Local da sessão pública: *http://licitaitapecurumirimma.com.br*

Objeto: Registro de preço para aquisição de recargas de gases medicinais gás oxigênio e ar comprimido e acessórios umidificador e regulador com fluxômetro – para uso na assistência ventilatória para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Itapecuru Mirim/MA, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Prezados Senhores,

A empresa **PARMAGASES COMERCIO DE GASES E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 32.754.143/0001-85 e Inscrição Estadual nº 12.590.860-1, Inscrição Municipal nº 3300000444, com sede na Avenida Santa Luzia, nº 191, Vila São Francisco, CEP: 65.930-000, Açailândia - Maranhão, Telefone (99) 99217-7400, e-mail: parmagases@gmail.com, por intermédio de seu sócio administrador o Sr. **ERACILDO BARBOSA DE SOUSA**, brasileiro, divorciado, administrador, portador do Documento de Identidade nº 0702128220197 SSP/MA e do CPF nº 616.317.442-91, residente e domiciliado à Rua 25 de Dezembro, nº 22, Vila São Francisco, Açailândia - Maranhão, CEP: 65.930-000, Telefone (99) 99217-7400, e-mail: parmagases@gmail.com, **DECLARA**, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

1) **Quanto a empregar agentes incapazes ou relativamente incapazes;** consoante o disposto no Inciso V do Art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1983, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18(dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e em qualquer trabalho menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze).

2) **Quanto a condição ME/EPP/COOP**, esta empresa está excluída das vedações constantes na Lei Complementar nº. 147/2014 e; na presente data, é considerada:
( ) MICROEMPRESA, conforme Lei Complementar nº 147/2014;
(X) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Lei Complementar nº 1472014;
( ) COOPERATIVA, conforme artigo 34 da Lei Federal nº. 11.488/2007.
( ) Não é ME/EPP/COOP.

3) **Quanto ao pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação;** que esta empresa atende a todos os requisitos de habilitação, bem como apresenta sua proposta com indicação do objeto e do preço oferecido os quais atendem plenamente ao Edital.

4) **Quanto a inexistência de fato impeditivo de licitar;** nos termos do artigo 32, § 2.º, da Lei Federal n.º 8.666/93, que até a presente data nenhum fato ocorreu que a inabilite a participar da CONCORRÊNCIA em epígrafe, e que contra ela não existe nenhum pedido de falência ou concordata. Declara, outrossim, conhecer na íntegra o Edital e que se submete a todos os seus termos.

a. **Declara ainda,** nos termos do artigo 9º, III, da Lei Federal n.º 8.666/93, que não possui em seu quadro funcional servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.
b. **Declara também,** nos termos do artigo 9º, I e II, da Lei Federal n.º 8.666/93, que não incide em suas hipóteses vedadas.

5) **Quanto a elaboração independente de proposta:**

a) A proposta anexa foi elaborada de maneira independente (pelo licitante), e que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
b) A intenção de apresentar a proposta anexa não foi informada a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
c) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) quanto a participar ou não da referida licitação;
d) Que o conteúdo da proposta anexa não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado a ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
e) Que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer integrante de (órgão licitante) antes da abertura oficial das propostas;
f) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Açailândia - MA, 25 de fevereiro de 2025.

ERACILDO BARBOSA DE SOUSA:61631744291 Assinado de forma digital por ERACILDO BARBOSA DE SOUSA:61631744291 Dados: 2025.02.25 20:48:55 -03'00'

PARMAGASES COMERCIO DE GASES E SERVIÇOS LTDA
Eracildo Barbosa de Sousa – Sócio administrador
CPF nº 616.317.442-91 e RG nº 0702128220197 SSP/MA
E-mail: parmagases@gmail.com Telefone: (99) 99217-7400

PARMA GASES

DECLARAÇÃO

Fls. 249

À
Prefeitura Municipal de Itapecuru Mirim/MA
Pregão Eletrônico SRP N° 006/2025
Data da sessão: 26/02/2025 às 09h00min
Local da sessão pública: *http://licitaitapecurumirimma.com.br*

Objeto: Registro de preço para aquisição de recargas de gases medicinais gás oxigênio e ar comprimido e acessórios umidificador e regulador com fluxômetro – para uso na assistência ventilatória para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Itapecuru Mirim/MA, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Prezados Senhores,

A empresa **PARMAGASES COMERCIO DE GASES E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 32.754.143/0001-85 e Inscrição Estadual nº 12.590.860-1, Inscrição Municipal nº 3300000444, com sede na Avenida Santa Luzia, nº 191, Vila São Francisco, CEP: 65.930-000, Açailândia - Maranhão, Telefone (99) 99217-7400, e-mail: parmagases@gmail.com, por intermédio de seu sócio administrador o Sr. **ERACILDO BARBOSA DE SOUSA**, brasileiro, divorciado, administrador, portador do Documento de Identidade nº 0702128220197 SSP/MA e do CPF nº 616.317.442-91, residente e domiciliado à Rua 25 de Dezembro, nº 22, Vila São Francisco, Açailândia - Maranhão, CEP: 65.930-000, Telefone (99) 99217-7400, e-mail: comercial@parmagases.com.br, **DECLARA** expressamente que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

Por ser expressão de verdade, firmamos o presente.

Açailândia - MA, 25 de fevereiro de 2025.

ERACILDO BARBOSA DE SOUSA:61631744291
Assinado de forma digital por ERACILDO BARBOSA DE SOUSA:61631744291
Dados: 2025.02.25 20:49:28 -05'00'

PARMAGASES COMERCIO DE GASES E SERVIÇOS LTDA
Eracildo Barbosa de Sousa – Sócio administrador
CPF nº 616.317.442-91 e RG nº 0702128220197 SSP/MA
E-mail: comercial@parmagases.com.br Telefone: (99) 99217-7400

PARMA GASES

DECLARAÇÃO

À
Prefeitura Municipal de Itapecuru Mirim/MA
Pregão Eletrônico SRP Nº 006/2025
Data da sessão: 26/02/2025 às 09h00min
Local da sessão pública: *http://licitaitapecurumirimma.com.br*

Objeto: Registro de preço para aquisição de recargas de gases medicinais gás oxigênio e ar comprimido e acessórios umidificador e regulador com fluxômetro – para uso na assistência ventilatória para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Itapecuru Mirim/MA, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Prezados Senhores,

A empresa **PARMAGASES COMERCIO DE GASES E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 32.754.143/0001-85 e Inscrição Estadual nº 12.590.860-1, Inscrição Municipal nº 3300000444, com sede na Avenida Santa Luzia, nº 191, Vila São Francisco, CEP: 65.930-000, Açailândia - Maranhão, Telefone (99) 99217-7400, e-mail: parmagases@gmail.com, por intermédio de seu sócio administrador o Sr. **ERACILDO BARBOSA DE SOUSA**, brasileiro, divorciado, administrador, portador do Documento de Identidade nº 0702128220197 SSP/MA e do CPF nº 616.317.442-91, residente e domiciliado à Rua 25 de Dezembro, nº 22, Vila São Francisco, Açailândia - Maranhão, CEP: 65.930-000, Telefone (99) 99217-7400, e-mail: comercial@parmagases.com.br, **DECLARA** que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Por ser expressão de verdade, firmamos o presente.

Açailândia - MA, 25 de fevereiro de 2025.

ERACILDO BARBOSA DE SOUSA:61631744291
Assinado de forma digital por ERACILDO BARBOSA DE SOUSA:61631744291
Dados: 2025.02.25 20:49:38 -03'00'

PARMAGASES COMERCIO DE GASES E SERVIÇOS LTDA
Eracildo Barbosa de Sousa – Sócio administrador
CPF nº 616.317.442-91 e RG nº 0702128220197 SSP/MA
E-mail: comercial@parmagases.com.br Telefone: (99) 99217-7400

PARMA GASES

DECLARAÇÃO

À
Prefeitura Municipal de Itapecuru Mirim/MA
Pregão Eletrônico SRP Nº 006/2025
Data da sessão: 26/02/2025 às 09h00min
Local da sessão pública: *http://licitaitapecurumirimma.com.br*

Objeto: Registro de preço para aquisição de recargas de gases medicinais gás oxigênio e ar comprimido e acessórios umidificador e regulador com fluxômetro – para uso na assistência ventilatória para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Itapecuru Mirim/MA, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Prezados Senhores,

A empresa **PARMAGASES COMERCIO DE GASES E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 32.754.143/0001-85 e Inscrição Estadual nº 12.590.860-1, Inscrição Municipal nº 3300000444, com sede na Avenida Santa Luzia, nº 191, Vila São Francisco, CEP: 65.930-000, Açailândia - Maranhão, Telefone (99) 99217-7400, e-mail: parmagases@gmail.com, por intermédio de seu sócio administrador o Sr. **ERACILDO BARBOSA DE SOUSA**, brasileiro, divorciado, administrador, portador do Documento de Identidade nº 0702128220197 SSP/MA e do CPF nº 616.317.442-91, residente e domiciliado à Rua 25 de Dezembro, nº 22, Vila São Francisco, Açailândia - Maranhão, CEP: 65.930-000, Telefone (99) 99217-7400, e-mail: comercial@parmagases.com.br, **DECLARA** para fins do disposto no edital de licitação que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Por ser expressão de verdade, firmamos o presente.

Açailândia - MA, 25 de fevereiro de 2025.

ERACILDO BARBOSA DE SOUSA:61631744291
Assinado de forma digital por ERACILDO BARBOSA DE SOUSA:61631744291
Dados: 2025.02.25 20:49:47 -03'00'

PARMAGASES COMERCIO DE GASES E SERVIÇOS LTDA
Eracildo Barbosa de Sousa – Sócio administrador
CPF nº 616.317.442-91 e RG nº 0702128220197 SSP/MA
E-mail: comercial@parmagases.com.br Telefone: (99) 99217-7400

PARMA GASES

DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO

À
Prefeitura Municipal de Itapecuru Mirim/MA
Pregão Eletrônico SRP Nº 006/2025
Data da sessão: 26/02/2025 às 09h00min
Local da sessão pública: *http://licitaitapecurumirimma.com.br*

Objeto: Registro de preço para aquisição de recargas de gases medicinais gás oxigênio e ar comprimido e acessórios umidificador e regulador com fluxômetro – para uso na assistência ventilatória para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Itapecuru Mirim/MA, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Prezados Senhores,

A empresa **PARMAGASES COMERCIO DE GASES E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 32.754.143/0001-85 e Inscrição Estadual nº 12.590.860-1, Inscrição Municipal nº 3300000444, com sede na Avenida Santa Luzia, nº 191, Vila São Francisco, CEP: 65.930-000, Açailândia - Maranhão, Telefone (99) 99217-7400, e-mail: parmagases@gmail.com, por intermédio de seu sócio administrador o Sr. **ERACILDO BARBOSA DE SOUSA**, brasileiro, divorciado, administrador, portador do Documento de Identidade nº 0702128220197 SSP/MA e do CPF nº 616.317.442-91, residente e domiciliado à Rua 25 de Dezembro, nº 22, Vila São Francisco, Açailândia - Maranhão, CEP: 65.930-000, Telefone (99) 99217-7400, e-mail: comercial@parmagases.com.br, **DECLARA** expressamente que se sujeita às condições estabelecidas no edital acima citado e que acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada pelo licitador quanto à qualificação apenas das proponentes que tenham atendido às condições estabelecidas no edital e que demonstrem integral capacidade de executar o fornecimento do bem previsto.

DECLARA, ainda, para todos os fins de direito, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação ou que comprometa a idoneidade da proponente nos termos do Artigo 32, parágrafo 2º, e Artigo 97 da lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações subsequentes.

Por ser expressão de verdade, firmamos o presente.

Açailândia - MA, 25 de fevereiro de 2025.

ERACILDO BARBOSA DE SOUSA:61631744291

Assinado de forma digital por ERACILDO BARBOSA DE SOUSA:61631744291
Dados: 2025.02.25 20:55:02 -03'00'

PARMAGASES COMERCIO DE GASES E SERVIÇOS LTDA
Eracildo Barbosa de Sousa – Sócio administrador
CPF nº 616.317.442-91 e RG nº 0702128220197 SSP/MA
E-mail: comercial@parmagases.com.br Telefone: (99) 99217-7400

PARMA GASES

DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Fls: 153

À
Prefeitura Municipal de Itapecuru Mirim/MA
Pregão Eletrônico SRP Nº 006/2025
Data da sessão: 26/02/2025 às 09h00min
Local da sessão pública: *http://licitaitapecurumirimma.com.br*

Objeto: Registro de preço para aquisição de recargas de gases medicinais gás oxigênio e ar comprimido e acessórios umidificador e regulador com fluxômetro – para uso na assistência ventilatória para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Itapecuru Mirim/MA, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Prezados Senhores,

A empresa **PARMAGASES COMERCIO DE GASES E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 32.754.143/0001-85 e Inscrição Estadual nº 12.590.860-1, Inscrição Municipal nº 3300000444, com sede na Avenida Santa Luzia, nº 191, Vila São Francisco, CEP: 65.930-000, Açailândia - Maranhão, Telefone (99) 99217-7400, e-mail: parmagases@gmail.com, por intermédio de seu sócio administrador o Sr. **ERACILDO BARBOSA DE SOUSA**, brasileiro, divorciado, administrador, portador do Documento de Identidade nº 0702128220197 SSP/MA e do CPF nº 616.317.442-91, residente e domiciliado à Rua 25 de Dezembro, nº 22, Vila São Francisco, Açailândia - Maranhão, CEP: 65.930-000, Telefone (99) 99217-7400, e-mail: comercial@parmagases.com.br, **DECLARA**, para fins do disposto no inc. v do art. nº 27 da lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Por ser expressão de verdade, firmamos o presente.

Açailândia - MA, 25 de fevereiro de 2025.

ERACILDO BARBOSA DE SOUSA:61631744291

Assinado de forma digital por ERACILDO BARBOSA DE SOUSA:61631744291
Dados: 2025.02.25 20:55:10 -03'00'

PARMAGASES COMERCIO DE GASES E SERVIÇOS LTDA
Eracildo Barbosa de Sousa – Sócio administrador
CPF nº 616.317.442-91 e RG nº 0702128220197 SSP/MA
E-mail: comercial@parmagases.com.br Telefone: (99) 99217-7400

PARMA GASES

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

PMI 354

À
Prefeitura Municipal de Itapecuru Mirim/MA
Pregão Eletrônico SRP Nº 006/2025
Data da sessão: 26/02/2025 às 09h00min
Local da sessão pública: *http://licitaitapecurumirimma.com.br*

Objeto: Registro de preço para aquisição de recargas de gases medicinais gás oxigênio e ar comprimido e acessórios umidificador e regulador com fluxômetro – para uso na assistência ventilatória para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Itapecuru Mirim/MA, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Prezados Senhores,

A empresa **PARMAGASES COMERCIO DE GASES E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 32.754.143/0001-85 e Inscrição Estadual nº 12.590.860-1, Inscrição Municipal nº 3300000444, com sede na Avenida Santa Luzia, nº 191, Vila São Francisco, CEP: 65.930-000, Açailândia - Maranhão, Telefone (99) 99217-7400, e-mail: parmagases@gmail.com, por intermédio de seu sócio administrador o Sr. **ERACILDO BARBOSA DE SOUSA**, brasileiro, divorciado, administrador, portador do Documento de Identidade nº 0702128220197 SSP/MA e do CPF nº 616.317.442-91, residente e domiciliado à Rua 25 de Dezembro, nº 22, Vila São Francisco, Açailândia - Maranhão, CEP: 65.930-000, Telefone (99) 99217-7400, e-mail: comercial@parmagases.com.br, **DECLARA** para fins do disposto no edital de licitação: Pregão Eletrônico nº 031/2024, **DECLARA**, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do código penal brasileiro,que:

a) a proposta apresentada para participar do **pregão eletrônico**, foi elaborada de maneira independente (pelo licitante), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebidode qualquer outro participante potencial ou de fato do **pregão eletrônico**, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar do **pregão eletrônico** não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do **pregão eletrônico**, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do **pregão eletrônico** quanto a participar ou não da referida licitação;
d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar do **pregão eletrônico** não será, no todo ou em parte,direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do **pregão eletrônico** antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar do **pregão eletrônico** não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do município, antes da abertura oficial das propostas; e
f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Por ser expressão de verdade, firmamos o presente.

Açailândia - MA, 25 de fevereiro de 2025.

ERACILDO BARBOSA DE SOUSA:61631744291
Assinado de forma digital por ERACILDO BARBOSA DE SOUSA:61631744291 Dados: 2025.02.25 20:55:20 -03'00'

PARMAGASES COMERCIO DE GASES E SERVIÇOS LTDA
Eracildo Barbosa de Sousa – Sócio administrador
CPF nº 616.317.442-91 e RG nº 0702128220197 SSP/MA
E-mail: comercial@parmagases.com.br Telefone: (99) 99217-7400

PARMA GASES

DECLARAÇÃO DO PORTE DA EMPRESA (MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE)

Fls 355

À
Prefeitura Municipal de Itapecuru Mirim/MA
Pregão Eletrônico SRP N° 006/2025
Data da sessão: 26/02/2025 às 09h00min
Local da sessão pública: *http://licitaitapecurumirimma.com.br*

Objeto: Registro de preço para aquisição de recargas de gases medicinais gás oxigênio e ar comprimido e acessórios umidificador e regulador com fluxômetro – para uso na assistência ventilatória para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Itapecuru Mirim/MA, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Prezados Senhores,

A empresa **PARMAGASES COMERCIO DE GASES E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ n° 32.754.143/0001-85 e Inscrição Estadual n° 12.590.860-I, Inscrição Municipal n° 3300000444, com sede na Avenida Santa Luzia, n° 191, Vila São Francisco, CEP: 65.930-000, Açailândia - Maranhão, Telefone (99) 99217-7400, e-mail: parmagases@gmail.com, por intermédio de seu sócio administrador o Sr. **ERACILDO BARBOSA DE SOUSA**, brasileiro, divorciado, administrador, portador do Documento de Identidade n° 0702128220197 SSP/MA e do CPF n° 616.317.442-91, residente e domiciliado à Rua 25 de Dezembro, n° 22, Vila São Francisco, Açailândia - Maranhão, CEP: 65.930-000, Telefone (99) 99217-7400, e-mail: comercial@parmagases.com.br, **DECLARA**, sob as penalidades da lei, que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do art. 3° da lei complementar n° 123 de 14 de dezembro de 2006, estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhumadas vedações legais impostas pelo § 4° do art. 3° da lei complementar n° 123 de 14 de dezembro de 2006.

DECLARO, para fins da L. C. 123/2006 e suas alterações, sob as penalidades desta, ser:

( ) microempresa – receita bruta anual igual ou inferior a 360._____/ uf.00 e estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4° do art. 3° da lei complementar n° 123/06 alterada pela lc 147/2014.

(X) empresa de pequeno porte – receita bruta anual superior a 360._____/ uf.00 e igual ou inferior a4.800._____/ uf.00 valores, estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4° do art. 3° da lei complementar n° 123/06 alterada pela L. C. 147/2014.

Por ser expressão de verdade, firmamos o presente.

Açailândia - MA, 25 de fevereiro de 2025.

ERACILDO BARBOSA DE SOUSA:61631744291
Assinado de forma digital por ERACILDO BARBOSA DE SOUSA:61631744291
Dados: 2025.02.25 20:55:28 -03'00'

PARMAGASES COMERCIO DE GASES E SERVIÇOS LTDA
Eracildo Barbosa de Sousa – Sócio administrador
CPF n° 616.317.442-91 e RG n° 0702128220197 SSP/MA
E-mail: comercial@parmagases.com.br Telefone: (99) 99217-7400

PARMA GASES

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

À
Prefeitura Municipal de Itapecuru Mirim/MA
Pregão Eletrônico SRP Nº 006/2025
Data da sessão: 26/02/2025 às 09h00min
Local da sessão pública: *http://licitaitapecurumirimma.com.br*

Objeto: Registro de preço para aquisição de recargas de gases medicinais gás oxigênio e ar comprimido e acessórios umidificador e regulador com fluxômetro – para uso na assistência ventilatória para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Itapecuru Mirim/MA, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Prezados Senhores,

A empresa **PARMAGASES COMERCIO DE GASES E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 32.754.143/0001-85 e Inscrição Estadual nº 12.590.860-1, Inscrição Municipal nº 3300000444, com sede na Avenida Santa Luzia, nº 191, Vila São Francisco, CEP: 65.930-000, Açailândia - Maranhão, Telefone (99) 99217-7400, e-mail: parmagases@gmail.com, por intermédio de seu sócio administrador o Sr. **ERACILDO BARBOSA DE SOUSA**, brasileiro, divorciado, administrador, portador do Documento de Identidade nº 0702128220197 SSP/MA e do CPF nº 616.317.442-91, residente e domiciliado à Rua 25 de Dezembro, nº 22, Vila São Francisco, Açailândia - Maranhão, CEP: 65.930-000, Telefone (99) 99217-7400, e-mail: comercial@parmagases.com.br, **DECLARA** não ter recebido do município ou de qualquer outra entidade da administração direta ou indireta, em âmbito federal, estadual e municipal, suspensão temporária de participação em licitação e ou impedimento de contratar com a administração, assim como não terrecebido declaração de inidoneidade para licitar e ou contratar com a administração federal, estadual e municipal.

Por ser expressão de verdade, firmamos o presente.

Açailândia - MA, 25 de fevereiro de 2025.

ERACILDO BARBOSA DE SOUSA:61631744291

Assinado de forma digital por ERACILDO BARBOSA DE SOUSA:61631744291
Dados: 2025.02.25 20:55:57 -03'00'

PARMAGASES COMERCIO DE GASES E SERVIÇOS LTDA
Eracildo Barbosa de Sousa – Sócio administrador
CPF nº 616.317.442-91 e RG nº 0702128220197 SSP/MA
E-mail: comercial@parmagases.com.br Telefone: (99) 99217-7400

PARMA GASES

FLS. 259

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

À
Prefeitura Municipal de Itapecuru Mirim/MA
Pregão Eletrônico SRP Nº 006/2025
Data da sessão: 26/02/2025 às 09h00min
Local da sessão pública: *http://licitaitapecurumirimma.com.br*

Objeto: Registro de preço para aquisição de recargas de gases medicinais gás oxigênio e ar comprimido e acessórios umidificador e regulador com fluxômetro – para uso na assistência ventilatória para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Itapecuru Mirim/MA, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Prezados Senhores,

A empresa **PARMAGASES COMERCIO DE GASES E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 32.754.143/0001-85 e Inscrição Estadual nº 12.590.860-1, Inscrição Municipal nº 3300000444, com sede na Avenida Santa Luzia, nº 191, Vila São Francisco, CEP: 65.930-000, Açailândia - Maranhão, Telefone (99) 99217-7400, e-mail: parmagases@gmail.com, por intermédio de seu sócio administrador o Sr. **ERACILDO BARBOSA DE SOUSA**, brasileiro, divorciado, administrador, portador do Documento de Identidade nº 0702128220197 SSP/MA e do CPF nº 616.317.442-91, residente e domiciliado à Rua 25 de Dezembro, nº 22, Vila São Francisco, Açailândia - Maranhão, CEP: 65.930-000, Telefone (99) 99217-7400, e-mail: comercial@parmagases.com.br, **DECLARA**, em conformidade com a lei nº 10.520/02, que cumpre todos os requisitos para habilitação para este certame licitatório.

Por ser expressão de verdade, firmamos o presente.

Açailândia - MA, 25 de fevereiro de 2025.

ERACILDO BARBOSA DE SOUSA:61631744291
Assinado de forma digital por ERACILDO BARBOSA DE SOUSA:61631744291
Dados: 2025.02.25 20:55:46 -03'00'

PARMAGASES COMERCIO DE GASES E SERVIÇOS LTDA
Eracildo Barbosa de Sousa – Sócio administrador
CPF nº 616.317.442-91 e RG nº 0702128220197 SSP/MA
E-mail: comercial@parmagases.com.br Telefone: (99) 99217-7400

B DE S BORGES COMERCIO DE GASES LTDA
38.425.303/0001-29
Rua 12 de Outubro, N 1119, Centro, CEP 64290-000, Altos –PI
usegasespiaui@gmail.com / (86)9. 3300-8472

PROPOSTA DE PREÇOS

Fls 259

À
Prefeitura Municipal de **Itapecuru Mirim/MA**
Prezados Senhores,

Apresentamos a Vossas Senhorias nossa proposta de preços, conforme planilha abaixo, referente ao PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 006/2025, cujo objeto Registro de preço para aquisição de recargas de gases medicinais gás oxigênio e ar comprimido e acessórios umidificador e regulador com fluxômetro – para uso na assistência ventilatória para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Itapecuru Mirim/MA.

RAZÃO SOCIAL: BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES CNPJ N°: 38.425.303/0001-29
IE: 19.673.877-6
ENDEREÇO: RUA 12 DE OUTUBRO, 1119 – CENTRO – ALTOS-PI. CEP: 64.290-000
FONE: (86) 9.3300-8472 E-MAIL: USEGASESPIAUI@GMAIL.COM

BANCO: BANCO DO BRASIL AGÊNCIA: 1428-1 CONTA CORRENTE: 36632-3

REPRESENTANTE LEGAL QUE ASSINARÁ A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E/OU O CONTRATO
NOME COMPLETO: BRUNO DE SOUSA BORGES
CPF: 081.214.774-09
RG: 3333458 ÓRGÃO EMISSOR: SSDS/PB
CARGO: SÓCIO ADMINISTRADOR
NACIONALIDADE: BRASILEIRO
ESTADO CIVIL: CASADO
ENDEREÇO: RUA 12 DE OUTUBRO, Nº 1000, CENTRO, CEP 64290-000 EM ALTOS-PI

USE GASES PIAUÍ

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	MARCA/ FABRICANTE	QUANT	QUANT. CILINDRO	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	RECARGA DE AR MEDICINAL (COMPRIMIDO) – CILINDRO DE 1 M³	M³	FORT GÁS	30	30	R$ 210,00	R$ 6.300,00
2	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 1/2 M³	M³	FORT GÁS	25	50	R$ 192,00	R$ 4.800,00
3	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 1 M³	M³	FORT GÁS	40	40	R$ 197,00	R$ 7.880,00
4	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 3,5M³	M³	FORT GÁS	140	40	R$ 239,00	R$ 33.460,00
5	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 2 M³	M³	FORT GÁS	200	100	R$ 168,00	R$ 33.600,00
6	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 7 M³	M³	FORT GÁS	788	113	R$ 99,00	R$ 78.012,00
7	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 7 M³	M³	FORT GÁS	262	37	R$ 99,00	R$ 25.938,00
8	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 10 M³	M³	FORT GÁS	900	87	R$ 102,00	R$ 91.800,00
9	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO	M³	FORT GÁS	300	33	R$ 102,00	R$

	MEDICINAL - CILINDRO DE 10 M³						30.600,00
10	VÁLVULA REGULADORA PARA CILINDRO DE OXIGÊNIO COM FLUXOMETRO	UND	Galzer	15	-	R$ 216,00	R$ 3.240,00
11	UMIDIFICADOR PARA OXIGÊNIO 250ML	UND	Galzer	30	-	R$ 21,00	R$ 630,00
VALOR GLOBAL DO LOTE: R$ 316.260,00 (trezentos e dezesseis mil e duzentos e sessenta reais).							

VALOR GLOBAL: R$ 316.260,00 (trezentos e dezesseis mil e duzentos e sessenta reais)).

A EMPRESA BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES, DECLARA QUE:

1. DECLARAMOS QUE ESTAMOS CIENTE E CONCORDAMOS COM AS CONDIÇÕES CONTIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS, BEM COMO DE QUE A PROPOSTA APRESENTADA COMPREENDE A INTEGRALIDADE DOS CUSTOS PARA ATENDIMENTO DOS DIREITOS TRABALHISTAS ASSEGURADOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NAS LEIS TRABALHISTAS, NAS NORMAS INFRALEGAIS, NAS CONVENÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO E NOS TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA VIGENTES NA DATA DE SUA ENTREGA EM DEFINITIVO E QUE CUMPRE PLENAMENTE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO DEFINIDOS NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO
2. NOS VALORES PROPOSTOS ESTARÃO INCLUSOS TODOS OS CUSTOS OPERACIONAIS, ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS, TRABALHISTAS, TRIBUTÁRIOS, COMERCIAIS E QUAISQUER OUTROS QUE INCIDAM DIRETA OU INDIRETAMENTE NA EXECUÇÃO DO OBJETO.
3. VALIDADE DA PROPOSTA: 120 DIAS.
4. PRAZO DE INICIO DE FORNECIMENTO/EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ACORDO COM O ESTABELECIDO NO TERMO DE REFERENCIA (ANEXO I) DO EDITAL DESSE PROCESSO.
5. QUE NÃO INCIDE NAS VEDAÇÕES PREVISTAS NA LEI Nº 14.133/2021.
6. QUE O PRAZO DE INICIO DA ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS E O LOCAL A SER ENTREGUE, SERÁ DE ACORDO COM OS TERMOS ESTABELECIDOS NO ANEXO I, DESTE EDITAL A CONTAR DO RECEBIMENTO, POR PARTE DA CONTRATADA, DA ORDEM DE COMPRA OU DOCUMENTO SIMILAR, TODOS OS BENS SERÃO AVALIADOS, SOB PENA DE DEVOLUÇÃO DE NÃO ACEITE, CASO NÃO ATENDA A DESCRIMINAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA DO REFERIDO EDITAL OU DE MÁ QUALIDADE.
7. CASO NOS SEJA ADJUDICADO O OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO, NOS COMPROMETEMOS A ASSINAR O CONTRATO NO PRAZO DETERMINADO NO DOCUMENTO DE CONVOCAÇÃO.
8. FINALIZANDO, DECLARAMOS QUE ESTAMOS DE PLENO ACORDO COM TODAS AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL DA LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Altos-PI, 25 de fevereiro de 2025.

B DE S BORGES COMERCIO DE GASES:38425303000129
Assinado de forma digital por B DE S BORGES COMERCIO DE GASES:38425303000129
Dados: 2025.02.25 16:23:19 -03'00'

BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES
Bruno de Sousa Borges
RG: 3333458 SSP/PB
CPF: 081.214.774-09
Empresário

SHOP GÁS

A G DA CRUZ LTDA

CNPJ: 69.386.324/0001-06 INCS. EST. 12.122.198-9

AV. Paulo Ramos, Nº 57, Bairro Santa Luzia – CEP 65.200-000



À

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU-MIRIM

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 006/2025

OBJETO: Registro de preço para aquisição de recargas de gases medicinais gás oxigênio e ar comprimido e acessórios umidificador e regulador com fluxômetro – para uso na assistência ventilatória para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Itapecuru Mirim/MA.

RESUMO DA PROPOSTA DE PREÇOS COMERCIAL

Prezado Senhor,

Pela presente, submetemos à vossa apreciação a nossa proposta relativa à licitação em epígrafe, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na preparação da mesma e declaramos ainda que, temos pleno conhecimento das condições em que se desenvolverão os trabalhos e concordamos com a totalidade das instruções e critérios de qualificação definidos no EDITAL.

1. **PROPONENTE:**
   Razão Social: A G DA CRUZ LTDA
   CNPJ: 69.386.324/0001-06
   Endereço: Avenida Paulo Ramos, nº 57, Bairro Santa Luzia, Pinheiro – MA
   E-mail: shopgas@yahoo.com.br
   Telefone: 98.3381.2761 / 98. 9 9180 2112

2. **REPRESENTANTE LEGAL QUE ASSINARÁ O CONTRATO**
   Nome: Antonia Geovanda da Cruz
   Cédula de Identidade/órgão emissor: 013656882000-5 SSP/MA
   CPF: 406.433.873-15
   Cargo Função: Proprietária
   E-mail: shopgas@yahoo.com.br
   Telefone: 98.9 9180 2112

3. **PROPOSTA DE PREÇOS:**

VALOR GLOBAL TOTAL: **R$ 314.517,70 (TREZENTOS E QUATORZE MIL, QUINHENTOS E DEZESSETE REAIS E SETENTA CENTAVOS.)**

ANTONIA GEOVANDA DA CRUZ:40643387315

Assinado de forma digital por ANTONIA GEOVANDA DA CRUZ:40643387315 Dados: 2025.02.28 15:46:59 -03'00'

SHOP GÁS

A G DA CRUZ LTDA
CNPJ: 69.386.324/0001-06 INCS. EST. 12.122.198-9
AV. Paulo Ramos, Nº 57, Bairro Santa Luzia – CEP 65.200-000



PLANILHA COM QUANTITATIVO E PREÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	COTA	UND DE MEDIDA	QUANT.	QTD CILINDRO	VALOR	TOTAL
1	RECARGA DE AR MEDICINAL (COMPRIMIDO) – CILINDRO DE 1 M³	AIR LIQUIDE	Exclusiva ME/EPP	M³	30	30	R$ 210,68	R$ 6.320,40
2	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 1/2 M³	AIR LIQUIDE	Exclusiva ME/EPP	M³	25	50	R$ 192,30	R$ 4.807,50
3	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 1 M³	AIR LIQUIDE	Exclusiva ME/EPP	M³	40	40	R$ 197,11	R$ 7.884,40
4	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 3,5M³	AIR LIQUIDE	Exclusiva ME/EPP	M³	140	40	R$ 239,50	R$ 33.530,00

ANTONIA GEOVANDA DA CRUZ:40643387315

Assinado de forma digital por ANTONIA GEOVANDA DA CRUZ:40643387315 Dados: 2021.03.24 13:47:10 -03'00'

Fone/Fax (98) 3381-2761 / CEL 98192-2299
E-mail: shopgas@yahoo.com.br
Pinheiro – MA

SHOP GÁS

A G DA CRUZ LTDA
CNPJ: 69.386.324/0001-06 INCS. EST. 12.122.198-9
AV. Paulo Ramos, Nº 57, Bairro Santa Luzia – CEP 65.200-000



5	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 2 M³	AIR LIQUIDE	Exclusiva ME/EPP	M³	200	100	R$ 168,65	R$ 33.730,00
6	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 7 M³	AIR LIQUIDE	Ampla Disputa	M³	788	113	R$ 99,15	R$ 78.130,20
7	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 7 M³	AIR LIQUIDE	Reservada ME/EPP	M³	262	37	R$ 99,15	R$ 25.977,30
8	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 10 M³	AIR LIQUIDE	Ampla Disputa	M³	900	87	R$ 102,92	R$ 92.628,00
9	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 10 M³	AIR LIQUIDE	Reservada ME/EPP	M³	300	33	R$ 102,92	R$ 30.876,00

Fone/Fax (98) 3381-2761 / CEL 98192-2299
E-mail: shopgas@yahoo.com.br
Pinheiro – MA

ANTONIA GEOVANDA DA CRUZ:40643387315

Assinado de forma digital por ANTONIA GEOVANDA DA CRUZ:40643387315 Dados: 2025.02.24 15:47:22 -03'00'

SHOP GÁS

A G DA CRUZ LTDA

CNPJ: 69.386.324/0001-06 INCS. EST. 12.122.198-9

AV. Paulo Ramos, Nº 57, Bairro Santa Luzia – CEP 65.200-000



11	UMIDIFICADOR PARA OXIGÊNIO 250ML	UNITEC	Exclusiva ME/EPP	Unidade	30	-	R$ 21,13	R$ 633,90
							VALOR GLOBAL	**R$ 314.517,70**
							TREZENTOS E QUATORZE MIL, QUINHENTOS E DEZESSETE REAIS E SETENTA CENTAVOS.	

4. **PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:** O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
5. **PRAZO DE EXECUÇÃO:** conforme o edital
6. **CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:** conforme o edital
7. **DADOS BANCÁRIOS:**
   Banco do Brasil
   Agência 0566-5
   Conta corrente nº 12.964-X

Declaramos que os prelos unitários e total dos itens foram cotados em moeda nacional (Real – R$), já incluídos todos os tributos (impostos e taxas), encargos fiscais, trabalhistas, comerciais e quaisquer outras despesas incidentes sobre o objeto da licitação.

Pinheiro (MA), 24 de fevereiro de 2025

ANTONIA GEOVANDA DA CRUZ:40643387315

Assinado de forma digital por ANTONIA GEOVANDA DA CRUZ:40643387315
Dados: 2025.02.24 15:47:36 -03'00'

A G DA CRUZ LTDA
Antonia Geovanda da Cruz
CPF 406.433.873-15

Fone/Fax (98) 3381-2761 / CEL 98192-2299
E-mail: shopgas@yahoo.com.br
Pinheiro – MA

SHOP GÁS

A G DA CRUZ LTDA
CNPJ: 69.386.324/0001-06 INCS. EST. 12.122.198-9
AV. Paulo Ramos, Nº 57, Bairro Santa Luzia – CEP 65.200-000



À
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU-MIRIM

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 006/2025

DECLARAÇÕES UNIFICADAS

A empresa A G DA CRUZ LTDA, inscrita no CNPJ nº 69.386.324/0001-06, sediada na Avenida Paulo Ramos, nº 57, Bairro Santa Luzia, Pinheiro – MA, por intermédio do seu representante legal, o (a) Sr. (a) Antonia Geovanda da Cruz, Cédula de Identidade/órgão emissor: 013656882000-5 SSP/MA, CPF: 406.433.873-15, DECLARA, para os devidos fins e sob as penas da Lei, que a empresa:

1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos;

2. Declaro que atendo aos requisitos de habilitação, conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21.

3. Apresenta proposta que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7°, XXXIII, da Constituição Federal;

5. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

6. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7. Organizada em cooperativa (se for o caso), cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. Enquadrado como, empresa de pequeno porte, cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

9. Sendo empresa de pequeno porte, DECLARA, expressamente, que no ano-calendário de realização da licitação, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, observando estritamente o limite na licitação.

Pinheiro (MA), 25 de fevereiro de 2025

ANTONIA GEOVANDA DA CRUZ:40643387315
Assinado de forma digital por ANTONIA GEOVANDA DA CRUZ:40643387315
Dados: 2025.02.25 15:50:49 -03'00'

A G DA CRUZ LTDA
Antonia Geovanda da Cruz
CPF 406.433.873-15

Fone/Fax (98) 3381-2761 / CEL 98192-2299
E-mail: shopgas@yahoo.com.br
Pinheiro – MA

PROPOSTAS
DESCLASSIFICADAS

SHOP GÁS

A G DA CRUZ LTDA
CNPJ: 69.386.324/0001-06 INCS. EST. 12.122.198-9
AV. Paulo Ramos, Nº 57, Bairro Santa Luzia – CEP 65.200-000



363

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU-MIRIM

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 006/2025

OBJETO: Registro de preço para aquisição de recargas de gases medicinais gás oxigênio e ar comprimido e acessórios umidificador e regulador com fluxômetro – para uso na assistência ventilatória para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Itapecuru Mirim/MA.

RESUMO DA PROPOSTA ADEQUADA

Prezado Senhor,

Pela presente, submetemos à vossa apreciação a nossa proposta relativa à licitação em epígrafe, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na preparação da mesma e declaramos ainda que, temos pleno conhecimento das condições em que se desenvolverão os trabalhos e concordamos com a totalidade das instruções e critérios de qualificação definidos no EDITAL.

1. **PROPONENTE:**
   Razão Social: A G DA CRUZ LTDA
   CNPJ: 69.386.324/0001-06
   Endereço: Avenida Paulo Ramos, nº 57, Bairro Santa Luzia. Pinheiro – MA
   E-mail: shopgas@yahoo.com.br
   Telefone: 98.3381.2761 / 98. 9 9180 2112

2. **REPRESENTANTE LEGAL QUE ASSINARÁ O CONTRATO**
   Nome: Antonia Geovanda da Cruz
   Cédula de Identidade/órgão emissor: 013656882000-5 SSP/MA
   CPF: 406.433.873-15
   Cargo Função: Proprietária
   E-mail: shopgas@yahoo.com.br
   Telefone: 98.9 9180 2112

3. **PROPOSTA DE PREÇOS:**

VALOR GLOBAL TOTAL: **R$ R$ 40.950,00 (Quarenta mil novecentos e cinquenta reais..)**

ANTONIA GEOVANDA DA CRUZ:40643387315

SHOP GÁS

A G DA CRUZ LTDA
CNPJ: 69.386.324/0001-06 INCS. EST. 12.122.198-9
AV. Paulo Ramos, Nº 57, Bairro Santa Luzia – CEP 65.200-000



PLANILHA COM QUANTITATIVO E PREÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	COTA	UND DE MEDIDA	QUANT.	QTD CILINDRO	VALOR	TOTAL
6	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 7 M³		Ampla Disputa	M³	788	113	R$ 39,00	R$ 30.732,00
7	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 7 M³		Reservada ME/EPP	M³	262	37	R$ 39,00	R$ 10.218,00
							VALOR GLOBAL	R$ 40.950,00
								Quarenta mil novecentos e cinquenta reais.

4. **PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:** O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
5. **PRAZO DE EXECUÇÃO:** conforme o edital
6. **CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:** conforme o edital
7. **DADOS BANCÁRIOS:**
   Banco do Brasil
   Agência 0566-5
   Conta corrente nº 12.964-X

Declaramos que os preços unitários e total dos itens foram cotados em moeda nacional (Real – R$), já incluídos todos os tributos (impostos e taxas), encargos fiscais, trabalhistas, comerciais e quaisquer outras despesas incidentes sobre o objeto da licitação.

Pinheiro (MA), 27 de fevereiro de 2025

ANTONIA GEOVANDA DA CRUZ:40643387315

Assinado de forma digital por ANTONIA GEOVANDA DA CRUZ:40643387315
Dados: 2025.02.27 10:40:53 -03'00'

SHOP GÁS

A G DA CRUZ LTDA
CNPJ: 69.386.324/0001-06 INCS. EST. 12.122.198-9
AV. Paulo Ramos, Nº 57, Bairro Santa Luzia – CEP 65.200-000



Antonia Geovanda da Cruz
CPF 406.433.873-15



ANTONIA GEOVANDA DA CRUZ:40643387315
Assinado de forma digital por ANTONIA GEOVANDA DA CRUZ:40643387315
Dados: 2025.02.27 10:41:06 -03'00'

Fone/Fax (98) 3381-2761 / CEL 98192-1299
E-mail: shopgas@yahoo.com.br
Pinheiro – MA

SHOP GÁS

A G DA CRUZ LTDA
CNPJ: 69.386.324/0001-06 INCS. EST. 12.122.198-9
AV. Paulo Ramos, Nº 57, Bairro Santa Luzia – CEP 65.200-000



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2025
COMPOSIÇÃO DE CUSTOS

Apresentamos nossa composição de custos como comprovação da exequibilidade de nossa proposta para fornecimento dos itens abaixo discriminados, que integra o instrumento convocatório da licitação em epígrafe.

1. **IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:**
   Modalidade: Pregão Eletrônico
   Edital: nº 006/2025
   Forma: Eletrônica
   Tipo: Menor Preço por Item

RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE	A G DA CRUZ LTDA – SHOP GÁS
CNPJ:	69.386.324/0001-06
INSC. ESTADUAL:	12122198-9
ENDEREÇO:	AV. PAULO RAMOS, Nº 57, BAIRRO SANTA LUZIA
CIDADE:	PINHEIRO
ESTADO:	MARANHÃO
TELEFONE:	98 9 9180.2112
E-MAIL:	shopgas@yahoo.com.br

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS				
1.0. CUSTO PARA AQUISIÇÃO DO PRODUTO				
CUSTO PARA AQUISIÇÃO DO PRODUTO	**UND**	**QTD.**	**VL. UNIT.**	**VL. TOTAL**
COMPRA				
VL. DE COMPRA - (M^3)	M^3	1.050	R$ 10,1872	R$ 10.696,56
DESLOCAMENTO (AQUISIÇÃO)	KM	888,00		
COMBUSTÍVEL (AQUISIÇÃO)	LT	250	R$ 6,30	R$ 1.575,00
MOTORISTA	DIÁRIA	3	R$ 200,00	R$ 600,00
VL. TOTAL				**R$ 12.871,59**
ENTREGA				
DESLOCAMENTO (ENTREGA)	KM	250,1		
COMBUSTÍVEL (ENTREGA)	LT	100	R$ 6,30	R$ 630,00
MOTORISTA	DIÁRIA	1	R$ 200,00	R$ 200,00
VL. TOTAL				**R$ 630,00**
2.0. TRIBUTOS				
TRIBUTOS			**PERCENTUAL (%)**	**VL. (R$)**
IMPOSTOS				
1.ICMS			12%	R$ 40.950,00
TOTAL GERAL				**R$ 36.036,00**
3.0. LUCRO				
RECEITA				R$ 40.950,00

ANTONIA GEOVANDA DA CRUZ:40643387315

SHOP GÁS

A G DA CRUZ LTDA

CNPJ: 69.386.324/0001-06 INCS. EST. 12.122.198-9

AV. Paulo Ramos, Nº 57, Bairro Santa Luzia – CEP 65.200-000



DESPESAS		R$ 18.415,59
LUCRO		R$ 22.534,41
LUCRO (%)		**55,029%**

Pinheiro – MA, 27 de Fevereiro de 2025.

ANTONIA GEOVANDA DA CRUZ:40643387315

Assinado de forma digital por ANTONIA GEOVANDA DA CRUZ:40643387315
Dados: 2025.02.27 10:39:53 -03'00'

A G DA CRUZ LTDA
CNPJ nº 69.386.324/0001-06
Antônia Geovanda da Cruz
CPF 406.433.873-15
RG 013656882000-5

Fone/Fax (98) 3381-2761 / CEL 98192-2299
E-mail: shopgas@yahoo.com.br
Pinheiro – MA

RECEBEMOS DE Air Liquide Brasil Ltda OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO		NF-e Nº.0060511 SÉRIE 294
DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR	

Air Liquide

Identificação do emitente
Air Liquide Brasil Ltda
Est. do aeroporto Km nº 2230
Quarenta Horas
ANANINDEUA - PA
CEP: 67130-570 - Fone/Fax:

DANFE
DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA

0 - ENTRADA
1 - SAÍDA [1]

Nº.0060511 FL 1 / 2
SÉRIE 294

CHAVE DE ACESSO
1525 0200 3317 8800 8365 5529 4000 0605 1118 4401 5895

Consulta de autenticidade no portal nacional de NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

NATUREZA DA OPERAÇÃO		PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO
VENDA PRODUCAO DO ESTABELECIMENTO		215250008581528 19/02/2025 17:39:15
INSCRIÇÃO ESTADUAL	INSCR. EST. SUBST. TRIBUTÁRIO	CNPJ / CPF
154964263		00.331.788/0083-65

DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME / RAZÃO			CNPJ / CPF	DATA EMISSÃO
A G DA CRUZ COMERCIO			69.386.324/0001-06	19/02/2025
ENDEREÇO		BAIRRO / DISTRITO	CEP	DT. ENTRADA/SAÍDA
AV PAULO RAMOS 57		SANTA LUZIA	65200-000	
MUNICÍPIO	FONE / FAX	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL	HORA SAÍDA
PINHEIRO	98981922299	MA	121221989	

FATURA/DUPLICATA

FATURA/DUPLIC.	VENCIMENTO	VALOR	FATURA/DUPLIC.	VENCIMENTO	VALOR	FATURA/DUPLIC.	VENCIMENTO	VALOR
005462810	12/03/2025	12.862,59						

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO DO ICMS ST	VALOR DO ICMS SUBSTITUTO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
12.862,59	1.543,51	0,00	0,00	12.862,59

VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	VALOR DO DESCONTO	OUTRAS DESPESAS	VALOR DO IPI	VALOR TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.862,59

BLOCO TRANSPORTADOR / VOLUMES

NOME / RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA	CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEÍCULO	UF	CNPJ
DESTINATARIO	1 - Por conta do destinatário (DESTINATÁRIO)				

ENDEREÇO	MUNICÍPIO	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL

QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NÚMERO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO
0,00		ALB		9.669,350	1.157,350

DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM / SH	CST	CFOP	UN	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	B.CALC. ICMS	VALOR ICMS	VALOR IPI	ALÍQUOTA ICMS	ALÍQUOTA IPI
1000011	ONU 1072 OXIGENIO, COMPRIMIDO 2,2 (5,1) III OXIGENIO G ASOSO MEDICINAL CIL.6 M3 LOTE(S): 94013401, 94013404, 94013408, 94013409	28044000	000	6101	m3	456,00	10,1472	4.334,75	4.334,75	520,17	0,00	12,00	0,00
1000007	ONU 1072 OXIGENIO, COMPRIMIDO 2,2 (5,1) III OXIGENIO G ASOSO MEDICINAL-CIL. 6,0 M LOTE(S): 94013401	28044000	000	6101	M3	120,00	10,1472	1.222,48	1.222,48	146,70	0,00	12,00	0,00
1000007A	ONU 1072 OXIGENIO, COMPRIMIDO 2,2 (5,1) III OXIGENIO G ASOSO MEDICINAL - CIL 2,3 M3 LOTE(S): 94013395, 94013402, 94013409	28044000	000	6101	M3	37,20	10,1472	377,49	377,49	45,29	0,00	12,00	0,00
1000023	ONU 1072 OXIGENIO, COMPRIMIDO 2,2 (5,1) III OXIGENIO G ASOSO MEDICINAL-CIL 5,0 M3. LOTE(S): 94013401, 94013409	28044000	000	6101	M3	9,00	10,1472	91,33	91,33	11,00	0,00	12,00	0,00
1000152	ONU 1002 AR. COMPRIMIDO 2,2 ( ) III AR SINTETICO MEDICINAL - CILINDRO 10 m3 LOTE(S): 94013344, 94013368	28539000	000	6101	M3	40,00	14,2672	570,68	570,68	78,00	0,00	12,00	0,00
1000329	ONU 1072 OXIGENIO, COMPRIMIDO 2,2 (5,1) III OXIGENIO G ASOSO INDUSTRIAL - CIL 10L LOTE(S): 94013397	28044000	000	6101	M3	28,00	7,1866	199,73	199,73	19,17	0,00	12,00	0,00

CÁLCULO DO ISSQN

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS	BASE DE CÁLCULO DO ISSQN	VALOR DO ISSQN
	0,00	0,00	0,00

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	RESERVADO AO FISCO
CODIGO DO CLIENTE: 535748 - Lotes: 94013344, 94013368, 94013393, 94013397, 94013408, 94013401, 94013410, 94013404, 94013406, 94013409 IPI retirado a area conf.dec 6950 29/12/2010 IPI reduzido a area conf.dec 8950 29/12/2016 LOCAL DE ENTREGA: Razão Social: A G DA CRUZ COMERCIO Endereço: AV PAULO RAMOS 57 MUNICIPIO/Bairro/Distrito: SANTA LUZIA Município: Pinheiro CEP: 65200000 UF: MA País: Brasil Email: shoppinggabrielmacedo@yahoo.com.br Inscrição Estadual: 121221989 ASSINATURA DO RESPONSAVEL: DECLARO QUE OS PRODUTOS E EQUIPAMENTOS ESTÃO ADEQUADAMENTE CLASSIFICADOS, EMBALADOS, IDENTIFICADOS, E ESTIVADOS PARA SUPRIR AS RECOMENDAÇÕES DE TRANSPORTE E QUE ATENDEM AS EXIGÊNCIAS DA REGULAMENTAÇÃO RESOLUÇÃO 5.998/2022 DA ANTT. ALERTAMOS QUE OS EQUIPAMENTOS DE NOSSA PROPRIEDADE CEDIDOS A OS NOSSOS CLIENTES E REVENDEDORES DESTINAM-SE EXCLUSIVAMENTE AO ACONDICIONAMENTO DOS GASES POR NÓS FORNECIDOS E NÃO PODEM, SOB HIPÓTESE OU CONDIÇÕES, SEREM TROCADOS, ADULTERADOS OU ALIENADOS. Placa/PSQ627 MA / Cod Repart Fiscal: 44 Condições de Pagamento: 28 - 21 DIAS DA DATA - Rua Barra Funda, 930 - Barra Funda, São Paulo - SP, 01152-900, Telefone Fixo(s) - 151. Não havendo recurga em até 90 dias para cilindros roubados e 180 para obrigagal, a cobrar da recurga, a ALR se reserva o direito de retirar o(s) cilindro(s) aplicado(s) ou sobre recagão de 50 % sobre o valor de cada ativo. O boleto e a nota fiscal referentes à locação serão enviados exclusivamente para o e-mail informado. A não o pronta disponibilidade, ocasionando-se a cobrança de recurga, a ALR reserva-se o direito de retirar os cilindros. Esse política engloba somente clientes privados, tanto dispensado diversos estabelecidos em contrato.	

Powered by totvs

FLS. 266

Air Liquide

Air Liquide Brasil Ltda
Rua [illegible] 2270
Quadra Norte
ANANINDEUA - PA
CEP 67125-570 - [illegible]

DANFE

DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA

0 - ENTRADA
1 - SAÍDA [1]

Nº 0060511 FL 2 / 2
SÉRIE 294

CHAVE DE ACESSO
1525 0200 3317 8800 8365 5529 4000 0605 1118 4401 5895

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e
www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizador

NATUREZA DA OPERAÇÃO		PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO
VENDA PRODUCAO DO ESTABELECIMENTO		215250008581528 19/02/2025 17:39:15
INSCRIÇÃO ESTADUAL	INSCR. EST. SUBST. TRIBUTÁRIO	CNPJ
154964263		00.331.788/0083-65

DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS

CÓDIGO	DESCRIÇÃO PRODUTO / SERVIÇO	NCM / SH	CST	CFOP	UN	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	B.CALC. ICMS	VALOR ICMS	VALOR IPI	ALÍQUOTA ICMS	ALÍQUOTA IPI
10000112	ONU 1001 ACETILENO, DISSOLVIDO 2.1 (-) ACETILENO INDUSTRIAL 10Q	28012000	000	6102	KG	2,00	188,5999	377,14	377,14	45,26	0,00	12,00	0,00
10024037	ONU 1001 ACETILENO DISSOLVIDO 2.1 (-) ACETILENO 9KG	28012000	000	6102	KG	34,00	87,3100	3.003,52	3.003,52	420,62	0,00	12,00	0,00
10000024	ONU 1072 OXIGENIO COMPRIMIDO 2.2 (-) OXIGENIO MEDICINAL - CIL 10,0 M³ LOTE(S): 9401340	28044010	000	6101	M3	190,00	10,1872	1.935,70	1.935,70	270,09	0,00	12,00	0,00
10003029	ONU 1002 AR, COMPRIMIDO 2.2 (-) AR SINTÉTICO MEDICINAL - CILINDRO 10 m³ LOTE(S): 9401344, 9401366	28030090	000	6101	535	20,00	16,2671	325,34	325,34	39,04	0,00	12,00	0,00

Powered by TOTVS

RECEBEMOS DE **Air Liquide Brasil Ltda** OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO

DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

NF-e
Nº.0060512
SÉRIE 294

Identificação do emitente
Air Liquide Brasil Ltda
Est. do quarenta horas 2228
Quarenta Horas
ANANINDEUA - PA
CEP 67120-370 - 115908300

DANFE
DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA

0 - ENTRADA
1 - SAÍDA [1]

Nº.0060512 FL 1 / 2
SÉRIE 294

CHAVE DE ACESSO
1525 0200 3317 8800 8365 5529 4000 0605 1218 7482 5540

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizador

NATUREZA DA OPERAÇÃO	PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO
RETORNO DE VASILHAME - REVENDA	215250008581594 19/02/2025 17:39:27

INSCRIÇÃO ESTADUAL	INSCR. EST. SUBST. TRIBUTÁRIO	CNPJ / CPF
154964263		00.331.788/0083-65

DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME / RAZÃO	CNPJ / CPF	DATA EMISSÃO
A G DA CRUZ COMERCIO	69.386.224/0001-06	19/02/2025

ENDEREÇO	BAIRRO / DISTRITO	CEP	DT. ENTRADA/SAÍDA
AV PAULO RAMOS 57	SANTA LUZIA	65200-000	

MUNICÍPIO	FONE / FAX	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL	HORA SAÍDA
PINHEIRO	98981922299	MA	121221989	

FATURA/DUPLICATA

FATURA/DUPLIC.	VENCIMENTO	VALOR	FATURA/DUPLIC.	VENCIMENTO	VALOR	FATURA/DUPLIC.	VENCIMENTO	VALOR

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO DO ICMS ST	VALOR DO ICMS SUBSTITUTO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
0,00	0,00	0,00	0,00	1.380,00

VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	VALOR DO DESCONTO	OUTRAS DESPESAS	VALOR DO IPI	VALOR TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.380,00

TRANSPORTADOR / VOLUMES

NOME / RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA	CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEÍCULO	UF	CNPJ
DESTINATARIO	1 - Por conta do destinatário/remetente				

ENDEREÇO	MUNICÍPIO	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL

QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NÚMERO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO
138,00	CILINDROS	ALB		7.217,400	7.217,400

DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM / SH	CST	CFOP	UN	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	BC ICMS	VALOR ICMS	VALOR IPI	ALÍQUOTA ICMS	ALÍQUOTA IPI
2000001	ONU 1072 OXIGENIO, COMPRIMIDO 2,2 (5,1) III CIL VAZIO OXIGENIO GASOSO MEDICINAL CIL 6 M3	28044000	040	6923	Un	7,00	10,00	70,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2000007	ONU 1072 OXIGENIO, COMPRIMIDO 2,2 (5,1) III CIL VAZIO OXIGENIO GASOSO MED-CIL 8,0 M	28044000	040	6923	Un	10,00	10,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2000015	ONU 1072 OXIGENIO, COMPRIMIDO 2,2 (5,1) III CIL VAZIO OXIGENIO GASOSO MED - CIL 2,2 M3	28044000	040	6923	Un	34,00	10,00	340,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2000023	ONU 1072 OXIGENIO, COMPRIMIDO 2,2 (5,1) III CIL VAZIO OXIGENIO GASOSO MEDICINAL-CIL 3,0 M3	28044000	040	6923	Un	5,00	10,00	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2000031	ONU 1002 AR, COMPRIMIDO 2,2 (-) III CIL VAZIO AR SINTETICO MEDICINAL - CIL 10 M3	28044000	040	6923	Un	4,00	10,00	40,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2000049	ONU 1072 OXIGENIO, COMPRIMIDO 2,2 (5,1) III CIL VAZIO OXIGENIO GASOSO MED. - CIL 10L	28044000	040	6923	Un	2,00	10,00	20,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CÁLCULO DO ISSQN

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS	BASE DE CÁLCULO DO ISSQN	VALOR DO ISSQN
	0,00	0,00	0,00

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

CODIGO DO CLIENTE: 535746 - Declaramos que para o item 3 "gases" da embalagem atendem as normas de transporte da portaria 204 atendendo a normas técnicas constantes da ABNT. ICMS isento conf. Art. 36 Decreto 46764/01 - RICMS/PA). Não incidência do IPI conf Art. 6, I, paragrafo 1, do Decr 7212 RIPI/2010/ICMS isento conf. Art. 36 Decreto 46764/01 - RICMS/PA). Não incidência do IPI conf Art. 6, I, paragrafo 1, do Decr 7212 RIPI/2010 LOCAL DE ENTREGA: Radio Sanat AG DA CRUZ COMERCIO E endereço: AV. PAULO RAMOS 57 MULTISHIPPING Bairro/Distrito: SANTA LUZIA Município: Pinheiro CEP: 65200000 UF: MA Fone: Email: email:ageggdacruz@yahoo.com.br Inscrição Estadual: 121221989 ASSINATURA DO RESPONSAVEL _____ DECLARO QUE OS PRODUTOS PERIGOSOS ESTAO ADEQUADAMENTE CLASSIFICADOS, EMBALADOS, IDENTIFICADOS E ESTIVADOS PARA SUPORTAR OS RISCOS DAS OPERAÇÕES DE TRANSPORTE E QUE ATENDEM AS EXIGENCIAS DA REGULAMENTAÇÃO RESOLUÇÃO 5.998/2021 DA ANTT. ALERTAMOS QUE OS EQUIPAMENTOS DE NOSSA PROPRIEDADE CEDIDOS AOS NOSSOS CLIENTES/FORNECEDORES DESTINAM-SE A USO UNICAMENTE AO ACONDICIONAMENTO DOS GASES POR NÓS FORNECIDOS E NÃO PODEM, SOB HIPÓTESE OU CONDIÇÕES, SEREM TROCADOS, ADULTERADOS OU ALIENADOS. Placa:PSQ3C27 NAVI Cnl Rgnal:F mod: 94 Ano: 94/1344 94013388 94013393, 94013397, 94013400, 94013401, 94013402, 94013418, 94013436, 94013459 Rede serv.: NF: 000[2]68 Serie: 1 Data: 18/02/2025 Valor: 1.260,00 000[2]69 Série: 1 Data: 18/02/2025 Valor: 1.345,00 Não havendo retirada em até 60 dias para cilindros industriais e 180 para alpha/gas, a Air Liquide se reserva o direito de gerar (60) dias) aplicando) ou cobrar locação de 10% sobre o valor de cada item. O boleto e a nota fiscal referentes à locação serão enviados mensalmente para o e-mail cadastrado. Após o prazo supracitado, mensalmente e mediante de recarga, a ALB reserva-se o direito de retirar os cilindros. Esta política engloba somente clientes privados, salvo disposição diversa estabelecida em contrato.

RESERVADO AO FISCO

Powered by TOTVS

Fls. 262

Air Liquide

Air Liquide Brasil Ltda
Est. do Quarenta Horas 2239
Quarenta Horas
ANANINDEUA - PA
CEP 67125-170 - [illegible]

DANFE

DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA

0 - ENTRADA
1 - SAÍDA [1]

Nº 0060512 FL 2 / 2
SÉRIE 294

CHAVE DE ACESSO
1525 0200 3317 8800 8365 5529 4000 0605 1218 7482 5540

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

NATUREZA DA OPERAÇÃO
RETORNO DE VASILHAME - REVENDA

PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO
215250008581594 19/02/2025 17:39:27

INSCRIÇÃO ESTADUAL
154964263

[illegible]

CNPJ
00.331.788/0083-65

DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM / SH	CST	CFOP	UN	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	B.CALC ICMS	VALOR ICMS	VALOR IPI	ALÍQUOTA ICMS	ALÍQUOTA IPI
20004112	ONU 1001 ACETILENO, DISSOLVIDO 2.1 ( ) 10 CIL VAZIO A CETILENO INDUSTRIAL 1KG	[illegible]	060	5921	Un	3,00	10,00	30,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20026887	ONU 1001 ACETILENO, DISSOLVIDO 2.1 ( ) 10 CIL VAZIO A CETILENO 4KG	[illegible]	060	5921	Un	4,00	10,00	40,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20046029	ONU 1072 OXIGÊNIO, COMPRIMIDO 2.2 (5.1) 10 CIL VAZIO OXIGÊNIO GASOSO MEDICIL 10,0 M	[illegible]	060	5921	Un	18,00	10,00	180,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20003029	ONU 1002 AR, COMPRIMIDO 2.2 ( ) 10 CIL VAZIO AR SINTÉTICO MEDICINAL – CIL 10 M3	[illegible]	060	5921	Un	2,00	10,00	20,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEBEMOS DE A G DA CRUZ LTDA OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA INDICADA ABAIXO. EMISSÃO: 07/02/2025 VALOR TOTAL: R$ 70.875,00 DESTINATÁRIO: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE CURURUPU - PRACA JOAO VIEIRA, SN - CENTRO Cururupu-MA

DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

NF-e
N°. 000.002.156
Série 001

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE

A G DA CRUZ LTDA
AVE PAULO RAMOS, 57
SANTA LUZIA - 65200-000
Pinheiro - MA Fone/Fax: (98) 2381-2761

DANFE
Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica

0 - ENTRADA
1 - SAÍDA [1]

Nº. 000.002.156
Série 001
Folha 1/1

CHAVE DE ACESSO
2325 0269 3863 2400 0106 5500 1000 0021 5611 0854 6301

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

NATUREZA DA OPERAÇÃO	PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO
Venda ST	421250004576301 - 07/02/2025 12:10:37

INSCRIÇÃO ESTADUAL	INSCRIÇÃO MUNICIPAL	INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.	CNPJ / CPF
121221989			69.386.324/0001-06

DESTINATÁRIO / REMETENTE

NOME / RAZÃO SOCIAL			CNPJ / CPF	DATA DA EMISSÃO
SANTA CASA DE MISERICORDIA DE CURURUPU			06.128.938/0001-78	07/02/2025
ENDEREÇO	**BAIRRO / DISTRITO**		**CEP**	**DATA DA SAÍDA/ENTRADA**
PRACA JOAO VIEIRA, SN	CENTRO		65268-000	07/02/2025
MUNICÍPIO	**UF**	**FONE / FAX**	**INSCRIÇÃO ESTADUAL**	**HORA DA SAÍDA/ENTRADA**
Cururupu	MA			12:10:09

PAGAMENTO

Forma	Boleto
Valor	R$ 70.875,00

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLC. DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLC. ICMS S.T.	VALOR DO ICMS SUBST.	V. IMP. IMPORTAÇÃO	V. ICMS UF REMET.	V. FCP UF DEST.	V. TOTAL PRODUTOS
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70.875,00
VALOR DO FRETE	**VALOR DO SEGURO**	**DESCONTO**	**OUTRAS DESPESAS**	**VALOR TOTAL IPI**	**V. ICMS UF DEST.**	**V. TOT. TRIB.**	**V. TOTAL DA NOTA**
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70.875,00

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

NOME / RAZÃO SOCIAL	FRETE	CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEÍCULO	UF	CNPJ / CPF
	2-Próprio por conta do Rem				

ENDEREÇO	MUNICÍPIO	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL

QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO

DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS

CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	O.CSOSN	CFOP	UN	QUANT.	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	VALOR DESC.	B.CALC ICMS	VALOR ICMS	VALOR IPI	ALIQ ICMS	ALIQ IPI
1	OXIGENIO MEDICINAL	28044000	0/500	5405	M3	2.022,00	35,00	70.875,00	0,000	0,00	0,00		0,00	

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	RESERVADO AO FISCO
Inf. Contribuinte: www.grupocais.com.br A G DA CRUZ - BANCO DO BRASIL AG. 0566-5 CONTA CORRENTE 12.964-X CONTRATO N 01/2024 DOCUMENTO EMITIDO POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL NÃO GERA DIREITO A CREDITO FISCAL DE IPI.	

PROPOSTAS CLASSIFICADAS

SÃO LUÍS OXIGÊNIO
Gases e Equipamentos

Fls: 090

PROPOSTA DE PREÇO

Município: Itapecuru Mirim - MA

AO **MUNICÍPIO DE ITAPECURU MIRIM - MA**
NÚCLEO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS – CPL
Sr. PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

Referente: **PREGÃO ELETRÔNICO – SRP nº 006/2025 – SRP -**

IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE		
Nome da Fantasia: SÃO LUÍS OXIGÊNIO		
Razão Social: R SOUSA COMERCIO LTDA		
CNPJ: 27.517.764/0001-05		
INSCRIÇÃO ESTADUAL: 126675813		
OPTANTE PELO SIMPLES? SIM (X) NÃO( )		
ENDEREÇO: RUA SÃO JORGE, Nº 11, QUADRA 206, LOTE 11		
BAIRRO: JARDIM SÃO CRISTÓVÃO		**CIDADE**: SÃO LUÍS – MA
CEP: 65.055-285		**EMAIL**: saoluisoxigenio@gmail.com
TELEFONE: (98) 98921-4637		FAX:
REPRESENTANTE LEGAL P/ASSINATURA DO CONTRATO		
Nome Completo: Reginaldo José de Sousa Júnior		
RG: 0212185720060 EMISSOR: SSP/MA		CPF: 054.307.083-21
ENDEREÇO: Avenida da História, Cond. Recanto do Calhau, Bloco C1, Apt.: 101	CEP: 65.074-795	MUNICÍPIO: SÃO LUÍS – MA
TELEFONES: (98) 98921-4637		EMAIL: saoluisoxigenio@gmail.com
DADOS BANCARIOS DA EMPRESA		
BANCO DO BRASIL	AGÊNCIA: 3649-8	C/C: 52743-2



SÃO LUÍS OXIGÊNIO
Gases e Equipamentos

Item	Especificação dos Produtos	Unid.	Quanto	Qtd Cilindro	Valor Unit.	Valor Total
1	RECARGA DE AR MEDICINAL (COMPRIMIDO) – CILINDRO DE 1 M³	M³	30	30	R$ 170,00	R$ 5.100,00
2	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 1/2 M³	M³	50	25	R$ 156,00	R$ 7.800,00
6	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 7 M³	M³	788	113	R$ 38,00	R$ 29.944,00
7	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 7 M³	M³	262	37	R$ 38,00	R$ 9.170,00
8	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 10 M³	M³	900	87	R$ 75,00	R$ 67.500,00
9	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 10 M³	M³	300	33	R$ 40,00	R$ 12.000,00
10	VÁLVULA REGULADORA PARA CILINDRO DE OXIGÊNIO COM FLUXOMETRO	UND	15		R$ 116,00	R$ 1.740,00
11	UMIDIFICADOR PARA OXIGÊNIO 250ML	UND	30		R$ 10,00	R$ 630,00

Rua São Jorge, nº 11, Quadra 206, Lote 11.
CEP: 65.055-600. SÃO LUÍS – MA
E-MAIL: saoluisoxigenio@gmail.com
Contato: (98) 98588-7060

11	EXTENSOR PARA CATETER DE OXIGÊNIO, TUBO EM SILICONE COM DIÂMETRO INTERNO 6MM : 50METROS	UND	50		R$ 4,90	R$ 245,00
VALOR GLOBAL				**R$134.129,00** (centro e trinta e quatro mil e cento e vinte e nove reais)		

Validade da Proposta: 90 dias.

Marca/Fabricante: Messer.

A EMPRESA **R SOUSA COMERCIO LTDA** DECLARA QUE:

1 - ESTÃO INCLUSAS NO VALOR COTADO TODAS AS DESPESAS COM MÃO DE OBRA E, BEM COMO, TODOS OS TRIBUTOS E ENCARGOS FISCAIS, SOCIAIS, TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIOS E COMERCIAIS E, AINDA, OS GASTOS COM TRANSPORTE E ACONDICIONAMENTO DOS PRODUTOS EM EMBALAGENS ADEQUADAS

2 - VALIDADE DA PROPOSTA: 90 (SESSENTA) DIAS.

3 - PRAZO DE INÍCIO DE FORNECIMENTO/EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ACORDO COM O ESTABELECIDO NO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I) DO EDITAL DESSE PROCESSO.

4 - QUE **NÃO POSSUI** COMO SÓCIO, GERENTE E DIRETORES, SERVIDORES DA **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM** - MA, E AINDA CÔNJUGE, COMPANHEIRO OU PARENTE ATÉ TERCEIRO GRAU.

5 - QUE O PRAZO DE INÍCIO DA ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS SERÁ DE ACORDO COM OS TERMOS ESTABELECIDOS NO ANEXO I, DESTE EDITAL A CONTAR DO RECEBIMENTO, POR PARTE DA CONTRATADA, DA ORDEM DE COMPRA OU DOCUMENTO SIMILAR, NA RUA SÃO JORGE, Nº 11, QUADRA 206, LOTE 11 CEP: 65.055-600, SÃO LUÍS – MA. TODOS OS PRODUTOS SERÃO AVALIADOS, SOB PENA DE DEVOLUÇÃO DE NÃO ACEITE, CASO NÃO ATENDA A DISCRIMINAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA DO REFERIDO EDITAL OU DE MÁ QUALIDADE.

SÃO LUÍS OXIGÊNIO
Gases e Equipamentos

SÃO LUÍS – MA, 26 DE FEVEREIRO DE 2025

R SOUSA COMERCIO EIRELI - SÃO LUÍS OXIGÊNIO
CNPJ: 27.517.764/0001-05

Rua São Jorge, nº 11, Quadra 206, Lote 11.
CEP: 65.055-600. SÃO LUÍS – MA
E-MAIL: saoluisoxigenio@gmail.com
Contato: (98) 98588-7060



SÃO LUÍS OXIGÊNIO
Gases e Equipamentos

Código: SLX-FORM-004
Versão: 03
Válido até: 31/12/2025

FLS 132

PROPOSTA DE PREÇO

Município: Itapecuru Mirim - MA

AO **MUNICÍPIO DE ITAPECURU MIRIM - MA**
NÚCLEO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS – CPL
Sr. PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

Referente: **PREGÃO ELETRÔNICO – SRP nº 006/2025 – SRP -**

IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE		
Nome da Fantasia: SÃO LUÍS OXIGÊNIO		
Razão Social: R SOUSA COMERCIO LTDA		
CNPJ: 27.517.764/0001-05		
INSCRIÇÃO ESTADUAL: 126675813		
OPTANTE PELO SIMPLES? SIM (X) NÃO( )		
ENDEREÇO: RUA SÃO JORGE, Nº 11, QUADRA 206, LOTE 11		
BAIRRO: JARDIM SÃO CRISTÓVÃO		**CIDADE**: SÃO LUÍS – MA
CEP: 65.055-285		**EMAIL**: saoluisoxigenio@gmail.com
TELEFONE: (98) 98921-4637		FAX:
REPRESENTANTE LEGAL P/ASSINATURA DO CONTRATO		
Nome Completo: Reginaldo José de Sousa Júnior		
RG: 0212185720060 EMISSOR: SSP/MA		CPF: 054.307.083-21
ENDEREÇO: Avenida. da História, Cond. Recanto do Calhau, Bloco C1, Apt.: 101	CEP: 65.074-795	MUNICÍPIO: SÃO LUÍS – MA
TELEFONES: (98) 98921-4637		EMAIL: saoluisoxigenio@gmail.com
DADOS BANCARIOS DA EMPRESA		
BANCO DO BRASIL	AGÊNCIA: 3649-8	C/C: 52743-2

SÃO LUÍS OXIGÊNIO
Gases e Equipamentos

Código: SLX-FORM-004
Versão: 03
Válido até: 31/12/2025

Item	Especificação dos Produtos	Unid.	Quanto	Qtd Cilindro	Valor Unit.	Valor Total
1	RECARGA DE AR MEDICINAL (COMPRIMIDO) – CILINDRO DE 1 M³	M³	30	30	R$ 170,00	R$ 5.100,00
2	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 1/2 M³	M³	50	25	R$ 156,00	R$ 7.800,00
6	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 7 M³	M³	788	113	R$ 38,00	R$ 29.944,00
7	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 7 M³	M³	262	37	R$ 38,00	R$ 9.170,00
8	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 10 M³	M³	900	87	R$ 75,00	R$ 67.500,00
9	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 10 M³	M³	300	33	R$ 40,00	R$ 12.000,00
10	VÁLVULA REGULADORA PARA CILINDRO DE OXIGÊNIO COM FLUXOMETRO	UND	15		R$ 116,00	R$ 1.740,00
11	UMIDIFICADOR PARA OXIGÊNIO 250ML	UND	30		R$ 10,00	R$ 630,00

Rua São Jorge, nº 11, Quadra 206, Lote 11.
CEP: 65.055-600. SÃO LUÍS – MA
E-MAIL: saoluisoxigenio@gmail.com
Contato: (98) 98588-7060

11	EXTENSOR PARA CATETER DE OXIGÊNIO, TUBO EM SILICONE COM DIÂMETRO INTERNO 6MM : 50METROS	UND	50		R$ 4,90	R$ 245,00
VALOR GLOBAL				**R$134.129,00** (cento e trinta e quatro mil e cento e vinte e nove reais)		

Validade da Proposta: 90 dias.

Marca/Fabricante: Messer.

A EMPRESA **R SOUSA COMERCIO LTDA** DECLARA QUE:

1 - ESTÃO INCLUSAS NO VALOR COTADO TODAS AS DESPESAS COM MÃO DE OBRA E, BEM COMO, TODOS OS TRIBUTOS E ENCARGOS FISCAIS, SOCIAIS, TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIOS E COMERCIAIS E, AINDA, OS GASTOS COM TRANSPORTE E ACONDICIONAMENTO DOS PRODUTOS EM EMBALAGENS ADEQUADAS

2 - VALIDADE DA PROPOSTA: 90 (SESSENTA) DIAS.

3 - PRAZO DE INÍCIO DE FORNECIMENTO/EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ACORDO COM O ESTABELECIDO NO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I) DO EDITAL DESSE PROCESSO.

4 - QUE **NÃO POSSUI** COMO SÓCIO, GERENTE E DIRETORES, SERVIDORES DA **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM** - MA, E AINDA CÔNJUGE, COMPANHEIRO OU PARENTE ATÉ TERCEIRO GRAU.

5 - QUE O PRAZO DE INÍCIO DA ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS SERÁ DE ACORDO COM OS TERMOS ESTABELECIDOS NO ANEXO I, DESTE EDITAL A CONTAR DO RECEBIMENTO, POR PARTE DA CONTRATADA, DA ORDEM DE COMPRA OU DOCUMENTO SIMILAR, NA RUA SÃO JORGE, Nº 11, QUADRA 206, LOTE 11 CEP: 65.055-600, SÃO LUÍS – MA. TODOS OS PRODUTOS SERÃO AVALIADOS, SOB PENA DE DEVOLUÇÃO DE NÃO ACEITE, CASO NÃO ATENDA A DISCRIMINAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA DO REFERIDO EDITAL OU DE MÁ QUALIDADE.

SÃO LUÍS – MA, 26 DE FEVEREIRO DE 2025

R SOUSA COMERCIO EIRELI - SÃO LUÍS OXIGÊNIO
CNPJ: 27.517.764/0001-05

Rua São Jorge, nº 11, Quadra 206, Lote 11.
CEP: 65.055-600. SÃO LUÍS – MA
E-MAIL: saoluisoxigenio@gmail.com
Contato: (98) 98588-7060

B DE S BORGES COMERCIO DE GASES LTDA
38.425.303/0001-29
Rua 12 de Outubro, N 1119, Centro, CEP 64290-000, Altos -PI
usegasespiaui@gmail.com / (86)9. 3300-8472

PROPOSTA DE PREÇOS READEQUADA

À
Prefeitura Municipal de **Itapecuru Mirim/MA**
Prezados Senhores,

Apresentamos a Vossas Senhorias nossa proposta de preços, conforme planilha abaixo, referente ao PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 006/2025, cujo objeto Registro de preço para aquisição de recargas de gases medicinais gás oxigênio e ar comprimido e acessórios umidificador e regulador com fluxômetro – para uso na assistência ventilatória para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Itapecuru Mirim/MA.

RAZÃO SOCIAL: BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES CNPJ N°: 38.425.303/0001-29
IE: 19.673.877-6
ENDEREÇO: RUA 12 DE OUTUBRO, 1119 – CENTRO – ALTOS-PI. CEP: 64.290-000
FONE: (86) 9.3300-8472 E-MAIL: USEGASESPIAUI@GMAIL.COM

BANCO: BANCO DO BRASIL AGÊNCIA: 1428-1 CONTA CORRENTE: 36632-3

REPRESENTANTE LEGAL QUE ASSINARÁ A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E/OU O CONTRATO
NOME COMPLETO: BRUNO DE SOUSA BORGES
CPF: 081.214.774-09
RG: 3333458 ÓRGÃO EMISSOR: SSDS/PB
CARGO: SÓCIO ADMINISTRADOR
NACIONALIDADE: BRASILEIRO
ESTADO CIVIL: CASADO
ENDEREÇO: RUA 12 DE OUTUBRO, Nº 1000, CENTRO, CEP 64290-000 EM ALTOS-PI

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	MARCA/ FABRICANTE	QUANT	QUANT. CILINDRO	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	RECARGA DE AR MEDICINAL (COMPRIMIDO) – CILINDRO DE 1 M³	M³	FORT GÁS	30	30	R$ 174,00	R$ 5.220,00
2	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 1/2 M³	M³	FORT GÁS	25	50	R$ 164,00	R$ 4.100,00
3	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 1 M³	M³	FORT GÁS	40	40	R$ 116,00	R$ 4.640,00
4	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 3,5M³	M³	FORT GÁS	140	40	R$ 225,00	R$ 31.500,00
5	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 2 M³	M³	FORT GÁS	200	100	R$ 139,00	R$ 27.800,00
6	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 7 M³	M³	FORT GÁS	788	113	R$ 49,00	R$ 38.612,00
7	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 7 M³	M³	FORT GÁS	262	37	R$ 49,00	R$ 12.838,00
8	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 10 M³	M³	FORT GÁS	900	87	R$ 83,00	R$ 74.700,00
9	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO	M³	FORT GÁS	300	33	R$ 48,00	R$

B DE S BORGES COMERCIO DE GASES LTDA
38.425.303/0001-29
Rua 12 de Outubro, N 1119, Centro, CEP 64290-000, Altos –PI
usegasespiaui@gmail.com / (86)9. 3300-8472

	MEDICINAL - CILINDRO DE 10 M³						14.400,00
10	VÁLVULA REGULADORA PARA CILINDRO DE OXIGÊNIO COM FLUXOMETRO	UNO	Galzer	15	-	R$ 199,00	R$ 2.985,00
11	UMIDIFICADOR PARA OXIGÊNIO 250ML	UND	Galzer	30	-	R$ 11,00	R$ 330,00
VALOR GLOBAL: R$ 217.125,00 (duzentos e dezessete mil e cento e vinte e cinco reais).							

VALOR GLOBAL: R$ 217.125,00 (duzentos e dezessete mil e cento e vinte e cinco reais).

A EMPRESA BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES, DECLARA QUE:

1. DECLARAMOS QUE ESTAMOS CIENTE E CONCORDAMOS COM AS CONDIÇÕES CONTIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS, BEM COMO DE QUE A PROPOSTA APRESENTADA COMPREENDE A INTEGRALIDADE DOS CUSTOS PARA ATENDIMENTO DOS DIREITOS TRABALHISTAS ASSEGURADOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NAS LEIS TRABALHISTAS, NAS NORMAS INFRALEGAIS, NAS CONVENÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO E NOS TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA VIGENTES NA DATA DE SUA ENTREGA EM DEFINITIVO E QUE CUMPRE PLENAMENTE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO DEFINIDOS NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO
2. NOS VALORES PROPOSTOS ESTARÃO INCLUSOS TODOS OS CUSTOS OPERACIONAIS, ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS, TRABALHISTAS, TRIBUTÁRIOS, COMERCIAIS E QUAISQUER OUTROS QUE INCIDAM DIRETA OU INDIRETAMENTE NA EXECUÇÃO DO OBJETO.
3. VALIDADE DA PROPOSTA: 120 DIAS.
4. PRAZO DE INICIO DE FORNECIMENTO/EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ACORDO COM O ESTABELECIDO NO TERMO DE REFERENCIA (ANEXO I) DO EDITAL DESSE PROCESSO.
5. QUE NÃO INCIDE NAS VEDAÇÕES PREVISTAS NA LEI Nº 14.133/2021.
6. QUE O PRAZO DE INICIO DA ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS E O LOCAL A SER ENTREGUE, SERÁ DE ACORDO COM OS TERMOS ESTABELECIDOS NO ANEXO I, DESTE EDITAL A CONTAR DO RECEBIMENTO, POR PARTE DA CONTRATADA, DA ORDEM DE COMPRA OU DOCUMENTO SIMILAR, TODOS OS BENS SERÃO AVALIADOS, SOB PENA DE DEVOLUÇÃO DE NÃO ACEITE, CASO NÃO ATENDA A DESCRIMINAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA DO REFERIDO EDITAL OU DE MÁ QUALIDADE.
7. CASO NOS SEJA ADJUDICADO O OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO, NOS COMPROMETEMOS A ASSINAR O CONTRATO NO PRAZO DETERMINADO NO DOCUMENTO DE CONVOCAÇÃO.
8. FINALIZANDO, DECLARAMOS QUE ESTAMOS DE PLENO ACORDO COM TODAS AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL DA LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Altos-PI, 26 de fevereiro de 2025.

B DE S BORGES COMERCIO DE GASES:38425303000129

Assinado de forma digital por B DE S BORGES COMERCIO DE GASES:38425303000129
Dados: 2025.02.26 11:34:19 -03'00'

BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES
Bruno de Sousa Borges
RG: 3333458 SSP/PB
CPF: 081.214.774-09
Empresário

BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES

RUA 12 DE OUTUBRO, CENTRO, PATOS, PARAÍBA

CNPJ: 38.425.302/0001-29

FOLHA 275

COMPOSIÇÃO DE CUSTOS

Legenda Preços

- A empresa optante pelo Lucro Presumido
- Os tributos (pis/pasep, IRPJ, CSLL, Pis Cofins, ICMS) conforme distribuído pelo usuário

Tributos	Percentual
ICMS	18%
PIS	0,65%
COFINS	3%
IRPJ	0,00%
CSLL	0%

- Critério de apuração do CMV foi utilizado o custo com a compra do produto, de acordo com a NF, conforme quadro

Custo do Vasilhame									
Item	A		B		C		D		
Venda	R$	134,00	R$	68,00	R$	48,00	R$	68,00	R$
Fornare	R$	3,26	R$	3,47	R$	3,26	R$	3,47	R$
Bruge	R$	3,65	R$	3,80	R$	3,65	R$	3,79	R$
Frete	R$	3,05	R$	2,90	R$	3,05	R$	2,90	R$
Depreciação	R$	3,35	R$	3,20	R$	3,35	R$	3,20	R$
CMV	R$	3,10	R$	3,40	R$	3,10	R$	10,10	R$
		5,60%		17,14%		17,60%		11,80%	

- Percentual de Despesas que compreende a soma/dos de Aluguel e de 24,30%
- As despesas estão compostas com mão de obra c. bem como, todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e contratos e afins. Os gastos com transporte e armazenamento dos produtos em embalagens adequadas
- Os taxa foram analisados com base nos valores de despesa em seu valor unitário, considerando o IVA
- Com base nos resultados da DRE simulada, é possível somente a evolução/queda do contrato
- Foi aplicado o valor de depreciação dos ativos no CMV de cada item

Item	Descrição	Unid.	Quant.	V. Unit.	V. Total
3	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 1 M³	M³	40	R$ 11,00	R$ 440,00
4	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 7 M³	M³	280	R$ 40,00	R$ 11.200,00
5	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 7 M³	M³	280	R$ 44,00	R$ 12.320,00
6	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 10 M³	M³	400	R$ 38,00	R$ 15.200,00
11	[illegible] Para Clientes Novos	M³	80	R$ 11,00	R$ 880,00
	VALOR TOTAL				R$ 39.920,00

Item	Valor Unitário Item		Valor Total do Item	
Valor de Venda (VV)	R$	134,00	100%	
(-) Tributos	R$	23,80	17,76%	
(-) CMV	R$	8,10	6,04%	
(=) Lucro Bruto	R$	80,10	77,47%	
(-) Despesas	R$	32,41	24,30%	
(=) Lucro Líquido	R$	61,69	46,17%	

Item	Valor Unitário Item		Valor Total do Item	
Valor de Venda (VV)	R$	68,00	100%	
(-) Tributos	R$	8,79	12,92%	
(-) CMV	R$	9,40	13,82%	
(=) Lucro Bruto	R$	51,81	76,16%	
(-) Despesas	R$	32,41	24,30%	
(=) Lucro Líquido	R$	19,40	40,47%	

Item	Valor Unitário Item		Valor Total do Item	
Valor de Venda (VV)	R$	48,00	100%	
(-) Tributos	R$	8,79	17,93%	
(-) CMV	R$	8,51	17,80%	
(=) Lucro Bruto	R$	31,69	64,47%	
(-) Despesas	R$	32,41	24,30%	
(=) Lucro Líquido	R$	19,68	40,17%	

Item	Valor Unitário Item		Valor Total do Item	
Valor de Venda (VV)	R$	68,00	100%	
(-) Tributos	R$	12,79	17,93%	
(-) CMV	R$	10,10	14,80%	
(=) Lucro Bruto	R$	45,11	66,27%	
(-) Despesas	R$	32,41	24,30%	
(=) Lucro Líquido	R$	12,70	41,97%	

Item	Valor Unitário Item		Valor Total do Item	
Valor de Venda (VV)	R$	3,26	100%	
(-) Tributos	R$	1,37	17,84%	
(-) CMV	R$	1,73	47,80%	
(=) Lucro Bruto	R$	1,80	34,37%	
(-) Despesas	R$	1,70	24,30%	
(=) Lucro Líquido	R$	1,17	10,07%	

Bruno de Sousa Borges

CPF: 082.214.774-06

Administrador

B DE S BORGES COMERCIO DE GASES:38425302000129

Assinado de forma digital por B DE S BORGES COMERCIO DE GASES:38425302000129

Dados: 2025.02.26 12:29:33 -03'00'

RECEBEMOS DE RAMON LEONCIO BARROS DE VASCONCELOS - ME OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA ABAIXO

DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

NF-e
Nº. 1305
SÉRIE 1

FOLHA 1 de 1

DANFE

DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA

1 - SAÍDA

Nº. 1305
SÉRIE 1

FOLHA 1 de 1

FORTGAS

RAMON LEONCIO BARROS DE VASCONCELOS - ME
Avenida Tabeliao Luiz Nogueira Lima, 048 lado par
Santo Antonio - 62324075 Tianguá/CE 8821331921

CHAVE DE ACESSO
2325 0228 9549 4600 0297 5500 1000 0013 0513 9242 9934

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

NATUREZA DA OPERAÇÃO	PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO
Venda	232250019213040 24/02/2025 15:03:02

INSCRIÇÃO ESTADUAL	INSCR ESTADUAL DO SUBST TRIBUTÁRIO	CNPJ/CPF
070143919		28954946000297

DESTINATARIO / REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL			CNPJ/CPF		DATA DA EMISSÃO
BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES			38425303000129		24/02/2025
ENDEREÇO	**BAIRRO**		**CEP**		**DATA DA SAÍDA/ENTRADA**
R 12 DE OUTUBRO 1119	centro		64290000		24/02/2025
MUNICÍPIO	**FONE/FAX**	**UF**	**INSCRIÇÃO ESTADUAL**		**HORA DE SAÍDA**
[illegible]		PI	196738776		14:57:00

FATURA / DUPLICATAS

CALCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO DO ICMS ST	VALOR DO ICMS ST	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
4.535,00	544,20	0,00	0,00	4.535,00

VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS	VALOR DO IPI	VALOR TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**4.535,00**

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA	CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEÍCULO	UF	CNPJ/CPF
	9 - SEM FRETE				

ENDEREÇO	MUNICÍPIO	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL

QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO
200		FORTGAS		8.847,000	0,000

DADOS DO PRODUTO / SERVIÇO

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	NCM	CST	CFOP	UNID	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOT	BASE CÁLC	VL ICMS	VL IPI	% ICMS	% IPI
6	OXIGENIO MEDICINAL EM CILINDRO 7M	28044000	000	5102	M	630,0000	3,25000	2.047,50	2.047,50	245,70		12,00	
7	OXIGENIO MEDICINAL EM CILINDRO 10M	28044000	000	5102	M	600,0000	3,25000	1.950,00	1.950,00	234,00		12,00	
[illegible]	OXIGENIO MEDICINAL EM CILINDRO DE 2M	28044000	000	5102	M	50,0000	3,25000	162,50	162,50	19,50		12,00	
[illegible]	OXIGENIO MEDICINAL EM CILINDRO DE 1M	28044000	000	5102	M	25,0000	15,00000	375,00	375,00	45,00		12,00	

CALCULO DO ISSQN

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS	BASE DE CÁLCULO DO ISSQN	VALOR DO ISSQN

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	RESERVADO AO FISCO
Valor aproximado dos tributos R$ 033,04 federais R$ 033,85 estaduais Fonte: IBPT/empresometro.com.br-862403	

B DE S BORGES COMERCIO DE GASES LTDA
38.425.303/0001-29
Rua 12 de Outubro, N 1119, Centro, CEP 64290-000, Altos –PI
usegasespiaui@gmail.com / (86)9. 3300-8472

PROPOSTA DE PREÇOS READEQUADA

À
Prefeitura Municipal de **Itapecuru Mirim/MA**
Prezados Senhores,

Apresentamos a Vossas Senhorias nossa proposta de preços, conforme planilha abaixo, referente ao PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 006/2025, cujo objeto Registro de preço para aquisição de recargas de gases medicinais gás oxigênio e ar comprimido e acessórios umidificador e regulador com fluxômetro – para uso na assistência ventilatória para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Itapecuru Mirim/MA.

RAZÃO SOCIAL: BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES CNPJ N°: 38.425.303/0001-29
IE: 19.673.877-6
ENDEREÇO: RUA 12 DE OUTUBRO, 1119 – CENTRO – ALTOS-PI. CEP: 64.290-000
FONE: (86) 9.3300-8472 E-MAIL: USEGASESPIAUI@GMAIL.COM

BANCO: BANCO DO BRASIL AGÊNCIA: 1428-1 CONTA CORRENTE: 36632-3

REPRESENTANTE LEGAL QUE ASSINARÁ A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E/OU O CONTRATO
NOME COMPLETO: BRUNO DE SOUSA BORGES
CPF: 081.214.774-09
RG: 3333458 ÓRGÃO EMISSOR: SSDS/PB
CARGO: SÓCIO ADMINISTRADOR
NACIONALIDADE: BRASILEIRO
ESTADO CIVIL: CASADO
ENDEREÇO: RUA 12 DE OUTUBRO, Nº 1000, CENTRO, CEP 64290-000 EM ALTOS-PI

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	MARCA/ FABRICANTE	QUANT	QUANT. CILINDRO	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
9	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 10 M³	M³	FORT GÁS	300	33	R$ 48,00	R$ 14.400,00
11	UMIDIFICADOR PARA OXIGÊNIO 250ML	UND	Galzer	30	-	R$ 11,00	R$ 330,00
VALOR GLOBAL: R$ 217.125,00 (duzentos e dezessete mil e cento e vinte e cinco reais).							

VALOR GLOBAL: R$ 217.125,00 (duzentos e dezessete mil e cento e vinte e cinco reais).

A EMPRESA BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES, DECLARA QUE:

1. DECLARAMOS QUE ESTAMOS CIENTE E CONCORDAMOS COM AS CONDIÇÕES CONTIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS, BEM COMO DE QUE A PROPOSTA APRESENTADA COMPREENDE A INTEGRALIDADE DOS CUSTOS PARA ATENDIMENTO DOS DIREITOS TRABALHISTAS ASSEGURADOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NAS LEIS TRABALHISTAS, NAS NORMAS INFRALEGAIS, NAS CONVENÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO E NOS TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA VIGENTES NA DATA DE SUA ENTREGA EM DEFINITIVO E QUE CUMPRE PLENAMENTE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO DEFINIDOS NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

2. NOS VALORES PROPOSTOS ESTARÃO INCLUSOS TODOS OS CUSTOS OPERACIONAIS, ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS, TRABALHISTAS, TRIBUTÁRIOS, COMERCIAIS E QUAISQUER OUTROS QUE INCIDAM DIRETA OU INDIRETAMENTE NA EXECUÇÃO DO OBJETO.
3. VALIDADE DA PROPOSTA: 120 DIAS.
4. PRAZO DE INICIO DE FORNECIMENTO/EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ACORDO COM O ESTABELECIDO NO TERMO DE REFERENCIA (ANEXO I) DO EDITAL DESSE PROCESSO.
5. QUE NÃO INCIDE NAS VEDAÇÕES PREVISTAS NA LEI Nº 14.133/2021.
6. QUE O PRAZO DE INICIO DA ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS E O LOCAL A SER ENTREGUE, SERÁ DE ACORDO COM OS TERMOS ESTABELECIDOS NO ANEXO I, DESTE EDITAL A CONTAR DO RECEBIMENTO, POR PARTE DA CONTRATADA, DA ORDEM DE COMPRA OU DOCUMENTO SIMILAR, TODOS OS BENS SERÃO AVALIADOS, SOB PENA DE DEVOLUÇÃO DE NÃO ACEITE, CASO NÃO ATENDA A DESCRIMINAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA DO REFERIDO EDITAL OU DE MÁ QUALIDADE.
7. CASO NOS SEJA ADJUDICADO O OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO, NOS COMPROMETEMOS A ASSINAR O CONTRATO NO PRAZO DETERMINADO NO DOCUMENTO DE CONVOCAÇÃO.
8. FINALIZANDO, DECLARAMOS QUE ESTAMOS DE PLENO ACORDO COM TODAS AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL DA LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Altos-PI, 27 de fevereiro de 2025.

B DE S BORGES COMERCIO DE GASES:38425303000129

Assinado de forma digital por B DE S BORGES COMERCIO DE GASES:38425303000129
Dados: 2025.02.27 09:55:51 -03'00'

BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES
Bruno de Sousa Borges
RG: 3333458 SSP/PB
CPF: 081.214.774-09
Empresário

BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES

comercialização de cilindros

Regime Produtivo

- Empresa optante pelo Lucro Presumido
- Os tributos (contem, IPI), CELL, Pis, Cofins, ICMS, conforme tabela abaixo discriminados:

Tributo	Percentual
	12%
	1,65%
	1,28%
	0,65%
	3%

- Criterio de apuração do CMV foi utilizado o custo com a aquisição do produto, de acordo com a NF, conforme quadro:

Custo do Vasilhame										
Item	X		X		Y		N		U	
Venda	R$	154,00	R$	10,00	R$	14,00	R$	18,00	R$	11,00
Tampão	R$	3,10	R$	4,10	R$	3,10	R$	3,10	R$	3,10
Válvula	R$	5,80	R$	5,80	R$	5,80	R$	5,80	R$	5,80
Frete	R$	0,80	R$	0,80	R$	0,80	R$	0,80	R$	0,80
Depreciação	R$	0,70	R$	0,70	R$	0,70	R$	0,70	R$	0,70
CMV	R$	5,00	R$	8,40	R$	6,57	R$	13,72	R$	8,18
	4,40%		12,00%		13,00%		25,00%		11,00%	

- Percentual de Despesas que corresponde a variação de entre 4 até 24,50%;
- As despesas estão compostas com mão de obra e, nele com o todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e contábeis e, ainda, as gastos com transporte e acondicionamento dos produtos, em embalagens adequadas.
- Os tributos foram analisados com base nos valores de entrada em seu todo (valor unitário, considerando o IVA).
- Com base nos cálculos de CMV e Fluxo, a loja vai comprar e movimentar em média.
- Foi ao fluxo o valor de depreciação dos ativos no CMV de cada item.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	V. UNIT.	V. TOTAL
1	BALANÇA DE VASILHAME MECÂNICA - CILINDRO ATÉ 5 M³	M³	40	R$ 110,00	R$ 4.400,00
2	BALANÇA DE VASILHAME MECÂNICA - CILINDRO ATÉ 5 M³	M³	744	R$ 44,00	R$ 32.736,00
3	BALANÇA DE VASILHAME MECÂNICA - CILINDRO ATÉ 5 M³	M³	400	R$ 40,00	R$ 16.000,00
4	BALANÇA DE VASILHAME MECÂNICA - CILINDRO ATÉ 5 M³	M³	800	R$ 44,00	R$ 35.200,00
11	BALANÇA DE VASILHAME MECÂNICA - CILINDRO DE 1 M³	M³	30	R$ 11,00	R$ 330,00
	VALOR TOTAL				R$ 88.666,00

ITEM 1

Valor Unitário Item			
Valor de Venda Unit.	R$	154,00	100%
(-) Tributos	R$	22,00	17,00%
(-) CMV	R$	5,00	4,40%
(=) Lucro Bruto	R$	80,00	73,61%
(-) Despesas	R$	24,42	24,00%
(=) Lucro Líquido	R$	61,58	56,27%

Valor Total do Item			
Valor de Venda Unit.	R$	4.400,00	100%
(-) Tributos	R$	631,00	17,00%
(-) CMV	R$	200,00	4,40%
(=) Lucro Bruto	R$	3.569,00	77,07%
(-) Despesas	R$	1.106,80	24,00%
(=) Lucro Líquido	R$	2.467,20	53,27%

ITEM 2

Valor Unitário Item			
Valor de Venda Unit.	R$	44,00	100%
(-) Tributos	R$	8,79	17,00%
(-) CMV	R$	6,00	17,00%
(=) Lucro Bruto	R$	87,40	66,00%
(-) Despesas	R$	11,00	25,00%
(=) Lucro Líquido	R$	34,81	40,99%

Valor Total do Item			
Valor de Venda Unit.	R$	29.920,00	100%
(-) Tributos	R$	5.353,24	17,00%
(-) CMV	R$	4.000,00	17,00%
(=) Lucro Bruto	R$	20.566,67	66,00%
(-) Despesas	R$	4.700,00	25,00%
(=) Lucro Líquido	R$	15.866,76	40,99%

ITEM 3

Valor Unitário Item			
Valor de Venda Unit.	R$	45,00	100%
(-) Tributos	R$	8,79	17,00%
(-) CMV	R$	6,00	17,00%
(=) Lucro Bruto	R$	31,00	66,00%
(-) Despesas	R$	11,00	25,00%
(=) Lucro Líquido	R$	18,68	40,99%

Valor Total do Item			
Valor de Venda Unit.	R$	12.240,00	100%
(-) Tributos	R$	1.861,20	17,00%
(-) CMV	R$	1.224,00	17,00%
(=) Lucro Bruto	R$	8.400,00	66,00%
(-) Despesas	R$	3.127,51	25,00%
(=) Lucro Líquido	R$	5.107,74	40,99%

ITEM 4

Valor Unitário Item			
Valor de Venda Unit.	R$	100,00	100%
(-) Tributos	R$	17,79	17,00%
(-) CMV	R$	14,41	22,00%
(=) Lucro Bruto	R$	67,80	66,77%
(-) Despesas	R$	25,5	24,00%
(=) Lucro Líquido	R$	42,30	34,73%

Valor Total do Item			
Valor de Venda Unit.	R$	1.400,00	100%
(-) Tributos	R$	1.861,20	17,00%
(-) CMV	R$	1.224,00	17,00%
(=) Lucro Bruto	R$	8.400,00	66,00%
(-) Despesas	R$	3.127,51	25,00%
(=) Lucro Líquido	R$	5.107,74	40,99%

ITEM 11

Valor Unitário Item			
Valor de Venda Unit.	R$	11,00	100%
(-) Tributos	R$	1,87	17,00%
(-) CMV	R$	1,28	97,00%
(=) Lucro Bruto	R$	1,85	16,87%
(-) Despesas	R$	2,75	24,00%
(=) Lucro Líquido	R$	1,11	12,23%

Valor Total do Item			
Valor de Venda Unit.	R$	330,00	100%
(-) Tributos	R$	56,27	17,00%
(-) CMV	R$	198,72	97,00%
(=) Lucro Bruto	R$	274,99	16,87%
(-) Despesas	R$	80,00	24,00%
(=) Lucro Líquido	R$	33,29	12,23%

Assinado de forma digital por B DE S BORGES COMERCIO DE GASES:38425303000129
Dados: 2023.02.26 12:29:33 -03'00'

B DE S BORGES COMERCIO DE GASES LTDA
38.425.303/0001-29
Rua 12 de Outubro, N 1119, Centro, CEP 64290-000, Altos –PI
usegasespiaui@gmail.com / (86)9. 3300-8472

PROPOSTA DE PREÇOS READEQUADA

PMIM FLS 139

À
Prefeitura Municipal de **Itapecuru Mirim/MA**
Prezados Senhores,

Apresentamos a Vossas Senhorias nossa proposta de preços, conforme planilha abaixo, referente ao PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 006/2025, cujo objeto Registro de preço para aquisição de recargas de gases medicinais gás oxigênio e ar comprimido e acessórios umidificador e regulador com fluxômetro – para uso na assistência ventilatória para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Itapecuru Mirim/MA.

RAZÃO SOCIAL: BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES CNPJ N°: 38.425.303/0001-29
IE: 19.673.877-6
ENDEREÇO: RUA 12 DE OUTUBRO, 1119 – CENTRO – ALTOS-PI. CEP: 64.290-000
FONE: (86) 9.3300-8472 E-MAIL: USEGASESPIAUI@GMAIL.COM

BANCO: BANCO DO BRASIL AGÊNCIA: 1428-1 CONTA CORRENTE: 36632-3

REPRESENTANTE LEGAL QUE ASSINARÁ A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E/OU O CONTRATO
NOME COMPLETO: BRUNO DE SOUSA BORGES
CPF: 081.214.774-09
RG: 3333458 ÓRGÃO EMISSOR: SSDS/PB
CARGO: SÓCIO ADMINISTRADOR
NACIONALIDADE: BRASILEIRO
ESTADO CIVIL: CASADO
ENDEREÇO: RUA 12 DE OUTUBRO, Nº 1000, CENTRO, CEP 64290-000 EM ALTOS-PI

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	MARCA/ FABRICANTE	QUANT	QUANT. CILINDRO	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
3	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 1 M³	M³	FORT GÁS	40	40	R$ 116,00	R$ 4.640,00
4	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 3,5M³	M³	FORT GÁS	140	40	R$ 225,00	R$ 31.500,00
5	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 2 M³	M³	FORT GÁS	200	100	R$ 139,00	R$ 27.800,00
6	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 7 M³	M³	FORT GÁS	788	113	R$ 49,00	R$ 38.612,00
7	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 7 M³	M³	FORT GÁS	262	37	R$ 49,00	R$ 12.838,00
9	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 10 M³	M³	FORT GÁS	300	33	R$ 48,00	R$ 14.400,00
VALOR GLOBAL: R$ 129.790,00 (cento e vinte nove mil e setecentos e noventa reais).							

VALOR GLOBAL: R$ 129.790,00 (cento e vinte nove mil e setecentos e noventa reais).

B DE S BORGES COMERCIO DE GASES LTDA
38.425.303/0001-29
Rua 12 de Outubro, N 1119, Centro, CEP 64290-000, Altos -PI
usegasespiaui@gmail.com / (86)N. 3300-6472

A EMPRESA BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES, DECLARA QUE:

1. DECLARAMOS QUE ESTAMOS CIENTE E CONCORDAMOS COM AS CONDIÇÕES CONTIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS, BEM COMO DE QUE A PROPOSTA APRESENTADA COMPREENDE A INTEGRALIDADE DOS CUSTOS PARA ATENDIMENTO DOS DIREITOS TRABALHISTAS ASSEGURADOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NAS LEIS TRABALHISTAS, NAS NORMAS INFRALEGAIS, NAS CONVENÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO E NOS TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA VIGENTES NA DATA DE SUA ENTREGA EM DEFINITIVO E QUE CUMPRE PLENAMENTE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO DEFINIDOS NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO
2. NOS VALORES PROPOSTOS ESTARÃO INCLUSOS TODOS OS CUSTOS OPERACIONAIS, ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS, TRABALHISTAS, TRIBUTÁRIOS, COMERCIAIS E QUAISQUER OUTROS QUE INCIDAM DIRETA OU INDIRETAMENTE NA EXECUÇÃO DO OBJETO.
3. VALIDADE DA PROPOSTA: 120 DIAS.
4. PRAZO DE INICIO DE FORNECIMENTO/EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ACORDO COM O ESTABELECIDO NO TERMO DE REFERENCIA (ANEXO I) DO EDITAL DESSE PROCESSO.
5. QUE NÃO INCIDE NAS VEDAÇÕES PREVISTAS NA LEI Nº 14.133/2021.
6. QUE O PRAZO DE INICIO DA ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS E O LOCAL A SER ENTREGUE, SERÁ DE ACORDO COM OS TERMOS ESTABELECIDOS NO ANEXO I, DESTE EDITAL A CONTAR DO RECEBIMENTO, POR PARTE DA CONTRATADA, DA ORDEM DE COMPRA OU DOCUMENTO SIMILAR, TODOS OS BENS SERÃO AVALIADOS, SOB PENA DE DEVOLUÇÃO DE NÃO ACEITE, CASO NÃO ATENDA A DESCRIMINAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA DO REFERIDO EDITAL OU DE MÁ QUALIDADE.
7. CASO NOS SEJA ADJUDICADO O OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO, NOS COMPROMETEMOS A ASSINAR O CONTRATO NO PRAZO DETERMINADO NO DOCUMENTO DE CONVOCAÇÃO.
8. FINALIZANDO, DECLARAMOS QUE ESTAMOS DE PLENO ACORDO COM TODAS AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL DA LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Altos-PI, 06 de março de 2025.

B DE S BORGES COMERCIO DE GASES:38425303000129

Assinado de forma digital por B DE S BORGES COMERCIO DE GASES:38425303000129
Dados: 2025.03.06 09:42:06 -03'00'

BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES
Bruno de Sousa Borges
RG: 3333458 SSP/PB
CPF: 081.214.774-09
Empresário

BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES

Rua [illegible], [illegible], Nº1128, [illegible]

CEP: 68.280-000 – ALTAMI

Fone: (093) 3430-9472 – (093) 9968-0315

CNPJ: 26.426.832/0001-29

Composição de custos

Legenda: Produtos

O insumo comprado pela Usina Fotovoltaica

O s Blusos consistem, IPTU, CELL, Fio, Cerâmica, CHFL conforme distribuído pelo quadro:

Tributos	Percentual
ISSQN	5,0%
IRPJ	1,20%
CSLL	1,08%
PIS	0,65%
COFINS	3%

O método de apuração do CMV foi utilizado o custo com a compra dos produtos, de acordo com o NF, conforme quadro:

Custo do Vasilhame										
Item	3		4		7		9		13	
Valores	R$	120,00	R$	45,00	R$	45,00	R$	44,00	R$	22,00
Compra	R$	6,00	R$	5,00	R$	6,00	R$	5,00	R$	5,00
Entrega	R$	4,00	R$	4,00	R$	5,00	R$	3,00	R$	3,00
Frete	R$	4,00	R$	3,00	R$	3,00	R$	3,00	R$	3,00
Comissão	R$	6,00	R$	5,00	R$	5,00	R$	5,00	R$	5,00
CMV	R$	5,00	R$	5,00	R$	4,00	R$	14,00	R$	5,00
		4,48%		17,34%		17,64%		31,58%		47,36%

Taxa anual de Despesas que compreende a viabilidade da empresa é de 24,30%.

Os despesas não computadas com mão de obra e bem como, todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e tributos, os gastos com transporte e acondicionamento dos produtos em embalagens adequadas.

Os itens foram analisados com base nos valores de aquisição em seu valor unitário, considerando o NF.

Com base nos resultados do CMV obtidos, é possível comprovar a exequibilidade do contrato.

Foi calculado o valor de reposição dos créditos no CMV de cada item.

Item	Descrição	Unid.	Quant.	V. Unit.	V. Total
3	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 3 M³	UN	40	R$ 120,00	R$ 4.800,00
4	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 7 M³	UN	788	R$ 45,00	R$ 35.460,00
7	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 7 M³	UN	322	R$ 45,00	R$ 14.490,00
9	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 10 M³	UN	800	R$ 44,00	R$ 35.200,00
13	VAPORIZADOR PARA CILINDRO 300KG	UN	20	R$ 22,00	R$ 440,00
					R$ 90.390,00

ITEM 3

Valor Unitário Item			
Valor de Venda Unit.	R$	120,00	100%
(-) Tributos	R$	30,00	27,59%
(-) CPV	R$	5,04	4,40%
(=) Lucro Bruto	R$	80,13	71,01%
(-) Despesas	R$	38,41	31,65%
(=) Lucro Líquido	R$	41,46	43,17%

Valor Total do Item			
Valor de Venda Unit.	R$	3.840,00	100%
(-) Tributos	R$	945,60	27,59%
(-) CPV	R$	158,93	4,40%
(=) Lucro Bruto	R$	4.064,53	77,01%
(-) Despesas	R$	1.210,82	31,65%
(=) Lucro Líquido	R$	1.427,27	43,17%

ITEM 4

Valor Unitário Item			
Valor de Venda Unit.	R$	45,00	100%
(-) Tributos	R$	8,78	27,59%
(-) CPV	R$	8,40	17,14%
(=) Lucro Bruto	R$	31,81	69,59%
(-) Despesas	R$	12,81	34,59%
(=) Lucro Líquido	R$	19,01	40,42%

Valor Total do Item			
Valor de Venda Unit.	R$	35.820,00	100%
(-) Tributos	R$	8.805,19	27,59%
(-) CPV	R$	6.616,32	17,14%
(=) Lucro Bruto	R$	20.398,47	69,59%
(-) Despesas	R$	9.180,83	34,59%
(=) Lucro Líquido	R$	20.804,72	40,59%

ITEM 7

Valor Unitário Item			
Valor de Venda Unit.	R$	45,00	100%
(-) Tributos	R$	8,78	27,59%
(-) CPV	R$	8,03	17,66%
(=) Lucro Bruto	R$	31,28	69,07%
(-) Despesas	R$	12,81	34,59%
(=) Lucro Líquido	R$	18,08	40,17%

Valor Total do Item			
Valor de Venda Unit.	R$	12.600,00	100%
(-) Tributos	R$	3.387,30	27,59%
(-) CPV	R$	2.223,77	17,66%
(=) Lucro Bruto	R$	8.382,93	66,57%
(-) Despesas	R$	3.145,11	34,59%
(=) Lucro Líquido	R$	5.237,82	40,17%

ITEM 9

Valor Unitário Item			
Valor de Venda Unit.	R$	800,00	100%
(-) Tributos	R$	55,79	27,59%
(-) CPV	R$	63,51	31,30%
(=) Lucro Bruto	R$	181,80	89,79%
(-) Despesas	R$	12,80	34,59%
(=) Lucro Líquido	R$	168,80	66,77%

Valor Total do Item			
Valor de Venda Unit.	R$	14.400,00	100%
(-) Tributos	R$	1.395,00	27,59%
(-) CPV	R$	1.587,54	31,30%
(=) Lucro Bruto	R$	4.542,08	89,79%
(-) Despesas	R$	1.145,11	34,59%
(=) Lucro Líquido	R$	3.421,24	66,77%

ITEM 13

Valor Unitário Item			
Valor de Venda Unit.	R$	22,00	100%
(-) Tributos	R$	5,39	27,59%
(-) CPV	R$	5,50	27,50%
(=) Lucro Bruto	R$	9,60	33,91%
(-) Despesas	R$	3,70	32,50%
(=) Lucro Líquido	R$	5,91	26,91%

Valor Total do Item			
Valor de Venda Unit.	R$	440,00	100%
(-) Tributos	R$	96,77	27,59%
(-) CPV	R$	100,79	27,50%
(=) Lucro Bruto	R$	172,08	44,27%
(-) Despesas	R$	40,80	44,80%
(=) Lucro Líquido	R$	72,12	16,27%

Juína-MT, 06 de Março de 2025

Bruno de Souza Borges

RG: [illegible]

CPF: 880.213.772-00

Diretor

B DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38412330 30001 20

Recebido em [illegible]

[illegible]

Data: [illegible]

RECEBEMOS DE RAMON LEONCIO BARROS DE VASCONCELOS - ME OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA ABAIXO

DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

NF-e
Nº. 1305
SÉRIE 1

FORTGAS

RAMON LEONCIO BARROS DE VASCONCELOS - ME
Avenida Tabeliao Luiz Nogueira Lima, 048 lado par
Santo Antonio - 62324078 Tianguá/CE 8821331921

DANFE

DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA

1 - SAÍDA

Nº. 1305
SÉRIE 1
FOLHA 1 de 1

CHAVE DE ACESSO
2325 0228 9549 4600 0297 5500 1000 0013 0513 9242 9934

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

NATUREZA DA OPERAÇÃO	PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO
Venda	223250019213040 24/02/2025 15:03:02

INSCRIÇÃO ESTADUAL	INSC. ESTADUAL DO SUBST. TRIBUTÁRIO	CNPJ/CPF
070143919		28954948000297

DESTINATÁRIO / REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL			CNPJ/CPF	DATA DA EMISSÃO
BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES			38425303000129	24/02/2025
ENDEREÇO	**BAIRRO**	**CEP**		**DATA DA SAÍDA/ENTRADA**
R 12 DE OUTUBRO 1119	centro	64290000		24/02/2025
MUNICÍPIO	**FONE/FAX**	**UF**	**INSCRIÇÃO ESTADUAL**	**HORA DE SAÍDA**
		PI	196738776	14:57:00

FATURA / DUPLICATAS

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO DO ICMS ST	VALOR DO ICMS ST	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
4.535,00	544,20	0,00	0,00	4.535,00

VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS	VALOR DO IPI	VALOR TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**4.535,00**

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

NOME/RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA	CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEÍCULO	UF	CNPJ/CPF
	9 - SEM FRETE				

ENDEREÇO	MUNICÍPIO	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL

QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO
200		FORTGAS		8.847,000	0,000

DADOS DO PRODUTO / SERVIÇO

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	NCM	CST	CFOP	UNID	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOT	BASE CÁLC	VL ICMS	VL IPI	% ICMS	% IPI
6	OXIGENIO MEDICINAL EM CILINDRO 7M	28044000	000	6102	M	600.0000	3.23000	2.047,80	2.047,80	245,74		12,00	
7	OXIGENIO MEDICINAL EM CILINDRO 10M	28044000	000	6102	M	600.0000	3.21000	1.880,00	1.880,00	234,00		12,00	
	OXIGENIO MEDICINAL EM CILINDRO DE 2M	28044000	000	6102	M	50.0000	3.31000	182,50	182,50	19,90		12,00	
	OXIGENIO MEDICINAL EM CILINDRO DE 1M	28044000	000	6102	M	25.0000	15.30000	375,00	375,00	45,85		12,00	

CÁLCULO DO ISSQN

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS	BASE DE CÁLCULO DO ISSQN	VALOR DO ISSQN

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	RESERVADO AO FISCO
Valor aproximado dos tributos: R$ 623,04 federais R$ 933,85 estaduais Fonte: IBPT/empresometro.com.br/B524C6	

B DE S BORGES COMERCIO DE GASES LTDA
38.425.303/0001-29
Rua 12 de Outubro, N 1119, Centro, CEP 64290-000, Altos –PI
usegasespiaui@gmail.com / (86)9. 3300-8472

PROPOSTA DE PREÇOS READEQUADA

À
Prefeitura Municipal de **Itapecuru Mirim/MA**
Prezados Senhores,

Apresentamos a Vossas Senhorias nossa proposta de preços, conforme planilha abaixo, referente ao PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 006/2025, cujo objeto Registro de preço para aquisição de recargas de gases medicinais gás oxigênio e ar comprimido e acessórios umidificador e regulador com fluxômetro – para uso na assistência ventilatória para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Itapecuru Mirim/MA.

RAZÃO SOCIAL: BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES CNPJ N°: 38.425.303/0001-29
IE: 19.673.877-6
ENDEREÇO: RUA 12 DE OUTUBRO, 1119 – CENTRO – ALTOS-PI. CEP: 64.290-000
FONE: (86) 9.3300-8472 E-MAIL: USEGASESPIAUI@GMAIL.COM

BANCO: BANCO DO BRASIL **AGÊNCIA: 1428-1** CONTA CORRENTE: 36632-3

REPRESENTANTE LEGAL QUE ASSINARÁ A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E/OU O CONTRATO
NOME COMPLETO: BRUNO DE SOUSA BORGES
CPF: 081.214.774-09
RG: 3333458 ÓRGÃO EMISSOR: SSDS/PB
CARGO: SÓCIO ADMINISTRADOR
NACIONALIDADE: BRASILEIRO
ESTADO CIVIL: CASADO
ENDEREÇO: RUA 12 DE OUTUBRO, Nº 1000, CENTRO, CEP 64290-000 EM ALTOS-PI

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	MARCA/ FABRICANTE	QUANT	QUANT. CILINDRO	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
2	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 1/2 M³	M³	FORT GÁS	25	50	R$ 164,00	R$ 4.100,00
10	VÁLVULA REGULADORA PARA CILINDRO DE OXIGÊNIO COM FLUXOMETRO	UND	Galzer	15	-	R$ 199,00	R$ 2.985,00
VALOR GLOBAL: R$ 7.085,00 (sete mil e oitenta e cinco reais).							

VALOR GLOBAL: R$ 7.085,00 (sete mil e oitenta e cinco reais).

A EMPRESA BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES, DECLARA QUE:

1. DECLARAMOS QUE ESTAMOS CIENTE E CONCORDAMOS COM AS CONDIÇÕES CONTIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS, BEM COMO DE QUE A PROPOSTA APRESENTADA COMPREENDE A INTEGRALIDADE DOS CUSTOS PARA ATENDIMENTO DOS DIREITOS TRABALHISTAS ASSEGURADOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NAS LEIS TRABALHISTAS, NAS NORMAS INFRALEGAIS, NAS CONVENÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO E NOS TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA VIGENTES NA DATA DE SUA ENTREGA EM DEFINITIVO E QUE CUMPRE PLENAMENTE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO DEFINIDOS NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

2. NOS VALORES PROPOSTOS ESTARÃO INCLUSOS TODOS OS CUSTOS OPERACIONAIS, ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS, TRABALHISTAS, TRIBUTÁRIOS, COMERCIAIS E QUAISQUER OUTROS QUE INCIDAM DIRETA OU INDIRETAMENTE NA EXECUÇÃO DO OBJETO.
3. VALIDADE DA PROPOSTA: 120 DIAS.
4. PRAZO DE INICIO DE FORNECIMENTO/EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ACORDO COM O ESTABELECIDO NO TERMO DE REFERENCIA (ANEXO I) DO EDITAL DESSE PROCESSO.
5. QUE NÃO INCIDE NAS VEDAÇÕES PREVISTAS NA LEI Nº 14.133/2021.
6. QUE O PRAZO DE INICIO DA ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS E O LOCAL A SER ENTREGUE, SERÁ DE ACORDO COM OS TERMOS ESTABELECIDOS NO ANEXO I, DESTE EDITAL A CONTAR DO RECEBIMENTO, POR PARTE DA CONTRATADA, DA ORDEM DE COMPRA OU DOCUMENTO SIMILAR, TODOS OS BENS SERÃO AVALIADOS, SOB PENA DE DEVOLUÇÃO DE NÃO ACEITE, CASO NÃO ATENDA A DESCRIMINAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA DO REFERIDO EDITAL OU DE MÁ QUALIDADE.
7. CASO NOS SEJA ADJUDICADO O OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO, NOS COMPROMETEMOS A ASSINAR O CONTRATO NO PRAZO DETERMINADO NO DOCUMENTO DE CONVOCAÇÃO.
8. FINALIZANDO, DECLARAMOS QUE ESTAMOS DE PLENO ACORDO COM TODAS AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL DA LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Altos-PI, 06 de março de 2025.

B DE S BORGES COMERCIO DE GASES:38425303000129

Assinado de forma digital por B DE S BORGES COMERCIO DE GASES:38425303000129
Dados: 2025.03.06 15:28:22 -03'00'

BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES
Bruno de Sousa Borges
RG: 3333458 SSP/PB
CPF: 081.214.774-09
Empresário

B DE S BORGES COMERCIO DE GASES LTDA
38.425.303/0001-29
Rua 12 de Outubro, N 1119, Centro, CEP 64290-000, Altos -PI
usegasespiaui@gmail.com / (86)9. 3300-8472

PROPOSTA DE PREÇOS READEQUADA

FLS 233

À
Prefeitura Municipal de **Itapecuru Mirim/MA**
Prezados Senhores,

Apresentamos a Vossas Senhorias nossa proposta de preços, conforme planilha abaixo, referente ao PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 006/2025, cujo objeto Registro de preço para aquisição de recargas de gases medicinais gás oxigênio e ar comprimido e acessórios umidificador e regulador com fluxômetro – para uso na assistência ventilatória para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Itapecuru Mirim/MA.

RAZÃO SOCIAL: BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES CNPJ N°: 38.425.303/0001-29
IE: 19.673.877-6
ENDEREÇO: RUA 12 DE OUTUBRO, 1119 – CENTRO – ALTOS-PI. CEP: 64.290-000
FONE: (86) 9.3300-8472 E-MAIL: USEGASESPIAUI@GMAIL.COM

BANCO: BANCO DO BRASIL AGÊNCIA: 1428-1 CONTA CORRENTE: 36632-3

REPRESENTANTE LEGAL QUE ASSINARÁ A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E/OU O CONTRATO
NOME COMPLETO: BRUNO DE SOUSA BORGES
CPF: 081.214.774-09
RG: 3333458 ÓRGÃO EMISSOR: SSDS/PB
CARGO: SÓCIO ADMINISTRADOR
NACIONALIDADE: BRASILEIRO
ESTADO CIVIL: CASADO
ENDEREÇO: RUA 12 DE OUTUBRO, Nº 1000, CENTRO, CEP 64290-000 EM ALTOS-PI

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	MARCA/ FABRICANTE	QUANT	QUANT. CILINDRO	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	RECARGA DE AR MEDICINAL (COMPRIMIDO) – CILINDRO DE 1 M³	M³	FORT GÁS	30	30	R$ 174,00	R$ 5.220,00
8	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 10 M³	M³	FORT GÁS	900	87	R$ 48,00	R$ 43.200,00
VALOR GLOBAL: R$ 48.420,00 (quarenta e oito mil e quatrocentos e vinte reais).							

VALOR GLOBAL: **R$ 48.420,00 (quarenta e oito mil e quatrocentos e vinte reais).**

A EMPRESA BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES, DECLARA QUE:

1. DECLARAMOS QUE ESTAMOS CIENTE E CONCORDAMOS COM AS CONDIÇÕES CONTIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS, BEM COMO DE QUE A PROPOSTA APRESENTADA COMPREENDE A INTEGRALIDADE DOS CUSTOS PARA ATENDIMENTO DOS DIREITOS TRABALHISTAS ASSEGURADOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NAS LEIS TRABALHISTAS, NAS NORMAS INFRALEGAIS, NAS CONVENÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO E NOS TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA VIGENTES NA DATA DE SUA ENTREGA EM DEFINITIVO E QUE CUMPRE PLENAMENTE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO DEFINIDOS NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

B DE S BORGES COMERCIO DE GASES LTDA
38.425.303/0001-29
Rua 12 de Outubro, N 1119, Centro, CEP 64290-000, Altos –PI
usegasespiaui@gmail.com / (86)9. 3300-8472

Fls: 234

2. NOS VALORES PROPOSTOS ESTARÃO INCLUSOS TODOS OS CUSTOS OPERACIONAIS, ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS, TRABALHISTAS, TRIBUTÁRIOS, COMERCIAIS E QUAISQUER OUTROS QUE INCIDAM DIRETA OU INDIRETAMENTE NA EXECUÇÃO DO OBJETO.
3. VALIDADE DA PROPOSTA: 120 DIAS.
4. PRAZO DE INICIO DE FORNECIMENTO/EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ACORDO COM O ESTABELECIDO NO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I) DO EDITAL DESSE PROCESSO.
5. QUE NÃO INCIDE NAS VEDAÇÕES PREVISTAS NA LEI Nº 14.133/2021.
6. QUE O PRAZO DE INICIO DA ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS E O LOCAL A SER ENTREGUE, SERÁ DE ACORDO COM OS TERMOS ESTABELECIDOS NO ANEXO I, DESTE EDITAL A CONTAR DO RECEBIMENTO, POR PARTE DA CONTRATADA, DA ORDEM DE COMPRA OU DOCUMENTO SIMILAR, TODOS OS BENS SERÃO AVALIADOS, SOB PENA DE DEVOLUÇÃO DE NÃO ACEITE, CASO NÃO ATENDA A DESCRIMINAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA DO REFERIDO EDITAL OU DE MÁ QUALIDADE.
7. CASO NOS SEJA ADJUDICADO O OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO, NOS COMPROMETEMOS A ASSINAR O CONTRATO NO PRAZO DETERMINADO NO DOCUMENTO DE CONVOCAÇÃO.
8. FINALIZANDO, DECLARAMOS QUE ESTAMOS DE PLENO ACORDO COM TODAS AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL DA LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Altos-PI, 07 de março de 2025.

B DE S BORGES COMERCIO DE GASES:38425303000129

Assinado de forma digital por B DE S BORGES COMERCIO DE GASES:38425303000129
Dados: 2025.03.07 15:23:13 -03'00'

BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES
Bruno de Sousa Borges
RG: 3333458 SSP/PB
CPF: 081.214.774-09
Empresário

BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES

RUA 13 DE OUTUBRO, CENTRO, ARCOS, MG, n

CEP: 35.588-000 – ALTOS (

FONE: (37) 9 8888-8477 – (37) 9 8481-3333

CNPJ: 08.428.943/0001-40

FOLHA 285

VISTO

COMPOSIÇÃO DE CUSTOS

Legenda / Indices

- Encontra-se cadastrado junto ao Sistema Presumido.
- Os Dados são constantes: INPC, CSLL, Pis, Cofins, sobre o faturamento distribuído pelo quadro:

Tributo	Percentual
CSSL	1,0%
INPC	1,36%
ISS	5,00%
Pis	0,65%
Cofins	3%

- Critério de apuração do CMV foi utilizado o custo com a compra do produto, de acordo com a NF, conforme quadro:

Item	R
Cilindro	17.540,00
Cartuchos	145,00
Diversos	10.500
Frete	10.000
Depreciação	10.000
CMV	10.500,00
	10,00%

- Com a receita de Despesas que compreende a viabilidade do empresa é de 24,50%
- As despesas estão computadas com mão de obra e, encargos sociais, trabalhistas
previdenciários e comissão e vendas, ao passo com manutenção e reconhecimento dos produtos, em embalagens adequadas
- Os itens foram analisados com base nas vendas da empresa em seu valor unitário, demonstrados a NF
- CMV base nos recibos da DRE consultoria, é possível comprimir o preço/unidade de cada item
- Foi utilizado o valor de depreciação dos cilindros no CMV de cada item

Item	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	V. UNIT.	V. TOTAL
1	[illegible]	UN	300	45,00	R$ 13.500,00
	VALOR TOTAL				R$ 13.500,00

Valor Unitário (un)			
Valor de Venda (un)	R$	45,00	100%
(-) Tributos	R$	6,00	13,33%
(-) CMV	R$	15,00	33,33%
(=) Lucro Bruto	R$	24,00	53,33%
(-) Despesas	R$	11,75	26,11%
(=) Lucro Líquido	R$	12,25	27,22%

Valor Total do Item			
Valor de Venda (un)	R$	13.500,00	100%
(-) Tributos	R$	1.800,00	13,33%
(-) CMV	R$	4.500,00	33,33%
(=) Lucro Bruto	R$	7.200,00	53,33%
(-) Despesas	R$	3.525,00	26,11%
(=) Lucro Líquido	R$	3.675,00	27,22%

Belo H - 07 de março de 2025

B DE S BORGES COMERCIO DE GASES:08428943000129

Assinado de forma digital por B DE S BORGES COMERCIO DE GASES:08428943000129

Dados: 2025.03.07 13:41:29 -03'00'

[illegible]

CNPJ: 08.428.943/0001-40

[illegible]

RECEBEMOS DE RAMON LEONCIO BARROS DE VASCONCELOS - ME OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA ABAIXO

DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

NF-e
Nº. 1305
SÉRIE 1

FORTGAS

RAMON LEONCIO BARROS DE VASCONCELOS - ME
Avenida Tabelião Luiz Nogueira Lima, 048 lado par
Santo Antonio - 62324075 Tianguá/CE 88213318211

DANFE

DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA

1 - SAÍDA

Nº. 1305
SÉRIE 1
FOLHA 1 de 1

CHAVE DE ACESSO
2325 0228 9549 4600 0297 5500 1000 0013 0513 9242 9834

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

NATUREZA DA OPERAÇÃO	PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO
Venda	223250019213040 24/02/2025 15:03:02

INSCRIÇÃO ESTADUAL	INSC.ESTADUAL DO SUBST. TRIBUTÁRIO	CNPJ/CPF
070143919		28954946000297

DESTINATÁRIO / REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL			CNPJ/CPF		DATA DA EMISSÃO
BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES			38425303000129		24/02/2025
ENDEREÇO		BAIRRO		CEP	DATA DA SAÍDA/ENTRADA
R 12 DE OUTUBRO 1119		centro		64290000	24/02/2025
MUNICÍPIO	FONE/FAX	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL		HORA DE SAÍDA
05		PI	196738776		14:57:00

FATURA / DUPLICATAS

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO DO ICMS ST	VALOR DO ICMS ST	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
4.535,00	544,20	0,00	0,00	4.535,00

VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS	VALOR DO IPI	VALOR TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.535,00

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA	CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEÍCULO	UF	CNPJ/CPF
	9 - SEM FRETE				

ENDEREÇO	MUNICÍPIO	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL

QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO
200		FORTGAS		8.847,000	0,000

DADOS DO PRODUTO / SERVIÇO

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	NCM	CST	CFOP	UNID	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOT	BASE CÁLC	VL ICMS	VL IPI	% ICMS	% IPI
5	OXIGENIO MEDICINAL EM CILINDRO 7M	28044000	000	6102	M	400,0000	5,250000	2.047,50	2.047,50	245,70		12,00	
7	OXIGENIO MEDICINAL EM CILINDRO 10M	28044000	000	6102	M	600,0000	3,350000	1.960,00	1.960,00	234,20		12,00	
	OXIGENIO MEDICINAL EM CILINDRO DE 2M	28044000	000	6102	M	50,0000	3,250000	162,50	162,50	19,50		12,00	
	OXIGENIO MEDICINAL EM CILINDRO DE 1M	28044000	000	6102	M	25,0000	15,000000	375,00	375,00	45,00		12,00	

CÁLCULO DO ISSQN

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS	BASE DE CÁLCULO DO ISSQN	VALOR DO ISSQN

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	RESERVADO AO FISCO
Valor aproximado dos tributos: R$ 670,04 federais R$ 930,85 estaduais Fonte: IBPT/empresometro.com.br/8624CE	





DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO





B DE S BORGES COMERCIO DE GASES LTDA

CNPJ: 38.425.303/0001-29

(HABILITADA)





HABILITAÇÃO JURÍDICA









MINISTÉRIO DA FAZENDA
Receita Federal
Cadastro de Pessoas Físicas
COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO
Número
061.214.774-09
Nome
BRUNO DE SOUSA BORGES
Nascimento
01/11/1985





CARTÓRIO 3º OFÍCIO EXTRAJUDICIAL DE TIMON - MA
Gilcifran Andrade Miranda - Oficial

Certifico que a presente cópia é autêntica e está conforme com o original.
Confere e dou fé.
Gilcifran Andrade Miranda - Tabelião
Poder Judiciário - TJMA
Selo: AUTENT03078706881UL60Z4POX92
Data/Hora: 09/09/2022 16:07:48. Ato: 13.18. Total R$ 5,89. Emol. R$ 5,14. FERC R$ 0,15 FADEP R$ 0,20 FEMP R$ 0,20
Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Gilcifran Andrade Miranda
Oficial
3º Ofício de Timon/MA

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por GILCIFRAN ANDRADE MIRANDA, em sexta-feira, 9 de setembro de 2022 16:39:21 GMT-03:00, CNS: 03.076-7 - 3º OFÍCIO EXTRAJUDICIAL/MA, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cnsnd.org.br/autenticidade. O presente documento

ALTERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DE MICRO EMPRESA EM SOCIEDADE EMPRESÁRIA LTDA.

BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29

BRUNO DE SOUSA BORGES, Brasileiro, casado, motorista, nascido em 01.11.1986 na cidade de Catolé do Rocha-PB, portador do **CPF: 081.214.774-09** residente e domiciliado na Rua 12 de Outubro, Nº 1000 Centro, Cep 64290-000 em Altos-PI inscrito na Junta Comercial do Estado do Piauí sob o nome empresarial **BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES** registrado na JUCEPI sob o **NIRE: 22101268244** e **CNPJ: 38.425.303/0001-29**, Data de constituição 11/09/2020 e com sede situada na **Rua 12 DE OUTUBRO, Nº 1119, Sala A, Bairro Centro CEP: 64.290-000 em Altos-PI**, fazendo uso do que permite o § 3º do Art.968 da Lei nº10.406/2002 com a redação alterada pelo Art.10 da Lei Complementar nº 128/08 ora **altera e transforma** seu registro de **MICRO EMPRESA** para **SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA** a qual regera doravante pelo Contrato Social, nos termos do Art.1.052 § 1º do Código Civil, com as alterações seguintes clausulas introduzidas pela Lei 13.874/2019 sob as seguintes clausulas introduzidas pela Lei 13.874/2019, sob as seguintes clausulas:

CLÁUSULA 1ª – Fica transformado de **Micro Empresa** em **SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA** , sob o nome empresarial **B DE S BORGES COMERCIO DE GASES LTDA**, e com nome de fantasia **USE GASES PIAUI** com sub-rogação de todos os direitos e obrigações pertinentes, assumindo a responsabilidade de todo acervo do Empresário sucedido, inclusive do capital social informado na cláusula seguinte, garantindo todos os direitos a seus credores e mantendo os móveis, utensílios e acessórios, sem haver interrupção de continuidade de espécie alguma.

CLÁUSULA 2ª – O capital social, no valor de **R$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais)**, subscritos e integralizados em moeda corrente do país e divididos em
500 (Quinhentos mil) quotas, no valor de R$ 1,00 (Um) real cada uma, fica atribuído ao sócio **Bruno de Sousa Borges**.

SÓCIOS	COTAS	%	VALOR
Bruno de Sousa Borges	500.000	100	R$ 500.000,00
TOTAL	500.000	100	R$ 500.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO: A responsabilidade do sócio único é limitada à importância total do capital social subscrito, nos termos do artigo 1.052, da Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002, respondendo pela integralização do capital social da sociedade limitada.

CLÁUSULA 3° – A sociedade terá por objeto Social:

4684-2/99 – Comercio atacadista de outros produtos quimicos e petroquimicas alcool etilico, soda caustica,cloro e derivados, oxigênio, agua destilada, elementos não petroquimicos ou carboquimicos cargas e preparados para extintores de incêndio

2539-0/01 – Serviço de usinagem, tornearia e solda;

2110-6/00 – Fabricação de produtos farmoquimicos;

4644-3/01 – Comercio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano;

4930-2/02– Transporte rodoviario de cargas, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional;

4789-0/99– Comercio varejista de outros produtos tais extintores, exceto para veiculos cargas e preparados para incendio.

7739-0/99 – Aluguel de outras maquinas e equipamentos comerciais e industriais; tais como maquinas e ferramentas, aparelho de uso comercial e industrial.

4322-3/03 – Instalações de sistema de prevenção contra incêndio;

7711-0/00 – Locação de automóveis sem condutor;

2014-2/00 – Fabricação de gases industriais;

4771-7/01- Comercio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulação de formulas;

4322-3/01 – Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás;

4784-9/00 – Comercio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP);

4930-2/03 – Transporte rodoviário de produtos perigosos;

4761-0/03 – Comercio varejista de artigos de papelaria;

7739-0/02 – Aluguel de equipamentos científicos, médicos e hospitalares, sem operador;

3319-8/00 – Manutenção e reparação de equipamentos e produtos tais como: manutenção e reparação de não eletrónicos e utensílios para uso medico, cirúrgico, odontológico e de laboratório manutenção e reparaçao de mobiliário especifico para uso medico, cirúrgico, odontológico e de laboratório.

3311-2/00 – Manutenção e reparação de tanques, reservatórios metálicos e caldeiras, exceto para veículos;

Para tanto, passa a transcrever, na íntegra, o Contrato Social da referida SOCIEDADE LIMITADA, com o teor a seguir:

CONTRATO SOCIAL

CLAUSULA 1ª: A sociedade girara sob o nome **B DE S BORGES COMERCIO DE GASES LTDA** e nome de fantasia **USE GASES PIAUI.**

CLÁUSULA 2ª: A sociedade será localizada na **Rua 12 de Outubro Nº 1119 Sala A, Centro, Cep: 64290-000 Altos-PI.**

CLÁUSULA 3ª: O capital social será de **R$ 500.000,00 (Quinhentos Mil Reais)** representado assim no valor nominal de 500.000 **(Quinhentos Mil)** cotas no valor unitário de **R$ 1,00 (Um Real)** cada, e fica distribuído da seguinte forma:

SÓCIOS	COTAS	%	VALOR
Bruno de Sousa Borges	500.000	100	R$ 500.000,00
TOTAL	500.000	100	R$ 500.000,00

CLÁUSULA 4ª: A sociedade terá por objeto Social:

4684-2/99 – Comercio atacadista de outros produtos quimicos e petroquímicas alcool etilico, soda caustica,cloro e derivados, oxigénio, agua destilada, elementos não petroquimicos ou carboquimicos cargas e preparados para extintores de incêndio

2539-0/01 – Serviço de usinagem, tornearia e solda;

2110-6/00 – Fabricação de produtos farmoquimicos;

4644-3/01 – Comercio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano;

4930-2/02– Transporte rodoviario de cargas, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional;

4789-0/99– Comercio varejista de outros produtos tais extintores, exceto para veículos cargas e preparados para incêndio.

7739-0/99 – Aluguel de outras maquinas e equipamentos comerciais e industriais; tais como maquinas e ferramentas, aparelho de uso comercial e industrial.

4322-3/03 – Instalações de sistema de prevenção contra incêndio;

7711-0/00 – Locação de automóveis sem condutor;

2014-2/00 – Fabricação de gases industriais;

4771-7/01- Comercio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulação de formulas;

4322-3/01 – Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás;

4784-9/00 – Comercio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP);

4930-2/03 – Transporte rodoviário de produtos perigosos;

4761-0/03 – Comercio varejista de artigos de papelaria;

7739-0/02 – Aluguel de equipamentos científicos, médicos e hospitalares, sem operador;

3319-8/00 – Manutenção e reparação de equipamentos e produtos tais como: manutenção e reparação de não eletrónicos e utensílios para uso medico, cirúrgico, odontológico e de laboratório manutenção e reparação de mobiliário especifico para uso medico, cirúrgico, odontológico e de laboratório.

3311-2/00 – Manutenção e reparação de tanques, reservatórios metálicos e caldeiras, exceto para veículos;

CLÁUSULA 5ª: A sociedade iniciou suas atividades em 11/09/2020 e o prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado.

CLÁUSULA 6ª: A administração da sociedade será exercida isoladamente pelo sócio, **Bruno de Sousa Borges**, que se incumbira de todas as operações e representara a sociedade ativa, passiva, judicial e extrajudicialmente, o uso da sociedade será feito pelo sócio exclusivamente para os negócios da própria sociedade. Sendo vetado, no entanto para atividades estranhas ao interesse de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio. (art.997 VI:1.010,1. 064 CC/2002).

CLÁUSULA 7ª: Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo ao sócio as perdas ou os lucros apurados.

CLÁUSULA 8ª: A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada pelo sócio.

CLÁUSULA 9ª: O Administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concessão, peculato,ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. **(art. 1.011, § 1º, CC/2002)**

CLÁUSULA 10ª: A responsabilidade do sócio e restrita ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização o do capital social.

CLÁUSULA 11ª: As cotas da sociedade são indivisíveis e não poderá ser cedida ou transferida a terceiros sem o consentimento um do outro sócioem sua totalidade ou em partes, a quem ficam assegurados, em igualdade de condições e de preço direito de preferência para a sua aquisição se postas a vendas, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA 12ª: Os sócios terão direitos a uma retirada mensal a titulo de pró- labore, que, no entanto não poderá exceder os limites permitidos pelalegislação do Imposto de Renda em vigor.

CLÁUSULA 13ª: Em caso de falecimento ou incapacidade de qualquer um dos sócios, a sociedade continuará suas atividades com herdeiros, sucessores ou a alguém indicado pelo sócio ou a quem de direito. Não sendo possível ou inexistindo interesse deste ou do sócio remanescente, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, com data a ser verificada em balanço especialmente levantado.



CLÁUSULA 14ª: Declara sob as penas da Lei, que se enquadra na condição de **MICRO EMPRESA**, nos termos da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006.

CLÁUSULA 15ª: Fica eleito o foro da cidade de Altos-PI, para dirimir as questões resultantes do presente contrato, rejeitando-se outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

E, por estar assim constituído, assino o presente instrumento em (uma) via de igual teor e forma e para um só efeito.

Altos-PI 28 de Fevereiro de 2023

Bruno de Sousa Borges

CPF: 081.214.774-09

Sócio Administrador

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa B DE S BORGES COMERCIO DE GASES LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
08121477409	BRUNO DE SOUSA BORGES

CERTIFICO O REGISTRO EM 28/02/2023 09:06 SOB Nº 22300689293.
PROTOCOLO: 230149892 DE 23/02/2023.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12304136384. CNPJ DA SEDE: 38623313000115.
NIRE: 22300689293. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 28/02/2023.
B DE S BORGES COMERCIO DE GASES LTDA

JUCEPI

MATEUS FRANCISCO SANTOS BOFIMO VIEIRA
SECRETÁRIO-GERAL
www.piauidigital.pi.gov.br

A validade deste documento, de igualmente, fica sujeita à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, utilizando seus respectivos códigos de verificação.



INSTRUMENTO DE INSCRIÇÃO DE EMPRESÁRIO INDIVIDUAL

BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES

Pelo presente instrumento particular de Ato Constitutivo:

BRUNO DE SOUSA BORGES, BRASILEIRO , CASADO(A), Comunhão Parcial, MOTORISTA, natural da cidade de Catolé do Rocha – PB, data de nascimento 01/11/1986, portador da Carteira de Identidade (RG): nº 3333458, expedida por SSDS/PB em 20/10/2015 e CPF: nº 081.214.774-09, residente e domiciliado na cidade de Tianguá - CE, na RUA MADALENA NUNES, nº 398, CENTRO, CEP: 62320-017.

Resolve constituir como empresário individual, mediante as seguintes cláusulas (art. 968, I, CC):

CLÁUSULA I - DO NOME EMPRESARIAL (art. 968, II, CC)
O empresário individual adotará como nome empresarial a firma **BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES** e usará a expressão USE GASES PIAUI como nome fantasia.

CLÁUSULA II - DO CAPITAL (art. 968, III, CC)
O capital será de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), totalmente subscrito e integralizado, neste ato, da seguinte forma: R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) em moeda corrente do País.

CLÁUSULA III - DA SEDE (art. 968, IV, CC)
O Empresário Individual terá sua sede no seguinte endereço: RUA 12 DE OUTUBRO, nº 1119, CENTRO, Altos - PI, CEP: 64290000.

CLÁUSULA IV - DO OBJETO (art. 968, IV, CC)
O Empresário Individual terá por objeto o exercício das seguintes atividades econômicas: COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS QUIMICOS TAIS COMO: ALCOOL ETILICO, SODA CAUSTICA, CLORO E DERIVADOS, OXIGENIO, AGUA DESTILADA, ELEMENTOS NAO-PETROQUIMICOS OU CARBOQUIMICOS, ESSENCIAS NAO-MANIPULADAS PARA PERFUMES, PETROQUIMICOS BASICOS E INTERMEDIARIOS - AMONIA, ETENO, BENZENO, UREIA, CLORETO DE VINILA, ETC O COMERCIO ATACADISTA DE ADITIVOS PARA COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES O COMERCIO ATACADISTA DOS PRODUTOS FARMOQUIMICOS, TAIS COMO: CARGAS E PREPARADOS PARA EXTINTORES DE INCENDIO ALVEJANTES E DETERGENTES INDUSTRIAIS INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS, SANITÁRIAS E DE GÁS FABRICAÇÃO DE PRODUTOS FARMOQUÍMICOS COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE PAPELARIA FABRICAÇÃO DE GASES INDUSTRIAIS LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS SEM CONDUTOR COMÉRCIO VAREJISTA DE GÁS LIQÜEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PRODUTOS PERIGOSOS TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA, EXCETO PRODUTOS PERIGOSOS E MUDANÇAS, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL.

Parágrafo único. Em estabelecimento eleito como Sede (Matriz) será(ão) exercida(s) a(s) atividade(s) de COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS QUIMICOS TAIS COMO: ALCOOL ETILICO, SODA CAUSTICA, CLORO E DERIVADOS, OXIGENIO, AGUA DESTILADA, ELEMENTOS NAO-PETROQUIMICOS OU CARBOQUIMICOS, ESSENCIAS NAO-MANIPULADAS PARA PERFUMES, PETROQUIMICOS BASICOS E INTERMEDIARIOS - AMONIA, ETENO, BENZENO, UREIA, CLORETO DE VINILA, ETC O COMERCIO ATACADISTA DE ADITIVOS PARA COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES O COMERCIO ATACADISTA DOS PRODUTOS FARMOQUIMICOS, TAIS COMO: CARGAS E PREPARADOS PARA EXTINTORES DE INCENDIO ALVEJANTES E DETERGENTES INDUSTRIAIS INSTALACOES HIDRAULICAS, SANITARIAS E DE GAS FABRICACAO DE PRODUTOS FARMOQUIMICOS COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE PAPELARIA FABRICACAO DE GASES INDUSTRIAIS LOCACAO DE AUTOMOVEIS SEM CONDUTOR COMERCIO VAREJISTA DE GAS LIQUEFEITO DE PETROLEO (GLP) TRANSPORTE RODOVIARIO DE PRODUTOS PERIGOSOS TRANSPORTE RODOVIARIO DE CARGA, EXCETO PRODUTOS PERIGOSOS E MUDANCAS, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL.

E exercerá as seguintes atividades:

CNAE Nº 4684-2/99 - Comércio atacadista de outros produtos químicos e petroquímicos não especificados anteriormente
CNAE Nº 2014-2/00 - Fabricação de gases industriais
CNAE Nº 2110-6/00 - Fabricação de produtos farmoquímicos

INSTRUMENTO DE INSCRIÇÃO DE EMPRESÁRIO INDIVIDUAL

BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES

CNAE Nº 4322-3/01 - Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás
CNAE Nº 4761-0/03 - Comércio varejista de artigos de papelaria
CNAE Nº 4784-9/00 - Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP)
CNAE Nº 4930-2/02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional
CNAE Nº 4930-2/03 - Transporte rodoviário de produtos perigosos
CNAE Nº 7711-0/00 - Locação de automóveis sem condutor

CLÁUSULA V - DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO (art. 37, II, Lei nº 8.934, de 1994)
O empresário declara, sob as penas da lei, inclusive que são verídicas todas as informações prestadas neste instrumento e quanto ao disposto no artigo 299 do Código Penal, não estar impedido de exercer atividade empresaria e não possuir outro registro como Empresário Individual no País.

CLÁUSULA VI - DO INÍCIO DAS ATIVIDADES E PRAZO DE DURAÇÃO (art. 53, III, F, Decreto nº 1.800/96)
A Empresa iniciará suas atividades em 11/09/2020 e seu prazo de duração será por tempo indeterminado.

CLÁUSULA VII - PORTE EMPRESARIAL
O empresário declara que a empresa se enquadra como Microempresa - ME, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei. (art. 3º, I, LC nº 123, de 2006)

E, por estar assim constituído, assino o presente instrumento.

Altos - PI, 11 de setembro de 2020

BRUNO DE SOUSA BORGES
Empresário

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF	Nome
08121477409	BRUNO DE SOUSA BORGES

JUCEPI

CERTIFICO O REGISTRO EM 11/09/2020 15:01 SOB Nº 22301269244.
PROTOCOLO: 200425781 DE 11/09/2020 15:01.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12004251059. NIRE: 22301269244.
BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES

ISABELA SANTANA MONTEIRO BARBOSA
SECRETÁRIA-GERAL
TERESINA, 11/09/2020
pieuidigital.pi.gov.br

A validade deste instrumento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais informando seus respectivos códigos de verificação.

INSTRUMENTO DE ALTERAÇÃO DE EMPRESÁRIO

BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29

Pelo presente instrumento, o Sr. BRUNO DE SOUSA BORGES, data de nascimento 01/11/1986, natural de Catoié do Rocha/PB, casado, comunhão parcial de bens, brasileiro, motorista, portador de RG nº 3333458 SSDS/PB, e CPF nº 081.214.774-09, residente e domiciliado na Rua Madalena Nunes, 398, Centro, Tianguá/CE, CEP 62320-017, na qualidade de empresário da empresa que gira nesta cidade sob a forma de firma social BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES, com sede na rua 12 de outubro, 1119, Centro, Altos/PI, CEP 64.290-000, cujo ato constitutivo se encontra registrado na Junta Comercial do Estado do Piauí - JUCEPI, com NIRE 22101268244, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 38.425.303/0001-29, Resolve alterar contrato, mediante as seguintes cláusulas:

DO OBJETO (art. 968, IV, CC)

Cláusula Primeira – O Empresário Individual terá por objeto o exercício das seguintes atividades econômicas:

Atividade Principal:

4684-2/99 - Comércio atacadista de produtos quimicos tais como: alcool etilico, soda caustica, cloro e derivados, oxigenio, agua destilada, elementos nao-petroquimicos ou carboquimicos, essencias nao-manipuladas para perfumes, petroquimicos basicos e intermediarios - amonia, eteno, benzeno, ureia, cloreto de vinila, etc o comercio atacadista de aditivos para combustiveis e lubrificantes o comercio atacadista dos produtos farmoquimicos, tais cargas e preparados para extintores de incendio alvejantes e detergentes industriais.

Atividades Secundarias:

4930-2/02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional
4322-3/01 - Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás
2014-2/00 - Fabricação de gases industriais
4761-0/03 - Comércio varejista de artigos de papelaria
4930-2/03 - Transporte rodoviário de produtos perigosos
4771-7/01 - Comércio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulação de fórmulas
2110-6/00 - Fabricação de produtos farmoquímicos
7711-0/00 - Locação de automóveis sem condutor
4784-9/00 - Comércio varejista de gás liqüefeito de petróleo (glp)
4644-3/01 - Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano

Clausula Segunda -Todas as clausulas dos documentos anteriormente alcançadas pelo instrumento permanecem em pleno vigor.

E, por está assim constituido, assino o presente instrumento.

Altos, 05 de fevereiro de 2021.

Bruno de Sousa Borges

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF	Nome
08121477409	BRUNO DE SOUSA BORGES

JUCEPI

CERTIFICO O REGISTRO EM 08/02/2021 09:45 SOB Nº 20210384756.
PROTOCOLO: 210084756 DE 05/02/2021.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12100846414. CNPJ DA SEDE: 38433303000129.
NIRE: 22101268246. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 05/02/2021.
BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES

LUIS GONZAGA ROSADO FILHO
PROCURADOR
www.gisaidigital.pi.gov.br

A validade deste documento, em impresso, fica sujeito comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais informando seus respectivos códigos de verificação.

Governo do Estado do Piauí
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa - SEMPE
Junta Comercial do Estado do Piauí

JUCEPI

PIAUI

FLS. 398

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

Nome Empresarial: B DE S BORGES COMERCIO DE GASES LTDA NIRE: 22203885293 Natureza Jurídica: Sociedade Empresária Limitada			Protocolo: [illegible]
NIRE (Sede) 22203885293	**CNPJ** 38.425.303/0001-29	**Data de Ato Constitutivo** 11/09/2020	**Início de Atividade** 11/09/2020

Endereço Completo
Rua 12 DE OUTUBRO, Nº 1119, CENTRO - Altos/PI - CEP 64290-000

Objeto Social
COMERCIO ATACADISTA DE OUTROS PRODUTOS QUIMICOS E PETROQUIMICOS ALCOOL ETILICO, SODA CAUSTICA, CLORO E DERIVADOS, OXIGENIO, AGUA DESTILADA, ELEMENTOS NAO-PETROQUIMICOS OU CARBOQUIMICOS CARGAS E PREPARADOS PARA EXTINTORES DE INCENDIO FABRICACAO DE GASES INDUSTRIAISFABRICACAO DE PRODUTOS FARMOQUIMICOSINSTALACOES HIDRAULICAS, SANITARIAS E DE GASCOMERCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS E DROGAS DE USO HUMANOCOMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE PAPELARIACOMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS, SEM MANIPULACAO DE FORMULASCOMERCIO VAREJISTA DE GAS LIQUEFEITO DE PETROLEO (GLP)TRANSPORTE RODOVIARIO DE CARGA, EXCETO PRODUTOS PERIGOSOS E MUDANCAS, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONALTRANSPORTE RODOVIARIO DE PRODUTOS PERIGOSOSLOCACAO DE AUTOMOVEIS SEM CONDUTORCOMERCIO VAREJISTA DE OUTROS PRODUTOS TAIS EXTINTORES, EXCETO PARA VEICULOSCARGAS E PREPARADOS PARA INCENDIOINSTALACOES DE SISTEMA DE PREVENCAO CONTRA INCENDIOALUGUEL DE OUTRAS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS COMERCIAIS E INDUSTRIAISSERVICOS DE USINAGEM, TORNEARIA E SOLDAMANUTENCAO E REPARACAO DE EQUIPAMENTOS E MANUTENCAO E REPARACAO DE NAO-ELETRONICOS E UTENSILIOS PARA USO MEDICO, CIRURGICO, ODONTOLOGICO E DE LABORATORIOMANUTENCAO E REPARACAO DE MOBILIARIO ESPECIFICO PARA USO MEDICO, CIRURGICO, ODONTOLOGICO E DE LABORATORIOALUGUEL DE EQUIPAMENTOS CIENTIFICOS, MEDICOS E HOSPITALARES, SEM OPERADORMANUTENCAO E REPARACAO DE TANQUES, RESERVATORIOS METALICOS E CALDEIRAS, EXCETO PARA VEICULOS

Capital Social R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) **Capital Integralizado** R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais)	**Porte** ME (Microempresa)	**Prazo de Duração** Indeterminado

Dados do Sócio

Nome	CPF/CNPJ	Participação no capital	Espécie de sócio	Administrador	Término do mandato
BRUNO DE SOUSA BORGES	081.214.774-09	R$ 500.000,00	Sócio	S	Indeterminado

Dados do Administrador

Nome	CPF	Término do mandato
BRUNO DE SOUSA BORGES	081.214.774-09	Indeterminado

Último Arquivamento

Data	Número	Ato/eventos	Situação
12/06/2024	20240630432	002 / 021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	ATIVA **Status** SEM STATUS

Esta certidão foi emitida automaticamente em 23/12/2024, às 09:52:59 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no https://www.piauidigital.pi.gov.br, com o código **A8X2APEC**.

THANIA MARIA LINHARES BALDORINO
Secretário(a) Geral

Governo do Estado do Piauí
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa - SEMPE
Junta Comercial do Estado do Piauí

JUCEPI

PAG 1.99
PIAUÍ

CERTIDÃO ESPECÍFICA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

Certificamos que B DE S BORGES COMERCIO DE GASES LTDA encontra-se registrada nesta Junta Comercial, como segue:	Protocolo: PIC2402625643
NIRE 22200685293 CNPJ 38.425.303/0001-29	Situação ATIVA Status
Endereço Completo Rua 12 DE OUTUBRO, Nº 1119, xxxxx, CENTRO - Altos/PI - CEP 64290-000	

Arquivamentos Posteriores

Ato	Número	Data	Descrição
002	20240630432	12/08/2024	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
223	20240338642	29/04/2024	BALANCO
060	22200685293	28/03/2023	ALTERACAO DE DADOS E DE NOME EMPRESARIAL
002	22200685293	28/03/2023	TRANSFORMACAO
002	20230070892	02/02/2023	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
223	20220322171	19/05/2022	BALANCO
223	20210697130	19/01/2022	BALANCO
223	20210156472	26/02/2021	BALANCO
002	20210084766	08/02/2021	OUTROS
002	20210084766	08/02/2021	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
060	20200425791	11/09/2020	ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA
060	22101268244	11/09/2020	INSCRIÇÃO

Esta certidão foi emitida automaticamente em 23/12/2024, às 09:53:39 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no https://www.piauidigital.pi.gov.br, com o código XI5C2I3AB.

PIC2402625643

TRIANA MARIA LINHARES SALGADO
Secretária(o) Geral

REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
38.425.303/0001-29 MATRIZ		11/09/2020

NOME EMPRESARIAL
B DE S BORGES COMERCIO DE GASES LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
USE GASES PIAUI	ME

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
46.84-2-99 - Comércio atacadista de outros produtos químicos e petroquímicos não especificados anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
20.14-2-00 - Fabricação de gases industriais
21.10-6-00 - Fabricação de produtos farmoquímicos
25.39-0-01 - Serviços de usinagem, torneria e solda
33.11-2-00 - Manutenção e reparação de tanques, reservatórios metálicos e caldeiras, exceto para veículos
33.19-8-00 - Manutenção e reparação de equipamentos e produtos não especificados anteriormente
43.22-3-01 - Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás
43.22-3-03 - Instalações de sistema de prevenção contra incêndio
46.44-3-01 - Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano
47.61-0-03 - Comércio varejista de artigos de papelaria
47.71-7-01 - Comércio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulação de fórmulas
47.84-8-00 - Comércio varejista de gás liqüefeito de petróleo (GLP)
47.89-0-99 - Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente
49.30-2-02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional
49.30-2-03 - Transporte rodoviário de produtos perigosos
77.11-0-00 - Locação de automóveis sem condutor
77.39-0-02 - Aluguel de equipamentos científicos, médicos e hospitalares, sem operador
77.39-0-99 - Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R 12 DE OUTUBRO	1119	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
64.290-000	CENTRO	ALTOS	PI

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
USEGASESPIAUI@GMAIL.COM	(86) 3300-8472/ (88) 9413-6902

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	11/09/2020

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Fls. 301

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **17/12/2024** às **10:26:23** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

[illegible] MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	[illegible]

[illegible] LTDA

[illegible]

[illegible] - Comércio atacadista de outros produtos químicos e petroquímicos não especificados anteriormente

[illegible] - Fabricação de gases industriais
[illegible] - Fabricação de produtos farmoquímicos
[illegible]

206-2 - Sociedade Empresária Limitada

[illegible]

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia [illegible] às [illegible] (data e hora de Brasília).



Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:
38.425.303/0001-29
NOME EMPRESARIAL:
B DE S BORGES COMERCIO DE GASES LTDA
CAPITAL SOCIAL:
R$500.000,00 (Quinhentos mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:
BRUNO DE SOUSA BORGES
Qualificação:
49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia **06/01/2025** as **10:54** (data e hora de Brasília).

VOLTAR | IMPRIMIR

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

fls. 304

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: B DE S BORGES COMERCIO DE GASES LTDA
CNPJ: 38.425.303/0001-29

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 08:05:52 do dia 03/02/2025 <hora e data de Brasília>.
Valida até 02/08/2025.
Código de controle da certidão: **CED7.16DC.6E9E.9778**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Documento Validado
Em: 07 / 03 / 25
Rinda Melo

Voltar | Imprimir

Fls: 305

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 38.425.303/0001-29
Razão Social: BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES
Endereço: RUA 12 DE OUTUBRO 1119 / CENTRO / ALTOS / PI / 64290-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:16/02/2025 a 17/03/2025

Certificação Número: 2025021604095529432417

Informação obtida em 25/02/2025 16:26:07

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

Documento Validado
Em 07/03/25
Renata Melo

Voltar Imprimir



CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 38.425.303/0001-29
Razão Social: BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES
Endereço: RUA 12 DE OUTUBRO 1119 / CENTRO / ALTOS / PI / 64290-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:16/02/2025 a 17/03/2025

Certificação Número: 2025021604095529432417

Informação obtida em 06/03/2025 17:58:48

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

fls: 307

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: B DE S BORGES COMERCIO DE GASES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 38.425.303/0001-29
Certidão nº: 70494923/2024
Expedição: 15/10/2024, às 06:51:58
Validade: 13/04/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **B DE S BORGES COMERCIO DE GASES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **38.425.303/0001-29**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Documento Validado
Em: 17 | 03 | 25
Renata Melo

VOCÊ ESTÁ AQUI: Home > Cadastro Centralizado de Contribuinte

Identificação

CNPJ-8: 38.425.303
BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES



Relação de Contribuintes

UF	CNPJ	IE	Tipo IE	Situação IE	Situação CNPJ	UF Endereço
PI - 22	38.425.303/0001-29	196738776	IE Normal	Habilitado	Sem restrição	PI

Contribuinte Histórico Mesmo CNPJ em todas as UF

Mesmo CNPJ em todas as UF

UF Cadastro	CNPJ	IE	Tipo IE	Situação IE	Situação CNPJ	UF Endereço
PI - 22	38.425.303/0001-29	196738776	IE Normal	Habilitado	Sem restrição	PI

Voltar

ESTADO DO PIAUÍ

SECRETARIA DA FAZENDA

Data:	02/06/2023
Hora:	15:32:56
Usuário:	38425303000129
Página:	1

FICHA CADASTRAL

Inscrição: 19.673.877-6
GERAT: 3a GERAT TERESINA
Agencia Regional: AGEAT TERESINA
Situação Cadastral: ATIVO
Benefício Fiscal: SIM **Sit. SIPAF:** **PF Optante NF:** NÃO **Exportador:** NÃO

CNPJ: 38.425.303/0001-29
Tipo de Pessoa: JURÍDICA
Situação Fiscal: REGULAR
Última Atualização: 14/02/2023
Inac. Prazo Certo: NÃO

Fls. 309

DENOMINAÇÃO DO ESTABELECIMENTO

Nome Empresarial: B DE S BORGES COMERCIO DE GASES LTDA
Nome Fantasia: USE GASES PIAUI

ENDEREÇO ESTABELECIMENTO

Endereço: RUA 12 DE OUTUBRO **Número:** 1119
Complemento: SALA A **Referência:**
Bairro: CENTRO **Município:** ALTOS **UF:** PI
Telefone: 86 32621589 **FAX:** **CEP:** 64290000 **C. Postal:** **CEP C.Postal:**
E-Mail: f.silva.magalhaes@bol.com.br **Telefone DIEF:** 86 32621589

ENDEREÇO FISCAL

Endereço: RUA 12 DE OUTUBRO **Número:** 1119
Complemento: **Referência:**
Bairro: CENTRO **Município:** ALTOS **UF:** PI
Telefone: 86 994836325 **FAX:** **CEP:** **C. Postal:** **CEP C.Postal:**
E-Mail:

QUALIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

Categoria Cadastral: ME **Regime Recolhimento:** CORRENTISTA **Início Ativ.:** 11/09/2020
Junta Comercial: 22101268244 **Data da Constituição:** 11/09/2020 **Tipo Utilização:** UNIDADE
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA **Cat. Estabelec.:** MATRIZ OU UNICO
Capital Social: 500000 **Área Utilizada (m2):** 20
CAE Principal:
CAE Secundária:
Ativ. Principal(CNAE): 4684299 - Comércio atacadista de outros produtos químicos e petroquímicos não especificados anteriormente
Ativ. Secundárias(CNAE):

4789099	Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente
4930202	Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional
4930203	Transporte rodoviário de produtos perigosos
7711000	Locação de automóveis sem condutor
7739099	Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador
2539001	Serviços de usinagem, tornearia e solda
3319800	Manutenção e reparação de equipamentos e produtos não especificados anteriormente
7739002	Aluguel de equipamentos científicos, médicos e hospitalares, sem operador

3311200	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE TANQUES, RESERVATÓRIOS METÁLICOS E CALDEIRAS, EXCETO PARA VEÍCULOS
2014200	Fabricação de gases industriais
2110600	Fabricação de produtos farmoquímicos
4322301	Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás
4322303	Instalações de sistema de prevenção contra incêndio
4644301	COMÉRCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS E DROGAS DE USO HUMANO
4761003	Comércio varejista de artigos de papelaria
4771701	Comércio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulação de fórmulas
4784900	Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP)

DADOS DO CONTADOR

Nome: FRANCISCA DA SILVA MAGALHAES **Tipo Pessoa:** FÍSICA **CNPJ/CPF:** 4057178309 **CRC:** 011316

DADOS DO(S) REPRESENTANTE(S)

Relação:	Nome:	Tipo Pessoa:	CGC/CPF	Cargo:	Perc.
SÓCIO	BRUNO DE SOUSA BORGES	FÍSICA	081.214.774-09	SÓCIO	100%
ADMINISTRADOR	BRUNO DE SOUSA BORGES	FÍSICA	081.214.774-09	ADMINISTRADOR	-

ESTADO DO PIAUI
PREFEITURA MUNICIPAL
ALTOS

CARTÃO DE INSCRIÇÃO MUNICIPAL

FLS. 210

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	000.000.134/001-10	INÍCIO ATIVIDADE:	14/09/2020
NOME DO CONTRIBUINTE	B DE S BORGES COMERCIO DE GASES LTDA	CNPJ / CPF	38.425.383/0001-29
NOME DE FANTASIA	USE GASES PIAUI		
ENDEREÇO	RUA 12 DE OUTUBRO CENTRO		, 01118
CNAE-FISCAL	46.84-2/99		

DEMAIS CNAES -

	20.14-2/00	Fabricação de gases industriais
	21.10-6/00	Fabricação de produtos farmoquímicos
	25.39-0/01	Serviços de usinagem, tornearia e solda
	33.11-2/00	Manutenção e reparação de tanques, reservatórios metálicos e caldeiras, exceto para veículos
	33.19-8/00	Manutenção e reparação de equipamentos e produtos não especificados anteriormente
	43.22-3/01	Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás
	43.22-3/03	Instalações de sistema de prevenção contra incêndio
	46.44-3/01	Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano
	47.61-0/03	Comércio varejista de artigos de papelaria
	47.71-7/01	Comércio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulação de fórmulas
	47.84-5/00	Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP)
	47.89-0/99	Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente
	49.30-2/02	Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional
	49.30-2/03	Transporte rodoviário de produtos perigosos
	77.11-0/00	Locação de automóveis sem condutor
	77.39-0/02	Aluguel de equipamentos científicos, médicos e hospitalares, sem operador
	77.39-0/99	Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador

DATA DE EMISSÃO: 04/04/2023		

ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA FAZENDA

FLS. 311

CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS COM EFEITO DE NEGATIVA

Número: 2500001027118043

CPF/CNPj: 38.425.303/0001-29
Nome/Razão Social: B DE S BORGES COMERCIO DE GASES LTDA

Ressalvado o direito da Fazenda Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas ainda não registradas ou que venham a ser apuradas, conforme prerrogativa legal prevista no artigo 149 da Lei Federal nº 5.172/1966, certifica-se a **EXISTÊNCIA DE DÉBITOS COM EXIGIBILIDADE SUSPENSA** em nome do sujeito passivo acima identificado, o que determina sua desconsideração para fins de certificação de regularidade fiscal.

Este documento tem, portanto, os mesmos efeitos da certidão negativa débitos estaduais.

EMITIDA VIA INTERNET EM 06/03/2025 18:20:02
VÁLIDA ATÉ 05/05/2025

Documento Validado
Em: 07/03/25
Rinaldo Melo

Documento expedido gratuitamente.
Validade deste documento: 60 (sessenta) dias contados da data de sua emissão.
A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticação no site https://siatweb.sefaz.pi.gov.br/portal-publico/.

Código de Autenticação: 08343667-948D-4E52-9783-AC2A2A7D96CE

Assinado digitalmente por SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO PIAUI CNPJ: 06.553.556/0001-91
Data: 06/03/2025 18:20:04 -03:00

ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
Procuradoria Tributária

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÍVIDA ATIVA
Número: 25000010370864 52

CPF/CNPJ: 38.425.303/0001-29
Nome/Razão Social: B DE S BORGES COMERCIO DE GASES LTDA

Ressalvados os direitos da Procuradoria Geral do Estado do Piauí de inscrever e cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, certifica-se que, após consulta nos sistemas e registros da Dívida Ativa do Estado, **NÃO CONSTAM** débitos inscritos em nome do sujeito passivo acima identificado.

Procuradoria Geral do Estado
Procuradoria Tributária

EMITIDA VIA INTERNET EM 06/03/2025 13:13:50
VÁLIDA ATÉ 05/05/2025

Documento expedido gratuitamente.
A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticação no site https://siatweb.sefaz.pi.gov.br/portal-publico/.

Código de Autenticação: 9F95E587-3709-4687-8C35-B87CD926A020

Documento Validado
Em: 07/03/25

Assinado digitalmente por SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO PIAUI CNPJ: 06.553.556/0001-91
Data: 06/03/2025 13:13:53 -03:00

MUNICÍPIO DE ALTOS
FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL

Data Impressão: 03/02/2025

Fls. 313

CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

Nº 00000043/2025
Emissão: 03/02/2025
Validade: 04/05/2025

B DE S BORGES COMERCIO DE GASES LTDA
CGA: 000.000.134/001-10
CPF/CNPJ: 38.425.303/0001-29
CNAE: 4684-2/99
RUA 12 DE OUTUBRO,01119
20,00M²
CENTRO
64.290-000 - ALTOS - PI

EM CUMPRIMENTO AO DESPACHO EXARADO EM PETIÇÃO PROTOCOLADA NESTE ÓRGÃO E, RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL DE INSCREVER E COBRAR DÍVIDAS QUE VENHAM A SER APURADAS, CERTIFICO, PARA OS DEVIDOS FINS DE DIREITO, QUE, MANDANDO REVER OS REGISTROS DA DÍVIDA ATIVA INSCRITA NESTA REPARTIÇÃO, VERIFICOU-SE A INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS RELATIVOS À INSCRIÇÃO ACIMA. E PARA CONSTAR, DETERMINEI QUE FOSSE EXTRAÍDA ESTA CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS MUNICIPAIS.

OBS:QUALQUER RASURA OU EMENDA TORNARÁ NULO ESTE DOCUMENTO

Documento Validado
Em: 04/03/25
Rivaldo Melo

Validação Web:

0022025000000430000241684 3

Emissor: VIA WEB

Fls. 314

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA
DISTRIBUIÇÃO DE 1º GRAU
CERTIDÃO ESTADUAL

Rub. 215

CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA, CONCORDATA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL

CERTIDÃO Nº 3658270

O Tribunal de Justiça do Estado do Piauí CERTIFICA QUE, revendo os registros de distribuição de feitos mantidos nos sistemas ThemisWeb, ThemisWeb Recursal, PROJUDI, Processo Judicial Eletrônico (PJe) e Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU), ressalvadas as observações abaixo, NÃO CONSTA AÇÕES DE FALÊNCIA, CONCORDATA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL, inclusive nos JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS (JECC'S), em andamento nas unidades judiciárias do Poder Judiciário do Estado do Piauí em desfavor de:

RAZÃO SOCIAL:B DE S BORGES COMERCIO DE GASES LTDA
CNPJ: 38425303000129, REPRESENTANTE LEGAL: BRUNO DE SOUSA BORGES
ENDEREÇO: R 12 DE OUTUBRO
BAIRRO: CENTRO, MUNICÍPIO: ALTOS - PI

OBSERVAÇÕES:

- Certidão expedida gratuitamente com base no Provimento nº 013/2017 da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Piauí;
- **Esta certidão abrange apenas AÇÕES DE FALÊNCIA, CONCORDATA, INSOLVÊNCIA CIVIL, RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL;**
- Os dados necessários à emissão da certidão são fornecidos pelo solicitante, sendo de exclusiva responsabilidade do destinatário ou interessado a sua conferência, inclusive quanto à autenticidade da própria certidão;
- Esta certidão não contempla os processos em tramitação no 2º Grau de jurisdição do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, que deverão ser objeto de
- Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL.

Esta certidão tem validade de 60 (sessenta) dias.

Certidão emitida em 06 de Janeiro de 2025 às 11 h 03 min

Documento Validado
Em: 07/03/25
Rinda Mela

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (www.tjpi.jus.br), link "Certidão Negativa de 1ª Instância". Certidão Nº 3658270. Código verificador: 64D30.A21CD.D2D0E.D0C01

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA
DISTRIBUIÇÃO DE 1º GRAU
CERTIDÃO ESTADUAL

Fls 316

CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA, CONCORDATA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL

CERTIDÃO Nº 3758293

O Tribunal de Justiça do Estado do Piauí CERTIFICA QUE, revendo os registros de distribuição de feitos mantidos nos sistemas ThemisWeb, ThemisWeb Recursal, PROJUDI, Processo Judicial Eletrônico (PJe) e Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU), ressalvadas as observações abaixo, NÃO CONSTA AÇÕES DE FALÊNCIA, CONCORDATA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL, inclusive nos JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS (JECC'S), em andamento nas unidades judiciárias do Poder Judiciário do Estado do Piauí em desfavor de:

RAZÃO SOCIAL:B DE S BORGES COMERCIO DE GASES LTDA
CNPJ: 38425303000129, REPRESENTANTE LEGAL: BRUNO DE SOUZA BORGES
ENDEREÇO: RUA 12 DE OUTUBRO, Nº 1119, CENTRO
BAIRRO: CENTRO, MUNICÍPIO: TERESINA - PI

OBSERVAÇÕES:

- Certidão expedida gratuitamente com base no Provimento nº 013/2017 da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Piauí;
- **Esta certidão abrange apenas AÇÕES DE FALÊNCIA, CONCORDATA, INSOLVÊNCIA CIVIL, RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL;**
- Os dados necessários à emissão da certidão são fornecidos pelo solicitante, sendo de exclusiva responsabilidade do destinatário ou interessado a sua conferência, inclusive quanto à autenticidade da própria certidão;
- Esta certidão não contempla os processos em tramitação no 2º Grau de jurisdição do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, que deverão ser objeto de
- Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL.

Esta certidão tem validade de 60 (sessenta) dias.

Certidão emitida em 06 de Março de 2025 às 18 h 03 min

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (www.tjpi.jus.br), link "Certidão Negativa de 1ª Instância", Certidão Nº 3758293, Código verificador: B3067.69CCF.1C8F7.F69ED



TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO

Entidade: B DE S BORGES COMERCIO DE GASES
Período da Escrituração: 01/01/2023 a 31/12/2023 CNPJ: 38.425.303/0001-29
Número de Ordem do Livro: 4
Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial	B DE S BORGES COMERCIO DE GASES
NIRE	22200685293
CNPJ	38.425.303/0001-29
Número de Ordem	4
Natureza do Livro	Livro Diário
Município	Altos
Data do arquivamento dos atos constitutivos	11/09/2020
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	
Data de encerramento do exercício social	31/12/2023
Quantidade total de linhas do arquivo digital	8872

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial	B DE S BORGES COMERCIO DE GASES
Natureza do Livro	Livro Diário
Número de ordem	4
Quantidade total de linhas do arquivo digital	8872
Data de início	01/01/2023
Data de término	31/12/2023

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 68.6E.C8.98.3F.FC.6C.A4.0D.CE.36.DD.09.77.15.28.A9.1C.DC.F5-6, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.1.8 do Visualizador



Balanço Patrimonial

Empresa: B DE S BORGES COMERCIO DE GASES LTDA - CNPJ: 38.428.303/0001-29
NIRE: 22200685293 - Data: 11/09/2020

Conta	Descrição	31/12/2023
1	*** Ativo ***	1.220.058,00 D
1.01	Ativo Circulante	1.151.477,99 D
1.01.01	Disponibilidades	159.754,66 D
1.01.01.01	Numerários em Espécie	107.198,53 D
1.01.01.01.01	Caixa Geral	107.198,53 D
1.01.01.01.01.0001	Caixa	107.198,53 D
1.01.01.02	Bancos	52.556,13 D
1.01.01.02.02	Aplicações	52.556,13 D
1.01.01.02.02.0003	Titulo de Capitalização	2.500,00 D
1.01.01.02.02.0005	BB Rende Facil	50.056,13 D
1.01.03	Clientes	893.909,16 D
1.01.03.01	Clientes Nacionais	893.909,16 D
1.01.03.01.01	Duplicatas a Receber	893.909,16 D
1.01.03.01.01.0001	Clientes Diversos	893.909,16 D
1.01.05	Créditos	377,29 D
1.01.05.01	Créditos com Terceiros	377,29 D
1.01.05.01.05	Impostos e Contribuições a Recuperar	377,29 D
1.01.05.01.05.0020	INSS a Recuperar	377,29 D
1.01.15	Estoques	97.436,88 D
1.01.15.01	Estoques em Estabelecimentos Próprios	97.436,88 D
1.01.15.01.01	Estoque de Mercadorias	97.436,88 D
1.01.15.01.01.0001	Mercadorias Para Revenda	97.436,88 D
1.07	Ativo não Circulante	68.580,01 D
1.07.04	Imobilizado	68.580,01 D
1.07.04.01	Bens em Operação	29.682,07 D
1.07.04.01.01	Bens Utilizados na Produção e/ou Prestação de Serviços	29.682,07 D
1.07.04.01.01.0003	Equipamentos, Máquinas e Instalações Industriais	20.322,39 D
1.07.04.01.01.0005	Móveis, Utensílios e Instalações Comerciais	9.359,68 D
1.07.04.13	Imobilizado em Andamento	45.295,29 D
1.07.04.13.01	Consorcios	45.295,29 D
1.07.04.13.01.0001	Consorcio de Bens	45.295,29 D
1.07.04.21	(-) Depreciações, Amortizações e Quotas de Exaustão	6.397,35 C
1.07.04.21.01	(-) Bens Utilizados na Produção e/ou Prestação de Serviços	6.397,35 C
1.07.04.21.01.0001	(-) Depreciação Maquinas e Equipamentos	4.664,71 C
1.07.04.21.01.0002	(-) Depreciação Moveis e Utensilios	1.732,64 C
2	*** Passivo ***	1.220.058,00 C
2.01	Passivo Circulante	294.057,36 C
2.01.01	Obrigações de Curto Prazo	294.057,36 C
2.01.01.01	Fornecedores	55.592,56 C
2.01.01.01.01	Fornecedores Nacionais	55.592,56 C
2.01.01.01.01.0001	Fornecedores Diversos	55.592,56 C

a) Sob as penas da lei, declaramos que as informações aqui contidas são verdadeiras e nos responsabilizamos por todas elas;
b) As informações foram extraídas do Livro Diário no 4 autenticado conforme recibo de entrega nº 68.6E.C8.98.3F.FC.6C.A4.0D.CE.36.D0.09.77.15.28.A9.1C.DC.F5-6 enviado em 26/04/2023.
c) A sociedade não possui Conselho Fiscal instalado;
d) A sociedade não possui Auditoria Independente.

Altos-PI, 31 de Dezembro de 2023

FRANCISCA DA SILVA MAGALHAES
CONTADORA
CPF 040.671.783-09
CRC 011319

BRUNO DE SOUSA BORGES
SOCIO ADMINISTRADOR
CPF 061.214.774-09

Continua...



Balanço Patrimonial

Empresa: S DE S BORGES COMERCIO DE GASES LTDA - CNPJ: 38.425.303/0001-29

Fontes Contábil

NIRE: 22200685293 - Data: 11/09/2020

Conta	Descrição	31/12/2023
2.01.01.03	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Fiscais	119.033,46 C
2.01.01.03.01	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	3.598,85 C
2.01.01.03.01.0001	INSS a Recolher	2.940,33 C
2.01.01.03.01.0002	FGTS a Recolher	718,26 C
2.01.01.03.01.0006	Contribuição Confederativa a Recolher	40,26 C
2.01.01.03.03	Obrigações Fiscais	115.434,61 C
2.01.01.03.03.0001	ICMS a Recolher	90.432,45 C
2.01.01.03.03.0004	PIS a Recolher	1.825,79 C
2.01.01.03.03.0005	COFINS a Recolher	8.445,19 C
2.01.01.03.03.0006	IRPJ a Recolher	7.751,19 C
2.01.01.03.03.0007	CSLL a Recolher	6.979,04 C
2.01.01.07	Empréstimos e Financiamentos	118.256,52 C
2.01.01.07.01	Financiamentos a Curto Prazo - Sistema Financeiro Nacional	118.256,52 C
2.01.01.07.01.0001	BB Giro	118.256,52 C
2.01.01.17	Outras Contas	1.174,80 C
2.01.01.17.01	Outras Obrigações	1.174,80 C
2.01.01.17.01.0007	Pró-labores a Pagar	1.174,80 C
2.03	Passivo não Circulante	57.616,02 C
2.03.01	Obrigações de Longo Prazo	57.616,02 C
2.03.01.03	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Fiscais	57.616,02 C
2.03.01.03.03	Obrigações Fiscais	57.616,02 C
2.03.01.03.03.0004	Parcelamento ICMS 2235+23800	57.616,02 C
2.07	Patrimônio Líquido	868.384,62 C
2.07.01	Capital Realizado	500.000,00 C
2.07.01.01	Capital Social	500.000,00 C
2.07.01.01.01	Capital Social de Domiciliados e Residentes no País	500.000,00 C
2.07.01.01.01.0001	Capital Subscrito de Domiciliados e Residentes no País	500.000,00 C
2.07.07	Outras Contas	368.384,62 C
2.07.07.01	Outras Contas	368.384,62 C
2.07.07.01.01	Lucros Acumulados	368.384,62 C
2.07.07.01.01.0001	Lucros Acumulados e/ou Saldo à Disposição da Assembléia	368.384,62 C

a) Sob as penas da lei, declaramos que as informações aqui contidas são verdadeiras e nos responsabilizamos por todos elas.

b) As informações foram extraídas do Livro Diário nº 4 autenticado conforme recibo de entrega nº 66.6E.C6.98.3F.FC.6C.A4.0D.CE.36.D0.09.77.15.28.A9.1C.DC.F5-6 enviado em 26/04/2023.

c) A sociedade não possui Conselho Fiscal instalado.

d) A sociedade não possui Auditoria Independente.

Altos-PI, 31 de Dezembro de 2023

FRANCISCA DA SILVA MAGALHAES
CONTADORA
CPF 040.571.783-09
CRC 011316

BRUNO DE SOUSA BORGES
SOCIO ADMINISTRADOR
CPF 081.214.774-09



Demonstração do Resultado do Exercício

Empresa: B DE S BORGES COMERCIO DE GASES LTDA - CNPJ: 38.425.303/0001-29
NIRE: 22200686293 - Data: 11/09/2020
Estabelecimentos: Todos; Centros de Resultado: Todos

	Conta	Descrição	01/01/2023 a 31/12/2023
(+)	010	Receita Bruta Operacional	2.104.226,48
	010.01	Faturamento Prod. Merc. e Serviços	2.104.226,48
	010.01.02	Vendas de Mercadorias	2.104.226,48
(-)	020	Deduções da Receita	416.111,19
	020.01	Impostos Faturados	405.999,79
	020.01.01	ICMS	329.683,51
	020.01.03	COFINS	62.725,71
	020.01.04	PIS	13.590,57
	020.02	Outras Deduções	10.111,40
	020.02.01	Vendas Canc., Devol. e Descontos Incond.	10.111,40
(=)	030	Receita Líquida	1.688.115,29
(-)	040	Custo Mercad./Serv./Produtos Vendidos	288.590,45
	040.01	Custo dos Produtos Vendidos	3.247,56
	040.02	Custo das Mercadorias Revendidas	285.342,89
(=)	060	Lucro Bruto	1.399.524,84
(-)	070	Despesas Operacionais	662.166,82
	070.01	Despesas Administrativas	483.310,25
	070.02	Despesas com Vendas	86.147,96
	070.03	Despesas Tributárias	60.357,79
	070.05	Despesas Financeiras	32.349,50
(+)	080	Outras Receitas	348,33
	080.01	Outras Receitas	348,33
(=)	110	Res. Antes das Participações e Contrib.	737.707,85
(=)	150	Res. Antes Imp.Renda e Contrib. Social	737.707,85
(=)	200	Resultado Líquido do Exercício	737.707,85

a) Sob as penas da lei, declaramos que as informações aqui contidas são verdadeiras e nos responsabilizamos por todas elas;
b) As informações foram extraídas do Livro Diário no 4 autenticado conforme recibo de entrega nº 88.6F.CB.98.3F.FC.6C.A4.0D.CE.36.D D.09.77.15.28.A9.1C.DC.F5-6 enviado em 26/04/2023.
c) A sociedade não possui Conselho Fiscal instalado;
d) A sociedade não possui Auditoria Independente.

Altos-PI, 31 de Dezembro de 2023

FRANCISCA DA SILVA MAGALHAES
CONTADORA
CPF 040.571.783-09
CRC 011316

BRUNO DE SOUSA BORGES
SOCIO ADMINISTRADOR
CPF 061.214.774-09

Fls. 3194

Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis em 31/12/2023

Empresa: B DE S BORGES COMERCIO DE GASES LTDA - CNPJ: 38.425.303/0001-29
NIRE: 22200665293 - Data: 11/09/2020

Nota 1 - Contexto Operacional
A Empresa B de S Borges Comercio de Gases é uma Sociedade Empresaria Ltda, com sede e foro na cidad de Altos/PI, tendo como objeto social principal o Comércio de Gases, com início de atividades em 11/09/2020.

Nota 2 - Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras
As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com os Princípios Fundamentais d Contabilidade e demais práticas emanadas da legislação societária brasileira.

Nota 3 - Práticas Contábeis

3.1 - Disponibilidades
Os equivalentes a Caixa são investimentos em aplicações de liquidez imediata (diária) e estão registrados ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

3.2 - Estoques
Os estoques estão registrados pelo custo de aquisição e o metodo de avaliação é o Custo Médio Ponderado.

3.3 - Depreciação
A depreciação foi realizada pelo método linear com base na vida util estimada dos bens conforme legislação fiscal e taxas anuais de depreciação fixadas por espécie.

3.4 - Imobilizado
O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisiçao.

Nota 4 - Patrimônio Líquido

4.1 - Divisão do Capital Social
O capital social é de R$ 500.000,00 dividido em 500000 quotas de R$ 1 cada, totalmente integralizado apresentando e seguinte composição:
Bruno de Sousa Borgee 500.000,00 Reais - 100% de participação.

4.2 - Ajustes de exercícios anteriores
Foi feito ajuste de exercicios anteriores referente a Depreciação não reconhecida no valor de 3.675,89.

4.3 - Resultado do Exercício
A empresa obteve de resultado do exercicio um Lucro de R$ 737.707,65

a) Sob as penas da lei, declaramos que as informações aqui contidas são verdadeiras e nos responsabilizamos por todas elas;
b) As informações foram extraídas do Livro Diario no 4 autenticado conforme recibo de entrega nº 88.8E.C8.88.3F.FC.6C.A4.0D.CE.36.D0.09.77.15.28.A9.1C.DC.F5-6 enviado em 26/04/2023.
c) A sociedade não possui Conselho Fiscal instalado;
d) A sociedade não possui Auditoria Independente.

Altos-PI, 31 de Dezembro de 2023

FRANCISCA DA SILVA MAGALHAES
CONTADORA
CPF 040.571.783-09
CRC 011316

BRUNO DE SOUSA BORGES
SOCIO ADMINISTRADOR
CPF 061.214.774-09

Fim

Análise pelos Índices do Balanço

Empresa: B DE S BORGES COMERCIO DE GASES LTDA - CNPJ: 38.425.303/0001-29
Mês/Ano: 12/2023

Fortes Contábil

Código	Nome Valores	Expressão	Resultado
LC	Liquidez Corrente 1.151.477,99 / 294.057,36	c101/c201	3,92
LG	Liquidez Geral (1.151.477,99 + 68.580,01)/(294.057,36 + 57.616,02)	(c101+c107)/(c201+c203)	3,47
SG	Solvencia Geral 1.220.058,00 /(294.057,36 + 57.616,02)	c1/(c201+c203)	3,47

a) Sob as penas da lei, declaramos que as informações aqui contidas são verdadeiras e nos responsabilizamos por todas elas;
b) As informações foram extraídas do Livro Diário no 4 autenticado conforme recibo de entrega nº 68.6E.C8.96.3F.FC.6C.A4.0D.CE.36.D.D.09.77.15.28.A9.1C.DC.F5-6 enviado em 26/04/2023.
c) A sociedade não possui Conselho Fiscal instalado;
d) A sociedade não possui Auditoria Independente.

Alto-PI, 31 de Dezembro de 2023

FRANCISCA DA SILVA MAGALHAES
CONTADORA
CPF 040.571.783-09
CRC 011316

BRUNO DE SOUSA BORGES
SÓCIO ADMINISTRADOR
CPF 061.214.774-09

Fim

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa B DE S BORGES COMERCIO DE GASES LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
04057178309	FRANCISCA DA SILVA MAGALHAES
08121477409	BRUNO DE SOUSA BORGES

CERTIFICO O REGISTRO EM 29/04/2024 10:58 SOB Nº 20240338642.
PROTOCOLO: 240338642 DE 26/04/2024.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12400070859. CNPJ DA SEDE: 38425303000125.
NIRE: 22200065293. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 29/04/2024.
B DE S BORGES COMERCIO DE GASES LTDA

MATEUS FRANCISCO SANTOS RUFINO VIEIRA
SECRETÁRIO-GERAL
www.piauidigital.pi.gov.br

JUCEPI

A validade deste documento, em impresso, fica sujeita a comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES

Período da Escrituração: 01/01/2022 a 31/12/2022 CNPJ: 38.425.303/0001-29

Número de Ordem do Livro: 3

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2022 a 31 de Dezembro de 2022

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
*** Ativo ***		R$ 1,130,308.46	R$ 964,788.91
Ativo Circulante		R$ 1,115,804.56	R$ 942,064.63
Disponibilidades		R$ 390,039.85	R$ 386,244.31
Numerários em Espécie		R$ 100,197.55	R$ 378,119.07
Caixa Geral		R$ 100,197.55	R$ 378,119.07
Caixa		R$ 100,197.55	R$ 378,119.07
Bancos		R$ 289,842.30	R$ 8,125.24
Contas Correntes		R$ 20,200.26	R$ 0.00
BANCO DO BRASIL AG 1428-1 CC 38632-3		R$ 20,200.26	R$ 0.00
Aplicações		R$ 269,642.04	R$ 8,125.24
BB RF Simples		R$ 132,799.27	R$ 0.00
BB RF CP Empresa Agil		R$ 134,342.77	R$ 0.00
Título de Capitalização		R$ 2,500.00	R$ 2,500.00
BB Rende Fácil		R$ 0.00	R$ 5,625.24
Clientes		R$ 766,515.03	R$ 478,809.85
Clientes Nacionais		R$ 766,515.03	R$ 478,809.85
Duplicatas a Receber		R$ 766,515.03	R$ 478,809.85
Clientes Diversos		R$ 766,515.03	R$ 478,809.85
Créditos		R$ 3,250.00	R$ 377.29
Créditos com Terceiros		R$ 3,250.00	R$ 377.29
Adiantamentos a Fornecedores		R$ 3,250.00	R$ 0.00
Fornecedores Diversos		R$ 3,250.00	R$ 0.00
Créditos de Funcionários		R$ 0.00	R$ 0.00
Impostos e Contribuições a Recuperar		R$ 0.00	R$ 377.29
INSS a Recuperar		R$ 0.00	R$ 377.29
Adiantamento de Dividendos		R$ 0.00	R$ 0.00
Estoques		R$ 0.00	R$ 76,633.18
Estoques em Estabelecimentos Próprios		R$ 0.00	R$ 76,633.18
Estoque de Mercadorias		R$ 0.00	R$ 76,633.18
Mercadorias Para Revenda		R$ 0.00	R$ 76,633.18
Ativo não Circulante		R$ 20,503.90	R$ 52,724.28

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES

Período da Escrituração: 01/01/2022 a 31/12/2022 CNPJ: 38.425.303/0001-29

Número de Ordem do Livro: 3

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2022 a 31 de Dezembro de 2022

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
Imobilizado		R$ 20.503,60	R$ 52.724,28
Bens em Operação		R$ 20.503,60	R$ 52.724,28
Bens Utilizados na Produção e/ou Prestação de Serviços		R$ 20.503,60	R$ 52.724,28
Equipamentos, Máquinas e Instalações Industriais		R$ 19.000,00	R$ 20.322,39
Móveis, Utensílios e Instalações Comerciais		R$ 0,00	R$ 9.606,42
Consorcio de Bens		R$ 1.503,60	R$ 22.795,47
*** Passivo ***		R$ 1.160.308,48	R$ 994.788,91
Passivo Circulante		R$ 62.334,48	R$ 110.358,31
Obrigações de Curto Prazo		R$ 62.334,48	R$ 110.358,31
(-) Fornecedores		R$ (0,00)	R$ 27.146,99
(-) Fornecedores Nacionais		R$ (0,00)	R$ 27.146,99
(-) IPIRANGA AUTO SERVICOS		R$ (0,00)	R$ 14,00
(-) MESSER GASES LTDA		R$ (0,00)	R$ 23.664,09
(-) FITATECH TECNOLOGIA DE AMAR. E FIXACAO D		R$ (0,00)	R$ 2.262,90
(-) AGRIMEX AGRO IND.MERCANTIL EXCELSIOR S/A		R$ (0,00)	R$ 1.206,00
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Fiscais		R$ 62.439,48	R$ 82.132,64
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias		R$ 1.962,50	R$ 4.401,48
INSS a Recolher		R$ 253,00	R$ 1.686,54
FGTS a Recolher		R$ 181,50	R$ 463,32
Salários a Pagar		R$ 1.518,00	R$ (0,00)
(-) Férias a Pagar		R$ (0,00)	R$ 2.251,62
Obrigações Fiscais		R$ 50.486,98	R$ 77.731,16
(-) ICMS a Recolher		R$ (0,00)	R$ 54.596,91
(-) PIS a Recolher		R$ (0,00)	R$ 1.294,25
(-) COFINS a Recolher		R$ (0,00)	R$ 5.973,48
(-) IRPJ a Recolher		R$ (0,00)	R$ 8.349,92
(-) CSLL a Recolher		R$ (0,00)	R$ 7.516,60
Simples a Recolher		R$ 50.486,98	R$ (0,00)
Empréstimos e Financiamentos		R$ 5.000,00	R$ (0,00)
Financiamentos a Curto Prazo - Sistema Financeiro Nacional		R$ 5.000,00	R$ (0,00)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 4E.CF.EC.A0.5E.1C.02.1C.34.16.67.62.2D.16.F1.32.37.12.46.AC-2, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.1.3 do Visualizador

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES

Período da Escrituração: 01/01/2022 a 31/12/2022 CNPJ: 38.425.303/0001-29

Número de Ordem do Livro: 3

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2022 a 31 de Dezembro de 2022

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
BB Giro		R$ 5.000,00	R$ (0,00)
Outras Contas		R$ 4.895,00	R$ 1.076,68
Outras Obrigações		R$ 4.895,00	R$ 1.076,68
Pro-labores a Pagar		R$ 4.895,00	R$ 1.076,68
(-) Passivo não Circulante		R$ (0,00)	R$ 74.077,74
(-) Obrigações de Longo Prazo		R$ (0,00)	R$ 74.077,74
(-) Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Fiscais		R$ (0,00)	R$ 74.077,74
(-) Obrigações Fiscais		R$ (0,00)	R$ 74.077,74
(-) Parcelamento ICMS 2205423800		R$ (0,00)	R$ 74.077,74
Patrimônio Líquido		R$ 1.117.974,00	R$ 810.352,86
Capital Realizado		R$ 150.000,00	R$ 150.000,00
Capital Social		R$ 150.000,00	R$ 150.000,00
Capital Social de Domiciliados e Residentes no País		R$ 150.000,00	R$ 150.000,00
Capital Subscrito de Domiciliados e Residentes no País		R$ 150.000,00	R$ 150.000,00
Outras Contas		R$ 967.974,00	R$ 660.352,86
Outras Contas		R$ 967.974,00	R$ 660.352,86
Lucros Acumulados		R$ 967.974,00	R$ 660.352,86
Lucros Acumulados e/ou Saldo a Disposição da Assembléia		R$ 967.974,00	R$ 660.352,86
(-) (-) Prejuízos Acumulados		R$ (0,00)	R$ (0,00)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 4E.CF.EC.A0.5E.1C.02.1C.34.16.67.62.2D.16.F1.32.37.12.46.AC-2, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.1.3 do Visualizador

Análise pelos Índices do Balanço

Empresa: BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES - CNPJ: 38.425.303/0001-29

Mês/Ano: 12/2022

Código	Nome Valores	Expressão Resultado
ET	Endividamento Total (110.358,31 + 74.077,74) / 994.788,91	(c201+c203)/c1 0,19
LC	Liquidez Corrente 942.064,63 / 110.358,31	c101/c201 8,54
LG	Liquidez Geral (942.064,63 + 52.724,28)/(110.358,31 + 74.077,74)	(c101+c107)/(c201+c203) 5,39
SG	Solvencia Geral 994.788,91 /(110.358,31 + 74.077,74)	c1/(c201+c203) 5,39

Alios-PI, 31 de Dezembro de 2022

FRANCISCA DA SILVA MAGALHAES

FRANCISCA DA SILVA MAGALHAES:04037178309

FRANCISCA DA SILVA MAGALHAES
CONTADORA
CPF 040.571.783-09
CRC 011315

BRUNO DE SOUSA BORGES:08121477409

BRUNO DE SOUSA BORGES
EMPRESARIO
CPF 081.214.774-09

Fim

Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis em 31/12/2022

Empresa: B DE S BORGES COMERCIO DE GASES - CNPJ: 38.425.303/0001-29
NIRE: 22200685293 - Data: 11/09/2020

Nota 1 - Contexto Operacional
A Empresa B de S Borges Comercio de Gases é um Empresario Individual, com sede e foro na cidade de Teresina/PI, tendo como objeto social principal o Comércio de Gases, com início de atividades em 11/09/2020.

Nota 2 - Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras
As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e demais práticas emanadas da legislação societária brasileira.

Nota 3 - Práticas Contábeis

3.1 - Disponibilidades
As aplicações financeiras estão registrados ao custo de aplicação, acrescidos dos rendimentos proporcionais até a data do balanço.

3.2 - Estoques
Os estoques estão registrados pelo custo de aquisição e o metodo de avaliação é o Custo Médio Ponderado.

Nota 4 - Patrimônio Líquido

4.1 - Divisão do Capital Social
O capital social é de R$ 150.000,00 dividido em 150000 quotas de R$ 1 cada, totalmente integralizado, apresentando a seguinte composição:
Bruno de Sousa Borges 150.000,00 Reais - 100% de participação.

4.2 - Ajustes de exercícios anteriores
A empresa não efetuou ajuste de exercicios anteriores.

4.3 - Resultado do Exercício
A empresa obteve de resultado do exercicio um Lucro de R$ 933.486,60.

Altos-PI, 31 de Dezembro de 2022

gov.br Documento assinado digitalmente FRANCISCA DA SILVA MAGALHAES Data: 15/03/2024 17:51:29 -0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br

MAGALHAES
CONTADORA
CPF 040.571.783-09
CRC 011316

BRUNO DE SOUSA BORGES:08121477409 Assinado de forma digital por BRUNO DE SOUSA BORGES:08121477409 Dados: 2024.03.15 17:48:44 -03'00'

BRUNO DE SOUSA BORGES
EMPRESARIO
CPF 081.214.774-09

Fim



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – Sped Versão: 10.1.3

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE	CNPJ	
22101268244	38.425.303/0001-29	
NOME EMPRESARIAL		
BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES		

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO
Livro Diário (Completo - sem escrituração Auxiliar)	01/01/2022 a 31/12/2022
NATUREZA DO LIVRO	NÚMERO DO LIVRO
Livro Diario	3
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH)	
4E.CF.EC.A0.5E.1C.02.1C.34.16.67.62.2D.16.F1.32.37.12.46.AC	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Contador	04057178309	FRANCISCA DA SILVA MAGALHAES:04057178309	2389918619518119060	28/02/2023 a 28/02/2024	Não
Empresario	08121477409	BRUNO DE SOUSA BORGES:08121477409	5440537786197698893314179586	10/10/2022 a 10/10/2023	Sim

NÚMERO DO RECIBO:

4E.CF.EC.A0.5E.1C.02.1C.34.16.67.62.
2D.16.F1.32.37.12.46.AC-2

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 05/05/2023 às 11:07:43

D9.7F.B9.CE.F6.79.D7.B6
FD.BF.47.8D.84.0E.46.21

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO

Entidade: BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES

Período da Escrituração: 01/01/2022 a 31/12/2022 CNPJ: 38.425.303/0001-29

Número de Ordem do Livro: 3

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2022 a 31 de Dezembro de 2022

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES
NIRE	22101268244
CNPJ	38.425.303/0001-29
Número de Ordem	3
Natureza do Livro	Livro Diário
Município	Altos
Data do arquivamento dos atos constitutivos	11/09/2020
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	
Data de encerramento do exercício social	31/12/2022
Quantidade total de linhas do arquivo digital	9399

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES
Natureza do Livro	Livro Diário
Número de ordem	3
Quantidade total de linhas do arquivo digital	9399
Data de início	01/01/2022
Data de término	31/12/2022

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 4E.CF.EC.A0.5E.1C.02.1C.34.16.67.62.2D.16.F1.32.37.12.46.AC-2, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.1.3 do Visualizador

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade: BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES

Período da Escrituração: 01/01/2022 a 31/12/2022 CNPJ: 38.425.303/0001-29

Número de Ordem do Livro: 3

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2022 a 31 de Dezembro de 2022

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
Receita Bruta Operacional		R$ 6.137.077,30	R$ 2.887.670,54
Faturamento Prod. Merc. e Serviços		R$ 6.137.077,30	R$ 2.887.670,54
Vendas de Produtos		R$ 0,00	R$ 0,00
Vendas de Mercadorias		R$ 6.137.077,30	R$ 2.887.670,54
(-) Deduções da Receita		R$ (1.017.472,40)	R$ (585.981,20)
(-) Impostos Faturados		R$ (505.731,72)	R$ (510.696,00)
(-) ICMS		R$ (0,00)	R$ (416.951,06)
(-) COFINS		R$ (0,00)	R$ (77.050,63)
(-) PIS		R$ (0,00)	R$ (16.694,31)
(-) Simples		R$ (505.731,72)	R$ (0,00)
(-) Outras Deduções		R$ (511.740,68)	R$ (75.285,20)
(-) Vendas Canc., Devol. e Descontos Incond.		R$ (511.740,68)	R$ (75.285,20)
(-) Custo Mercad./Serv./Produtos Vendidos		R$ (1.693.384,24)	R$ (722.734,26)
(-) Custo dos Produtos Vendidos		R$ (0,00)	R$ (118.561,97)
(-) Custo das Mercadorias Revendidas		R$ (1.693.384,24)	R$ (598.848,03)
(-) Custo dos Serviços Prestados		R$ (0,00)	R$ (5.324,26)
(-) Despesas Operacionais		R$ (538.327,66)	R$ (649.675,44)
(-) Despesas Administrativas		R$ (247.457,99)	R$ (479.404,36)
(-) Despesas com Vendas		R$ (236.060,85)	R$ (46.434,82)
(-) Despesas Tributárias		R$ (48.719,42)	R$ (106.578,46)
(-) Despesas Financeiras		R$ (6.089,40)	R$ (17.257,80)
Outras Receitas		R$ 6.399,49	R$ 4.206,96
Outras Receitas		R$ 6.399,49	R$ 4.206,96
(-) Outras Despesas		R$ 49.423,00	R$ (0,00)
(-) Outras Despesas		R$ 49.423,00	R$ (0,00)
Participações e Contribuições		R$ 0,00	R$ 0,00
(-) Participações de Empregados		R$ (0,00)	R$ (0,00)
(-) Outras Participações		R$ (0,00)	R$ (0,00)
(-) Contribuição Social Sobre o Lucro		R$ (0,00)	R$ (0,00)
(-) Imposto de Renda		R$ (0,00)	R$ (0,00)
Resultado Líquido do Exercício		R$ 2.544.869,49	R$ 933.486,50

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 4E.CF.EC.A0.5E.1C.02.1C.34.16.67.62.2D.16.F1.32.37.12.46.AC-2, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.1.3 do Visualizador

CRCPI
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PIAUÍ

fls. 399

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO PIAUÍ
CERTIDÃO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO PIAUÍ certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se habilitado para o exercício da profissão contábil.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME	FRANCISCA DA SILVA MAGALHAES
REGISTRO	PI-011316/O-8
CATEGORIA	CONTADOR
CPF	***.571.783-**

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PIAUÍ, 17/12/2024 as 17:02:04.
Válido até: 17/03/2025.
Código de Controle: 81131.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCPI.





QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA QUITÉRIA
Secretaria Municipal de Saúde

Fls 331

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A **Prefeitura do Município de Santa Quitéria**/CE, com sede no endereço: Rua Professora Ernestina Catunda, nº 50 - Bairro Piracicaba - Santa Quitéria – Ceará – CEP: 62280-000, inscrita no CNPJ/MF nº 07.725.138/0001-05, através da Secretaria Municipal de Saúde, representada, nesse caso, por Secretário, tendo como Autoridade Superior o Sr. Francisco Igor Vale do Nascimento, portador do CPF n.º 997.087.953-72 **ATESTA**, para os devidos fins, que a empresa **BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES**, situada no endereço: Rua 12 de Outubro, nº 1119, Bairro: Centro – Cidade de Altos, Estado do Piauí, , inscrita no CNPJ/MF n.º 38.425.303/0001-29, esta forneceu RECARGA DE CILINDRO DE OXIGENIO MEDICINAL PARA O HOSPITAL MUNICIPAL DE SANTA QUITERIA, com bom desempenho, oriundo do processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico para registro de preço nº PCS-01.280521-SESA, sendo fornecido de forma parcelada por empreitada de execução indireta por item e executando o fornecimento dentro do prazo de 24 horas, junta a esta secretaria.

Os itens ora contratados são os seguintes

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD.	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	Recarga de cilindro de oxigênio 10m³	M³	5.340	R$: 7,00	R$: 37.380,00
2	Recarga de cilindro de oxigênio 7m³	M³	3.340	R$: 7,00	R$: 23.380,00
3	Recarga de cilindro de oxigênio 3m³	M³	670	R$: 7,00	R$: 4.690,00
4	Recarga de cilindro de oxigênio 1m³	M³	670	R$: 7,00	R$: 4.690,00

Santa Quitéria/CE, 06 de setembro de 2022

2º Ofício

Francisco Igor Vale do Nascimento
Secretário Municipal da Saúde

RECONHEÇO A FIRMA
Santa Quitéria - CE 22/09/2022
da verdade
BENITO GOMES FILHO
Notário Registrador

Cartório Fernandes
2º Ofício
Santa Quitéria-CE

Digitalizado com CamScanner

Paraipaba, 11 de agosto de 2022

Ofício nº 280/2022

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

ATESTAMOS, para os devidos fins de direito, que a empresa **BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES**, inscrita no CNPJ nº 38.425.303/0001-29, por intermédio de seu representante legal, Sr. **Bruno de Sousa Borges**, portador da carteira de identidade Nº 3.333.458 e CPF Nº. 081.214.774-09, **venceu** procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico nº 031.2021 SRP, com objeto **SELEÇÃO DE MELHOR PROPOSTAS PARA REGISTRO DE PREÇO VISANDO FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE OXIGÊNIO MEDICINAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PARAIPABA/CE**, que originou o contrato nº 2022.01.06.01. Quantitativos e descrição dos produtos constam na tabela abaixo.

LOTE 01 - COTA PRINCIPAL				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UND	QTD
01	OXIGÊNIO GÁS MEDICINAL EM CILINDRO 1M³	MESSER	M³	600
02	OXIGÊNIO GÁS MEDICINAL EM CILINDRO 7M³	MESSER	UND	200
03	OXIGÊNIO GÁS MEDICINAL EM CILINDRO 10M³	MESSER	UND	200

LOTE 02 - COTA RESERVADA PARA ME E EPP				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UND	QTD
01	OXIGÊNIO GÁS MEDICINAL EM CILINDRO 1M³	MESSER	M³	600
02	OXIGÊNIO GÁS MEDICINAL EM CILINDRO 7M³	MESSER	UND	200
03	OXIGÊNIO GÁS MEDICINAL EM CILINDRO 10M³	MESSER	UND	200

Atestamos ainda que a empresa contratada forneceu os produtos vinculados ao contrato mencionado de maneira satisfatória, cumprindo com todas as suas responsabilidades, não havendo fatos supervenientes que desabonem sua conduta técnica e comercial dentro dos padrões de

Digitalizado com CamScanner

qualidade e desempenho, cumprindo com sua obrigação, não havendo reclamação ou objeção quanto à qualidade dos produtos.

Paraipaba/CE, 11 de agosto de 2022.

ADEMÁRIA TEMÓTEO ROSA
Secretária de Saúde
Portaria Nº 228, 10 de maio de 2022

Digitalizado com CamScanner

PREFEITURA DE CAUCAIA | Secretaria Municipal da Saúde

FLS. 334

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins de direito que a empresa BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES, inscrita no CNPJ nº 38.425.303/0001-29, sediada à Rua 12 de Outubro, Nº 1119, Bairro Centro, Altos - PI, até a presente data, cumpriu fielmente com suas obrigações, nada constando que a desabone técnica e comercialmente para o fornecimento de Gases Medicinais para atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Caucaia/CE, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.616.162/0001-06, com sede na Rua Coronel Correia, 2089, bairro Centro, CAUCAIA/CE, oriundo do:

Pregão Eletrônico nº 2021.02.26.01

Contrato nº 2021.05.13.18

Período de Execução: Executando

Descriminação dos itens fornecidos:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UND	TOTAL	V. UNT	V. TOTAL
1	OXIGÊNIO MEDICAL ENTRE 0,45 A 1 M^3 - OXIGENOTERAPIA DE TRANSFERÊNCIA	MESSER/ SOS	UNID	225	R$ 80,00	R$ 18.000,00
2	OXIGÊNIO MEDICAL ENTRE 0,45 A 1 M^3 - OXIGENOTERAPIA DE TRANSFERÊNCIA	MESSER/ SOS	UNID	275	R$ 80,00	R$ 22.000,00
3	OXIGÊNIO MEDICAL CILINDRO ENTRE 2,25 A 10M^3 OXIGENOTERAPIA DE TRANSFERÊNCIA	MESSER/ SOS	M^3	4.600	R$ 28,50	R$ 131.100,00
4	OXIGÊNIO MEDICAL CILINDRO ENTRE 2,25 A 10M^3 OXIGENOTERAPIA DE TRANSFERÊNCIA	MESSER/ CCC	M^3	8.400	R$ 35,50	R$ 236.400,00
5	OXIGÊNIO LÍQUIDO INCOLOR, INODORO, PUREZA MINIMA 99,5% ABASTECIDO EM TANQUE CRIOGÊNIO	MESSER/ SOS	M^3	15.500	R$ 6,79	R$ 105.245,00
6	OXIGÊNIO LÍQUIDO INCOLOR, INODORO, PUREZA MÍNIMA 99,5% ABASTECIDO EM TANQUE CRIOGÊNIO	MESSER/ SOS	M^3	42.500	R$ 6,79	R$ 288.575,00
Total R$ 804.320,00						

Caucaia-CE, 06 de agosto de 2021

FRANCISCO ELDER FERREIRA DE ARAÚJO
Ordenador de Despesas da Secretaria Municipal de Saúde
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAUCAIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRÉ
Secretaria da Saúde

FLS 335

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A Prefeitura Municipal de Cariré, de CNPJ 07.598.600/0001-42, através da Secretaria Municipal de Saúde vem, por meio deste, atestar para os devidos fins de direito que a empresa **BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES**, estabelecida na rua 12 de Outubro, Nº 1119, Centro, Altos-PI, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 38.425.303/0001-29, está fornecendo *REGARGAS DE OXIGÊNIO MEDICINAL PARA CILINDROS PARA O HOSPITAL MUNICIPAL DE CARIRÉ*. Com bom desempenho conforme o contrato de Nº 01/21DIV-PP22, com vigência até 31 de dezembro de 2021, sendo fornecido de forma parcelada por empreitada de execução indireta por item e executado o fornecimento dentro do prazo de 24 horas. Junto a esta secretaria desde março de 2021

Os itens ora contratados são os seguintes:

ITEM	DESCRIÇÃO	COTA	MARCA
3	OXIGÊNIO MEDICINAL EM CILINDRO 10 M³	COTA PRINCIPAL (75%)	MESSER/SOS
4	OXIGÊNIO MEDICINAL EM CILINDRO 10 M³	COTA RESERVADA (25%)	MESSER/SOS
5	OXIGÊNIO MEDICINAL EM CILINDRO 1 M³	COTA PRINCIPAL (75%)	MESSER/SOS
6	OXIGÊNIO MEDICINAL EM CILINDRO 1 M³	COTA PRINCIPAL (25%)	MESSER/SOS
7	OXIGÊNIO MEDICINAL EM CILINDRO 3,5 M³	COTA EXCLUSIVA	MESSER/SOS

Cariré/CE, 16 de abril de 2021

Raila Aguiar Portela
Secretária de Saúde de Cariré

Rua Belarmino Rodrigues | Mercado Público, 2º Piso
Centro, Cariré-CE | CEP: 62284-000 | Telefone: (88) 3646-1370

RECEBEMOS DE BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA ABAIXO

DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

NF-e
Nº. 140
SÉRIE 1

DANFE

DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA

1 - SAÍDA

Nº. 140
SÉRIE 1
FOLHA 1 de 1

CHAVE DE ACESSO
2221 0738 4253 0300 0129 5500 1000 0001 4017 6316 0264

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES
R 12 DE OUTUBRO, 1119
CENTRO - 64290000 Altos/PI 86933208472

NATUREZA DA OPERAÇÃO	PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO
Venda	322210011999472 23/07/2021 17:09:30

INSCRIÇÃO ESTADUAL	INSC.ESTADUAL DO SUBST. TRIBUTÁRIO	CNPJ/CPF
196738776		38425303000129

DESTINATÁRIO / REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL			CNPJ/CPF	DATA DA EMISSÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAUCAIA			07616162000106	23/07/2021
ENDEREÇO	**BAIRRO**		**CEP**	**DATA DA SAÍDA/ENTRADA**
R. Coronel Correia 485	Centro		61600004	23/07/2021
MUNICÍPIO	**FONE/FAX**	**UF**	**INSCRIÇÃO ESTADUAL**	**HORA DE SAÍDA**
Caucaia		CE	069202702	17:08:00

FATURA / DUPLICATAS

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO DO ICMS ST	VALOR DO ICMS ST	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
0,00	0,00	0,00	0,00	287.850,00

VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS	VALOR DO IPI	VALOR TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**287.850,00**

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

NOME/RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA	CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEÍCULO	UF	CNPJ/CPF
	9 - SEM FRETE				

ENDEREÇO	MUNICÍPIO	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL

QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO
0		MESSER/SOS		0,000	0,000

DADOS DO PRODUTO / SERVIÇO

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	NCM	CST	CFOP	UNID	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOT	BASE CÁLC	VL ICMS	VL IPI	% ICMS	% IPI
04	OXIGENIO MEDICINAL CILINDRO ENTRE 2,25 A 10M3	28044000	0102	6102	M	11000,0000	26,00000	286.000,00					
	OXIGENIO MEDICINAL ENTRE 0,45 A 1M3	28044000	0102	6102	M	100,0000	28,00000	2.850,00					

CÁLCULO DO ISSQN

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS	BASE DE CÁLCULO DO ISSQN	VALOR DO ISSQN

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	RESERVADO AO FISCO
1 - "DOCUMENTO EMITIDO POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL". 2 - "NAO GERA DIREITO A CREDITO FISCAL DE ICMS, DE ISS E DE IPI". PAGENTES DOMICILIAR BANCO: BANCO DO BRASIL AGENCIA: 1426-1 CONTA CORRENTE: 35632-3	

RECEBEMOS DE BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA ABAIXO		NF-e Nº. 108 SÉRIE 1
DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR	

DANFE

DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA

1 - SAÍDA

Nº. 108
SÉRIE 1
FOLHA 1 de 1

BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES
R 12 DE OUTUBRO, 1119
CENTRO - 64280000 Alto/PI 86933008472

CHAVE DE ACESSO
2221 0738 4253 0300 0129 5500 1000 0001 0817 9157 1276

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

NATUREZA DA OPERAÇÃO	PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO
Venda	322210010791598 05/07/2021 17:35:51

INSCRIÇÃO ESTADUAL	INSC.ESTADUAL DO SUBST. TRIBUTÁRIO	CNPJ/CPF
196738776		38425303000129

DESTINATÁRIO / REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL			CNPJ/CPF	DATA DA EMISSÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAUCAIA			07616162000106	05/07/2021
ENDEREÇO	**BAIRRO**		**CEP**	**DATA DA SAÍDA/ENTRADA**
R. Coronel Correia 485	Centro		61600004	05/07/2021
MUNICÍPIO	**FONE/FAX**	**UF**	**INSCRIÇÃO ESTADUAL**	**HORA DE SAÍDA**
Caucaia		CE	069202702	17:24:00

FATURA / DUPLICATAS

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO DO ICMS ST	VALOR DO ICMS ST	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
0,00	0,00	0,00	0,00	193.344,00

VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS	VALOR DO IPI	VALOR TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**193.344,00**

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA	CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEÍCULO	UF	CNPJ/CPF
	9 - SEM FRETE				

ENDEREÇO	MUNICÍPIO	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL

QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO
0		MESSER/SOS		0,000	0,000

DADOS DO PRODUTO / SERVIÇO

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	NCM	CST	CFOP	UNID	QUANT.	VALOR UNIT	VALOR TOT.	BASE CÁLC.	VL ICMS	VL IPI	% ICMS	% IPI
24	OXIGENIO MEDICINAL CILINDRO ENTRE 3,25 A 10M3	28044000	0500	6102	M	9620,0000	20,10000	193.372,00					
	OXIGENIO MEDICINAL ENTRE 0,45 A 1M3	28044000	0500	6102	M	151,2000	20,80000	3.972,00					

CÁLCULO DO ISSQN

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS	BASE DE CÁLCULO DO ISSQN	VALOR DO ISSQN

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	RESERVADO AO FISCO
I - "DOCUMENTO EMITIDO POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL". II - "NAO GERA DIREITO A CREDITO FISCAL DE ICMS, DE ISS E DE IPI". PACIENTES DOMICILIAR BANCO: BANCO DO BRASIL AGENCIA: 1429-1 CONTA CORRENTE: 36603-3	

RECEBEMOS DE BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO		NF-e Nº. 107 SÉRIE 1
DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR	

FLS. 338

DANFE

DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA

1 - SAÍDA

Nº. 107
SÉRIE 1
FOLHA 1 de 1

BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES
R 12 DE OUTUBRO, 1119
CENTRO - 64290000 Aldo/PI 86933008472

CHAVE DE ACESSO
2221 0738 4253 0300 0129 5500 1000 0001 0717 8874 8325

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

NATUREZA DA OPERAÇÃO		PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO
Venda		322210010790140 05/07/2021 17:22:51
INSCRIÇÃO ESTADUAL	**INSC.ESTADUAL DO SUBST. TRIBUTÁRIO**	**CNPJ/CPF**
196738776		38425303000129

DESTINATÁRIO / REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL			CNPJ/CPF	DATA DA EMISSÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAUCAIA			07616162000106	05/07/2021
ENDEREÇO	**BAIRRO**		**CEP**	**DATA DA SAÍDA/ENTRADA**
R. Coronel Correia 485	Centro		61600004	05/07/2021
MUNICÍPIO	**FONE/FAX**	**UF**	**INSCRIÇÃO ESTADUAL**	**HORA DE SAÍDA**
Caucaia		CE	069202702	17:20:00

FATURA / DUPLICATAS

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO DO ICMS ST	VALOR DO ICMS ST	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
0,00	0,00	0,00	0,00	318.396,68

VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS	VALOR DO IPI	VALOR TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	318.396,68

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA	CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEÍCULO	UF	CNPJ/CPF
	9 - SEM FRETE				

ENDEREÇO	MUNICÍPIO	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL

QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO
1	GRANEL	MESSER/SOS		0,000	0,000

DADOS DO PRODUTO / SERVIÇO

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	NCM	CST	CFOP	UNID	QUANT.	VALOR UNIT	VALOR TOT	BASE CÁLC	VL ICMS	VL IPI	% ICMS	% IPI
12	OXIGENIO LIQUIDO GRANEL ONU	28044000	0500	6102	M	49993,0000	6,790000	318.390,68					

CÁLCULO DO ISSQN

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS	BASE DE CÁLCULO DO ISSQN	VALOR DO ISSQN

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	RESERVADO AO FISCO
1 - "DOCUMENTO EMITIDO POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL" 2 - "NÃO GERA DIREITO A CRÉDITO FISCAL DE ICMS, DE ISS E DE IPI". HOSPITAL MUNICIPAL BANCO: BANCO DO BRASIL AGENCIA: 1429-1 CONTA CORRENTE: 36632-3	

RECEBEMOS DE BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA ABAIXO		NF-e Nº. 20 SÉRIE 1
DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR	

FLS 339



BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES
R 13 DE OUTUBRO, 1119
CENTRO - 64290000 Altos/PI 86833006472

DANFE

DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA

1 - SAÍDA

Nº. 20
SÉRIE 1
FOLHA 1 de 1

CHAVE DE ACESSO
2221 0338 4253 0300 0129 5500 1000 0000 2016 7634 0660

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

NATUREZA DA OPERAÇÃO	PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO
Venda	322210004891110 29/03/2021 11:34:21

INSCRIÇÃO ESTADUAL	INSC.ESTADUAL DO SUBST. TRIBUTÁRIO	CNPJ/CPF
196738776		38425303000129

DESTINATÁRIO / REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL			CNPJ/CPF		DATA DA EMISSÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRE			07598600000142		29/03/2021
ENDEREÇO		BAIRRO		CEP	DATA DA SAÍDA/ENTRADA
PRACA ELISIO AGUIAR 00		CENTRO		62184000	29/03/2021
MUNICÍPIO	FONE/FAX	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL		HORA DE SAÍDA
rire		CE	069202567		11:13:00

FATURA / DUPLICATAS

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO DO ICMS ST	VALOR DO ICMS ST	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
0,00	0,00	0,00	0,00	88.484,00

VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS	VALOR DO IPI	VALOR TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**88.484,00**

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA	CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEÍCULO	UF	CNPJ/CPF
	9 - SEM FRETE				

ENDEREÇO	MUNICÍPIO	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL

QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO
0	CILINDROS	MESSER/SOS		0,000	0,000

DADOS DO PRODUTO / SERVIÇO

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	NCM	CST	CFOP	UNID	QUANT.	VALOR UNIT	VALOR TOT	BASE CÁLC.	VL. ICMS	VL. IPI	% ICMS	% IPI
10	OXIGÊNIO MEDICINAL EM CILINDRO 10M	28044000	0500	5102	M	1034,0000	56,00000	88.804,00					
	OXIGÊNIO MEDICINAL EM CILINDRO 1M	28044000	0500	5102	M	31,0000	76,00000	2.356,00					
	OXIGÊNIO MEDICINAL EM CILINDRO 3,5M	28044000	0500	5102	M	7,0000	32,00000	224,00					

CÁLCULO DO ISSQN

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS	BASE DE CÁLCULO DO ISSQN	VALOR DO ISSQN

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	RESERVADO AO FISCO
I - "DOCUMENTO EMITIDO POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL". II - "NÃO GERA DIREITO A CRÉDITO FISCAL DE ICMS, DE ISS E DE IPI". III - BANCO DO BRASIL AG:1428-1 C/C:56832-3	

PREFEITURA DE CAUCAIA | Secretaria Municipal da Saúde

Fls 340

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins de direito que a empresa BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES, inscrita no CNPJ nº 38.425.303/0001-29, sediada à Rua 12 de Outubro, Nº 1119, Bairro Centro, Altos - PI, até a presente data, cumpriu fielmente com suas obrigações, nada constando que a desabone técnica e comercialmente para o fornecimento de Gases Medicinais para atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Caucaia/CE, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.616.162/0001-06, com sede na Rua Coronel Correia, 2089, bairro Centro, CAUCAIA/CE, oriundo do:

Pregão Eletrônico nº 2021.02.26.01

Contrato nº 2021.05.13.18

Período de Execução: Executando

Descriminação dos itens fornecidos:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UND	TOTAL	V. UNT	V. TOTAL
1	OXIGÊNIO MEDICAL ENTRE 0,45 A 1 M³ - OXIGENOTERAPIA DE TRANSFERÊNCIA	MESSER/ SOS	UNID	225	R$ 80,00	R$ 18.000,00
2	OXIGÊNIO MEDICAL ENTRE 0,45 A 1 M³ - OXIGENOTERAPIA DE TRANSFERÊNCIA	MESSER/ SOS	UNID	275	R$ 80,00	R$ 22.000,00
3	OXIGÊNIO MEDICAL CILINDRO ENTRE 2,25 A 10M³ OXIGENOTERAPIA DE TRANSFERÊNCIA	MESSER/ SOS	M³	4.600	R$ 28,50	R$ 131.100,00
4	OXIGÊNIO MEDICAL CILINDRO ENTRE 2,25 A 10M³ OXIGENOTERAPIA DE TRANSFERÊNCIA	MESSER/ SOS	M³	8.400	R$ 28,50	R$ 236.400,00
5	OXIGÊNIO LÍQUIDO INCOLOR, INODORO, PUREZA MÍNIMA 99,5% ABASTECIDO EM TANQUE CRIOGÊNIO	MESSER/ SOS	M³	15.500	R$ 6,79	R$ 105.245,00
6	OXIGÊNIO LÍQUIDO INCOLOR, INODORO, PUREZA MÍNIMA 99,5% ABASTECIDO EM TANQUE CRIOGÊNIO	MESSER/ SOS	M³	42.500	R$ 6,79	R$ 288.575,00
				Total R$ 804.320,00		

Caucaia-CE, 06 de agosto de 2021

FRANCISCO ELDER FERREIRA DE ARAÚJO
Ordenador de Despesas da Secretaria Municipal de Saúde
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAUCAIA

Rua Coronel Correia, 2089 - Centro
Caucaia - CE 61600-004
(85) 33428023 / 3342 8024

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRÉ
Secretaria da Saúde

Fls. 34

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A Prefeitura Municipal de Cariré, de CNPJ 07.598.600/0001-42, através da Secretaria Municipal de Saúde vem, por meio deste, atestar para os devidos fins de direito que a empresa **BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES**, estabelecida na rua 12 de Outubro, Nº 1119, Centro, Altos-PI, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 38.425.303/0001-29, está fornecendo ***REGARGAS DE OXIGÊNIO MEDICINAL PARA CILINDROS PARA O HOSPITAL MUNICIPAL DE CARIRÉ***. Com bom desempenho conforme o contrato de Nº 01/21DIV-PP22, com vigência até 31 de dezembro de 2021, sendo fornecido de forma parcelada por empreitada de execução indireta por item e executado o fornecimento dentro do prazo de 24 horas. Junto a esta secretaria desde março de 2021.

Os itens ora contratados são os seguintes:

ITEM	DESCRIÇÃO	COTA	MARCA
3	OXIGÊNIO MEDICINAL EM CILINDRO 10 M³	COTA PRINCIPAL (75%)	MESSER/SOS
4	OXIGÊNIO MEDICINAL EM CILINDRO 10 M³	COTA RESERVADA (25%)	MESSER/SOS
5	OXIGÊNIO MEDICINAL EM CILINDRO 1 M³	COTA PRINCIPAL (75%)	MESSER/SOS
6	OXIGÊNIO MEDICINAL EM CILINDRO 1 M³	COTA PRINCIPAL (25%)	MESSER/SOS
7	OXIGÊNIO MEDICINAL EM CILINDRO 3,5 M³	COTA EXCLUSIVA	MESSER/SOS

Cariré/CE, 16 de abril de 2021.

Raila Aguiar Portela
Secretária de Saúde de Cariré

ESTADO DO PIAUI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTOS

Alvará

FISCALIZAÇÃO VIGILÂNCIA SANITÁRIA

No: 4933

— 2025 —

Autenticidade

Abrir Alvará

NOME: B DE S BORGES COMERCIO DE GASES LTDA

CGA: 000.000.134/001-10 CGA Anterior: 6506 CNPJ/CPF: 38.425.303/0001-29

FANTASIA: USE GASES PIAUI

ENDEREÇO: RUA 12 DE OUTUBRO,01119 - CENTRO

20,00M²

64.290-000 - ALTOS - PI

CNAE PRINCIPAL:

CNAE TRIBUTÁRIO: **4684-2/99** Comércio atacadista de outros produtos químicos e petroquímicos não especificados anteriormente

DEMAIS CNAEs:

2014-2/00	Fabricação de gases industriais
2110-6/00	Fabricação de produtos farmoquímicos
2539-0/01	Serviços de usinagem, tornearia e solda
3311-2/00	Manutenção e reparação de tanques, reservatórios metálicos e caldeiras, exceto para veículos
3319-8/00	Manutenção e reparação de equipamentos e produtos não especificados anteriormente
4322-3/01	Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás
4322-3/03	Instalações de sistema de prevenção contra incêndio
4644-3/01	Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano
4761-0/03	Comércio varejista de artigos de papelaria
4771-7/01	Comércio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulação de fórmulas
4784-9/00	Comércio varejista de gás liqüefeito de petróleo (GLP)
4789-0/99	Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente
4930-2/02	Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional
4930-2/03	Transporte rodoviário de produtos perigosos
7711-0/00	Locação de automóveis sem condutor
7739-0/02	Aluguel de equipamentos científicos, médicos e hospitalares, sem operador
7739-0/99	Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador

Observações:

Emissão: 20/01/2025

VALIDADE: 31/12/2025

* Manter em lugar visível.

33084853f161bd0366b2b2e9cae1cd8b

ESTADO DO PIAUI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTOS

Sujeito a Fiscalização Sanitária: SIM ✓
Sujeito a Fiscalização Ambiental: NÃO
Data de Inscrição no Cadastro Municipal: 14/09/2020 Hora de Funcionamento: as

Observações:

Emissão: 20/01/2025

VALIDADE: 31/12/2025

* Manter em lugar visível.



33084853f161bd0366b2b2e9caefcd8b

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE QUÍMICA

CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA - 18ª REGIÃO

JURISDIÇÃO NO ESTADO DO PIAUÍ

CERTIFICADO DE REGISTRO

Nº 343/2020

CERTIFICAMOS que a Firma **BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES**

sediada a **RUA 12 DE OUTUBRO, 4119, CENTRO** CIDADE / MUNICÍPIO **ALTOS**

ESTADO **PIAUÍ** com estabelecimento de **COMÉRCIO ATACADISTA** situada a **CENTRO**

ALTOS/PI explorando o ramo de **COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS QUÍMICOS**

com atividade química em **COMÉRCIO ATACADISTA DE GASES INDUSTRIAIS** está registrada neste

Conselho Regional de Química sob o número acima, de acordo com a Lei nº 2.800 de 18 de Junho de 1956

TERESINA - PIAUÍ, 27 de **OUTUBRO** de 20 **20.**

PRESIDENTE

SECRETÁRIO

ESTE CERTIFICADO SÓ É VÁLIDO PARA O ESTABELECIMENTO LOCALIZADO NO ENDEREÇO ACIMA, DEVENDO SER AFIXADO EM LOCAL VISÍVEL, NÃO CONSTITUINDO POR SI SÓ PROVA DE REGULARIDADE DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES JUNTO A ESTE C.R.Q.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA DA 18ª REGIÃO

CNPJ. 04.317.646/0001-58
Av. Lindolfo Monteiro, 925, Bairro de Fátima, CEP: 64.049-440, Teresina/PI
Fone/Fax: (86) 3302-3951 / 98859-0664
Site: www.crq18.org.br E-mail: crq18@crq18.org.br

CERTIDÃO DE QUITAÇÃO E REGULARIDADE Nº 081/2024

PROCESSO Nº 051/2020 **VALIDADE: 31/03/2025**

CERTIFICO para os devidos fins, que a empresa **BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES**, portadora do Registro Nº **343/2020**, CNPJ Nº **38.425.303/0001-29**, encontra-se registrado(a) no Conselho Regional de Química desde **23/10/2020**, estando regular com respeito as suas obrigações legais, junto a este Conselho, até a data de 31/03/2025, e possui a competência legal para o exercício das atividades econômicas no âmbito das respectivas atribuições conferidas nos termos da Resolução Normativa Nº 292/2020 do Conselho Federal de Química.

Teresina, 23 de maio de 2024.

Liliane Gomes Lopes
Diretoria Administrativa
CRQ-XVIII PI

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTOS
"Altos Para Todos"
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E TURISMO - SEMMAT

LICENÇA AMBIENTAL –Nº 0133/23	DATA DE EMISSÃO: 11/12/2023 DATA DE VALIDADE: 11/12/2027

CATEGORIA

	PRÉVIA: Documento que dá direito ao licenciado para realizar estudos para localização do empreendimento
	INSTALAÇÃO: Documento que dá direito ao licenciado de instalar o empreendimento
X	**OPERAÇÃO: Documento que dá direito ao licenciado operar o empreendimento**

INTERESSADO: **BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES**	NÚMERO/PROCESSO: **0133/23**

Razão Social: BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES

Nome Fantasia: USE GASES PIAUI

Nome do responsável: BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES

Atividade principal: COMERCIO ATACADISTA DE OUTROS PRODUTOS QUIMICOS E PETROQUIMICOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIOMENTE

Endereço: RUA 12 DE OUTUBRO – Nº 1119

Bairro/Distrito: CENTRO **Município:** ALTOS **U.F:** PI

CEP: 64.290-000 **CPF/CNPJ:** 38.425.303/0001-29

CONDIÇÃO GERAL: O presente documento não desobriga o licenciamento de outras providências junto aos Órgãos Municipais, Estaduais e/ou Federais, para legalidade plena do empreendimento.

– CONDIÇÕES ESPECIFICAS:

1 – A renovação desta licença deverá ser requerida 120 dias antes da data de expiração de sua validade em conformidade com a Resolução do CONAMA nº 237/97 Art. 18 Inciso III, § 4º SOB PENA DE MULTA E/OU SANÇÃO ADMINISTRATIVA;

2- A presente Licença Ambiental deverá permanecer no local do empreendimento estando a sua condicionada ao cumprimento da legislação ambiental vigente;

3 – Qualquer alteração no Empreendimento deverá ser comunicada a esta SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E TURISMO;

4 – O descumprimento de qualquer condicionante disposta nesta licença ambiental acarretará em paralisação das atividades, lavratura de auto de infração e/ou revogação da licença ambiental emitida;

5 – Havendo necessidade de Supressão Vegetal, deverá ser solicitada a Autorização de Supressão Vegetal – ASV à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo, devendo esta ser emitida, mediante pagamento de compensação ambiental.

Antônio Orlando da Silva Filho
Sec. de Meio Ambiente e Turismo
Port. 05/2021
CPF: 975.246.033-04

Antônio Orlando da Silva Filho
Secretário Municipal de Meio Ambiente e Turismo

FLS 346

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR

SERBOM - Sistema de Engenharia e Regularização do Corpo de Bombeiros

CERTIDÃO DE ISENÇÃO DE PROCESSO SIMPLIFICADO

Documento Válido por 3 anos a partir da data de emissão

De acordo com as informações declaradas do Sr. os termos do art. 12°, §5°, "c" da Lei N°5.483, 10/08/2005, atualizada pela Lei N°6.950, de 20/01/2017, empreendimento possui atividade econômica de baixo risco e está localizado em uma edificação ou área de risco com área de até 20 m², sendo assim, está isento do Processo Simplificado.

1. A isenção das exigências não impede o proprietário ou responsável pelo uso de atender os requisitos mínimos de segurança contra incêndio e pânico contidas na IT-42.

2. As informações omissas ou controversas relativas ao presente processo, poderão implicar em sanções administrativas, civis e penais conforme legislação em vigor, aos responsáveis(Proprietário, responsável pelo uso, responsável técnico, etc).

Certifico que a empresa BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES, em segunda, 08 de fevereiro de 2021, inscrito no CNPJ 38.425.303/0001-29, situado na RUA 12 DE OUTUBRO, 1119, , bairro CENTRO, 64290000 e de finalidade 4684-2/99 - Comércio atacadista de outros produtos químicos e petroquímicos não especificados anteriormente ; 7711-0/00 - Locação de automóveis sem condutor, 4761-0/03 - Comércio varejista de artigos de papelaria, 4930-2/02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional, 4930-2/03 - Transporte rodoviário de produtos perigosos, 4784-9/00 - Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP), 4322-3/01 - Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás, 2110-6/00 - Fabricação de produtos farmoquímicos, 4644-3/01 - Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano, 4771-7/01 - Comércio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulação de fórmulas, 2014-2/00 - Fabricação de gases industriais cumpre os requisitos mínimos de segurança contra incêndio e pânico contidas na IT-42.

Data da emissão segunda, 08 de fevereiro de 2021

Este documento deverá permanecer na edificação em local visível.

Estando sujeito a ser cassado, desde que a mesma fiscalização constate alteração **nos sistemas preventivos contra** incêndio e pânico.

DENÚNCIA - DISQUE: (86) 3416-1264 (Geral) e 3216-1263 4 (Fax e Comando Geral)

Consultas / Funcionamento de Empresa Nacional / Resultado / Detalhamento



Dados da Empresa Nacional

Razão Social

RAMON LEÔNCIO BARROS DE VASCONSELOS

CNPJ

28.954.946/0001-06

Endereço Completo

AVENIDA ENEDINA RAMOS FERREIRA, Nº 1321 - PACHECO CEP: 61.626-300 - CAUCAIA/CE

Telefone

(

Responsável Técnico

GILMAR CARNEIRO FEITOSA

Responsável Legal

RAMON LEONCIO BARROS DE VASCONCELOS

Dados do Cadastro

Cadastro Nº

1.25.147-4

Data do Cadastro

16/03/2021

Situação

Ativa

Nº do Processo

25351.177151/2021-39

Cadastro

1 - Medicamento

Atividades / Classes

Envasar

- Gases Medicinais

Fabricar

- Gases Medicinais

Certificado de Boas Práticas de Fabricação - CBPF (Vigente)

Empresa Solicitante	Linhas de Certificação Vigentes	Data de Publicação	Vencimento do Certificado

Nenhum registro encontrado

Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem - CBPDA (Vigente)

Empresa Solicitante	Linhas de Certificação Vigentes	Data de Publicação	Vencimento do Certificado

Nenhum registro encontrado

Voltar

EDIÇÃO EXTRA

ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL • IMPRENSA NACIONAL

Ano CLIX Nº 50-A

Brasília - DF, terça-feira, 16 de março de 2021

SEÇÃO 1

Sumário

Ministério da Saúde 1

Esta edição completa do DOU é composta de 1 página ....

Ministério da Saúde

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

4ª DIRETORIA

GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

COORDENAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE EMPRESAS

RESOLUÇÃO RE Nº 1.088, DE 15 DE MARÇO DE 2021

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 173-G, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para a empresa constante no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

RAMON LEÔNCIO BARROS DE VASCONCELOS / 28.954.946/0001-05 25351.177191/2021-33 / 1255474 70589 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS - INDÚSTRIA DE GASES MEDICINAIS (SOMENTE NATRA) / 0967874211.

RESOLUÇÃO RE Nº 1.090, DE 15 DE MARÇO DE 2021

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 173-G, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Alterar a Autorização de Funcionamento da Empresa constante no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

[illegible] / 40.619.202/0001-48
25351.464326/2012-08 / 2200600
70192 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS - INDÚSTRIA DE GASES MEDICINAIS - ENDEREÇO MATRIZ / 0968176512



Diário Oficial da União Digital

A informação oficial ao alcance de todos

Confira as facilidades oferecidas pela Imprensa Nacional:

- Acesso **livre e gratuito** às edições
- **Disponibilidade imediata** no momento de publicação
- **Pesquisa avançada** por palavra, data, órgão, ato, etc.
- Edições **completas e certificadas**
- Disponibilizado em **diferentes formatos de leitura** (*pdf, html*) e em **dados abertos** (*xml*)
- Novas funcionalidades e serviços no **App DOU**

Acesse o portal da Imprensa Nacional www.in.gov.br

Baixe o App DOU nas lojas

App Store

Google Play



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA • SECRETARIA-GERAL • IMPRENSA NACIONAL

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Presidente da República

ONYX DORNELLES LORENZONI
Ministro de Estado Chefe da Secretaria Geral

ARIOSTO ANTUNES CULAU
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Publicação de Jornais Oficiais

SEÇÃO 1 • Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2 • Publicação de atos relativos à pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3 • Publicação de contratos, editais, avisos e resultados

www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ 04196645/0001-00 Fone: 0800 725 7001

Consultas / Funcionamento de Empresa Nacional / Resultado / Detalhamento

Dados da Empresa Nacional

Razão Social
RAMON LEONCIO BARROS DE VASCONCELOS
CNPJ
26.854.349/0001-04
Endereço Completo
AVENIDA ENEDINA RAMOS FERREIRA, Nº 1321 - PACHECO CEP: 61.626-300 - CAUCAIA/CE
Telefone
(
Responsável Técnico
GILMAR CARNEIRO FEITOSA
Representante Legal
RAMON LEONCIO BARROS DE VASCONCELOS

Dados do Cadastro

Cadastro Nº
X.25.147-A
Data do Cadastro
16/03/2021
Situação
Ativo
Nº do Processo
25351.417151/2021-06
Cadastro
1 - Atendimento
Atividades / Classes

Envasar

- Gases Medicinais

Fabricar

- Gases Medicinais

Certificado de Boas Práticas de Fabricação - CBPF (Vigente)

Empresa Solicitante	Linhas de Certificação Vigentes	Data de Publicação	Vencimento do Certificado

Nenhum registro encontrado.

Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem - CBPDA (Vigente)

Empresa Solicitante	Linhas de Certificação Vigentes	Data de Publicação	Vencimento do Certificado

Digitalizado com CamScanner

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA DA 18ª REGIÃO

CNPJ. 04.317.646/0001-58
Av. Lindolfo Monteiro, 925, Bairro de Fátima, CEP: 64.049-440, Teresina/PI
Fone/Fax: (86) 3302-3951 / 98859-0664
Site: www.crq18.org.br E-mail: crq18@crq18.org.br

CERTIDÃO DE QUITAÇÃO E REGULARIDADE Nº 081/2024

PROCESSO Nº 051/2020 **VALIDADE: 31/03/2025**

CERTIFICO para os devidos fins, que a empresa **BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES**, portadora do Registro Nº **343/2020**, CNPJ Nº **38.425.303/0001-29**, encontra-se registrado(a) no Conselho Regional de Química desde **23/10/2020**, estando regular com respeito as suas obrigações legais, junto a este Conselho, até a data de 31/03/2025, e possui a competência legal para o exercício das atividades econômicas no âmbito das respectivas atribuições conferidas nos termos da Resolução Normativa Nº 292/2020 do Conselho Federal de Química.

Teresina, 23 de maio de 2024.

Liliane Gomes Lopes
Diretoria Administrativa
CRQ-XVIII PI

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONTRATANTE: B de S Borges Comércio de Gases LTDA, firma estabelecida na Rua 12 de outubro, nº 1119 – Centro em Altos – PI, inscrita no CNPJ sob o nº 38.425.303/0001-29. Denominada CONTRATANTE, neste ato representada pelo Sr. Bruno de Sousa Borges, portador de CPF nº 081.214.774-09.

CONTRATADO: Denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo seu proprietário, Gilmar Carneiro Feitosa, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade nº 2006007079630 SSP-CE, CPF nº 042.834.673-16.

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

1. Qualificações profissionais:

1.1. Gilmar Carneiro Feitosa: Consultor Técnico da área ambiental, Engenheiro Ambiental e Sanitarista, Gestor Ambiental, Engenheiro de Segurança do Trabalho, Técnico em Meio Ambiente, Educador Ambiental certificado pelo SENAI – CE, participante dos Inventários Ambientais dos açudes do estado do Ceará em parceria com a COGERH, Educador Ambiental no projeto rio maranguapinho em parceria com o Governo do Estado do Ceará. Atuante na elaboração de estudos e projetos ambientais no estado do Ceará.

2. Contatos imediatos para assuntos desse contrato entre CONTRATADA e CONTRATANTE:

2.1. Nome: Gilmar Carneiro Feitosa
Email: Gilfeitosa3@gmail.com
Whatsapp: +55 (85) 98803 – 1360.

2.2. Nome: Bruno de Sousa Borges Email: usegasespiaui@gmail.com Whatsapp: +55 (88) 99413 – 6902.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

1.1. O objeto do contrato é a prestação de serviços profissionais nas questões de segurança do trabalho da B de S Borges Comércio de Gases LTDA, descrito abaixo:

- Prestação de serviços de responsável técnico na área química da empresa.

1.2. Não estão incluídos no presente contrato projetos (desenho técnico, memorial descritivo e memorial de cálculo) e execução de:

- Engenharia civil (obras estruturais, de pavimentação, manta asfáltica, pontes, viadutos, muros, paredes internas, coberturas, gesso, estruturas de concreto, alvenaria, metálicas, entre outras), mecânica (laudos mecânicos de estanqueidade, projetos mecânicos de peças, estruturas de metal, sistemas de bombeamento em geral), drenagem de águas pluviais e fluviais), resíduos sólidos (baias de separação, sistemas de contenção de óleos e graxas, caixas separadoras de óleo, abrigo de resíduos), elétrica (sistemas elétricos, sistemas aterrados, elétrica predial) e de segurança do trabalho;
- Combate à incêndio e pânico;
- Sistema contra descargas atmosféricas;
- Sistema hidrossanitário predial.

1.3. A CONTRATANTE deverá auxiliar a CONTRATADA fiscalizando e monitorando seus colaboradores para a correta aplicação de todos os planos e estudos a serem elaborados pela CONTRATADA, descritos no item 1.1.

1.4. O profissional responsável pelos estudos será o Sr. Gilmar, proprietário da CONTRATADA, cujo currículo está descritos brevemente nas disposições preliminares do presente contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS DIREITOS E DEVERES.

2.1. São direitos do CONTRATANTE:

2.1.1. Receber, dentro do prazo estipulado, os itens descritos na cláusula terceira.

2.1.2. O CONTRATADO deverá cumprir com as disposições do presente contrato.

2.1.3. Receber as informações assim como os estudos embasados pela verdade e lealdade.

2.2. São deveres do CONTRATANTE:

2.2.1. Cumprir todas as disposições constantes do presente contrato.

2.2.2. Prestar todas as informações com lealdade e verdade.

2.2.3. Proceder ao pagamento de acordo com o presente contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO SERVIÇO OFERECIDO.

3.1. Prestação de serviços de responsável técnico na área química da empresa.

CLÁUSULA QUARTA: DO PAGAMENTO.

4.1. A partir da data de adesão ao presente contrato, o CONTRATANTE pagará mensalmente à CONTRATADA o valor previamente acordado de R$ 1.412,00 (Mil, quatrocentos e doze reais).

4.2. Sendo o 5° dia útil feriado ou fim de semana, o pagamento deverá ser efetivado no 1° dia útil seguinte.

4.3. Após o 3° dia útil da data prevista para o pagamento, contida no subitem 4.1, será encaminhado aviso formal ao CONTRATANTE, constando nesse o valor do débito a ser quitado.

4.4. Prosseguindo a inadimplência a este contrato após o 5° dia útil da data de pagamento prevista no subitem 4.1, será cobrada uma multa de 5% ao mês sobre o valor acordado no mesmo subitem.

CLÁUSULA QUINTA: DOS PRAZOS E FORMAS DE CANCELAMENTO/ALTERAÇÃO DO CONTRATO.

5.1. O presente contrato terá duração de 01 ano, a contar da data da assinatura.

5.2. É assegurado ao CONTRATANTE a possibilidade de alterar o plano de serviços prestados com aviso prévio de 10 dias úteis, mediante assinatura de nova cláusula no contrato.

5.3. Caso o pedido de alteração seja consagrado dentro do prazo prescrito no subitem 5.2, a efetiva migração ocorrerá no mês seguinte à assinatura do novo acordo.

5.4. Fica facultado às partes rescindir o presente contrato mediante aviso prévio por e-mail, com 60 dias úteis de antecedência.

CLÁUSULA SEXTA: DO FORO.

6.1. Fica estabelecido que o foro competente para dirimir questões oriundas do presente contrato será o foro da Comarca de Fortaleza-CE. Estando devidamente contratados, assinam o presente em duas vias de igual teor.

Fortaleza, 15 / 04 / 24

B DE S BORGES COMERCIO DE GASES LTDA:38425303000129

Assinado de forma digital por B DE S BORGES COMERCIO DE GASES LTDA:38425303000129
Dados: 2024.04.15 13:52:24 -03'00'

CONTRATANTE

CONTRATADO

Documento assinado digitalmente
gov.br
GILMAR CARNEIRO FETOSA
Data: 15/04/2024 11:23:26-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

TESTEMUNHAS:

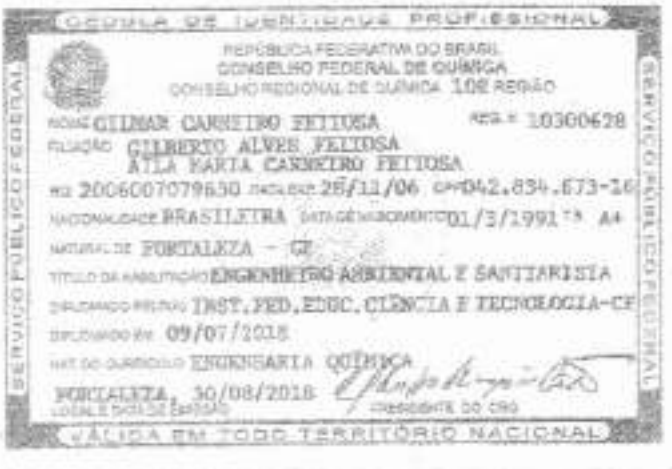
Documento assinado digitalmente
gov.br
KALINE FREITAS MAGALHÃES
Data: 15/04/2024 14:09:11-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

_____

_____

Fls. 360


CONSELHO FEDERAL DE QUÍMICA
Nº 181.242
181242
ASSINATURA DO PROFISSIONAL
VÁLIDA EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL


CÉDULA DE IDENTIDADE PROFISSIONAL
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CONSELHO FEDERAL DE QUÍMICA
CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA 10ª REGIÃO
NOME GILMAR CARNEIRO FEITOSA
REG.º 10300628
FILIAÇÃO GILBERTO ALVES FEITOSA
ÁILA MARIA CARNEIRO FEITOSA
RG 2006007079630
CPF 042.834.673-26
NACIONALIDADE BRASILEIRA
NATURAL DE FORTALEZA - CE
TÍTULO DA HABILITAÇÃO ENGENHEIRO AMBIENTAL E SANITARISTA
DIPLOMADO PELA INST.FED.EDUC.CIÊNCIA E TECNOLOGIA-CE
DIPLOMADO EM 09/07/2018
HAT DO CURSO ENGENHARIA QUÍMICA
FORTALEZA, 30/08/2018
LOCAL E DATA DE EMISSÃO
PRESIDENTE DO CRQ
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
VÁLIDA EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

E-mail: crqx@crqx.org.br - site: www.crqx.org.br

fls 363

DECLARAÇÃO DE QUITAÇÃO

Declaramos para fins de prova que o BACHAREL EM ENGENHARIA AMBIENTAL E SANITARIA, **GILMAR CARNEIRO FEITOSA** está regularizado no Conselho Regional de Química 10ª Região sob o Nº 10300628 , tendo efetuado pagamento da anuidade do exercício de 2024 , estando em dia com suas obrigações parafiscais.

Esta declaração não contém emendas, rasuras e entrelinhas e tem a validade até 31 de março de 2025

Assino a presente declaração para que produza os devidos efeitos legais.

Fortaleza, 15 de abril de 2024.

AUTENTICAÇÃO:
73f480e6-eb31-41f3-b175-046bd98f6b20

Para comprovar a autenticidade eletrônica desta declaração acesse:
www.crqx.org.br/transparencia/declaracao-autenticacao ou escaneie o QRCode

Voltar Imprimir

ESTADO DO PIAUI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTOS

FLS 354

Alvará

LICENÇA DE LOCALIZAÇÃO

No: 356549

— 2025 —

Autenticidade

Abrir Anexo

NOME: S DE S BORGES COMERCIO DE GASES LTDA

CGA: 000.000.134/001-16 CGA Anterior: 6806 CNPJ/CPF: 36.426.303/0001-29

FANTASIA: USE GASES PIAUI

ENDEREÇO: RUA 12 DE OUTUBRO,01119 - CENTRO

30,00M²

64.290-000 - ALTOS - PI

CNAE PRINCIPAL:

CNAE TRIBUTÁRIO: **4684-2/99** Comércio atacadista de outros produtos químicos e petroquímicos não especificados anteriormente

DEMAIS CNAEs:

2014-2/00	Fabricação de gases industriais
2110-6/00	Fabricação de produtos farmoquímicos
2539-0/01	Serviços de usinagem, tornearia e solda
3311-2/00	Manutenção e reparação de tanques, reservatórios metálicos e caldeiras, exceto para veículos
3319-8/00	Manutenção e reparação de equipamentos e produtos não especificados anteriormente
4322-3/01	Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás
4322-3/03	Instalações de sistema de prevenção contra incêndio
4644-3/01	Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano
4761-0/03	Comércio varejista de artigos de papelaria
4771-7/01	Comércio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulação de fórmulas
4784-9/00	Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP)
4789-0/99	Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente
4930-2/02	Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional
4930-2/03	Transporte rodoviário de produtos perigosos
7711-0/00	Locação de automóveis sem condutor
7729-0/02	Aluguel de equipamentos científicos, médicos e hospitalares, sem operador
7739-0/99	Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador

Observações:

Emissão: 10/01/2025

VALIDADE: 31/12/2025

João Evangelista Campelo
Secretário Municipal de Finanças
Portaria Nº 004/2025

* Manter em lugar visível.

4e178bbdbec480237eab3f113d50bbd0

ESTADO DO PIAUI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTOS

Sujeito a Fiscalização Sanitária: SIM ✓
Sujeito a Fiscalização Ambiental: NÃO
Data de Inscrição no Cadastro Municipal: 14/09/2020 **Hora de Funcionamento:** às

Observações:

Emissão: 10/01/2025

VALIDADE:
31/12/2025

João Evangelista Campelo
Secretário Municipal de Finanças
Portaria Nº 004/2025

*** Manter em lugar visivel.**

4e1780bdbec480237eab3f113d50bbd0

Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

Autorização Ambiental para o Transporte Interestadual de Produtos Perigosos

Modal Rodoviário

Dados da Pessoa/Empresa

N.º de registro no Banco de Dados: 8243610	CPF/CNPJ: 38.425.303/0001-29	Emitido em: 19/02/2025	Válido até: 19/05/2025
Nome/Razão Social/Endereço: BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES RUA 12 DE OUTUBRO CENTRO ALTOS/PI 64290-000			
Esta autorização não substitui o certificado de regularidade junto ao Cadastro Técnico Federal.			

Dados sobre o Transporte

Veículos		
Placa	**Nº RNTRC**	**Tipo**
HYO2219	N/A	Caminhão
HYO2219	N/A	Caminhão
OIO7882	N/A	Caminhão
OTT8041	N/A	Caminhão
OTT8041	N/A	Caminhão
OTT8041	N/A	Caminhão
OTT8041	N/A	Caminhão
POP2C02	N/A	Caminhão
POP2C02	N/A	Caminhão

Classes de Risco (Res. ANTT 5998/2022 e suas atualizações)

Classe 2: Gases

ATENÇÃO: transporte de materiais radioativos e nucleares (CLASSE 7) deverá continuar atendendo ao Termo de Referência celebrado entre o IBAMA e a CNEN, que trata de licenciamento específico para este transporte.

Estados de Atuação (Origens, Destinos e Rotas)

RO; AC; AM; RR; PA; AP; TO; MA; PI; CE; RN; PB; PE; AL; SE; BA; MG; ES; RJ; SP; PR; SC; RS; MS; MT; GO; DF;

Empresa(s) contratada(s) para realizar(em) atendimento a emergências ambientais

SOLUCIONE ENGENHARIA : (0xx85) 98803-1360;
SOLUCIONE ENGENHARIA : (0xx85) 98803-1360;

A autenticidade deste documento pode ser verificada no sitio: http://servicos.ibama.gov.br/ctf/publico/produtos_perigosos

Observações: Modal Rodoviário

1 - Fica o Transportador Interestadual de Produtos Perigosos obrigado a disponibilizar cópia deste Documento, em meio físico ou digital, em cada um dos veículos de sua frota.

Data: 19/02/2025 11:14:21
Por: BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES

Autorização Ambiental para o Transporte Interestadual de Produtos Perigosos

2 - Este documento não desobriga o Transportador de Produtos Perigosos a seguir as demais normas, leis e regulamentos referentes ao transporte de produtos perigosos nas esferas municipais, estaduais e federais.

3 - Este documento não habilita o transporte de produtos ou subprodutos florestais e faunísticos.

4 - Este documento se aplica a todos os transportadores rodoviários de produtos, substâncias e/ou resíduos classificados como perigosos pela Resolução ANTT 5998/2022 e suas atualizações.

5 - Sugere-se, como orientação ao usuário, a leitura do documento "Perguntas Frequentes" disponível no site do IBAMA (Link: https://www.gov.br/ibama/pt-br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/produtos-perigosos#autorizacao-ambiental)

Autenticação
58KL.EA8Z.INJP.PUV7

Data: 19/02/2026 11:14:21
Por: BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GAZES

nº 366

CONTRATO DE DISTRIBUIDOR AUTORIZADO

1 – DAS PARTES

FORNECEDOR: RAMON LEONCIO BARROS DE VASCONCELOS ME, inscrito no CNPJ nº 28.954.946/0001-06, inscrição estadual nº 067383980, com endereço na Avenida Eneida Ramos Pereira, nº 1321, Bairro Pacheco, Caucaia/CE, doravante denominado "FORNECEDOR", neste ato representado por seu administrador RAMON LEONCIO BARROS DE VASCONCELOS, portador do RG nº 23819588 SSP/AM, inscrito no CPF sob o nº 008.355.813-65, residente e domiciliado na Avenida Central, nº 7900, Condomínio Maison Icaraí, casa 20, Icaraí, Caucaia/CE, CEP nº 61.620-304.

DISTRIBUIDOR: EMPRESA, BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES LTDA, inscrito no CNPJ nº 38.425.303/0001-29, com endereço na Rua 12 de Outubro, nº 1119, Bairro Centro Altos/PI, CEP 64290000, doravante denominado "DISTRIBUIDOR", neste ato representado por seu administrador BRUNO DE S BORGES, portador do RG nº 3333458 SSP-CE, inscrito no CPF sob o nº 081.214.774-09, residente e domiciliado na Log. Ludugero Raulino, s/n, Bairro Boa Fé, Altos/PI, CEP 64290000.

As partes acima identificadas têm, entre si, justo e acertado, o presente **Contrato de Distribuidor Autorizado**, que será regido pelas cláusulas seguintes e pelas condições descritas no presente, obrigando-se por si e seus sucessores ao fiel cumprimento de todas as disposições aqui contidas.

2 – DO OBJETO

2.1. RAMON LEONCIO BARROS DE VASCONCELOS ME nomeia a empresa BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES como DISTRIBUIDOR AUTORIZADO de oxigênio medicinal por ela fabricado e comercializado.

2.1.1. Tal nomeação é feita sem o caráter de exclusividade e sem delimitação de área geográfica de atuação, reservando-se o FORNECEDOR ao direito de nomear outros contratados, distribuidores, agentes ou representantes comerciais ou, ainda, de realizar vendas diretamente nas mesmas áreas de atuação do DISTRIBUIDOR, ficando expressamente ajustado que, em qualquer hipótese, nenhuma remuneração ou comissão será devida ao distribuidor.

2.2. O DISTRIBUIDOR, na condição de empresa legalmente constituída, com personalidade jurídica própria, aceita a nomeação para atuar como DISTRIBUIDOR AUTORIZADO, declarando possuir recursos próprios, necessários e suficientes para cumprir as obrigações decorrentes deste contrato e concorda em fazer, por sua conta e risco, os investimentos que sejam necessários para a consecução de seus objetivos.

3 - DAS CONDIÇÕES GERAIS

3.1. O relacionamento estabelecido neste contrato entre as partes é o de compra e venda de PRODUTOS, devidamente descritos neste instrumento, não podendo o DISTRIBUIDOR, nem qualquer agente, representante, preposto ou empregado seu agir como procurador do FORNECEDOR, para qualquer finalidade.

3.2. Os PRODUTOS serão retirados pelo DISTRIBUIDOR na sede do FORNECEDOR ou entregues ao DISTRIBUIDOR no(s) endereço(s) informados neste instrumento, observada programação feita em conjunto pelas partes e mediante a cobrança dos preços estabelecidos.

3.3. O DISTRIBUIDOR, desde já, autoriza que qualquer preposto seu, empregado ou representante, assine os comprovantes de entrega de mercadorias referentes aos produtos por ele solicitados e entregues pelo FORNECEDOR, constantes nos respectivos documentos fiscais, valendo as assinaturas ou vistos como reconhecimento e aceitação plenos e incontestáveis.

3.4. Para a aquisição e comercialização dos gases objetivados neste contrato, o DISTRIBUIDOR poderá utilizar cilindros de sua propriedade ou de propriedade de seus clientes, desde que em condições técnicas adequadas, não sendo fornecidos cilindros por parte do FORNECEDOR.

3.5. O FORNCEDOR se obriga a fornecer ao DISTRIBUIDOR a quantidade de gases a ser ajustada entre as partes, desde que requisitada e acordada com uma antecedência mínima de 02 dias, respeitado o limite mínimo de 2.000m (dois mil metros) mensais e máximo de 3.000m (três mil metros) mensais.

3.6. Todos os pedidos feitos pelo DISTRIBUIDOR estão sujeitos à disponibilidade de estoque.

3.7. Nenhuma das partes será responsável ou considerada faltosa por eventual demora, atraso ou impossibilidade de execução das obrigações previstas neste contrato e que sejam causados por fatos ou eventos alheios ao seu controle, por superveniência de força maior ou caso fortuito conforme determinação legal, tais como, mas não limitados a: acidentes nas instalações geradoras dos PRODUTOS, quebras de equipamentos de produção e/ou distribuição, greves, conflitos trabalhistas, blecautes, restrições ao uso ou interrupções no

fornecimento de energia elétrica, rebeliões civis, revoluções, guerra (declarada ou não), insurreições, tempestades, relâmpagos, nevascas, enchentes, embargos, resoluções governamentais, incêndios, explosões, falta de meios de transporte, falta de qualquer matéria-prima, ou toda e qualquer causa semelhante ou não às contingências acima mencionadas que não possam ser imputadas às partes, conforme definido no parágrafo único do artigo 393 do Código Civil Brasileiro.

3.8. Nas circunstâncias acima referidas, as partes não poderão ser responsáveis por eventuais danos diretos, indiretos, especiais ou derivados do atraso ou impossibilidade de cumprir suas obrigações na forma deste Contrato.

3.9. O presente contrato poderá ser rescindido de pleno direito nos casos de:

a) Requerimento de recuperação, judicial ou extrajudicial, falência, ou em caso de notória insolvência de qualquer das partes;

b) Infração a qualquer das cláusulas ou disposições deste contrato, inclusive em caso de inadimplência do DISTRIBUIDOR;

c) Ocorrência de Força Maior ou Caso Fortuito, conforme previsto no item 3.7, que impeçam o cumprimento das obrigações contratuais por prazo superior a 180 dias;

d) Unilateral pelo FORNECEDOR, com efeito imediato, no caso de o DISTRIBUIDOR incorrer em prática configuradora de corrupção.

3.10. Qualquer rescisão do presente contrato será sem prejuízo de quaisquer outros direitos e responsabilidades das partes deste contrato.

3.11. Expirada a vigência ou rescindido o contrato, independentemente do motivo:

a) Não terá o DISTRIBUIDOR direito a qualquer indenização por despesas, danos diretos ou indiretos, lucros cessantes, bem como por compensação pelo desenvolvimento de mercado, clientes ou outros dispêndios de qualquer espécie feitos em razão do presente contrato;

b) Nenhuma das partes ficará isenta do pagamento de qualquer quantia devida em decorrência de operações realizadas até a data da rescisão;

c) Todo e qualquer pedido de compra aceito pelo FORNECEDOR e ainda não entregue será cancelado sem que caiba ao DISTRIBUIDOR qualquer direito à indenização ou perdas e danos.

3.12. A aceitação, por parte do FORNECEDOR, de um ou mais pedidos de compra extemporâneos do DISTRIBUIDOR após a rescisão deste contrato, ou qualquer atitude semelhante, não será interpretada como renovação deste contrato ou renúncia ao seu direito de rescindi-lo.

3.13. Este ajuste supera e substitui todo e qualquer entendimento anterior sobre o mesmo objeto, assim como prevalece sobre qualquer outra declaração de vontade a este, prevalecendo o constante no corpo do contrato, que passará a constituir-se como único documento vigente à relação aqui pactuada, não podendo ser cedido ou transferido a terceiros sem a prévia e expressa anuência da outra parte.

3.14. Toda e qualquer alteração do ora pactuado fica sujeita a prévio acordo entre as partes, que passará a fazer parte integrante deste, na forma de um termo aditivo de alteração contratual.

3.15. Os direitos e obrigações do DISTRIBUIDOR descritos neste Contrato não poderão ser cedidos nem transferidos a terceiros, no todo ou em parte, sem consentimento prévio, por escrito, do FORNECEDOR.

3.16. A abstenção do exercício pelas partes de quaisquer direitos ou faculdades que lhes sejam assegurados legalmente ou por este contrato, ou a tolerância com o inadimplemento da outra não implicará novação ou precedente, permanecendo íntegros e inalterados aqueles direitos e faculdades, podendo ser exercidos a qualquer tempo pelas partes.

3.17. O presente contrato vigorará pelo prazo de 02 (Dois) anos, contados da data de sua assinatura, sendo prorrogado automaticamente, por períodos sucessivos de 2 (dois) anos, salvo manifestação em contrário de qualquer das partes a ser feito por escrito, com antecedência de 90 (Noventa) dias do término do período então em curso.

4 - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

4.1. Pactua-se que o preço do metro cúbico de oxigênio medicinal fornecido será de R$ 2,50 (DOIS REAIS, E CINQUENTA CENTAVOS) , estando excluídos todos os tributos incidentes sobre os fornecimentos, tais como, mas não se limitando ao IPI, ICMS, PIS/COFINS, que a eles serão acrescidos.

4.1.1. Qualquer variação de alíquota, criação de novos tributos e/ou contribuições sociais ou instituição de depósitos compulsórios após a assinatura deste contrato e incidentes sobre o fornecimento e sobre a locação objeto deste contrato, implicará na proporcional alteração dos respectivos preços.

4.2. O pagamento deverá ser efetuado em até 28 dias corridos da emissão da respectiva nota fiscal.

4.3. A aceitação dos pedidos feitos pelo DISTRIBUIDOR para pagamento a prazo poderá ficar condicionada à apresentação de garantias reais ou fidejussórias pelo DISTRIBUIDOR.

4.4. Pelo inadimplemento de suas obrigações e até a efetiva liquidação de seus débitos, responderá o DISTRIBUIDOR pelas despesas decorrentes desse atraso, acrescidas de correção monetária pelo IGPM e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, além de multa de 2% (dois por cento) sobre o débito atualizado. O FORNECEDOR poderá exigir, ainda, a seu critério, independentemente de qualquer aviso ou comunicação: a) o pagamento à vista ou antecipado para os novos fornecimentos:

b) a suspensão do fornecimento até que o débito em atraso acrescido dos respectivos encargos moratórios seja devidamente quitado; ou

c) a rescisão contratual.

4.5. Considerando que o(s) preço(s) do(s) PRODUTO(S) deste contrato foram pactuados em razão das atuais premissas para a execução do fornecimento, nos termos e condições expressamente previstas neste contrato, caso haja alteração em quaisquer das premissas e/ou solicitação, pelo DISTRIBUIDOR, de condições diversas e/ou cumprimento de obrigações não expressamente previstas neste contrato, as Partes convencionam que, visando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, o FORNECEDOR, a seu exclusivo critério e dependendo de sua disponibilidade para atender à(s) referidas alterações e/ou solicitação(ões) do DISTRIBUIDOR, fica, desde já, autorizada a cobrar do DISTRIBUIDOR os custos, despesas, taxas e preços diferenciados decorrentes de tais procedimentos, conforme tabela vigente à época.

4.6. Os preços estabelecidos para os produtos e locação serão reajustados, observada a menor periodicidade permitida em lei, de acordo, com o seguinte critério:

$$Pr = \{Pv \cdot [(\frac{IGPM1}{IGPM0}) + 1{,}0300]\}$$

Onde:

Pv = Preço vigente

Pr = Preço reajustado

IGPM1/IGPM0 = Variação do IGPM - Índice Geral de Preços de Mercado, publicada pela FGV – Fundação Getúlio Vargas, verificada entre o segundo mês anterior ao mês do reajuste de preço e o segundo mês anterior ao mês da data do último reajuste.

E por estarem assim de acordo, firmam o presente instrumento, na presença de duas testemunhas, em duas vias de igual teor, elegendo-se o foro de Caucaia - CE, como competente para dirimir as pendências porventura surgidas, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

Caucaia/CE, 06 de Janeiro de 2025.

PARTES CONTRATANTES:

FORNECEDOR: RAMON LEONCIO BARROS DE VASCONCELOS ME

Ramon Leoncio Barros de Vasconcelos
Ramon Leoncio Barros de Vasconcelos - ME
CNPJ: 28.954.946/0001-06

R/p.: **Ramon Leoncio Barros de Vasconcelos**
CPF nº 008.355.813-65

DISTRIBUIDOR: BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES

USE GASES PIAUI
BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES
CNPJ: 38.425.303/0001-29
Insc. Est. 19073677S
Fone: 12 Quadra, 7116, Campo S
B DE S BORGES COMERCIO DE GASES
38.425.303/0001-29

R/p.: BRUNO DE SOUSA BORGES
CPF: 081.214.774-09

TESTEMUNHAS:

Nome: CPF:	Nome: CPF:

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Fls. 369

Certificado de Registro Cadastral - CRC

(Emissão conforme art. 17 da Instrução Normativa nº 03, de 26 abril de 2018)

CNPJ: 38.425.303/0001-29

Razão Social: B DE S BORGES COMERCIO DE GASES LTDA

Atividade Econômica Principal:

4684-2/99 - COMÉRCIO ATACADISTA DE OUTROS PRODUTOS QUÍMICOS E PETROQUÍMICOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE

Endereço:

RUA 12 DE OUTUBRO, 1119 - SALA A - CENTRO - 64.290-000 - Altos / Piaui

Observações:

A veracidade das informações poderá ser verificada no endereço https://comprasnet.gov.br.

Este certificado não substitui os documentos exigidos em lei.

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Fls. 360

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	38.425.303/0001-29
Razão Social:	B DE S BORGES COMERCIO DE GASES LTDA
Nome Fantasia:	USE GASES PIAUI
Situação do Fornecedor:	**Credenciado** Data de Vencimento do Cadastro: 13/03/2025
Natureza Jurídica:	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
MEI:	Não
Porte da Empresa:	Micro Empresa

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	Nada Consta
Impedimento de Licitar:	Nada Consta

Níveis cadastrados:

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	28/05/2024	Automática
FGTS	Validade:	16/05/2024	Automática
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	22/10/2024	Automática

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	30/04/2024
Receita Municipal	Validade:	07/05/2024

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

	Validade:	31/05/2024

Esta declaração é uma simples consulta e não tem efeito legal

CPF: 081.XXX.XXX-09 Nome: BRUNO DE SOUSA BORGES

Ass.

B DE S BORGES COMERCIO DE GASES LTDA
38.425.303/0001-29
Rua 12 de Outubro, N 1119, Centro, CEP 64290-000, Altos –PI
usegasespiaui@gmail.com / (86)9. 9300-8472

DECLARAÇÕES UNIFICADAS

Fls 361

À
Prefeitura Municipal de **Itapecuru Mirim/MA**
Prezados Senhores,

RAZÃO SOCIAL: BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES CNPJ N°: 38.425.303/0001-29
IE: 19.673.877-6
ENDEREÇO: RUA 12 DE OUTUBRO, 1119 – CENTRO – ALTOS-PI. CEP: 64.290-000
FONE: (86) 9.3300-8472 E-MAIL: USEGASESPIAUI@GMAIL.COM

- DECLARAMOS, para os devidos fins que, em cumprimento ao estabelecido na Lei Federal nº 9.854, de 27/10/1999, publicada no DOU de 28/10/1999, e ao inciso XXXIII, do artigo 70, da Constituição Federal, não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem emprega menores de 16 (dezesseis) anos em trabalho algum, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.
- DECLARAMOS, para os devidos fins e sob as penas da Lei, que atende a todas as exigências requeridas para habilitação no **Pregão Eletrônico**, cujo objeto é **Registro de preço para aquisição de recargas de gases medicinais gás oxigênio e ar comprimido e acessórios umidificador e regulador com fluxômetro – para uso na assistência ventilatória para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Itapecuru Mirim/MA.**
- DECLARAMOS, sob as penas da lei, para todos os fins de direito a que se possa prestar, especialmente para fins de prova no processo de PREGÃO ELETRÔNICO, junto ao Município de **Itapecuru Mirim/MA**, Estado do Ceará, que concorda integralmente com os termos do edital, se responsabilizando pela veracidade dos documentos apresentados, bem como pela proposta ofertada, tudo de acordo com os prazos e condições determinados.
- DECLARAMOS, para fins de Licitação em pauta, sob penas da lei, junto ao Município de **Itapecuru Mirim/MA**, que não haver, até a presente data, fato impeditivo no que diz respeito à participação e habilitação no presente processo de Pregão Eletrônico, bem assim estando ciente da obrigatoriedade de informar ocorrências posteriores.
- DECLARAMOS, que a proposta compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhista assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhista, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Altos-PI, 07 de março de 2025.

B DE S BORGES COMERCIO DE GASES:38425303000129
Assinado de forma digital por B DE S BORGES COMERCIO DE GASES:38425303000129
Dados: 2025.03.07 09:17:37 -03'00'

BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES
Bruno de Sousa Borges
RG: 3333458 SSP/PB
CPF: 081.214.774-09
Empresário

1. Identificação do Produto e da Empresa

1.1. Identificação do produto

Nome comercial : **AR Comprimido**

Código do produto : 23020

Uso recomendado : Uso Industrial

1.2. Identificação da Empresa

SUPER GASES IND. E COM. DE GASES IND. E MED. LTDA

Rua Antonio Farias, 372 – Boa Vista – Fortaleza

60661-118 Ceará

T (85) 3487-8198

2. Identificação de perigos

2.1. Classificação da substância ou mistura

Classificação de acordo com GHS-BR (ABNT NBR 14725-2)

Gases sob pressão: Gás comprimido

2.2. Elementos apropriados de rotulagem

GHS-BR rotulagem

Pictogramas de perigo (GHS-BR) :



GHS04

Palavra de advertência (GHS-BR) : Atenção

Frases de perigo (GHS-BR) : H280 - Contém gás sob pressão; pode explodir sob ação do calor

Frases de precaução (GHS-BR) : P410+P403 - Mantenha ao abrigo da luz solar. Armazene em local bem ventilado

2.3. Outros perigos que não resultam em uma classificação

Nenhuma informação adicional disponível

3. Composição e informações sobre os ingredientes

3.1. Substância

Não aplicável

3.2. Mistura

Nome	Identificação do produto	%
Nitrogênio Comprimido	(nº CAS) 7727-37-9	79
Oxigênio Comprimido	(nº CAS) 7782-44-7	21

4. Medidas de primeiros-socorros

4.1. Descrição das medidas de primeiros socorros

Medidas gerais de primeiros-socorros : Em caso de mal estar, consulte um médico.

Medidas de primeiros-socorros após inalação : Não são esperados efeitos adversos deste produto. Remova a pessoa para local ventilado e a mantenha em repouso numa posição que não dificulte a respiração. Contate imediatamente um CENTRO DE INFORMAÇÃO TOXICOLÓGICA ou um médico.

Medidas de primeiros-socorros após contato com a pele : Não são esperados efeitos adversos deste produto.

Medidas de primeiros-socorros após contato com os olhos : Não são esperados efeitos adversos deste produto.

Medidas de primeiros-socorros após ingestão	: A ingestão não é considerada rota potencial de exposição.

4.2. Sintomas e efeitos mais importantes, agudos ou tardios

Sintomas/efeitos em caso de inalação	: Pode provocar sonolência ou vertigem.
Sintomas/efeitos em caso de contato com a pele	: Nenhum(a) em condições normais. O contato com o gás liquefeito pode causar queimaduras por congelamento.
Sintomas/efeitos em caso de contato com os olhos	: Nenhum(a) em condições normais. O contato com o gás liquefeito pode causar danos oculares severos.
Sintomas/efeitos em caso de ingestão	: Nenhum(a) em condições normais.

4.3. Indicações sobre cuidados médicos urgentes e tratamentos especiais necessários

Notas ao médico	: Tratar sintomaticamente
Outro conselho médico ou tratamento	: Nenhum.

5. Medidas de combate a incêndio

5.1. Meios de extinção

Meios de extinção adequados	: Borrifar com água ou aplicar névoa. Pó químico seco. CO2. água pulverizada ou espuma comum.
Meios de extinção inadequados	: Não use jatos d'água para extinguir.

5.2. Perigos específicos decorrentes da substância ou mistura

Perigo de incêndio	: Contém gás sob pressão; pode explodir sob ação do calor.
Perigo de explosão	: Perigo de explosão sob a ação do calor.
Reatividade	: Sem perigo de reatividade, além dos efeitos descritos nas sub-seções abaixo.

5.3. Recomendações para a equipe de combate a incêndio

Instruções de combate a incêndios	: Não jogue água diretamente no ponto de vazamento ou nos dispositivos de segurança; pode ocorrer congelamento. Em caso de incêndio de grandes proporções: Abandone a área. Combata o incêndio à distância, devido ao risco de explosão. Não entrar na área de incêndio sem equipamento protetor adequado, incluindo proteção respiratória.
Proteção durante o combate a incêndios	: Não entrar na área de incêndio sem equipamento protetor adequado, incluindo proteção respiratória. Equipamento autônomo de respiração.
Métodos específicos	: Use medidas de controle de incêndio adequadas para o fogo circundante. A exposição ao fogo e irradiação de calor podem causar a ruptura de recipientes de gás. Resfrie recipientes em perigo com jatos d'água a partir de uma posição protegida. Evite que a água usada em casos de emergência entre no sistema de esgoto e de drenagem. Se possível,pare o fluxo do produto. Use água borrifada ou névoa para eliminar fumaça de fogo, caso possível. Afastar os contêineres de área do foco, caso isto possa ser feito sem risco.

6. Medidas de controle para derramamento ou vazamento

6.1. Precauções pessoais, equipamento de proteção e procedimentos de emergência

Medidas gerais	: Atue de acordo com o plano local de emergência. Fique em posição de barlavento. Contenha o vazamento se puder ser feito com segurança. Notificar as autoridades se o produto entrar nos esgotos ou águas públicas.

6.1.1. Para não-socorristas

Equipamento de proteção	: Use os equipamentos de proteção pessoal recomendados.
Procedimentos de emergência	: Não respirar o gás. Abandone a área. Apenas o pessoal qualificado e equipado com equipamento de proteção adequado pode intervir. Notificar o corpo de bombeiros e autoridades ambientais.

6.1.2. Para socorristas

Equipamento de proteção	: Utilize equipamento de respiração do tipo autônomo com pressão positiva e roupa de proteção contra produtos químicos. Luvas. Equipar o pessoal de limpeza com proteção adequada.
Procedimentos de emergência	: Impedir a entrada em esgotos, subsolos, fossas ou qualquer outro lugar onde a sua acumulação possa ser perigosa. Evacuar o pessoal desnecessário. Contenha o vazamento se puder ser feito com segurança.

6.2. Precauções ambientais

Evitar descargas para a atmosfera.

6.3. Métodos e materiais de contenção e limpeza

Para contenção : Interromper o vazamento, se possível sem riscos.

Métodos e material de contenção e limpeza. : Ventilar a área.

7. Manuseio e armazenamento

7.1. Precauções para manuseio seguro

Perigos adicionais quando processado : Pode explodir durante o aquecimento.

Precauções para manuseio seguro : Manusear e abrir recipiente com cuidado. Usar equipamento de proteção individual. Mantenha afastado do calor, faísca, chama aberta, superfícies quentes. - Não fume. Conserve somente no recipiente original. Não manuseie o produto antes de ter lido e compreendido todas as precauções de segurança.

Medidas de higiene : Não coma, beba ou fume durante a utilização deste produto.

Uso seguro do produto : A substância precisa ser manipulada conforme bons procedimentos de higiene industrial e de segurança. Somente pessoal experimentado e adequadamente instruído deverá lidar com gases pressurizados. Considere dispositivo(s) de alívio de pressão em instalações de gás. Assegure-se que o sistema de gás completo foi (ou esta sendo regularmente) examinado quanto a vazamentos antes do uso. Não fume quando estiver lidando com o produto. Use apenas equipamento adequadamente especificado que seja adequado para este produto, sua pressão alimentada e temperatura. Em caso de dúvida, contate seu fornecedor de gás. Use apenas lubrificantes e vedações aprovados para oxigênio. Evitar a reabsorção de água, ácidose álcalis. Não respire o gás.

Manuseamento seguro dos recipientes de gás : Veja as instruções de manipulação do fornecedor com relação ao contêiner. Não permita retroalimentação no contêiner. Proteja cilindros contra danos físicos; não puxe, role, deslize ou deixe cair. Ao mover cilindros, mesmo em curta distância, use um carrinho (trole, caminho de mão, etc.) destinado ao transporte de cilindros. Deixe as tampas protetoras de válvulas no local até que o cilindro tenha sido fixado ou em uma parede ou bancada ou colocado em um suporte de contêiner,estando pronto ao uso. Se o usuário tiver qualquer dificuldade na operação da válvula do cilindro,suspender o uso e contactar o fornecedor. Nunca tente consertar ou modificar válvulas do recipiente ou dispositivos de alívio de segurança. Válvulas danificadas deverão ser imediatamente comunicadas ao fornecedor. Mantenha as saídas das válvulas limpas e isentas de contaminantes particularmente óleo e água. Substituir tampas de saída ou plugues e tampas de recipientes quando fornecidos tão logo o contêiner for desligado do equipamento. Fechar a válvula do recipiente após cada uso e quando vazio, mesmo se ainda estiver ligado ao equipamento. Nunca tente transferir gases de um cilindro/recipiente para outro. Nunca use dispositivos de chama direta ou de aquecimento elétrico para elevar a pressão de um recipiente. Não remova ou desfigure etiquetas providas pelo fornecedor para identificação do conteúdo dos cilindros. Reabsorção de água no contêiner precisa ser prevenida. Abrir a válvula lentamente para evitar choque de pressão.

7.2. Condições para armazenamento seguro, incluindo incompatibilidades

Medidas técnicas : Utilize apenas ferramentas antifaiscantes.

Condições de armazenamento : Conserve somente no recipiente original. Mantenha em local fresco. Mantenha ao abrigo de luz solar. Armazene em local bem ventilado.

Condições para armazenagem segura, incusive quaisquer incompatibilidades. : Observe todos os regulamentos e exigências locais sobre a armazenagem de contêineres. Contêineres não deverão ser armazenados em condições que estimulem a corrosão. Protetores de válvulas ou tampas de contêineres deverão estar em seu lugar. Contêineres deverão ser armazenados na posição vertical e adequadamente presos para evitar sua queda. Contêineres armazenados deverão ser periodicamente examinados quanto ao estado geral e vazamentos. Mantenha o contêiner abaixo de 52ºC em um local bem ventilado. Guardar contêineres em locais isentos de risco de incêndio e distantes de fontes de calor e ignição. Manter afastado de materiais combustíveis.

Materiais para embalagem : Armazenar o produto sempre em recipiente de material igual ao do recipiente original.

8. Controle de exposição e proteção individual

8.1. Parâmetros de controle

Informações adicionais : Nenhuma disponível.

365
Rubr.

8.2. Controles de exposição

Controles apropriados de engenharia : Sistemas pressurizados deverão ser regularmente examinados quanto a vazamentos. Consider the use of a work permit system e.g. for maintenance activities.

Controles de exposição ambiental : Ver os Regulamentos locais quanto a restrições de emissões para a atmosfera. Ver a Seção 13 sobre métodos específicos para tratamento de gás residual.

8.3. Equipamento de proteção individual

Equipamento de proteção individual : Deverá ser realizada uma avaliação de risco e documentada em cada área de trabalho para avaliar os riscos relacionados ao uso do produto e para selecionar o PPE que esteja de acordo com o risco relvante.As seguintes recomendações deveriam ser consideradas. PPE conforme EN/ISO padrões recomendados deverá ser escolhido.

Proteção para as mãos : Use luvas de trabalho quando manipular contêineres de gás. Padrão EN 388:- Luvas protetoras contra risco mecânico.

Proteção para os olhos : Use óculos de segurança com lâminas laterais. Padrão EN 166. Proteção pessoal para os olhos.

Proteção para a pele e o corpo : User roupas de proteção adequada.

Proteção respiratória : Nenhum necessário. Recomenda-se o uso de equipamento de proteção respiratória nos casos em que possam ocorrer inalação durante a utilização.

Proteção contra perigo térmico : Nada além das seções acima.

9. Propriedades físicas e químicas

9.1. Informações sobre propriedades físico-químicas básicas

Estado físico : Gás

Cor : A mistura contém um ou mais componentes com as seguintes cores: Colourless

Odor : Inodoro

Limiar de odor : O umbral do odor é subjetivo e inadequado para alertar sobre superexposição.

pH : Não é aplicável para gases e suas misturas.

Ponto de fusão : Desconhecido.

Ponto de solidificação : Não disponível

Ponto de ebulição : Desconhecido.

Ponto de fulgor : Não é aplicável para gases e suas misturas.

Taxa de evaporação relativa (acetato de butila = 1) : Não disponível

Taxa de evaporação relativa (éter = 1) : Não é aplicável para gases e suas misturas.

Inflamabilidade (sólido/gás) : Não disponível

Limites de explosão : Não é inflamável.

Pressão de vapor : Não aplicável.

Densidade relativa do vapor a 20°C : Não aplicável.

Densidade relativa : Não aplicável.

Densidade relativa do gás : 1

Solubilidade : Água: Not known, but considered to have low solubility.

Log Pow : Não é aplicável para gases inorgânicos.

Log Kow : Não é aplicável para misturas de gás.

Temperatura de auto-ignição : Não é inflamável.

Temperatura de decomposição : Não aplicável.

Viscosidade, cinemática : Não há dados confiáveis disponíveis.

Viscosidade, dinâmica : Não há dados confiáveis disponíveis.

Propriedades explosivas : Não aplicável.

Propriedades oxidantes : Não aplicável.

9.2. Outras informações

Não disponível

10. Estabilidade e reatividade

Estabilidade química : Estável em condições normais. Contém gás sob pressão; pode explodir sob ação do calor.

Condições a evitar : Evitar mistura em sistemas de instalações. Luz solar direta.

Produtos perigosos da decomposição : Nenhum,Pode liberar gases tóxicos.

Materiais incompatíveis : Nenhum,Para dados adicionais sobre compatibilidade ver a ISO 11114.

Possibilidade de reações perigosas : Nenhum,Estável sob condições normais de uso.

Reatividade : Sem perigo de reatividade, além dos efeitos descritos nas sub-seções abaixo.

11. Informações toxicológicas

11.1 Informações sobre os efeitos toxicológicos

Toxicidade aguda (oral) : Não disponível

Toxicidade aguda (dérmica) : Não disponível

Toxicidade aguda (inalação) : Não disponível

Corrosão/irritação à pele : Não disponível
pH: Não é aplicável para gases e suas misturas.

Lesões oculares graves/irritação ocular : Não disponível
pH: Não é aplicável para gases e suas misturas.

Sensibilização respiratória ou à pele : Não disponível

Mutagenicidade em células germinativas : Não disponível

Carcinogenicidade : Não disponível

Toxicidade à reprodução : Não disponível

Toxicidade para órgãos-alvo específicos - Exposição única : Não disponível

Toxicidade para órgãos-alvo específicos - Exposição repetida : Não disponível

Perigo por aspiração : Não disponível

11.2. Sintomas e efeitos mais importantes, agudos ou tardios

Sintomas/efeitos em caso de inalação : Pode provocar sonolência ou vertigem.

Sintomas/efeitos em caso de contato com a pele : Nenhum(a) em condições normais. O contato com o gás liquefeito pode causar queimaduras por congelamento.

Sintomas/efeitos em caso de contato com os olhos : Nenhum(a) em condições normais. O contato com o gás liquefeito pode causar danos oculares severos.

Sintomas/efeitos em caso de ingestão : Nenhum(a) em condições normais.

12. Informações ecológicas

12.1. Toxicidade

Ecologia - geral : Não há dados disponíveis.

Perigoso ao ambiente aquático - Agudo : Não disponível

Perigoso ao ambiente aquático - Crônico : Não disponível

12.2. Persistência e degradabilidade

AR Comprimido (132259-10-0)	
Persistência e degradabilidade	Não há dados disponíveis.
Nitrogênio Comprimido (7727-37-9)	
Persistência e degradabilidade	Não há dados disponíveis.

Oxigênio Comprimido (7782-44-7)	
Persistência e degradabilidade	Não há dados disponíveis.

12.3. Potencial bioacumulativo

AR Comprimido (132259-10-0)	
Log Pow	Não é aplicável para gases inorgânicos.
Log Kow	Não é aplicável para misturas de gás.
Potencial bioacumulativo	Não há dados disponíveis.
Nitrogênio Comprimido (7727-37-9)	
Log Pow	Não é aplicável para gases inorgânicos.
Log Kow	Não é aplicável para misturas de gás.
Potencial bioacumulativo	Não há dados disponíveis.
Oxigênio Comprimido (7782-44-7)	
Log Pow	Não é aplicável para gases inorgânicos.
Log Kow	Não é aplicável para misturas de gás.
Potencial bioacumulativo	Não há dados disponíveis.

12.4. Mobilidade no solo

AR Comprimido (132259-10-0)	
Ecologia - solo	Em virtude de sua alta volatilidade, é improvável que o produto cause poluição do solo ou água. A separação no solo é improvável.
Nitrogênio Comprimido (7727-37-9)	
Ecologia - solo	Em virtude de sua alta volatilidade, é improvável que o produto cause poluição do solo ou água. A separação no solo é improvável.
Oxigênio Comprimido (7782-44-7)	
Ecologia - solo	Em virtude de sua alta volatilidade, é improvável que o produto cause poluição do solo ou água. A separação no solo é improvável.

12.5. Outros efeitos adversos

Outros efeitos adversos : Efeitos desconhecidos deste produto.

Efeito sobre o aquecimento global : Efeitos desconhecidos deste produto.

Efeitos sobre a camada de ozônio : Nenhum.

Comentário GWPmix : Não são conhecidos efeitos deste produto.

13. Considerações sobre destinação final

Métodos de tratamento de resíduos : Contacte o fornecedor, caso necessite de orientação. Não descarregue em qualquer lugar, onde o seu acúmulo possa ser perigoso. Assegurar que os níveis de emissão dos regulamentos locais ou licenças de operar não sejam ultrapassados. Ver o Código EIGA de Práticas Doc.30 "Descarte de Gases", pode ser obtido por download de http://www.eiga.eu para melhor orientação sobre adequados métodos de descarte. Devolver o produto não utilizado no cilindro original ao fornecedor.

Recomendações de despejo de águas residuais : O descarte deve ser realizado de acordo com as legislações oficiais.

Recomendações de disposição de produtos/embalagens : O descarte deve ser realizado de acordo com as legislações oficiais.

Informações adicionais : Informações suplementares. Não reutilizar recipientes vazios.

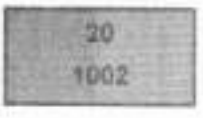
14. Informações sobre transporte

14.1 Regulamentações nacionais e internacionais

Transporte terrestre : *Agência Nacional de Transporte Terrestre,Resolução Nº 5232, de 14 de dezembro de 2016 - Aprova as Instruções Complementares ao Regulamento Terrestre do Transporte de Produtos Perigosos, e dá outras providências.*

Nº ONU(RES 5232) : 1002

Nome apropriado para embarque(RES 5232) : AR COMPRIMIDO

Classe (RES 5232)	: 2.2 - Gases não-inflamáveis, não-tóxicos
Número de Risco (Res 5232)	: 20 - Gás asfixiante ou gás sem risco subsidiário
Rótulos de perigo (Res 5232)	
Painel de Segurança	

Transporte marítimo

Nº ONU (IMDG)	: 1002
Nome apropriado para embarque (IMDG)	: AIR, COMPRESSED (Nitrogen, Oxygen)
Classe (IMDG)	: 2 - Gases
Risco subsidiário (IMDG)	: 2.1 - Flammable gases ,8 - Corrosive substances,5.1 - Oxidizing substances
EmS-No. (Fogo)	: F-C - FIRE SCHEDULE Charlie - NON-FLAMMABLE GASES
EmS-No. (Derramamento)	: S-V - SPILLAGE SCHEDULE Victor - GASES (NON-FLAMMABLE, NON-TOXIC)
Poluente marinho (IMDG)	: Sim
Provisão especial (IMDG)	: 23,274,228

Transporte aéreo

Nº ONU (IATA)	: 1002
Nome apropriado para embarque (IATA)	: Air, compressed (Nitrogen, Oxygen)
Classe (IATA)	: 2
Riscos subsidiários (IATA)	: 2.1 - Flammable gases,8 - Corrosive substances,5.1 - Oxidizing substances
Provisão especial (IATA)	: A1,A2,A52

14.2 Outras informações

Precauções especiais para o transporte : Evite transportar em veículos onde o espaço da carga não está separado da cabine do motorista.Assegure-se de que o motorista do carro esteja consciente dos potenciais de perigo da carga, e que saiba o que fazer em caso de acidente ou de uma emergência.Antes de transportar contêineres de produto:Assegure ventilação adequada.Assegure-se que os contêineres sejam firmemente amarrados.Assegure-se que a válvula do cilindro esteja fechada, não vazando.Assegure-se que a tampa ou plugue de descarga (quando existente) esteja adequadamente montado.Assegure-se que o dispositivo protetor da válvula (quando existente) esteja corretamente montado.

15. Informações sobre regulamentações

Regulamentações locais do Brasil : Norma ABNT NBR 14725

Decreto Federal nº 2.657, de 3 de julho de 1998 – Promulga a Convenção nº 170 da OIT, relativa à Segurança na Utilização de Produtos Químicos no Trabalho, assinada em Genebra, em 25 de junho de 1990.
Portaria nº 229, de 24 de maio de 2011 - Altera a Norma Regulamentadora nº 26.

Resolução nº 5232, de 14 de dezembro de 2016 - Aprova as Instruções Complementares ao Regulamento Terrestre do Transporte de Produtos Perigosos, e dá outras providências.

16. Outras Informações

ESCRITÓRIO

ESTADO	CIDADE	TELEFONE
CEARÁ	FORTALEZA	(85) 3457-8196

Abreviaturas e acrônimos

ATE - Acute Toxicity Estimate

CLP - Classification Labelling Packaging Regulation; Regulation (EC) No 1272/2008

REACH - Registration, Evaluation, Authorisation and Restriction of Chemicals Regulation (EC) No 1907/2006

EINECS - European Inventory of Existing Commercial Chemical Substances

CAS# - Chemical Abstract Service number

PPE - Personal Protection Equipment

LC50 - Lethal Concentration to 50 % of a test population

RMM - Risk Management Measures

PBT - Persistent, Bioaccumulative and Toxic

vPvB - Very Persistent and Very Bioaccumulative

STOT - SE : Specific Target Organ Toxicity - Single Exposure

CSA - Chemical Safety Assessment

EN - European Standard

UN - United Nations

ADR - European Agreement concerning the International Carriage of Dangerous Goods by Road

IATA - International Air Transport Association

IMDG code - International Maritime Dangerous Goods

RID - Regulations concerning the International Carriage of Dangerous Goods by Rail

WGK - Water Hazard Class

STOT - RE : Specific Target Organ Toxicity - Repeated Exposure

Esta informação está baseada em nosso conhecimento atual a produto acabado, o produto sendo utilizado em vista os requisitos de saúde, segurança e meio ambiente. Não deve, portanto ser interpretada como garantia de qualquer propriedade específica do produto.

FORTGAS	Ficha de informações de segurança de produtos químicos (FISPQ)

Nome da substância ou mistura: OXIGÊNIO COMPRIMIDO

Data da última revisão	Versão:	FISPQ Nº	Página
18/05/2023	12	37	1 de 9

1. Identificação

Nome da substância ou mistura (nome comercial): OXIGÊNIO COMPRIMIDO
Principais usos recomendados para a substância ou mistura: Uso industrial/Medicinal
Código interno de identificação da substância ou mistura: 0000
Nome da Empresa: RAMON LEONCIO BARROS DE VASCONCELOS-ME (FORTGAS)
Endereço: Avenida Enedina Ramos Ferreira N 1321
Complemento: CEP 61626-300 – Caucaia/ CE

2. Identificação de perigos

Classificação da substância ou mistura: Gases oxidantes: Categoria 1 - Gases sob pressão: Classificação Gás comprimido

Elementos de rotulagem do GHS



Palavra de advertência: Perigo
Frase(s) de perigo: H270 - Pode provocar ou agravar um incêndio; oxidante. H280 - Contém gás sob pressão; pode explodir sob ação do calor.
Frase(s) de precaução:

- **Geral:** P103 - Leia o rótulo antes de utilizar o produto.
- **Prevenção:** P220 - Mantenha/guarde afastado de roupa/ ../materiais combustíveis. P244 - Mantenha válvulas e conexões isentas de óleos e graxas.
- **Resposta à emergência:** P370 + P376 - Em caso de incêndio: Contenha o vazamento se puder ser feito com segurança.
- **Armazenamento:** P403 - Armazene em local bem ventilado. P410 + P403 - Mantenha ao abrigo da luz solar. Armazene em local bem ventilado.
- **Disposição:** P501 - Descarte o conteúdo/recipiente em conformidade com a legislação vigente.

Outros perigos que não resultam em uma classificação: É um asfixiante simples e, em concentrações elevadas, provoca asfixia por redução da concentração de oxigênio do ambiente.
Outras informações: Não disponível

3. Composição e informações sobre os ingredientes

Tipo de produto: Substância

Nome químico comum ou nome técnico: Oxigênio comprimido

Sinônimo: OXIGÊNIO, Oxigênio Industrial, Oxigênio Científico, Oxigênio Medicinal, Oxigênio Pesquisa, Oxigênio UP, Oxigênio Zero, Oxigênio SS(Super Seco), Oxigênio CortLaser.

Nº CAS: 7782-44-7

Esta substância não contém impurezas que contribuam para o perigo.

4. Medidas de primeiros socorros

Medidas de primeiros socorros

- **Inalação:** Os gases podem provocar tontura ou asfixia. Remova a vítima para local ventilado e a mantenha em repouso numa posição que não dificulte a respiração. Monitore a função respiratória. Se necessário aplique respiração artificial. Consulte um médico. Leve esta FISPQ.
- **Contato com a pele:** Em caso de contato do produto na forma pressurizada com a pele, pode ocorrer lesão ou queimadura por congelamento (frostbite). Lave imediatamente a pele exposta com quantidade suficiente de água. Roupas aderidas a pele devem ser descongeladas com água morna antes de serem removidas. Consulte um médico. Leve esta FISPQ.
- **Contato com os olhos:** Em caso de contato do produto na forma pressurizada com os olhos pode ocorrer lesão ou queimadura por congelamento (frostbite). Lave imediatamente os olhos com quantidade suficiente de água, mantendo as pálpebras abertas. No caso de uso de lentes de contato, remova-as, se for fácil. Continue enxaguando. Consulte um médico. Leve esta FISPQ.
- **Ingestão:** É uma maneira improvável de exposição, mas o contato com o líquido pode resultar no congelamento dos lábios e da boca. Havendo o contato, imediatamente banhe o local com água corrente durante 15 minutos no mínimo. Não induza o vômito. Nunca forneça algo por via oral a uma pessoa inconsciente. Procure um médico, leve esta FISPQ.

Sintomas e efeitos mais importantes, agudos ou tardios: Não são esperados sintomas e efeitos após exposição ao produto.

Notas para o médico: Tratamento sintomático. Evite contato com o produto ao socorrer a vítima. Se necessário, o tratamento sintomático deve compreender, sobretudo, medidas de suporte como correção de distúrbios hidroeletrolíticos, metabólicos, além de assistência respiratória.

5. Medidas de combate a incêndio

Meios de extinção apropriados: Apropriados: Compatível com neblina d'água, pó químico seco e dióxido de carbono (CO_2).

Meios de extinção inadequados: Não utilizar jatos de água de forma direta direcionado para o cilindro.

Perigos específicos da substância ou mistura: Pode provocar ou agravar um incêndio; oxidante. Contém gás sob pressão; pode explodir sob ação do calor. Muito perigoso quando exposto a materiais combustíveis, inflamáveis ou explosivos. Os contêineres podem explodir se aquecidos. Combata o incêndio a distância, devido ao risco de explosão. A combustão do produto químico ou de sua embalagem pode formar gases

irritantes e tóxicos como monóxido e dióxido de carbono.

Medidas de proteção da equipe de combate a incêndio: Se a carga estiver envolvida pelo fogo, isolar e evacuar a área em um raio mínimo de 800 metros. Utilizar equipamento de proteção respiratória do tipo autônomo (SCBA) com pressão positiva e vestuário protetor completo. Contêineres e tanques envolvidos no incêndio devem ser resfriados com neblina d'água.

6. Medidas de controle para derramamento ou vazamento

Precauções pessoais, equipamentos de proteção e procedimentos de emergência

- **Para o pessoal que não faz parte dos serviços de emergência:** Impeça fagulhas ou chamas. Não fume. Não toque nos recipientes danificados ou no material derramado sem o uso de vestimentas adequadas. Evite exposição ao produto. Permaneça afastado de áreas baixas, tendo o vento pelas costas. Utilize equipamento de proteção individual conforme descrito na seção 8.
- **Para o pessoal do serviço de emergência:** Utilize EPI completo com óculos de segurança de ampla visão, luvas de segurança de raspa de couro, vestuário protetor adequado e sapatos fechados com biqueira de aço. Em caso de grandes vazamentos, onde a exposição é grande, recomenda-se o uso de equipamento de proteção respiratória do tipo autônomo (SCBA) com pressão positiva.

Precauções ao meio ambiente: Interrompa o vazamento, se isto puder ser feito sem risco.
Métodos e materiais para o estancamento e a contenção: Evacue e ventile a área. Interrompa o fluxo do vazamento, se possível e remova fontes de calor.
Isolamento da área: Guia 122 (ABIQUIM) - Como ação imediata de precaução, isolar o vazamento de fontes de ignição. Evacue a área, num raio de, no mínimo, 100 metros. Mantenha as pessoas não autorizadas afastadas da área. Pare o vazamento, se isso puder ser feito sem risco.
Métodos e materiais para a limpeza: Promova ventilação mecânica e sistema de exaustão direta para o meio exterior. Estas medidas auxiliam na redução da exposição ao produto. Manter as concentrações atmosféricas, dos constituintes do produto, abaixo dos limites de exposição ocupacional indicados.

7. Manuseio e armazenamento

Precauções para manuseio seguro

- **Prevenção da exposição do trabalhador:** Utilizar todos os E.P.I. Proteger os cilindros de danos materiais, não arrastar, não rodar, deslizar ou deixar cair. Usar sempre um equipamento próprio para o transporte/ movimento (mecanico, manual, etc) dos cilindros, mesmo em curtas distâncias. Nunca insira qualquer objeto (ex. chave, chave de fenda, pé de cabra) dentro da abertura do capacete do cilindro; isto pode causar dano a válvula, e conseqüentemente um vazamento. Se a válvula estiver muito dura, descontinue o uso e entre em contato com o seu fornecedor. Feche a válvula do recipiente depois de cada utilização; mantenha fechada mesmo quando vazio.
- **Prevenção de incêndio e explosão:** Mantenha afastado do calor, faísca, chama aberta e superfícies quentes. Não fume. Mantenha o recipiente hermeticamente fechado. Aterre o vaso contentor e receptor do produto durante a transferência. Utilize apenas ferramentas anti-faiscante. Evite o acúmulo de cargas eletrostáticas. Utilize equipamento elétrico, de ventilação e de iluminação à prova de

explosão.

- **Precauções e orientações para o manuseio seguro:** Manuseie em uma área ventilada ou com sistema geral de ventilação/exaustão local. Evite exposição ao produto. É recomendado o monitoramento constante da concentração de oxigênio. Mantenha o protetor de válvula do cilindro (CAP) em sua posição, até o momento do uso. Não abra o cilindro se este apresentar sinais de danos. Evite contato com materiais incompatíveis. Utilize equipamento de proteção individual conforme descrito na seção 8.
- **Medidas de higiene**
  - **Apropriadas:** Lave as mãos e o rosto cuidadosamente após o manuseio e antes de comer, beber, fumar ou ir ao banheiro. Roupas contaminadas devem ser trocadas e lavadas antes de sua reutilização. Remova a roupa e o equipamento de proteção contaminado antes de entrar nas áreas de alimentação.
  - **Inapropriadas:** Comer, beber ou fumar durante a utilização deste produto.

Condições de armazenamento seguro

- **Condições adequadas:** Armazene em local bem ventilado, longe da luz solar e em temperaturaambiente. Mantenha os cilindros na posição vertical, fixados à parede ou em outra estrutura sólida. Mantenha o recipiente fechado e adequadamente identificado. Não é necessária a adição de estabilizantes e antioxidantes para garantir a durabilidade do produto. Este produto pode reagir, de forma perigosa, com alguns materiais incompatíveis conforme destacado na Seção 10.
- **Condições que devem ser evitadas, incluindo qualquer incompatibilidade:** Pode reagir violentamente com substâncias combustíveis e redutoras. Oxida violentamente substâncias orgânicas. Risco de explosão quando em contato com substâncias orgânicas.
- **Materiais para embalagem**
  - **Recomendados:** Semelhante à embalagem original.
  - **Inadequados:** Não disponível

Outras informações: Validade para gases medicinais e gases especiais: 36 meses

8. Controle de exposição e proteção individual

Parâmetros de controle

- **Limites de exposição ocupacional:** OXIGÊNIO: Evitar concentrações acima de 23% e abaixo de 19,5% no ar.
- **Indicadores biológicos:** Não estabelecidos
- **Outros limites e valores:** Não disponível

Medidas de controle de engenharia: Promova ventilação mecânica e sistema de exaustão direta para o meio exterior. Estas medidas auxiliam na redução da exposição ao produto.

Medidas de proteção pessoal

- **Proteção dos olhos/face:** Óculos de segurança de ampla visão.

- **Proteção da pele:** Mangotes e avental de segurança de raspa de couro, vestuário protetor adequado e sapatos fechados com biqueira de aço.
- **Proteção respiratória:** Uma avaliação de risco deve ser realizada para adequada definição da proteção respiratória tendo em vista as condições de uso do produto. Siga orientação do Programa de Prevenção Respiratória (PPR), Fundacentro.
- **Proteção das mãos:** Utilizar luvas de couro (vaqueta ou raspa) para o manuseio de cilindros. Havendo desgaste da luva, esta deve ser trocada imediatamente.
- **Perigos térmicos:** Não apresenta perigos térmicos.

Outras informações: Não disponível

9. Propriedades físicas e químicas

- **Aspecto**
  Estado físico: Gás; **Forma:** Gás comprimido; **Cor:** Incolor
- **Odor:** Inodoro
- **Limite de odor:** Não disponível
- **pH:** Não aplicável
- **Ponto de fusão / ponto de congelamento:** -219°C
- **Ponto de ebulição inicial:** -183 °C
- **Faixa de temperatura de ebulição:** Não disponível
- **Ponto de Fulgor:** Não disponível
- **Taxa de evaporação:** Não disponível
- **Inflamabilidade (sólido; gás):** Não inflamável
- **Limite de inflamabilidade ou explosividade inferior:** Não disponível
- **Limite de inflamabilidade ou explosividade superior:** Não disponível
- **Pressão de vapor:** Não disponível
- **Densidade de vapor:** Não disponível
- **Densidade relativa:** 1,1
- **Solubilidade(s):** Insolúvel em água (39 mg/L)
- **Coeficiente de partição - n-octanol/água:** Não disponível
- **Temperatura de autoignição:** Não disponível
- **Temperatura de decomposição:** Não disponível
- **Viscosidade:** Não disponível
- **Outras informações:** Não disponível

10. Estabilidade e reatividade

Estabilidade química: Estável nas condições de armazenagem e manuseio recomendadas
Reatividade: Recipiente pressurizado. Pode explodir se aquecido

Possibilidade de reações perigosas: Pode reagir violentamente com substâncias combustíveis e redutoras. Oxida violentamente substâncias orgânicas. Risco de explosão se o produto entrar em contato com substâncias orgânicas como madeira e asfalto.

Condições a serem evitadas: Temperaturas elevadas. Fontes de ignição.

Materiais incompatíveis: Materiais inflamáveis, substâncias combustíveis, substâncias redutoras e substâncias orgânicas.

Produtos perigosos da decomposição: Produtos de decomposição perigosos não são conhecidos nas condições de armazenagem recomendadas.

11. Informações toxicológicas

Toxicidade aguda: Não é esperado que o produto apresente toxicidade aguda.

Corrosão/irritação da pele: Não é esperado que o produto provoque irritação à pele.

Lesões oculares graves/irritação ocular: Não é esperado que o produto provoque irritação ocular.

Sensibilização respiratória ou à pele: Não é esperado que o produto provoque sensibilização respiratória ou à pele.

Mutagenicidade em células germinativas: Não é esperado que o produto apresente mutagenicidade em células germinativas.

Carcinogenicidade: Não é esperado que o produto apresente carcinogenicidade.

Toxicidade à reprodução: Não é esperado que o produto apresente toxicidade à reprodução.

Toxicidade para órgãos-alvo específicos - exposição única: Não é esperado que o produto apresente toxicidade ao órgão-alvo específico por exposição única.

Toxicidade para órgãos-alvo específicos - exposição repetida: Não é esperado que o produto apresente toxicidade ao órgão-alvo específico por exposição repetida.

Perigo por aspiração: Não é esperado que o produto apresente perigo por aspiração.

Outras informações: Não disponível.

12. Informações ecológicas

Ecotoxicidade: Não é esperado que o produto apresente ecotoxicidade.

Persistência e degradabilidade: Em função da ausência de dados, espera-se que o produto apresente persistência e não seja rapidamente degradado.

Potencial bioacumulativo: Não é esperado potencial bioacumulativo em organismos aquáticos.

Mobilidade no solo: Não determinada.

Outros efeitos adversos: Não são conhecidos outros efeitos ambientais para este produto.

13. Considerações sobre destinação final

Métodos recomendados para destinação final

- **Produto:** Mantenha os restos do produto em suas embalagens originais e devidamente fechadas. Para descarte, retornar ao fabricante os restos de produto e sua embalagem original.

- **Embalagem usada:** Não reutilize embalagens vazias. Estas podem conter restos do produto e devem ser mantidas fechadas. Após o uso, retornar as embalagens vazias ao fabricante

14. Informações sobre transporte

Regulamentações nacionais e internacionais:

Terrestres:

- **ONU:** 1072
- **Nome apropriado para embarque:** OXIGÊNIO, COMPRIMIDO
- **Classe / Subclasse:** 2.2 - Gases não-inflamáveis, não-tóxicos
- **Risco Subsidiário:** 5.1 - Substâncias oxidantes
- **Número de Risco:** 25
- **Grupo de Embalagem:** NA
- **Nome Técnico:** OXIGÊNIO, COMPRIMIDO
- **Perigoso para o meio ambiente:** Sim
- **Regulamentação terrestre:** Resolução nº 5232 e suas alterações (Agência Nacional de Transportes Terrestres)

Hidroviário:

- **IMDG/GGVSea/ONU:** 1072
- **Classe / Subclasse:** 2.2. - Gases não inflamáveis, não tóxicos
- **Grupo de Embalagem:** NA
- **EmS:** F-C, S-W
- **Nome Técnico:** OXIGÊNIO, COMPRIMIDO
- **Poluente marinho:** Sim
- **Regulamentação hidroviária:** DPC – Diretoria de Portos e Costas (Transporte em águas brasileiras) - Normas de Autoridade Marítima (NORMAM) - NORMAM 01/DPC: Embarcações Empregadas na Navegação em Mar Aberto - NORMAM 02/DPC: Embarcações Empregadas na Navegação Interior IMO – "International Maritime Organization" (Organização Marítima Internacional) - International Maritime Dangerous Goods Code (IMDG Code)

Aéreo:

- **ICAO/IATA/ONU:** 1072
- **Classe / Subclasse:** 2.2. - Gases não inflamáveis, não tóxicos
- **Grupo de Embalagem:** NA
- **Nome Técnico:** OXIGÊNIO, COMPRIMIDO
- **Perigoso para o meio ambiente:** Não
- **Regulamentação aérea:** ANAC – Agência Nacional de Aviação Civil – Resolução nº129 de 8 de dezembro de 2009
  RBAC Nº175 – (REGULAMENTO BRASILEIRO DA AVIAÇÃO CIVIL) –
  TRANSPORTE DE ARTIGOS PERIGOSOS EM AERONAVES CIVIS.
  IS Nº 175-001 – INSTRUÇÃO SUPLEMENTAR – IS

ICAO – "International Civil Aviation Organization" (Organização da Aviação Civil Internacional) – Doc 9284-NA/905

IATA – "International Air Transport Association" (Associação Internacional de Transporte Aéreo) - Dangerous Goods Regulation (DGR)

Regulamentações adicionais: Precauções especiais para o transporte: Os recipientes devem ser transportados na POSIÇÃO VERTICAL, em veículos onde o espaço de carga está separado e não tem contato com a cabine do motorista. Assegurar que o condutor do veículo tenha conhecimento dos riscos potenciais da carga bem como das medidas a tomar em caso de acidente ou emergência. Antes de transportar os recipientes: Garantir ventilação adequada no compartimento de carga. Verifique se os cilindros estão bem fixados. Comprovar que a válvula está fechada e que não tem fugas. Comprovar que o tampão de saída da válvula (quando existente) está corretamente. Comprovar que o dispositivo de proteção da válvula, quando existente, está corretamente instalado

15. Informações sobre regulamentações

Regulamentações específicas de segurança, saúde e meio ambiente para o produto químico:
Resolução nº 5232 e suas alterações (Agência Nacional de Transportes Terrestres)
Decreto Federal no. 2.657 (Ministério do Trabalho e Emprego)
Norma Regulamentadora 26 - Decreto 229 (Ministério do Trabalho e Emprego)
ABNT NBR 14725 Partes 1, 2, 3 e 4.
Norma Regulamentadora 15 (Ministério do Trabalho e Emprego)

16. Outras informações

Informações importantes, mas não especificamente descritas às seções anteriores:
- Quando dois ou mais gases ou gases liquefeitos são misturados, suas propriedades perigosas podem se combinar e criar perigos inesperados e adicionais. Obtenha e avalie as informações de segurança para cada componente antes de produzir a mistura. Consulte um Especialista ou outra pessoa capacitada, quando fizer sua avaliação de segurança do produto final. Antes de usar qualquer plástico, confirme a compatibilidade com este produto.
- Esta FISPQ foi elaborada baseada nos conhecimentos atuais do produto químico e fornece informações quanto à proteção, à segurança, à saúde e ao meio ambiente.

Adverte-se que o manuseio de qualquer substância química requer o conhecimento prévio de seus perigos pelo usuário. Cabe à empresa usuária do produto promover o treinamento de seus empregados e contratados quanto aos possíveis riscos advindos do produto.

Referências: [Purple Book] – ONU – Organização das Nações Unidas
[ECHA] European Chemical Agency. Regulamentos 1907/2006 e 1272/2008. Disponível em:

http://echa.europa.eu/

[HSNO] NOVA ZELÂNDIA. HSNO Chemical Classification and Information Database (CCID). Disponível em: http://www.epa.govt.nz/search-databases/Pages/nzioc-search.aspx

[IFA] ALEMANHA. GESTIS Substance Database. Disponível em: http://gestis-en.itrust.de/nxt/gateway.dll/gestis_en/000000.xml?f=templates$fn=default.htm$3.0

[NITE – National Institute of Technology and Evaluation] JAPÃO. Chemical Management. Disponível em: http://www.safe.nite.go.jp/english/ghs/ghs_index.html

[NIOSH – The National Institute for Ocuupational Safety and Health] ESTADOS UNIDOS. Centers for Disease Control and Prevention. Disponível em: http://www.cdc.gov/niosh/topics/default.html

[ACGIH] – American Conference of Governamental Industrial. Disponível em: https://www.acgih.org/

ISO 11014

Legendas e abreviaturas: ACGIH - American Conference of Governamental Industrial, BCF -Bioconcentration factor ou Fator de bioconcentração, CAS - Chemical Abstracts Service, CE50 ou EC50 - Concentração efetiva 50%, CL50 ou LC50 - Concentração letal 50%, DL50 ou LD50 - Dose letal 50%, DNEL - Derived No-Effect Level, PNEC - Predicted No-Effect Concentration

Nota:https://www.messer-br.com/wp-content/uploads/bsk-pdf-manager/2019/08/OXIG%C3%8ANIO-COMPRIMIDO.pdf

Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
CADASTROS TÉCNICOS FEDERAIS
CERTIFICADO DE REGULARIDADE - CR

Registro n.º	Data da consulta:	CR emitido em:	CR válido até:
8243610	19/02/2025	21/01/2025	21/04/2025

Dados básicos:

CNPJ: 38.425.303/0001-29
Razão Social: BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES
Nome fantasia: BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES
Data de abertura: 11/09/2020

Endereço:

Logradouro: RUA 12 DE OUTUBRO
N.º: 1119 Complemento:
Bairro: CENTRO Município: ALTOS
CEP: 64290-000 UF: PI

Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP

Código	Descrição
18-8	Comércio de produtos químicos e produtos perigosos - Decreto nº 97.634/1989
18-74	Transporte de cargas perigosas - Lei nº 12.305/2010

Conforme dados disponíveis na presente data, CERTIFICA-SE que a pessoa jurídica está em conformidade com as obrigações cadastrais e de prestação de informações ambientais sobre as atividades desenvolvidas sob controle e fiscalização do Ibama, por meio do CTF/APP.

O Certificado de Regularidade emitido pelo CTF/APP não desobriga a pessoa inscrita de obter licenças, autorizações, permissões, concessões, alvarás e demais documentos exigíveis por instituições federais, estaduais, distritais ou municipais para o exercício de suas atividades.

O Certificado de Regularidade emitido pelo CTF/APP não habilita o transporte e produtos e subprodutos florestais e faunísticos.

Chave de autenticação	F8Q5BF9CU6B14332





DOCUMENTOS SOLICITADOS POR DILIGÊNCIA

INSTRUMENTO DE ALTERAÇÃO DE EMPRESÁRIO

BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29

Pelo presente instrumento, o Sr. BRUNO DE SOUSA BORGES, data de nascimento 01/11/1986, natural de Catolé do Rocha/PB, casado, comunhão parcial de bens, brasileiro, motorista, portador de RG nº 3333458 SSDS/PB, e CPF nº 081.214.774-09, residente e domiciliado na Rua Madalena Nunes, 398, Centro, Tianguá/CE, CEP 62320-017, na qualidade de empresário da empresa que gira nesta cidade sob a forma de firma social BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES, com sede na rua 12 de outubro, 1119, Centro, Altos/PI, CEP 64.290-000, cujo ato constitutivo se encontra registrado na Junta Comercial do Estado do Piauí - JUCEPI, com NIRE 22101268244, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 38.425.303/0001-29, Resolve alterar contrato, mediante as seguintes cláusulas:

DO OBJETO (art. 968, IV, CC)

Cláusula Primeira – O Empresário Individual terá por objeto o exercício das seguintes atividades económicas:

Atividade Principal:

4684-2/99 - Comércio atacadista de outros produtos químicos e petroquímicos álcool etílico, soda cáustica, cloro e derivados, oxigênio, água destilada, elementos não-petroquímicos ou carboquímicos cargas e preparados para extintores de incêndio.

Atividades Secundarias:

4930-2/02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional
4322-3/01 - Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás
2014-2/00 - Fabricação de gases industriais
4761-0/03 - Comércio varejista de artigos de papelaria
4930-2/03 - Transporte rodoviário de produtos perigosos
4771-7/01 - Comércio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulação de fórmulas
2110-6/00 - Fabricação de produtos farmoquímicos
7711-0/00 - Locação de automóveis sem condutor
4784-9/00 - Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (glp)
4644-3/01 - Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano
4789-0/99 – Comércio varejista de outros produtos tais como:extintores, exceto para veículos cargas e preparados para incêndio
43.22-3/03- Instalações de sistema de prevenção contra incêndio

Clausula Segunda- DA SEDE (art.968, IV, CC)
Fica alterado o endereço da empresa Rua 12 de Outubro, Nº 1119, Sala A, Centro Cep: 64290-000 Altos-PI.

Clausula Terceira- DO CAPITAL (art.968,II,CC)
O Capital será de R$ 500.000,00 (Quinhentos Mil Reais), totalmente subscrito e integralizado, neste ato, da seguinte forma: R$ 500.000,00 (Quinhentos Mil Reais) em moeda corrente do país.

Clausula Quarta -Todas as clausulas dos documentos anteriormente alcançadas pelo instrumento permanecem em pleno vigor.
E, por está assim constituido, assino o presente instrumento.

Altos, 01 de Fevereiro de 2023.

Bruno de Sousa Borges

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
08121477409	BRUNO DE SOUSA BORGES

JUCEPI

CERTIFICO O REGISTRO EM 03/02/2023 09:26 SOB Nº 20230070893.
PROTOCOLO: 230070892 DE 31/01/2023.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12301480743. CNPJ DA SEDE: 38625303000129.
NIRE: 22101268344. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 01/02/2023.
BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES

LUIZ GONZAGA NOGADO FILHO
PROCURADOR

www.piauidigital.pi.gov.br

A validade deste documento, em impresso, fica sujeita à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, utilizando seus respectivos códigos de verificação.

ALTERAÇAO CONTRATUAL
CNPJ: 38.425.303/0001-29
B DE S BORGES COMERCIO DE GASES LTDA



BRUNO DE SOUSA BORGES, Brasileiro, Casado, Comunhão Parcial, natural da cidade de Catolé do Rocha – PB, nascido em 01/11/1986, Empresário, número do documento 081.214.774-09, **residente** e domiciliado no(a): RUA 12 DE OUTUBRO 1000, CENTRO, Altos - PI, CEP 64290-000 **(art. 997, I, CC)**.

Sócio da sociedade limitada **B DE S BORGES COMERCIO DE GASES LTDA** , sediada na RUA 12 DE OUTUBRO, nº 1119, SALA A, CENTRO, CEP: 64290-000, Altos - PI com registro nessa Junta Comercial, inscrito no CNPJ sob o nº 38.425.303/0001-29 resolve alterar seu contrato sob as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA I: ALTERAÇÃO DA SEDE (art. 997, II, CC)

Alterar o endereço da sede, que passa a localizar-se na RUA 12 DE OUTUBRO, Nº 1119, CENTRO, CEP: 64290-000, Altos - PI.

CLAUSULA II: DEMAIS CLAUSULAS

As demais cláusulas constantes no contrato social e que não tenham sido mencionadas na presente alteração continuam inalteradas.

E por estar assim justo e acertado, assina a presente alteração do contrato social.

Altos - PI, 10 de Agosto de 2024

BRUNO DE SOUSA BORGES
Sócio Administrador

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa B DE S BORGES COMERCIO DE GASES LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
08121477409	BRUNO DE SOUSA BORGES

JUCEPI

CERTIFICO O REGISTRO EM 12/08/2024 11:36 SOB Nº 20240630432.
PROTOCOLO: 240630432 DE 11/08/2024.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12411400900. CNPJ DA SEDE: 38425303000129.
NIRE: 22200685293. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 19/08/2024.
B DE S BORGES COMERCIO DE GASES LTDA

LUIZ GONZAGA ROSADO FILHO
PROCURADOR
www.piauidigital.pi.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeita à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, indicados pelos respectivos códigos de verificação.

MINISTÉRIO DA FAZENDA / Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – SPED

Versão Sped Fiscal: 3.0.3

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

Contribuinte: BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE CASES

CNPJ/CPF: 38.425.303/0001-29 Inscrição Estadual: 196736778 UF: PI

Finalidade do Arquivo: Remessa de arquivo original Perfil: A

Período: 01/01/2023 a 31/01/2023

Hash do Arquivo: 4604F02FDCA1C72664A6BD2E0973E54C

APURAÇÃO DAS OPERAÇÕES PRÓPRIAS

Período de apuração	01/01/2023 a 31/01/2023
Valor total dos débitos por saídas e prestações com débito do imposto	R$ 17.800,87
Valor total dos créditos por entradas e aquisições com crédito do imposto	R$ 2.409,74
Valor total do ICMS a recolher	R$ 15.391,13
Valor total do saldo credor a transportar para o período seguinte	R$ 0,00
Valor recolhidos ou a recolher, extra-apuração	R$ 0,00

O presente recibo de entrega contém a transcrição da identificação da escrituração fiscal digital enviada ao Sistema Público de Escrituração Digital, nos termos do Ajuste Sinief Número 2, de 03 de Abril de 2009.

Esta escrituração fiscal foi assinada com o certificado digital de Nº:

38.425.303/0001-29

CPF: 081.214.774-09

Escrituração recebida via Internet pelo Agente Receptor SERPRO

em 13/02/2023 às 14:59:16

Número do Recibo:

58.11.FB.2B.0E.56.B4.11.F3.C8.7C.FB.F3.B4.7D.8D.85.1C.6A.00-4

Assinatura da transmissão gerada pelo ReceitaNet:

E4.EC.DD.93.F3.0C.BA.20.DD.64.A5.52.6C.03.47.86

MINISTÉRIO DA FAZENDA / Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí

SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL - SPED

Versão Sped Fiscal: 3.0.2

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

Contribuinte: BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES

CNPJ/CPF: 38.425.303/0001-29 Inscrição Estadual: 190136770 UF: PI

Finalidade do Arquivo: Remessa de arquivo original Perfil: A

Período: 01/02/2023 a 28/02/2023

Hash do Arquivo: 9288D4D0907C415404BD48402B6DA11C

APURAÇÃO DO ICMS - OPERAÇÕES PRÓPRIAS

Período de apuração	01/02/2023 a 28/02/2023
Valor total dos débitos por saídas e prestações com débito do imposto	R$ 22.932,97
Valor total dos créditos por entradas e aquisições com crédito do imposto	R$ 1.721,66
Valor total do ICMS a recolher	R$ 21.211,31
Valor total de saldo credor a transportar para o período seguinte	R$ 0,00
Valor recolhido ou a recolher, extra-apuração	R$ 0,00

DEMONSTRAÇÃO DO SALDO DEVEDOR DA APURAÇÃO PRÓPRIA

UF	Período de apuração	Cód.	Valor do saldo credor a transportar para o período seguinte	Valor recolhido ou a recolher	Valor recolhido ou a recolher extra-apuração
PI	01/02/2023 a 28/02/2023	DIFAL	R$ 0,00	R$ 954,82	R$ 0,00
		FCP	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
		DIFAL	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
		FCP	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00

A presente recibo de entrega contém a totalização da escrituração fiscal digital enviada ao Sistema Público de Escrituração Digital, nos termos do Ajuste SINIEF Número 2, de 3 de Abril de 2009.

Escrituração gerada e validada pelo contribuinte:

38.425.303/0001-29

DPF: 081214774-05

Escrituração recebida via internet pelo Agente Receptor SERPRO

em 13/03/2023 às 11:50:40

Número do Recibo:

Assinatura da Nota Fiscal gerada pela Receita Net

MINISTÉRIO DA FAZENDA / Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – SPED

Versão Sped Fiscal 3.0.2

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

Contribuinte: BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES

Finalidade do Arquivo: Remessa do arquivo substituto

Período: 01/03/2023 a 31/03/2023

Hash do Arquivo: B2CA6E03D2B6E380CA719F56B0150B5E

APURAÇÃO DO ICMS - OPERAÇÕES PRÓPRIAS

Período de apuração	01/03/2023 a 31/03/2023
Valor total dos débitos por saídas e prestações com débito do imposto	R$ 25.416,57
Valor total dos créditos por entradas e aquisições com crédito do imposto	R$ 5.026,00
Valor total do ICMS a recolher	R$ 21.182,57
Valor total do saldo credor a transportar para o período seguinte	R$ 0,00
Vlr de deduções ou a recolher total da apuração	R$ 0,00

APURAÇÃO DO ICMS - DIFAL E FCP

UF	Período de apuração	Tipo	Valor do Saldo devedor a recolher para o período seguinte	Valor recolhido ou a recolher	Valor recolhido ou a recolher extra-apuração
PI	01/03/2023 a 31/03/2023	DIFAL	R$ 0,00	R$ 949,11	R$ 0,00
		FCP	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
PI	01/03/2023 a 31/03/2023	DIFAL	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
		FCP	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00

O presente recibo de entrega atende a obrigação de identificação de escrituração fiscal digital exigida ao Sistema Público de Escrituração Digital, nos termos do Ajuste Sinief Número 2, de 03 de Abril de 2009.

Escrituração assinada digitalmente por:
CPF: 061.214.774-09

Escrituração recebida via Internet pelo Ágora Nacional SEFAZ/PI
em 20/04/2023 às 21:00:39

Assinatura da transmissão gerada pelo Receitanet

MINISTÉRIO DA FAZENDA / Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí

SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – SPED — Versão Sped Fiscal: 3.0.4

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

Contribuinte: BRUNO DE B BORGES COMERCIO DE GASES

CNPJ/CPF: 36.425.303/0001-29 **Inscrição Estadual:** 196738776 **UF:** PI

Finalidade do Arquivo: Remessa de arquivo original **Perfil:** A

Período: 01/04/2023 a 30/04/2023

Hash do Arquivo: 3FC0B189FCAE3EAF013C6D2DF6470305

APURAÇÃO DO ICMS OPERAÇÕES PRÓPRIAS	
Período de apuração	01/04/2023 a 30/04/2023
Valor total dos débitos por saídas e prestações com débito do imposto	R$ 25.719,70
Valor total dos créditos por entradas e aquisições com crédito do imposto	R$ 1.513,39
Valor total do ICMS a recolher	R$ 24.206,31
Valor total do saldo credor a transportar para o período seguinte	R$ 0,00
Valor recolhidos ou a recolher, extra-apuração	R$ 0,00

APURAÇÃO DO ICMS - DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA E FCP					
UF	Período de apuração	Tipo	Valor do saldo credor a transportar para o período seguinte	Valor recolhido ou a recolher	Valor recolhido ou a recolher extra-apuração
CE	01/04/2023 a 30/04/2023	DIFAL	R$ 0,00	R$ 1.573,64	R$ 0,00
		FCP	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
PI	01/04/2023 a 30/04/2023	DIFAL	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
		FCP	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00

A presente recibo de entrega contém a transcrição da identificação de escrituração fiscal digital enviada ao Sistema Público de Escrituração Digital, nos termos do Ajuste Sinief Número 2, de 03 de Abril de 2009.

Esta escrituração fiscal foi assinada com o certificado digital de (a):

36.425.303/0001-29

CPF: 091.214.774-09

Número do Recibo:

9D1EA E8 CE DF 44 A5 71 8B 56 A2 D4 27 47 39 8D DF 4E 78 9A 0

Escrituração recebida via Internet pelo Agente Receptor SERPRO

em 13/05/2023 às 17:55:38

Assinatura da transmissão gerada pelo RecebaNet:

97.59.86.8C.82.F1.35.CD.FD.D2.C4.70.53.64.C5.F4

Digitalizado com CamScanner

MINISTÉRIO DA FAZENDA / Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – SPED

Versão Sped Fiscal: 3.0.5

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

Contribuinte: B DE S BORGES COMERCIO De GASES

CNPJ/CPF: 38.425.303/0001-29 Inscrição Estadual: 196739776 UF: PI

Finalidade do Arquivo: Remessa de arquivo original Perfil: A

Período: 01/05/2023 a 31/05/2023

Hash do Arquivo: 0f3662541BE8F40D2CFBFE04A17FE38A

APURAÇÃO DO ICMS - OPERAÇÕES PRÓPRIAS

Período de apuração	01/05/2023 a 31/05/2023
Valor total dos débitos por saídas e prestações com débito do imposto	R$ 31.807,84
Valor total dos créditos por entradas e aquisições com crédito do imposto	R$ 4.382,00
Valor total do ICMS a recolher	R$ 27.425,84
Valor total do saldo credor a transportar para o período seguinte	R$ 0,00
Valor recolhidos ou a recolher, extra-apuração	R$ 0,00

APURAÇÃO DO ICMS - DIFERENCIAL DE ALÍQUOTAS EC

UF	Período de apuração	Tipo	Valor do Saldo credor a transportar para o período seguinte	Valor recolhido ou a recolher	Valor recolhido ou a recolher extra-apuração
CE	01/05/2023 a 31/05/2023	DIFAL	R$ 0,00	R$ 2.341,97	R$ 0,00
		FCP	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
PI	01/05/2023 a 31/05/2023	DIFAL	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
		FCP	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00

O presente recibo de entrega contém a transcrição da identificação da escrituração fiscal digital enviada ao Sistema Público de Escrituração Digital, nos termos do Ajuste SINIEF Número 2, de 03 de Abril de 2009.

Contribuinte sob o nº:
38.425.303/0001-29
CPF: 051.216.774-09

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO
em 15/06/2023 às 13:34:45

Número do Recibo:
[illegible]

Assinatura da transmissão gerada pelo Receptor:
[illegible]

MINISTÉRIO DA FAZENDA / Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – SPED

Versão Sped Fiscal: 3.0.8

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

Contribuinte: B DE S BORGES COMERCIO DE GASES

CNPJ/CPF: 38.425.303/0001-29 **Inscrição Estadual:** 19573775 UF: PI

Tipo/Finalidade de Arquivo: Remessa de arquivo original Perfil: A

Período: 01/06/2023 a 30/06/2023

Recibo do Arquivo: D7F871635111EAD8CFEF8051D07C5DBA1

APURAÇÃO DO ICMS - OPERAÇÕES PRÓPRIAS

Período de apuração	01/06/2023 a 30/06/2023
Valor total dos débitos por saídas e prestações com débito do imposto	R$ 26.188,62
Valor total dos créditos por entradas e aquisições com crédito do imposto	R$ 1.400,70
Valor total do ICMS a recolher	R$ 24.787,92
Valor total do saldo credor a transportar para o período seguinte	R$ 0,00
Valor recolhidos ou a recolher, extra-apuração	R$ 0,00

APURAÇÃO DO ICMS - DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA

UF	Período de apuração	Tipo	Valor do Saldo credor a transportar para o período seguinte	Valor recolhido ou a recolher	Valor recolhido ou a recolher, extra-apuração
PI	01/06/2023 a 30/06/2023	DIFAL	R$ 0,00	R$ 1.987,30	R$ 0,00
		FCP	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
	01/06/2023 a 30/06/2023	DIFAL	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
		FCP	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00

Este recibo de entrega contém a transcrição da identificação da escrituração fiscal digital entregue ao Sistema Público de Escrituração Digital, nos termos do Ajuste SINIEF Número 2, de 03 de Abril de 2009.

Esta escrituração fiscal foi assinada com o certificado digital de nº:

38.425.303/0001-29

UF: 061.274.774-09

Hash do Arquivo:

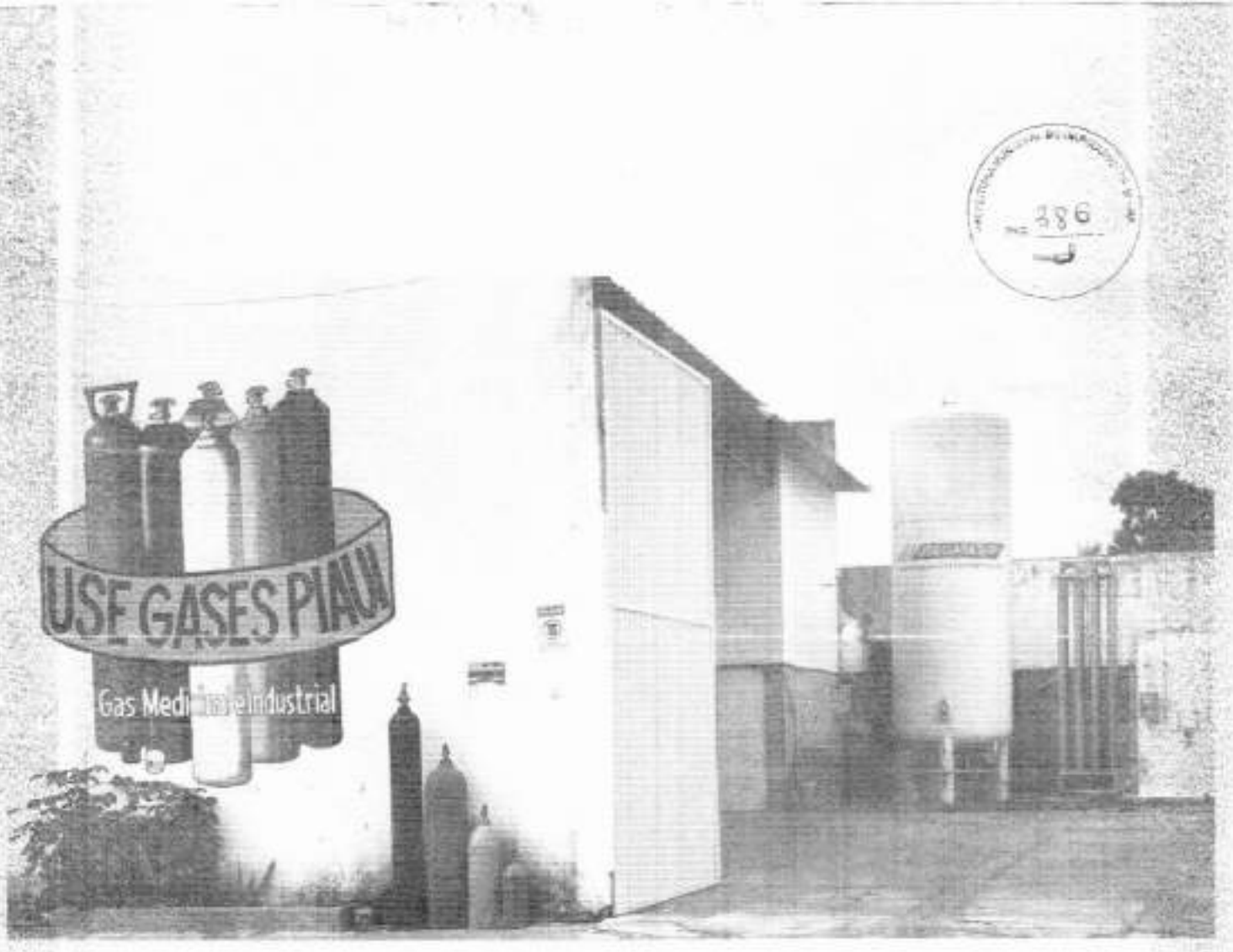
Escrituração recebida via Internet pelo Agente Recebedor SERPRO

em: 17/07/2023 às: 14:56:49

Assinatura da transmissão gerada pelo Receptor:

Digitalizado com CamScanner

386


USE GASES PIAUI
Gas Medicinal e Industrial


USE GASES PIAUI
Gas Medicinal e Industrial

RELATÓRIOS DO SISTEMA





R SOUSA COMERCIO LTDA

CNPJ: 27.517.764/0001-05

(INABILITADA)





HABILITAÇÃO JURÍDICA





REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

Fls. 391

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Fls. 392

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA





RECURSO E DECISÃO DE RECURSO

SHOP GÁS

A G DA CRUZ LTDA
CNPJ: 69.386.324/0001-06 INCS. EST. 12.122.198-9
AV. Paulo Ramos, Nº 57, Bairro Santa Luzia – CEP 65.200-000



194

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, DA CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ITAPECURU MIRIM - MA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025.01.14.0005
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº PE 006/2025

RECORRENTE: A G DA CRUZ LTDA, CNPJ: 69.386.324/0001-06, Endereço: Avenida Paulo Ramos, nº 57, Bairro Santa Luzia, Pinheiro – MA
RECORRIDA: B DE S BORGES COMERCIO DE GASES LTDA, CNPJ nº 38.425.303/0001-29.

A empresa A G DA CRUZ LTDA, CNPJ: 69.386.324/0001-06, Endereço: Avenida Paulo Ramos, nº 57, Bairro Santa Luzia, Pinheiro – MA, vêm, tempestiva e respeitosamente à presença de Vossa Excelência, e nos termos dos itens 7. e 7.8. seguintes do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE 006/2024. e do art. 165, da Lei 14.133/2021, interpor

RECURSO ADMINISTRATIVO

Contra a Respeitável decisão lavrada na Ata da Reunião de Licitação, que que HABILITOU, a RECORRIDA no procedimento licitatório em virtude de descumprimento ao disposto no item 7.8 do EDITAL", requerendo se digne Vossa Excelência mandar processá-lo para que possa ser apreciado até a última instância.

Requer seja recebido o presente Recurso no seu efeito suspensivo, e que haja o devido juízo de retratação por parte do Pregoeiro e Equipe de Apoio.

Não havendo retratação da decisão por parte da Comissão, requer seja o Recurso remetido à Autoridade Superior, para o devido julgamento, nos termos da lei:

Requer ainda, que seja deferido o pedido.

Com a juntada desta aos autos,

Apresenta as citadas Razões, fazendo nos termos a seguir.

Termo em que,
Pede e espera Deferimento.
Pinheiro (MA), 12 de março de 2025

ANTONIA GEOVANDA DA CRUZ:40643387315
Assinado de forma digital por ANTONIA GEOVANDA DA CRUZ:40643387315
Dados: 2025.03.12 12:38:23 -03'00'

A G DA CRUZ LTDA
Antonia Geovanda da Cruz
CPF 406.433.873-15

Fone/Fax (98) 3381-2761 / CEL 98192-2299
E-mail: shopgas@yahoo.com.br
Pinheiro – MA

SHOP GÁS

A G DA CRUZ LTDA
CNPJ: 69.386.324/0001-06 INCS. EST. 12.122.198-9
AV. Paulo Ramos, N° 57, Bairro Santa Luzia – CEP 65.200-000



395

DAS RAZÕES RECURSAIS

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 2025.01.14.0005
PREGÃO ELETRÔNICO SRP N° PE 006/2025

RECORRENTE: A G DA CRUZ LTDA, CNPJ: 69.386.324/0001-06, Endereço: Avenida Paulo Ramos, n° 57, Bairro Santa Luzia, Pinheiro – MA
RECORRIDA: B DE S BORGES COMERCIO DE GASES LTDA, CNPJ n° 38.425.303/0001-29.

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO!
DIGNÍSSIMA AUTORIDADE SUPERIOR.

I - DA DECISÃO RECORRIDA

A empresa A G DA CRUZ LTDA, CNPJ: 69.386.324/0001-06, apresentou proposta no valor de R$ 39,00 nos Itens 6 e 7, no âmbito do Pregão Eletrônico n° PE 006/2025, cujo valor estimado pela Administração é de R$ 99,15 nos referidos itens. No entanto, sua proposta foi recusada pela Comissão de Licitação sob a justificativa de que não foi apresentada a comprovação de exequibilidade, conforme previsto no item 7.8 do edital. No entanto, diverge do Presente Edital a decisão do Nobre Pregoeiro, conforme veremos nas razões apresentadas.

II - DAS RAZÕES PARA REFORMA DA DECISÃO

Da Interpretação do Item 7.8 do Edital

O item 7.8 do edital estabelece que, para bens e serviços em geral, valores inferiores a 70% do valor orçado pela Administração são considerados indícios de inexequibilidade. A proposta da Recorrente, no valor de R$ 39,00 nos itens 6 e 7, corresponde a 60,66% do valor estimado (R$ 99,15 nos referidos itens 6 e 7), portanto, encontra-se dentro da margem estabelecida pelo edital.

ANTONIA GEOVANDA DA CRUZ:80643387315 Assinado de forma digital por ANTONIA GEOVANDA DA CRUZ:80643387315 Dados: 2025.01.13 13:56:52 -03'00'

Fone/Fax (98) 3381-2761 / CEL 98192-2299
E-mail: shopgas@yahoo.com.br
Pinheiro – MA



Pág: _____

Ass: _____

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU-MIRIM
CNPJ Nº 05.648.696/0001-80

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

7.5.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

I. Contiver vícios insanáveis;

II. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

III. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

IV. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

V. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas com valores inferiores a 70% (setenta por cento) do valor orçado pela Administração.

Da Exigência de Comprovação de Exequibilidade O item 7.8.1 do edital

prevê que a inexequibilidade só poderá ser considerada após diligência do pregoeiro, que deve comprovar que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta e que inexistem custos de oportunidade capazes de justificar o valor ofertado. A Recorrente foi notificada para apresentar tal comprovação, mas não sendo necessária visto que no Edital tal dispositivo está permitindo, tendo sua proposta sido sumariamente recusada, o que contraria o procedimento legal previsto.

Da Competitividade e da Isonomia

A aceitação da proposta da empresa B DE S BORGES COMERCIO DE GASES LTDA, no valor de R$ 49,00 nos itens 6 e 7 que é significativamente superior à da Recorrente, compromete os princípios da competitividade e da isonomia no certame. A proposta da Recorrente, além de ser economicamente mais vantajosa para a Administração, não foi analisada de forma adequada conforme as exigências do edital.

ANTONIA GEOVANDA DA CRUZ:40643387315

Assinado de forma digital por ANTONIA GEOVANDA DA CRUZ:40643387315
Dados: 2023.03.13 12:38:44 -03'00'

SHOP GÁS

A G DA CRUZ LTDA
CNPJ: 69.386.324/0001-06 INCS. EST. 12.122.198-9
AV. Paulo Ramos, Nº 57, Bairro Santa Luzia – CEP 65.200-000



III - DOS PEDIDOS

Diante dos fatos e fundamentos expostos, requer-se:

a) O conhecimento e provimento do presente recurso, com a consequente reclassificação da empresa : A G DA CRUZ LTDA, no certame licitatório;

b) A suspensão do processo licitatório até a decisão final deste recurso;

c) A retratação da decisão que habilitou a empresa B DE S BORGES COMERCIO DE GASES LTDA, considerando a necessidade de avaliação justa e equânime das propostas apresentadas.

Não havendo retratação, seja o recurso remetido à Autoridade Superior, a fim de que essa lhe dê provimento.

Ao final, seja DECLARADA a RECORRENTE, vencedora do CERTAME, nos itens apresentados.

IV - REQUERIMENTOS FINAIS

Protesta A RECORRENTE pela produção de todas as provas em direito admitidas. Por oportuno, requer que seja habilitado nos autos, na forma e para os devidos fins legais.

Termo em que,
Pede e espera Deferimento.
Pinheiro (MA), 12 de março de 2025

ANTONIA GEOVANDA DA CRUZ:40643387315
Assinado de forma digital por ANTONIA GEOVANDA DA CRUZ:40643387315
Dados: 2025.03.12 12:39:31 -03'00'

A G DA CRUZ LTDA
Antonia Geovanda da Cruz
CPF 406.433.873-15

Fone/Fax (98) 3381-2761 / CEL 98192-2299
E-mail: shopgas@yahoo.com.br
Pinheiro – MA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU-MIRIM
CNPJ Nº 05.648.696/0001-80

PARECER DO RECURSO ADMINISTRATIVO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 2025.01.14.0005
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 006/2025

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE RECARGAS DE GASES MEDICINAIS GÁS OXIGÊNIO E AR COMPRIMIDO E ACESSÓRIOS UMIDIFICADOR E REGULADOR COM FLUXÔMETRO – PARA USO NA ASSISTÊNCIA VENTILATÓRIA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAPECURU MIRIM/MA.

RECORRENTE: A G DA CRUZ LTDA.

Trata-se de Recurso Administrativo interposto pela licitante A G DA CRUZ LTDA, com fundamento no item 11 do Edital, respaldado na lei nº 14.133/21, por meio de seus representantes legais, em face da decisão da Pregoeira que julgou os documentos de PROPOSTA e HABILITAÇÃO, referente ao Edital do Pregão Eletrônico 006/2025.

Em tempo, informamos que a Pregoeira, se ateve aos itens apontados no recurso, não entrando no mérito das fases já concluídas.

I. DA TEMPESTIVIDADE

Em virtude da empresa recorrente ter manifestado a intenção de recurso dentro do prazo de 10 (dez) minutos no sistema do Pregão Eletrônico, sendo esta aceita pela Pregoeira. A recorrente anexou seu recurso, dentro do prazo de 03 (três) dias úteis preconizado no item 11.2. do Edital, e reconhecemos que a peça recursal interposta é TEMPESTIVA. Assim, a Pregoeira CONHECE o Recurso Administrativo ora apresentado.

II. DO PEDIDO DA RECORRENTE

Sobre os argumentos apresentados, iremos enumerar cada ponto para melhor compreensão e resposta a tais.

399

a) Não obrigatoriedade de apresentação de composição de custos.

III. DA ANÁLISE DO RECURSO

De início, devemos lembrar alguns princípios norteadores das licitações, primeiramente citando o da **vinculação ao instrumento convocatório.**

O princípio da vinculação ao instrumento convocatório é corolário do princípio da legalidade e da objetividade das determinações habilitatórias. Ele impõe à Administração e ao licitante a observância das normas estabelecidas no Edital de forma objetiva, mas sempre velando pelo princípio da competitividade.

Dessa maneira é princípio que vincula tanto a Administração quanto os interessados, desde que, como salientado, as regras editalícias estejam em conformidade com a lei e a Constituição. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Ante o exposto, convém ressaltar inicialmente que o Edital, seus anexos, bem como todos os atos praticados pela Administração Pública, passaram pelo rigoroso crivo jurídico do Município, tendo respaldo quanto aos requisitos de legalidade das disposições ali contidas.

Os princípios da vantajosidade, finalidade, razoabilidade e competitividade nas licitações são alguns dos princípios que regem os processos de contratação pública no Brasil. Eles visam garantir que a Administração Pública obtenha a melhor proposta para atender ao interesse coletivo.

O princípio da vantajosidade significa que a Administração deve escolher a proposta que ofereça a melhor relação custo-benefício para o cumprimento do objeto contratado. A vantajosidade não se limita ao aspecto financeiro, mas também envolve critérios técnicos, ambientais e sociais.

O princípio da finalidade significa que a licitação deve ter um objetivo claro e definido, que atenda ao interesse público e à necessidade da Administração. A finalidade deve ser compatível com os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade e eficiência.

O princípio da razoabilidade significa que a Administração deve agir com bom senso e proporcionalidade na condução da licitação. A razoabilidade impede que sejam adotadas exigências excessivas ou desnecessárias que possam restringir a participação dos interessados ou comprometer o caráter competitivo do certame.

O princípio da competitividade significa que a licitação deve ser aberta à participação de todos os interessados que preencham os requisitos estabelecidos no edital. O princípio da competitividade visa ampliar as opções de escolha da Administração e garantir a proposta mais vantajosa para o interesse público.

Sobre a alegação da recorrente, transcrevemos a seguir:

> O item 7.8 do edital estabelece que, para bens e serviços em geral, valores inferiores a 70% do valor orçado pela Administração são considerados indícios de inexequibilidade. A proposta da Recorrente, no valor de R$ 39,00 nos itens 6 e 7, corresponde a 60,66% do valor estimado (R$ 99,15 nos referidos itens 6 e 7), portanto, encontra-se dentro da margem estabelecida pelo edital.

Vejamos a previsão editalícia:

> 7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas com valores inferiores a 70% (setenta por cento) do valor orçado pela Administração.

> 7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
> I. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
> II. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

Em uma interpretação gramatical simples, fica claro que houve um erro de interpretação da recorrente, confundindo valor estimado de desconto sobre o valor estimado. Os "70% abaixo do valor" referem-se às propostas cujo valor final é inferior a 70% do valor estimado. Isso significa que o desconto aplicado foi superior a 30%. Gramaticalmente, a expressão não indica um desconto maior que 70%, mas sim que o valor final da proposta ficou abaixo de 70% do estimado, ou seja, foi concedido um desconto superior a 30%

Desta forma, seguindo os princípios da vantajosidade, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e legalidade, esta Pregoeira mantém a decisão consignada na ata da sessão de licitação que classificou a empresa melhor classificada no certame.

IV. DA DECISÃO

Ante o todo acima aludido, **opina** a Pregoeira por, **NÃO DAR PROVIMENTO** aos recursos interpostos, mantendo assim a decisão em sessão.

Itapecuru-Mirim/MA, 20 de março de 2025.

Documento assinado digitalmente
gov.br JAINNE LOPES MAGALHAES
Data: 20/03/2025 11:11:07-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

JAINNE LOPES MAGALHÃES
Pregoeira

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU-MIRIM
CNPJ Nº 05.648.696/0001-80

Fls 402

JULGAMENTO DO RECURSO ADMINISTRATIVO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 2025.01.14.0005
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 006/2025

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE RECARGAS DE GASES MEDICINAIS GÁS OXIGÊNIO E AR COMPRIMIDO E ACESSÓRIOS UMIDIFICADOR E REGULADOR COM FLUXÔMETRO – PARA USO NA ASSISTÊNCIA VENTILATÓRIA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAPECURU MIRIM/MA.

RECORRENTE: A G DA CRUZ LTDA

Pelas Razões e argumentos manifestados, acolho, pelos seus próprios fundamentos, o parecer exposto pela Pregoeira Oficial, **NÃO DANDO PROVIMENTO AOS RECURSOS**, interpostos e mantendo a decisão proferida na sessão pública.

Itapecuru-Mirim/MA, 20 de março de 2025.

João Marcelo Fonsêca Silva
Secretaria Municipal de Saúde

Fls. 407

RELATÓRIOS SISTEMA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 202501140005/2025

PREGÃO Nº. 006/2025

A(O) Prefeitura Municipal de Itapecuru Mirim/MA, CNPJ: 05.648.696/0001-80, neste ato representado pela(o) Autoridade Competente, Sr(a). João Marcelo Fonsêca Silva, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação da modalidade pregão, Nº 006/2025, Processo Administrativo nº 202501140005/2025, Amparo legal Lei 14.133/2021, Art. 28, I, a ser realizado na Plataforma de Licitações Eletrônicas Licita Itapecuru Mirim.

Detalhes do Processo:

ID do processo: 2497
Objeto: Registro de preço para aquisição de recargas de gases medicinais gás oxigênio e ar comprimido e acessórios umidificador e regulador com fluxômetro - para uso na assistência ventilatória para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Itapecuru Mirim/MA.
Data de Publicação: 12/02/2025 17:08:01
Data da disputa/Fim do envio de propostas: 26/02/2025 09:00:00
Critério de julgamento: Menor Preço
Modo de disputa: Aberto
Valor total do processo: R$ 318.012,75

Consulte o processo em: https://app2-compras.licitaitapecurumirimma.com.br/pesquisa/2497

João Marcelo Fonsêca Silva - Autoridade Competente

Prefeitura Municipal de Itapecuru Mirim/MA, 20 de Março de 2025.

ATA DE PROPOSTAS ENVIADAS

PREGÃO Nº. **006/2025**
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. **202501140005/2025**

Registro de Preços

Relação de propostas enviadas pelos fornecedores que participaram dos lotes abaixo relacionados.

Lote 1
RECARGA DE AR MEDICINAL (COMPRIMIDO) - CILINDRO DE 1 M³

Fornecedor: PARMAGASES COMERCIO DE GASES E SERVICOS LTDA	**CNPJ/CPF:** 32.754.143/0001-85
Email:	**Telefone:**
Data/hora de envio 25/02/2025 21:01:18	**Avaliação da proposta:** Classificado

Descrição Comprador

1 - RECARGA DE AR MEDICINAL (COMPRIMIDO) - CILINDRO DE 1 M³

Descrição do Fornecedor	Quantidade	Unidade de Medida	Unitário Proposto
RECARGA DE AR MEDICINAL (COMPRIMIDO) - CILINDRO DE 1 M³	30,00	M³	210,68

Marca: MARCA PROPRIA **Fabricante:** MARCA PROPRIA **Modelo:** PROPRIO

Fornecedor: A G DA CRUZ LTDA	**CNPJ/CPF:** 69.386.324/0001-06
Email:	**Telefone:**
Data/hora de envio 26/02/2025 08:50:58	**Avaliação da proposta:** Classificado

Descrição Comprador

1 - RECARGA DE AR MEDICINAL (COMPRIMIDO) - CILINDRO DE 1 M³

Descrição do Fornecedor	Quantidade	Unidade de Medida	Unitário Proposto
RECARGA DE AR MEDICINAL (COMPRIMIDO) - CILINDRO DE 1 M³	30,00	M³	210,68

Marca: AIR LIQUIDE **Fabricante:** AIR LIQUIDE **Modelo:**

Fornecedor: BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES	**CNPJ/CPF:** 38.425.303/0001-29
Email:	**Telefone:**
Data/hora de envio 25/02/2025 16:41:58	**Avaliação da proposta:** Classificado

Descrição Comprador

1 - RECARGA DE AR MEDICINAL (COMPRIMIDO) - CILINDRO DE 1 M³

Descrição do Fornecedor	Quantidade	Unidade de Medida	Unitário Proposto
RECARGA DE AR MEDICINAL (COMPRIMIDO) - CILINDRO DE 1 M³	30,00	M³	210,00

Marca: Fort Gás **Fabricante:** Fort Gás **Modelo:** Fort Gás

Fornecedor: R SOUSA COMERCIO LTDA	**CNPJ/CPF:** 27.517.764/0001-05
Email:	**Telefone:**
Data/hora de envio 26/02/2025 07:45:42	**Avaliação da proposta:** Classificado

Descrição Comprador

1 - RECARGA DE AR MEDICINAL (COMPRIMIDO) - CILINDRO DE 1 M³

Descrição do Fornecedor	Quantidade	Unidade de Medida	Unitário Proposto
RECARGA DE AR MEDICINAL (COMPRIMIDO) - CILINDRO DE 1 M³	30,00	M³	200,00

Marca: Messer **Fabricante:** Messer **Modelo:**

Lote 2
RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 1/2 M³

Fornecedor: PARMAGASES COMERCIO DE GASES E SERVICOS LTDA	**CNPJ/CPF:** 32.754.143/0001-85
Email:	**Telefone:**
Data/hora de envio 25/02/2025 21:01:18	**Avaliação da proposta:** Classificado

Descrição Comprador

2 - RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 1/2 M³

Descrição do Fornecedor	Quantidade	Unidade de Medida	Unitário Proposto
RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 1/2 M³	25,00	M³	192,30

Marca: MARCA PROPRIA **Fabricante:** MARCA PROPRIA **Modelo:** PROPRIO

Fornecedor: A G DA CRUZ LTDA	**CNPJ/CPF:** 69.386.324/0001-06
Email:	**Telefone:**
Data/hora de envio 26/02/2025 08:50:58	**Avaliação da proposta:** Classificado

Descrição Comprador

2 - RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 1/2 M³

Descrição do Fornecedor	Quantidade	Unidade de Medida	Unitário Proposto
RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 1/2 M³	25,00	M³	192,30

Marca: AIR LIQUIDE **Fabricante:** AIR LIQUIDE **Modelo:**

Fornecedor: BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES	**CNPJ/CPF:** 38.425.303/0001-29
Email:	**Telefone:**
Data/hora de envio 25/02/2025 16:41:58	**Avaliação da proposta:** Classificado

Descrição Comprador

2 - RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 1/2 M³

Descrição do Fornecedor	Quantidade	Unidade de Medida	Unitário Proposto
RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 1/2 M³	25,00	M³	192,00

Marca: Fort Gás **Fabricante:** Fort Gás **Modelo:** Fort Gás

Fornecedor: R SOUSA COMERCIO LTDA	**CNPJ/CPF:** 27.517.764/0001-05
Email:	**Telefone:**
Data/hora de envio 26/02/2025 07:45:42	**Avaliação da proposta:** Classificado

Descrição Comprador

2 - RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 1/2 M³

Descrição do Fornecedor	Quantidade	Unidade de Medida	Unitário Proposto
RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 1/2 M³	25,00	M³	190,00

Marca: Messer	**Fabricante:** Messer	**Modelo:**



Lote 3
RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 1 M³

Fornecedor: PARMAGASES COMERCIO DE GASES E SERVICOS LTDA	**CNPJ/CPF:** 32.754.143/0001-85
Email:	**Telefone:**
Data/hora de envio 25/02/2025 21:01:18	**Avaliação da proposta:** Classificado

Descrição Comprador

3 - RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 1 M³

Descrição do Fornecedor	Quantidade	Unidade de Medida	Unitário Proposto
RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 1 M³	40,00	M³	197,11

Marca: MARCA PROPRIA **Fabricante:** MARCA PROPRIA **Modelo:** PROPRIO

Fornecedor: A G DA CRUZ LTDA	**CNPJ/CPF:** 69.386.324/0001-06
Email:	**Telefone:**
Data/hora de envio 26/02/2025 08:50:58	**Avaliação da proposta:** Classificado

Descrição Comprador

3 - RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 1 M³

Descrição do Fornecedor	Quantidade	Unidade de Medida	Unitário Proposto
RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 1 M³	40,00	M³	197,11

Marca: AIR LIQUIDE **Fabricante:** AIR LIQUIDE **Modelo:**

Fornecedor: BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES	**CNPJ/CPF:** 38.425.303/0001-29
Email:	**Telefone:**
Data/hora de envio 25/02/2025 16:41:58	**Avaliação da proposta:** Classificado

Descrição Comprador

3 - RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 1 M³

Descrição do Fornecedor	Quantidade	Unidade de Medida	Unitário Proposto
RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 1 M³	40,00	M³	197,00

Marca: Fort Gás **Fabricante:** Fort Gás **Modelo:** Fort Gás

Fornecedor: R SOUSA COMERCIO LTDA	**CNPJ/CPF:** 27.517.764/0001-05
Email:	**Telefone:**
Data/hora de envio 26/02/2025 07:45:42	**Avaliação da proposta:** Classificado

Descrição Comprador

3 - RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 1 M³

Descrição do Fornecedor	Quantidade	Unidade de Medida	Unitário Proposto
RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 1 M³	40,00	M³	197,00

Marca: Messer **Fabricante:** Messer **Modelo:**

Lote 4
RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 3,5M³

Fornecedor: PARMAGASES COMERCIO DE GASES E SERVICOS LTDA	**CNPJ/CPF:** 32.754.143/0001-85
Email:	**Telefone:**
Data/hora de envio 25/02/2025 21:01:18	**Avaliação da proposta:** Classificado

Descrição Comprador

4 - RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 3,5M³

Descrição do Fornecedor	Quantidade	Unidade de Medida	Unitário Proposto
RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 3,5M³	140,00	M³	239,50

Marca: MARCA PROPRIA **Fabricante:** MARCA PROPRIA **Modelo:** PROPRIO

Fornecedor: A G DA CRUZ LTDA	**CNPJ/CPF:** 69.386.324/0001-06
Email:	**Telefone:**
Data/hora de envio 26/02/2025 08:50:58	**Avaliação da proposta:** Classificado

Descrição Comprador

4 - RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 3,5M³

Descrição do Fornecedor	Quantidade	Unidade de Medida	Unitário Proposto
RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 3,5M³	140,00	M³	239,50

Marca: AIR LIQUIDE **Fabricante:** AIR LIQUIDE **Modelo:**

Fornecedor: BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES	**CNPJ/CPF:** 38.425.303/0001-29
Email:	**Telefone:**
Data/hora de envio 25/02/2025 16:41:58	**Avaliação da proposta:** Classificado

Descrição Comprador

4 - RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 3,5M³

Descrição do Fornecedor	Quantidade	Unidade de Medida	Unitário Proposto
RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 3,5M³	140,00	M³	239,00

Marca: Fort Gás **Fabricante:** Fort Gás **Modelo:** Fort Gás

Fornecedor: R SOUSA COMERCIO LTDA	**CNPJ/CPF:** 27.517.764/0001-05
Email:	**Telefone:**
Data/hora de envio 26/02/2025 07:45:42	**Avaliação da proposta:** Classificado

Descrição Comprador

4 - RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 3,5M³

Descrição do Fornecedor	Quantidade	Unidade de Medida	Unitário Proposto
RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 3,5M³	140,00	M³	238,00

Marca: Messer **Fabricante:** Messer **Modelo:**

Lote 5
RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 2 M³

Fornecedor: PARMAGASES COMERCIO DE GASES E SERVICOS LTDA	**CNPJ/CPF:** 32.754.143/0001-85
Email:	**Telefone:**
Data/hora de envio 25/02/2025 21:01:18	**Avaliação da proposta:** Classificado

Descrição Comprador
5 - RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 2 M³

Descrição do Fornecedor	Quantidade	Unidade de Medida	Unitário Proposto
RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 2 M³	200,00	M³	168,65
Marca: MARCA PROPRIA **Fabricante:** MARCA PROPRIA **Modelo:** PROPRIO			

Fornecedor: A G DA CRUZ LTDA	**CNPJ/CPF:** 69.386.324/0001-06
Email:	**Telefone:**
Data/hora de envio 26/02/2025 08:50:58	**Avaliação da proposta:** Classificado

Descrição Comprador
5 - RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 2 M³

Descrição do Fornecedor	Quantidade	Unidade de Medida	Unitário Proposto
RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 2 M³	200,00	M³	168,65
Marca: AIR LIQUIDE **Fabricante:** AIR LIQUIDE **Modelo:**			

Fornecedor: BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES	**CNPJ/CPF:** 38.425.303/0001-29
Email:	**Telefone:**
Data/hora de envio 25/02/2025 16:41:58	**Avaliação da proposta:** Classificado

Descrição Comprador
5 - RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 2 M³

Descrição do Fornecedor	Quantidade	Unidade de Medida	Unitário Proposto
RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 2 M³	200,00	M³	168,00
Marca: Fort Gás **Fabricante:** Fort Gás **Modelo:** Fort Gás			

Fornecedor: R SOUSA COMERCIO LTDA	**CNPJ/CPF:** 27.517.764/0001-05
Email:	**Telefone:**
Data/hora de envio 26/02/2025 07:45:42	**Avaliação da proposta:** Classificado

Descrição Comprador
5 - RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 2 M³

Descrição do Fornecedor	Quantidade	Unidade de Medida	Unitário Proposto
RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 2 M³	200,00	M³	168,00
Marca: Messer **Fabricante:** Messer **Modelo:**			

Lote 6
RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 7 M³

Fornecedor: PARMAGASES COMERCIO DE GASES E SERVICOS LTDA	**CNPJ/CPF:** 32.754.143/0001-85
Email:	**Telefone:**
Data/hora de envio 25/02/2025 21:01:18	**Avaliação da proposta:** Classificado

Descrição Comprador
6 - RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 7 M³

Descrição do Fornecedor	Quantidade	Unidade de Medida	Unitário Proposto

RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 7 M³	788,00	M³	99,15
Marca: MARCA PROPRIA	**Fabricante:** MARCA PROPRIA	**Modelo:** PROPRIO	

Fornecedor: A G DA CRUZ LTDA	**CNPJ/CPF:** 69.386.324/0001-06
Email:	**Telefone:**
Data/hora de envio 26/02/2025 08:50:58	**Avaliação da proposta:** Classificado
Descrição Comprador	
6 - RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 7 M³	

Descrição do Fornecedor	Quantidade	Unidade de Medida	Unitário Proposto
RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 7 M³	788,00	M³	99,15
Marca: AIR LIQUIDE	**Fabricante:** AIR LIQUIDE	**Modelo:**	

Fornecedor: BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES	**CNPJ/CPF:** 38.425.303/0001-29
Email:	**Telefone:**
Data/hora de envio 25/02/2025 16:41:58	**Avaliação da proposta:** Classificado
Descrição Comprador	
6 - RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 7 M³	

Descrição do Fornecedor	Quantidade	Unidade de Medida	Unitário Proposto
RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 7 M³	788,00	M³	99,00
Marca: Fort Gás	**Fabricante:** Fort Gás	**Modelo:** Fort Gás	

Fornecedor: R SOUSA COMERCIO LTDA	**CNPJ/CPF:** 27.517.764/0001-05
Email:	**Telefone:**
Data/hora de envio 26/02/2025 07:45:42	**Avaliação da proposta:** Classificado
Descrição Comprador	
6 - RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 7 M³	

Descrição do Fornecedor	Quantidade	Unidade de Medida	Unitário Proposto
RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 7 M³	788,00	M³	99,00
Marca: Messer	**Fabricante:** Messer	**Modelo:**	

Lote 7
RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 7 M³

Fornecedor: PARMAGASES COMERCIO DE GASES E SERVICOS LTDA	**CNPJ/CPF:** 32.754.143/0001-85
Email:	**Telefone:**
Data/hora de envio 25/02/2025 21:01:18	**Avaliação da proposta:** Classificado
Descrição Comprador	
7 - RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 7 M³	

Descrição do Fornecedor	Quantidade	Unidade de Medida	Unitário Proposto
RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 7 M³	262,00	M³	99,15
Marca: MARCA PROPRIA	**Fabricante:** MARCA PROPRIA	**Modelo:** PROPRIO	

Fornecedor: A G DA CRUZ LTDA	**CNPJ/CPF:** 69.386.324/0001-06
Email:	**Telefone:**

Data/hora de envio 26/02/2025 08:50:58	**Avaliação da proposta:** Classificado
Descrição Comprador	
7 - RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 7 M³	

Descrição do Fornecedor	Quantidade	Unidade de Medida	Unitário Proposto
RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 7 M³	262,00	M³	99,15
Marca: AIR LIQUIDE **Fabricante:** AIR LIQUIDE **Modelo:**			

Fornecedor: BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES	**CNPJ/CPF:** 38.425.303/0001-29
Email:	**Telefone:**
Data/hora de envio 25/02/2025 16:41:58	**Avaliação da proposta:** Classificado
Descrição Comprador	
7 - RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 7 M³	

Descrição do Fornecedor	Quantidade	Unidade de Medida	Unitário Proposto
RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 7 M³	262,00	M³	99,00
Marca: Fort Gás **Fabricante:** Fort Gás **Modelo:** Fort Gás			

Fornecedor: R SOUSA COMERCIO LTDA	**CNPJ/CPF:** 27.517.764/0001-05
Email:	**Telefone:**
Data/hora de envio 26/02/2025 07:45:42	**Avaliação da proposta:** Classificado
Descrição Comprador	
7 - RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 7 M³	

Descrição do Fornecedor	Quantidade	Unidade de Medida	Unitário Proposto
RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 7 M³	262,00	M³	99,00
Marca: Messer **Fabricante:** Messer **Modelo:**			

Lote 8
RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 10 M³

Fornecedor: PARMAGASES COMERCIO DE GASES E SERVICOS LTDA	**CNPJ/CPF:** 32.754.143/0001-85
Email:	**Telefone:**
Data/hora de envio 25/02/2025 21:01:18	**Avaliação da proposta:** Classificado
Descrição Comprador	
8 - RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 10 M³	

Descrição do Fornecedor	Quantidade	Unidade de Medida	Unitário Proposto
RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 10 M³	900,00	M³	102,92
Marca: MARCA PROPRIA **Fabricante:** MARCA PROPRIA **Modelo:** PROPRIO			

Fornecedor: A G DA CRUZ LTDA	**CNPJ/CPF:** 69.386.324/0001-06
Email:	**Telefone:**
Data/hora de envio 26/02/2025 08:50:58	**Avaliação da proposta:** Classificado
Descrição Comprador	
8 - RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 10 M³	

Descrição do Fornecedor	Quantidade	Unidade de Medida	Unitário Proposto
RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 10 M³	900,00	M³	102,92
Marca: AIR LIQUIDE	**Fabricante:** AIR LIQUIDE	**Modelo:**	

Fornecedor: BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES	**CNPJ/CPF:** 38.425.303/0001-29
Email:	**Telefone:**
Data/hora de envio 25/02/2025 16:41:58	**Avaliação da proposta:** Classificado
Descrição Comprador	
8 - RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 10 M³	

Descrição do Fornecedor	Quantidade	Unidade de Medida	Unitário Proposto
RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 10 M³	900,00	M³	102,00
Marca: Fort Gás	**Fabricante:** Fort Gás	**Modelo:** Fort Gás	

Fornecedor: R SOUSA COMERCIO LTDA	**CNPJ/CPF:** 27.517.764/0001-05
Email:	**Telefone:**
Data/hora de envio 26/02/2025 07:45:42	**Avaliação da proposta:** Classificado
Descrição Comprador	
8 - RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 10 M³	

Descrição do Fornecedor	Quantidade	Unidade de Medida	Unitário Proposto
RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 10 M³	900,00	M³	99,00
Marca: Messer	**Fabricante:** Messer	**Modelo:**	

Lote 9
RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 10 M³

Fornecedor: PARMAGASES COMERCIO DE GASES E SERVICOS LTDA	**CNPJ/CPF:** 32.754.143/0001-85
Email:	**Telefone:**
Data/hora de envio 25/02/2025 21:01:18	**Avaliação da proposta:** Classificado
Descrição Comprador	
9 - RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 10 M³	

Descrição do Fornecedor	Quantidade	Unidade de Medida	Unitário Proposto
RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 10 M³	300,00	M³	102,92
Marca: MARCA PROPRIA	**Fabricante:** MARCA PROPRIA	**Modelo:** PROPRIO	

Fornecedor: A G DA CRUZ LTDA	**CNPJ/CPF:** 69.386.324/0001-06
Email:	**Telefone:**
Data/hora de envio 26/02/2025 08:50:58	**Avaliação da proposta:** Classificado
Descrição Comprador	
9 - RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 10 M³	

Descrição do Fornecedor	Quantidade	Unidade de Medida	Unitário Proposto
RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 10 M³	300,00	M³	102,92
Marca: AIR LIQUIDE	**Fabricante:** AIR LIQUIDE	**Modelo:**	

Fornecedor: BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES	**CNPJ/CPF:** 38.425.303/0001-29
Email:	**Telefone:**
Data/hora de envio 25/02/2025 16:41:58	**Avaliação da proposta:** Classificado

Descrição Comprador

9 - RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 10 M³

Descrição do Fornecedor	Quantidade	Unidade de Medida	Unitário Proposto
RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 10 M³	300,00	M³	102,00

Marca: Fort Gás **Fabricante:** Fort Gás **Modelo:** Fort Gás

Fornecedor: R SOUSA COMERCIO LTDA	**CNPJ/CPF:** 27.517.764/0001-05
Email:	**Telefone:**
Data/hora de envio 26/02/2025 07:45:42	**Avaliação da proposta:** Classificado

Descrição Comprador

9 - RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 10 M³

Descrição do Fornecedor	Quantidade	Unidade de Medida	Unitário Proposto
RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 10 M³	300,00	M³	99,00

Marca: Messer **Fabricante:** Messer **Modelo:**

Lote 10
VÁLVULA REGULADORA PARA CILINDRO DE OXIGÊNIO COM FLUXÔMETRO

Fornecedor: PARMAGASES COMERCIO DE GASES E SERVICOS LTDA	**CNPJ/CPF:** 32.754.143/0001-85
Email:	**Telefone:**
Data/hora de envio 25/02/2025 21:01:18	**Avaliação da proposta:** Classificado

Descrição Comprador

10 - VÁLVULA REGULADORA PARA CILINDRO DE OXIGÊNIO COM FLUXOMETRO

Descrição do Fornecedor	Quantidade	Unidade de Medida	Unitário Proposto
VÁLVULA REGULADORA PARA CILINDRO DE OXIGÊNIO COM FLUXOMETRO	15,00	UNIDADE	550,00

Marca: MORIYA **Fabricante:** MORIYA **Modelo:** MORIYA

Fornecedor: BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES	**CNPJ/CPF:** 38.425.303/0001-29
Email:	**Telefone:**
Data/hora de envio 25/02/2025 16:41:58	**Avaliação da proposta:** Classificado

Descrição Comprador

10 - VÁLVULA REGULADORA PARA CILINDRO DE OXIGÊNIO COM FLUXOMETRO

Descrição do Fornecedor	Quantidade	Unidade de Medida	Unitário Proposto
VÁLVULA REGULADORA PARA CILINDRO DE OXIGÊNIO COM FLUXOMETRO	15,00	UNIDADE	216,00

Marca: Galzer **Fabricante:** Galzer **Modelo:** Galzer

Fornecedor: R SOUSA COMERCIO LTDA	**CNPJ/CPF:** 27.517.764/0001-05
Email:	**Telefone:**
Data/hora de envio 26/02/2025 07:45:42	**Avaliação da proposta:** Classificado

Descrição Comprador			
10 - VÁLVULA REGULADORA PARA CILINDRO DE OXIGÊNIO COM FLUXOMETRO			
Descrição do Fornecedor	**Quantidade**	**Unidade de Medida**	**Unitário Proposto**
VÁLVULA REGULADORA PARA CILINDRO DE OXIGÊNIO COM FLUXOMETRO	15,00	UNIDADE	215,00
Marca: Messer	**Fabricante:** Messer	**Modelo:**	

Lote 11
UMIDIFICADOR PARA OXIGÊNIO 250ML

Fornecedor: PARMAGASES COMERCIO DE GASES E SERVICOS LTDA	**CNPJ/CPF:** 32.754.143/0001-85
Email:	**Telefone:**
Data/hora de envio 25/02/2025 21:01:18	**Avaliação da proposta:** Classificado

Descrição Comprador			
11 - UMIDIFICADOR PARA OXIGÊNIO 250ML			
Descrição do Fornecedor	**Quantidade**	**Unidade de Medida**	**Unitário Proposto**
UMIDIFICADOR PARA OXIGÊNIO 250ML	30,00	UNIDADE	70,00
Marca: MORIYA	**Fabricante:** MORIYA	**Modelo:** MORIYA	

Fornecedor: A G DA CRUZ LTDA	**CNPJ/CPF:** 69.386.324/0001-06
Email:	**Telefone:**
Data/hora de envio 26/02/2025 08:50:58	**Avaliação da proposta:** Classificado

Descrição Comprador			
11 - UMIDIFICADOR PARA OXIGÊNIO 250ML			
Descrição do Fornecedor	**Quantidade**	**Unidade de Medida**	**Unitário Proposto**
UMIDIFICADOR PARA OXIGÊNIO 250ML	30,00	UNIDADE	21,13
Marca: UNITEC	**Fabricante:** UNITEC	**Modelo:**	

Fornecedor: BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES	**CNPJ/CPF:** 38.425.303/0001-29
Email:	**Telefone:**
Data/hora de envio 25/02/2025 16:41:58	**Avaliação da proposta:** Classificado

Descrição Comprador			
11 - UMIDIFICADOR PARA OXIGÊNIO 250ML			
Descrição do Fornecedor	**Quantidade**	**Unidade de Medida**	**Unitário Proposto**
UMIDIFICADOR PARA OXIGÊNIO 250ML	30,00	UNIDADE	21,00
Marca: Galzer	**Fabricante:** Galzer	**Modelo:** Galzer	

Fornecedor: R SOUSA COMERCIO LTDA	**CNPJ/CPF:** 27.517.764/0001-05
Email:	**Telefone:**
Data/hora de envio 26/02/2025 07:45:42	**Avaliação da proposta:** Classificado

Descrição Comprador			
11 - UMIDIFICADOR PARA OXIGÊNIO 250ML			
Descrição do Fornecedor	**Quantidade**	**Unidade de Medida**	**Unitário Proposto**

UMIDIFICADOR PARA OXIGÊNIO 250ML	30,00	UNIDADE	630,00
Marca: Messer	**Fabricante:** Messer	**Modelo:**	

Lote 12
EXTENSOR PARA CATETER DE OXIGÊNIO, TUBO EM SILICONE COM DIÂMETRO INTERNO 6MM : 50METROS

Fornecedor: PARMAGASES COMERCIO DE GASES E SERVICOS LTDA	**CNPJ/CPF:** 32.754.143/0001-85
Email:	**Telefone:**
Data/hora de envio 25/02/2025 21:01:18	**Avaliação da proposta:** Classificado

Descrição Comprador

12 - EXTENSOR PARA CATETER DE OXIGÊNIO, TUBO EM SILICONE COM DIÂMETRO INTERNO 6MM : 50METROS

Descrição do Fornecedor	Quantidade	Unidade de Medida	Unitário Proposto
EXTENSOR PARA CATETER DE OXIGÊNIO, TUBO EM SILICONE COM DIÂMETRO INTERNO 6MM : 50METROS	50,00	UNIDADE	49,00
Marca: MORIYA	**Fabricante:** MORIYA	**Modelo:** MORIYA	

Fornecedor: R SOUSA COMERCIO LTDA	**CNPJ/CPF:** 27.517.764/0001-05
Email:	**Telefone:**
Data/hora de envio 26/02/2025 07:45:42	**Avaliação da proposta:** Classificado

Descrição Comprador

12 - EXTENSOR PARA CATETER DE OXIGÊNIO, TUBO EM SILICONE COM DIÂMETRO INTERNO 6MM : 50METROS

Descrição do Fornecedor	Quantidade	Unidade de Medida	Unitário Proposto
EXTENSOR PARA CATETER DE OXIGÊNIO, TUBO EM SILICONE COM DIÂMETRO INTERNO 6MM : 50METROS	50,00	UNIDADE	4,90
Marca: Messer	**Fabricante:** Messer	**Modelo:**	

A geração dessa Ata só é possível após encerrada a sala de disputa e conhecido o vencedor de todos os lotes.

Homologação Parcial: 0 de 10 lote(s).

Documento gerado em 20 de Março de 2025.

JAINNE LOPES MAGALHÃES - Agente de Contratação

FORNECEDORES HABILITADOS

PREGÃO Nº. **006/2025**
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. **202501140005/2025**

Registro de Preços, prazo: 12 mes(es)
É permitido Carona

Final da Proposta/Início da Sessão: **26/02/2025 às 09:00**

Fornecedor: BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES				**CPF/CNPJ:** 38.425.303/0001-29
E-mail:				**Telefone:**
Lote 1 RECARGA DE AR MEDICINAL (COMPRIMIDO) - CILINDRO DE 1 M³				
Descrição Comprador				
1 - RECARGA DE AR MEDICINAL (COMPRIMIDO) – CILINDRO DE 1 M³				
Descrição do Fornecedor	**Quant.**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
RECARGA DE AR MEDICINAL (COMPRIMIDO) – CILINDRO DE 1 M³	30,00	M³	174,00	5.220,00
Marca: Fort Gás	**Fabricante:** Fort Gás		**Modelo:** Fort Gás	
Lote 2 RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 1/2 M³				
Descrição Comprador				
2 - RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 1/2 M³				
Descrição do Fornecedor	**Quant.**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 1/2 M³	25,00	M³	164,00	4.100,00
Marca: Fort Gás	**Fabricante:** Fort Gás		**Modelo:** Fort Gás	
Lote 3 RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 1 M³				
Descrição Comprador				
3 - RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 1 M³				
Descrição do Fornecedor	**Quant.**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 1 M³	40,00	M³	116,00	4.640,00
Marca: Fort Gás	**Fabricante:** Fort Gás		**Modelo:** Fort Gás	
Lote 4 RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 3,5M³				
Descrição Comprador				
4 - RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 3,5M³				
Descrição do Fornecedor	**Quant.**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 3,5M³	140,00	M³	225,00	31.500,00
Marca: Fort Gás	**Fabricante:** Fort Gás		**Modelo:** Fort Gás	
Lote 5 RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 2 M³				
Descrição Comprador				
5 - RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 2 M³				
Descrição do Fornecedor	**Quant.**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 2 M³	200,00	M³	139,00	27.800,00

Marca: Fort Gás	**Fabricante:** Fort Gás	**Modelo:** Fort Gás

Lote 6
RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 7 M³

Descrição Comprador

6 - RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 7 M³

Descrição do Fornecedor	Quant.	Medida	Unitário	Sub Total
RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 7 M³	788,00	M³	49,00	38.612,00

Marca: Fort Gás	**Fabricante:** Fort Gás	**Modelo:** Fort Gás

Lote 7
RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 7 M³

Descrição Comprador

7 - RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 7 M³

Descrição do Fornecedor	Quant.	Medida	Unitário	Sub Total
RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 7 M³	262,00	M³	49,00	12.838,00

Marca: Fort Gás	**Fabricante:** Fort Gás	**Modelo:** Fort Gás

Lote 8
RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 10 M³

Descrição Comprador

8 - RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 10 M³

Descrição do Fornecedor	Quant.	Medida	Unitário	Sub Total
RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 10 M³	900,00	M³	48,00	43.200,00

Marca: Fort Gás	**Fabricante:** Fort Gás	**Modelo:** Fort Gás

Lote 9
RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 10 M³

Descrição Comprador

9 - RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 10 M³

Descrição do Fornecedor	Quant.	Medida	Unitário	Sub Total
RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 10 M³	300,00	M³	48,00	14.400,00

Marca: Fort Gás	**Fabricante:** Fort Gás	**Modelo:** Fort Gás

Lote 10
VÁLVULA REGULADORA PARA CILINDRO DE OXIGÊNIO COM FLUXOMETRO

Descrição Comprador

10 - VÁLVULA REGULADORA PARA CILINDRO DE OXIGÊNIO COM FLUXOMETRO

Descrição do Fornecedor	Quant.	Medida	Unitário	Sub Total
VÁLVULA REGULADORA PARA CILINDRO DE OXIGÊNIO COM FLUXOMETRO	15,00	UNIDADE	199,00	2.985,00

Marca: Galzer	**Fabricante:** Galzer	**Modelo:** Galzer

Total de BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES	**185.295,00**

Homologação Parcial: 0 de 10 lote(s).

Documento gerado em 20 de Março de 2025.

JAINNE LOPES MAGALHÃES - Agente de Contratação

Hilana Lais do Lago Campelo - Equipe de Apoio

Marília Sousa Lima Rosa Serra - Equipe de Apoio

ATA DE LOTES FRACASSADOS

PREGÃO Nº. **006/2025**
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. **202501140005/2025**

Lote	Descrição	Justificativa	Propostas	Lance Negociação
11	UMIDIFICADOR PARA OXIGÊNIO 250ML		4	-
12	EXTENSOR PARA CATETER DE OXIGÊNIO, TUBO EM SILICONE COM DIÂMETRO INTERNO 6MM : 50METROS		2	-

Homologação Parcial: 0 de 10 lote(s).

Documento gerado em 20 de Março de 2025.

JAINNE LOPES MAGALHÃES - Agente de Contratação

ATA DE LOTES DESERTOS

PREGÃO Nº. **006/2025**
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. **202501140005/2025**

Fls 414

Não há nenhum lote deserto neste processo.

Homologação Parcial: 0 de 10 lote(s).

Documento gerado em Itapecuru Mirim - MA - MA - MA, 20 de Março de 2025.

JAINNE LOPES MAGALHÃES - Agente de Contratação

RELATÓRIO VENCEDORES												
LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNIDADE DE MEDIDA	CPF/CNPJ	NOME DO FORNECEDOR	VALOR DE REFERÊNCIA	VALOR PROPOSTO	VALOR FINAL	VALOR FINAL TOTAL	MARCA/ MODELO	LANCE VENCEDOR
1	1	RECARGA DE AR MEDICINAL (COMPRIMIDO) – CILINDRO DE 1 M³	30	M³	38.425.303/0001-29	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES	R$ 6.320,40	R$ 210,00	R$ 174,00	R$ 5.220,00	Fort Gás - Fort Gás	Sim
2	2	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 1/2 M³	25	M³	38.425.303/0001-29	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES	R$ 4.807,50	R$ 192,00	R$ 164,00	R$ 4.100,00	Fort Gás - Fort Gás	Sim
3	3	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 1 M³	40	M³	38.425.303/0001-29	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES	R$ 7.884,40	R$ 197,00	R$ 116,00	R$ 4.640,00	Fort Gás - Fort Gás	Sim
4	4	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 3,5M³	140	M³	38.425.303/0001-29	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES	R$ 33.530,00	R$ 239,00	R$ 225,00	R$ 31.500,00	Fort Gás - Fort Gás	Sim
5	5	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 2 M³	200	M³	38.425.303/0001-29	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES	R$ 33.730,00	R$ 168,00	R$ 139,00	R$ 27.800,00	Fort Gás - Fort Gás	Sim
6	6	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 7 M³	788	M³	38.425.303/0001-29	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES	R$ 78.130,20	R$ 99,00	R$ 49,00	R$ 38.612,00	Fort Gás - Fort Gás	Sim
7	7	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 7 M³	262	M³	38.425.303/0001-29	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES	R$ 25.977,30	R$ 99,00	R$ 49,00	R$ 12.838,00	Fort Gás - Fort Gás	Sim
8	8	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 10 M³	900	M³	38.425.303/0001-29	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES	R$ 92.628,00	R$ 102,00	R$ 48,00	R$ 43.200,00	Fort Gás - Fort Gás	Sim
9	9	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 10 M³	300	M³	38.425.303/0001-29	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES	R$ 30.876,00	R$ 102,00	R$ 48,00	R$ 14.400,00	Fort Gás - Fort Gás	Sim
10	10	VÁLVULA REGULADORA PARA CILINDRO DE OXIGÊNIO COM FLUXOMETRO	15	UNIDADE	38.425.303/0001-29	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES	R$ 3.250,05	R$ 216,00	R$ 199,00	R$ 2.985,00	Galber - Galber	Sim

ATA PREGÃO

PREGÃO Nº. **006/2025**
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. **202501140005/2025**

Registro de Preços, prazo: 12 mes(es)
É permitido Carona

Às **09:00** do dia **26/02/2025**, reuniu-se o(a) Agente de Contratação Oficial deste órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados por Ato Legal, em atendimento às disposições contidas na legislação vigente, a fim de realizar os procedimentos relativos ao presente Pregão, Amparo legal Lei 14.133/2021, Art. 28, I, cujo objeto é (Registro de preço para aquisição de recargas de gases medicinais gás oxigênio e ar comprimido e acessórios umidificador e regulador com fluxômetro – para uso na assistência ventilatória para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Itapecuru Mirim/MA.).
Inicialmente, o(a) Agente de Contratação abriu a sessão pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas e abrindo a fase de lances. Ao final do prazo previsto no edital, foram encerradas as ofertas de lance e dado prosseguimento aos demais tramites do processo até sua fase de homologação.
As informações dessa ata são dinâmicas, haja vista a possibilidade de alteração das decisões por meio de recurso. Apenas após homologado do processo as informações estarão consolidadas.

Publicação: **10/02/2025**
Limite de impugnação: **23/02/2025**
Final da Proposta/Início da Sessão: **26/02/2025 às 09:00**

Esclarecimentos e Impugnações

Não foram apresentados pedidos de esclarecimento ou impugnações ao edital.

Lote 1
RECARGA DE AR MEDICINAL (COMPRIMIDO) - CILINDRO DE 1 M³

Fornecedor: BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES	**CNPJ/CPF** 38.425.303/0001-29
Data/hora de envio 25/02/2025 16:41:58	**Avaliação da proposta:** Classificado.

Descrição Comprador

1 - RECARGA DE AR MEDICINAL (COMPRIMIDO) - CILINDRO DE 1 M³

Descrição do Fornecedor	Quantidade	Unidade de Medida	Unitário Proposto
RECARGA DE AR MEDICINAL (COMPRIMIDO) - CILINDRO DE 1 M³	30.00	M³	174,00

Marca: Fort Gás **Fabricante:** Fort Gás **Modelo:** Fort Gás

Lote 2
RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 1/2 M³

Fornecedor: BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES	**CNPJ/CPF** 38.425.303/0001-29
Data/hora de envio 25/02/2025 16:41:58	**Avaliação da proposta:** Classificado.

Descrição Comprador

2 - RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 1/2 M³

Descrição do Fornecedor	Quantidade	Unidade de Medida	Unitário Proposto
RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 1/2 M³	25.00	M³	164.00

Marca: Fort Gás	**Fabricante:** Fort Gás	**Modelo:** Fort Gás

Lote 3
RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 1 M³

Fornecedor: BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES	**CNPJ/CPF** 38.425.303/0001-29
Data/hora de envio 25/02/2025 16:41:58	**Avaliação da proposta:** Classificado.

Descrição Comprador

3 - RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 1 M³

Descrição do Fornecedor	Quantidade	Unidade de Medida	Unitário Proposto
RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 1 M³	40,00	M³	116,00

Marca: Fort Gás	**Fabricante:** Fort Gás	**Modelo:** Fort Gás

Lote 4
RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 3,5M³

Fornecedor: BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES	**CNPJ/CPF** 38.425.303/0001-29
Data/hora de envio 25/02/2025 16:41:58	**Avaliação da proposta:** Classificado.

Descrição Comprador

4 - RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 3,5M³

Descrição do Fornecedor	Quantidade	Unidade de Medida	Unitário Proposto
RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 3,5M³	140,00	M³	225,00

Marca: Fort Gás	**Fabricante:** Fort Gás	**Modelo:** Fort Gás

Lote 5
RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 2 M³

Fornecedor: BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES	**CNPJ/CPF** 38.425.303/0001-29
Data/hora de envio 25/02/2025 16:41:58	**Avaliação da proposta:** Classificado.

Descrição Comprador

5 - RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 2 M³

Descrição do Fornecedor	Quantidade	Unidade de Medida	Unitário Proposto
RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 2 M³	200,00	M³	139,00

Marca: Fort Gás	**Fabricante:** Fort Gás	**Modelo:** Fort Gás

Lote 6
RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 7 M³

Fornecedor: BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES	**CNPJ/CPF** 38.425.303/0001-29
Data/hora de envio 25/02/2025 16:41:58	**Avaliação da proposta:** Classificado.

Descrição Comprador

6 - RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 7 M³

Descrição do Fornecedor	Quantidade	Unidade de Medida	Unitário Proposto
RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 7 M³	788,00	M³	49,00

Marca: Fort Gás	**Fabricante:** Fort Gás	**Modelo:** Fort Gás

Lote 7
RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 7 M³

Fornecedor: BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES	**CNPJ/CPF** 38.425.303/0001-29
Data/hora de envio 25/02/2025 16:41:58	**Avaliação da proposta:** Classificado.

Descrição Comprador

7 - RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 7 M³

Descrição do Fornecedor	Quantidade	Unidade de Medida	Unitário Proposto
RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 7 M³	262,00	M³	49,00

Marca: Fort Gás **Fabricante:** Fort Gás **Modelo:** Fort Gás

Lote 8
RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 10 M³

Fornecedor: BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES	**CNPJ/CPF** 38.425.303/0001-29
Data/hora de envio 25/02/2025 16:41:58	**Avaliação da proposta:** Classificado.

Descrição Comprador

8 - RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 10 M³

Descrição do Fornecedor	Quantidade	Unidade de Medida	Unitário Proposto
RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 10 M³	900,00	M³	48,00

Marca: Fort Gás **Fabricante:** Fort Gás **Modelo:** Fort Gás

Lote 9
RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 10 M³

Fornecedor: BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES	**CNPJ/CPF** 38.425.303/0001-29
Data/hora de envio 25/02/2025 16:41:58	**Avaliação da proposta:** Classificado.

Descrição Comprador

9 - RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 10 M³

Descrição do Fornecedor	Quantidade	Unidade de Medida	Unitário Proposto
RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 10 M³	300,00	M³	48,00

Marca: Fort Gás **Fabricante:** Fort Gás **Modelo:** Fort Gás

Lote 10
VÁLVULA REGULADORA PARA CILINDRO DE OXIGÊNIO COM FLUXOMETRO

Fornecedor: BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES	**CNPJ/CPF** 38.425.303/0001-29
Data/hora de envio 25/02/2025 16:41:58	**Avaliação da proposta:** Classificado.

Descrição Comprador

10 - VÁLVULA REGULADORA PARA CILINDRO DE OXIGÊNIO COM FLUXOMETRO

Descrição do Fornecedor	Quantidade	Unidade de Medida	Unitário Proposto
VÁLVULA REGULADORA PARA CILINDRO DE OXIGÊNIO COM FLUXOMETRO	15,00	UNIDADE	199,00

Marca: Galzer **Fabricante:** Galzer **Modelo:** Galzer

Lote 11 (Lote Fracassado)
UMIDIFICADOR PARA OXIGÊNIO 250ML

Lote 12 (Lote Fracassado)
EXTENSOR PARA CATETER DE OXIGÊNIO, TUBO EM SILICONE COM DIÂMETRO INTERNO 6MM : 50METROS

Lances

Lote	Etapa	Fornecedor	Valor do Lance	Data/Hora
Lote 1	Aberta	PARMAGASES COMERCIO DE GASES E SERVICOS LTDA 32.754.143/0001-85	209,00	26/02/2025 09:20:37
Lote 1	Aberta	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29	199,00	26/02/2025 09:20:55
Lote 1	Aberta	R SOUSA COMERCIO LTDA 27.517.764/0001-05	198,00	26/02/2025 09:21:11
Lote 1	Aberta	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29	197,00	26/02/2025 09:22:08
Lote 1	Aberta	R SOUSA COMERCIO LTDA 27.517.764/0001-05	195,00	26/02/2025 09:22:14
Lote 1	Aberta	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29	194,00	26/02/2025 09:23:12
Lote 1	Aberta	R SOUSA COMERCIO LTDA 27.517.764/0001-05	192,00	26/02/2025 09:23:47
Lote 1	Aberta	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29	191,00	26/02/2025 09:24:52
Lote 1	Aberta	R SOUSA COMERCIO LTDA 27.517.764/0001-05	189,00	26/02/2025 09:26:19
Lote 1	Aberta	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29	188,00	26/02/2025 09:27:11
Lote 1	Aberta	R SOUSA COMERCIO LTDA 27.517.764/0001-05	185,00	26/02/2025 09:27:38
Lote 1	Aberta	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29	184,00	26/02/2025 09:28:57
Lote 1	Aberta	R SOUSA COMERCIO LTDA 27.517.764/0001-05	180,00	26/02/2025 09:30:48
Lote 1	Aberta	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29	179,00	26/02/2025 09:31:26
Lote 1	Aberta	R SOUSA COMERCIO LTDA 27.517.764/0001-05	175,00	26/02/2025 09:32:10
Lote 1	Aberta	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29	174,00	26/02/2025 09:33:15
Lote 1	Aberta	R SOUSA COMERCIO LTDA 27.517.764/0001-05	170,00	26/02/2025 09:34:33
Lote 1	***Negociação***	***R SOUSA COMERCIO LTDA 27.517.764/0001-05***	***170,00***	***26/02/2025 10:00:26***
Lote 1	***Negociação***	***BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29***	***174,00***	***07/03/2025 15:05:23***
Lote 2	Aberta	A G DA CRUZ LTDA 09.386.324/0001-06	189,00	26/02/2025 09:18:25
Lote 2	Aberta	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29	189,50	26/02/2025 09:20:40
Lote 2	Aberta	R SOUSA COMERCIO LTDA 27.517.764/0001-05	188,00	26/02/2025 09:21:02

Lote 2	Aberta	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29	187,00	26/02/2025 09:21:19
Lote 2	Aberta	R SOUSA COMERCIO LTDA 27.517.764/0001-05	186,00	26/02/2025 09:21:32
Lote 2	Aberta	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29	185,00	26/02/2025 09:22:10
Lote 2	Aberta	R SOUSA COMERCIO LTDA 27.517.764/0001-05	184,00	26/02/2025 09:22:25
Lote 2	Aberta	A G DA CRUZ LTDA 69.386.324/0001-06	182,00	26/02/2025 09:22:36
Lote 2	Aberta	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29	181,00	26/02/2025 09:23:24
Lote 2	Aberta	R SOUSA COMERCIO LTDA 27.517.764/0001-05	180,00	26/02/2025 09:23:45
Lote 2	Aberta	A G DA CRUZ LTDA 69.386.324/0001-06	179,00	26/02/2025 09:24:37
Lote 2	Aberta	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29	178,00	26/02/2025 09:25:23
Lote 2	Aberta	A G DA CRUZ LTDA 69.386.324/0001-06	177,00	26/02/2025 09:26:19
Lote 2	Aberta	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29	176,00	26/02/2025 09:27:18
Lote 2	Aberta	A G DA CRUZ LTDA 69.386.324/0001-06	175,00	26/02/2025 09:27:37
Lote 2	Aberta	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29	174,00	26/02/2025 09:29:03
Lote 2	Aberta	A G DA CRUZ LTDA 69.386.324/0001-06	172,00	26/02/2025 09:30:15
Lote 2	Aberta	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29	171,00	26/02/2025 09:31:29
Lote 2	Aberta	R SOUSA COMERCIO LTDA 27.517.764/0001-05	170,00	26/02/2025 09:32:18
Lote 2	Aberta	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29	169,00	26/02/2025 09:33:18
Lote 2	Aberta	R SOUSA COMERCIO LTDA 27.517.764/0001-05	165,00	26/02/2025 09:34:26
Lote 2	Aberta	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29	164,00	26/02/2025 09:35:37
Lote 2	Aberta	R SOUSA COMERCIO LTDA 27.517.764/0001-05	158,00	26/02/2025 09:35:48
Lote 2	***Negociação***	***R SOUSA COMERCIO LTDA 27.517.764/0001-05***	***157,00***	***26/02/2025 10:02:40***
Lote 2	***Negociação***	***BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29***	***164,00***	***06/03/2025 14:53:02***
Lote 3	Aberta	A G DA CRUZ LTDA 69.386.324/0001-06	196,00	26/02/2025 09:20:51
Lote 3	Aberta	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29	195,00	26/02/2025 09:21:11
Lote 3	Aberta	R SOUSA COMERCIO LTDA 27.517.764/0001-05	194,00	26/02/2025 09:21:19

Lote 3	Aberta	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29	193,00	26/02/2025 09:22:25
Lote 3	Aberta	R SOUSA COMERCIO LTDA 27.517.764/0001-05	190,00	26/02/2025 09:22:33
Lote 3	Aberta	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29	189,00	26/02/2025 09:23:48
Lote 3	Aberta	R SOUSA COMERCIO LTDA 27.517.764/0001-05	188,00	26/02/2025 09:24:12
Lote 3	Aberta	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29	187,00	26/02/2025 09:24:43
Lote 3	Aberta	R SOUSA COMERCIO LTDA 27.517.764/0001-05	185,00	26/02/2025 09:26:12
Lote 3	Aberta	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29	184,00	26/02/2025 09:26:29
Lote 3	Aberta	A G DA CRUZ LTDA 69.386.324/0001-06	183,00	26/02/2025 09:26:49
Lote 3	Aberta	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29	182,00	26/02/2025 09:27:28
Lote 3	Aberta	A G DA CRUZ LTDA 69.386.324/0001-06	180,00	26/02/2025 09:28:14
Lote 3	Aberta	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29	179,00	26/02/2025 09:29:12
Lote 3	Aberta	A G DA CRUZ LTDA 69.386.324/0001-06	176,00	26/02/2025 09:30:29
Lote 3	Aberta	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29	175,00	26/02/2025 09:31:33
Lote 3	Aberta	R SOUSA COMERCIO LTDA 27.517.764/0001-05	170,00	26/02/2025 09:32:30
Lote 3	Aberta	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29	169,00	26/02/2025 09:33:20
Lote 3	Aberta	R SOUSA COMERCIO LTDA 27.517.764/0001-05	165,00	26/02/2025 09:34:41
Lote 3	Aberta	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29	164,00	26/02/2025 09:35:46
Lote 3	Aberta	R SOUSA COMERCIO LTDA 27.517.764/0001-05	158,00	26/02/2025 09:35:55
Lote 3	Aberta	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29	155,00	26/02/2025 09:37:05
Lote 3	Aberta	R SOUSA COMERCIO LTDA 27.517.764/0001-05	154,00	26/02/2025 09:37:12
Lote 3	Aberta	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29	153,00	26/02/2025 09:38:19
Lote 3	Aberta	R SOUSA COMERCIO LTDA 27.517.764/0001-05	150,00	26/02/2025 09:38:38
Lote 3	Aberta	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29	149,00	26/02/2025 09:39:16
Lote 3	Aberta	R SOUSA COMERCIO LTDA 27.517.764/0001-05	145,00	26/02/2025 09:40:10

Lote 3	Aberta	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29	144,00	26/02/2025 09:41:06
Lote 3	Aberta	R SOUSA COMERCIO LTDA 27.517.764/0001-05	142,00	26/02/2025 09:41:12
Lote 3	Aberta	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29	141,00	26/02/2025 09:42:07
Lote 3	Aberta	R SOUSA COMERCIO LTDA 27.517.764/0001-05	138,00	26/02/2025 09:43:13
Lote 3	Aberta	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29	137,00	26/02/2025 09:43:39
Lote 3	Aberta	R SOUSA COMERCIO LTDA 27.517.764/0001-05	135,00	26/02/2025 09:44:22
Lote 3	Aberta	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29	134,00	26/02/2025 09:45:19
Lote 3	Aberta	R SOUSA COMERCIO LTDA 27.517.764/0001-05	132,00	26/02/2025 09:45:47
Lote 3	Aberta	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29	131,00	26/02/2025 09:47:26
Lote 3	Aberta	R SOUSA COMERCIO LTDA 27.517.764/0001-05	129,00	26/02/2025 09:48:48
Lote 3	Aberta	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29	128,00	26/02/2025 09:48:57
Lote 3	Aberta	R SOUSA COMERCIO LTDA 27.517.764/0001-05	126,00	26/02/2025 09:49:42
Lote 3	Aberta	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29	125,00	26/02/2025 09:50:10
Lote 3	Aberta	R SOUSA COMERCIO LTDA 27.517.764/0001-05	123,00	26/02/2025 09:50:37
Lote 3	Aberta	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29	122,00	26/02/2025 09:51:07
Lote 3	Aberta	R SOUSA COMERCIO LTDA 27.517.764/0001-05	121,00	26/02/2025 09:51:33
Lote 3	Aberta	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29	120,00	26/02/2025 09:52:38
Lote 3	Aberta	R SOUSA COMERCIO LTDA 27.517.764/0001-05	119,00	26/02/2025 09:53:12
Lote 3	Aberta	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29	118,00	26/02/2025 09:54:26
Lote 3	Aberta	R SOUSA COMERCIO LTDA 27.517.764/0001-05	117,00	26/02/2025 09:55:26
Lote 3	Aberta	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29	116,00	26/02/2025 09:56:21
Lote 3	***Negociação***	***BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29***	***116,00***	***26/02/2025 10:02:16***
Lote 4	Aberta	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29	237,00	26/02/2025 09:21:35
Lote 4	Aberta	R SOUSA COMERCIO LTDA 27.517.764/0001-05	235,00	26/02/2025 09:21:42

Lote 4	Aberta	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29	234,00	26/02/2025 09:22:33
Lote 4	Aberta	R SOUSA COMERCIO LTDA 27.517.764/0001-05	232,00	26/02/2025 09:22:40
Lote 4	Aberta	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29	231,00	26/02/2025 09:24:17
Lote 4	Aberta	A G DA CRUZ LTDA 69.386.324/0001-06	230,00	26/02/2025 09:24:58
Lote 4	Aberta	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29	229,00	26/02/2025 09:25:32
Lote 4	Aberta	A G DA CRUZ LTDA 69.386.324/0001-06	228,00	26/02/2025 09:27:05
Lote 4	Aberta	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29	227,00	26/02/2025 09:27:34
Lote 4	Aberta	A G DA CRUZ LTDA 69.386.324/0001-06	226,00	26/02/2025 09:28:30
Lote 4	Aberta	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29	225,00	26/02/2025 09:29:19
Lote 4	***Negociação***	***BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29***	***225,00***	***26/02/2025 10:02:19***
Lote 5	Aberta	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29	167,00	26/02/2025 09:21:40
Lote 5	Aberta	R SOUSA COMERCIO LTDA 27.517.764/0001-05	166,00	26/02/2025 09:21:50
Lote 5	Aberta	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29	165,00	26/02/2025 09:22:00
Lote 5	Aberta	R SOUSA COMERCIO LTDA 27.517.764/0001-05	162,00	26/02/2025 09:22:06
Lote 5	Aberta	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29	161,00	26/02/2025 09:22:41
Lote 5	Aberta	R SOUSA COMERCIO LTDA 27.517.764/0001-05	159,00	26/02/2025 09:23:40
Lote 5	Aberta	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29	158,00	26/02/2025 09:24:28
Lote 5	Aberta	A G DA CRUZ LTDA 69.386.324/0001-06	157,00	26/02/2025 09:25:28
Lote 5	Aberta	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29	156,00	26/02/2025 09:25:40
Lote 5	Aberta	A G DA CRUZ LTDA 69.386.324/0001-06	150,00	26/02/2025 09:27:24
Lote 5	Aberta	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29	149,00	26/02/2025 09:27:47
Lote 5	Aberta	R SOUSA COMERCIO LTDA 27.517.764/0001-05	145,00	26/02/2025 09:28:59
Lote 5	Aberta	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29	144,00	26/02/2025 09:29:27
Lote 5	Aberta	R SOUSA COMERCIO LTDA 27.517.764/0001-05	142,00	26/02/2025 09:29:46

Lote 5	Aberta	A G DA CRUZ LTDA 69.386.324/0001-06	143,00	26/02/2025 09:29:53
Lote 5	Aberta	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29	141,00	26/02/2025 09:30:01
Lote 5	Aberta	A G DA CRUZ LTDA 69.386.324/0001-06	140,00	26/02/2025 09:31:21
Lote 5	Aberta	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29	139,00	26/02/2025 09:31:41
Lote 5	***Negociação***	***BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29***	***139,00***	***26/02/2025 10:02:24***
Lote 6	Aberta	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29	98,00	26/02/2025 09:31:52
Lote 6	Aberta	A G DA CRUZ LTDA 69.386.324/0001-06	97,00	26/02/2025 09:32:04
Lote 6	Aberta	R SOUSA COMERCIO LTDA 27.517.764/0001-05	95,00	26/02/2025 09:32:38
Lote 6	Aberta	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29	94,00	26/02/2025 09:32:55
Lote 6	Aberta	R SOUSA COMERCIO LTDA 27.517.764/0001-05	90,00	26/02/2025 09:33:18
Lote 6	Aberta	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29	89,00	26/02/2025 09:33:54
Lote 6	Aberta	A G DA CRUZ LTDA 69.386.324/0001-06	88,00	26/02/2025 09:34:40
Lote 6	Aberta	R SOUSA COMERCIO LTDA 27.517.764/0001-05	85,00	26/02/2025 09:34:46
Lote 6	Aberta	A G DA CRUZ LTDA 69.386.324/0001-06	84,00	26/02/2025 09:35:16
Lote 6	Aberta	R SOUSA COMERCIO LTDA 27.517.764/0001-05	80,00	26/02/2025 09:35:36
Lote 6	Aberta	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29	79,00	26/02/2025 09:36:13
Lote 6	Aberta	R SOUSA COMERCIO LTDA 27.517.764/0001-05	75,00	26/02/2025 09:36:46
Lote 6	Aberta	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29	73,00	26/02/2025 09:37:29
Lote 6	Aberta	R SOUSA COMERCIO LTDA 27.517.764/0001-05	70,00	26/02/2025 09:37:48
Lote 6	Aberta	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29	68,00	26/02/2025 09:39:23
Lote 6	Aberta	R SOUSA COMERCIO LTDA 27.517.764/0001-05	67,00	26/02/2025 09:39:32
Lote 6	Aberta	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29	66,00	26/02/2025 09:40:08
Lote 6	Aberta	R SOUSA COMERCIO LTDA 27.517.764/0001-05	60,00	26/02/2025 09:40:18
Lote 6	Aberta	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29	59,00	26/02/2025 09:41:20
Lote 6	Aberta	A G DA CRUZ LTDA 69.386.324/0001-06	58,00	26/02/2025 09:41:52

Lote 6	Aberta	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29	57,00	26/02/2025 09:42:43
Lote 6	Aberta	R SOUSA COMERCIO LTDA 27.517.764/0001-05	55,00	26/02/2025 09:43:05
Lote 6	Aberta	A G DA CRUZ LTDA 69.386.324/0001-06	54,00	26/02/2025 09:43:34
Lote 6	Aberta	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29	53,00	26/02/2025 09:43:52
Lote 6	Aberta	R SOUSA COMERCIO LTDA 27.517.764/0001-05	52,00	26/02/2025 09:43:59
Lote 6	Aberta	A G DA CRUZ LTDA 69.386.324/0001-06	50,00	26/02/2025 09:44:28
Lote 6	Aberta	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29	49,00	26/02/2025 09:45:30
Lote 6	Aberta	R SOUSA COMERCIO LTDA 27.517.764/0001-05	46,00	26/02/2025 09:47:10
Lote 6	Aberta	A G DA CRUZ LTDA 69.386.324/0001-06	45,00	26/02/2025 09:47:27
Lote 6	Aberta	R SOUSA COMERCIO LTDA 27.517.764/0001-05	40,00	26/02/2025 09:49:08
Lote 6	Aberta	A G DA CRUZ LTDA 69.386.324/0001-06	39,00	26/02/2025 09:50:59
Lote 6	Aberta	R SOUSA COMERCIO LTDA 27.517.764/0001-05	38,00	26/02/2025 09:52:48
Lote 6	***Negociação***	***R SOUSA COMERCIO LTDA 27.517.764/0001-05***	***38,00***	***26/02/2025 10:02:34***
Lote 6	***Negociação***	***A G DA CRUZ LTDA 69.386.324/0001-06***	***39,00***	***27/02/2025 09:30:32***
Lote 6	***Negociação***	***BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29***	***49,00***	***28/02/2025 12:10:45***
Lote 7	Aberta	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29	98,00	26/02/2025 09:31:56
Lote 7	Aberta	R SOUSA COMERCIO LTDA 27.517.764/0001-05	95,00	26/02/2025 09:32:46
Lote 7	Aberta	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29	94,00	26/02/2025 09:33:02
Lote 7	Aberta	R SOUSA COMERCIO LTDA 27.517.764/0001-05	90,00	26/02/2025 09:33:20
Lote 7	Aberta	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29	89,00	26/02/2025 09:33:59
Lote 7	Aberta	R SOUSA COMERCIO LTDA 27.517.764/0001-05	85,00	26/02/2025 09:34:56
Lote 7	Aberta	A G DA CRUZ LTDA 69.386.324/0001-06	88,00	26/02/2025 09:34:58
Lote 7	Aberta	A G DA CRUZ LTDA 69.386.324/0001-06	84,00	26/02/2025 09:35:49
Lote 7	Aberta	R SOUSA COMERCIO LTDA 27.517.764/0001-05	80,00	26/02/2025 09:36:03
Lote 7	Aberta	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29	79,00	26/02/2025 09:36:18
Lote 7	Aberta	R SOUSA COMERCIO LTDA 27.517.764/0001-05	75,00	26/02/2025 09:36:51

Lote 7	Aberta	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29	73,00	26/02/2025 09:37:36
Lote 7	Aberta	R SOUSA COMERCIO LTDA 27.517.764/0001-05	70,00	26/02/2025 09:37:57
Lote 7	Aberta	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29	69,00	26/02/2025 09:39:28
Lote 7	Aberta	R SOUSA COMERCIO LTDA 27.517.764/0001-05	67,00	26/02/2025 09:39:36
Lote 7	Aberta	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29	66,00	26/02/2025 09:40:02
Lote 7	Aberta	R SOUSA COMERCIO LTDA 27.517.764/0001-05	60,00	26/02/2025 09:40:25
Lote 7	Aberta	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29	59,00	26/02/2025 09:41:24
Lote 7	Aberta	A G DA CRUZ LTDA 69.386.324/0001-06	58,00	26/02/2025 09:42:07
Lote 7	Aberta	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29	57,00	26/02/2025 09:42:48
Lote 7	Aberta	R SOUSA COMERCIO LTDA 27.517.764/0001-05	55,00	26/02/2025 09:43:02
Lote 7	Aberta	A G DA CRUZ LTDA 69.386.324/0001-06	54,00	26/02/2025 09:43:44
Lote 7	Aberta	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29	53,00	26/02/2025 09:43:57
Lote 7	Aberta	R SOUSA COMERCIO LTDA 27.517.764/0001-05	52,00	26/02/2025 09:44:03
Lote 7	Aberta	A G DA CRUZ LTDA 69.386.324/0001-06	50,00	26/02/2025 09:45:11
Lote 7	Aberta	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29	49,00	26/02/2025 09:45:36
Lote 7	Aberta	R SOUSA COMERCIO LTDA 27.517.764/0001-05	46,00	26/02/2025 09:47:32
Lote 7	Aberta	A G DA CRUZ LTDA 69.386.324/0001-06	45,00	26/02/2025 09:47:44
Lote 7	Aberta	R SOUSA COMERCIO LTDA 27.517.764/0001-05	40,00	26/02/2025 09:49:34
Lote 7	Aberta	A G DA CRUZ LTDA 69.386.324/0001-06	39,00	26/02/2025 09:51:10
Lote 7	Aberta	R SOUSA COMERCIO LTDA 27.517.764/0001-05	38,00	26/02/2025 09:53:03
Lote 7	***Negociação***	***R SOUSA COMERCIO LTDA 27.517.764/0001-05***	***38,00***	***26/02/2025 10:02:39***
Lote 7	***Negociação***	***A G DA CRUZ LTDA 69.386.324/0001-06***	***39,00***	***27/02/2025 09:30:59***
Lote 7	***Negociação***	***BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29***	***49,00***	***28/02/2025 12:10:59***
Lote 8	Aberta	PARMAGASES COMERCIO DE GASES E SERVICOS LTDA 32.754.143/0001-85	101,00	26/02/2025 09:26:02
Lote 8	Aberta	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29	98,00	26/02/2025 09:32:02

Lote 8	Aberta	R SOUSA COMERCIO LTDA 27.517.764/0001-05	95,00	26/02/2025 09:32:53
Lote 8	Aberta	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29	94,00	26/02/2025 09:33:07
Lote 8	Aberta	R SOUSA COMERCIO LTDA 27.517.764/0001-05	90,00	26/02/2025 09:33:13
Lote 8	Aberta	A G DA CRUZ LTDA 69.386.324/0001-06	89,00	26/02/2025 09:33:39
Lote 8	Aberta	R SOUSA COMERCIO LTDA 27.517.764/0001-05	88,00	26/02/2025 09:33:56
Lote 8	Aberta	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29	87,00	26/02/2025 09:34:24
Lote 8	Aberta	R SOUSA COMERCIO LTDA 27.517.764/0001-05	85,00	26/02/2025 09:35:00
Lote 8	Aberta	A G DA CRUZ LTDA 69.386.324/0001-06	84,00	26/02/2025 09:36:07
Lote 8	Aberta	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29	83,00	26/02/2025 09:36:27
Lote 8	Aberta	R SOUSA COMERCIO LTDA 27.517.764/0001-05	75,00	26/02/2025 09:36:53
Lote 8	***Negociação***	***R SOUSA COMERCIO LTDA 27.517.764/0001-05***	***75,00***	***26/02/2025 10:02:41***
Lote 8	***Negociação***	***BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29***	***48,00***	***07/03/2025 15:15:02***
Lote 9	Aberta	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29	98,00	26/02/2025 09:32:09
Lote 9	Aberta	R SOUSA COMERCIO LTDA 27.517.764/0001-05	95,00	26/02/2025 09:32:59
Lote 9	Aberta	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29	94,00	26/02/2025 09:33:11
Lote 9	Aberta	R SOUSA COMERCIO LTDA 27.517.764/0001-05	90,00	26/02/2025 09:33:24
Lote 9	Aberta	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29	89,00	26/02/2025 09:34:32
Lote 9	Aberta	R SOUSA COMERCIO LTDA 27.517.764/0001-05	85,00	26/02/2025 09:35:03
Lote 9	Aberta	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29	84,00	26/02/2025 09:36:33
Lote 9	Aberta	R SOUSA COMERCIO LTDA 27.517.764/0001-05	75,00	26/02/2025 09:36:56
Lote 9	Aberta	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29	73,00	26/02/2025 09:38:32
Lote 9	Aberta	R SOUSA COMERCIO LTDA 27.517.764/0001-05	70,00	26/02/2025 09:38:48
Lote 9	Aberta	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29	69,00	26/02/2025 09:39:35
Lote 9	Aberta	R SOUSA COMERCIO LTDA 27.517.764/0001-05	65,00	26/02/2025 09:39:43
Lote 9	Aberta	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29	64,00	26/02/2025 09:39:56

Lote 9	Aberta	R SOUSA COMERCIO LTDA 27.517.764/0001-05	60,00	26/02/2025 09:40:29
Lote 9	Aberta	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29	59,00	26/02/2025 09:41:29
Lote 9	Aberta	R SOUSA COMERCIO LTDA 27.517.764/0001-05	55,00	26/02/2025 09:42:54
Lote 9	Aberta	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29	54,00	26/02/2025 09:44:03
Lote 9	Aberta	R SOUSA COMERCIO LTDA 27.517.764/0001-05	53,00	26/02/2025 09:44:09
Lote 9	Aberta	R SOUSA COMERCIO LTDA 27.517.764/0001-05	49,00	26/02/2025 09:45:18
Lote 9	Aberta	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29	48,00	26/02/2025 09:45:45
Lote 9	Aberta	R SOUSA COMERCIO LTDA 27.517.764/0001-05	45,00	26/02/2025 09:47:39
Lote 9	Aberta	R SOUSA COMERCIO LTDA 27.517.764/0001-05	40,00	26/02/2025 09:49:15
Lote 9	***Negociação***	***R SOUSA COMERCIO LTDA 27.517.764/0001-05***	***40,00***	***26/02/2025 10:02:44***
Lote 9	***Negociação***	***PARMAGASES COMERCIO DE GASES E SERVICOS LTDA 32.754.143/0001-85***	***102,92***	***28/02/2025 12:11:07***
Lote 9	***Negociação***	***A G DA CRUZ LTDA 69.386.324/0001-06***	***102,92***	***28/02/2025 15:07:29***
Lote 9	***Negociação***	***BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29***	***48,00***	***28/02/2025 15:20:44***
Lote 10	Aberta	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29	214,00	26/02/2025 09:32:18
Lote 10	Aberta	R SOUSA COMERCIO LTDA 27.517.764/0001-05	210,00	26/02/2025 09:33:09
Lote 10	Aberta	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29	209,00	26/02/2025 09:34:40
Lote 10	Aberta	R SOUSA COMERCIO LTDA 27.517.764/0001-05	200,00	26/02/2025 09:35:10
Lote 10	Aberta	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29	199,00	26/02/2025 09:36:40
Lote 10	Aberta	R SOUSA COMERCIO LTDA 27.517.764/0001-05	190,00	26/02/2025 09:37:03
Lote 10	***Negociação***	***R SOUSA COMERCIO LTDA 27.517.764/0001-05***	***190,00***	***26/02/2025 10:02:47***
Lote 10	***Negociação***	***BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29***	***199,00***	***06/03/2025 14:47:10***
Lote 11	Aberta	R SOUSA COMERCIO LTDA 27.517.764/0001-05	19,00	26/02/2025 09:35:24
Lote 11	Aberta	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29	18,00	26/02/2025 09:39:03
Lote 11	Aberta	R SOUSA COMERCIO LTDA 27.517.764/0001-05	16,00	26/02/2025 09:39:54
Lote 11	Aberta	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29	15,00	26/02/2025 09:41:51

Lote 11	Aberta	R SOUSA COMERCIO LTDA 27.517.764/0001-05	14,00	26/02/2025 09:43:22
Lote 11	Aberta	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29	13,00	26/02/2025 09:44:16
Lote 11	Aberta	R SOUSA COMERCIO LTDA 27.517.764/0001-05	12,00	26/02/2025 09:44:29
Lote 11	Aberta	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29	11,00	26/02/2025 09:46:05
Lote 11	Aberta	R SOUSA COMERCIO LTDA 27.517.764/0001-05	10,00	26/02/2025 09:46:57
Lote 11	***Negociação***	***R SOUSA COMERCIO LTDA 27.517.764/0001-05***	***10,00***	***26/02/2025 10:02:52***
Lote 11	***Negociação***	***BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES 38.425.303/0001-29***	***11,00***	***27/02/2025 09:31:24***
Lote 11	***Negociação***	***A G DA CRUZ LTDA 69.386.324/0001-06***	***21,13***	***28/02/2025 12:11:13***
Lote 11	***Negociação***	***PARMAGASES COMERCIO DE GASES E SERVICOS LTDA 32.754.143/0001-85***	***70,00***	***06/03/2025 12:06:43***
Lote 12	***Negociação***	***R SOUSA COMERCIO LTDA 27.517.764/0001-05***	***4,90***	***26/02/2025 10:02:54***
Lote 12	***Negociação***	***PARMAGASES COMERCIO DE GASES E SERVICOS LTDA 32.754.143/0001-85***	***49,00***	***07/03/2025 15:05:48***

Chat

Apelido	Mensagem	Data/Hora
Sistema	A sessão pública foi iniciada.	26/02/2025 09:00:42
Agente de Contratação	Bom dia, Srs.! Em breve iniciaremos a fase de lances.	26/02/2025 09:01:45
Sistema	As propostas foram abertas. Aguardem conectados a classificação das propostas.	26/02/2025 09:02:12
Agente de Contratação	As propostas foram classificadas e em breve será iniciada a disputa.	26/02/2025 09:02:13
Sistema	Iniciada a fase de lances no lote **01** . Senhores fornecedores deem seus lances!	26/02/2025 09:12:39
Sistema	Iniciada a fase de lances no lote **02** . Senhores fornecedores deem seus lances!	26/02/2025 09:12:41
Sistema	Iniciada a fase de lances no lote **03** . Senhores fornecedores deem seus lances!	26/02/2025 09:12:42
Sistema	Iniciada a fase de lances no lote **04** . Senhores fornecedores deem seus lances!	26/02/2025 09:12:43
Sistema	Iniciada a fase de lances no lote **05** . Senhores fornecedores deem seus lances!	26/02/2025 09:12:44
Sistema	Iniciada a fase de lances no lote **06** . Senhores fornecedores deem seus lances!	26/02/2025 09:23:33
Sistema	Iniciada a fase de lances no lote **07** . Senhores fornecedores deem seus lances!	26/02/2025 09:23:34
Sistema	Iniciada a fase de lances no lote **08** . Senhores fornecedores deem seus lances!	26/02/2025 09:23:35
Sistema	Iniciada a fase de lances no lote **09** . Senhores fornecedores deem seus lances!	26/02/2025 09:23:37
Sistema	Iniciada a fase de lances no lote **10** . Senhores fornecedores deem seus lances!	26/02/2025 09:23:38
Sistema	Iniciada a fase de lances no lote **11** . Senhores fornecedores deem seus lances!	26/02/2025 09:35:13
Sistema	Iniciada a fase de lances no lote **12** . Senhores fornecedores deem seus lances!	26/02/2025 09:35:15
Agente de Contratação	Srs., tenham cuidado com valores inexequíveis, a inexecução do objeto licitado ensojará nas sanções cabíveis.	26/02/2025 09:38:15
Fornecedor 4	Sr. este já é o melhor preço.	26/02/2025 10:00:56
Agente de Contratação	Srs., tendo em vista a fase de negociação, há possibilidade de baixarmos mais os valores?	26/02/2025 10:03:13

Fornecedor 2	Senhor Pregoeiro esses são minha melhor oferta	26/02/2025 10:03:19
Fornecedor 4	De igual forma. Esses são nossos melhores valores.	26/02/2025 10:03:53
Agente de Contratação	Realizadas tentativas de negociação, a qual não tivemos sucesso, declaramos finalizada esta fase.	26/02/2025 10:08:05
Sistema	O fornecedor **04** teve seu lance final aceito para o lote **01** . A proposta foi atualizada automaticamente com o valor unitário do melhor lance.	26/02/2025 10:08:04
Sistema	O fornecedor **04** teve seu lance final aceito para o lote **02** . A proposta foi atualizada automaticamente com o valor unitário do melhor lance.	26/02/2025 10:08:19
Sistema	O fornecedor **02** teve seu lance final aceito para o lote **03** . A proposta foi atualizada automaticamente com o valor unitário do melhor lance.	26/02/2025 10:08:23
Sistema	O fornecedor **02** teve seu lance final aceito para o lote **04** . A proposta foi atualizada automaticamente com o valor unitário do melhor lance.	26/02/2025 10:08:27
Sistema	O fornecedor **02** teve seu lance final aceito para o lote **05** . A proposta foi atualizada automaticamente com o valor unitário do melhor lance.	26/02/2025 10:08:31
Sistema	O fornecedor **04** teve seu lance final aceito para o lote **06** . A proposta foi atualizada automaticamente com o valor unitário do melhor lance.	26/02/2025 10:08:34
Sistema	O fornecedor **04** teve seu lance final aceito para o lote **07** . A proposta foi atualizada automaticamente com o valor unitário do melhor lance.	26/02/2025 10:08:40
Sistema	O fornecedor **04** teve seu lance final aceito para o lote **08** . A proposta foi atualizada automaticamente com o valor unitário do melhor lance.	26/02/2025 10:08:52
Sistema	O fornecedor **04** teve seu lance final aceito para o lote **09** . A proposta foi atualizada automaticamente com o valor unitário do melhor lance.	26/02/2025 10:08:56
Sistema	O fornecedor **04** teve seu lance final aceito para o lote **10** . A proposta foi atualizada automaticamente com o valor unitário do melhor lance.	26/02/2025 10:08:59
Sistema	O fornecedor **04** teve seu lance final aceito para o lote **11** . A proposta foi atualizada automaticamente com o valor unitário do melhor lance.	26/02/2025 10:09:04
Sistema	O fornecedor **04** teve seu lance final aceito para o lote **12** . A proposta foi atualizada automaticamente com o valor unitário do melhor lance.	26/02/2025 10:09:23
Agente de Contratação	Fornecedor 4, foi liberado para incluir documentos complementares no processo. Clique no botão de Documentos complementares nas ações desta sala.	26/02/2025 10:19:52
Agente de Contratação	Fornecedor 4, a opção de enviar documentos complementares foi finalizada.	26/02/2025 10:20:07
Agente de Contratação	Srs., será aberto o prazo para envio de proposta readequada. O envio da proposta readequada deverá ser feito no prazo de 02 (duas) horas para as empresas cujas propostas tiveram melhor lance, sob pena de desclassificação. PARA OS ITENS COM DESCONTO SUPERIOR A 30%, conforme previsto no instrumento convocatório, deverá ser enviada, em sede de diligência, a composição de custos comprovando os valores apresentados. A composição deverá ser acompanhada de notas fiscais de entrada que comprovam o valor de oportunidade e a garantia do cumprimento contratual. O não envio desses documentos ensejarão na desclassificação da participante.	26/02/2025 10:45:41
Agente de Contratação	Fornecedor 4, foi liberado para incluir documentos complementares no processo. Clique no botão de Documentos complementares nas ações desta sala.	26/02/2025 10:47:47
Agente de Contratação	Fornecedor 4, foi liberado para incluir documentos complementares no processo. Clique no botão de Documentos complementares nas ações desta sala.	26/02/2025 10:47:51
Agente de Contratação	Fornecedor 2, foi liberado para incluir documentos complementares no processo. Clique no botão de Documentos complementares nas ações desta sala.	26/02/2025 10:47:54
Agente de Contratação	Fornecedor 2, foi liberado para incluir documentos complementares no processo. Clique no botão de Documentos complementares nas ações desta sala.	26/02/2025 10:47:58
Agente de Contratação	Fornecedor 2, foi liberado para incluir documentos complementares no processo. Clique no botão de Documentos complementares nas ações desta sala.	26/02/2025 10:48:04
Agente de Contratação	Fornecedor 4, foi liberado para incluir documentos complementares no processo. Clique no botão de Documentos complementares nas ações desta sala.	26/02/2025 10:48:09
Agente de Contratação	Fornecedor 4, foi liberado para incluir documentos complementares no processo. Clique no botão de Documentos complementares nas ações desta sala.	26/02/2025 10:48:16
Agente de Contratação	Fornecedor 4, foi liberado para incluir documentos complementares no processo. Clique no botão de Documentos complementares nas ações desta sala.	26/02/2025 10:48:19

Agente de Contratação	Fornecedor 4, foi liberado para incluir documentos complementares no processo. Clique no botão de Documentos complementares nas ações desta sala.	26/02/2025 10:48:22
Agente de Contratação	Fornecedor 4, foi liberado para incluir documentos complementares no processo. Clique no botão de Documentos complementares nas ações desta sala.	26/02/2025 10:48:26
Agente de Contratação	Fornecedor 4, foi liberado para incluir documentos complementares no processo. Clique no botão de Documentos complementares nas ações desta sala.	26/02/2025 10:48:33
Agente de Contratação	Fornecedor 4, foi liberado para incluir documentos complementares no processo. Clique no botão de Documentos complementares nas ações desta sala.	26/02/2025 10:48:36
Agente de Contratação	Fornecedor 4, a opção de enviar documentos complementares foi finalizada.	26/02/2025 12:58:58
Agente de Contratação	Fornecedor 4, a opção de enviar documentos complementares foi finalizada.	26/02/2025 12:59:01
Agente de Contratação	Fornecedor 2, a opção de enviar documentos complementares foi finalizada.	26/02/2025 12:59:04
Agente de Contratação	Fornecedor 2, a opção de enviar documentos complementares foi finalizada.	26/02/2025 12:59:07
Agente de Contratação	Fornecedor 2, a opção de enviar documentos complementares foi finalizada.	26/02/2025 12:59:10
Agente de Contratação	Fornecedor 4, a opção de enviar documentos complementares foi finalizada.	26/02/2025 12:59:13
Agente de Contratação	Fornecedor 4, a opção de enviar documentos complementares foi finalizada.	26/02/2025 12:59:17
Agente de Contratação	Fornecedor 4, a opção de enviar documentos complementares foi finalizada.	26/02/2025 12:59:21
Agente de Contratação	Fornecedor 4, a opção de enviar documentos complementares foi finalizada.	26/02/2025 12:59:24
Agente de Contratação	Fornecedor 4, a opção de enviar documentos complementares foi finalizada.	26/02/2025 12:59:28
Agente de Contratação	analisaremos a documentação apresentada	26/02/2025 13:02:11
Agente de Contratação	retornamos as 15h.	26/02/2025 13:02:18
Agente de Contratação	Boa tarde! Estamos retornando a esta sessão.	26/02/2025 15:00:36
Agente de Contratação	Fornecedor 4, foi liberado para incluir documentos complementares no processo. Clique no botão de Documentos complementares nas ações desta sala.	26/02/2025 15:30:06
Agente de Contratação	Fornecedor 4, a opção de enviar documentos complementares foi finalizada.	26/02/2025 15:30:10
Agente de Contratação	Em virtude do horário, suspenderemos esta sessão. Retornamos amanhã (27/02) às 9h.	26/02/2025 17:42:58
Agente de Contratação	Bom dia! Estamos retornando a esta sessão.	27/02/2025 08:59:38
Agente de Contratação	Bom dia! Estamos retornando a esta sessão.	27/02/2025 09:00:10
Agente de Contratação	O chat está aberto para todos os fornecedores.	27/02/2025 09:10:07
Fornecedor 3	Bom dia ! A empresa R SOUSA COMERCIO LTDA, não apresentou comprovação dos preços inexequível	27/02/2025 09:13:24
Agente de Contratação	A empresa R SOUSA COMERCIO LTDA está desclassificada para os itens 06, 07, 09 e 11 devido ausência de envio de composição de custos e notas de entrada conforme solicitado.	27/02/2025 09:18:50
Agente de Contratação	O Fornecedor 4 foi desclassificado no lote **06** . Justificativa: proposta não teve sua exequibilidade demonstrada	27/02/2025 09:21:10
Agente de Contratação	O Fornecedor 4 foi desclassificado no lote **07** . Justificativa: proposta não teve sua exequibilidade demonstrada	27/02/2025 09:21:31
Agente de Contratação	O Fornecedor 4 foi desclassificado no lote **09** . Justificativa: proposta não teve sua exequibilidade demonstrada	27/02/2025 09:21:51

Agente de Contratação	O Fornecedor 4 foi desclassificado no lote **11** . Justificativa: proposta não teve sua exequibilidade demonstrada	27/02/2025 09:22:24
Agente de Contratação	Senhores, haja vista a nova ordem de classificação, para as empresas contempladas com os novos itens, abriremos prazo para negociação. É possível diminuir os valores para os novos itens classificados?	27/02/2025 09:25:05
Fornecedor 2	Essa é minha melhor oferta, conforme a proposta reajustada apresentada!	27/02/2025 09:26:36
Fornecedor 3	Sr(a) regoeiro(a) essa é minha melhor oferta	27/02/2025 09:27:04
Agente de Contratação	Realizadas tentativas de negociação para os itens 06, 07, 09 e 11, a qual não tivemos sucesso, declaramos finalizada esta fase.	27/02/2025 09:30:17
Sistema	O fornecedor **03** teve seu lance final aceito para o lote **06** . A proposta foi atualizada automaticamente com o valor unitário do melhor lance.	27/02/2025 09:30:50
Sistema	O fornecedor **03** teve seu lance final aceito para o lote **07** . A proposta foi atualizada automaticamente com o valor unitário do melhor lance.	27/02/2025 09:31:07
Sistema	O fornecedor **02** teve seu lance final aceito para o lote **09** . A proposta foi atualizada automaticamente com o valor unitário do melhor lance.	27/02/2025 09:31:17
Sistema	O fornecedor **02** teve seu lance final aceito para o lote **11** . A proposta foi atualizada automaticamente com o valor unitário do melhor lance.	27/02/2025 09:31:30
Agente de Contratação	Srs., irei reabrir o prazo para envio de propostas readequadas. Peço a atenção para algumas observações:	27/02/2025 09:49:59
Fornecedor 2	Como ja foi enviado ontem a proposta reajustada e não houve alteração, é necessário enviar novamente?	27/02/2025 09:51:47
Agente de Contratação	1 - Incluir na proposta readequada apenas os itens os quais foram melhores classificados; 2 - Sr. Fornecedor R SOUSA COMERCIO LTDA, por favor observar os valores de lances dos itens 02 e 10.	27/02/2025 09:52:00
Agente de Contratação	Respondendo a pergunta do Fornecedor 02, Sim, será necessário reenvio para melhor organização das propostas.	27/02/2025 09:53:16
Agente de Contratação	Solicitamos o envio da proposta readequada no prazo de 02 (duas) horas para as empresas cujas propostas tiveram melhor lance, sob pena de desclassificação. PARA OS ITENS COM DESCONTO SUPERIOR A 30%, conforme previsto no instrumento convocatório, deverá ser enviada, em sede de diligência, a composição de custos comprovando os valores apresentados. A composição deverá ser acompanhada de notas fiscais de entrada que comprovam o valor de oportunidade e a garantia do cumprimento contratual. O não envio desses documentos ensejarão na desclassificação da participante.	27/02/2025 09:53:49
Agente de Contratação	Fornecedor 4, foi liberado para incluir documentos complementares no processo. Clique no botão de Documentos complementares nas ações desta sala.	27/02/2025 09:53:55
Agente de Contratação	Fornecedor 4, foi liberado para incluir documentos complementares no processo. Clique no botão de Documentos complementares nas ações desta sala.	27/02/2025 09:53:58
Agente de Contratação	Fornecedor 2, foi liberado para incluir documentos complementares no processo. Clique no botão de Documentos complementares nas ações desta sala.	27/02/2025 09:54:02
Agente de Contratação	Fornecedor 2, foi liberado para incluir documentos complementares no processo. Clique no botão de Documentos complementares nas ações desta sala.	27/02/2025 09:54:05
Agente de Contratação	Fornecedor 2, foi liberado para incluir documentos complementares no processo. Clique no botão de Documentos complementares nas ações desta sala.	27/02/2025 09:54:08
Agente de Contratação	Fornecedor 3, foi liberado para incluir documentos complementares no processo. Clique no botão de Documentos complementares nas ações desta sala.	27/02/2025 09:54:12
Agente de Contratação	Fornecedor 3, foi liberado para incluir documentos complementares no processo. Clique no botão de Documentos complementares nas ações desta sala.	27/02/2025 09:54:53
Agente de Contratação	Fornecedor 4, foi liberado para incluir documentos complementares no processo. Clique no botão de Documentos complementares nas ações desta sala.	27/02/2025 09:54:57
Agente de Contratação	Fornecedor 2, foi liberado para incluir documentos complementares no processo. Clique no botão de Documentos complementares nas ações desta sala.	27/02/2025 09:55:01
Agente de Contratação	Fornecedor 4, foi liberado para incluir documentos complementares no processo. Clique no botão de Documentos complementares nas ações desta sala.	27/02/2025 09:55:04
Agente de Contratação	Fornecedor 2, foi liberado para incluir documentos complementares no processo. Clique no botão de Documentos complementares nas ações desta sala.	27/02/2025 09:55:10
Agente de Contratação	O prazo para envio de propostas readequadas está encerrado.	27/02/2025 11:56:03

Agente de Contratação	Fornecedor 4, a opção de enviar documentos complementares foi finalizada.	27/02/2025 11:56:15
Agente de Contratação	Fornecedor 4, a opção de enviar documentos complementares foi finalizada.	27/02/2025 11:56:19
Agente de Contratação	Fornecedor 2, a opção de enviar documentos complementares foi finalizada.	27/02/2025 11:56:23
Agente de Contratação	Fornecedor 2, a opção de enviar documentos complementares foi finalizada.	27/02/2025 11:56:27
Agente de Contratação	Fornecedor 2, a opção de enviar documentos complementares foi finalizada.	27/02/2025 11:56:32
Agente de Contratação	Fornecedor 3, a opção de enviar documentos complementares foi finalizada.	27/02/2025 11:56:35
Agente de Contratação	Fornecedor 3, a opção de enviar documentos complementares foi finalizada.	27/02/2025 11:56:39
Agente de Contratação	Fornecedor 4, a opção de enviar documentos complementares foi finalizada.	27/02/2025 11:56:43
Agente de Contratação	Fornecedor 2, a opção de enviar documentos complementares foi finalizada.	27/02/2025 11:56:46
Agente de Contratação	Fornecedor 4, a opção de enviar documentos complementares foi finalizada.	27/02/2025 11:56:50
Agente de Contratação	Fornecedor 2, a opção de enviar documentos complementares foi finalizada.	27/02/2025 11:56:57
Agente de Contratação	Fornecedor 4, a opção de enviar documentos complementares foi finalizada.	27/02/2025 11:57:01
Agente de Contratação	Suspenderemos a sessão em virtude do horário do almoço. Retornamos às 15h.	27/02/2025 11:58:02
Agente de Contratação	O chat está fechado para todos os fornecedores.	27/02/2025 11:58:13
Agente de Contratação	Boa tarde! Estamos retornando a esta sessão.	27/02/2025 15:00:45
Agente de Contratação	Suspenderemos esta sessão, retornamos amanhã (28/02) às 10h.	27/02/2025 16:54:17
Agente de Contratação	Bom dia! Estamos retornando a esta sessão.	28/02/2025 10:00:40
Agente de Contratação	O chat está aberto para todos os fornecedores.	28/02/2025 11:58:44
Agente de Contratação	A empresa BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES está desclassificada para os itens 09 e 11 devido ausência de envio de notas de entrada comprovando exequibilidade de sua proposta.	28/02/2025 12:06:17
Agente de Contratação	O Fornecedor 2 foi desclassificado no lote **09** . Justificativa: proposta não teve sua exequibilidade demonstrada	28/02/2025 12:06:56
Agente de Contratação	O Fornecedor 2 foi desclassificado no lote **11** . Justificativa: proposta não teve sua exequibilidade demonstrada	28/02/2025 12:07:20
Agente de Contratação	A empresa A G DA CRUZ LTDA está desclassificada para os itens 06 e 07 devido por não apresentar exequibilidade de sua proposta.	28/02/2025 12:08:57
Agente de Contratação	O Fornecedor 3 foi desclassificado no lote **06** . Justificativa: proposta não teve sua exequibilidade demonstrada	28/02/2025 12:09:20
Agente de Contratação	O Fornecedor 3 foi desclassificado no lote **07** . Justificativa: proposta não teve sua exequibilidade demonstrada	28/02/2025 12:09:33
Agente de Contratação	Senhores, haja vista a nova ordem de classificação, para as empresas contempladas com os novos itens, abriremos prazo para negociação. É possível diminuir os valores para os novos itens classificados?	28/02/2025 12:10:26
Sistema	Houve um empate. Será realizada uma nova etapa de lances entre os concorrentes empatados no lote **09** . Senhores fornecedores deem seus lances!	28/02/2025 12:11:07
Fornecedor 3	A empresa A G DA CRUZ, apresentou conforme solicitado a composição de custos e notas de entrada conforme solicitado	28/02/2025 12:11:35

Fornecedor 3	Já deixando registrado via chat que a empresa A G DA CRUZ LTDA , JA manisfesta a interposição de recurso contra sua desclassificação!	28/02/2025 12:13:48
Fornecedor 2	Essa é nossa melhor oferta.	28/02/2025 12:14:23
Fornecedor 2	Senhor pregoeiro no item 9 foi enviado nota	28/02/2025 12:19:17
Fornecedor 3	A empresa A G DA CRUZ, apresentou conforme solicitado a comprovação de seus preços s e notas de entrada conforme solitados mos itens 6 E 7	28/02/2025 12:24:02
Agente de Contratação	A sessão será suspensa devido horário de almoço, retornamos às 15h.	28/02/2025 12:39:17
Agente de Contratação	O chat está fechado para todos os fornecedores.	28/02/2025 12:39:24
Agente de Contratação	Boa tarde! Estamos retornando a esta sessão.	28/02/2025 15:00:17
Agente de Contratação	Realizadas tentativas de negociação, a qual não tivemos sucesso, declaramos finalizada esta fase.	28/02/2025 15:01:03
Agente de Contratação	Sr. Fornecedor BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES, deve ser observado que a cada rodada de classificação, os itens que ganham devem ser enviados suas composições referente ao item. Para este caso, caberia o reenvio. Para tanto, pela inobservância, voltaremos a classificação do item em questão. Para os próximos, por favor reenviar mesmo já tendo enviado para o item anterior.	28/02/2025 15:03:05
Agente de Contratação	Sr. Fornecedor A G DA CRUZ, as notas foram enviadas, porém não foi comprovado a exequibilidade dos valores propostos.	28/02/2025 15:03:34
Sistema	O fornecedor **02** teve seu lance final aceito para o lote **07** . A proposta foi atualizada automaticamente com o valor unitário do melhor lance.	28/02/2025 15:06:20
Sistema	O fornecedor **02** teve seu lance final aceito para o lote **06** . A proposta foi atualizada automaticamente com o valor unitário do melhor lance.	28/02/2025 15:06:27
Sistema	O fornecedor **03** teve seu lance final aceito para o lote **11** . A proposta foi atualizada automaticamente com o valor unitário do melhor lance.	28/02/2025 15:07:18
Sistema	Em relação ao lote **09** houve empate, foi realizado o desempate por **Desempate (Declarações)**	28/02/2025 15:07:29
Sistema	O fornecedor **03** teve seu lance final aceito para o lote **09** . A proposta foi atualizada automaticamente com o valor unitário do melhor lance.	28/02/2025 15:07:33
Agente de Contratação	O Fornecedor 2 teve sua desclassificação cancelada no lote **09** .	28/02/2025 15:17:55
Sistema	O fornecedor **02** teve seu lance final aceito para o lote **09** . A proposta foi atualizada automaticamente com o valor unitário do melhor lance.	28/02/2025 15:20:49
Agente de Contratação	Senhores, suspenderemos esta sessão. E, haja vista o período de feriado do carnaval, retornaremos em 06/03/2025, às 9h00.	28/02/2025 15:45:48
Agente de Contratação	Bom dia, Srs.! Estamos retornando a esta sessão.	06/03/2025 09:00:10
Agente de Contratação	O chat está aberto para todos os fornecedores.	06/03/2025 09:08:27
Fornecedor 2	Bom dia!	06/03/2025 09:08:58
Agente de Contratação	Sr. Representante da empresa R SOUSA COMERCIO LTDA, pela segunda vez foi apresentado valor de R$ 116,00 em sua proposta readequada para o item 10. É possível baixar para esse valor, ou foi um erro de digitação? Por favor, responder para abertura de prazo de negociação.	06/03/2025 09:10:21
Agente de Contratação	Sr. Representante da empresa R SOUSA COMERCIO LTDA, o Sr. está online?	06/03/2025 09:16:21
Agente de Contratação	Na ausência de resposta, seguiremos com a sessão.	06/03/2025 09:19:58
Agente de Contratação	Solicitaremos novamente proposta readequada. Por favor, observar os campos das descrições e dos valores, incluindo apenas os itens os quais obtiveram melhor proposta.	06/03/2025 09:22:42

Agente de Contratação	Solicitamos o envio da proposta readequada no prazo de 02 (duas) horas para as empresas cujas propostas tiveram melhor lance, sob pena de desclassificação. PARA OS ITENS COM DESCONTO SUPERIOR A 30%, conforme previsto no instrumento convocatório, deverá ser enviada, em sede de diligência, a composição de custos comprovando os valores apresentados. A composição deverá ser acompanhada de notas fiscais de entrada que comprovam o valor de oportunidade e a garantia do cumprimento contratual. O não envio desses documentos ensejarão na desclassificação da participante.	06/03/2025 09:23:43
Agente de Contratação	Fornecedor 4, foi liberado para incluir documentos complementares no processo. Clique no botão de Documentos complementares nas ações desta sala.	06/03/2025 09:24:06
Agente de Contratação	Fornecedor 4, foi liberado para incluir documentos complementares no processo. Clique no botão de Documentos complementares nas ações desta sala.	06/03/2025 09:24:09
Agente de Contratação	Fornecedor 2, foi liberado para incluir documentos complementares no processo. Clique no botão de Documentos complementares nas ações desta sala.	06/03/2025 09:24:11
Agente de Contratação	Fornecedor 2, foi liberado para incluir documentos complementares no processo. Clique no botão de Documentos complementares nas ações desta sala.	06/03/2025 09:24:17
Agente de Contratação	Fornecedor 2, foi liberado para incluir documentos complementares no processo. Clique no botão de Documentos complementares nas ações desta sala.	06/03/2025 09:24:24
Agente de Contratação	Fornecedor 2, foi liberado para incluir documentos complementares no processo. Clique no botão de Documentos complementares nas ações desta sala.	06/03/2025 09:24:31
Agente de Contratação	Fornecedor 2, foi liberado para incluir documentos complementares no processo. Clique no botão de Documentos complementares nas ações desta sala.	06/03/2025 09:24:36
Agente de Contratação	Fornecedor 4, foi liberado para incluir documentos complementares no processo. Clique no botão de Documentos complementares nas ações desta sala.	06/03/2025 09:24:40
Agente de Contratação	Fornecedor 2, foi liberado para incluir documentos complementares no processo. Clique no botão de Documentos complementares nas ações desta sala.	06/03/2025 09:24:46
Agente de Contratação	Fornecedor 4, foi liberado para incluir documentos complementares no processo. Clique no botão de Documentos complementares nas ações desta sala.	06/03/2025 09:24:51
Agente de Contratação	Fornecedor 3, foi liberado para incluir documentos complementares no processo. Clique no botão de Documentos complementares nas ações desta sala.	06/03/2025 09:24:58
Agente de Contratação	Fornecedor 4, foi liberado para incluir documentos complementares no processo. Clique no botão de Documentos complementares nas ações desta sala.	06/03/2025 09:25:02
Fornecedor 2	Bom dia! É para enviar proposta readequada de todos os itens?	06/03/2025 09:26:05
Agente de Contratação	Sim, para melhor organização. Os quais teve melhor proposta.	06/03/2025 09:29:20
Agente de Contratação	Está encerrado o prazo para envio de propostas readequadas.	06/03/2025 11:26:33
Agente de Contratação	Fornecedor 4, a opção de enviar documentos complementares foi finalizada.	06/03/2025 11:26:36
Agente de Contratação	Fornecedor 4, a opção de enviar documentos complementares foi finalizada.	06/03/2025 11:26:39
Agente de Contratação	Fornecedor 2, a opção de enviar documentos complementares foi finalizada.	06/03/2025 11:26:43
Agente de Contratação	Fornecedor 2, a opção de enviar documentos complementares foi finalizada.	06/03/2025 11:26:46
Agente de Contratação	Fornecedor 2, a opção de enviar documentos complementares foi finalizada.	06/03/2025 11:26:50
Agente de Contratação	Fornecedor 2, a opção de enviar documentos complementares foi finalizada.	06/03/2025 11:26:53
Agente de Contratação	Fornecedor 2, a opção de enviar documentos complementares foi finalizada.	06/03/2025 11:26:56
Agente de Contratação	Fornecedor 4, a opção de enviar documentos complementares foi finalizada.	06/03/2025 11:27:00
Agente de Contratação	Fornecedor 2, a opção de enviar documentos complementares foi finalizada.	06/03/2025 11:27:03
Agente de Contratação	Fornecedor 4, a opção de enviar documentos complementares foi finalizada.	06/03/2025 11:27:07

Agente de Contratação	Fornecedor 3, a opção de enviar documentos complementares foi finalizada.	06/03/2025 11:27:12
Agente de Contratação	Fornecedor 4, a opção de enviar documentos complementares foi finalizada.	06/03/2025 11:27:15
Agente de Contratação	Analisadas as propostas, a empresa A G DA CRUZ LTDA está desclassificada para o item 11, devido ausência de proposta readequada.	06/03/2025 12:05:14
Agente de Contratação	O Fornecedor 3 foi desclassificado no lote **11** . Justificativa: ausência de envio.	06/03/2025 12:05:46
Agente de Contratação	Será aberto prazo de negociação para o item 11. Sr. Fornecedor, há possibilidade de baixar o valor para este item?	06/03/2025 12:06:35
Agente de Contratação	Realizadas tentativas de negociação, a qual não tivemos sucesso, declaramos finalizada esta fase.	06/03/2025 12:15:23
Sistema	O fornecedor **01** teve seu lance final aceito para o lote **11** . A proposta foi atualizada automaticamente com o valor unitário do melhor lance.	06/03/2025 12:15:28
Agente de Contratação	Tendo em vista que o valor para o item 11 está acima do valor orçado, abriremos prazo para redução do valor. Caso não seja possivel, a mesma será desclassificada para este item.	06/03/2025 12:21:01
Agente de Contratação	Realizadas tentativas de negociação, a qual não tivemos sucesso, a empresa PARMAGASES COMERCIO DE GASES E SERVICOS LTDA está desclassificada para o item 11 por apresentar valor acima do orçado.	06/03/2025 12:31:59
Agente de Contratação	O Fornecedor 1 foi desclassificado no lote **11** . Justificativa: proposta acima do orçamento estimado.	06/03/2025 12:32:12
Agente de Contratação	Sr. Fornecedor R SOUSA COMERCIO LTDA, tendo em vista que a última proposta readequada possui alguns itens com valores incorretos, solicitamos que sejam feitos alguns ajustes: 1 - O item 02, as colunas de quantidade está trocada com a coluna de quantidade de cilindro, fazendo com que o valor total fique incorreto. O valor do lance ofertado foi de R$ 157,00, em sua proposta foi enviado o valor de R$ 156,00. Caso seja possivel baixar o valor, por favor sinalizar para abrirmos a negociação; 2 - O item 10, o valor do lance ofertado foi de R$ 190,00, em sua proposta foi enviado o valor de R$ 116,00. Caso seja possivel baixar o valor, por favor sinalizar para abrirmos a negociação; 3 - Para o item 12, ajustar a coluna do item, pois está como 11. A ausência de readequada com os devidos ajustes ensejará em sua desclassificação para os itens citados, tendo em vista que está sendo oportunizado o ajuste.	06/03/2025 12:34:22
Agente de Contratação	Será aberto prazo para envio de proposta readequada da empresa R SOUSA COMERCIO LTDA para os ajustes apontados	06/03/2025 12:35:00
Agente de Contratação	Fornecedor 4, foi liberado para incluir documentos complementares no processo. Clique no botão de Documentos complementares nas ações desta sala.	06/03/2025 12:35:09
Agente de Contratação	Fornecedor 4, foi liberado para incluir documentos complementares no processo. Clique no botão de Documentos complementares nas ações desta sala.	06/03/2025 12:35:13
Agente de Contratação	Fornecedor 4, foi liberado para incluir documentos complementares no processo. Clique no botão de Documentos complementares nas ações desta sala.	06/03/2025 12:35:17
Agente de Contratação	Fornecedor 4, foi liberado para incluir documentos complementares no processo. Clique no botão de Documentos complementares nas ações desta sala.	06/03/2025 12:35:21
Agente de Contratação	Fornecedor 4, foi liberado para incluir documentos complementares no processo. Clique no botão de Documentos complementares nas ações desta sala.	06/03/2025 12:35:26
Agente de Contratação	A sessão será suspensa, permanecendo inalterado o prazo de 02 (duas) horas para envio de proposta readequada. Retornamos às 14h30.	06/03/2025 12:36:49
Agente de Contratação	O chat está fechado para todos os fornecedores.	06/03/2025 12:36:57
Agente de Contratação	Boa tarde! Estamos retornando a esta sessão.	06/03/2025 14:30:31
Agente de Contratação	A empresa R SOUSA COMERCIO LTDA será desclassificada para os itens 02 e 10 devido inconformidade em sua proposta readequada com os valores apresentados no sistema, tendo em vista que várias vezes foi oportunizado prazo para ajuste e a mesmo não respondeu. Entendemos assim que houve desistência para estes itens.	06/03/2025 14:43:05
Agente de Contratação	O Fornecedor 4 foi desclassificado no lote **02** . Justificativa: proposta divergente dos lances apresentados.	06/03/2025 14:44:17
Agente de Contratação	O Fornecedor 4 foi desclassificado no lote **10** . Justificativa: proposta divergente dos lances apresentados.	06/03/2025 14:44:37

Agente de Contratação	O chat está aberto para todos os fornecedores.	06/03/2025 14:46:58
Sistema	O fornecedor **02** teve seu lance final aceito para o lote **10** . A proposta foi atualizada automaticamente com o valor unitário do melhor lance.	06/03/2025 14:47:30
Agente de Contratação	Será aberto prazo de negociação para os itens 02 e 10, há possibilidade de baixarmos os valores?	06/03/2025 14:52:55
Fornecedor 2	Boa tarde! É meu melhor valor.	06/03/2025 14:53:49
Agente de Contratação	Realizadas tentativas de negociação, a qual não tivemos sucesso, declaramos finalizada esta fase.	06/03/2025 14:56:18
Sistema	O fornecedor **02** teve seu lance final aceito para o lote **10** . A proposta foi atualizada automaticamente com o valor unitário do melhor lance.	06/03/2025 14:56:29
Sistema	O fornecedor **02** teve seu lance final aceito para o lote **02** . A proposta foi atualizada automaticamente com o valor unitário do melhor lance.	06/03/2025 14:56:32
Agente de Contratação	Será aberto prazo para envio de proposta readequada para os itens 02 e 10.	06/03/2025 15:07:01
Agente de Contratação	Solicito o envio da PROPOSTA READEQUADA, no prazo de 02 (duas) horas. Solicito também que seja enviado a composição de custos unitários, comprovando a exequibilidade da proposta apresentada cujo desconto foi superior a 30% do valor estimado do Edital. Pedimos esses documentos sob pena de desclassificação.	06/03/2025 15:07:06
Agente de Contratação	Fornecedor 2, foi liberado para incluir documentos complementares no processo. Clique no botão de Documentos complementares nas ações desta sala.	06/03/2025 15:07:11
Agente de Contratação	Fornecedor 2, foi liberado para incluir documentos complementares no processo. Clique no botão de Documentos complementares nas ações desta sala.	06/03/2025 15:07:16
Agente de Contratação	Finalizado o prazo de envio de proposta readequada, seguiremos com a análise de proposta enviada.	06/03/2025 17:08:52
Agente de Contratação	Fornecedor 2, a opção de enviar documentos complementares foi finalizada.	06/03/2025 17:09:02
Agente de Contratação	Fornecedor 2, a opção de enviar documentos complementares foi finalizada.	06/03/2025 17:09:14
Agente de Contratação	Fornecedor 4, a opção de enviar documentos complementares foi finalizada.	06/03/2025 17:20:19
Agente de Contratação	Fornecedor 4, a opção de enviar documentos complementares foi finalizada.	06/03/2025 17:20:31
Agente de Contratação	Fornecedor 4, a opção de enviar documentos complementares foi finalizada.	06/03/2025 17:20:45
Agente de Contratação	Recebidas e analisadas as propostas readequadas, declaramos as empresas de melhor oferta classificadas para o presente Certame.	06/03/2025 17:46:12
Agente de Contratação	O chat está aberto para todos os fornecedores.	06/03/2025 17:47:50
Agente de Contratação	Foi iniciada a fase recursal para a fase de proposta do processo. Os interessados devem registrar a Intenção de Recurso em até 10 minutos(s) - (Prazo: 06/03/2025 17:58).	06/03/2025 17:48:02
Fornecedor 3	MANIFESTO INTENÇÃO DE RECURSO CONFORME PREVISTO EM LEI , AS DEMAIS INFORMACOES SERAM ENACMINHADAS NO RECURSO.)	06/03/2025 17:55:25
Agente de Contratação	Notado. Ao fim da fase de habilitação será aberto campo para a interposição do recuso manifestado.	06/03/2025 17:59:03
Agente de Contratação	Suspenderemos esta sessão. Retornamos amanhã (07/03)	06/03/2025 17:59:33
Agente de Contratação	Suspenderemos esta sessão. Retornamos amanhã (07/03) às 9h.	06/03/2025 17:59:44
Agente de Contratação	O chat está fechado para todos os fornecedores.	06/03/2025 17:59:53
Agente de Contratação	Bom dia, Srs.! Estamos retornando a esta sessão.	07/03/2025 09:00:16
Agente de Contratação	Srs., será aberto prazo de 02 (duas) horas para o envio dos documentos habilitatórios.	07/03/2025 09:05:03

Agente de Contratação	Fornecedor: BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES, solicito o envio dos documentos habilitatórios no prazo de 02(duas) horas, conforme item 8.12 do Edital.	07/03/2025 09:07:31
Agente de Contratação	Fornecedor: R SOUSA COMERCIO LTDA, solicito o envio dos documentos habilitatórios no prazo de 02(duas) horas, conforme item 8.12 do Edital.	07/03/2025 09:08:39
Sistema	O envio de arquivos complementares foi **habilitado** para o **Fornecedor 04** no **Lote 1**.	07/03/2025 09:30:55
Sistema	O envio de arquivos complementares foi **habilitado** para o **Fornecedor 02** no **Lote 2**.	07/03/2025 09:31:58
Agente de Contratação	O chat está aberto para todos os fornecedores.	07/03/2025 11:04:11
Agente de Contratação	Declaramos finalizado o prazo para envio dos documentos habilitatórios.	07/03/2025 11:33:18
Sistema	O envio de arquivos complementares foi **desabilitado** para o **Fornecedor 04** no **Lote 1**.	07/03/2025 11:33:37
Sistema	O envio de arquivos complementares foi **desabilitado** para o **Fornecedor 02** no **Lote 2**.	07/03/2025 11:33:52
Agente de Contratação	Suspenderemos esta sessão, retornamos às 15h.	07/03/2025 12:20:12
Agente de Contratação	O chat está fechado para todos os fornecedores.	07/03/2025 12:20:16
Agente de Contratação	Boa tarde! Estamos retornando a esta sessão.	07/03/2025 15:00:10
Agente de Contratação	O Fornecedor R SOUSA COMERCIO LTDA está inabilitado deste Certame, devido ausência de envio de documentos de habilitação conforme solicitado dentro do prazo.	07/03/2025 15:03:12
Sistema	O fornecedor **R SOUSA COMERCIO LTDA** foi **Inabilitado no**(s) lote(s) 1, 8 e 12.. Justificativa:	07/03/2025 15:04:00
Agente de Contratação	Em razão da nova ordem de classificação será aberto novo prazo de negociação para os itens 01, 08 e 12. Sr. Fornecedor melhor classificado para estes itens, há possibilidade de baixarmos os valores?	07/03/2025 15:05:16
Agente de Contratação	O chat está aberto para todos os fornecedores.	07/03/2025 15:06:02
Agente de Contratação	Realizadas tentativas de negociação, a qual não tivemos sucesso, declaramos finalizada esta fase.	07/03/2025 15:11:31
Fornecedor 2	Boa tarde!	07/03/2025 15:12:48
Fornecedor 2	Tenho lance melhor para o item 8	07/03/2025 15:13:37
Agente de Contratação	Por favor incluir no sistema.	07/03/2025 15:14:02
Agente de Contratação	A negociação está em aberto ainda no sistema	07/03/2025 15:14:17
Agente de Contratação	Sr. Fornecedor PARMAGASES COMERCIO DE GASES E SERVICOS LTDA, tendo em vista que seu valor está acima do orçado para o item 12, há possibilidade de baixarmos o valor? Em caso negativo o mesmo será desclassificado para este item.	07/03/2025 15:15:16
Agente de Contratação	Finalizaremos a fase de negociação. A empresa PARMAGASES COMERCIO DE GASES E SERVICOS LTDA está desclassificada para o item 12 devido o valor estar acima do orçado.	07/03/2025 15:27:46
Sistema	O fornecedor **02** teve seu lance final aceito para o lote **01** . A proposta foi atualizada automaticamente com o valor unitário do melhor lance.	07/03/2025 15:27:53
Sistema	O fornecedor **02** teve seu lance final aceito para o lote **08** . A proposta foi atualizada automaticamente com o valor unitário do melhor lance.	07/03/2025 15:27:56
Sistema	O fornecedor **01** teve seu lance final aceito para o lote **12** . A proposta foi atualizada automaticamente com o valor unitário do melhor lance.	07/03/2025 15:28:04
Agente de Contratação	O Fornecedor 1 foi desclassificado no lote **12** . Justificativa: proposta acima do orçamento estimado.	07/03/2025 15:28:19

Agente de Contratação	Srs., será aberto o prazo para envio de proposta readequada para os itens 01 e 08. O envio da proposta readequada deverá ser feito no prazo de 02 (duas) horas para as empresas cujas propostas tiveram melhor lance, sob pena de desclassificação. PARA OS ITENS COM DESCONTO SUPERIOR A 30%, conforme previsto no instrumento convocatório, deverá ser enviada, em sede de diligência, a composição de custos comprovando os valores apresentados. A composição deverá ser acompanhada de notas fiscais de entrada que comprovam o valor de oportunidade e a garantia do cumprimento contratual. O não envio desses documentos ensejarão na desclassificação da participante.	07/03/2025 15:33:02
Agente de Contratação	Fornecedor 2, foi liberado para incluir documentos complementares no processo. Clique no botão de Documentos complementares nas ações desta sala.	07/03/2025 15:33:17
Agente de Contratação	Fornecedor 2, foi liberado para incluir documentos complementares no processo. Clique no botão de Documentos complementares nas ações desta sala.	07/03/2025 15:33:22
Agente de Contratação	Sr. Fornecedor BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES, buscando dar celeridade ao processo licitatório, solicito como diligência no prazo de 02 (duas) horas o envio das alterações contratuais dos dias 12/08/2024 e 02/02/2023, ou a última alteração contratual caso esteja consolidada; Fotos da fachada da empresa; e também o envio do Recibo de envio do Sped referente ao exercício de 2023.	07/03/2025 15:36:31
Sistema	O envio de arquivos complementares foi **habilitado** para o **Fornecedor 04** no **Lote 2**.	07/03/2025 15:37:08
Sistema	O envio de arquivos complementares foi **habilitado** para o **Fornecedor 02** no **Lote 2**.	07/03/2025 15:42:01
Sistema	O envio de arquivos complementares foi **desabilitado** para o **Fornecedor 04** no **Lote 2**.	07/03/2025 15:42:11
Agente de Contratação	Declaramos finalizado o prazo de envio de proposta readequada e envio de documentos solicitados.	07/03/2025 17:43:06
Agente de Contratação	Fornecedor 2, a opção de enviar documentos complementares foi finalizada.	07/03/2025 17:43:09
Agente de Contratação	Fornecedor 2, a opção de enviar documentos complementares foi finalizada.	07/03/2025 17:43:13
Sistema	O envio de arquivos complementares foi **desabilitado** para o **Fornecedor 02** no **Lote 2**.	07/03/2025 17:43:37
Agente de Contratação	Analisados os documentos de habilitação, declaramos a empresa melhor classificada habilitada para o presente Certame.	07/03/2025 17:48:50
Sistema	O fornecedor **BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES** foi **Habilitado** no(s) lote(s): 1 à 10.	07/03/2025 17:49:30
Agente de Contratação	Srs., suspenderemos a sessão e retornamos as 8h30 do dia 10/03	07/03/2025 17:54:39
Agente de Contratação	O chat está fechado para todos os fornecedores.	07/03/2025 17:54:56
Agente de Contratação	Bom dia! Estamos retornando a esta sessão.	10/03/2025 08:30:16
Sistema	O fornecedor **BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES** foi declarado vencedor do(s) lote(s) **1.**	10/03/2025 08:30:47
Sistema	O fornecedor **BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES** foi declarado vencedor do(s) lote(s) **2.**	10/03/2025 08:30:51
Sistema	O fornecedor **BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES** foi declarado vencedor do(s) lote(s) **3.**	10/03/2025 08:30:56
Sistema	O fornecedor **BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES** foi declarado vencedor do(s) lote(s) **4.**	10/03/2025 08:31:01
Sistema	O fornecedor **BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES** foi declarado vencedor do(s) lote(s) **5.**	10/03/2025 08:31:07
Sistema	O fornecedor **BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES** foi declarado vencedor do(s) lote(s) **6.**	10/03/2025 08:31:13
Sistema	O fornecedor **BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES** foi declarado vencedor do(s) lote(s) **7.**	10/03/2025 08:31:23
Sistema	O fornecedor **BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES** foi declarado vencedor do(s) lote(s) **8.**	10/03/2025 08:31:29
Sistema	O fornecedor **BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES** foi declarado vencedor do(s) lote(s) **9.**	10/03/2025 08:31:35

Sistema	O fornecedor **BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES** foi declarado vencedor do(s) lote(s) **10.**	10/03/2025 08:31:44
Sistema	O(s) Lote(s) 1., será(ão) aberto(s) para manifestação de intenção de recurso. A mesma deverá ser feita em até **10** minuto(s) - *(Prazo inicial: 10/03/2025 08:37:00, Prazo final: 10/03/2025 08:47:00).*	10/03/2025 08:36:04
Sistema	O(s) Lote(s) 2., será(ão) aberto(s) para manifestação de intenção de recurso. A mesma deverá ser feita em até **10** minuto(s) - *(Prazo inicial: 10/03/2025 08:37:00, Prazo final: 10/03/2025 08:47:00).*	10/03/2025 08:36:21
Sistema	O(s) Lote(s) 3., será(ão) aberto(s) para manifestação de intenção de recurso. A mesma deverá ser feita em até **10** minuto(s) - *(Prazo inicial: 10/03/2025 08:37:00, Prazo final: 10/03/2025 08:47:00).*	10/03/2025 08:36:31
Sistema	O(s) Lote(s) 4., será(ão) aberto(s) para manifestação de intenção de recurso. A mesma deverá ser feita em até **10** minuto(s) - *(Prazo inicial: 10/03/2025 08:37:00, Prazo final: 10/03/2025 08:47:00).*	10/03/2025 08:36:43
Sistema	O(s) Lote(s) 5., será(ão) aberto(s) para manifestação de intenção de recurso. A mesma deverá ser feita em até **10** minuto(s) - *(Prazo inicial: 10/03/2025 08:37:00, Prazo final: 10/03/2025 08:47:00).*	10/03/2025 08:36:53
Sistema	O(s) Lote(s) 6., será(ão) aberto(s) para manifestação de intenção de recurso. A mesma deverá ser feita em até **10** minuto(s) - *(Prazo inicial: 10/03/2025 08:38:00, Prazo final: 10/03/2025 08:48:00).*	10/03/2025 08:37:02
Sistema	O(s) Lote(s) 7., será(ão) aberto(s) para manifestação de intenção de recurso. A mesma deverá ser feita em até **10** minuto(s) - *(Prazo inicial: 10/03/2025 08:38:00, Prazo final: 10/03/2025 08:48:00).*	10/03/2025 08:37:14
Sistema	O(s) Lote(s) 8., será(ão) aberto(s) para manifestação de intenção de recurso. A mesma deverá ser feita em até **10** minuto(s) - *(Prazo inicial: 10/03/2025 08:38:00, Prazo final: 10/03/2025 08:48:00).*	10/03/2025 08:37:25
Sistema	O(s) Lote(s) 9., será(ão) aberto(s) para manifestação de intenção de recurso. A mesma deverá ser feita em até **10** minuto(s) - *(Prazo inicial: 10/03/2025 08:38:00, Prazo final: 10/03/2025 08:48:00).*	10/03/2025 08:37:35
Sistema	O(s) Lote(s) 10., será(ão) aberto(s) para manifestação de intenção de recurso. A mesma deverá ser feita em até **10** minuto(s) - *(Prazo inicial: 10/03/2025 08:38:00, Prazo final: 10/03/2025 08:48:00).*	10/03/2025 08:37:45
Sistema	O(s) Lote(s) 11., será(ão) aberto(s) para manifestação de intenção de recurso. A mesma deverá ser feita em até **10** minuto(s) - *(Prazo inicial: 10/03/2025 08:38:00, Prazo final: 10/03/2025 08:48:00).*	10/03/2025 08:37:53
Sistema	O(s) Lote(s) 12., será(ão) aberto(s) para manifestação de intenção de recurso. A mesma deverá ser feita em até **10** minuto(s) - *(Prazo inicial: 10/03/2025 08:39:00, Prazo final: 10/03/2025 08:49:00).*	10/03/2025 08:38:04
Fornecedor 3	O fornecedor **03** solicitou envio de mensagem.	10/03/2025 08:38:45
Fornecedor 3	Intenção de recurso de A G DA CRUZ LTDA para o lote **01** . (MANIFESTO INTENÇÃO DE RECURSO CONFORME PREVISTO EM LEI , AS DEMAIS INFORMACOES SERAM ENACMINHADAS NO RECURSO.))	10/03/2025 08:39:17
Fornecedor 3	Intenção de recurso de A G DA CRUZ LTDA para o lote **01** . (MANIFESTO INTENÇÃO DE RECURSO CONFORME PREVISTO EM LEI , AS DEMAIS INFORMACOES SERAM ENACMINHADAS NO RECURSO.))	10/03/2025 08:39:47
Fornecedor 3	Intenção de recurso de A G DA CRUZ LTDA para o lote **06** . (MANIFESTO INTENÇÃO DE RECURSO CONFORME PREVISTO EM LEI , AS DEMAIS INFORMACOES SERAM ENACMINHADAS NO RECURSO.))	10/03/2025 08:41:47
Fornecedor 3	Intenção de recurso de A G DA CRUZ LTDA para o lote **07** . (MANIFESTO INTENÇÃO DE RECURSO CONFORME PREVISTO EM LEI , AS DEMAIS INFORMACOES SERAM ENACMINHADAS NO RECURSO.))	10/03/2025 08:42:25
Fornecedor 3	Intenção de recurso de A G DA CRUZ LTDA para o lote **02** . (MANIFESTO INTENÇÃO DE RECURSO CONFORME PREVISTO EM LEI , AS DEMAIS INFORMACOES SERAM ENACMINHADAS NO RECURSO.))	10/03/2025 08:46:12
Fornecedor 3	Intenção de recurso de A G DA CRUZ LTDA para o lote **03** . (MANIFESTO INTENÇÃO DE RECURSO CONFORME PREVISTO EM LEI , AS DEMAIS INFORMACOES SERAM ENACMINHADAS NO RECURSO.))	10/03/2025 08:46:26
Fornecedor 3	Intenção de recurso de A G DA CRUZ LTDA para o lote **05** . (MANIFESTO INTENÇÃO DE RECURSO CONFORME PREVISTO EM LEI , AS DEMAIS INFORMACOES SERAM ENACMINHADAS NO RECURSO.))	10/03/2025 08:46:47

Fornecedor 3	Intenção de recurso de A G DA CRUZ LTDA para o lote **04** . (MANIFESTO INTENÇÃO DE RECURSO CONFORME PREVISTO EM LEI , AS DEMAIS INFORMACOES SERAM ENACMINHADAS NO RECURSO.))	10/03/2025 08:47:05
Fornecedor 3	Intenção de recurso de A G DA CRUZ LTDA para o lote **08** . (MANIFESTO INTENÇÃO DE RECURSO CONFORME PREVISTO EM LEI , AS DEMAIS INFORMACOES SERAM ENACMINHADAS NO RECURSO.))	10/03/2025 08:47:26
Fornecedor 3	Intenção de recurso de A G DA CRUZ LTDA para o lote **09** . (MANIFESTO INTENÇÃO DE RECURSO CONFORME PREVISTO EM LEI , AS DEMAIS INFORMACOES SERAM ENACMINHADAS NO RECURSO.))	10/03/2025 08:47:48
Agente de Contratação	Aceitamos a intenção de recurso, e está aberto o prazo de 03 (três) dias para apresentação do recurso, sendo aberto ao fim desse prazo, o prazo de 03 (três) dias para contrarrazões quanto ao recurso interposto. As peças recursais deverão ser enviadas por meio do sistema. Se houver algum problema para anexar o documento, este poderá ser enviado pelo e-mail constante no Edital, justificando a impossibilidade. Senhores, na interposição de recurso, por favor enviar peça única com as todas informações apontadas na intenção. Não há necessidade de envio de recurso por item.	10/03/2025 08:49:38
Sistema	Foi iniciada a fase recursal do(s) lote(s) **1.**. Os interessados devem registrar o recurso em até **3** dia(s) - *(Prazo Recurso: 13/03/2025 23:59, Prazo contrarrazão: 18/03/2025 23:59).*	10/03/2025 08:49:56
Sistema	Foi iniciada a fase recursal do(s) lote(s) **2.**. Os interessados devem registrar o recurso em até **3** dia(s) - *(Prazo Recurso: 13/03/2025 23:59, Prazo contrarrazão: 18/03/2025 23:59).*	10/03/2025 08:50:06
Sistema	Foi iniciada a fase recursal do(s) lote(s) **3.**. Os interessados devem registrar o recurso em até **3** dia(s) - *(Prazo Recurso: 13/03/2025 23:59, Prazo contrarrazão: 18/03/2025 23:59).*	10/03/2025 08:50:13
Sistema	Foi iniciada a fase recursal do(s) lote(s) **4.**. Os interessados devem registrar o recurso em até **3** dia(s) - *(Prazo Recurso: 13/03/2025 23:59, Prazo contrarrazão: 18/03/2025 23:59).*	10/03/2025 08:50:19
Sistema	Foi iniciada a fase recursal do(s) lote(s) **5.**. Os interessados devem registrar o recurso em até **3** dia(s) - *(Prazo Recurso: 13/03/2025 23:59, Prazo contrarrazão: 18/03/2025 23:59).*	10/03/2025 08:51:05
Sistema	Foi iniciada a fase recursal do(s) lote(s) **6.**. Os interessados devem registrar o recurso em até **3** dia(s) - *(Prazo Recurso: 13/03/2025 23:59, Prazo contrarrazão: 18/03/2025 23:59).*	10/03/2025 08:51:11
Sistema	Foi iniciada a fase recursal do(s) lote(s) **7.**. Os interessados devem registrar o recurso em até **3** dia(s) - *(Prazo Recurso: 13/03/2025 23:59, Prazo contrarrazão: 18/03/2025 23:59).*	10/03/2025 08:51:17
Sistema	Foi iniciada a fase recursal do(s) lote(s) **8.**. Os interessados devem registrar o recurso em até **3** dia(s) - *(Prazo Recurso: 13/03/2025 23:59, Prazo contrarrazão: 18/03/2025 23:59).*	10/03/2025 08:51:23
Sistema	Foi iniciada a fase recursal do(s) lote(s) **9.**. Os interessados devem registrar o recurso em até **3** dia(s) - *(Prazo Recurso: 13/03/2025 23:59, Prazo contrarrazão: 18/03/2025 23:59).*	10/03/2025 08:51:28
Sistema	Foi iniciada a fase recursal do(s) lote(s) **10.**. Os interessados devem registrar o recurso em até **3** dia(s) - *(Prazo Recurso: 13/03/2025 23:59, Prazo contrarrazão: 18/03/2025 23:59).*	10/03/2025 08:51:35
Sistema	Foi iniciada a fase recursal do(s) lote(s) **11.**. Os interessados devem registrar o recurso em até **3** dia(s) - *(Prazo Recurso: 13/03/2025 23:59, Prazo contrarrazão: 18/03/2025 23:59).*	10/03/2025 08:51:41
Sistema	Foi iniciada a fase recursal do(s) lote(s) **12.**. Os interessados devem registrar o recurso em até **3** dia(s) - *(Prazo Recurso: 13/03/2025 23:59, Prazo contrarrazão: 18/03/2025 23:59).*	10/03/2025 08:51:46
Agente de Contratação	Declaramos a sessão finalizada, após finalizados os prazos de recurso e contrarrazão, incluiremos no campo devido o julgamento do recurso.	10/03/2025 08:52:09
Agente de Contratação	Segue a decisão do recurso interposto anexada ao sistema.	20/03/2025 16:54:58
Sistema	A sessão pública foi **Encerrada**.	20/03/2025 16:58:00

Julgamento de Recursos e Contrarrazões

Solicitação	Resposta

ANTONIA GEOVANDA DA CRUZ	JAINNE LOPES MAGALHÃES
Recurso - A G DA CRUZ	Segue decisão do recurso interposto.



Lista de Classificação do Lote 1

Posição	Fornecedor	CPF/CNPJ	Lance Final
1	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES	38.425.303/0001-29	174,00
2	PARMAGASES COMERCIO DE GASES E SERVICOS LTDA	32.754.143/0001-85	209,00
3	A G DA CRUZ LTDA	69.386.324/0001-06	210,68

Lista de Classificação do Lote 2

Posição	Fornecedor	CPF/CNPJ	Lance Final
1	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES	38.425.303/0001-29	164,00
2	A G DA CRUZ LTDA	69.386.324/0001-06	172,00
3	PARMAGASES COMERCIO DE GASES E SERVICOS LTDA	32.754.143/0001-85	192,30

Lista de Classificação do Lote 3

Posição	Fornecedor	CPF/CNPJ	Lance Final
1	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES	38.425.303/0001-29	116,00
2	R SOUSA COMERCIO LTDA	27.517.764/0001-05	117,00
3	A G DA CRUZ LTDA	69.386.324/0001-06	176,00
4	PARMAGASES COMERCIO DE GASES E SERVICOS LTDA	32.754.143/0001-85	197,11

Lista de Classificação do Lote 4

Posição	Fornecedor	CPF/CNPJ	Lance Final
1	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES	38.425.303/0001-29	225,00
2	A G DA CRUZ LTDA	69.386.324/0001-06	226,00
3	R SOUSA COMERCIO LTDA	27.517.764/0001-05	232,00
4	PARMAGASES COMERCIO DE GASES E SERVICOS LTDA	32.754.143/0001-85	239,50

Lista de Classificação do Lote 5

Posição	Fornecedor	CPF/CNPJ	Lance Final
1	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES	38.425.303/0001-29	139,00
2	A G DA CRUZ LTDA	69.386.324/0001-06	140,00
3	R SOUSA COMERCIO LTDA	27.517.764/0001-05	142,00
4	PARMAGASES COMERCIO DE GASES E SERVICOS LTDA	32.754.143/0001-85	168,65

Lista de Classificação do Lote 6

Posição	Fornecedor	CPF/CNPJ	Lance Final
1	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES	38.425.303/0001-29	49,00
2	PARMAGASES COMERCIO DE GASES E SERVICOS LTDA	32.754.143/0001-85	99,15

Lista de Classificação do Lote 7

Posição	Fornecedor	CPF/CNPJ	Lance Final

1	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES	38.425.303/0001-29	49,00
2	PARMAGASES COMERCIO DE GASES E SERVICOS LTDA	32.754.143/0001-85	99,15

Lista de Classificação do Lote 8

Posição	Fornecedor	CPF/CNPJ	Lance Final
1	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES	38.425.303/0001-29	48,00
2	A G DA CRUZ LTDA	69.386.324/0001-06	84,00
3	PARMAGASES COMERCIO DE GASES E SERVICOS LTDA	32.754.143/0001-85	101,00

Lista de Classificação do Lote 9

Posição	Fornecedor	CPF/CNPJ	Lance Final
1	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES	38.425.303/0001-29	48,00
2	PARMAGASES COMERCIO DE GASES E SERVICOS LTDA	32.754.143/0001-85	102,92
3	A G DA CRUZ LTDA	69.386.324/0001-06	102,92

Lista de Classificação do Lote 10

Posição	Fornecedor	CPF/CNPJ	Lance Final
1	BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES	38.425.303/0001-29	199,00
2	PARMAGASES COMERCIO DE GASES E SERVICOS LTDA	32.754.143/0001-85	550,00

Lista de Classificação do Lote 11

LOTE FRUSTRADO

Lista de Classificação do Lote 12

LOTE FRUSTRADO

Avisos do processo

Data / Hora	Descrição
12/02/2025 18:07:19	**Atualizações do processo após publicação:** - Excluiu o **Lote 7 (Cota)**, com todos seus itens e propostas, se houveram.

Status de Adjudicação e Homologação dos Lotes

Lotes	Adjudicação	Homologação
	Data/Hora	Data/Hora
Lote 1		
Lote 2		
Lote 3		
Lote 4		
Lote 5		
Lote 6		
Lote 7		
Lote 8		
Lote 9		

Lote 10		
Lote 11		
Lote 12		

A geração dessa Ata só é possível após encerrada a sala de disputa e conhecido o vencedor de todos os lotes.

Homologação Parcial: 0 de 10 lote(s).

Documento gerado em 20 de Março de 2025.

JAINNE LOPES MAGALHÃES - Agente de Contratação

Hilana Lais do Lago Campelo - Equipe de Apoio

Marília Sousa Lima Rosa Serra - Equipe de Apoio

Ao senhor,
João Marcelo Fonsêca Silva
Secretário Municipal de Saúde

RELATÓRIO CONCLUSIVO

A Agente de Contratação da Prefeitura Municipal de Itapecuru Mirim, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria Nº 1035/2025, exarada pelo Gabinete do Prefeito, considerando o inteiro teor dos autos do processo administrativo Nº 2025.01.14.0005, que deu origem a licitação na modalidade Pregão Eletrônica Nº 006/2025, objetivando o Registro de preço para aquisição de recargas de gases medicinais gás oxigênio e ar comprimido e acessórios umidificador e regulador com fluxômetro – para uso na assistência ventilatória para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Itapecuru Mirim/MA, e, considerando ainda, o resultado do julgamento do processo licitatório acima identificado, apresenta o relatório conclusivo à autoridade competente, conforme segue:

A empresa declarada vencedora no Certame está descrita conforme abaixo:

1. BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES, inscrita no CNPJ Nº 38.425.303/0001-29, habilitada para os itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09 e 10, no valor global de R$ 185.295,00 (cento e oitenta e cinco mil duzentos e noventa e cinco reais), conforme planilha abaixo:

ITEM	CATMAT	ESPECIF.	MARCA/ MODELO	COTA	UNID. DE MEDIDA	QUANT.	QUANT. CILIN-DRO	VALOR	TOTAL
1	429464	RECARGA DE AR MEDICINAL (COMPRIMIDO) – CILINDRO DE 1 M³	FORT GÁS - FORT GÁS	EXCLU-SIVA ME/EPP	M³	30	30	R$ 174,00	R$ 5.220,00
2	483539	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 1/2 M³	FORT GÁS - FORT GÁS	EXCLU-SIVA ME/EPP	M³	25	50	R$ 164,00	R$ 4.100,00
3	483539	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 1 M³	FORT GÁS - FORT GÁS	EXCLU-SIVA ME/EPP	M³	40	40	R$ 116,00	R$ 4.640,00
4	483539	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 3,5M³	FORT GÁS - FORT GÁS	EXCLU-SIVA ME/EPP	M³	140	40	R$ 225,00	R$ 31.500,00
5	483539	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 2 M³	FORT GÁS - FORT GÁS	EXCLU-SIVA ME/EPP	M³	200	100	R$ 139,00	R$ 27.800,00
6	483539	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL -	FORT GÁS -	AMPLA DISPU-TA	M³	788	150	R$ 49,00	R$ 38.612,00

		CILINDRO DE 7 M³	FORT GÁS						
7	483539	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 7 M³	FORT GÁS - FORT GÁS	RESER-VADA ME/EPP	M³	262	150	R$ 49,00	R$ 12.838,00
8	483539	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 10 M³	FORT GÁS - FORT GÁS	AMPLA DISPU-TA	M³	900	120	R$ 48,00	R$ 43.200,00
9	483539	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 10 M³	FORT GÁS - FORT GÁS	RESER-VADA ME/EPP	M³	300	120	R$ 48,00	R$ 14.400,00
10	389770	VÁLVULA REGULADORA PARA CILINDRO DE OXIGÊNIO COM FLUXOMETRO	GALZER/ GALZER	EXCLU-SIVA ME/EPP	UNIDADE	15	-	R$ 199,00	R$ 2.985,00
TOTAL									**R$ 185.295,00**

Itens fracassados:

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	COTA	UNID. DE MEDIDA	QUANT.
11	435413	UMIDIFICADOR PARA OXIGÊNIO 250ML	EXCLUSIVA ME/EPP	UNIDADE	30
12	437179	EXTENSOR PARA CATETER DE OXIGÊNIO, TUBO EM SILICONE COM DIÂMETRO INTERNO 6MM : 50METROS	EXCLUSIVA ME/EPP	UNIDADE	50

Por fim, cumpre destacar que fica resguardado ao Poder Executivo Municipal de Itapecuru Mirim/MA, representado pelo Prefeito Municipal, o direito de revogar esta licitação por razões de interesse público, suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocações de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, conforme preceitua a Lei Nº 14.133/2021.

Itapecuru Mirim/MA, 20 de março de 2025.

JAINNE LOPES MAGALHÃES
Pregoeira

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU-MIRIM
CNPJ Nº 05.648.696/0001-80

SOLICITAÇÃO DE PARECER DE CONFORMIDADE

À
Secretaria de Controle Interno e Transparência-SECIT
Senhor João Marcos Carvalho da Costa
Secretário Municipal - SECIT

Assunto: Solicitação de parecer técnico referente ao Pregão Eletrônico 006/2025, processo administrativo Nº 2025.01.14.0005.

Senhor Secretário,

Pelo presente, encaminhamos a V. Sa, para apreciação e parecer técnico, referente ao Pregão Eletrônico 006/2025, originada do Processo Administrativo Nº 2025.01.14.0005, pós habilitação, objetivando o Registro de preço para aquisição de recargas de gases medicinais gás oxigênio e ar comprimido e acessórios umidificador e regulador com fluxômetro – para uso na assistência ventilatória para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Itapecuru Mirim/MA. O referido processo baseou-se na, Lei Nº 14.133/2021, Lei Complementar Nº. 123/2006, da Lei Federal Nº 12.846/13, dos Decretos Municipais Nº 015/2023 e 016/2023GP. Segue em anexo o processo acima mencionado para elaboração do parecer final desse Órgão.

Itapecuru - Mirim/MA, 20 de março de 2025.

JOÃO MARCELO FONSÊCA SILVA
Secretaria Municipal de Saúde

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM
SECRETARIA DE CONTROLE E TRANSPARÊNCIA

Parecer de Controle nº. 52/2025

RELATÓRIO DE CONFORMIDADE DE CONTRATAÇÃO – REGISTRO DE PREÇO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 06/2025

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO

NÚMERO DO PROCESSO	MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO	EMPRESAS SELECIONADAS	OBJETO	VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
2025.01.14.0005	REGISTRO PREÇO- Pregão Eletrônico nº. 06/2025	Bruno de S. Borges Comércio de Gases. CNPJ n. 38.425.303/0001-29	Registro de preço para eventual e futura contratação de empresa especializada no fornecimento de gases medicinais	Lote Único – R$ 185.295,00 (cento e oitenta e cinco mil novecentos e cinquenta reais)

2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

LOTES	CERTIDÃO	EMPRESA	VALIDADE
1	CNPJ, (REGULARIDADE FAZENDA FEDERAL, ESTADUAL, MUNICIPAL, FGTS E DÉBITOS TRABALHISTAS, FALÊNCIA E CONCORDATA).	Bruno de S. Borges Comércio de Gases. CNPJ n. 38.425.303/0001-29	Todas válidas por ocasião do certame

3. DA ANÁLISE DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL

3.1. DA FASE INTERNA

A Administração, em seus processos de contratação, deve realizar a sua instrução com a fase preparatória, contendo os elementos necessários para garantir a correta indicação do objeto a ser contratado, assim como os requisitos necessários para a participação de interessadas e a consequente contratação ou registro de preço, conforme o **Art. 18 da Lei n. 14.133/2021.**

Acerca disso, esta assessoria reitera que realizou análise da referida fase, tendo emitido o **Parecer n. 20/2025,** manifestando-se pelo prosseguimento do certame, e, considerando que não houve alteração no edital e seus anexos, assim como nova publicação não será apresentada nova manifestação.

3.2. DA FASE EXTERNA

PREGÃO ELETRÔNICO					
ATOS ADMINISTRATIVOS E DOCUMENTOS A SEREM VERIFICADOS				DISPOSITIVOS LEGAIS	OBSERVAÇÕES
DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA	CONFORME	NÃO CONFORME	N/A		
1. Aviso de licitação e sua publicação contendo de forma clara, o objeto da licitação, local, dia e horário da realização da abertura dos trabalhos e convocação dos interessados, observando os meios de publicação utilizados.	X			Art. 53 da Lei n. 14.133/2021	DOM 12/02/2025 DOU 12/02/2025; Jornal O Imparcial 12/02/2025 PNCP – Edital n. 006/2025. 12/02/2025
2. Pedidos de esclarecimentos, impugnações ou requerimento apresentados pelos licitantes e/ou	X			Art. 164 da Lei n. 14.133/2021	A recorrente apresentou

relatório/deliberações do pregoeiro quanto aos pedidos/recursos apresentados, quando houver.					intenção de recurso.
3. Apresentação das propostas e dos documentos de habilitação.	X			Art. 55 da Lei n. 14.133/2021	Verificou-se divergência entre o Capital Social previsto no Contrato Social e Certidão de Registro de Quitação CREA.
4. Foi solicitada a apresentação de condições mais vantajosas?	X			Art. 61 da Lei n. 14.133/2021	
5. Ata Relatório e deliberações da comissão responsável pela licitação.	X				
6. Decisão de Recursos de Licitantes.	X			Art. 165, §1º da Lei n. 14.133/2021	Decisão desfavorável ao recorrente
7. Manifestação Jurídica Legalidade Atos Pregoeiro.			X		
8. Ato de adjudicação do objeto da licitação.			X	Art. 71, IV da Lei n. 14.133/2021	
9. Ato de homologação da licitação.			X	Art. 71, IV da Lei n. 14.133/2021	
10. Recibo de entrega de informações do processo de contratação no TCE e PNCP.			X	Art. 54, §3º da Lei n. 14.133/2021, IN TCE/MA Nº 73/2022	

4. INFORMAÇÕES ADICIONAIS DA ANÁLISE

4.1 A empresa **A G da Cruz Ltda.,** inconformada com a decisão de desclassificou sua proposta referente aos **itens 6 e 7** apresentou recurso, tendo apresentado intenção nos termos do **Art. 165, §1º, I da Lei n. 14.133/2021,** diante da possível inexequibilidade de sua proposta. Deste modo, da análise da documentação apresentada pela recorrente, não foi demonstrada, de forma clara a viabilidade econômica de sua proposta.

4.2 Nos termos do **Item n. 8.52 do Edital** a empresa que atua na distribuição ou venda de gases deve apresentar **"Autorização de Funcionamento de Empresa - AFE pertencente a empresa FABRICANTE/ENVASADORA, bem como contrato vigente de fornecimento de gases medicinais com a empresa"** o que foi cumprido.

5. RESULTADO DA ANÁLISE

Este departamento de controle salientar que o escopo desta manifestação é orientar o Gestor Público quanto às exigências legais para a prática do ato administrativo sob o aspecto jurídico-formal. Isso porque foge à competência legal desta Controladoria examinar aspectos técnicos, orçamentários e de mérito, faz-se uma análise quanto a regularidade fiscal e trabalhista constante nos autos, existência de documentos obrigatórios exigidos na legislação, não adentrando na conveniência e oportunidade dos atos praticados pelos setores técnicos competentes, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-jurídico-administrativa.

Ressalvamos ainda que todos os despachos, atestos, declarações, relatórios e análises técnicas, contábeis e pareceres são de única e exclusiva responsabilidade dos seus respectivos setores e seus signatários.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM
SECRETARIA DE CONTROLE E TRANSPARÊNCIA

Deste modo, esta controladoria se posiciona pela **CONFORMIDADE** da instrução dos autos, devendo ser juntada novas certidões negativas eventualmente vencidas, bem como a publicação do instrumento contratual no PNCP nos termos do **Art. 94 da Lei n. 14.133/2021,** assim como no **SINC e Impressa Oficial**.

Itapecuru Mirim/MA, 20 de março de 2025.

João Marcos Carvalho da Costa
Secretario de Transparência e Controle

ADJUDICAÇÃO

Após analisarem a Licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 006/2025, objetivando o Registro de preço para aquisição de recargas de gases medicinais gás oxigênio e ar comprimido e acessórios umidificador e regulador com fluxômetro – para uso na assistência ventilatória para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Itapecuru Mirim/MA, conforme Anexo I do Edital desta Licitação, a Secretaria Municipal de Saúde, por meio do seu secretário e Gerenciador da Ata de Registro de Preços, o Sr. João Marcelo Fonsêca Silva, a Secretaria Municipal de Administração e Receita, o Sr. Allyson Ferreira Pereira, Ordenadores de Despesas conforme Lei Municipal 1688/2025, tendo em vista o resultado encaminhado do processo licitatório supracitado, aprova e adjudica o objeto acima à empresa **BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES,** inscrita no **CNPJ Nº 38.425.303/0001-29**, vencedora dos itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10 no valor global de R$ 185.295,00 (cento e oitenta e cinco mil duzentos e noventa e cinco reais), por ter cotado o Menor Preço Por Item, segundo critérios de julgamento pré-estabelecidos no instrumento convocatório.

HOMOLOGAÇÃO

A Secretaria Municipal de Saúde e a Secretaria Municipal de Administração, por meio de seus Secretários Municipais, na condição de Ordenadores de Despesas e no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Lei Municipal 1688/2025, e com base nas informações constantes na adjudicação dos itens listados abaixo, de acordo com o que dispõe o artigo 71, inciso IV da Lei Federal Nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, resolve **HOMOLOGAR** o resultado da licitação, o objeto acima especificado a favor da empresas abaixo descritas:

1. BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES, inscrita no **CNPJ Nº 38.425.303/0001-29,** habilitada para os itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09 e 10, no valor global de R$ 185.295,00 (cento e oitenta e cinco mil duzentos e noventa e cinco reais), conforme planilha abaixo:

ITEM	CATMAT	ESPECIF.	MARCA/ MODELO	COTA	UNID. DE MEDIDA	QUANT.	QUANT. CILIN-DRO	VALOR UNIT.	TOTAL
1	429464	RECARGA DE AR MEDICINAL (COMPRIMIDO) – CILINDRO DE 1 M³	FORT GÁS - FORT GÁS	EXCLU-SIVA ME/EPP	M³	30	30	R$ 174,00	R$ 5.220,00
2	483539	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 1/2 M³	FORT GÁS - FORT GÁS	EXCLU-SIVA ME/EPP	M³	25	50	R$ 164,00	R$ 4.100,00
3	483539	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 1 M³	FORT GÁS - FORT GÁS	EXCLU-SIVA ME/EPP	M³	40	40	R$ 116,00	R$ 4.640,00
4	483539	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO	FORT GÁS -	EXCLU-SIVA ME/EPP	M³	140	40	R$ 225,00	R$ 31.500,00

		MEDICINAL - CILINDRO DE 3,5M³	FORT GÁS						
5	483539	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 2 M³	FORT GÁS - FORT GÁS	EXCLU-SIVA ME/EPP	M³	200	100	R$ 139,00	R$ 27.800,00
6	483539	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 7 M³	FORT GÁS - FORT GÁS	AMPLA DISPU-TA	M³	788	150	R$ 49,00	R$ 38.612,00
7	483539	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 7 M³	FORT GÁS - FORT GÁS	RESER-VADA ME/EPP	M³	262	150	R$ 49,00	R$ 12.838,00
8	483539	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 10 M³	FORT GÁS - FORT GÁS	AMPLA DISPU-TA	M³	900	120	R$ 48,00	R$ 43.200,00
9	483539	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 10 M³	FORT GÁS - FORT GÁS	RESER-VADA ME/EPP	M³	300	120	R$ 48,00	R$ 14.400,00
10	389770	VÁLVULA REGULADORA PARA CILINDRO DE OXIGÊNIO COM FLUXOMETRO	GALZER/ GALZER	EXCLU-SIVA ME/EPP	UNIDADE	15	-	R$ 199,00	R$ 2.985,00
TOTAL									**R$ 185.295,00**

Dê- se ciência e publique-se no Diário Oficial e no Sítio Eletrônico deste poder executivo para que surta seus legais e efeitos jurídicos.

Itapecuru-Mirim/ MA, 21 de março de 2025.

João Marcelo Fonseca Silva
Secretaria Municipal de Saúde

Allyson Ferreira Pereira
Secretaria Municipal de Administração e Receita

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente constante no preâmbulo do Edital do **Pregão nº 006/2025**, Processo Administrativo nº **202501140005/2025**, após análise, conferência e deliberação, resolve **ADJUDICAR** o procedimento em epígrafe, nos seguintes termos:

Objeto: Registro de preço para aquisição de recargas de gases medicinais gás oxigênio e ar comprimido e acessórios umidificador e regulador com fluxômetro – para uso na assistência ventilatória para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Itapecuru Mirim/MA.

Resumo

Fornecedor	Estimado	Adjudicado	Diferença
BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES - 38.425.303/0001-29 usegasespiaui@gmail.com - (86) 3300-8472	317.133,85	185.295,00	131.838,85 Proveito (41,57%)
Totais	**317.133,85**	**185.295,00**	**131.838,85** **Proveito (41,57%)**

Detalhes

João Marcelo **Fonsêca Silva** na condição de **Autoridade Competente** Adjudicou o(s) lote(s) em favor de:

Fornecedor: BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES - **CPF/CNPJ:** 38.425.303/0001-29

Lote 1 — **Data/Hora da Adjudicação - 21/03/2025 16:49:18**

RECARGA DE AR MEDICINAL (COMPRIMIDO) – CILINDRO DE 1 M³

Descrição Item	Quantidade	Medida	Unitário	Sub Total
RECARGA DE AR MEDICINAL (COMPRIMIDO) - CILINDRO DE 1 M³	30,00	M³	174,00	5.220,00

Marca: Fort Gás **Fabricante:** Fort Gás **Modelo:** Fort Gás

Lote 2 — **Data/Hora da Adjudicação - 21/03/2025 16:49:18**

RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 1/2 M³

Descrição Item	Quantidade	Medida	Unitário	Sub Total
RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 1/2 M³	25,00	M³	164,00	4.100,00

Marca: Fort Gás **Fabricante:** Fort Gás **Modelo:** Fort Gás

Lote 3 — **Data/Hora da Adjudicação - 21/03/2025 16:49:18**

RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 1 M³

Descrição Item	Quantidade	Medida	Unitário	Sub Total
RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 1 M³	40,00	M³	116,00	4.640,00

Marca: Fort Gás **Fabricante:** Fort Gás **Modelo:** Fort Gás

Lote 4 — **Data/Hora da Adjudicação - 21/03/2025 16:49:18**

RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 3,5M³

Descrição Item	Quantidade	Medida	Unitário	Sub Total
RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 3,5M³	140,00	M³	225,00	31.500,00

Marca: Fort Gás	Fabricante: Fort Gás	Modelo: Fort Gás		
Lote 5		**Data/Hora da Adjudicação - 21/03/2025 16:49:18**		
RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 2 M³				
Descrição Item	**Quantidade**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 2 M³	200,00	M³	139,00	27.800,00
Marca: Fort Gás	**Fabricante:** Fort Gás	**Modelo:** Fort Gás		
Lote 6		**Data/Hora da Adjudicação - 21/03/2025 16:49:18**		
RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 7 M³				
Descrição Item	**Quantidade**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 7 M³	788,00	M³	49,00	38.612,00
Marca: Fort Gás	**Fabricante:** Fort Gás	**Modelo:** Fort Gás		
Lote 7		**Data/Hora da Adjudicação - 21/03/2025 16:49:18**		
RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 7 M³				
Descrição Item	**Quantidade**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 7 M³	262,00	M³	49,00	12.838,00
Marca: Fort Gás	**Fabricante:** Fort Gás	**Modelo:** Fort Gás		
Lote 8		**Data/Hora da Adjudicação - 21/03/2025 16:49:18**		
RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 10 M³				
Descrição Item	**Quantidade**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 10 M³	900,00	M³	48,00	43.200,00
Marca: Fort Gás	**Fabricante:** Fort Gás	**Modelo:** Fort Gás		
Lote 9		**Data/Hora da Adjudicação - 21/03/2025 16:49:18**		
RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 10 M³				
Descrição Item	**Quantidade**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 10 M³	300,00	M³	48,00	14.400,00
Marca: Fort Gás	**Fabricante:** Fort Gás	**Modelo:** Fort Gás		
Lote 10		**Data/Hora da Adjudicação - 21/03/2025 16:49:18**		
VÁLVULA REGULADORA PARA CILINDRO DE OXIGÊNIO COM FLUXOMETRO				
Descrição Item	**Quantidade**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
VÁLVULA REGULADORA PARA CILINDRO DE OXIGÊNIO COM FLUXOMETRO	15,00	UNIDADE	199,00	2.985,00
Marca: Galzer	**Fabricante:** Galzer	**Modelo:** Galzer		

Itapecuru Mirim - MA - MA - MA, 21 de Março de 2025.

Autoridade Competente: João Marcelo Fonsêca Silva

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente constante no preâmbulo do Edital de **Pregão nº 006/2025**, Processo Administrativo nº **202501140005/2025**, após análise, conferência e deliberação, resolve **HOMOLOGAR** o procedimento em epígrafe, nos seguintes termos:

Objeto: Registro de preço para aquisição de recargas de gases medicinais gás oxigênio e ar comprimido e acessórios umidificador e regulador com fluxômetro – para uso na assistência ventilatória para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Itapecuru Mirim/MA.

Resumo

Fornecedor	Estimado	Homologado	Diferença
BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES - 38.425.303/0001-29 usegasespiaui@gmail.com - (86) 3300-8472	317.133,85	185.295,00	131.838,85 Provelto (41,57%)
Totais	**317.133,85**	**185.295,00**	**131.838,85** **Provelto (41,57%)**

Detalhes

João Marcelo Fonsêca Silva na condição de **Autoridade Competente** Homologou o(s) lote(s) em favor de:

Fornecedor: BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES - **CPF/CNPJ:** 38.425.303/0001-29

Lote 1 — **Data/Hora da Homologação - 21/03/2025 16:49:41**

RECARGA DE AR MEDICINAL (COMPRIMIDO) - CILINDRO DE 1 M³

Descrição Item	Quantidade	Medida	Unitário	Sub Total
RECARGA DE AR MEDICINAL (COMPRIMIDO) - CILINDRO DE 1 M³	30,00	M³	174,00	5.220,00

Marca: Fort Gás **Fabricante:** Fort Gás **Modelo:** Fort Gás

Lote 2 — **Data/Hora da Homologação - 21/03/2025 16:49:41**

RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 1/2 M³

Descrição Item	Quantidade	Medida	Unitário	Sub Total
RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 1/2 M³	25,00	M³	164,00	4.100,00

Marca: Fort Gás **Fabricante:** Fort Gás **Modelo:** Fort Gás

Lote 3 — **Data/Hora da Homologação - 21/03/2025 16:49:41**

RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 1 M³

Descrição Item	Quantidade	Medida	Unitário	Sub Total
RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 1 M³	40,00	M³	116,00	4.640,00

Marca: Fort Gás **Fabricante:** Fort Gás **Modelo:** Fort Gás

Lote 4 — **Data/Hora da Homologação - 21/03/2025 16:49:41**

RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 3,5M³

Descrição Item	Quantidade	Medida	Unitário	Sub Total
RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 3,5M³	140,00	M³	225,00	31.500,00

Marca: Fort Gás	Fabricante: Fort Gás	Modelo: Fort Gás		
Lote 5		**Data/Hora da Homologação - 21/03/2025 16:49:41**		
RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 2 M³				
Descrição Item	**Quantidade**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 2 M³	200,00	M³	139,00	27.800,00
Marca: Fort Gás	**Fabricante:** Fort Gás	**Modelo:** Fort Gás		
Lote 6		**Data/Hora da Homologação - 21/03/2025 16:49:41**		
RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 7 M³				
Descrição Item	**Quantidade**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 7 M³	788,00	M³	49,00	38.612,00
Marca: Fort Gás	**Fabricante:** Fort Gás	**Modelo:** Fort Gás		
Lote 7		**Data/Hora da Homologação - 21/03/2025 16:49:41**		
RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 7 M³				
Descrição Item	**Quantidade**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 7 M³	262,00	M³	49,00	12.838,00
Marca: Fort Gás	**Fabricante:** Fort Gás	**Modelo:** Fort Gás		
Lote 8		**Data/Hora da Homologação - 21/03/2025 16:49:41**		
RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 10 M³				
Descrição Item	**Quantidade**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 10 M³	900,00	M³	48,00	43.200,00
Marca: Fort Gás	**Fabricante:** Fort Gás	**Modelo:** Fort Gás		
Lote 9		**Data/Hora da Homologação - 21/03/2025 16:49:41**		
RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 10 M³				
Descrição Item	**Quantidade**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 10 M³	300,00	M³	48,00	14.400,00
Marca: Fort Gás	**Fabricante:** Fort Gás	**Modelo:** Fort Gás		
Lote 10		**Data/Hora da Homologação - 21/03/2025 16:49:41**		
VÁLVULA REGULADORA PARA CILINDRO DE OXIGÊNIO COM FLUXOMETRO				
Descrição Item	**Quantidade**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
VÁLVULA REGULADORA PARA CILINDRO DE OXIGÊNIO COM FLUXOMETRO	15,00	UNIDADE	199,00	2.985,00
Marca: Galzer	**Fabricante:** Galzer	**Modelo:** Galzer		

Itapecuru Mirim - MA - MA - MA, 21 de Março de 2025.

Autoridade Competente: João Marcelo Fonsêca Silva

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECEITA - ADJUDICAÇÃO - Pregão Eletrônico nº 006/2025

ADJUDICAÇÃO

Após analisarem a Licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 006/2025, objetivando o Registro de preço para aquisição de recargas de gases medicinais gás oxigênio e ar comprimido e acessórios umidificador e regulador com fluxômetro – para uso na assistência ventilatória para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Itapecuru Mirim/MA, conforme Anexo I do Edital desta Licitação, a Secretaria Municipal de Saúde, por meio do seu secretário e Gerenciador da Ata de Registro de Preços, o Sr. João Marcelo Fonsêca Silva, a Secretaria Municipal de Administração e Receita, o Sr. Allyson Ferreira Pereira, Ordenadores de Despesas conforme Lei Municipal 1688/2025, tendo em vista o resultado encaminhado do processo licitatório supracitado, aprova e adjudica o objeto acima à empresa **BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES,** inscrita no **CNPJ Nº 38.425.303/0001-29**, vencedora dos itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10 no valor global de R$ 185.295,00 (cento e oitenta e cinco mil duzentos e noventa e cinco reais), por ter cotado o Menor Preço Por Item, segundo critérios de julgamento pré-estabelecidos no instrumento convocatório.

HOMOLOGAÇÃO

A Secretaria Municipal de Saúde e a Secretaria Municipal de Administração, por meio de seus Secretários Municipais, na condição de Ordenadores de Despesas e no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Lei Municipal 1688/2025, e com base nas informações constantes na adjudicação dos itens listados abaixo, de acordo com o que dispõe o artigo 71, inciso IV da Lei Federal Nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, resolve **HOMOLOGAR** o resultado da licitação, o objeto acima especificado a favor da empresas abaixo descritas:

1. BRUNO DE S BORGES COMERCIO DE GASES, inscrita no **CNPJ Nº 38.425.303/0001-29,** habilitada para os itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09 e 10, no valor global de R$ 185.295,00 (cento e oitenta e cinco mil duzentos e noventa e cinco reais), conforme planilha abaixo:

ITEM	CATMAT	ESPECIF.	MARCA/ MODELO	COTA	UNID. DE MEDIDA	QUANT.	QUANT. CILIN-DRO	VALOR UNIT.	TOTAL
1	429464	RECARGA DE AR MEDICINAL (COMPRIMIDO) – CILINDRO DE 1 M³	FORT GÁS - FORT GÁS	EXCLU-SIVAME/EPP	M³	30	30	R$ 174,00	R$ 5.220,00
2	483539	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 1/2 M³	FORT GÁS - FORT GÁS	EXCLU-SIVAME/EPP	M³	25	50	R$ 164,00	R$ 4.100,00

DOM assinado eletronicamente por: Jarlisson Sebastião Araujo Silva - CPF: ***.689.993-** em 21/03/2025 21:35:09 - IP com nº: 10.0.0.159
Autenticação em: www.itapecurumirim.ma.gov.br/dianooficial.php?id=1036

3	483539	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 1 M³	FORT GÁS - FORT GÁS	EXCLU-SIVA ME/EPP	M³	40	40	R$ 116,00	R$ 4.640,00	
4	483539	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 3,5M³	FORT GÁS - FORT GÁS	EXCLU-SIVA ME/EPP	M³	140	40	R$ 225,00	R$ 31.500,00	
5	483539	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 2 M³	FORT GÁS - FORT GÁS	EXCLU-SIVA ME/EPP	M³	200	100	R$ 139,00	R$ 27.800,00	
6	483539	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 7 M³	FORT GÁS - FORT GÁS	AMPLA DISPU-TA	M³	788	150	R$ 49,00	R$ 38.612,00	
7	483539	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 7 M³	FORT GÁS - FORT GÁS	RESER-VADA ME/EPP	M³	262	150	R$ 49,00	R$ 12.838,00	
8	483539	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 10 M³	FORT GÁS - FORT GÁS	AMPLA DISPU-TA	M³	900	120	R$ 48,00	R$ 43.200,00	

DOM assinado eletronicamente por: Jarlisson Sebastião Araujo Silva - CPF: ***.689.993-** em 21/03/2025 21:35:09 - IP com nº: 10.0.0.159
Autenticação em: www.itapecurumirim.ma.gov.br/diariooficial.php?id=1036

9	483539	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 10 M³	FORT GÁS - FORT GÁS	RESER-VADA ME/EPP	M³	300	120	R$ 48,00	R$ 14.400,00	
10	389770	VÁLVULA REGULADORA PARA CILINDRO DE OXIGÊNIO COM FLUXOMETRO	GALZER/ GALZER	EXCLU-SIVA ME/EPP	UNIDADE	15	-	R$ 199,00	R$ 2.985,00	
TOTAL									**R$ 185.295,00**	

Dê- se ciência e publique-se no Diário Oficial e no Sitio Eletrônico deste poder executivo para que surta seus legais e efeitos jurídicos.

Itapecuru Mirim/ MA, 21 de março de 2025.

João Marcelo Fonsêca Silva
Secretaria Municipal de Saúde

Allyson Ferreira Pereira
Secretaria Municipal de Administração e Receita

DOM assinado eletronicamente por: Jarlisson Sebastião Araujo Silva - CPF: ***.689.993-** em 21/03/2025 21:35:09 - IP com nº: 10.0.0.159
Autenticação em: www.itapecurumirim.ma.gov.br/diariooficial.php?id=1036

Assunto: **ATO CONVOCQATÓRIO PE 006/2025 - PREF. MUN. DE ITAPECURU MIRIM/MA**

De: <licitacao@itapecurumirim.ma.gov.br>

Para: <usegasespiaui@gmail.com>

Data: 24/03/2025 09:53

- ATO CONVOCATORIO BRUNO GASES.pdf (~426 KB)

Bom dia,

Segue em anexo conforme dados do processo abaixo:

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025.01.14.0005

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2025

OBJETO: Registro de preço para aquisição de recargas de gases medicinais gás oxigênio e ar comprimido e acessórios umidificador e regulador com fluxômetro – para uso na assistência ventilatória para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Itapecuru Mirim/MA.

Atenciosamente,

Linda Melo

Secretaria Municipal de Licitações, Compras e Contratos

Prefeitura Municipal de Itapecuru Mirim/MA.

FLS 045

ATO CONVOCATÓRIO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025.01.14.0005
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2025

OBJETO: Registro de preço para aquisição de recargas de gases medicinais gás oxigênio e ar comprimido e acessórios umidificador e regulador com fluxômetro – para uso na assistência ventilatória para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Itapecuru Mirim/MA.

Pelo presente instrumento, amparado instrumento convocatório, o Secretário Municipal de Saúde na condição de Ordenador de Despesas e no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1688/2025, convoca esta empresa **B DE S BORGES COMERCIO DE GASES LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 38.425.303/0001-29, com sede na Rua 12 de outubro, nº 1119, Bairro: Centro, CEP 64.290-000, no Município de Altos/PI, para comparecer, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento deste, na Prefeitura Municipal de Itapecuru-Mirim/MA, com sede à Rua Senador Benedito Leite, 328, Centro, Itapecuru-Mirim/MA, para assinatura da Ata de Registro de Preços a ser celebrado entre esta Prefeitura Municipal e essa empresa.

O represente legal dessa empresa deverá comparecer em dias úteis (segunda-feira à sexta-feira) e no horário das 8h às 12h e das 14h às 18h.

O não comparecimento dentro do prazo e condições estabelecidos neste instrumento, ressalvado o direito a justificativa, decairá à empresa o direito ao registro do objeto vencido e contra a mesma serão aplicadas as sanções administrativas e penalidades previstas em lei.

Ademais, na impossibilidade da assinatura ser feita presencialmente, a empresa pode solicitar a mídia da Ata de Registro de Preços para assinatura de forma digital/remota para o seguinte e-mail: licitacao@itapecurumirim.ma.gov.br.

Itapecuru-Mirim/MA, 24 de março de 2025.

João Marcelo Fonsêca Silva
Secretário Municipal de Saúde

Fls 046

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 006/2025

O Município de Itapecuru Mirim/MA, através do órgão gerenciador a Secretaria Municipal de Saúde, com sede na Rua Salomão Fiquene, s/n, Centro – Itapecuru Mirim/MA, neste ato representado pelo Secretário Municipal, o Sr. João Marcelo Fonsêca Silva, nomeado pela Portaria nº 007/2025 de 03 de janeiro de 2025, inscrito no CPF sob o nº 848.806.943-04, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 006/2025, Processo Administrativo n.º 2025.01.14.0005, RESOLVE registrar os preços para a eventual contratação dos itens a seguir elencados, conforme especificações do Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante desta, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pela empresa B DE S BORGES COMERCIO DE GASES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 38.425.303/0001-29, com sede na Rua 12 de outubro, nº 1119, Bairro: Centro, CEP 64.290-000, no Município de Altos/PI, neste ato representada pelo Sr. Bruno de Sousa Borges, portador da Cédula de Identidade nº 3.333.458 e CPF nº 081.214.774-09, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, , e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de preço para aquisição de recargas de gases medicinais gás oxigênio e ar comprimido e acessórios umidificador e regulador com fluxômetro – para uso na assistência ventilatória para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Itapecuru Mirim/MA, especificados nos itens do Termo de Referência, anexo do Edital de Licitação nº 006/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

B DE S BORGES COMERCIO DE GASES LTDA - CNPJ nº 38.425.303/0001-29									
ITEM	CATMAT	ESPECIF.	MARCA/ MODELO	COTA	UNID. DE MEDIDA	QUANT.	QUANT. CILIN-DRO	VALOR	TOTAL
1	429464	RECARGA DE AR MEDICINAL (COMPRIMIDO) – CILINDRO DE 1 M³	FORT GÁS - FORT GÁS	EXCLU-SIVA ME/EPP	M³	30	30	R$ 174,00	R$ 5.220,00
2	483539	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 1/2 M³	FORT GÁS - FORT GÁS	EXCLU-SIVA ME/EPP	M³	25	50	R$ 164,00	R$ 4.100,00
3	483539	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL -	FORT GÁS - FORT GÁS	EXCLU-SIVA ME/EPP	M³	40	40	R$ 116,00	R$ 4.640,00

		CILINDRO DE 1 M³							
4	483539	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 3,5M³	FORT GÁS - FORT GÁS	EXCLU-SIVA ME/EPP	M³	140	40	R$ 225,00	R$ 31.500,00
5	483539	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 2 M³	FORT GÁS - FORT GÁS	EXCLU-SIVA ME/EPP	M³	200	100	R$ 139,00	R$ 27.800,00
6	483539	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 7 M³	FORT GÁS - FORT GÁS	AMPLA DISPU-TA	M³	788	150	R$ 49,00	R$ 38.612,00
7	483539	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 7 M³	FORT GÁS - FORT GÁS	RESER-VADA ME/EPP	M³	262	150	R$ 49,00	R$ 12.838,00
8	483539	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 10 M³	FORT GÁS - FORT GÁS	AMPLA DISPU-TA	M³	900	120	R$ 48,00	R$ 43.200,00
9	483539	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 10 M³	FORT GÁS - FORT GÁS	RESER-VADA ME/EPP	M³	300	120	R$ 48,00	R$ 14.400,00
10	389770	VÁLVULA REGULADORA PARA CILINDRO DE OXIGÊNIO COM FLUXOMETRO	GALZER/ GALZER	EXCLU-SIVA ME/EPP	UNIDADE	15	-	R$ 199,00	R$ 2.985,00
TOTAL									**R$ 185.295,00**

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE

3.1. O órgão gerenciador é a Secretaria Municipal de Saúde.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição

de não participantes, observados os seguintes requisitos:

I. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

II. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

III. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade

interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do Edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação especifica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado

participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3° e 27, § 4°, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7°, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8°, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL OU AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

Itapecuru Mirim, 24 de março de 2025.

João Marcelo Fonsêca Silva
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Orgão Gerenciador

B DE S BORGES COMERCIO DE GASES:38425303000129
Assinado de forma digital por B DE S BORGES COMERCIO DE GASES:38425303000129
Dados: 2025.03.24 10:15:29 -03'00'

Bruno de Sousa Borges
B DE S BORGES COMERCIO DE GASES LTDA
Beneficiária

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2025

O Município de Itapecuru Mirim/MA, através do órgão gerenciador a Secretaria Municipal de Saúde, com sede na Rua Salomão Fiquene, s/n, Centro – Itapecuru Mirim/MA, neste ato representado pelo Secretário Municipal, o Sr. João Marcelo Fonsêca Silva, nomeado pela Portaria nº 007/2025 de 03 de janeiro de 2025, inscrito no CPF sob o nº 848.806.943-04, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 006/2025, Processo Administrativo n.º 2025.01.14.0005, RESOLVE registrar os preços para a eventual contratação dos itens a seguir elencados, conforme especificações do Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante desta, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pela empresa B DE S BORGES COMERCIO DE GASES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 38.425.303/0001-29, com sede na Rua 12 de outubro, nº 1119, Bairro: Centro, CEP 64.290-000, no Município de Altos/PI, neste ato representada pelo Sr. Bruno de Sousa Borges, portador da Cédula de Identidade nº 3.333.458 e CPF nº 081.214.774-09, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, , e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de preço para aquisição de recargas de gases medicinais gás oxigênio e ar comprimido e acessórios umidificador e regulador com fluxômetro – para uso na assistência ventilatória para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Itapecuru Mirim/MA, especificados nos itens do Termo de Referência, anexo do Edital de Licitação nº 006/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

B DE S BORGES COMERCIO DE GASES LTDA - CNPJ nº 38.425.303/0001-29									
ITEM	CATMAT	ESPECIF.	MARCA/ MODELO	COTA	UNID. DE MEDIDA	QUANT.	QUANT. CILIN-DRO	VALOR	TOTAL

1	429464	RECARGA DE AR MEDICINAL (COMPRIMIDO) – CILINDRO DE 1 M³	FORT GÁS - FORT GÁS	EXCLU-SIVA ME/EPP	M³	30	30	R$ 174,00	R$ 5.220,00
2	483539	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 1/2 M³	FORT GÁS - FORT GÁS	EXCLU-SIVA ME/EPP	M³	25	50	R$ 164,00	R$ 4.100,00
3	483539	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 1 M³	FORT GÁS - FORT GÁS	EXCLU-SIVA ME/EPP	M³	40	40	R$ 116,00	R$ 4.640,00
4	483539	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 3,5M³	FORT GÁS - FORT GÁS	EXCLU-SIVA ME/EPP	M³	140	40	R$ 225,00	R$ 31.500,00
5	483539	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 2 M³	FORT GÁS - FORT GÁS	EXCLU-SIVA ME/EPP	M³	200	100	R$ 139,00	R$ 27.800,00
6	483539	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 7 M³	FORT GÁS - FORT GÁS	AMPLA DISPU-TA	M³	788	150	R$ 49,00	R$ 38.612,00
7	483539	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 7 M³	FORT GÁS - FORT GÁS	RESER-VADA ME/EPP	M³	262	150	R$ 49,00	R$ 12.838,00

DOM assinado eletronicamerde por: Jarlisson Sebastião Araujo Silva - CPF: ***.689.993-** em 24/03/2025 19:53:39 - IP com nº: 10.0.0.159
Autenticação em: www.itapecurumirim.ma.gov.br/diariooficial.php?id=1037

8	483539	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 10 M³	FORT GÁS - FORT GÁS	AMPLA DISPU-TA	M³	900	120	R$ 48,00	R$ 43.200,00
9	483539	RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL - CILINDRO DE 10 M³	FORT GÁS - FORT GÁS	RESER-VADA ME/EPP	M³	300	120	R$ 48,00	R$ 14.400,00
10	389770	VÁLVULA REGULADORA PARA CILINDRO DE OXIGÊNIO COM FLUXOMETRO	GALZER/ GALZER	EXCLU-SIVA ME/EPP	UNIDADE	15	-	R$ 199,00	R$ 2.985,00
TOTAL									**R$ 185.295,00**

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE

3.1. O órgão gerenciador é a Secretaria Municipal de Saúde.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

I. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

II. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

III. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.
4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
4.8. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;
5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de

DOM assinado eletronicamente por: Jarlisson Sebastião Araujo Silva - CPF: ***.889.993-** em 24/03/2025 19:53:39 - IP com nº: 10.0.0.159
Autenticação em: www.itapecurumirim.ma.gov.br/diariooficial.php?id=1037

decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do Edital, poderá:
5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, nas seguintes situações:
6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a

DOM assinado eletronicamente por: Jarlisson Sebastião Araújo Silva - CPF: ***.689.993-** em 24/03/2025 19:53:39 - IP com nº: 10.0.0.159
Autenticação em: www.itapecurumirim.ma.gov.br/diariooficial.php?id=1037

alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:
8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata

DOM assinado eletronicamente por: Jarlisson Sebastião Araujo Silva - CPF: ***.689.993-** em 24/03/2025 19:53:39 - IP com nº: 10.0.0.159
Autenticação em: www.itapecurumirim.ma.gov.br/diariooficial.php?id=1037

de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.
10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL OU AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA.
11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

Itapecuru Mirim, 24 de março de 2025.

João Marcelo Fonsêca Silva
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Orgão Gerenciador

Bruno de Sousa Borges
B DE S BORGES COMERCIO DE GASES LTDA
Beneficiária

DOM assinado eletronicamente por: Jarlisson Sebastião Araujo Silva - CPF: ***.889.993-** em 24/03/2025 19:53:39 - IP com nº: 10.0.0.159
Autenticação em: www.itapecurumirim.ma.gov.br/diariooficial.php?id=1037